MORGADO DO CABO:
HISTÓRIA & GENEALOGIA

I

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Barreto, Sylvio Campos Paes, 1913-1998
Morgado do Cabo : história & genealogia / Sylvio Campos Paes Barreto ; coordenação Reinaldo Carneiro Leão, Yony Sampaio Barreto. -- Recife, PE : Adriano De Carvalho Duarte, 2024.

ISBN 978-65-01-03987-9

1. Famílias - Histórias 2. Genealogia 3. Herança e sucessão - Brasil 4. Pernambuco (PE) - História I. Leão, Reinaldo Carneiro. II. Barreto, Yony Sampaio. III. Título.

24-209119 CDD-929.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Famílias : Genealogia 929.2

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

MORGADO DO CABO: HISTÓRIA & GENEALOGIA

Sylvio Campos Paes Barreto

Com Anexo ao capítulo 6 (5º morgado) – transcrição de texto de Carlos Xavier Paes Barreto

Apresentação

Reinaldo Carneiro Leão

Yony Sampaio

Editor:

Adriano de Carvalho Duarte

Revisão e Notas de:

Adriano de Carvalho Duarte

Arthur Wolmer

Fábio Arruda

Fernando do Rego Caldas

Francisco Augusto de Araújo Lima

Reinaldo Carneiro Leão

Yony Sampaio

Impressão

J. Sholna – Reprodução Gráficas Especiais

2024

Sylvio Campos Paes Barreto

(21.3.1913 — 10.4.1998). Médico oftalmologista, formado em 1935. Professor de medicina da Faculdade de Medicina do Recife e da Faculdade de Medicina de Natal. Do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e do Conselho da Fundação Joaquim Nabuco. Pesquisador e genealogista.



Sylvio Campos Paes Barreto

(In Memoriam)

Sylvio Campos Paes Barreto

MORGADO DO CABO:

HISTÓRIA & GENEALOGIA

RECIFE - PE
2024

APRESENTAÇÃO

Sobre Sylvio

Sylvio Campos Paes Barreto nasceu em 1913 em Caruaru. Seu pai, Felipe Lins Paes Barreto foi comerciante em Caruaru, onde residiu de 1905 a 1943, e sua mãe, natural de Brejo da Madre de Deus, Aurélia Dulce Maciel Campos.

Sylvio concluiu medicina na Faculdade do Recife em 1935, especializando-se em oftalmologia. Desenvolveu pesquisas com Nelson Chaves, pioneiro de estudos sobre a desnutrição e seus efeitos. A cegueira noturna e a cegueira estão entre as consequências - a xeralfitomia decorrente de deficiências de vitamina A. Sylvio deixou muitos cadernos com minuciosas anotações de suas pesquisas, com base nas quais publicou diversos trabalhos científicos. Estava em plena atuação nos anos 1950 quando a Faculdade de Medicina integrava, desde 1946, a recém fundada Universidade de Pernambuco, atualmente Universidade Federal de Pernambuco, na qual foi criado posteriormente o Instituto de Nutrição. Foi Livre Docente e Auxiliar de Oftalmologia da Universidade Federal de Pernambuco desde 1951, posteriormente sendo regente da mesma disciplina na Faculdade de Medicina do Rio Grande do Norte, de 1968 a 1970, com a qual manteve sempre ligações. Manteve clínica privada e foi chefe da Clínica Oftalmológica do Hospital Santo Amaro da Santa Casa da Misericórdia do Recife. Mantinha contatos com os principais centros de oftalmologia do pais, tendo amplo círculo de amizade.

Ao lado da Oftalmologia, Sylvio interessou-se por História e Genealogia às quais aplicava os mesmos e minuciosos princípios científicos. Provindo de um dos muitos ramos dos Paes Barreto, mais remotamente ligado aos morgados, desenvolveu extensas pesquisas sobre a família, mas só ao final da vida comprovou, definitivamente, descender do quarto morgado, Estevão Paes Barreto, pelo seu segundo filho, Felipe Paes Barreto. Esta comprovação consta de manuscrito descoberto em Portugal por Evaldo Cabral de Mello, que o utilizou no livro O Nome e o Sangue, e em seguida o doou a Sylvio.

Na área da História e da Genealogia aproximou-se dos grandes linhagistas Carlos Xavier Paes Barreto, Eugênio Mendonça Paes Barreto, Adalberto Brito, o Britinho, e Orlando Cavalcanti, entre outros. Mantinha estreitos contatos e troca de informações com os mesmos. Manteve amizade com José Antônio Gonsalves de Mello, tornando-se sócio do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, do qual foi vice-presidente, e com Gilberto Freyre, tendo sido conselheiro da Fundação Joaquim Nabuco por vários períodos, sucessivamente reeleito. Em busca das raízes e desdobramentos dos Paes Barreto fez pesquisas em cartórios e igrejas. Em Serinhaém hospedava-se no convento dos franciscanos, em cujo arquivo encontravam-se os livros antigos da região. Mas pesquisou no Poço da Panela, no Arquivo Público Estadual e onde pudesse esclarecer e completar sua história.

Como ele próprio escreveu, "casou-se no Rio de Janeiro a 1 de agosto de 1945 com D. Maria Cristina Lemos Leão Dubeux, nascida a 10 de dezembro de 1916, no Recife, filha de Claúdio Leão Dubeux, nascido em 20 de novembro de 1885 e falecido a 14 de junho de 1952, industrial do Estado de Alagoas e de sua senhora D. Maria Carmen Lemos (Leão Dubeux), nascida a 27 de maio de 1898 e falecida a 5 de dezembro de 1962, neta paterna de Claúdio Burle Dubeux, nascido a 14 de junho de 1845 e falecido em 1920, e de D. Amélia de Amorim (Dubeux Leão) e neta materna de Artur de Sousa Lemos, comerciante, e de D. Carolina Burle Dubeux". Os pais de Maria Cristina eram donos da usina Utinga Leão, em Alagoas.

Maria Cristina ou Dona Titinha era uma senhora rica e culta, tendo sido educada no exterior. Gostava muito de ler e tinha o hábito de dormir muito tarde. Sylvio ia frequentemente nas férias ao Rio de Janeiro, onde morava Dona Betinha, única irmã de Tininha, casada com o também médico, Emidio Amorim. No Rio pesquisou no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional onde obteve dados precisos e cópia de manuscritos raros sobre Pernambuco e episódios que envolviam os Paes Barreto, os quais tiveram destacada participação nos principais movimentos libertários, da guerra contra os holandeses, passando por 1710, 1817 e 1824, nestes três últimos tendo participação central. Daí porque este seu livro é importante para a história e não simplesmente uma história de família.

Dois traços importantes de Sylvio. Sua minúcia como pesquisador, preocupando-se com detalhes e com a comprovação documentada de cada informação obtida. E sua generosidade, anotando dados que pudessem servir aos amigos, em suas tradicionais fichas de arquivo, e repassando-as.

Sylvio deixou um único filho, "Gilberto Dubeux Paes Barreto, nascido a 11 de maio de 1946, no Recife. Arquiteto formado a 30 de janeiro de 1971 pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco". Casado em 1973 com Maria Edeltrudes Gonçalves da Silva, Trude, com a qual teve duas filhas, Sylvia e Claúdia.

Gilberto, na intimidade Giba, apoiou a organização do acervo de Sylvio e aprovou a doação do mesmo ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambuco - IAHGP. Sobre o trabalho do "Paes Barreto", como se referia amiúde ao pai, acompanhou a separação inicial dos cadernos e o início da digitação. Prematuramente falecido, não viu o livro tomar forma.

Sobre o trabalho

Poucos tiveram acesso, em vida de Sylvio, aos cadernos nos quais escrevia a história e a genealogia dos morgados do Cabo. Lembro que, sempre aos sábados, após sairmos no Instituto Arqueológico, Sylvio nos convidava, a Reinaldo e a mim, a sua casa, onde nos recebia com um honesto uísque, muitas vezes um puro malte, e algumas latinhas de delicatessens importadas. Ao longo das conversas, umas poucas vezes, entravamos para verificar alguma passagem ou personagem do seu livro, e ai surgiam os famosos cadernos, manuscritos, com muitas notas esparsas, folhas soltas e pequenos cartões, com seus rabiscos. Diversas vezes insistimos na importância da digitação dos cadernos, sob sua supervisão, mas sempre postergava, alegando, com justa razão, da dificuldade de alguém digitar suas confusas notas, sem uma assistência muito grande do mesmo. Sua neta relatou, uma vez, as inúmeras tentativas que havia feito, junto ao avô, para digita-las. Também, como sempre ocorre em genealogia, sempre esperava esclarecer algum ponto intrincado, alguma filiação desconhecida, algum ramo perdido no espaço. Adicionalmente, Evaldo Cabral de Mello havia lhe passado precioso documento sobre os Paes

Barreto que vinha a esclarecer várias dúvidas, necessitando de ampliação do manuscrito. Em conversa com Evaldo, por exemplo, à qual estávamos presentes, falava nos dez filhos de Bento Correa de Sá, que eram, pela primeira vez, identificados – em suas notas primeiras havia identificado apenas quatro. Tudo era motivo para postergar a digitação e a conclusão do trabalho.

Após seu falecimento iniciamos, Reinaldo e eu, com apoio do seu filho Gilberto, a organização do seu imenso acervo, de documentos e notas. Lá se encontravam os famosos cadernos. Da análise dos mesmos constatamos distintos estágios. Em total cobriam os oito morgados, havendo mais um caderno em que tratava da questão de quantos teriam sido os morgados, então motivo de controvérsia. Mas eram dezenas de cadernos. Do primeiro morgado havia vários cadernos, várias cópias, das mais antigas à mais nova, passada a limpo, sem muitos acréscimos recentes. Os mais trabalhados eram o primeiro, o segundo, o terceiro, o sétimo e o oitavo morgados, geralmente com dois cadernos para cada, uma cópia mais antiga e uma mais nova, passada a limpo, mas já com notas em páginas soltas e nos famosos cartões. A pior situação era a dos quarto, quinto e sexto morgado, cada um distribuído em dois cadernos ou pastas, não passados a limpo, com dezenas e dezenas de notas, riscos, rabiscos, partes cortadas (às vezes escrito por cima, permanece). Para complicar, a letra de Sylvio, nas notas marginais, era de difícil leitura, tornada pior nos seus últimos anos, consequência da catarata e da mão tremula pela idade. A sua leitura era quase uma adivinhação. De consenso, o trabalho foi dividido em nove capítulos, um para cada morgado e um sobre a controvérsia de quantos e quem teriam sido os morgados. Sylvio os chama de Livros, mas reunidos, preferimos capítulos. Ao final de cada capítulo deveriam constar as notas. Apenas no capítulo 1 (Livro 1), cujo caderno representava uma versão quase final, Sylvio colocou notas de rodapé, com as referências e as repetiu ao final. Nos outros cadernos, em alguns há notas ao final e em alguns só a indicação para inclusão das referências. Pelo texto, seria relativamente fácil inserir boa parte das referências, assim como preparar a bibliografia ao final deste livro. Mas como pareceu impossível completar todas as citações, a decisão final foi deixar o texto como preparado por Sylvio, mantendo as lacunas das referências.

O que é hoje (2014) divulgado é um texto trabalhado a várias mãos, como descrito a seguir.

Sobre o método

A primeira etapa do trabalho consistiu na digitação bruta do material, a qual levou vários anos. A principal dificuldade era consequência da escrita difícil, que afugentou diversos digitadores, mesmo quando advertido que todo o material seria revisto. Ao final, uma boa parte da digitação acabou sendo feita por Yony. Após a digitação, tinha início a segunda etapa, a da primeira revisão, na qual era comparado o texto ao do caderno original que tinha servido de base. Na segunda revisão, o texto era comparado com os outros cadernos anteriores, para esclarecer dúvidas e verificar os cortes e acréscimos. Em paralelo, cada página ou nota anexa era utilizada para conferir o texto. Dessa comparação resultou a constatação de que em alguns casos Sylvio tinha duas informações conflitantes, não tendo optado por nenhuma ou indicado qual acreditava ser a versão correta. Estes casos estão registrados em notas.

A parte final da revisão consistiu no confronto de citações com os textos originais, livros e revistas. Adicionalmente, foram constatadas algumas omissões importantes e erros, os quais foram corrigidos ou completados pelos revisores, Yony Sampaio, Reinaldo Carneiro Leão, Fábio Arruda, Fernando Caldas, Francisco Augusto de Araújo Lima e com esclarecimento e acréscimo de Arthur Wolmer, sendo registrado em nota, visando preservar o texto básico de Sylvio.

Na questão do método, decisões tinham de ser tomadas, mantendo, o mais possível, o adotado por Sylvio. Assim, Sylvio tratou cada morgado como um livro independente. Com exceção de um pequeno introito ao quarto morgado, para cada morgado as gerações seguintes correspondem a filhos, netos, etc. Dessa forma, por exemplo, o quinto morgado, que é filho do quarto, não aparece em seu capítulo como filho e seus filhos como netos, mas ele é um novo tronco e seus filhos e netos aparecem corretamente como filhos e netos. Ou seja, a numeração em cada capítulo é independente dos anteriores e dos seguintes. Chegamos a conversar com Edgardo Pires Ferreira, que sugeriu uma numeração corrida, como em seu magnífico trabalho, mas ao final, mantivemos a independência adotada por Sylvio. Ao final, nesta versão de 2024, após muitas sugestões, decidimos adotar uma numeração única para todo o livro, para facilitar a compreensão da genealogia, mas mantendo, entre colchetes, a numeração original de Sylvio.

Sylvio seguiu em parte o velho método de Borges da Fonseca, o qual fica confuso, quando muitas são as gerações. Para facilitar o leitor adotamos um artifício, também adotado por Sylvio em dois capítulos, de anotar um F para filho, N para neto BN ou Bn para bisneto, Tn para trineto, Qr para quadrineto, Qn para quinquineto e Sx para sextineto, e St, Ot, Nt e Dt para as gerações seguintes, com numeração uniforme, mas mantendo a numeração original de Sylvio, como já dito, que é distinta entre capítulos. Em alguns casos ele utilizou números romanos e arábicos: por exemplo, V.1.1, para significar o quinto filho, o primeiro filho deste e o primeiro neto. Em outros casos, simplesmente numerou os filhos, sem destacar gerações, o que tornava extremamente difícil entender as gerações. A numeração auxiliar adotada, que passa a ser a principal, utiliza apenas arábicos, aumentando-se um número para cada geração subsequente. Assim, tem-se, por exemplo o primeiro filho, F1, o primeiro neto deste filho, N 1.1, o bisneto, Bn 1.1.1, e assim por diante.

Uma decisão mais difícil diz respeito às correções e acréscimos. Pequenas correções, quando não havia nenhuma dúvida, foram feitas sem necessidade de nota ou destaque. Como teríamos feito, caso Sylvio nos houvesse consultado. Algumas correções maiores foram destacadas, algumas pela importância da contribuição. Destaco a correção em relação a Julião Pais Daltro, erradamente identificado como filho natural, erro de Sylvio juntamente com Gilberto Osório e Rachel Caldas, leitura incorreta de Borges da Fonseca ao referir-se a um vizinho de terras e que só vem a ser esclarecido na acurada pesquisa de Fábio Arruda sobre engenhos. Apesar da correção, decidimos manter um anexo com dados e hipóteses sobre a descendência de Julião Pais Daltro, proveniente de importante e antiga família de Pernambuco, um grupo familiar destacado desde meados do século XVI. As inúmeras notas esclarecem quanto a correções, assim como a erros detectados e que não puderam ser corrigidos por falta de informação. As notas, colocadas entre colchetes, são seguidas pelas iniciais do autor, FB para Fábio Arruda, FC para Fernando Caldas, FA para Francisco Augusto, RCL para Reinaldo Carneiro Leão e YS para Yony Sampaio. Inicialmente, foi prevista ampla revisão por parte de todos esses revisores, os quais se dispuseram a ler e enviar suas observações. No entanto, passando-se o tempo, sem que o trabalho fosse enviado, poucas foram as observações de Fernando Caldas e Francisco Augusto. Uma pena, pois Fernando Caldas vinha desenvolvendo extensas pesquisas sobre os Caldas Lins e correlatos, e Francisco Augusto é detentor de vastíssimo conhecimento dos ramos pernambucanos que se fixaram no Ceará, muitos descendentes ou ligados aos

Paes Barreto. De qualquer forma, as contribuições aportadas encontram-se indicadas. Sempre é uma satisfação trabalhar em equipe com tão ilustres colegas.

Entre os inúmeros acréscimos, três são destacados. Sylvio havia comprovado fazia pouco tempo que uma filha de Bento Correia de Sá havia casado com um seu possível parente, o capitão-mor José Gomes de Sá, de Souza, PB, sobre o qual possuía um raro folheto publicado pelo colega pesquisador e genealogista Deusdedit de Vasconcelos Leitão. Assim, foi possível incorporar alguns dados de gerações mais antigas desses Gomes de Sá e Sá Barreto da Paraíba, que acreditamos Sylvio não o tenha feito pela dificuldade de visão que o acometeu quando recebeu o manuscrito de Evaldo Cabral de Melo, esclarecendo os filhos de Bento Correia de Sá. Um esclarecimento foi possível em 2022, quando Thiago Aécio de Sousa, em seu livro "A Família Sá do Nordeste Brasileiro", divulgou a ascendência do mestre de campo Bento Correa de Sá, que foi procurada por duzentos anos, sem sucesso, comprovando que o mesmo era primo do capitão-mor José Gomes de Sá, o que justifica o casamento do filho de um com a filha do outro. Um outro acréscimo refere-se a um esboço da descendência do capitão-mor Francisco Xavier Paes de Mello Barreto, de Cimbres, do qual Sylvio apenas indicou a ascendência sugerida por Carlos Xavier Paes Barreto e sobre a qual, cremos, não estava plenamente seguro. Da correspondência de Sylvio sabe-se que trocou muitas informações com Carlos Xavier, com Eugênio de Mendonça Paes Barreto e com Orlando Cavalcanti, mas com seu espírito de pesquisador sempre queria comprovar cada informação.

Uma última decisão tinha de ser tomada: até onde prosseguir com atualizações de novas gerações. A decisão foi a de não prosseguir. Estava claro que em muitos casos Sylvio dispunha das informações e não o fez. Só para citar um exemplo, chegou até a seus sobrinhos, mas não prosseguiu com os sobrinhos netos. Esta decisão trazia uma implicação importante: aumentar demasiadamente o que já parecia um enorme volume. Por outro lado, a atualização só seria possível para alguns ramos. Assim, decidimos deixar para cada ramo prosseguir com atualizações na medida dos seus interesses e na ciência de que boa parte do trabalho sobre as gerações mais antigas já está feito.

Como todo trabalho de história e genealogia, há muitas lacunas. Há muitas pessoas sobre as quais nada se sabe. Pessoas dos séculos XVIII, XIX e início do XX, cuja descendência era desconhecida a Sylvio e a nós. Como sempre, pede-se a quem tenha

informações que as envie. A família Paes Barreto, pela sua antiguidade, possui muitos ramos antigos e perdidos pelo interior do Nordeste; muitos migraram para o Ceará no século XVIII. Não é impossível o resgate, mas implica em longas pesquisas em livros eclesiásticos. Impossível para Sylvio e também para os revisores por uma limitação de tempo. Preparada a revisão em 2014, decidiu-se ainda fazer uma revisão final e incorporar outras contribuições de Fábio Arruda. Passados dez anos, o trabalho não evoluiu, pelo que no presente ano de 2024 decidiu-se proceder a revisão final com o material disponível. Esta é a presente versão.

Por último, espera–se que este magnífico trabalho traga um melhor conhecimento do passado de glória de Pernambuco, atendendo um dos objetivos máximos do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambuco - IAHGP e contribua para um futuro mais rico e culto.

IAHGP, 2014 – Yony Sampaio e Reinaldo Carneiro Leão

IAHGP, 2024 – Yony Sampaio e Reinaldo Carneiro Leão

PS. Entre os vários ramos perdidos, anota-se o seguinte, estabelecido no Icó, sertão do Ceará.

Estevão Pais Barreto, casado com Theodora Borges, com filhos nascidos e casados na freguesia do Icó e moradores no Riacho do Sangue. Pais de:

1. Liandra Pais Barreto, natural desta, casou a 25.2.1766 na Capela de N. Sra. do Rosário com Francisco de Freitas de Araújo, filho de Francisco de Freitas de Araújo e sua mulher D. Theresa de Jesus.

2. Zacharias Pais Barreto, natural desta, casou a 10.2.1767 na Capela de N. Sra. da Conceição do Riacho do Sangue, com Ignacia Francisca, natural da freguesia de Russas, filha de Manoel Francisco de Arruda e Lauriana Rodrigues Monteiro.

3. Cipriano Pais Barreto, natural desta, casou a 25.11.1772 na matriz do Icó com Maria Soares, exposta em casa de D. Maria dos Santos.

SUMÁRIO

Cap. I – João Pais Barreto [F1], primeiro morgado do Cabo: seu clã e seus engenhos na primeira metade do século XVII
.....21

Cap. II – Morgado de Nossa Senhora Madre de Deus do Cabo de Santo Agostinho — Instituição e Confirmação do Morgado
.....77

Cap. III – Estevão Pais Barreto, Segundo Morgado do Cabo [F2]
.....105

Cap. IV – João Pais de Castro, Terceiro Morgado do Cabo [N 2.1]
.....121

Anexo 1 – Descendência de D. Luis de Souza Henriques e de Dona Catarina Barreto
.....130
Anexo 2 – Descendência de Filipe Pais Barreto I
.....142
Anexo 3 – Descendência de Julião Pais Daltro
.....157

Cap. V – Titulares Administradores do Morgado — 4º Morgado do Cabo — Estevão Pais Barreto II [N 2.2]
.....205

F1 – João Pais Barreto, Quinto Morgado [Bn 2.2.1]

.....211

F2 – Felipe Pais Barreto [Bn 2.2.2]

.....211

F3 – Diogo Pais Barreto [Bn 2.2.3]

.....404

F4 – Antonio Pais Barreto [Bn 2.2.4]

.....405

F5 – Fernão Rodrigues de Castro [Bn 2.2.5]

.....424

F6 – Miguel Pais Barreto [Bn 2.2.6]

.....500

F7 – Francisco Barreto Corte Real [Bn 2.2.7]

.....500

Cap. VI – João Pais Barreto II, Quinto Morgado do Cabo [Bn 2.2.1]

.....501

F1 – João Pais Barreto, Sexto Morgado [Tn 2.2.1.1]

.....505

F2 – Ignes Brites Xavier [Tn 2.2.1.2]

…….....….....505

Parte I – N2.1 a N 2.2

.....506

N2.1 – Cristovão [Qr 2.2.1.1.1]

.....506

N2.2 – Francisco Xavier Paes de Mello [Qr 2.2.1.1.2]

.....506

N2.3 – José Luiz Paes de Mello [Qr 2.2.1.1.3]

.....506

N2.4 – Estevão [Qr 2.2.1.1.4]

.....507

N2.5 – Gonçalo [Qr 2.2.1.1.5]

.....507

N2.6 – Rosa [Qr 2.2.1.1.6]

.....507

N2.7 – Ignes Brites [Qr 2.2.1.1.7]

.....507

N2.8 – Teresa de Jesus [Qr 2.2.1.1.8]

.....507

N2.9 – Josefa Maria [Qr 2.2.1.1.9]

.....507

F3 – Maria Maior de Albuquerque [Tn 2.2.1.3]

.....609

F4 – Ignacia [Tn 2.2.1.4]

.....609

Anexo – Capítulos de Carlos Xavier Paes Barreto

.....609

Cap. 7 – João Pais Barreto III, Sexto Morgado do Cabo [Tn 2.2.1.1]

.....645

F1 – João Paes Barreto [Qr 2.2.1.1.1]

.....650

F2 – Estevão Paes Barreto, Sétimo Morgado [Qr 2.2.1.1.2]

.....650

F3 – José Carlos Paes Barreto [Qr 2.2.1.1.3]

.....650

F4 – Ana Maria José de Mello [Qr 2.2.1.1.4]

.....651

F5 – Maria Rita de Mello e Albuquerque [Qr 2.2.1.1.5]

.....652

F6 - Brites Manuela Luzia de Mello [Qr 2.2.1.1.6]

.....729

F7 - Antonia Joaquina do Monte [Qr 2.2.1.1.7]

.....731

Cap. 8 – Estevão Pais Barreto III, Sétimo Morgado do Cabo [Qr 2.2.1.1.2]

.....751

F1 – João Paes Barreto [Qn 2.2.1.1.2.1]

.....756

F2 – Estevão Paes Barreto [Qn 2.2.1.1.2.2]

.....756

F3 – Manoela Luzia de Mello [Qn 2.2.1.1.2.3]

.....756

F4 – Ana Paes Barreto [Qn 2.2.1.1.2.4]

.....753

F5 – Catarina Paes Barreto [Qn 2.2.1.1.2.5]

.....756

F6 - Joaquina Paes Barreto [Qn 2.2.1.1.2.6]

.....757

F7 - Francisca de Salles Paes Barreto [Qn 2.2.1.1.2.7]

.....770

F8 – Francisco Paes Barreto - 8º Morgado [Qn 2.2.1.1.2.8]

.....771

F9 – Maria Paes Barreto [Qn 2.2.1.1.2.9]

.....771

F10 –Ana Joaquina Paes Barreto [Qn 2.2.1.1.2.10], casada com Tomás José Lins Caldas

.....772

F11 – Joaquina P. Paes Barreto, solt. [Qn 2.2.1.1.2.11]

.....753

F12 - Manoel Augusto Paes Barreto [Qn 2.2.1.1.2.12]
Desc. ilegítima de Tomás José Lins Caldas

.....791

Cap. 9 – Francisco Pais Barreto, Marquês do Recife, Oitavo Morgado [Qn 2.2.1.1.2.8]

.....797

F1 – Francisco Paes Barreto Jr. ou Francisco Lires Paes Barreto. [Sx 2.2.1.1.2.8.1]

.....799

F2 – Luiz Francisco Paes Barreto [Sx 2.2.1.1.2.8.2]

.....799

F3 – Estevão José Paes Barreto [St 2.2.1.1.2.8.1.3]

.....808

F4 – João Francisco Paes Barreto [Sx 2.2.1.1.2.8.4]

.....812

F5 – Maria Isidora Paes Barreto [Sx 2.2.1.1.2.8.5]

.....816

Em memória de meus octavós paternos João Pais Barreto, o velho, instituidor do morgado do Cabo e sua mulher Ignês Guardez de Andrade.

Em memória de meus pais Felipe Luís Pais Barreto e Aurélia Campos Pais Barreto.

Em memória de Gilberto Osório de Andrade, inesquecível amigo.

Homenagem a José Antônio Gonsalves de Mello e a Evaldo Cabral de Melo, ligados a mim por ambos serem meus parentes, ao que remonta àqueles octavós lembrados, que viveram há mais de quatro séculos.

Homenagem a Rachel Caldas Lins, constante e dileta amiga.

CAPÍTULO I

JOÃO PAIS BARRETO [F1], PRIMEIRO MORGADO DO CABO: SEU CLÃ E SEUS ENGENHOS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVII

CAPÍTULO I

João Pais Barreto, primeiro morgado do Cabo: seu clã e seus engenhos na primeira metade do século XVII

I

João Pais[1], o moço, João Pais Barreto, o moço ou João Pais Barreto, primogênito de João Pais, João Pais, o velho, João Pais do Cabo, João Pais Barreto, João Pais Velho Barreto, ou João Pais Barreto, o velho, português de Viana e de Ignes Guardez de Andrade natural de Pernambuco foi o primeiro morgado de Nossa Senhora da Madre Deus do Cabo de Santo Agostinho ou dos Pais, vulgarmente chamado do Cabo.

Era neto paterno de Antônio Velho Barreto[2], Vianense, presumível morgado de Bilheira (ou da Abilheira), em Portugal, e de Mariana Pereira da Silva, da casa dos Regalados, e neto materno de Francisco Carvalho de Andrade[2,3] e de Maria Tavares Guardez.

[Nota de Fábio Arruda: penso que João Paes, o Velho, seja natural de Caminha. Veja as considerações abaixo!**:** pela petição de Estevão José Paes Barreto a Cavaleiro da Ordem de Cristo, o patriarca João Paes, que não era chamado de 'Barreto' nas Denunciações, era natural de Caminha. Aliás, a ascendência fornecida por Borges da Fonseca não se coaduna com Filgueiras Gayo. João Paes não era parente de Álvaro Velho Barreto e nem de Luís do Rego Barros, estes últimos primos em grau afastado, oriundos do Morgado Deuscrite. Penso que João Paes seja filho natural de um Comandatário (Padre), da família 'Barreto', oriundo de Caminha, e por linha, feminina, da família "Paes Barbosa"!]

[1] Borges da Fonseca (Antônio José Victoriano Borges da Fonseca. Nobiliarchia Pernambucana. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional, 1939, Volume II, 26-27.
[2] Borges da Fonseca (Antônio José Victoriano Borges da Fonseca. Nobiliarchia Pernambucana. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional, 1939, Volume II, 218.
[3] Afonso de Albuquerque Melo – Séries de Albuquerques 1770, folha 18, verso.

Duarte de Albuquerque Coelho, Donatário da Capitania de Pernambuco (Nova Luzitania) e marquês de Basto[4], Francisco de Brito Freyre[5], general e governador de Pernambuco e Antônio José Victoriano Borges da Fonseca[6] proveram as primeiras listas sobre a descendência de João Pais Barreto, o velho, porém foram Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins[7] que, baseados no codicilo ao testamento deste (o velho)[8], e após estudo comparativo dos vários róis, proporcionaram uma nominata com seriação cronológica dos quatro primeiros filhos. João Pais Barreto foi pai de oito filhos homens e duas mulheres legitimas [e apenas um filho ilegítimo (ver correção de Fabio, abaixo, esclarecendo o equívoco de Sylvio)].

[Nota de Fábio Arruda: Silvio foi induzido a erro pela leitura errada de Borges da Fonseca, no qual Julião Pais Daltro é confrontante e não herdeiro, como erradamente se infere pela transcrição truncada do manuscrito original. Julião Pais Daltro, de fato, apenas tinha terras vizinhas aos Paes Barreto. Jerônimo Paes D'Altro, casado com Isabel Gonçalves Fróes, por exemplo, era senhor dos engenhos Santo Antônio, Casa Forte e Beberibe, já sendo casado em 1594, com diversos filhos: João, Miguel e Diogo, ainda solteiros em 1594; Jeronima Paes, casada com o Tenente-General Antônio de Freitas da Silva, sucessores do engenho da Casa Forte; Maria, nascida a 10.10.1609; e a famosa Ana Paes, da Casa Forte].

Foram eles:

1. Estevão Pais Barreto
2. Cristovão Pais Barreto
3. Miguel Pais Barreto
4. Diogo Pais Barreto
5. Filipe Pais Barreto
6. Antônio Pais Barreto

[4] Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto, Memórias Diárias da Guerra do Brasil 1630-1638, Secretaria do Interior de Pernambuco. Recife, 1944, folhas 203-204.
[5] Francisco de Brito Freyre. Nova Lusitânia História da Guerra Brasílica. Governo de Pernambuco. Secretaria de Educação e Cultura. Recife 1977 – Edição facsimilar da princeps Lisboa, na oficina de Ivan Galram, 1675.
[6] Borges da Fonseca (Antônio José Victoriano Borges da Fonseca. Nobiliarchia Pernambucana. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional, 1939, Volume II, 27.
[7] Gilberto Ozório de Andrade e Rachel Caldas Lins. João Pais do Cabo: o patriarca, seus filhos, seus engenhos. Editora Massangana. Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1982. Pg. 32.
[8] Fernando Pio – Cinco documentos para a história dos engenhos de Pernambuco. Revista do Museu do Açúcar, nº 2 – Recife, 1969, págs. 13-15.

7. Maria Barreto
8. Catarina Barreto
9. Julião Pais Daltro[7] - bastardo[8]. [errado, como acima esclarecido em nota de Fábio Arruda]

George Cardoso[9] atribui a João Pais Barreto, o velho, dez filhos, dos quais 6 homens e 4 mulheres, sem nomeá-los.

Afonso de Albuquerque e Melo[10], em caderno de genealogia, "Séries de Albuquerques", escrito cerca de 1770 e inédito considera que o mesmo tivera sete filhos homens e quatro mulheres, assinala que o primeiro filho foi João Pais Barreto, o sétimo Filipe Pais Barreto e a segunda filha foi Catarina Barreto, as demais tendo falecido solteiras.

Além dos oito filhos homens e duas mulheres citados por Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins, João Pais Barreto, o velho, tivera mais duas filhas de nomes ignorados e que faleceram solteiras.

Assim, João Pais Barreto, o velho e Ignês Guardez, teriam gerado sete filhos homens e quatro mulheres legítimos:

1. João Pais ou João Pais Barreto.
2. Estevão Pais ou Estevão Pais Barreto.
3. Cristovão Pais ou Cristovão Pais Barreto.
4. Miguel Pais ou Miguel Pais Barreto.
5. Diogo Pais ou Diogo Pais Barreto.
6. Antônio Pais ou Antônio Pais Barreto.
7. Filipe Pais ou Filipe Pais Barreto.
8. Maria Pais ou Maria Pais Barreto, que faleceu solteira.
9. Catarina Barreto.
10. N. de nome ignorado, faleceu solteira.
11. N. de nome ignorado, faleceu solteira.

[9] Willem Schott – Fontes para a história do Brasil Holandês. Volume I. textos editados por José Antônio Gonçalves de Mello. Parque Histórico Nacional dos Guararapes, MEC/ SPHAN/ Fundação Pró-Memória. Recife, 1981. Documento 4.
[10] Afonso de Albuquerque e Mello: "Série dos Albuquerques", 1770. Cópia de manuscrito inédito.

II

O nascimento do primogênito João Pais , o moço, ocorreu, e sua infância e adolescência transcorreram sob o império de suposições.

Veio à luz, possivelmente, em data embutida nos reinados de D. Sebastião ou do Cardeal D. Henrique, de Portugal[11]; na era de um dos governadores do norte, Luís de Brito de Almeida ou Antônio Salema[12]; no tempo do governador geral do Brasil Lourenço da Veiga[13], sendo Duarte Coelho de Albuquerque segundo donatário da Capitania de Pernambuco[14], (Nova Luzitânia) e mandatário deste[15] D. Cristóvão de Melo ou D. Brites de Albuquerque, viúva de Duarte Coelho (Pereira), primeiro donatário da referida capitania, ou alternativamente, Jerônimo de Albuquerque, o torto, irmão de D. Brites.

Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins[16] opinam que teria nascido provavelmente no Engenho da Madre Deus (posteriormente denominado Velho por ter sido o mais antigo dos levantados por João Pais Barreto, o velho), distrito do Cabo de Santo Agostinho, "não muito antes de 1580", ano em que seus pais, a 18 de outubro, instituíram o morgadio que o beneficiaria.

De uma década de pesquisas (das pesquisas) que realizamos após a publicação do estudo desses autores, resta-nos a impressão de que João Pais, o moço, viera ao mundo entre 1577 e 1578, época que melhor se ajusta como veremos, aos fatos ocorridos e às responsabilidades assumidas em fases ulteriores de sua vida.

---

[11] Francisco Adolfo de Varnhagen – História Geral do Brasil. Volume 3. Tomo V. Edição da Universidade de São Paulo, 1981, pg. 241 – Os dois réus faleceram respectivamente em 4 de agosto de 1578 e em 4 de janeiro de 1580.

[12] Francisco Adolfo de Varnhagen – História Geral do Brasil. Volume 3. Edição da Universidade de São Paulo, 1981, pg. 244 – O primeiro Governador citado chegou à Bahia em princípios de 1573 e governou até 1 de janeiro de 1578; o segundo teria governado em janeiro de 1578.

[13] Francisco Adolfo de Varnhagen – História Geral do Brasil. Volume 3. Edição da Universidade de São Paulo, 1981, pg. 244 – Lourenço da Veiga chegou à Bahia em princípio de 1578 e governou até falecer, em 17 de julho de 1581.

[14] Francisco Adolfo de Varnhagen – História Geral do Brasil. Volume 3. Edição da Universidade de São Paulo, 1981, pg. 249 – Duarte Coelho de Albuquerque, 2º donatário da Capitania de Pernambuco, partiu para a capitânia logo que obteve a carta de sucessão de 8 de novembro de 1560, e exerceu o cargo até o ano de 1572, em que regressou ao reino;
Francisco A. Dutra. RIAP Volume XLVIII, Recife, 1976. Matias de Albuquerque, capitão-mór de Pernambuco e Governador geral do Brasil – Nota 29 ou capítulo V, pg. 91 – Duarte Coelho de Albuquerque faleceu em 1581.

[15] Frei Vicente de Salvador. História do Brasil (1500 – 1627), livro 2º, capítulo décimo, pg. 126-128; Varnhagen, op. cit., pg. 250; Francis Dutra, op. cit., capítulo I, pg. 16.

[16] Gilberto Ozório de Albuquerque, op. cit., pg. 22.

A infância e a adolescência possivelmente decorreram no Engenho em que nascera, no qual, como conjectura Pereira da Costa[17], o pai tinha "habitual residência". Talvez ai fora, juntamente com os seus irmãos, como sugeriu José Antônio Gonsalves de Melo[18], aluno de Bento Teixeira que, em 21 de janeiro de 1594, se declarava "morador nas terras de João Pais, na freguesia de Santo Antônio do Cabo de Santo Agostinho "... "mestre de ensinar moços, o latim e ler e escrever e aritmética (sic)[19]".

---------- x ----------

Em 1590 no governo geral interino do Bispo D. Antônio Barreiros[20], do provedor da fazenda real, Cristóvão de Barros e do ouvidor geral Martim Leitão, sendo Jorge de Albuquerque Coelho[21], terceiro donatário da Capitania de Pernambuco e Felipe Cavalcanti[22], capitão e governador de Olinda, João Pais, o moço, com cerca de 13 anos de idade (a mesma idade que o pai tinha quando se transplantara para a Nova Luzitania em 1557)[23] teria participado de uma das expedições destinadas a combater os potiguares da Paraíba.

---

[17] F. A. Pereira da Costa. Anais Pernambucanos. 2ª edição, Governo de Pernambuco – Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes – Fundarpe – Diretoria de Assuntos Culturais, Recife, 1983, volume I, pg. 488.

[18] José Antonio Gonsalves de Mello. Tempo dos Flamengos. 3ª edição aumentada. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 1987. Nota 4, pg. 229.

[19] Denunciações e Confissões de Pernambuco, 1593-1595. Governo de Pernambuco. Fundarpe. Recife, 1984, pg. 161.

[20] Francisco Adolfo de Varnhagem – História Geral do Brasil. Volume 3. Edição da Universidade de São Paulo, 1981, pg. 244. O triunvirato teria governado de meados de 1587 até 24 de outubro de 1591 – Pereira da Costa. Anais Pernambucanos volume 2, pg. 178-179: Com o provedor-mór da Fazenda dirigiu o bispo, diligente e prudentemente o governo do Estado, de 10 de agosto de 1587 até 1 de outubro de 1591. O primeiro informa (pg. 244) que deixou de tomar parte no governo interino o ouvidor geral Martim Leitão, ausente nas guerras da Paraíba, tendo servido de secretário o contador-mór de Antônio de Faria; o segundo (pg. 178) que o ouvidor geral Martim Leitão, pouco tempo depois deixou o governo para ir a Pernambuco em serviço público.

[21] José Antônio Gonsalves de Mello. Estudos Pernambucanos, pg. 12-13: Jorge de Albuquerque Coelho teria falecido entre 1601 e 1603.

Francisco A. Dutra. RIAP. Volume XLVII, Recife, 1975. Nota sobre a vida e morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos, fl. 93: nascido em Olinda em 1539, (f. 85), a morte deu-se em 1601, provavelmente em 23 de agosto.

Francisco A. Dutra. RIAP. Volume XLVIII, Recife, 1976, Matias de Albuquerque, capitão-mór de Pernambuco e governador geral do Brasil, cap. I, pg. 18: Felipe II de Castela (I de Portugal) assinou a carta de doação da capitânia a Jorge de Albuquerque Coelho a 15 de maio de 1582.

[22] Frei Antônio Santa Maria Jaboatão – Novo Orbe Seráfico Brasílico Parte I, Volume II. Recife, Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980 – Reprodução fac-similar da edição de 1858, pg. 73: Informa, que em 1590. Filipe Cavalcanti era capitão da vila de Olinda.

Maximiniano Lopes Machado. História da Província da Paraíba. Editora Universitária. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 1977 – Volume I, Cap. V, pg. 117: Situa a atividade de Filipe Cavalcanti como capitão-mór de Olinda entre 1589 e 1590.

F. A. Pereira da Costa. Anais Pernambucanos. Edição 1984. Fundarpe. Recife. Fac-similar da edição de 1954, Biblioteca Pública do Estado. Volume I, pg. 502-503: Notícia sobre a fixação do termo do primeiro governo de D. Filipe de Moura em 1588 parece exato, uma vês que "em agosto de 1589 governava a Capitania o fidalgo Florentino Filipe Cavalcanti como loco-tenente do donatário Jorge de Albuquerque".

[23] Gilberto Ozório de Andrade, op. cit., pg. 14.

Estes, conforme o alvitre de Frei Vicente do Salvador[24] aproveitaram as divergências entre o governador e capitão- mor da Paraíba, Fructuoso Barbosa e D. Pedro de La Cueva, "capitão da infantaria de todos os espanhóis", para perpetrarem mais correrias e acometidas à povoação nascente da Paraíba e às aldeias indígenas.

Foram enviadas cartas solicitando socorros a Felipe de Moura[25], capitão-mor de Pernambuco e a Pero Lopes Lobo, capitão-mor de Itamaracá.

Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão[26] informa que "seis meses após terminada a passagem do forte da ilha da Cambôa (Ilha da Restinga ou de São Bento), para Cabedelo pelo capitão-mor Fructuoso Barbosa, que foi efetuada no ano de 1590, o capitão da Vila de Olinda Felipe Cavalcanti e os oficiais da Câmara da mesma Vila", "ordenaram mandar João Tavares, capitão que fora da Paraíba fazer guerra ao gentil potiguar com cento e tantos soldados, à custa dos moradores da dita Vila e, tendo já o dito capitão partido e andado uma jornada, adoeceu, e morreu, em cujo lugar o capitão Felipe Cavalcanti elegeu Pero Lopes Lobo, capitão da ilha de Itamaracá por capitão, e o mandou em lugar do dito João Tavares".

Pero Lopes[27], ainda declara Frei Antônio Santa Maria Jaboatão, uma vez na Paraíba "pediu ao padre guardião, Frei Antônio de Campo Maior ("que então, (1590) era (estava) na Paraíba")... "religiosos para os acompanharem para a colocação dos soldados que sem eles não queriam ir", pelo que o referido guardião pôs à sua disposição, Frei Antônio da Cruz e Frei Gaspar "os quais acompanharam o Arraial até tornarem".

Frei Vicente do Salvador[28] completa o informe. Chegado à Paraíba "com a gente e munição que pode [(sic])"... "foram organizadas mais duas companhias, uma do capitão D. Pedro de La Cueva com os seus soldados espanhóis... outra de portugueses de que ia por capitão Diogo Nunes Correia com os quais e com a gente do (Pyragybe) Braço de Peixe e do (Guiaragybe) Assento de Pássaro", e os dois franciscanos cedidos, "partiu Pero Lopes Lobo a correr todas aquelas fronteiras, mandando sempre suas espias e corredores diante".

---

[24] Frei Vicente do Salvador. História do Brasil (1500-1627), 4ª edição. Melhoramentos, São Paulo. Livro 4, cap. 22, pg. 281-282.

[25] Pereira da Costa. Anais Pernambucanos, Volume I, pg. 502, considera que D. Filipe de Moura teria governado por duas vezes: a primeira de 1582 a 1588 e a segunda de 1593 a 1596.
Varnhagem, op. cit., pg. 250. Informa que D. Filipe de Moura governou de 1593 a 1595. Teria havido lapso de Frei Vicente do Salvador? Então, 1590, era capitão de Olinda Filipe Cavalcanti.

[26] Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, op. cit., pg. 72 e 73; Em 1590 era capitão de Olinda, Filipe Cavalcanti.

[27] Idem, pg. 73.

[28] Frei Vicente do Salvador, op. cit., pg. 281.

Cumprida a missão e regressadas as tropas à Paraíba, o capitão Pero Lopes "se aposenta", juntamente com os frades que o acompanharam "na aldeia do Assento (de Pássaro)", ... "daí indo-se Pero Lopes à sua capitania de Itamaracá".

Há evidências de que nesta expedição seguiram de Olinda, vários cabenses, inclusive João Pais, o moço, entre os cento e tantos homens enviado pelo capitão Filipe Cavalcanti, sob as ordens de João Tavares, e que logo passaram às de Pero Lopes Lobo. Um desses cabenses compareceu perante a mesa de visitação do Santo Ofício reunida em Itamaracá no início de 1594, três anos após a citada expedição[29], pois os moradores da Freguesia de Santo Antônio do Cabo de Santo Agostinho estavam incluídos entre àqueles que deveriam se apresentar àquela mesa. Consta das denunciações e confissões, perante a mesma mesa, que a 13 de janeiro de 1594, Gonçalo Ferreira "cristão velho, natural da Feira, bispado do Porto"..."de idade de quarenta e um anos e que foi alfaiate"... e era "lavrador de mandioca",..."morador do engenho de Juriciçaca (Juriçaca) no Cabo Freguesia de Santo Antônio", entre as denúncias que fizera, declarou "que averá três anos que na Paraíba, um dia que não lhe lembra qual, à noite, estando junto da Igreja de São Francisco agasalhados em togipares "..."ouviu ele denunciante estarem falando, Belchior Preto, vaqueiro de João Pais"..."e Gaspar (segundo lhe parece) Fernandes que foi carreiro do dito João Pais"..."ambos em um togipar junto do de ele denunciante"... sobre o comportamento de João Fernandes de Gurara Boi.

Declarou mais que um pouco além deles, separados apenas por área que mal permitia a presença de um repartimento de ramos "estavam João Pais, o moço, Domingos Salvador e Pero Lopes, todos ora moradores no Cabo, os quais lhe parece podiam ouvir aos sobreditos, porque falavam alto. "Gonçalo Ferreira praticamente invocava o testemunho de João Pais, o moço." A reconstituição desses fatos acontecidos em 1590 nos levou a suspeitar de ter sido aquela a expedição em que João Pais o moço, tomara parte. Associamos a ideia do fato de Pero Lopes Lobo ao voltar da campanha, na aldeia de Assento de Pássaro, ambas principal e aldeia sob a invocação de São Francisco, com a conversa entabulada entre Gaspar Ferreira e seus interlocutores, na mesma época, na Paraíba, junto à Igreja de São Francisco em área na qual estavam abrigados em togipares (ou tugipares, palhoças feitas com vegetais ou toldos feitos com panos e ramos), habituais nas aldeias indígenas e nas povoações nascentes d'quela época, além do reforço da presença de João Pais, o moço, e de Pero Lopes no local em que se realizou a conversação.

[29] Denunciações e Confissões de Pernambuco 1593-1595, págs.. 137-138 e 140-141.

Julgamos mais cabível que a igreja de São Francisco[30], citada pelo denunciante Gonçalo Ferreira, tivesse sido a da aldeia de Assento de Pássaro, nas fronteiras, a três léguas de distância da povoação da Paraíba, aldeia depois chamada de São Francisco, da qual era principal, o chefe índio Assento de Pássaro, que posteriormente tomou o nome de D. Francisco. Não conseguimos porém, estabelecer se na época a igreja da aldeia tivesse já sido erigida.

Figura mapa da Paraíba de 1609 e detalhe no canto inferior esquerdo - São Francisco entre 84 e 88 RIAP volume LVII, Recife 1984.

"Não podemos, todavia, excluir a possibilidade de ter sido a igreja do Convento[31] a referida na conversa, pois sua construção foi iniciada em julho de 1589 e terminada no ano seguinte; ter-se-ia, apenas de admitir que Pero Lopes e sua tropa, antes de partir para Itamaracá, tenham-se alojado na vizinhança do convento, de sua igreja e de sua cerca.

Em 1597 João Pais, o moço, teria participado de uma segunda expedição, autorizada por D. Felipe II de Castela (I de Portugal), ocorrida ainda no tempo de Jorge de Albuquerque Coelho, terceiro donatário da capitania de Pernambuco.

[30] Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, op. cit., pg. 71. Informa que, em 1589, depois de aceitos, existiam na Paraíba as aldeias do Almaga e Praia, que distavam uma légua da cidade, e meia légua avante uma da outra; nas fronteiras, a três léguas da cidade a do Assento do Pássaro, que (agora) se chamava de São Francisco; a do Joanne e a do Mangue. À pg. 79 complementa que a aldeia da Fronteira de envocação de São Francisco, do qual era principal D. Francisco Assento de Pássaro ... dispunha de igreja, e casa, aposentos dos religiosos, porem na fixa o ano em que estavam prontas estas benfeitorias.
Maximiniano Lopes Machado. História da Província da Paraíba, Volume I. Editora Universitária/ Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, 1977. Cap. V, pg. 113-114, esclarece que a aldeia Almagra ou Almagre (areia vermelha) estava situada na enseada do Tambaú; meia légua ao norte da atual povoação deste nome, antiga aldeia da Praia, na qual ainda existe um pequeno hospício de Santo Antônio. A aldeia de Assento de Pássaro ou de São Francisco, em razão do nome de batismo de seu principal, ficava ao sul de Tibiri, à três léguas da cidade. As do Joanne e Mangue, à mesma distância na fronteira do sul. A do Braço de Peixe no Tibiri, protegida pela fortaleza São Sebastião. Informa também, à pg. 113 do texto, que a aldeia de Assento de Pássaro, também era conhecida como Guiragibe e que os padres da Companhia, não querendo repartir-se por todas as aldeias, somente queriam permanecer na de Piragibe ou Braço de Peixe.
[31] Sobre a igreja do Convento ver Frei Vicente do Salvador, op. cit., cap. 31, pg. 291-294, e cap. 32, pg. 295-296.

O rei escreveu a D. Francisco de Sousa[33] governador geral do Brasil, a Manoel Mascarenhas Homem[34], capitão-mor da capitania de Pernambuco e à Feliciano Coelho de Carvalho[35], capitão-mor da capitania da Paraíba, encomendando-lhes a ida ao Rio Grande para fazer uma fortaleza e uma povoação.

Manoel Mascarenhas Homem, mandou à Paraíba uma armada de seis navios e cinco caravelões, com a recomendação de ali aguardarem-no. Nela foi como capitão-mor Francisco de Barros Rego[36], por almirante Antônio da Costa Valente e por capitão dos outros quatro navios, João Pais Barreto, Francisco Camelo, Pero Lopes Camelo e Manoel da Costa Calheiros.

---

[33] Varnhagem, op. cit., pg. 244. D. Francisco de Souza chegou à Bahia a 9 de junho de 1591 e governou até meados de junho de 1602.
Sobre ele escrevemos, no anexo "Origens e Brasões de João Pais e dos Sousa Henriques" no livro João Pais do Cabo: o patriarca, seus filhos, seus engenhos de Gilberto Ozório de Andrade e Rachel Caldas Lins, o seguinte: "D. João de Sousa servira à armada portuguesa na costa da África quando da segunda jornada de D. Sebastião, rei de Portugal, e quando fora portador das cartas com "as primeiras notícias exatas da morte e do enterro do aventuroso monarca português", e também, em outras ocasiões ao exército, em Portugal. Foi nomeado sétimo Governador Geral do Brasil por Filipe II de Castela (I de Portugal), em 1 de dezembro de 1590, tendo governado de 9 de junho de 1591 até meados de 1602, quando foi substituído por D. Diôgo de Botelho.
Foi nomeado, também, por Filipe III de Castela (II de Portugal), "Capitão-general e governador do distrito das três capitânias de São Vicente, Espírito Santo e Rio de Janeiro e da conquista e da administração das minas descobertas e por descobrir nas ditas três capitanias", em 2 de janeiro de 1608, tendo exercido sua missão de 19 de fevereiro de 1609 até 11 de junho de 1611, quando veio a falecer, paupérrimo, na vila de São Paulo de Piratininga. D. Filipe III de Castela (II de Portugal) prometera a D. Francisco, em 2 de janeiro de 1608, o título de marquês do primeiro que povoasse, e que tivesse pelo menos 60 vizinhos, caso as minas rendessem acima de quinhentos mil cruzados anuais, porém D. Francisco não conseguiu cumprir as condições, pelo que a mercê não se efetivou em sua pessoa, e sim na de seu neto de igual nome e primogênito de seu filho mais velho, D. Antônio de Sousa. D. Francisco casou-se duas vezes: do primeiro matrimônio, com D. Joana de Castro, filha de D. Rodrigo de Castro, senhor do morgado do Torrão, foi primogênito D. Antônio de Sousa; do segundo, com D. Violante Henriques, filha de sua irmã D. Mécia Henriques e de Jorge Furtado de Mendonça, comendador das Entradas e Represas, na Ordem de Cristo, foi segundo-gênito D. Luis de Sousa (Henriques).

[34] Varnhagen, op. cit., pg. 250: Manuel Mascarenhas Homem, governava em 1598, quando foi à conquista do Rio Grande, e continuou em 1603.

[35] Varnhagen, op. cit., pg. 260: Feliciano Coelho de Carvalho, capitão-mór nomeado em 2 de abril de 1592, tomou posse m 1595 e governou até o início de 1600, sendo seu substituto o capitão-mór Francisco de Sousa Pereira, nomeado em 3 de março de 1600.

[36] O capitão-mór Francisco de Barros Rêgo provavelmente foi o que vivia em Olinda, que faleceu a 14 de dezembro de 1614 e foi sepultado na igreja da Misericórdia (de Olinda), onde tinha sepultura. (Borges da Fonseca: Nob. I, 468(3); II, 215(F2)). Provavelmente foi pai de Cristovão de Barros Rêgo que foi governador da ilha de São Thomé por nomeação de D. João IV, datada de 1 de fevereiro de 1651 (Torre do Tombo, Chancelaria de D. João IV, Livro 15, fls. 316 verso - 317); foi também o instituidor do morgado de São Bento do engenho Caiará, da freguesia de São Lourenço da Mata e da capela de Nossa Senhora da Conceição de Boa Vista, ou dos Coqueiros, do termo de Olinda, conforme cópia de certidão de 20 de maio de 1731, passada pelo escrivão Manuel de Lemos Ribeiro, inédita e que pertencera ao Dr. Augusto de Sousa Leão, barão de Caiará. Borges da Fonseca (Nob. II, 214(c3) – 215) declara que o testamento de Cristovão de Barros Rêgo foi lavrado a 2 de dezembro de 1693, que ele falecera em 1694 e que fora sepultado na dita capela de Nossa Senhora da Conceição ou dos Coqueiros, na Boa Vista, termo de Olinda. Trata-se da atual igreja Santa Cecília, na atual rua da Conceição.

Manoel Mascarenhas Homem seguiu por terra à frente de "três companhias de gente de pé, de que eram capitães Jerônimo de Albuquerque[37], Jorge de Albuquerque, seu irmão, e Antônio Leitão Mirim, e uma de cavalo, que guiava Manoel Leitão. Chegado à Paraíba o capitão-mor de Pernambuco foi por mar ao Rio Grande na armada que enviara de Pernambuco, levando consigo o padre Gaspar de Samperes, da Companhia de Jesus, "por ser grande arquiteto e engenheiro, para traçar a fortaleza", e seu companheiro, o padre Lemos, e mais o irmão franciscano Frei Bernardino das Neves " por ser muito perito em língua brasílica" e seu companheiro franciscano, Frei de São Miguel.

Feliciano Coelho de Carvalho, seguiu por terra com o mesmo destino a 17 de dezembro de 1597 com os quatro capitães e companhias da gente de Pernambuco, e com mais uma organizada na Paraíba, da qual era capitão Miguel Alves Lobo. Essas tropas foram colhidas por epidemia de bexigas que forçou os capitães a voltarem para suas respectivas capitanias, exceto Jerônimo de Albuquerque, que a bordo de um caravelão partiu para se encontrar com o capitão-mor Manoel Mascarenhas Homem, que aportara com a armada na embocadura do Rio Potengi, a 25 de dezembro de 1597.

O fato mais notável desta missão foi a construção do forte do Rio Grande, iniciada a 6 de janeiro de 1598. Concluído este, que foi intitulado dos Reis ou dos Reis Magos, foi entregue pelo capitão - mor Manoel Mascarenhas Homem a Jerônimo de Albuquerque no dia de São João (25 de junho) de 1598[38], tomando-lhe homenagem, como de costume".

No mesmo dia seguiu Manoel Mascarenhas Homem, com sua gente para a aldeia de Camarão, onde Francisco Coelho de Carvalho estava "com seu arraial aposentado" e, no dia seguinte se passaram todos para a Paraíba. Chegado às fronteiras desta, Manoel Mascarenhas Homem se despediu de Feliciano Coelho de Carvalho e se foi com os seus para Pernambuco.

Frei Vicente do Salvador que contou esta história não foi explícito ao informar qual o João Pais Barreto nela envolvido. Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins[39] consideram ter sido João Pais, o moço , e não João Pais, do Cabo, a personagem referida na crônica, porque Frei Vicente no texto de sua Obra, sempre tratara o pai como

[37] Borges da Fonseca (Nob. II, 349-351; 381), ensina que Jerônimo de Albuquerque era um dos oito filhos (talvez o terceiro) de Jerônimo de Albuquerque, o Torto, e de Maria do Espírito Santo Arcoverde, filha do índio principal Arco-verde. Após a conquista do Maranhão, acrescentou o apelido Maranhão por mercê real.
Hélio Galvão, História da Fortaleza dos Reis Magos, pg. 18, informa que o nome indígena de Maria do Espírito Santo era Uiraubi.
[38] Hélio Galvão. História da Fortaleza dos Reis Magos, pg. 25. Prefere a data de 25 de junho de 1598.
[39] Gilberto Ozório de Andrade e Rachel Caldas Lins, op. cit., pg. 20.

João Pais e a única vez que citara o nome e o apelido por extenso João Pais Barreto, foi exatamente quando se reportara à expedição ao Rio Grande.

A presença de João Pais, o moço, sete anos antes, na expedição à Paraíba, chefiada por Pero Lopes Lobo, conduz-nos a concordar com os dois últimos autores.

Assim, João Pais, o moço, com cerca de 20 anos, deve ter testemunhado ao menos o desenvolvimento da fase marítima e, talvez, parcialmente, da fluvial da missão e deve ter assistido à entrega do forte a Jerônimo de Albuquerque, de vez que atuara como capitão de um dos navios da armada que aportara na embocadura do Potengi. Curioso é que nesta empresa lidara ao lado de dois parentes distantes, Manoel Mascarenhas Homem[40] e Feliciano Coelho de Carvalho[41].

III

Em 28 de julho de 1603, sendo D. Diogo Botelho[42] governador geral do Brasil, Duarte de Albuquerque Coelho, quarto donatário da capitania de Pernambuco (em minoridade), e Alexandre de Moura[43], capitão da mesma e seu loco-tenente, por alvará de Felipe III de Castela (II de Portugal) foi concedida provisão real que confirmaria a instituição do morgado de Nossa Senhora da Maria de Deus (de Santo Antônio) do Cabo de Santo Agostinho[44].

[Nota de Fábio Arruda: "Em 1580 João (Velho) Paes Barreto já instituía o Morgado de Nossa Senhora da Madre de Deus do Cabo de Sto. Agostinho, vinculando o Engenho Madre de Deus, depois chamado de Engenho Velho. A escritura foi redigida em 28 de outubro de 1580."]

[Cabe lembrar que a instituição e a confirmação são duas figuras jurídicas distintas (YS)].

---

[40] Genealogia de Mascarenhas Homem.
[41] Genealogia de Feliciano Coelho de Carvalho.

[42] Frei Vicente do Salvador, op. cit., livro IV – Prolegómenos, pg. 22, informa que Diogo Botelho foi o primeiro governador geral que aportou em Pernambuco, onde assumiu o governo a 1 de abril de 1602. Varnhagen, op. cit., pg. 241-242, informa que Diogo Botelho chegou a Pernambuco a 1 de abril de 1602, tomando posse do governo em Olinda, embarcou para a Bahia em setembro de 1603, governando até 7 de janeiro de 1608.
[43] Varnhagen, op. cit., pg. 250: Considera Alexandre de Moura foi nomeado capitão de Pernambuco durante a menoridade de Duarte de Albuquerque Coêlho, em Valladolid, a 9 de outubro de 1602, exercendo o cargo durante doze anos.
[44] ?

Conjecturamos que logo após aquela data, talvez escolhida para comemorar sua maioridade (25 anos a mais), se investira João Pais, o moço, oficial e juridicamente na condição de primeiro titular do vínculo. (que, como assinalou Pereira da Costa[45], se compunha "do Engenho Madre de Deus, chamado depois Engenho Velho, por ser o mais antigo que levantara João Pais Barreto, o Velho, bem como duas casas (ou dois conjuntos de casas) situadas na vila de Olinda).

Supomos que na época os pais tenham trocado sua "residência habitual no Engenho Velho" pelo Engenho Garapú, de invocação Espírito Santo".

IV

Em 1606 um João Pais Barreto comprara um engenho de açúcar do qual era co-senhor João Luís Henriques[46], judeu português, que vivera muitos anos em Pernambuco; a notícia da transação resultara conforme José Antônio Gonsalves de Melo, de uma denúncia feita, em 1638, por Simão Correia.

O Engenho "estava situado a umas seis milhas (sic) de distância de Olinda e era contiguo a um outro de Barreto".

Suspeitamos que o adquirente fora João Pais, o moço, que o Engenho adquirido fora o Guerra ou da Guerra, que o "outro" engenho vizinho fora o Velho, sede do morgado. Conjecturamos também que, provavelmente, aquela compra tenha sido responsável pelos dez mil cruzados que devia João Pais, o moço ao pai, "por uma escriptura", como consta do codicilo ao testamento deste[47].

---

[45] Pereira da Costa, Anais Pernambucanos, Vol. I, pg. 57.

[46] José Antônio Gonsalves de Mello – Gente da Nação. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, Recife, 1989, pg. 19-20. Segundo o autor João Luiz Henrique, que vivia em Pernambuco era um dos quatro "companheiros ausentes" da Santa Companhia de Dotar Órfãos e Donzelas (Dotar), constituída a 15 de fevereiro de 1615 entre os judeus portugueses residentes em Amsterdam ou em outras áreas. Refere, também, que no "Livro de entrada e saída das arcas (1596-1603)" ele se oferece a exportar açúcar para o reino em 1600 e 1602.
Em 1620 permanecia aqui, pois como residente em Pernambuco estava indicado por Manuel Homem de Carvalho na Visitação da Bahia. Assinala mais que "em 1638, Simão Correia depõe em cartório que Jerônimo Henriques (nome de cristão, pois seu nome real de judeu era José Cohen) era filho de João Luiz Henriques e que este morrera em Amsterdam. Correia, que viveu em Pernambuco durante 26 anos, declarou que João Luiz Henriques também ali viveu por muitos anos e era co-senhor de um engenho de açúcar que vendeu a João Pais Barreto, em 1606. O engenho estava situado à umas seis milhas de distância de Olinda e era contíguo a um outro de Barreto.

[47] Fernando Pio dos Santos. Cinco documentos para a história dos engenhos de Pernambuco. Revista do Museu do Açúcar Nº 2. Recife, 1969. Primeiro documento: Tras'lado do codicilo de João Pais Barreto, o Velho. Separata, pg. 13: "que deixava a sua filha D. Maria, os dez mil cruzados que seu filho João Pais Barreto devia por uma escritura e assim lhe dá mais o que mais vale".

[Nota de Fábio Arruda: Ótima notícia, mas, infelizmente, não sei nada a respeito disso! Todavia, não se pode esquecer dos Engenhos Santo Estevão e Ilha que também pertenciam ao Morgadio. Aliás, existem dois Engenhos chamados "Guerra". Existe uma 'enorme' diferença entre eles. O Engenho de Ipojuca chama-se, simplesmente, Engenho Guerra – sob a Invocação de Nossa Senhora do Pilar, enquanto o Engenho do Cabo chama-se Engenho da Guerra – sob a Invocação de Santa Luzia. Ao longo dos séculos seguintes, sempre foi referenciado como Engenho da Guerra, diferentemente de seu homônimo de Ipojuca].

V

No governo geral do Brasil de D. Luís de Sousa[48], quinto senhor de Beringel e alcaide-mor de Beja, sob Duarte de Albuquerque Coelho, quarto donatário de Pernambuco e sendo mandatário deste, o capitão -mor Vasco de Sousa Pacheco[49], tendo falecido a 21 de maio de 1617, João Pais Barreto, o velho, o filho homônimo, conforme o codicilo ao testamento do pai[50], passado a 2 de janeiro do mesmo ano, herdara terras nos distritos de Una, Rio Formoso, em Tabatinga e o outeiro já demarcado de Sto. Antônio do Cabo, estas duas últimas propriedades na freguesia do Cabo[51].

Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins assinalam que "dúvida existe se o referido outeiro era o vizinho à sede do engenho Velho, onde fora erguida a Capela de Santo Antônio do Monte, ou aquele outro onde se localizara a povoação e, depois, a Vila

---

Varnhagen, op. cit., pg. 245. D. Diogo de Menezes e Siqueira desembarcou em Pernambuco nos primeiros dias de janeiro de 1608. Tomou posse do governo em Olinda a 7 do mesmo mês, chegou a Bahia em 18 de dezembro desse ano e governou até 21 do mesmo mês de 1612.

[48] Varnhagen, op. cit., pg. 245: D. Luis de Sousa nomeado em julho de 1616, partiu de Lisboa a 3 de novembro do mesmo ano e tomou posse a 1 de janeiro de 1617; governou até 12 de outubro de 1621.
No livro "João Pais do Cabo: o patriarca, seus filhos, seus engenhos" de Gilberto Ozório de Andrade, em pequeno ensaio anexo sobre "Origens e Brasões de João Pais e dos Sousa Henriques", escrevemos à pg. 138: "D. Luis de Sousa, quarto senhor de Beringel, alcaide-mór de Beja, segundo senhor e conde do Prado (título em 12 de junho de 1633 por mercê de D. Filipe IV de Castela (III de Portugal), comendador de Nossa Senhora da Purificação, na ordem de Cristo, servira no exército e na marinha portugueses. Nomeado por D. Filipe III de Castela (II de Portugal), undécimo governador geral do Brasil (1617-1621), em julho de 1616, governou de 1 de janeiro de 1617 até a chegada de seu sucessor, Diogo de Mendonça Furtado, a 12 de outubro de 1621 (já falecido D. Filipe III de Castela (II de Portugal) em 31 de março de 1621), voltando logo após no patacho vianês Manja Léguas para o reino, onde ainda governou o Algarve e chegou a ocupar a presidência do Senado da Câmara de Lisboa". No texto original estão citadas as fontes bibliográficas.

[49] Francis A. Dutra Matias de Albuquerque, etc. RIAP, Vol. XLVIII, Recife, 1976, pg. 36: Vasco de Sousa Pacheco serviu como governador e capitão-mór de Pernambuco entre 1615 e 1617, a pg. 35: neste ano foi transferido para a Bahia; pg. 100 (referência 20 do capítulo IV): a Vasco de Sousa Pacheco foi dado, eventualmente, o posto de capitão-mór da Bahia.

[50] Fernando Pio, op. cit., pg. 14.

[51] Fernando Pio, idem, pg. 14.

de Santo Antônio do Cabo, com a respectiva Capela, também de invocação Santo Antônio"[52].

Distinguido no referido codicilo[53] como "testamenteiro, administrador de toda a fazenda e tutor de seus irmãos", delineara-se claramente a condição de líder da família, como era desejo do pai, que no referido documento recomendou-lhe que "acomode os irmãos como lhe bem parecer e reparta as terras direitamente e correta (sic) entre eles e tenha cuidado com sua mãe e seja seu administrador"... e pediu aos filhos que "se hajão bem com os outros e que obedeçam o irmão João Pais e hajão por bem o que ele fizer".

Dedicou-se, então, certamente, a cumprir os ditames do referido e capitão-mor interino da capitania de Pernambuco, pelo fato de não ter podido assumir o posto a que fora designado, Martím de Sousa Sampaio[54].

Borges da Fonseca[55] informa que ocupou o cargo "desde 1619 até 20 de maio de 1620", "dia em que, em suas mãos, tomou homenagem para o governo da mesma capitania, Matias de Albuquerque, irmão do senhor donatário dela, em virtude de uma ordem real de 25 de janeiro do mesmo ano, a qual foi passada em Lisboa, com vista do Duque de Villa Hermosa e do Conde de Ficalho".

Pereira da Costa[56], baseado em Frei Vicente do Salvador supõe ter havido confusão nas datas. Matias de Albuquerque estaria em Lisboa em maio de 1620, partido do porto daquela cidade em o mês de agosto de 1621 e chegara a Bahia em 12 de outubro de 1621.

Francis A. Dutra[57] considera que Matias de Albuquerque chegou a Pernambuco em fins de maio ou princípios de junho de 1620.

Pereira da Costa[58] opina também que "não consta documentadamente o tempo em que João Pais Barreto esteve no governo da capitania sabendo-se contudo que, efetivamente o desempenhava em fins do termo de fixação daquele período, como consta da ocorrência de um conflito entre ele, a Câmara do Senado de Olinda e o comandante do Forte do Recife (Vicente Campelo), acerca do provimento dos oficiais de patrão-mor da

[52] Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins, op. cit., pg. 34.
[53] Fernando Pio, pg. 14 e 15.
[54] Varnhagen, op. cit., pg. 250: Martim de Sousa Sampaio foi nomeado em 1619. Não chegou a empossar-se, porque, embarcando com a sua mulher, filho e família, o navio em que vinha foi tomado por duas naús holandesas que o levaram para Sunda, onde foi libertado, e por Gôa tornou a Portugal.
[55] Borges da Fonseca, Nob. II, pg. 217.
[56] Pereira da Costa. Anais Pernambucanos. Vol. II, pg. 371.
[57] Francis A. Dutra. RIAP. VOL. XLVIII. Recife, 1976. Matias de Albuquerque capitão-mór de Varnhagen e governador geral do Brasil. Pg. 9-125.
[58] Pereira da Costa. Anais Pernambucanos, Vol. II, pg. 375.

ribeira e juiz de calafates, o que tudo foi levado a conhecimento régio por intermédio do Tribunal do Desembargo do Paço, que sobre o caso dirigiu à Coroa três consultas, em dez de maio e três de novembro de 1622, e a vinte e três de janeiro de 1623".

Francis A. Dutra[59] confirma a realização dessas consultas e refere que a nomeação à capitania mor interina de João Pais Barreto, feita por D. Luís de Sousa, foi por demais insultuosa e que a tentativa de preencher o cargo vago de patrão da ribeira e juiz dos calafates da Capitania foi como a proverbial gota d'água que fez o copo transbordar para os Albuquerque Coelho e seus aliados. Desde logo o ouvidor de Pernambuco (nomeado pelo donatário) e vários membros da Câmara de Olinda, chefiados por Cristóvão de Albuquerque, tio do donatário, censuravam intensamente a ação de Pais Barreto. Contudo D. Luís de Sousa defendeu a atitude do capitão-mor. Os protestos de Cristóvão de Albuquerque se baseavam na má fé do governador geral em nomear pessoas para cargos por intermédio do capitão- mor interino, que para muitos pernambucanos não era da alçada real. Os debates foram calorosos e os protestos do tio do donatário tantos e tamanhos que ele acabou preso pelo capitão-mor n'uma fortaleza a cinquenta léguas da capitania.

Francis A. Dutra[60] informa, ainda, que "apesar da sequência exata dos fatos ser algo obscura, pode-se determinar que antes do conflito se resolver três dos apaniguados de D. Luís de Sousa em Pernambuco, João Pais Barreto, Vicente Campelo e Manoel de Matos foram presos. O Conselho da Fazenda sugeriu que Manoel de Matos, provedor da Fazenda, fosse imediatamente suspenso de seu posto, preso e enviado a Portugal para ser julgado". Logo após, o ex capitão-mor (e governador de Pernambuco), Pais Barreto e o capitão do forte do Recife, Vicente Campelo "foram jogados à masmorra com grande estrondo".

Em 23 de janeiro de 1624 Felipe IV de Castela (III de Portugal) ordenou que cessassem as controvérsias e as acusações às pessoas implicadas na disputa.

[59] Francis A. Dutra. RIAP. Vol. XLVIII. Recife, 1976. Cap. IV, pg. 37.
[60] Francis A. Dutra. RIAP. Vol. XLVIII. Recife, 1976. Cap. IV, pg. 40.

VI

Em 1623, já sob o reinado de D. Felipe IV de Castela (III de Portugal)[61], sendo Diogo de Mendonça Furtado[62], governador geral do Brasil, Duarte de Albuquerque Coelho, 4º donatário e Matias de Albuquerque, seu irmão, capitão-mor e governador da Capitania de Pernambuco, conforme relatório de José Israel da Costa[63] dois eram os engenhos relacionados como pertencentes a João Pais Barreto: "o de João Pais Barreto" evidentemente o engenho Velho, e o engenho Guerra, "o dito no engenho da Guerra; o primeiro produzira na safra de 1622 - 1623, 8180 arrobas de açúcar macho e 1580 arrobas de retame, e o segundo, 5465 arrobas de açúcar macho. Nesta época a residência de João Pais Barreto deveria ser no engenho Velho, cuja casa de moradia era de pedra, de vez que a casa do engenho da Guerra, de barro, seria fácil presa de deterioração".

Neste ano de 1623 os engenhos de seus irmãos[63], Estevão Pais (o Pirapama), Cristóvão Pais (o Novo), Miguel Pais (o Algodoais), Diogo Pais (o de Nossa Senhora de França e o de Una, sob invocação de Nossa Senhora da Guia), o de Filipe Pais (Garapu, sob invocação do Espirito Santo), (o de Julião Pais seu irmão extra- conjugal – Sylvio continua incorrendo neste erro – ver nota de FB) e o de D. Luís de Sousa Henriques, seu cunhado, casado com sua irmã D. Catarina Barreto (o Juriçaca) exibiram produção compensadora de açúcares.

Ao indicar o nome de Julião Pais, implicitamente se reportava José Israel da Costa aos engenhos de Utinga, e/ou Madanela e/ou Santo Antônio que o mesmo Julião Pais já possuía em 1609, pois constavam do relatório de Diogo Campo Moreno, sendo que o de Utinga [deve ter sido doado por seu pai antes daquela data, e], provavelmente, fora o primeiro a tomar este nome, segundo nosso ponto de vista. [Nota de Fábio Arruda: Já sabemos que tudo isso foi um engano em que muitos incorreram! Ver minhas (YS) considerações no texto].

[61] Varnhagen, op. cit., pg. 241: D. Filipe II da Espanha (II de Portugal), faleceu em 31 de março de 1621 e D. Filipe IV da Espanha (III de Portugal), reinou em Lisboa até 1 de dezembro de 1640.
[62] Varnhagen, op. cit., pg. 245: Diôgo de Mendonça Furtado chegou à Bahia em 12 de outubro de 1621, tomou posse no mesmo dia e governou até 9 de maio de 1624, quando foi feito prisioneiro pelos holandeses que tinham tomado a Bahia.
[63] José Israel da Costa. Yuma Relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, em 1623. Fontes para a História do Brasil Holandês. Vol. I – A Economia Açucareira. Parque Histórico Nacional dos Guararapes. MEC/ SPHAN – Fundação Pró-Memória. Recife, 1981. Pg. 29.

O relatório não se refere, todavia, ao seu irmão Antônio Pais, a quem seis anos antes o pai deixara, em Tabatinga, o "engenho de Utinga..." "todas as terras que partem com Estevão Pais e Julião Pais"... "a terra dos molinotes que he para a banda de Utinga" além da recomendação ao filho testamenteiro João Pais Barreto, a compra de "trinta pessas (sic - peças) de escravos"... "que os dará a Antônio Pais"... o qual lhes pagara "dos primeiros açucares que fizer o dito engenho que dei a ele Antônio".

Do exposto fomos levados à suposição de que dois foram os engenhos de Utinga doados por João Pais Barreto, o velho: o primeiro, doado antes de 1609 a Julião Pais, fora o posteriormente conhecido pelo nome de Utinga de Cima; (identificado por José A. G. M.)[64] o segundo, doado pelo mesmo João Pais Barreto, o velho, em 1617 a Antônio Pais, passou depois a ser denominado Utinga de Baixo. [Nota de Fábio Arruda: Já sabemos que tudo isso foi um engano! Eram engenhos vizinhos, mas Julião não era irmão de Antônio Pais. Ver minhas considerações mais abaixo no texto].

VII

Em 1630, sob o reinado de D. Felipe IV de Castela (III de Portugal), sendo governador geral do Brasil, Diogo Luís de Oliveira[65], 4º donatário da capitania, Duarte de Albuquerque Coelho, e general do exército seu irmão Matias de Albuquerque[66,67], ao ser deflagrada a invasão flamenga, João Pais Barreto e seus irmãos Felipe e Diogo, desde as primeiras horas estiveram incorporados às forças de resistência[68].

Capitão do Cabo de Santo Agostinho, e ex- capitão-mor e ex - governador interino de Pernambuco, o morgado do Cabo, como pessoa principal que era, tomou parte em

[64] José Antonio Gonsalves de Mello. Gente da Nação, pg. 27.
[65] Varnhagen. Op. cit., pg. 245: Diôgo Luis de Oliveira, nomeado por patente de 26 de fevereiro de 1625; partiu de Lisbôa a 25 de agosto de 1626; chegou a Pernambuco a 7 de novembro do mesmo ano; tomou posse na Bahia, a 27 de janeiro de 1627 e governou até 11 de dezembro de 1635.
[66] Varnhagen, op. cit., pág. 250: Matias de Albuquerque entrou a servir segunda vez, em 1629.
[67] Duarte de Albuquerque Coelho, marquês de Basto, Conde e Senhor de Pernambuco – Memórias Diárias da Guerra do Brasil (1630-1638) – Secretaria de Interior do Governo de Pernambuco, Recife, 1944, pg. 6 e 7. O marquês de Basto na introdução de suas memórias diárias informa que D. Filipe IV de Castela (III de Portugal) tinha enviado Matias de Albuquerque em socorro do irmão. O próprio Duarte declara na condição de general, com ordens para que visitasse e fortificasse as quatro praças do Rio Grande, da Paraíba, de Itamaracá e de Pernambuco e que estas lhe ficariam quanto à guerra. Deram-lhe três caravelas, dois capitães, Diogo de Ávila Bittancourt e Gil Correia de Castelo Branco e munições para serem distribuídas pela Bahia, Rio de Janeiro, Paraíba e Rio Grande. Partiram de Lisboa a 12 de agosto de 1629 e chegaram ao Recife a 18 de outubro seguinte.
[68] Borges da Fonseca. Nob. II, pg. 217. Título de capitão-mór do Cabo de João Pais Barreto Marquês de Basto, Memórias Diárias, pg. 18.

um conselho (de guerra) que Matias de Albuquerque convocou[69] a 15 de janeiro do mesmo ano véspera da invasão flamenga.

Dessa reunião[70] participaram o capitão-mor do Estado Pedro Correia da Gama, João Pais Barreto, ex-capitão-mor da praça (de Olinda), Francisco Gomes de Melo, ex-capitão-mor do Rio Grande e outras pessoas particulares, para saber se deveriam combater ao inimigo em Pau Amarelo ou defender o posto do Recife. O general diante das circunstâncias resolveu reforçar a defesa de Pau Amarelo, onde o inimigo se preparava para desembarcar e cuja defesa estava sob a supervisão do capitão André Pereira Themudo, ex-capitão-mor do Rio Grande, a quem estava confiado a fortificação do rio Tapado e a defesa do porto e da praia.

Matias de Albuquerque chegou no dia da invasão, 16 de fevereiro, pelas 7 horas da manhã à margem sul do rio Doce, onde encontrou o capitão André Pereira Themudo com sua gente; as forças somadas perfaziam 550 infantes e 100 cavalos, com três capitães, Francisco Bezerra, Filipe Pais (irmão de João Pais Barreto) e João Guedes Alcoforado, além de cerca de 200 índios sob as ordens de Antônio Felipe Camarão. Foram essas as primeiras forças que deram combate aos holandeses.

Matias de Albuquerque[71], vendo que dispunha de pouca gente ordenou a retirada para a vila de Olinda, guarneceu a trincheira e a plataforma de São Francisco e ofereceu resistência, porém verificando que o inimigo já se "havia apoderado do mais alto da vila por um caminho que vem ter à fonte, que está perto à ermida de Nossa Senhora do Amparo, e reduto (a força da praia de São Francisco) se foi retirando com a gente com que se achava para o Recife se antes disso, temendo que o inimigo entrasse na vila mandou a João Pais Barreto com duas companhias, de Martim Ferreira e de Francisco Tavares, e a André Pereira Themudo com parte de que começassem a fazer à pressa uma trincheira de tábuas e pilhas, porém eles vendo que o inimigo tinha ocupado o alto da vila foram pelejar com ele, mas acharam-se com pouca gente; resultou André Pereira Themudo morto em peleja. Afinal, a vila foi tomada no mesmo dia 16 de fevereiro, pelo inimigo.

[69] Idem, pg. 202-203.
[70] Idem, pg. 206.
[71] Marquês de Basto. Memórias Diárias, pg. 206.

VIII

Tendo chegado possivelmente, à povoação do Recife[72], no mesmo dia 16 de fevereiro de 1630, Matias de Albuquerque se empenhou em melhorar e ou acabar a organização da defesa da povoação durante os dias 16 e 17 de fevereiro.

Entre as medidas que tomou no dia 17 de fevereiro (de 1630), encarregou o capitão engenheiro Diogo Pais[73] (irmão de João Pais Barreto), que havia, pouco tempo antes da invasão, recebida a incumbência de fazer uma fortificação de quatro baluartes (Forte Diogo Pais) no Recife, (a qual estava a alguns pés acima do solo àquela altura dos acontecimentos), com o auxílio do patrão-mor Francisco Velho de Lemos, de obstruir a barreta dos Afogados, o que foi conseguido utilizando "um patacho pequeno carregado de pedras" que foi incendiado pelo inimigo, e metendo-se a pique, naquele mesmo lugar, três barcos grandes da mesma forma carregados de pedras.

---------- x ----------

Em agosto de 1630[74] o capitão Luís Barbalho construiu uma trincheira entre os mangues que ladeavam o istmo que liga o Arrecife à vila de Olinda, trincheira que causava muitos danos aos holandeses. Em 10 de agosto indo estes do Recife para a Vila com grande poder acometeram esta trincheira, onde o capitão se encontrava, apenas, com 10 homens. Luís Barbalho pediu socorro ao Forte do Arraial e retirou-se para outra trincheira que tinha mais dentro do mato. Chegado o aviso ao forte do Arraial, Matias de Albuquerque enviou socorro que tinha como chefe Pedro Correia da Gama e os capitães Francisco Tavares, Miguel de Abreu e Francisco de Freitas com a companhia de soldados que trouxe de Portugal, e outros com sua gente. Mandou, também, Diogo Pais Barreto[80], capitão e cabo de gente de cavalo para mandar aviso do que fosse necessário e carregar os soldados de cavalo, feridos, se na pendência os houvesse.

---------- x ----------

[72] Francisco de Brito Freyre – Nova Lusitania – História da Guerra Brasílica. Livro XIII, pg. 344-345.
[73] Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins, op. cit., pg. 42.
[74] Relação das Praças Fortes do Brasil (1609) – Diogo de Campos Moreno, RIAP, Vol. LVII, Recife, 1984, pg. 202.
[80] "Breve Discurso". Idem, pg. 83-84.

A maior colaboração dada por Diogo Pais, foi entretanto, à campanha na Paraíba. Em 24 de novembro de 1631[81], incendiada Olinda, Matias de Albuquerque ordenou a Mathias Albuquerque Maranhão (filho de Jerônimo de Albuquerque Maranhão) que, com a gente que de lá (Paraíba) tinha conduzido, regressasse a socorrer seu irmão Antônio de Albuquerque, que governava aquela praça, mandando marchar também o capitão D. Aleixo de Aza, como soldado velho, o capitão de engenheiros Diogo Pais e o capitão Manoel Godinho, com a sua companhia, que era do socorro que pertencia à mesma Paraíba. Desde a chegada até pelo menos 5 de dezembro de 1634, manteve-se Diogo Pais na Paraíba, empenhado na construção de trincheiras, travessas, plataformas, fossos e fortes.

Em 9 de dezembro de 1631[82] já estava construindo uma trincheira a 80 passos do Forte do Cabedelo; em marco de 1632 se encontrava com o engenheiro João del Olmo e com o capitão de artilharia André Marinho, entendido em fortificações, que foram levados por Bagnoli para construir um forte real, que não chegou a ser levantado; em dezembro de 1633 chegaram novamente à Paraíba, Bagnoli e André Marinho afim de examinar o novo forte de Santo Antônio, que se levantara da outra parte do Cabedelo, cuja obra estava sendo assistida por Diogo Pais; entre 5 e 23 de fevereiro de 1634[83] foi construída com a assistência de Diogo Pais, na parte do Forte de Santo Antônio, uma trincheira com a competente estacada, fosso e traveses, e um fosso estreito, que de um lado tinha um pântano impenetrável e do outro o mar; entre 14 e 28 de abril de 1634[84] os holandeses que se retiravam do Rio Grande fizeram alto no rio Cunhaú, na parte sul que dá para a Paraíba, junto do engenho do mesmo nome, quando o engenheiro Diogo Pais em poucos dias aproveitou a melhor defesa que se pode, entrando para ela o capitão Álvaro Cardoso de Albuquerque com a sua companhia e a maior parte dos moradores que se achavam no engenho; em 7 de novembro de 1634[85] participou da defesa da área que se estendia entre a cidade e o Varadouro e, finalmente, no dia 5 de dezembro de 1634[86] quando o capitão D. Gaspar de Arriaga e Jerônimo Pereira, com os de seu comando, entraram no forte de Cabedelo afim de evitar sua conquista pelos holandeses chefiados por Siegmundt Von Schkoppe, "se apresentou também o capitão engenheiro Diogo Pais para o que fosse necessário na ocasião do assédio que se tinha por infalível".

[81] Marquês de Basto, idem, pg. 68.
[82] Idem, pg. 72.
[83] Idem, pg. 83.
[84] Idem, pg. 153-155.
[85] Idem, pg. 162.
[86] Idem, pg. 165.

IX

Entre 24 e 30 de março de 1633[87] durante assédio holandês ao forte Real do Bom Jesus seguido de encontro travado na área situada entre o forte e o Rio Capibaribe, Cristóvão Pais Barreto (irmão de João Pais Barreto) "um morador dos mais nobres dono de Engenho", estando na muralha do Real lhe levou um mosquetaço, o braço direito. Não mais encontramos nenhuma referência sobre ele como participe de outra ação militar. Todavia no mesmo ano, o substituiu no campo da luta seu primogênito, João Pais de Melo (também chamado João Pais Barreto), que Borges da Fonseca[88] considera "entre todos que militaram nas guerras de Pernambuco, um dos mais esforçados capitães".

Em 7 de agosto de 1633[89], o conde de Bagnoli, cientificado de ter sido sitiado o forte Real enviou a Matias de Albuquerque, que lá se encontrava, duas companhias de socorro; uma do seu terço, sob o comando do capitão Francisco del Pino e outra, de moradores, sob as ordens de João Pais de Melo, "um dos mais nobres", cada uma com cinquenta homens. Chegado ao destino, Matias de Albuquerque, as mandou de guarda para o rio (Capibaribe), reforçando a gente que ali tinha. No mesmo dia à noite, surgiu navegando no rio acima uma flotilha holandesa composta de um navio, duas barcaças e uma lancha conduzindo artilharia, munições, abastecimento, e todo o mais necessário. No dia seguinte os que guardavam aquela parte do rio, que eram os capitães Pais de Melo, del Pino, Barbalho, o alferes Manoel Seabra, e a gente que mais perto se achava , foi-se reunindo ; com o que começaram a escaramuçar, uns por vedar a subida, outros por consegui-la. O general Matias de Albuquerque, que se encontrava no forte, enviou a toda a pressa as companhias de vários capitães e duas peças de 4 libras sob a direção de Francisco Perez do Souto. Toda essa tropa conseguiu não só deter como aprisionar a flotilha e toda sua carga.

A 8 de setembro de 1633[90], trezentos holandeses saíram do forte de Afogados e seguiram pela praia até a passagem do rio da Jangada, a duas léguas do Cabo de Santo Agostinho. Nesse local se encontrava de guarda João Pais de Melo com 50 homens, que se defenderam e fizeram retirar-se o inimigo com alguma perda.

[87] Idem, pg. 106.
[88] Borges da Fonseca, Nob. II, pg. 30.
[89] Marquês de Basto. Memórias Diárias, pg. 117-118.
[90] Idem, pg. 123.

Entre 21 e 26 de outubro de 1633[91], estando o general Matias de Albuquerque licenciado por doença, transferiu-se o conde de Bagnoli com seu terço do Cabo de Santo Agostinho para o forte Real de Bom Jesus. Ocupara, então aquela posição, o capitão-mor do Estado, Pedro Correia da Gama com pouco mais de 200 homens e oito capitães, inclusive João Pais de Melo, com alguns da Milícia da paroquia de Santo Antônio do Cabo.

A 4 de marco de 1634[92], amanheceu uma armada holandesa à vista do Cabo de Santo Agostinho, onde estava o capitão - mor do Estado, Pedro Correia da Gama com 9 capitães e 300 infantes. Além dessa gente havia 50 moradores de que era capitão João Pais de Melo.

O sargento-mor dispôs a defesa como melhor lhe pareceu. Enviou os capitães Fernando da Silva, Jerônimo Pereira, João de Madureira Godinho e João Pais de Melo para a praia de Itapõan [Itapoama, hoje, RCL], uma légua ao norte, onde começaram a levantar uma trincheira, para que mais cobertos pudessem se opor ao desembarque. Os holandeses investiram contra a praia de Itapõan, onde estavam aqueles capitães com sua gente, os quais obstaram o desembarque, servindo-lhes muito a trincheira que tinham feito. O inimigo tomando a direção do norte, foi percorrendo a costa, para saltar noutra parte ... no lugar chamado - as Pedras, na mesma praia.

X

Em 6 de junho de 1635[93,94], ocorreu a capitulação do forte Real de Bom Jesus (Arraial Velho), oportunidade em que conforme Pereira da Costa[95], João Pais Barreto, "um dos heróis de sua defesa" teria caído prisioneiro dos holandeses.

Logo após, a 12 de julho[95,97], aconteceu a rendição do forte de Nazaré do Cabo de Santo Agostinho, quando do cerco imposto à povoação de Santo Antônio do Cabo, e após furiosa luta na qual um dos redutos que ofereceram maior resistência, durante o assédio holandês, fora uma casa (ou casas) que o morgado possuía "à retaguarda do forte"...

[91] Idem, pg. 126-127.
[92] Idem, pg. 145.
[93] Idem, pg. 202-203.
[94] Idem, pg. 202-203.
[95] Pereira da Costa, Anais Pernambucanos, Vol. III, pg. 12.
[97] Idem, Vol. II, pg. 377.

Conseguindo o morgado libertar-se da prisão, incorporou-se à grande migração para Alagoas, (e, depois, para a Bahia), organizada por Matias de Albuquerque, que partiu da Vila Formosa de Serinhaém na manhã de 3 de julho de 1635[98], com destino a Porto Calvo (depois Bonsucesso).

Além de João Pais Barreto, os membros de seu clã que tomaram parte nesta retirada relacionados pelo Marques de Basto[99], e por Francisco de Brito Freyre[100] foram seus irmãos Estevão, Cristóvão, Miguel, Diogo, Felipe, Antônio, D. Catarina Barreto, viúva de D. Luís de Sousa Henriques e, também, Julião Pais Daltro, (irmão bastardo – errado, ver nota FB], que figura nos textos porém não foi considerado como tal.

Willem Schott em 1636[101], refere como tendo fugido com Albuquerque, João Pais Barreto, Estevão Pais, Cristóvão Pais, Diogo Pais, Catarina Barreto, e João Pais de Castro. O redator do "Breve Discurso em 1637[102] relaciona João Pais Barreto, Estevão Pais Barreto, Diogo Pais Barreto, Julião Pais Daltro e João Pais Barreto.

Todos os imigrados que os possuíam, abandonaram seus engenhos e demais haveres e se recolheram para perto das lagunas do Norte e do Sul, e alguns passaram logo à Bahia de todos os Santos[103]. João Pais Barreto, abandonou três engenhos, dos quais o Marques de Basto se referiu, apenas, a dois, provavelmente aos engenhos Velho, vinculado ao Morgadio, e o da Guerra, ambos sitiados no distrito do Cabo de Santo Agostinho: "largou dois engenhos[104], muito gado, e outras fazendas, por ser dos mais ricos proprietários do Brasil e ainda pode retirar trezentos de cinquenta escravos". Entre as "outras fazendas" estavam as terras de Una e do Rio Formoso, e Cabo de Santo Agostinho, o outeiro de Santo Antônio (que herdara do pai)[105] e a casa (ou casas) situadas à retaguarda do forte de Nazaré, no Distrito do Cabo[106-107], as duas casas no terreno de Olinda, também vinculadas ao Morgadio[108], e o engenho Jacaré[109], [Nota de Fábio Arruda: o Engenho

[98] Marquês de Basto. Memórias Diárias, pg. 206.
[99] Idem, pg. 203-204.
[100] Francisco de Brito Freyre. Nova Lusitânia – História da Guerra Brasílica, LXIII, pg. 344-345.
[101] Willem Scott. José Antonio Gonsalves de Mello. Fontes para a História do Brasil Holandês I, A Economia Açucareira, Recife, 1981, pg. 51-53, 55-58, 60 e 69.
[102] Breve Discurso, idem, pg. 83-84.
[103] Marquês de Basto. Memórias Diárias, pg. 204.
[104] Idem, pg. 203.
[105] Fernando Pio (dos Santos), op. cit., pg. 14.
[106] Marquês de Basto. Memórias Diárias, pg. 195.
[107] Francisco de Brito Freyre, op. cit., 1º 8, 2º 646, pg. 340. Diogo Lopes Santiago, op. cit., 90. A rendição do forte de Nazaré se realizou a 1 de julho de 1635.
[108] Inventário das Armas ... e dos prédios ... edificados ou reparados pelos holandeses na cidade do Recife até 1654, pg. 30. Registro das casas sob números 50 e 51.
[109] o engenho Jacaré.

Jacaré pertenceu ao Ouvidor Gaspar de Figueiredo Homem e foi passado aos seus herdeiros. Não consegui saber como João Paes Barreto entrou na posse deste Engenho após 1623 – ver minha pesquisa sobre Engenhos – parte II. Evaldo Cabral de Melo afirma que Dom João de Souza interessou-se pelo Engenho Jacaré após a Guerra Holandesa, mas não lembro de ele ter citado a fonte para tal afirmação. Penso que Evaldo deve ter visto algum processo da Relação da Bahia ou documento em que ele pleiteava a propriedade deste Engenho Jacaré após a Guerra.], sediado no distrito de Goiana, então integrante da capitania de Itamaracá, não considerado pelo Marques de Basto, e levantado ou adquirido em época incerta, porém possivelmente após 1623, pois não consta do relatório de José Israel da Costa[110].

XI

Willem Schott[111], em 1636, informa que Estevão Pais ao se retirar com Matias de Albuquerque teria deixado o engenho São Gonçalo de Una, situado a uma milha e três quartos a oeste da aldeia de Una e o redator do "Breve Discurso" diz em 1637[112] que Estevão Pais Barreto teria largado o engenho Ilhetas, sob a invocação de Nossa Senhora de Guadalupe, situado meia milha mais ao oeste da mesma aldeia; ambos os engenhos eram situados na área de Una, distrito da Vila Formosa de Serinhaém.

Encontramo-nos diante de dilema semelhante ao enfrentado por Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins quando tiveram de interpretar Frei Vicente do Salvador, na oportunidade em que este deixou dúvida sobre quem fora o capitão de navios João Pais Barreto, que seguira para o Rio Grande, na expedição de 1597: se o João Pais Barreto, o velho, ou se João Pais Barreto, o moço.

A dúvida aumenta se levarmos em conta as evidências sobre a participação do filho homônimo na guerra holandesa. Estevão Pais, ou Estevão Pais Barreto, o velho, foi proprietário dos dois engenhos citados, pelo que ficamos em dúvida sobre quais personagens ocupavam na oportunidade a guarda dos engenhos.

---

[110] José Israel da Costa. Uma relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, em 1623. Fontes para a História do Brasil Holandês, Vol. I – A Economia Açucareira, Parque Histórico Nacional dos Guararapes, MEC/ SPMAN, Fundação Pró-Memória, Recife, 1981.
[111] Fontes para História do Brasil Holandês. A Economia Açucareira. Recife, 1981, pg. 69.
[112] Idem, pg. 69.
[113] RIAP, Vol. XLVIII, Recife, 1976, pg. 168.
[114] Fontes para a História do Brasil Holandês, I. Economia Açucareira. Recife, 1981, pg. 242.

Assim poderia ter acontecido, antes de 3 de julho de 1635, que Estevão Pais Barreto o pai, ter investido o primogênito João Pais de Castro na administração ou na posse de um de seus engenhos, o Pirapama, agido do mesmo modo com o segundo gênito, Estevão Pais Barreto II, colocando-o à frente do engenho São Gonçalo de Una.

João Pais de Castro teria abandonado conforme Willem Schott os engenhos Pirapama e São João, [Nota de Fabio: o Engenho São João "Evangelista", em tese, nunca pertenceu a Família Paes Barreto. Na época das denunciações pertencia a Estevão Alvo. Passou de André do Couto a Pedro Lopes de Vera. Após a Guerra Holandesa, parece ter sido arrematado por uma Família Cardoso, parentes próximos de Gaspar Dias Ferreira – talvez seus "laranjas" – ver Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Paraíba], ambos sitos no distrito do Cabo. O engenho Pirapama[115], sobre a invocação de Santa Apolonia, estava localizando uma milha ao sul do engenho São João. Fora comprado pelo avô paterno João Pais Barreto[116], o Velho, a Cristóvão Lins e a sua mulher D. Adriana de Holanda, em 24 de outubro de 1586, pela quantia de 30.000 cruzados. João Pais do Cabo doou-o ao filho Estevão Pais Barreto I antes de 1609, pois essa posse consta dos relatórios de Diogo Soares Moreno (1609) e de José Israel da Costa (1623). O engenho S. João[117] localizado a um quarto de milha a oeste do engenho Bom Jesus pertencera ao sogro André do Couto, como consta dos mesmos relatórios citados, que, também, tomara parte na migração[118]. [Nota de Yony Sampaio: Fábio Arruda, acima, confirma que era de André do Couto, mas que teria passado não ao genro mas a Pedro Lopes de Vera. A informação de Schott, no entanto, confirma pelo menos a posse por João Pais de Castro].

Estevão Pais Barreto II, conforme Borges da Fonseca[119] nascera antes da invasão dos holandeses e, de acordo com o inventario do pai, já então era maior de 25 anos, isto é, tinha atingido a maioridade. Talvez , em 1635 estivesse à frente de um dos dois engenhos que o pai possuíra ou possuía em Una, no distrito de Vila Formosa de Serinhaém, provavelmente o citado por Willem Schott, o São Gonçalo de Una.

Em nenhum passo das obras escritas sobre a guerra holandesa que conseguimos compulsar, obtivemos informações sobre atividade militar do pai e dos filhos.

[115] Idem, 57.
[116] Pereira da Costa. Anais Pernambucanos, Vol. I, pg. 573.
[117] Fontes para a História do Brasil Holandês, I. Economia Açucareira, pg. 56.
[118] Marquês de Absto. Memórias Diárias, pg. 204.
[119] Borges da Fonseca. Nob. II, pg. 217.

João Pais de Castro, conforme nota inédita de Carlos Xavier Pais Barreto[120], ter-se-ia salientado nas lutas ocorridas em Cunhaú, no Rio Grande , porém não cita a fonte em que se baseou.

Estevão Pais Barreto II, como se depreende da patente de capitão de Ordenança da Vila do Cabo, com que foi provido, passada a 23 de maio de 1667, pelo governador André Vidal de Negreiros[121], servira na guerra achando-se nas duas ocasiões de peleja que houveram quando o inimigo estava fortificado na povoação de Una, e foi desalojar o tenente-general Manoel Dias de Andrade, na que ganhou aos holandeses o forte do Rio São Francisco e em outras em que procedeu sempre com honra e valor.

Procurando recompor o cenário e as cenas ocorridas, no referido posto de Una, através das "Memórias Diárias da Guerra do Brasil" verificamos que chegado o conde de Bagnoli a Porto Calvo, (depois Bonsucesso) a 19 de março de 1636, tratou de ocupar uma posição dez léguas para frente, e distante seis da Vila Formosa de Serinhaém, onde se fortaleceram os holandeses, sob as ordens de Siegmundt Von Schkoppe. O posto foi entregue ao tenente - general Manoel Dias de Andrade[122] e seus quatrocentos homens, e a D. Antônio Felipe Camarão com seus índios, que ocuparam e fortificaram um ponto junto ao rio Una, para a parte do sul, em uma casa que ficava em frente do engenho de Diogo Pais e à vista da povoação e da Igreja de São Gonçalo. Este ponto foi identificado, em 1979, por Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins, grandes conhecedores da região, que relataram: "a jusante da cidade hoje de Barreiros, descreve o Una um agudo e longo meandro, na margem direita do qual o tenente - general Manoel Dias de Andrade e D. Antônio Felipe Camarão fortificaram em 1636 uma casa como baluarte contra os holandeses que se tinham apossado da Vila Formosa de Serinhaém, casa talvez em terras do agora engenho Herval e que ficam em frente do engenho de Diogo Pais e à vista da povoação e igreja de S. Gonçalo. Da margem convexa do meandro, com efeito, avista-se à esquerda a sede da antiga usina Rio Una, que assinala o local do engenho de Una e à direita a colina onde as ruínas da matriz de São Gonçalo estão atualmente encobertas pelos densos bananais da povoação de Una"[123].

Quanto aos ataques ao posto chefiado pelo tenente - general Manoel Dias de Andrade apenas encontramos referência a um deles, acontecido no dia 23 de abril de 1636[124]

[120] Carlos Xavier Paes Barreto. Notas inéditas.
[121] Borges da Fonseca, Nob. II, pg. 217.
[122] Marquês de Basto. Memórias Diárias, pg. 233-234.
[123] Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins, op. cit.
[124] Marquês de Basto. Memórias Diárias, pg. 236.

e efetuado por Siegmundt von Schkoppe com mil e quinhentos homens; todavia o tenente Andrade o (posto) defendeu tão bem, que o Siegmundt fez retirar-se à Vila Formosa, donde saíra e com não pouca perda de gente e reputação". Conforme as Memórias Diárias "o tenente - general, a 18 de outubro seguinte[125], já havia deixado o comando do posto, tendo sido substituído por Martím Soares. Não encontramos referência à presença na área, de Estevão Pais Barreto II.

O redator do "Breve Discurso"[126], em 1638, assevera que o engenho Ilhetas, sob invocação de Nossa Senhora de Guadalupe, que pertencera a Estevão Pais Barreto e o engenho Una, sob a invocação de Nossa Senhora da Guia, foram confiscados e o relatório de Adriaen Van Der Dussen[127], de 1640, diz que o engenho Ilhetas foi confiscado e vendido a Jacob Stachhouwer e Nicolaes de Ridder. O engenho Ilhetas em junho de 1642 já havia sido vendido pelos Srs. Stachhouwer e de Ridder a João Fernandes Vieira[127].

---------- x ----------

Cristóvão Pais Barreto "um morador dos mais nobres" que perdera o braço direito n'um assédio holandês ao forte real de Bom Jesus, em fins de março de 1633[128], deixou o engenho Novo, sob invocação de São Miguel, no distrito do Cabo de Santo Agostinho. Dos três [engenhos] que lhe foram atribuídos, em 1607, pelo padre Pedro Rodrigues[129], foi o único de que conseguimos notícia.

O engenho Novo, no relatório de Diogo de Campos Moreno, de 1609[130], aparece em nome de D. Ana de Holanda, sua sogra, viúva de João Gomes de Melo, bem como um outro, o Velho, que também foi chamado sucessivamente de Nossa Senhora da Conceição e de Trapiche, ambos situados no ramo do distrito do Cabo de Santo Agostinho. Parece pois que esses engenhos são os mesmos que figuram no relatório de José Israel da Costa[131], provavelmente o engenho Velho em nome de Manoel Gomes de Melo, filho de D. Ana de Holanda e casado com D. Adriana de Holanda e o outro, provavelmente o

[125] Marquês de Basto. Memórias Diárias, pg. 243,; Frei Manuel Calado. Valoroso Lucideno, Vol. II, pg. 147-150; Diogo Lopes Santiago, op. cit., pg. 324-325.
[126] Fontes para a História do Brasil Holandês. A Economia Açucareira, pg. 83.
[127] Idem, pg. 160; José Antonio Gonsalves de Mello. Tempo dos Flamengos, pg. 162-163.
[128] Marquês de Basto. Memórias Diárias, pg. 106.
[129] Gilberto Ozório de Andrade e Rachel Caldas Luis, op. cit., pg. 42.
[130] Relação das Praças Fortes do Brasil (1609) – Diogo de Campos Moreno. RIAP, Vol. LVII. Recife, 1984, pg. 205.
[131] Fontes para a História do Brasil Holandês. A Economia Açucareira. Recife, 1981, pg. 29.

Novo, em nome de Cristóvão Pais Barreto casado com Margarida, filha de D. Ana de Holanda.

O engenho Novo conforme "o Breve Discurso", de 1638[132], e o relatório de Adriaen Van der Dussen, de 1640[133], foi confiscado e vendido a Duarte Saraiva.

João Pais de Melo, seu primogênito, após sua adesão à migração e estando em Bom Sucesso (antes Porto Calvo), em 26 de setembro de 1636[134], foi incorporado a uma expedição enviada pelo conde Bagnoli à Paraíba, chefiada pelo capitão de cavalos Francisco Rabelo e composta dos capitães João Lopes Barbalho e do próprio João Pais de Melo, de 200 homens, do alferes Felipe Pereira à frente da companhia de Atilano Gonçalves e do alferes Jacinto de Lima com a companhia de André de Barros. O último encontro de que participou o capitão João Pais de Melo foi travado na Bahia, a 18 de maio de 1638[135], em combate no qual o conde de Nassau mandou três mil holandeses atacarem a trincheira do mestre - de - campo Fernando de Lodeña, a de Santo Antônio, onde e quando João Pais de Melo foi aprisionado e ferido com dois arcabuzaços. A partir desta data, não mais encontramos referência à atividade militar desse personagem.

---------- x ----------

Miguel Pais, ou Miguel Pais Barreto[136] herdara do pai, em 1617, o engenho Algodoais "talvez um molinete , como nós vimos".

[Nota de Fábio Arruda: segundo minhas pesquisas e conforme o Mapa de Vingboons, existiram 02 Engenhos Algodoais, um chamado Velho e outro denominado Novo. Este Engenho Algodoais de Miguel Paes Barreto era o Algodoais Novo. O Engenho Algodoais Velho parece-me ter ficado conhecido no tempo como Moriquipes, pois existia uma antiga Aldeia de índios neste local e com este nome. Situava-se nos alagadiços e muito próximo a Foz do Rio no Cabo de Santo Agostinho. Deve ter sido um antigo Passo (local de armazenagem e fiscalização por parte da Coroa Portuguesa)].

O engenho Algodoais, que ele havia deixado ao acompanhar a migração de 1635, conforme o relatório de Adriaen Van der Dussen, em 1639[138], já tinha sido confiscado e

[132] Idem, pg. 84-85.
[133] Idem, pg. 144.
[134] Marquês de Basto. Memórias Diárias, pg. 241.
[135] Idem, pg. 291.
[136] Fernando Pio, op. cit., 13-14.
[138] Fontes para a História do Brasil Holandês, I. A Economia Açucareira, pg. 144.

vendido ao capitão Gaspar Van Nieuhoff Van der Ley e já estava reparado e replantado. Não sabemos se a transação incluíra o molinete ou se Miguel Pais ficou à frente deste.

Gaspar Van der Ley, poucos anos depois comprou, também, os engenhos Utinga de Cima e Utinga de Baixo[139]. [Nota de Fábio Arruda: Gaspar Van Der Ley adquiriu os Engenhos Utinga de Cima e de Baixo no ano de 1642 – ver documento holandês]. Gaspar Van der Ley assinou o Manifesto de Direito enviado a D. João IV de Portugal em 1645 e conforme Evaldo Cabral de Melo "aderiu ao movimento restaurador, mas continuou objeto de preocupação por parte das autoridades luso - brasileiras, tanto assim que o incluíram no grupo de holandeses enviados em fins de 1645 para a Bahia, donde aliás, não regressaria em caráter definitivo ao seu engenho dos Algodoais, falecendo na cidade de Salvador (Evaldo Cabral de Melo, Olinda Restaurada, 237).

Miguel Pais conseguiu reaver o engenho Algodoais, em época ignorada [nota de Fábio Arruda: certamente, após 1664, pois estava na posse de João Batista Accioly casado com Maria de Melo, viúva de Gaspar Van Der Ley – ver relação das fintas do Cabo]. Do testamento de D. Ignes Barreto de Albuquerque, mulher do mestre de campo, D. João de Sousa I, passado em 1679[140], consta que ela entrou na posse do engenho dos Algodoais "com os gravames de mandar assentar uma missa pela alma de seu primeiro possuidor, Miguel Pais Barreto, e assim mais dar por sua deixa, às filhas de Maria Nunes, três mil cruzados".

Borges da Fonseca[141] informa que foi capitão de infantaria e morreu solteiro.

---------- x ----------

Diogo Pais como consta do codicilo do testamento de seu pai[142] foi co-herdeiro com seu irmão Antônio Pais de uma légua de terra " pelo rio Caraassú [Nota de Fábio Arruda: ou comumente também chamado de Crauassu – sede de um famoso e antigo Engenho do mesmo nome – Freguesia de Serinhaém] arriba", um afluente também chamado Carimã, e também, outras (-------), e com o irmão, João Pais Barreto umas "terras do Una e Rio Formoso". Nas terras de Una levantou dois engenhos.

[139] José Antonio Gonsalves de Mello.
[140] Testamento de Ignes Barreto de Albuquerque. O diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste, José Antonio Gonsalves de Mello, Vol. II (1840-1889).
[141] Borges da Fonseca, Nob. II, pg. 32 e 239.
[142] Fernando Pio, op. cit.

Ao se incorporar à migração largou dois engenhos em Una, freguesia do distrito da Vila Formosa de Serinhaém: o Nossa Senhora de França, situados nos Gailetos [? Palhetas, RCL], u'a milha e um quarto distante da aldeia de Una, (aldeia Velha), segundo Willen Schott[143], e o engenho Una, sob a invocação de Nossa Senhora da Guia, conforme o "Breve Discurso"[144]. [O primeiro julgamos ter sido o de Nossa Senhora de Montserrat, constante do mapa de Macgrave[145]].* O segundo fora confiscado, porém não vendido em 1640 conforme o relatório de Adrian van der Dussen[146]. Não obtivemos informação sobre o primeiro. O engenho Una se situava onde se levantou a sede da Usina Una.

Vera Lúcia da Costa Accioli[147], informa que um engenho denominado Nossa Senhora da Guia, sediado em Jaboatão, teria sido vendido a Filipe Pais Barreto, seu irmão. Parece-nos que tratar-se-ia de outro engenho que não o Una. [Nota de Fábio Arruda: trata-se realmente de um Engenho em Una]. Seria mais provável que Filipe Pais houvesse comprado o engenho do irmão Diogo Pais, situado na jurisdição de Serinhaém. [Nota de Fábio Arruda: Estevão e Felipe parecem ter assumido a administração dos Engenhos que foram de Diogo Paes – ver Notules Diárias de José Hygino). Borges da Fonseca[148] informa que provavelmente, Diogo Pais, faleceu, solteiro, suspeitamos que provavelmente em 1636.

---------- x ----------

Filipe Pais Barreto[151], de acordo com o desejo do pai, expresso no codicilo ao seu testamento, deveria ter tomado posse do engenho Garapu (sob a invocação do Espírito Santo), após o falecimento: "e dá a seu filho Filipe Pais o engenho da mãe, do Espírito Santo para que seja seu enquanto sua mãe viver a terá consigo, e comerá os ovos e frutas do referido engenho e morta sua mãe lhe ficara o dito engenho". Conforme Willem Schott, (1636)[152] deixou o Garapu (com invocação Espírito Santo) engenho localizado no distrito

[143] Fontes para a História do Brasil Holandês, I. A Economia Açucareira, pg. 69.
[144] Idem, pg. 83.
[145]Gaspar Barleus. História dos factos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. Mapa Praefectura Pernambucal, pg. 20 e 21.
* Frase parcialmente cortada (Y.S)
[146] Fontes para a História do Brasil Holandês, I. A Economia Açucareira, pg. 160.
[147] Vera Lúcia da Costa Accioli. Cadernos de História 7, Recife, 1989, pg. 139, Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de História.
[148] Borges da Fonseca, Nob. II, pg. 32.
Fontes para a História do Brasil Holandês, I. A Economia Açucareira, pg. 86.
[149] Idem, pg. 148.
[151] Fernando Pio, op. cit., pg. 14.
[152] Fontes para a História do Brasil Holandês. A Economia Açucareira, pg. 60.

do Cabo, uma milha mais para o interior ao oeste do engenho Juriçaca. Depois, em 1639, de acordo com o "Breve Discurso"[153], teria sido confiscado pela Companhia das Índias Ocidentais e vendido ao próprio dono "por ter voltado do inimigo".

Filipe Pais Barreto, como vimos, consoante Vera Lúcia da Costa Accioli teria comprado o engenho Nossa Senhora da Guia na freguesia de Santo Amaro de Jaboatão.

[Nota de Fabio: O Engenho Nossa Senhora da Guia supracitado situava-se em Una. Em Santo Amaro [de Jaboatão], existia um antigo Engenho chamado Santo Amaro ou Amaro Velho, erguido por Cosmo Rodrigues, muito antes da Inquisição em Pernambuco, cuja Invocação era Nossa Senhora da Guia (ver Denunciações-Confissões em Pernambuco). Ficou conhecido como Engenho Amaro Velho, por ser o antigo Engenho de Santo Amaro, antes da união das terras do Engenho Santo Amaro e com as da Vila de Jaboatão. Fonte: petição do Capitão Pedro Pimentel de Luna].

---------- x ----------

[Nota de Yony Sampaio: O seguinte trecho encontrava-se cortado mas faz falta para continuidade do mesmo]

> << D. Catarina Barreto viúva de D. Luis de Souza Henriques, de acordo com Francisco de Brito Freyre, se retirara "rodeada de 5 filhos". Conforme Willen Schott deixou o engenho Juriçaca, sob invocação de São João, no distrito do Cabo de Santo Agostinho, situado uma pequena milha à leste do engenho Trapiche e, consoante o "Breve Discurso", confiscado e vendido a Moisés Navarro. Dos quatro filhos e duas filhas atribuídas ao casal por Borges da Fonseca, apenas o segundo, D. Francisco de Sousa, e o terceiro, D. João de Sousa, participaram da guerra holandesa: o primeiro na fase da invasão e o segundo na restauração.>>

D. Francisco de Sousa já estava em campanha quando a mãe se incorporou à retirada.

[153] Fontes para a História do Brasil Holandês. A Economia Açucareira, pg. 85.

Em março de 1633[160] foi ferido em um braço na defesa do forte real de Bom Jesus, no mesmo dia em que seu tio Cristóvão Pais Barreto perdeu o braço direito.

A 12 de julho de 1635[161], foi um dos primeiros que escalaram a paliçada da fortificação erigida na igreja velha de Porto Calvo, depois ocupada por Matias de Albuquerque.

Em dezembro de 1635[162], estando Segmundt Schkoppe em Porto Calvo mandou um recado por seu secretário acompanhado de seis soldados e dois índios a Cristoph Artichovsky, que se encontrava na Paripueira. Este grupo inimigo teve um recontro com D. Francisco de Sousa, que com dez soldados ligeiros deram "sobre eles de súbito matando cinco dos holandeses e tomando a mãos vivo o secretário, a quem deram quartel".

Em 23 de abril de 1636[163], num remanejamento da tropa, feito por Bagnoli, quando se encontrava em Bom Sucesso (novo nome dado a Porto Calvo, por Duarte de Albuquerque Coelho), substituiu Lucas Vieira Ferrete, na chefia de uma companhia. Da mesma tropa fazia parte seu tio João Pais Barreto que servia "de comissário de cavalaria sem have-la".

Entre janeiro e março de 1640, Francisco de Sousa, Henrique Dias e Francisco Rabelo e mais 300 soldados, entraram na Paraíba com as forças de André Vidal de Negreiros, [vindos a 6 meses] da Bahia, desembarcaram à margem do Cunhaú e lutaram com uma tropa de 700 holandeses chefiadas por Charles Toulon, enviado por Maurício de Nassau. Passou a Portugal onde se distingue na lutas pela consolidação de D. João IV [164].

Em 22 de janeiro de 1644[165], estava em Lisboa, quando foi procurador do tio João Pais Barreto, numa composição comercial.

Em 1650[166] sucumbiu durante o bloqueio do Tejo pela armada inglesa do almirante Robert Blake. Transcreveremos o que contam Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins[167] a respeito da fase final de sua vida. "Estava em Lisboa quando em 1646 o renegado Domingos Leite, dizendo-se a serviço del - rei de Castela, planejou o assassinato

[154] Pereira da Costa. Anais Pernambucanos, Vol. 2, pg. 353.
[155] Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins, op. cit., pg. 49.
[156] Fontes para a História do Brasil Holandês, I. A Economia Açucareira, pg. 60.
[157] Idem, pg. 85.
[158] Francisco de Brito Freyre, op. cit., LXIII, L. 655, pg. 345.
[159] Borges da Fonseca, Nob. I, pg. 73.
[160] Marquês de Basto. Memórias Diárias, pg. 106.
[161] Marquês de Basto. Memórias Diárias, pg. 208-209.
[162] Marquês de Basto. Memórias Diárias, idem.
[163] Marquês de Basto. Memórias Diárias, pg. 237 e 275; Gaspar Barleus, op. cit., pg. 188.
[167] Gilberto Ozório de Andrade e Rachel Caldas Lins, op. cit., pg. 48.

de D. João IV, no que foi impedido por uma denúncia que o levou ao patíbulo. Foi então que D. Francisco de Sousa propôs-se a desagravar a majestade ofendida dando cabo ele mesmo de Felipe IV da Espanha "sem se valer de ciladas, e sem a nata de assassino", mas o rei português proibiu-o de fazê-lo. O fato é evocado por Loreto Couto para atribuir à persistência do propósito de desafrontar D. João a temeridade com que D. Francisco, do comando de um dos navios da esquadra de D. Pedro de Almeida, combateu até morrer contra as forças superiores do almirante Blake. A "armada parlamentar" do almirante Robert Blake , instrumento da ira de Cromweel ante a ajuda que D. João IV prodigalizara a Carlos I da Inglaterra, ameaçara forçar a entrada do Tejo no encalço dos corsários do príncipe Roberto do Palatinado , aliado à casa dos Stuarts.

[Nota de Fábio Arruda: ver Filgueiras Gayo – Genealogia das Famílias de Portugal – Dom Francisco de Sousa, abaixo transcrito:

MARQUEZES DAS MINAS — CONDES DE PRADO

23 D. FRANCISCO DE SOUSA 3º f. de D. Pedro de Sousa 3º Sr. de Beringel do § 144 nº 22, foi Cap.am de um dos Galeões da Armada de El Rei D. Sebastião em 1578, Cap.am Mor da Comarca de Beja, governador e Cap.am General da Bahia em 1591, foi do Com.co de El Rei, Comendador de Orelhão na Ordem de Cristo. casou duas vezes a 1ª com D. Joana de Castro f. de D. Rodrigo de Castro Sr. do Morgado do Torrão a que chamaram = o hombrinhos = irmão inteiro de D. Leonor de Castro Marquesa de Lombai mulher de São Francisco de Borja, de que teve

24 D. António de Sousa que se segue

24 D. Francisco de Sousa morreu moço

24 D. João de Sousa Religioso de Santo Agostinho

24 D. Ângela, freira em Beja

Casou 2ª vez D. Francisco de Sousa com sua sobrinha D. Violante Henriques f. de sua irmã D. Mécia Henriques e de Jorge Furtado de Mendonça do § 251 nº 22, de que teve

24 D. Luís de Sousa casou no Brasil com D. N..... f. de João Paes o rico

24 D. Margarida Henriques 1ª mulher de seu primo Luís de Castro do Rio

24 D. Mécia Henriques Religiosa na Madre de Deus de Lisboa

Teve D. Francisco de Sousa f. bastardo a

24 Frei Luís de Sousa, Monge de São Bento

§ 148
SOUSAS — PRADOS

26 D. LUÍS DE SOUSA f. 4º de D. Francisco de Sousa 1º Marquês das Minas do § 146 nº 25 serviu em Pernãobuco (*História Genealógica tomo 12 P. 2 Cap. 45 pag. 1095*). Casou com D. Catarina Barreto f. de João Paes Barreto, Sr. de 10 Engenhos em Pernãobuco e de s.m. D. Inês Guedes, pessoas das principais de Pernãobuco, de que teve

27 D. João de Sousa, que se segue

27 D. Francisco de Sousa, f. 1º serviu no Brasil contra os Holandeses, e depois na da Aclamação foi governador de Alconchel, e depois na Marinha, e num combate com os Ingleses foi morto por uma bala, em 1650

27 D. Pedro de Sousa serviu no Brasil

27 D. António e 27 D. Luís morreram meninos

27 D. Violante de Sousa

27 D. Margarida de Sousa

27 D. JOÃO DE SOUSA f. 2º herdou a casa e serviu na da Aclamação foi Comendador. Não casou com sua prima irmã D. Inês Barreto f. de Filipe Paes Barreto, e de D. Beatriz de Albuquerque, mas teve dela a

28 D. Luís António de Sousa

28 D. Francisco de Sousa que se segue

28 D. FRANCISCO DE SOUSA f. B. foi H da casa de seu pai e de sua Comenda de Stº. Euricio na Ordem de Cristo, Mestre de Campo em Pernambuco onde casou com D. Ursulla de Lacerda f. de Filipe Cavalcanti de Albuquerque e de D. Maria de Lacerda, de que teve

29 D. João de Sousa que se segue

29 D. JOÃO DE SOUSA foi Cavaleiro da Ordem de Cristo com promessa de Comenda. Casou cá no Reino com D. Maria Berndª de Vilhena s.g., e que era f. de Lourenço de Sotomaior e de s.m. D. N.....].

Não levara a cabo a ameaça, mas tendo permanecido nas águas territoriais portuguesas deu-lhe combate uma nau desgarrada da frota de D. Pedro de Almeida por um temporal. Pelejou com tamanho valor D. Francisco de Sousa "que a sua nau se não rendeu enquanto ele teve vida, que acabou gloriosamente com assombro dos parlamentários, que para renderem aquela nau pareciam pelejar com toda a armada portuguesa"].

[Nota de Yony Sampaio: As seguintes notas estavam cortadas:

<<(1) Pereira da Costa e Gilberto Osório de Andrade juntamente com Rachel Caldas Lins admitem que a retirante D. Catarina Barreto tivesse das Alagoas passado à Bahia.>>

<<(2) Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins consideram que há evidências de que D. Catarina Barreto tenha voltado ao seu engenho Juriçaca em 1653.>>

---------- x ----------

Antônio Pais Barreto[168] conforme o codicilo ao testamento de seu pai, herdara em Tabatinga a área que ia das roças de Gaspar Filgueira para a banda do Sul, para a casa do filho de Maria Lopes, com o Engenho de Utinga e todas as terras que partem com Estevão Pais e Julião Pais [Nota de YS: novamente o Julião Pais D'Altro, confrontante no Utinga, como esclarece FB] e a terra dos Molinotes (que) fica donde pousa o filho de Maria Lopes para o Norte, que há para a banda de Utinga".

Admitimos que João Pais Barreto, o velho, teria possuído dois engenhos de Utinga: o que comprara a Felipe Cavalcanti, ou ao espólio ou à viúva do mesmo (e doara antes de 1609 a Julião Pais Daltro e considerado por Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins o Utinga de Cima) [errado, pois Julião era proprietário mas não por doação de João Pais, como esclarecido antes (YS)] e o que levantara e que destinara no codicilo de 1617 a Antônio Pais, e que suspeitamos se trate do que posteriormente passou a se chamar Utinga de Baixo. Ambos foram comprados, posteriormente, por Gaspar Von Nieuhoff Van der Ley que, então, já era proprietário do engenho Algodoais[169].

---------- x ----------

[168] Fernando Pio, op. cit., pg. 13.
[169] Tempo dos Flamengos. J. A. G. de Melo. 3ª edição aumentada. Instituto Nacional do Livro. Fundação Nacional Pró-Memória e Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana. Recife, 1987, pg. 140.

Julião Pais Daltro, [inferência errada, FB] (que supomos ter sido um dos mais velhos dos filhos de João Pais Barreto, o Velho, pois foi um dos primeiros a receber doação do pai em 1609[170]), possuía três engenhos, o da Madanela (Madalena), no ramo 4 e o Santo Antônio, no 5 do distrito de Igarassu [nota de Fábio Arruda: Distrito da Várzea] e o de Utinga, no ramo 12 do distrito do Cabo, provavelmente o que pertencera ao florentino Felipe Cavalcanti, de quem, ou de cuja viúva ou de cujo espólio, João Pais Barreto, o Velho, provavelmente o adquirira antes de 1609 e não antes de 1614, como apresentado por Pereira da Costa. [nota de Fábio Arruda: Utinga parece-me ter vindo de uma antiga sesmaria de Cristóvão Paes D'Altero e Manoel Vaz Guantes – Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda; este Cristovão Paes D'Altro, casado com Ana de Paiva Cabral, são ascendentes dos Paes D'Altro e Paes Cabral, de Pernambuco. Assim, Julião Pais D'Altro era de fato proprietário do engenho Utinga de Cima, confrontante do Utinga de Baixo, que era dos Pais Barreto, o que ocasionou o equívoco de Silvio e outros de considerá-lo herdeiro de João Pais, quando era apenas confrontante].

Como vimos, admitimos que João Pais Barreto, o velho, doara [mesmo erro, FB] este primeiro engenho de Utinga a Julião Pais Daltro e, depois levantara, em terras contíguas, um engenho do mesmo nome que deixara a Antônio Pais Barreto, conforme o codicilo ao seu testamento de janeiro de 1617[171].

Em 1635 ao aderir à migração, Julião Pais Daltro, deixou na fuga, na freguesia do Cabo, conforme Willen Schott[172], os engenhos S. José, situado uma pequena milha a oeste do engenho Marapatigipó [então Matapagype, RCL], segundo o "Breve Discurso" ou Marapata, segundo Van der Dussen, que depois se chamou Matapajipe, o de Utinga, situado a meia milha ao sul do S. José, e conforme o " Breve Discurso"[173], de 1637, e o relatório de Adriaen Van der Dussen de 1639[174], o engenho Santa Luzia, que fora confiscado e vendido ao seu filho João Pais ou João Pais Cabral. [o qual já em 1640 estava comprometido na luta contra os holandeses[175]].

Suspeitamos que também terá sido filho de Julião Pais Daltro, Filipe Pais Cabral e filho ou neto Lourenço Pais Cabral. Filipe Pais Cabral, contemporâneo de João Pais Cabral, [Nota de Fábio Arruda: talvez um aparentado, do ramo de Apipucos ou Madalena

[170] Diogo de Campos Moren. A Relação das Praças, Fortes do Brasil (1609).
[171] Fernando Pio, op. cit., pg. 13.
[172] Fontes para a História do Brasil Holandês. A Economia Açucareira, pg. 58.
[173] Fontes para a História do Brasil Holandês. A Economia Açucareira, pg. 84.
[174] Fontes para a História do Brasil Holandês. A Economia Açucareira, pg. 143.
[175] Idem, pg. 58-59.

na descendência de Cristóvão Paes d'Altro], conforme José Antônio Gonsalves de Mello[176], vendera ao Alto Comando, em fins de 1643, pelo preço de 7.500 florins um grande lote de terras situadas entre Paratibe e Beberibe e que eram chamadas terras da Mirueira; essa terra se destinava ao cultivo de índigo, monopólio da Companhia.

Lourenço Pais Cabral, em 27 de junho de 1686[177], juntamente com o alferes João Pais de Carvalho Filho, o ajudante Manoel Bernardo Cardoso e Antônio de Loureiro foram contemplados pelo governador João da Cunha Souto Maior com uma sesmaria de quinze léguas de terras "abaixo da tapera ... até, da parte sul, entre os rios Ipojuca e Serinhaém, lugar chamado o Campo do Macaco [Nota de Fábio Arruda: não seria as terras do Engenho Macaco em Serinhaém?], correndo para a parte do poente e outros campos denominados Pororocas, que partem da parte do Norte com as terras de Antônio Casado [Nota de Fábio Arruda: possivelmente terras de Antônio Casado Lima, dos famosos membros da Família Araújo Lima – ascendentes do Marquês de Olinda] e Francisco Berenguer" [Nota de Fábio Arruda: possivelmente terras do Engenho Una que foi da Família Paes Barreto, comprado por João Fernandes Vieira]". [Nota de Yony Sampaio: esses Pais Cabral sobem ao Agreste, após a eliminação dos Quilombos dos Palmares, vindo a se estabelecer nos campos de Garanhuns com prolongamento na direção de Bonito e Bezerros].

XII

Ocupando o governo geral do Brasil, Pedro da Silva[178] (depois conde de S. Lourenço) e o governador da capitania de Pernambuco, o mestre - de - campo general D. Luís de Rojas y Borja, este , a 6 de janeiro 1636[179] partiu com seus capitães, mil e quinhentos homens, afora os índios comandados por D. Antônio Felipe Camarão, para prestar socorro à povoação a Laguna do Norte (Alagoa do Norte). Com a tropa seguiram alguns "moradores de distinção": João Pais Barreto, Rodrigo de Barros Pimentel, Cristóvão Botelho, Julião Pais Daltro e outros.

[176] Tempos dos Flamengos. J. A. G. de Melo, pg. 149 e nota 86.
[177] Nelson Barbalho. Cronologia Pernambucana. Centro de Estudos de História Municipal – Fundação do Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco. Recife, 1982, Vol. 5 (1679-1697).
[178] Varnhagen, op. cit., pg. 245. Pedro da Silva, depois de S. Lourenço, nomeado por carta patente de 9 de julho de 1635; posse a 11 de dezembro do mesmo ano; governou até 23 de janeiro de 1639.
[179] Marquês de Basto. Memórias Diárias, pg. 224.

A 18 de janeiro[180], D. Luís de Rojas Borja foi morto na batalha de Mata Redonda e substituído no dia seguinte, no governo e na chefia do exército pelo conde de Bagnoli. Este se encontrava na povoação de Laguna do Norte [Nota de Fábio Arruda: Alagoas Norte – compreende a Lagoa Mundaú que circunda Maceió/AL], donde partiu a 15 de março, chegando a 19 a Porto Calvo ao encontro de Duarte de Albuquerque Coelho.

A 23 de abril[181] deixaram Bom Sucesso (novo nome dado a Porto Calvo por Duarte de Albuquerque Coelho a 12 de abril) depois do conde Bagnoli modificar a chefia de algumas companhias, inclusive nomeando D. Francisco de Sousa, filho de D. Catarina Barreto, capitão da companhia que deixara Lucas Vieira Ferrete, João Pais Barreto comissário da cavalaria (sem havê-la), e por capitães Alonso de Albuquerque, Rodrigo de Barros Pimentel, Francisco Rabelo e Manoel de Madureira.

Entre 6 de janeiro e 23 de abril de 1636 provavelmente faleceram em ação Julião Pais Daltro [Nota de Fábio Arruda: salvo engano, faleceu na Bahia] e Cristóvão Botelho pois a partir da primeira data não mais foram citados em nenhum cenário da guerra; o "Breve Discurso", documento escrito em 1637[182] e datado de 14 de janeiro de 1638, informa sobre Julião Pais Daltro: "morreu entre o inimigo". [(YS). Anoto a divergência entre a percepção de Fábio Arruda e o Breve Discurso].

XIII

A notícia da chegada ao Recife, a 4 de janeiro de 1637 da armada holandesa que trouxera o conde João Maurício de Nassau Siegen chegara ao conde de Bagnoli, então em Bom Sucesso (Porto Calvo) a 23 do mesmo mês[183, 184] através de três prisioneiros holandeses.

O marquês de Basto informa que o conde Bagnoli[185] comunicou o fato a um conselho no qual solicitou que, "particularmente, ele (o marquês) declarasse sua opinião" que foi expressa. Porém o conde "confiado em sua (do conde) envelhecida experiência e crendo acertar melhor, fez tudo pelo contrário".

[180] Idem, pg. 228.
[181] Idem, pg. 237.
[182] fontes para a História do Brasil Holandês, I. A Economia Açucareira, pg. 84.
[183] Marquês de Basto, Memória Diárias, pg. 251.
[184] Diogo Lopes Santiago, op. cit., pg. 117.
[185] Marquês de Basto, op. cit., pg. 251.

Frei Manoel Calado[186], aliás também citado integralmente por Diogo Lopes Santiago[187], informa que no conselho "se apresentaram Duarte de Albuquerque, os dois tenentes generais Manoel Dias de Andrade e Alonso Ximenes Almiron, os dois sargentos-mores Martím Ferreira e Paulo Barmola, este italiano, os dois governadores dos índios e crioulos, Antônio Felipe Camarão e Henrique dias, e os capitães Ascenso da Silva e Francisco Rabelo, os dois capitães de cavalo João Pais Barreto e João Rodrigo de Barros Pimentel, outros capitães e finalmente, Martím Soares Moreno, governador que havia sido do Ceará. Houve muitos pareceres, que seria largo relatar, mas o conde de Bagnoli se resolveu que havia de esperar o inimigo na povoação (Bom Sucesso), e ali pelejar com ele, com todo o corpo de sua infantaria junto, posto que outros foram de parecer que houvesse emboscadas nos caminhos estreitos e alagadiços, contudo obedeceram".

XIV

Antes de terminada a batalha pela posse de Bom Sucesso (Porto Calvo),em 18 de fevereiro de 1637[188], o conde de Bagnoli e o marquês de Basto abandonaram um dos dois redutos mandados construir pelo próprio conde no outeiro de Amador Alvares e onde se haviam homiziado, e se retiraram de Bom Sucesso, com cerca de oitocentos homens na mesma noite para Lagunas.

Informa Diogo Lopes de Santiago[189], que inicialmente, "se dirigiram à Camaragibe e daí, indo diante da tropa Manoel Dias de Andrade se foram para Alagoas", "onde esperaram quinze dias, até que se lhe ajuntasse toda a gente de guerra". Todavia, o marques de Basto[190] conta que, na noite daquele mesmo dia, 18 de fevereiro havia-se operado a retirada para Laguna do Sul (já então, Vila de Madalena, nome dado pelo marquês de Basto – [Nota de Fábio Arruda: atualmente chamado Município de Marechal Deodoro ou, antigamente, Vila de Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul – localiza-se às margens da Lagoa Sul, chamada de Manguaba] onde chegaram a 25 de fevereiro, e onde permaneceram até o dia 10 de março[191], quando se dirigiram à Vila de S. Francisco, que está na margem do rio do mesmo nome, lá chegando a 17 do mesmo mês[191, 305].

[186] Frei Manoel Calado. Caloroso Lucideno, Vol. I, pg. 78.
[187] Diogo Lopes Santiago, op. cit., pg. 118.
[188] Marquês de Basto. Memória Diárias, pg. 255.
[189] Diogo Lopes Santiago, op. cit., pg. 120.
[190] Marquês de Basto. Memórias Diárias, pg. 259.
[191] Idem, pg. 260.

No dia 18 de março[191] o conde de Bagnoli ordenou ao seu tenente Alonso Ximenes que passasse à outra banda do rio com os terços castelhano e napolitano, e no dia 19[192], uma parte do terço português. Até 20 de março[193] as forças se passaram a outra banda do rio S. Francisco, porém neste último dia, com a notícia da chegada dos holandeses, a fuga tornara-se tão desordenada e acelerada "que muitos moradores que vinham se retirando... foram presos pelo inimigo; entre eles estavam Filipe Pais Barreto e Miguel Pais Barreto, irmãos de João Pais Barreto. Rodrigo de Barros Pimentel, Vasco Marinho Falcão seus filhos e genros e outros.

Chegados à povoação de Sergipe d'el Rei (S. Cristóvão) a 31 de março de 1637, o conde de Bagnoli[194] "tratou logo de aprestar um barco para ir à Espanha com comunicações que levou João Pais Barreto, comissário de cavalaria, sem exercício por não havela...". Despachou, também, pela Bahia, com igual comissão, seu tenente-general Manoel Dias de Andrade para dar conta a El Rei (D. Felipe IV de Castela [III de Portugal]) do sucesso que ali o trouxera e do estado das coisas".

Borges da Fonseca[195] complementou a referência a João Pais Barreto: "foi comissário geral de cavalaria do nosso exército, posto de que tomou exercício de Madrid, quando foi mandado pelo mestre - de - campo - general conde de Bagnoli à dita corte, no ano de 1637, ao representar ao rei Felipe IV de Espanha, que era então o III de Portugal, o estado em que se achavam as nossas armas e os mais negócios da guerra".

D. Domingos de Loreto Couto[196] informa que "enquanto não voltou para a pátria, (João Pais Barreto) foi servir à Flandres, onde assistiu dois anos e nas ocasiões que se ofereceram deu grandes mostras de seu valor e esforço".

Borges da Fonseca[197], ainda declara que em Madrid "foi capitão da guarda d'El Rei de Espanha, e trouxe três criados, que levou consigo, cavaleiros do hábito".

[Nota de Yony Sampaio: Os três parágrafos seguintes foram cortados mas são essenciais para a continuidade do texto]

[192] Idem, pg. 261.
[193] Idem, pg. 261.
[194] Idem, pg. 262-263.
[195] Borges da Fonseca, Nob. II, pg. 217.
[196] D. Domingos Loreto Couto. Desagravos, Cap. IV, nº 60, pg. 435-436.
[197] Borges da Fonseca, Nob. II, pg. 27.

<< Pereira da Costa[203] admite que João Pais Barreto houvesse voltado à Capitania de Pernambuco em 1640, ainda no reinado de Filipe IV de Espanha (III de Portugal) >>

<< Padre Frei Manoel Calado[204] opinou "que se encontrava na Bahia em 1643, já no reinado de D. João IV, sob o governo de Antônio Teles da Silva[205], pouco antes da partida para Europa do conde Maurício de Nassau. Ter-se-ia então inteirado através do bispo D. Pedro da Silva de S. Paio (Sampaio), que fizera parte da junta que governara até 30 de agosto de 1642 de atividades de Gaspar Dias Ferreira, judeu português, muito ligado ao conde de Nassau e aos holandeses. >>

<< Evaldo Cabral de Melo[205] opinou que talvez tenha regressado[206], já em tempo do governador da liberdade João Fernandes Vieira, após o ano de 1645, com o exército restaurador, como aconteceu "com vários emigrantes que voltaram como oficiais sem exército.>>

Frei Manoel Calado estava com a razão. Consta as notas do tabelião Sebastião Machado, de Lisboa[207], " uma composição feita, em 1644, por D. Francisco de Sousa Henrique (segundo filho de D. Luís de Sousa Henrique de D. Catarina Barreto), morador na referida cidade, a Trindade, por seu tio João Pais Barreto, morador nas partes do Brasil, de uma dívida a Domingos Martins (Miz), já defunto, em que dera sentença o doutor Antônio Sodré Pereira, e a paga pelo tio aos herdeiros do dito defunto, em 22 de janeiro de 1644.

[203] Pereira da Costa. Anais Pernambucanos.
[204] Frei Manoel Calado. Valoroso Lucideno, pg. 275.
[205] Varnhagen, op. cit., pg. 241. D. João IV de Portugal, aclamado em 1 de dezembro de 1640 e falecido em 6 de novembro de 1656; Varnhagen, pg. 246 . Antonio Teles da Silva, nomeado por patente de 16 de maio de 1642. Tomou posse a 30 de agosto do mesmo ano.
[206] Varnhagen, op. cit., pg. 246. Junta do governo composta do bispo D. Pedro da Silva de Sampaio, do mestre de campo Luis Barbalho Bezerra e do provedor-mor da Fazenda Lourenço de Brito Correia. Posse a 16 de abril de 1641; governou até 30 de agosto de 1642.

XV

Durante sua ausência da capitania, como acontecera aos moradores que não se mantiveram ao lado dos flamengos, teve João Pais Barreto seus engenhos depredados, confiscados e vendidos.

No engenho Velho[210], consoante o inventário procedido pelo conselheiro Willem Schott, em 1636 , a casa de moradia do senhor de engenho, que era de pedra, "estava em muitos lugares desmoronada"... e não poderia... "ser recuperada e reconstituída se não com grande despesa", ... "a casa de purgar e a casa de caldeiras, com paredes de alvenaria"... estavam.. "parcialmente arruinadas"; "o engenho moía com água mas a moenda precisava ser consertada"...; "o açude rompeu e secou"... e se poderia .."consertar com custo razoável". Informa, ainda, que o engenho dispunha de "uma milha quadrada holandesa [uma milha holandesa correspondia a 5.555 metros] de terras, em cuja várzeas" ... era "plantada a cana" ... e que "em condições favoráveis poderia produzir 10.000 a 11.000 arrobas de açúcar".

Conforme o "Breve Discurso"[211], de 1637, o engenho era d'água, moía e havia sido confiscado e vendido ao Senhor Nicolaes de Ridder. José Antônio Gonsalves de Mello[212] corrige: na realidade fora comprado, juntamente com o engenho Guerra (ou da Guerra) a 30 de maio de 1637, por 70.000 florins pelos Srs. Sigemundt Von Sckhoppe e Nicolaes de Ridder.

Segundo o relatório de Adriaen Van der Dussen[213] de 1639, o engenho estava em nome do Sr. Sigemundt Von Sckhoppe (o que, já foi corrigido), era d'água, moía e nele possuíam partidos oito lavradores: Antônio Vieira, Luís de Paiva, Albert Gerrile Wedda [Albert Gerritsz Wedda), Maria de Paiva, Gaspar Machado, [João Correia], Maria d'Oliveira e Pedro Alvares Moreira.

No mapa Praefecturae Pernambucae Pais Borealis Una cum Prefectura de (sic) Itamaracá "que faz parte do conjunto cartográfico de George Marcgrave com desenhos de Franz Post, e constante do livro de Barleus, publicado em 1643, o engenho Velho, situado no distrito do Cabo, é assinalado como engenho de bois, com igrejas. No mapa

[210] Nota de Yony: Desta nota em diante não foram encontradas as folhas, soltas, que as continham. Há lapsos na numeração.

foi corrigida a impressão dos relatórios holandeses, de vez que, primitivamente d'água, após o secamento, a obstrução ou destruição do açude tornara-se "de bois" o engenho.

No engenho Guerra ou da Guerra[215] [Nota de Yony Sampaio: ver esclarecimento anterior de Fábio Arruda], cuja casa era de barro, conforme revelou Willem Schott, na mesma fonte citada, de 1636, já "não havia casa de moradia para o senhor de engenho", " a casa de purgar" ... "tinha paredes de taipa, como também, um lado da casa das caldeiras", "as canas"... "cresciam nos vales em redor do engenho, tendo a terra destinada para isto a extensão de uma milha", o engenho moía com bois...e tinha... "duas moendas que anualmente moíam"... "6.000 e 8.000 arrobas de açúcar".

O "Breve Discurso"[216], de 1637, declara que o engenho moía, e que da mesma maneira do engenho Velho, havia sido confiscado e vendido ao Sr. Nicolaes de Ridder, isto é aos Srs. Sigemundt Von Sckhoppe e Nicolaes de Ridder, de acordo com José Antônio Gonsalves de Mello.

O relatório de Adriaen Van der Dussen[217], de 1640 noticia que o engenho "de bois", pertencia ao Sr. Wilhelm Donker e continuava a moer.

O mapa reproduzido do livro de Barleus[218] refere que o engenho, "de bois não tinha igreja". [Nota de Fábio Arruda: no mapa, parece-me ter Capela].

O engenho Jacaré[219], sob a invocação de Santa Cruz, localizado no distrito de Goiana, na Capitania de Itamaracá, fora provavelmente adquirido por João Pais Barreto após 1623, pois não há evidência de ter sido listado no relatório de José Israel de Castro. [Nota de Fábio Arruda: listado o Engenho foi, mas, por essa época, o dono era Gaspar de Figueiredo Homem].

No "Breve Discurso"[220], de 1637, surgiram ele e o seu vizinho engenho Goiana, de invocação São Felipe e São Tiago e pertencente a Gaspar Pacheco, como confiscados e vendidos ao Sr. Hans Willem Louisen. Ambos eram engenhos d'água, porém o primeiro não apresentava condições de moer, enquanto o segundo moía.

O relatório de Adriaen Van der Dussen[221] de 1639, esclarece que ambos os engenhos moídos a água, haviam passado ao Sr. Joost Van Den Bogaert, que o engenho Jacaré não estava moendo e que as canas deste eram levadas a moer no engenho Goiana.

No mapa citado contido no livro de Barleus[222] estão assinalados os engenhos Jacaré e Goiana: o primeiro como engenho "de bois" sem igreja, e o segundo, "de bois" com igreja. Estavam plantados ao nordeste da área de povoamento denominada

Capivareve (Capibaribe) e ao norte do rio Capibarimiri (Capibaribe-mirim) precisamente à margem norte esquerda, do braço norte deste rio, que se tornara braço morto.

Enquanto no relatório de Adriaen Van der Dussen, de 1639, os dois engenhos constam como d'água, no mapa de Marcgrave e Post, de 1643 [Nota de Fábio Arruda: tenho dúvidas quanto à data em que este mapa foi confeccionado – certamente o mapa é posterior ao ano de 1640, diferentemente do Mapa de Vingboons que, certamente, deve ser anterior a 1638], figuram como de bois, o que confirma a obstrução do braço norte (braço morto) do rio Capibaribe-mirim e a mudança da técnica de moagem dos dois engenhos.

Neste local existira um porto fluvial denominado Jacaré, que certamente facilitava o transporte dos açucares; Ângelo Jordão Filho[173] acrescenta que o passo se constituiu num entreposto ativo de pau - brasil.

Curioso o fato de que o mapa de Marcgrave e Post, publicado em 1643, retrata exatamente a situação dos três engenhos no ano em que presumimos que João Pais Barreto haja voltado ao Brasil.

XVI

Parece-nos que a partir da caracterização da insurreição pernambucana, apenas quatro membros [Nota de Fábio Arruda: apenas três, pois João Pais Cabral não era membro deste clã] do clã dos Pais Barreto se incorporaram ao movimento da restauração pernambucana. Filipe Pais Barreto, João Pais Cabral, Antônio Pais Barreto, e João de Sousa I. Não consta ter participado o morgado João Pais Barreto, e dos lavradores de cana de seus engenhos, Velho e Guerra, apenas Albert Guerretz Wedda aderiu à conspiração. Antônio Vieira ter-se-ia tornado amigo de Sigemundt von Sckhoppe e ficado em aparente neutralidade.

Filipe Pais Barreto, depois de aprisionado ao tentar a travessia do rio S. Francisco, voltou à sua freguesia de origem e, conforme o "Breve Discurso"[222], comprou à Companhia das Índias Ocidentais seu engenho Garapú, d'água e com capela de invocação Espírito Santo, que havia sido confiscado pelo holandeses, na Páscoa. Em 7 de outubro de 1645[224], apôs sua assinatura, como um dos principais de Pernambuco (Calado[2, 132]), no documento que aclamava João Fernandes Vieira por "governador da liberdade". Não encontramos, porém, documentos que testemunhassem sua participação na luta armada .

João Pais, ou João Pais Cabral filho de Julião Pais Daltro, teria retornado prontamente a Pernambuco (em Olinda Restaurada). Conforme o "Breve Discurso" [227], em 1637, comprou à Companhia das Índias Ocidentais, o engenho Santa Luzia (ou Santa Lúcia), situado no distrito do Cabo de Santo Agostinho, o qual pertenceu e fora confiscado ao pai Julião Pais Daltro.

Consta do relatório de Adriaen Van der Dussen, [228] que era proprietário do mesmo no ano de 1640.

No ano de 1641 colaborou, conforme Frei Manoel Calado, como um dos componentes da quadrilha dos cavaleiros portugueses, chefiados por Pedro Marinho Falcão, nos jogos equestres das festividades com que o conde Maurício de Nassau comemorou a aclamação de D. Pedro IV de Portugal, declarada a 1 de dezembro de 1640 e seguida do tratado de armistício de 1 de março de 1641. Diogo Lopes Santiago informa que estas festas se fizeram no mês de abril de 1641.

Em três de agosto de 1645, o general João Fernandes Vieira e o sargento - mor Antônio Dias Cardoso, distribuíam como convinha a defesa do posto do Tabocal, situando João Pais Cabral e João Pessoa Bezerra, ambos capitães de emboscadas, à frente de quarenta homens, em área estratégica, durante a batalha, então travada a três léguas. João Pais Cabral sucumbiu em consequência de duas pelouradas desfechadas pelo inimigo.

Antônio Pais Barreto, que pelo codicilo datado de 1617[235] ao testamento de seu pai, João Pais Barreto o Velho, herdara o engenho de Utinga em 1635[236] (provavelmente o de Baixo), se incorporara à migração organizada por Matias de Albuquerque, em 1638[237], esteve sob suspeita de envolvimento, juntamente com o irmão Filipe Pais Barreto, numa "conjura tramada ao parecer, por investigação, de portugueses", na opinião de Gaspar Barleus.

Em agosto do mesmo ano[238], logo após o encontro travado na Casa Forte, do engenho de D. Ana Pais os nossos governadores instigados dos grandes do povo, mandaram que todos os indígenas que acompanhavam os holandeses [fossem degolados]. Foi executada sentença porém ofereceram valiosa resistência. "sucedendo que estando já todos os índios degolados, e estando já na terra, se alevantou um deles com ânsia de morte e puxando por uma faca, que lhe haviam deixado por inadvertência, deu com ela três facadas penetrantes em Antônio Pais e logo caiu quase morto; pôs-se grande cuidado e diligência na cura do dito Antônio Pais e escapou da morte ..." É possível que, solteiro, tenha vindo a falecer em consequência daquelas lesões, pois nada mais se soube dele.

D. João de Sousa, consoante Borges da Fonseca, terceiro filho de D. Luís de Sousa, Henriques e de Catarina Barreto, e sobrinho do João Pais Barreto, primeiro morgado do Cabo, teria, conforme Pereira da Costa[239], migrado com sua mãe, viúva, em 1635, para as Alagoas, e daí para a Bahia.

Da Bahia foi, D. João de Sousa[240], em 1640 ou 1641, mandado por D. Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão, e primeiro vice - rei do Brasil, para desalojar os holandeses de Sergipe d'El Rei. Na Bahia teria tornado parte, também no combate de Itaparica [241], sendo levemente ferido na perna direita.

Permanecendo na Bahia, consta que, em 1645[242] conspirara e se tornara um dos principais articuladores do levante restaurador.

Da Bahia, voltou para Pernambuco, onde deve ter chegado no Arraial da Várzea[243] a 4 de agosto de 1648, com o socorro que Antônio Teles de Menezes, conde de Vila Pouca de Aguiar, terceiro vice-rei do Brasil, mandou da Bahia, sob a chefia do mestre- de - campo Francisco de Figueiroa: uma companhia de cerca de 400 homens, que tinha por sargento - mor do terço, Jerônimo de Inojosa, com alguma pólvora e munição.

Provavelmente D. João de Sousa, segundo Pereira da Costa, participou dos últimos combates contra os holandeses no rio Jangada[244] (Barra das Jangadas) no Cabo de Santo Agostinho e na povoação de Nazaré. Seguramente, com a patente de capitão do terço do mestre - de - campo Francisco de Figueiroa[245] tomou parte da segunda batalha de Guararapes, a 19 de fevereiro de 1649, encontro em cujo desenvolvimento muito se distinguiu o referido terço.

Depois, seguiu para a Bahia, <<com seu primo, o "valente Luís Barbalho Bezerra[246], merecendo os seus feitos a honrosa inserição de seu nome nas páginas da história d'aquela província>>*.

De lá provavelmente voltara à Pernambuco com sua mãe D. Catarina Barreto em 1653, de acordo com Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins[247,] ou em fins de 1654, conforme Pereira da Costa[248]. Conforme Pereira da Silva, da Bahia voltou João de Sousa à Pernambuco "onde ainda tomou parte nos últimos combates que libertaram a Pátria do jugo holandês e a 27 de janeiro de 1654 [28.1.1654, RCL] entrou em triunfo com o exército libertador na vencida cidade Mauricéia".

* Nota de Yony: Este trecho estava cortado.

XVII

Quais teriam sido os familiares e amigos que poderiam ter auxiliado o primeiro morgado na administração e defesa de sua fazenda, durante sua ausência da capitania?.

Cremos que a prioridade caberia aos irmãos Felipe e Miguel que retornaram à freguesia do Cabo de Santo Agostinho, ainda em 1637, e aproveitaram os privilégios e garantias prometidas aos imigrantes que voltassem às suas terras. O primeiro comprou, como vimos, à Companhia das Índias Ocidentais, seu engenho Garapú que fora confiscado, à frente do qual permaneceu durante todo o resto da sua vida; o segundo não teve meios para recobrar imediatamente o seu engenho Algodoais (se bem que o tenha conseguido mais tarde), que foi confiscado e vendido a Gaspar van Nieuhoff van der Ley.

Poderia, porém ter ficado abrigado, talvez, no molinote próximo ao dito engenho, última fábrica de açúcar levantada pelo pai porém não conseguimos saber se a transação incluía ou não o molinote. Filipe Pais Barreto, em 1641[250] fora um dos três fintadores do Cabo, os demais tendo sido Albert Gerritz Wedda e Luís Paiva (Lys de Payra), ambos lavradores do engenho Velho.

Miguel Pais Barreto fora, em 1640[252] um dos três escabinos, representantes do povo do Cabo na cidade Mauricéa, tendo sido os outros dois, Luís Paiva Barbosa e Pedro Marinho Falcão. Teriam comparecido a uma "assembleias geral dos deputados de todas as câmaras de escabinos e de moradores de suas jurisdições" que se reuniu na cidade Mauricéia, de 27 de agosto a 4 de setembro de 1640[253] .

<<Ambos, Filipe e Miguel foram sempre tratados com tolerância e magnanimidade pelas autoridades holandesas, apesar de algumas transgressões por eles cometidas, relacionamento que, certamente teria permitido e/ou facilitado a interferência deles em pleitos do irmão morgado.>>*

João Pais Barreto provavelmente teria recebido auxílio de lavradores de seus engenhos, dos ditos engenhos Velho, e Guerra, principalmente do primeiro, os quais, apesar de terem sido confiscados e vendidos aos Srs. Sigemundt von Sckhoppe e Nicolaes de Ridder, continuaram trabalhando em suas "tarefas" [265]. Dois deles teriam sido os citados Luís Pais [sic – Paiva] e Alberto Gerritz. Porém o que mais possivelmente, teria possibilidade de auxiliá-lo seria Antônio Vieira ou Antônio Vieira de Melo,[que] foi o que mais

* Nota de Yony Sampaio: <<Trecho cortado>>

se salientou. Evaldo Cabral de Melo considera ter ele realizado "uma ascensão social iniciada à sombra dos Pais Barreto" [269].

Em 1636, conforme o conselheiro Willem Schott[270], Antônio Vieira possuía um partido de cana, com obrigação de fornecer, no engenho Velho, que pertencera a João Pais Barreto.

No mesmo ano consoante Diogo Lopes Santiago, a 2 de maio[271], saíram de Serinhaém, o general das armas Sigemundt von Sckhoppe, o coronel Cristoff Artichofsky e o conselheiro Willem Schott (acima citado) com mil soldados e muitíssimos índios Potiguares e Tapuias, e passaram, cometendo muitas crueldades e mortes, pelas freguesias de Serinhaém, Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Muribeca, e S. Lourenço, onde o general Sigemundt resolveu voltar para Serinhaém[272], deixando ordem ao coronel Artichofsky "fosse pelas outras freguesias, matando a todos os que lhe haviam malsinado, e para lhes usurparem seu dinheiro". Conforme ainda Diogo Lopes Santiago, chegado Sigemundt von Schuppe, a Serinhaém, os oficiais da câmara (da Vila Formosa[273]) e outras pessoas principais procuraram autoridades holandesas para pedir-lhes que evitassem a matança, e os maltratos, e atrocidades aos moradores, no que não foram atendidos. Acudiram os da câmara do Recife e outros muitos homens, pedindo misericórdia aos do conselho, que lhes deram uma carta para o general Sigemundt. Sabendo os da câmara que um homem morador do Cabo de Santo Agostinho, Antônio Vieira, "acabara com ele muitas coisas, e tinha por seus modos granjeado sua amizade, lhe remeteram a carta que lhe haviam dado os do conselho, escrevendo-lhe outra, pedindo-lhe que insistisse com o general para sustar a execução de mais castigo, e requerendo-lhe da parte de Deus e do povo, que fizesse muito com Sigemundt que quisesse estar pela carta do conselho e sobrestar com a execução do mais castigo, e que faria nesse um grande serviço a Deus e ao povo. Recebida a carta Antônio Vieira partiu com a presteza que a necessidade pedia, e chegando a vila de Serinhaém apresentou a Sigemundt a carta que levava (e é de advertir que ele (Sigemundt) tinha tomado pra si o engenho Velho de João Pais Barreto, que estava prostrado por terra). O homem, depois de fazer-lhe vários pedidos e articular outros tantos argumentos, Antônio solicitou-lhe que mandasse suspender as execuções do que havia mandado ao coronel (Artischofsky) que fizesse, que ele lhe prometia e (se) obrigava a correr-lhe com seu engenho, e fazer-lhe muito açúcar, o que ouvindo o Sigemundt disse que era muito contente e que ele perdoava, e enviou logo soldado de cavalo com toda a pressa escrevendo ao coronel (Artichofsky), com que não foi com tão grande maldade por

diante"... "Este homem, cujo nome é Antônio Vieira, conseguiu apaziguar Sigemundt", "prometendo-lhe que lhe feitorizaria o engenho e faria muita cópia de açúcar".

O engenho Três Paus, de bois, situado um quarto de milha ao sul do engenho Pirapama e que, segundo Willem Schott [274], em 1636, pertencera a João Rodrigues Caminha, fora conforme o "Breve Discurso", de 1637[275,] confiscado e arrendado a Antônio Vieira para levanta-lo.

Os engenhos Velho e Guerra (ou da Guerra) foram confiscados e vendidos consoante José Antônio Gonsalves de Mello[276] aos Srs. Sigemundt von Sckhoppe e Nicolaes de Ridder, o que confirma a notícia fornecida por Diogo Lopes Santiago sobre sua promessa de Antônio Vieira de feitorizar os mesmos engenhos. O relatório de Adriaen van der Dussen, de 1640[278], reitera a presença do "feitor" Antônio Vieira no engenho Velho onde possuía 36 das 120 tarefas que eram distribuídas entre oito lavradores, e também, informa que "o engenho de Antônio Vieira, moía".

Em 1645[279] assinou, como vereador, o "Manifesto de Direito[279]", a carta que o povo de Pernambuco enviou a D. João IV, rei de Portugal, e, em 1655, o "Traslado do rendimento, das pensões, redizima e vintena, e outras coisas mais ... [280]" se refere ao engenho do sargento - mor Antônio Vieira, que pagava 1,5 % de recognição.

No referido mapa de Marcgrave e Post[281], constante do livro de Barlaeus, em área onde está assinalada presença de mata, ao sul de linha quebrada que passa de oeste para leste pelos engenhos Molinotes, o Marapargi (possivelmente Matapagipe), S. João e Novo está gravada a palavra Vieira, talvez indicativa da localização do engenho Três Paus.

Borges da Fonseca[282] informa que recebera a patente de sargento-mor e fornece informações sobre as duas primeiras gerações de sua descendência. Casara com Margarida Muniz, de quem tivera duas filhas e cinco filhos, entre os quais estavam Antônio Vieira de Melo que chegou a alcançar a patente de sargento - mor e à mercê de cavaleiro do hábito de Aviz, e o capitão Bernardo Vieira de Melo I.

Evaldo Cabral de Melo[283], reitera que "elegeu-se vereador da recém - constituída câmara de Olinda, em 1645, e que, após a restauração, foi sargento - mor da comarca". Informa, também, que na década de 1660 ainda se encontrava (ou o seu filho homônimo) e o primeiro Bernardo Vieira de Melo (seu filho) como lavradores do engenho do morgado.

[Nota de Fábio Arruda:

<< Relação das Fintas - mês de abril do ano de 1664.

Freguesia do Cabo de Santo Agostinho

ENGENHO VELHO

Capitão João Pais de Crasto cinqüenta mil réis.....50$000

Capitão Luís de Paiva cinco mil réis.....5$000

Dona Ana Corte Real quinze mil réis.....15$000

Sargento-mor Antônio Vieira de Melo doze mil réis.....12$000

Bernardo Vieira dezesseis mil réis.....16$000

Partido do sargento-mor Antônio Vieira de Melo doze mil réis.....12$000

Capitão João Correia dois mil réis.....2$000

E outros] >>.

Supomos que as duas personagens citadas foram lavradores do engenho Velho na administração de Estevão Pais Barreto I, segundo morgado do Cabo, pois admitimos, como veremos, que o primeiro morgado João Pais Barreto, falecera entre 1654 e 1655.

[Nota de Fábio Arruda: certamente antes de 1664, pois, na finta, acima citada, já está João Paes de Castro].

Parentes que muito provavelmente o ajudaram foram os sobrinhos D. Francisco de Sousa e D. João de Sousa, o primeiro quando de sua permanência em Portugal, e o segundo, quando de sua estadia na Bahia[285].

XVIII

A partir de 1643, da mesma maneira que Pereira Costa, não conseguimos obter mais informações sobre João Pais Barreto. Podemos apenas admitir que tenha passado à Bahia, ou à Paraíba, onde a mulher tinha parentes próximos.

A última referência sobre ele data da era do reinado de D. João IV, de Portugal, do vice-reinado do Brasil[286], de João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa[287] e do governo da capitania de Pernambuco do mestre - de - campo - general Francisco Barreto de Menezes[288]. Trata-se de transcrição feita pelo padre Lino do Monte Carmelo Luna [289], aliás, divulgada, depois, por Pereira da Costa[290] , do trecho do texto escrito por George Cardoso, no Agiológio Lusitano.

George Cardoso[289-290-291] se referindo à data do falecimento de João Pais Barreto, o velho, declara: "faleceu a 21 de maio de 1617, com celebérrima fama de virtude, de que temos instrumento jurídico tirado a instancia de um filho seu do mesmo nome, cavaleiro professo da ordem de Cristo, e fidalgo da casa de Sua Majestade, no pontal de Nazaré, termo da vila de Olinda, capitania de Pernambuco, por Domingos Dias Rombo, tabelião público, a trinta de julho de 1653, e despacho do juiz ordinário Pedro Cavalcante de Albuquerque, jurado por seis testemunhas todas de qualidade, que depuseram o referido no texto, pelo haverem conhecido e tratado familiarmente muitos anos naquelas partes".

XIX

Pereira da Costa[292] e Gilberto Osório de Andrade associado a Rachel Caldas Lins[293] julgam que João Pais Barreto faleceu entre os anos de 1653 e 1661.

O "Traslado do rendimento das pensões, redizima e vintena e outras coisa mais" que esta capitania de Pernambuco pagava ao donatário D. Miguel[294] Portugal, "datado de 4 de agosto de 1655, nada esclarece sobre a data da morte de João Pais Barreto, pois nele não é citado o nome do então administrador dos engenhos Velho e da Guerra; apenas informa quanto pagavam de recognição os dois engenhos a D. Maria Margarida de Castro e Albuquerque, administradora dos bens de seu pai Duarte de Albuquerque Coelho, então a 5ª e última donatária da capitania: o engenho Velho pagava 3,5% de recognição e o Guerra entregava "trinta arrobas de açúcar encaixado e posto no passo".

[Nota de Fábio Arruda: diferentemente do Engenho Velho, administrado por João Paes de Castro, o Engenho da Guerra parece ter sido arrematado em hasta pública ao Capitão Fernão Soares da Cunha, conforme relação abaixo:

<< Relação das Fintas - mês de abril do ano de 1664.
Freguesia do Cabo de Santo Agostinho
ENGENHO DA GUERRA
Capitão Fernão Soares da Cunha quarenta mil réis..... 40$000
Capitão Pedro Correia da Costa dois mil réis..... 2$000
Antônio Rodrigues Pimentel dois mil réis..... 2$000

Manoel Gonçalves de Abreu mil réis.....1$000
Miguel Soares três mil réis.....3$000
Belchior Francisco de Sousa mil réis.....1$000
E outros] >>.

Conjecturamos que João Pais Barreto haja falecido entre 1654 e 1655 logo após a evacuação dos holandeses, quando ex - proprietários diretamente, ou através de terceiros iniciaram ações e demandas para reaver seus bens ou quando herdeiros pretenderam entrar na posse ou partilhar os bens dos que faleceram durante a guerra.

Baseamos nossa hipótese em três argumentos:

O primeiro, obtido no próprio Traslado do rendimento, etc ... "de 4 de agosto de 1635, consiste na constatação que João Pais de Castro, sobrinho de João Pais Barreto[295], naquela data já havia se apossado do engenho Ilhetas, que pertencia a seu pai Estevão Pais Barreto I, e que fora confiscado e vendido, segundo o relatório de Adriaen van der Dussen de 1649[296], a Jacob Stachhower e Nicolaes de Ridder, e, conforme José Antônio Gonsalves de Mello, comprado a este por João Pais Barreto como consta no "Tanslados[298]" que o engenho Ilhetas pagava de pensão vinte mil reis em dinheiro de contado".

O segundo, fundamentado em informação de Pereira da Costa[299] segundo a qual, após a evacuação holandesa, o engenho Jacaré foi reivindicado por D. João de Sousa I, mestre de campo, por herança de seu tio João Pais Barreto. D. João entrou na posse da propriedade e vendeu-a por 12.000 florins a João Fernandes Vieira, "que assim o declarou no seu testamento celebrado em 1674".

O terceiro, firmado num documento citado por Borges da Fonseca[301]: o inventário dos bens que, por falecimento de Estevão Pais Barreto I que viera a ser segundo Morgado do Cabo, fez o juiz ordinário Francisco de Souza Falcão e o escrivão Manoel Rodrigues do Crato, no engenho Pirapama, a 14 de março de 1661.

Dadas as circunstâncias expostas e diante da impossibilidade de admitir que o primeiro e o segundo morgados houvessem falecido na mesma época (1660 - 1661), julgamos mais provável que o primeiro morgado tenha sucumbido entre 1654 e 1655 e que o tempo decorrido desde então até os anos de 1660 a 1661 correspondera ao período de administração do segundo Morgado.

XX

Ignora-se se João Pais Barreto lavrou testamento e/ou se os bens por ele deixados foram à inventário.

Os bens que os pais vincularam ao morgado em 28 de setembro de 1580, foram consoante Pereira da Costa[311] , apenas o engenho Velho e as duas casas de Olinda.

[Nota de Fábio Arruda: verificar se seria em setembro ou outubro de 1580: "Em 1580 João Paes Barreto, o Velho, já instituía o Morgado de Nossa Senhora da Madre de Deus do Cabo de Sto. Agostinho, vinculando o Engenho Madre de Deus, depois chamado de Engenho Velho. A escritura foi redigida em 28 de outubro de 1580"].

O engenho Guerra ou da Guerra como vimos, foi provavelmente adquirido pelo primeiro morgado em 1606[312], três anos após ter - se investido juridicamente na condição de administrador do vínculo. Somente Afonso de Albuquerque e Melo[313], cerca de 1776, considerou que o engenho Guerra, de invocação Santa Luzia, fora doado pelo pai no ato da instituição do vínculo.

O nome do engenho não consta de nenhum documento anterior ao ano de 1623 quando reponta, no relatório de José Israel de Castro[314] : "o dito João Pais Barreto no engenho da Guerra".

Conforme o nosso ponto de vista, certamente o engenho da Guerra deve ter sido incorporado ao acervo do morgadio, após a morte do primeiro administrador, por sua própria e expressa vontade.

Nenhuma notícia obtivemos sobre o destino dos demais bens, exceto a recuperação das duas casas sitas em Olinda e a doação do engenho Jacaré ao seu sobrinho D. João de Sousa. Este não herdara apenas o imóvel e seus semoventes, porém, também, e sobretudo, o exercício da liderança do clã, (de vez que seu irmão Estevão Pais Barreto I fez ... uma ...), não tanto no plano econômico, mas indiscutivelmente nos planos social e político. Evaldo Cabral de Mello[306] opina que "após a expulsão dos holandeses, teria sido um dos pró-homens da capitania, quase tão poderoso como João Fernandes Vieira".

XXI

João Pais Barreto, primeiro morgado do Cabo, conforme Borges da Fonseca[316], casou com D. Ana Corte Real, filha de Afonso da Franca, que fora governador de

Marzagão e de sua mulher, D. Catarina da Franca; noutro passo[317], considera D. Ana filha de Afonso da Franca Barros que no ano de 1625 fora governador da Paraíba, e de sua mulher D. Catarina Corte Real. Não houve sucessão deste matrimônio.

D. Domingos de Loreto Couto[319] comete engano ao considerá-lo casado com D. Ana do Couto, filha de André do Couto, a qual seguramente foi casada com João Pais de Castro, sobrinho do primeiro morgado, que fora terceiro morgado, filho de Estevão Pais Barreto I, potencial segundo morgado do Cabo.

D. Ana Corte Real sobreviveu ao marido e, viúva, seguramente vivia em 1661, ano em que foram reconhecidos seus direitos sobre duas casas (ou dois conjuntos de casas, como eram considerados na época), que seu marido possuía na povoação do Recife, "as quais tinham os traseiros para a banda do rio e a fronteira para a sua direita, que vai correndo para a ponte, rua na qual desembocava a rua dos judeus". Estas casas tinham os números 50 e 51, ou constituíam os lotes 50 e 51[321]. Estes imóveis foram entregues pelo governador Francisco de Brito Freyre e pelo provedor da Real Fazenda, doutor Simão Alvares de La Peña, em 7 de abril de 1661, com a condição de serem pagas as benfeitorias[322].

Mapa de C. B. Golliseth [Golisjath] 1648, (25-27) atlas Hist. do Recife.

O governador Ayres de Sousa Castro, já no reinado de D. Pedro II, de Portugal e no vice-reinado do Brasil, de Roque Costa Barreto, conforme translado de uma carta registrada de 15 de outubro de 1681, mandou cobrar, por conta das casas que foram entregues a D. Ana Corte Real a quantia de Rs 51$000 (cinqüenta e um mil réis), conta provavelmente paga por Estevão Pais Barreto II, 4º morgado do Cabo, que administrava o vínculo, na época[223].

Suspeitamos que essas casas foram as mesmas que Pereira da Costa arrolara como situadas em Olinda e vinculadas ao morgadio da Madre de Deus do Cabo de Santo Agostinho; na realidade, o Recife estava, então, integrado no termo de Olinda, e possuía o predicamento de ser seu porto marítimo, enquanto o Varadouro das Naus de Olinda, o de ser seu porto fluvial.

(AD. Figura ausente) - A Vila de Olinda e o Porto do Recife em mapa de autoria de Luís Teixeira, elaborado por volta de 1570 cópia de Manoel Bandeira publicado nos Anais Pernambucanos, volume 1, f. 184 - Pereira da Costa.

CAPÍTULO II

MORGADO DE NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS DO CABO DE SANTO AGOSTINHO — INSTITUIÇÃO E CONFIRMAÇÃO DO MORGADO

CAPÍTULO II

Morgado de Nossa Senhora Madre de Deus do Cabo de Santo Agostinho — Instituição e Confirmação do Morgado

No reinado de Felipe II de Castela (I de Portugal), sendo Governador Geral do Brasil D. Lourenço da Veiga (1), segundo donatário da Capitania de Pernambuco Duarte Coelho de Albuquerque (2) e mandatário(a) do donatário D. Brites de Albuquerque e/ou Jerônimo de Albuquerque, o Torto, ou, alternativamente, o licenciado capitão Simão Rodrigues Cardoso (2a), estavam já judicialmente demarcadas, desde 12 de outubro de 1580, as terras ao longo da ribeira do Arassuagipe (3). João Pais Barreto, o Velho, e D. Inês Guardês já matrimoniados, resolveram então instituir em favor de João Pais Barreto, seu filho primogênito, provavelmente nascido não muito antes de 1580 (4), o morgado de Nossa Senhora de Madre de Deus do Cabo de Santo Agostinho.

Borges da Fonseca (5) no terceiro quartel do século XVIII informara que João Pais Velho Barreto "instituiu o morgado de Nossa Senhora Madre de Deus do engenho Rasoagipe com uma légua de terra em quadro na qual se levantaram depois (o grifo é nosso) outros; na nota do Tabelião Amaro de Rezende Secretário e Escrivão que serve ante o governador desta Capitania de que era donatário Duarte Coelho de Albuquerque a 28 de outubro de 1580, cuja instituição foi confirmada por alvará real de 28 de julho de 1603".

Borges da Fonseca, em outro passo (6) referiu ser "o único morgado com provisão real que há nesta terra, em o engenho Velho da Madre de Deus, sito em à freguesia do Cabo de Santo Agostinho, que hoje (o grifo é nosso) compreende, além do engenho Velho, o da Guerra, o Ilha e com pretensão ao de Santo Estêvão".

Padre Lino do Monte Carmelo Luna em 1865 (7) informou que João Paes Barreto "instituiu um morgado com provisão régia, no engenho Velho da Madre de Deus, na freguesia do Cabo de Santo Agostinho, compreendendo nele os engenhos da Guerra, Ilha e Santo Estevão".

Pereira da Costa (8) assim explica: "Em 28 de outubro (de 1580) instituiu Pais Barreto um morgado vinculando o engenho Madre de Deus, considerado como terça dos

seus bens, e portanto de sua livre disposição, mas precedendo a essa instituição morganática (o termo correto seria morgadia ou morgadícia) a competente permissão régia. Do instrumento público de instituição do morgado, conhecido depois por "Morgado dos Pais" ou "Morgado do Cabo", consta que os bens vinculados foram o engenho Madre de Deus, chamado depois "engenho Velho", por ser o mais antigo em construção, dos que levantara João Pais, e cujo nome ainda conserva, bem como duas casas situadas na vila de Olinda, calculando-se as rendas de tais bens em mil cruzados anuais destinados aos encargos pios da capela". Adiante (8) informa que a instituição do morgado teve confirmação régia por alvará de 25 de julho de 1603 e, noutra oportunidade (9), reafirma as datas que forneceu sobre a instituição do morgado. Convém assinalar a discordância nas datas da confirmação do Morgado fornecidas por Borges da Fonseca -28 de julho de 1603- (5) e por Pereira da Costa - 25 de julho de 1603-(8) (9A). O alvará de confirmação foi assinado no reinado de D. Filipe III de Castela (II de Portugal), sendo D. Diogo de Botelho Governador Geral do Brasil, (10); Duarte de Albuquerque Coelho, na minoridade, quarto donatário da Capitania e D. Alexandre de Moura, capitão-mor de Pernambuco (11).

Da leitura das fontes citadas depreende-se que, inicialmente, o único engenho vinculado na escritura da instituição do morgado era o Rasoagipe, certamente corruptela de Arassuagipe, primitivo nome do rio Pirapama, em cuja bacia inferior João Pais teria obtido terras doadas após a expulsão dos caetés (12). Não seria fora de propósito admitir a possibilidade de ter sido Arassuagipe, ou por corruptela Rasoagipe, em virtude de assimilação do nome do rio pelo engenho, o primeiro nome deste, depois chamado de Madre de Deus pela invocação escolhida e, finalmente Velho, por ter sido o mais antigo dos fundados por João Pais, do Cabo (13), e cuja capela dominava, como suas ruínas ainda hoje dominam, o alto da vertente norte (ou nordeste) do vale do rio. Este engenho que inicialmente tivera como invocação Nossa Senhora Madre de Deus passou depois, em data não sabida, a ter a de Nossa Senhora da Anunciação (13). Sua localização figura no mapa de Marcgrave "Praefecturae Paranambucae Pais Bareatis Una cum Praefecturae de (sic) Itamaracá" (o grifo é nosso), contido na obra de Barleus (14) e no mapa de Vingboons (15), sendo naquele, de 1643, considerado movido por bois, com igreja.

Os demais engenhos citados foram fundados sucessivamente no decurso dos anos e através da administração de vários morgados. Assim, o engenho da Guerra não figura na relação de engenhos de Pernambuco fornecida em 1609 pelo Sargento-mor Diogo Soares Moreno (16), surgindo, apenas, na lista fornecida em 1623 por José Israel da Costa (17), como pertencente a João Pais Barreto, primeiro morgado, que o levantara ou

adquirira em 1603. Pereira da Costa (18) admitia que os engenhos Ilha, Santo Estevão e Trapiche, já existentes em 1630, não foram listados "naturalmente por imposição de outros nomes" (18a). O argumento procede exclusivamente em relação ao engenho Trapiche, cuja invocação era Nossa Senhora da Conceição e que pertencera a João Gomes de Mello, o velho (19). Julgamos que ele nunca fez parte do acervo do morgado.

[Nota de Fábio Arruda: um certo Engenho Trapiche foi incluído, por Dom João de Sousa, aos bens do Hospital Nossa Senhora do Paraíso do Recife, juntamente com o Engenho Jurissaca (Morgado), onde tudo passou a ser Administrado pelos Morgados dos Paes. Há vários documentos do Projeto Resgate a respeito. Não li todos, apenas alguns, mas me pareceu, à primeira vista, que tudo ficou a cargo dos Morgados, os quais aceitaram tais incumbências].

Na relação de engenhos de 1609 do Sargento-mor Diogo Soares Moreno pertencia à viúva deste, D Ana de Holanda e é relacionado com o nome de Velho em contraposição ao Novo mais recentemente listado (20). Na lista de 1623 de José Israel da Costa (21) figura sob a direção de Manoel Gomes de Melo, 4º filho do casal. No inventário do conselheiro Adrian Schott de 1636 (22) pertencia a viúva D. Adriana de Almeida Lins. No breve discurso de 1638 (23) e no relatório de Van den Dussen (24), de 1640 consta pertencer a referida D. Adriana. O engenho está assinalado com a denominação de Nossa Senhora da Conceição nos mapas de Vingboons (25) e de Marcgrave e, neste, de 1643 (26), como engenho de bois e com igreja, enquanto nos referidos relatórios, de Schott, no Breve Discurso e no relatório de van den Dussen consta por engenho d'água. Na relação de 1655 estava em nome de João Gomes de Mello, provavelmente o filho primogênito de Manoel Gomes de Mello e de D. Adriana Almeida Lins (26a).

Os engenhos Ilha e Santo Estevão surgem pela primeira vez, na lista de engenhos de 1761 revelada por Fernando da Cruz Gouveia (27), presença que confirma a opinião emitida por Borges da Fonseca (28) sobre a ocupação do solo. O Ilha , então, era ocupado por João Paes Barreto 6º morgado; o Santo Estevão em que se achava Estevão José Paes Barreto, imediato e sucessor do pai e futuro 7º morgado. Provavelmente o primeiro foi montado pelo João Paes Barreto, 5º morgado e o segundo por João Paes Barreto, 6º morgado, que faleceria poucos anos depois.

Julgamos, pelos motivos apontados, intempestiva a assertiva de Pereira da Costa (29) e de Carlos Xavier Paes Barreto (30) de que além do Velho, os engenhos Guerra, Ilha e Santo Estevão integravam de início o acervo do morgado dos Paes, ou do Cabo (31). Para Pereira da Costa, João Paes Velho Barreto teria comprado a Cristóvão Lins e a D.

Adriana de Holanda, por 30.000 cruzados o engenho Pirapama a 21/10/1586 (Anais, vol. I, p.573).

LISTAS DOS ADMINISTRADORES DO MORGADO

Controvérsias existiram e existem quanto ao número e aos nomes dos administradores ou morgados que se revezaram durante o período de tempo decorrido entre a confirmação da instituição do morgado de Nossa Senhora Madre de Deus do Cabo de Santo Agostinho pelo alvará régio de 28 de junho de 1603 e a extinção do mesmo pela lei de 6 de outubro de 1835 (ver 9a).

Coligimos opiniões de Antônio José Victoriano Borges da Fonseca, Afonso de Albuquerque Mello, José (Joseph) Carlos Paes Barreto, Francisco Augusto Pereira da Costa, Eugênio de Mendonça Pais Barreto e Carlos Xavier Pais Barreto.

Antônio José Victoriano Borges da Fonseca, em sua Nobiliarchia Pernambucana considera João Pais Velho Barreto apenas instituidor do morgado (31) e inseguro e reticente admite a seguinte seriação:

1º morgado – "Tenente-general João Pais Barreto, filho de João Pais Velho Barreto... que... casou com D. Ana Corte Real". (32)

2º morgado – "Estevão Pais Barreto, filho de João Pais Velho Barreto, sucedeu a seu irmão João Pais Barreto como morgado...e casou com D. Catarina de Castro de Távora".(33)

3º morgado – "João Paes de Castro (filho do antecedente)...que...casou com Ana do Couto". (34) Noutro passo (35) considera-o filho de Cristóvão Pais Barreto, 3º senhor do morgado do Cabo" e passa a administração do precedido filho para o 4º lugar.

4º morgado – "Estevão Pais Barreto, filho de Estevam Pais Barreto (acima citado) sucedeu... a seu irmão (João Pais de Castro), foi capitão-mor da freguesia do Cabo, casou com D. Maria de Albuquerque" (36). Em outro passo (37) reputa-o 5º senhor do morgado do Cabo".

5º morgado – "Capitão-mor João Pais Barreto, filho do capitão-mor Estevão Pais Barreto e de D. Maria de Albuquerque, sucedeu o seu pai em o morgado ... e ... casou com D. Maria Maior de Albuquerque" (38). Em outra oportunidade considera-o o 6º morgado (39).

6º morgado – "Capitão-mor João Pais Barreto, filho do capitão-mor João Pais Barreto e de D. Maria Maior de Albuquerque, sucedeu a seu pai em o morgado... e casou com D. Manoela Lusia de Mello... de quem tem filhos menores (40). Em outra oportunidade considera-o 7º morgado (41).

Verifica-se do exposto que Borges da Fonseca demonstrou uma primeira indecisão ao declinar quem fora o terceiro morgado. Quando tratou do quarto reconsiderou e reconheceu, embora tardiamente a condição de João Paes de Castro como terceiro morgado. Mostrou-se todavia, indeciso e inseguro, também quanto ao real escalonamento dos morgados seguintes.

Prova dessa insegurança e indecisão de Borges da Fonseca é a seguinte lista alternativa que compusemos, utilizando informações reveladas pelo ilustre genealogista no texto de sua Nobiliarchia, nas quais identifica a série de morgados pelos respectivos adjetivos numerais.

1º morgado: Tenente general João Paes Barreto (II,27; II,217).
2º morgado: Estevão Paes Barreto I (I,27; II,217).
3º morgado: Cristóvão Paes Barreto (11,218).
4º morgado: João Paes de Castro (1,495(3).
5º morgado: Estevão Paes Barreto II (11,217).
6º morgado: João Paes Barreto I (II,372(5).
7º morgado: João Paes Barreto II (I,178(4).

Afonso de Albuquerque Mello com sua "série dos Albuquerque e outras ilustres famílias de Pernambuco" (1770, p. 18) dá a seguinte lista:

1º João Paes Barreto "em que o pai instituiu morgado aos engenhos Velho da Madre de Deus, e o da Guerra em vocação de Santa Luzia".
2º João Paes de Castro, que sucedeu o seu tio João Paes Barreto.
3º Estevão Paes Barreto, seu irmão que lhe sucedeu.
4º João Paes Barreto, primogênito do antecedente.
5º João Paes Barreto, primogênito do antecedente.
6º Estevão José Paes Barreto, primogênito do antecedente, mandato do morgado que havia assumido em torno de 1770.

José (Joseph) Castro Pais Barreto (42) filho de João Pais Barreto, capitão-mor da Vila do Recife e considerado por Borges da Fonseca ora 6º, ora 7º morgado do Cabo, apresentou uma segunda lista incompleta numa petição que foi à Consulta do Conselho Ultramarino a 28 de outubro de 1763, petição à qual estava anexado um traslado do instrumento judicial de justificação de sua ascendência e nobreza, feito em 1762 "com oito testemunhas, entre as quais Antônio José Victorino Borges da Fonseca e D. Domingos de Loreto Couto, as quais depuseram no processo, o primeiro a 9 de setembro de 1762 e o segundo a 2 de novembro do mesmo ano. José Carlos Paes Barreto fornece a seguinte lista.

1º morgado – João Pais Barreto que "vindo para Pernambuco casou com D. Inês Guardês e com provisão real instituiu o Morgado da Madre de Deus a 28 de setembro de 1580, (o grito é nosso) no Cabo de Santo Agostinho (42).

2º morgado – não é citado (42).

3º morgado – não é citado (42).

4º morgado – Estevão Pais Barreto, casado com D. Catarina de Castro, neto (o grifo é nosso) por via paterna de João Pais Barreto, natural de Viana. (42)

5º morgado – Estevam Pais Barreto, casado com D. Maria de Albuquerque e pai de João Pais Barreto e de Fernão Rodrigues de Castro. (42)

6º morgado – João Pais Barreto casado com D. Maria Maior de Albuquerque (42)

7º morgado – João Pais Barreto, capitão-mor da Vila do Recife, casado com D. Manuela Luzia de Mello. (42)

Observa-se de, assim, que José (Joseph) Carlos Pais Barreto abriu a lista com João Pais Barreto o instituidor, como primeiro morgado, forneceu data diversa da confirmação do morgado - 28 de setembro de 1580; não identificou o segundo e o terceiro morgados; e finalmente, apresentou uma seriação confusa dos administradores do vínculo.

A testemunha D. Domingos de Loreto Conto (43) apoiou alguns dos erros cometidos por José Carlos Paes Barreto, na petição referida, pois considerara João Pais Barreto o Velho apenas instituidor do morgado do Cabo (43); seu filho João Pais Barreto como primeiro morgado herdeiro do morgado do Cabo, que instituiu seu pai João Paes Barreto (44) referindo-se, apenas ao capitão-mor Estevão Paes Barreto "pai do capitão Fernão Rodrigues de Castro"(45) e ao João Paes Barreto, morgado em 1710 (46).

Por outro lado, a testemunha Antônio José Victorino Borges da Fonseca provavelmente deixou-se influenciar no escalonamento da seriação dos morgados pelo seu contemporâneo José (Joseph) Carlos Pais Barreto. Além disso, deixou escapar a oportunidade de obter informações mais precisas sobre a descendência imediata do outro último morgado, João Pais Barreto, pois este fora pai do referido José Carlos. Figura entre os considerados "filhos menores do referido morgado na Nobiliarchia (47). Além disso não refere na Nobiliarchia o referido José Carlos, apesar de figurarem no texto da mesma, dois seus irmãos: João Pais Barreto (48) e D. Antônia Francisca Joaquina de Melo (49), já casados.

Francisco Augusto Pereira da Costa n'uma primeira listagem (49) considera os morgados em número de sete:

1º morgado – João Pais Barreto, o moço.

2º morgado – Estevão Pais Barreto, seu irmão, casado com D. Catarina de Castro.

3º morgado – João Pais de Castro, casado com D. Ana do Couto, falecido em 25 de fevereiro de 1672.

4º morgado – Estevão Pais Barreto, seu irmão.

5º morgado – João Pais Barreto, filho do antecedente.

6º morgado – Estevão Pais Barreto.

7º morgado – Francisco Pais Barreto, Marquês do Recife, falecido a 26 de setembro de 1848, tendo sido o morgado extinto desde 6 de outubro de 1835.

Pereira da Costa não indica o grau de parentesco do 3º com o 2º morgados, provavelmente influenciado pela dúvida revelada por Borges da Fonseca (50); não considerou João Pais Barreto, filho de João Pais Barreto listado, como sexto morgado, e, finalmente, trincou o nome de Estevão José Paes Barreto, denominando-o Estevão Paes Barreto.

Numa segunda lista, fornecida posteriormente (51), apesar de continuar declarando terem sido sete os morgados, intercala como sexto João Pais Barreto, filho do quinto, e desloca o sexto e o sétimo de sua primeira relação, respectivamente, para o sétimo e oitavo lugares. Para maior fidelidade transcrevemos o texto original.

"O Morgado de Nossa Senhora da Madre de Deus do Cabo de Santo Agostinho, depois de atravessar uma existência de mais de dois séculos e meio, foi extinto, em virtude da lei de 6 de outubro de 1835, e durante tão longo período teve sete administradores ou

morgados, que foram: João Pais Barreto, o moço (falecido provavelmente 1654 – 1655); Estevão Pais Barreto, seu irmão, casado com D. Catarina de Castro (falecida em 1661); João Pais de Castro (filho do último), casado com D. Ana de Couto, falecido a 25 de fevereiro de 1672; Estevão Pais Barreto, seu irmão (falecido em 1669); João Pais Barreto, filho do antecedente (falecido em 1710); João Pais Barreto, (filho do antecedente, falecido em torno de 1775); Estevão (José) Paes Barreto; e Francisco Pais Barreto, Marquês de Recife, e capitão-mor do Cabo, falecido a 26 de setembro de 1848."

Eugênio de Mendonça Pais Barreto (51a) considerava João Pais Velho Barreto apenas instituidor do morgado, datando, concorde com Borges da Fonseca, a instituição do mesmo de 28 de outubro de 1580 e a provisão régia da confirmação de 28 de julho de 1603 (52). Adotou a seguinte lista:

1º morgado – Tenente-general João Pais Barreto, "primogênito de João Pais Velho Barreto, falecido provavelmente em 1654 no Cabo, sem sucessão".

2º morgado – Estevão Pais Barreto, "seu irmão, filho segundo de João Pais Velho Barreto".

3º morgado – João Pais de Castro, "filho primogênito do precedente".

4º morgado – Estevão Pais Barreto, "irmão segundo do precedente".

5º morgado – João Pais Barreto, "filho primogênito do precedente".

6º morgado – João Pais Barreto, "filho primogênito do precedente".

7º morgado – Estevão José Pais Barreto, "filho segundo do precedente, por falecimento do primogênito".

8º morgado – Francisco Pais Barreto, "filho do precedente que adquiriu direito de primogenitura por morte do primogênito".

Carlos Xavier Pais Barreto (53) advogava a existência de nove morgados, considerando o instituidor João Pais Velho Barreto como o primeiro morgado; a lista consecutiva seria a mesma admitida por Eugênio de Mendonça Pais Barreto. Posteriormente (54) adotou a mesma lista deste.

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS SOBRE A LINHAGEM DOS MORGADOS

Deter-nos-emos na enumeração de alguns itens básicos sobre a casa do Morgado do Cabo ou dos Pais.

1º - Consideramos João Pais Barreto, o Velho, apenas instituidor do morgado, de acordo com Borges da Fonseca (55), Domingos de Loreto Couto (56) e Afonso de Albuquerque e Mello.

2º - Não admitimos a possibilidade de ter sido Cristóvão Pais Barreto, o terceiro morgado, porque João Pais Barreto, o primeiro morgado, falecera em torno de 1653-1655 (57). Estevão Pais Barreto, o segundo provavelmente após curto curado (1655-1660), cerca de 1661-1664 (58), enquanto Cristóvão Pais Barreto finara-se 28 de agosto de 1648 (59).

3º - Reputamos João Pais de Castro o terceiro morgado e, seguindo Borges da Fonseca (60), o primogênito de Estevão Pais Barreto, segundo morgado. Julgamos João Pais de Mello, também chamado João Pais Barreto ou João Pais Barreto de Mello, de conformidade com Borges da Fonseca (61) e Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (62), filho primogênito de Cristóvão Pais Barreto e, não, de João Pais de Castro como sugere determinada escritura citada por Borges da Fonseca (63). Eugênio Xavier Pais Barreto admite a existência de filho homônimo de João Pais de Castro, falecido antes do pai.

4º - Carlos Xavier Pais Barreto (64) declarou acertadamente serem os irmãos Estevão, Filipe e Cristóvão, filhos de João Pais Barreto, o Velho, os ascendentes de toda família Pais Barreto pernambucana. Considerando a linhagem da casa do Morgado da Madre de Deus, dos Pais ou do Cabo, verifica-se que o terceiro (65) e o quarto (66) morgados foram filhos de Estevão Pais Barreto, segundo morgado e os demais foram seus descendentes.

De Estevão Pais Barreto, terceiro morgado, em diante, foram os morgados simultaneamente descendentes dos irmãos Estevão e Filipe. O quinto morgado era neto de Estevão, segundo morgado (67), através de seu pai Estevão, quarto morgado e, também, neto de Filipe, através da filha deste, D. Maria de Albuquerque, sua mãe.

Este parentesco consanguíneo foi posteriormente revitalizado por várias gerações consecutivas.

João Pais Barreto, quinto morgado, casou-se com D. Maria Maior de Albuquerque (68), filha de D. Catarina de Mello e Albuquerque, filha de Filipe Pais Barreto e de D. Brites de Albuquerque – (69) e de José (Joseph) Sá de Albuquerque (70), filho de Antônio de Sá Mahia e D. Catarina de Mello de Albuquerque. Acresce que D. Brites de Albuquerque e José (Joseph) de Sá de Albuquerque eram irmãos (71).

João Pais Barreto, sexto morgado, simultaneamente bisneto de Estevão e de seu irmão Filipe, casou-se com D. Manoela Lusia de Mello, filha do capitão Fernão Rodrigues de Castro (72), irmão de João Pais Barreto, 5º morgado (73) e, portanto, neta de Estevão Pais Barreto, 4º morgado e bisneta de Estevão Pais Barreto, 2º morgado e de Filipe Pais Barreto, seu irmão.

Estevão José Pais Barreto, sétimo morgado, trineto dos irmãos Estevão e Filipe, casou-se com Maria Isabel Sá Barreto (74), também trineta de ambos, pois era filha de Filipe Pais Barreto (75), neta de Felipe (Antônio) Pais Barreto, irmão de João Pais Barreto, quinto morgado (76), bisneta de Estevão Pais Barreto, 4º morgado e trineta de Estevão Pais Barreto, 2º morgado e de seu irmão Filipe Pais Barreto.

[Nota de Fábio Arruda: ver documento do Projeto sobre Estevão José Paes Barreto que administrava o Morgado, segundo um Padre Regente do Hospital Nossa Senhora do Paraíso].

Do que foi exposto, conclui-se que os descendentes de Cristóvão Pais Barreto permaneceram alheios à linhagem dominante na casa do Morgado do Cabo, figurando, apenas, através de casamentos consanguíneos como colaterais.

5º - Salientamos que do casamento de Estevão Pais Barreto, quarto morgado com D. Maria de Albuquerque, resultou ser introduzido, por intermédio desta, sangue judeu na casa do Morgado do Cabo.

D. Maria de Albuquerque (77) era filha de Filipe Pais Barreto (irmão do primeiro e do segundo morgados) e de D. Brites de Albuquerque (78) que era tida e reputada por cristã nova, por ser filha de Antônio de Sá Mahia, que algumas testemunhas depõem pagava a finta dos cristãos novos. (Torre do Tombo, Habilitação à Ordem de Cristo de Filipe Pais Barreto, filho de Estevão Pais Barreto, 4º morgado).

Antônio de Sá Mahia era filho legítimo de Duarte de Sá ou Duarte Sá de Maya e D. Joana Tavares (79). Das "Denunciações do Santo Ofício em Pernambuco (80) consta depoimento de Duarte de Sá que" disse ser cristão velho e ter raça de cristão novo pela parte de sua mãe, não sabe de que maneira"(80a). A discreta revitalização da consanguinidade acentuou a característica de cristão novo.

6º - Carlos Xavier Pais Barreto (81), e mais recentemente, Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins (82) assinalaram o fato de os descendentes de Estevão Pais

Barreto, quarto morgado, terem se mantido à frente da instituição, por linha varonil por mais de cento e cinqüenta anos, até a extinção da mesma em 6 de outubro de 1835.

7º - Ressaltamos, finalmente, curiosa constatação de Carlos Xavier Pais Barreto (83) e que complementamos: tanto o instituidor João Pais Barreto, o Velho, quanto os morgados seus descendentes impuseram o nome João aos primogênitos.

João Pais Barreto, primeiro morgado fora o primogênito do instituidor João Pais do Cabo.

João Pais de Castro, terceiro morgado, o fora de Estevão Pais Barreto, segundo morgado.

João Pais Barreto, quinto morgado, fora o primogênito de Estevão Pais Barreto, quarto morgado.

João Pais Barreto, sexto morgado, fora o primogênito do João Pais Barreto, quinto morgado.

O sétimo morgado Estevão José Pais Barreto e o oitavo Francisco Pais Barreto, foram beneficiados por haverem sobrevivido aos irmãos Joões. (83a)

O segundo morgado, Estevam Pais Barreto, o Velho e o quarto morgado Estevão Pais Barreto, o moço, substituiu morgados Joões, falecidos sem sucessão.

Concordes com a segunda lista, corrigida, apresentada por Francisco Augusto Pereira da Costa e com a adotada por Eugênio de Mendonça Pais Barreto, consoante os quais oito foram os detentores da administração do morgado de Nossa Senhora Madre de Deus, dos Pais ou do Cabo, passaremos a estudar cada administração e a fornecer as informações que conseguimos colher a respeito da descendência daqueles que a deixaram.

Titulares do Morgado:

1º morgado – João Pais Barreto; [F1]
2º morgado – Estevão Pais Barreto; [F2]
3º morgado – João Pais de Castro; [N 2.1]
4º morgado – Estevão Pais Barreto; [N 2.2]
5º morgado – João Pais Barreto; [Bn 2.2.1]
6º morgado – João Pais Barreto; [Tn 2.2.1.1]
7º morgado – Estevão José Pais Barreto; [Qr 2.2.1.1.2]
8º morgado – Francisco Pais Barreto. [Qn 2.2.1.1.2.2]

NOTAS

2a - Dúvida existe sobre quem governava Pernambuco em 1580.

a) D. Brites de Albuquerque, viúva de Duarte Coelho Pereira, para Varnhagem (84) teria governado após a partida definitiva para Portugal de Duarte Coelho de Albuquerque, em 1572.

Há referências a concessões de sesmarias pela mesma em 1572 (85), em 1575 (86), em 1576 (87), em 1577 (88). Borges da Fonseca (89) informa que "no arquivo do Colégio de Olinda, que foi dos padres Jesuítas, se achou uma carta de sesmaria passada por D. Brites de Albuquerque, Capitoa e Governadora de Pernambuco, a 24 de julho de 1579, na qual confirma a data de uma légua de terra em Camaragibe que aos padres do dito Colégio de Olinda havia dado D. Cristóvão de Mello, capitão governador....

Esta citação permite assegurar que D. Brites governava em meados de 1579. Teria D. Brites falecido entre julho e outubro de 1584 (90)

b) Jerônimo de Albuquerque, o Torto, conforme D. Domingos de Loreto Couto, teria governado desde a partida de Jorge Coelho de Albuquerque, em 1576, até 1593 (91). Em 1577 já concedia sesmaria (92).

Jerônimo de Albuquerque teria lavrado seu testamento a 13 de novembro de 1584 (93). Borges da Fonseca (94) cita o inventário e o respectivo formal de partilha dos bens deixados e que teria falecido "na era de 1593", pouco mais ou menos, porque no ano de 1588 governara Pernambuco e passara sesmarias, por ausência de seu sobrinho Jorge de Albuquerque, como consta das sesmarias de Francisco de Amaral, que hoje Armindo Lopes quer senhorear." Borges da Fonseca (95) argumenta que Jerônimo de Albuquerque "não poderia passar sesmarias em 1588 porque nesse ano governava Pernambuco com o título de Capitão-mor Pedro Homem de Castro, Fidalgo da Casa Real."

c) O licenciado Simão Rodrigues Cardoso, de quem Borges da Fonseca (96), se referindo a uma certidão passada em favor de Duarte de Sá a 22 de dezembro de 1582, di-lo ter vindo " por Capitão-mor de Pernambuco em 1580". Conforme o Sumário das Armadas (97) teria ocupado o posto em 1582 ou pouco depois e, consta nas Denunciações de Pernambuco ter sido ouvidor e loco-tenente do donatário e ter governado antes de setembro de 1593. Pereira da Costa (98) informa que Simão Rodrigues Cardoso toma conta do governo da capitania neste ano (1580), em dia ignorado, e o dirige até 1583, no

impedimento do capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, na qualidade de um dos loco-tenentes constituídos pelo donatário Jorge Coelho de Albuquerque.

Conforme as fontes citadas, em torno de 1580, tanto poderia ter sido Pernambuco administrado por D. Brites de Albuquerque ou por Jerônimo de Albuquerque, o Torto, isolada ou conjuntamente, como por Simão Rodrigues Cardoso.

(26a) – João Maurício Vanderlei, "Cavaleiro da Ordem de Cristo, em cuja Ordem professou no ano de 1669, e depois de haver servido em praça de Soldado de Infantaria da Companhia do Capitão João Batista Pereira do Terço do Mestre de Campo D. João de Sousa, desde 9 de janeiro 1666, dia em que sentou praça, passara ao posto de Capitão de Ordenança do distrito da Mangabeira, por patente do Governador D. Pedro de Almeida, de 2 de abril de 1678, e depois ao de Capitão de Cavalos, por patente do Governador Ayres de Sousa Castro, de 7 de setembro de 1680, em cujos postos serviu honradamente na Guerra dos Bárbaros.

João Maurício Vanderlei era filho de Gaspar Vanderlei, que fora Capitão de Cavalos e primeiro marido de D. Maria de Mello, filha de Manoel Gomes de Mello senhor do engenho Trapiche da prefeitura de Santo Antônio do Cabo de Santo Agostinho e de D. Adriana de Almeida , esta filha de Balthasar de Almeida Botelho, Fidalgo da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Cristo e de sua mulher D. Brites Lins.

(9a) - Constatamos discordâncias quanto às datas da instituição e da confirmação do Morgado de Nossa Senhora Madre de Deus do Cabo de Santo Agostinho.

No que se refere à data da instituição Borges de Fonseca (99), Pereira da Costa (100) e Eugênio de Mendonça Pais Barreto (101) são concordes: 28 de outubro de 1580. Joseph (José) Carlos Paes Barreto cita 28 de setembro de 1580 (102) e Carlos Xavier Paes Barreto, 10 de outubro de 1580 (103).

Quanto à data de confirmação do Morgado, enquanto Borges da Fonseca (104) e Eugênio de Mendonça Pais Barreto (105) fornecem a de 28 de julho de 1603, Pereira da Costa (106) declara a de 25 de julho de 1603 e Carlos Xavier Paes Barreto (107) a de 15 de julho de 1602.

Preferimos, para a instituição e para a confirmação do Morgado, admitir as datas fornecidas por Borges da Fonseca e aceitas por Eugênio de Mendonça Paes Barreto.

Quanto à data em que foi promulgada a lei mandatória da extinção dos Morgados -6 de outubro de 1835- Padre Lino do Monte Carmelo Lima (108), o Desembargador Francisco de Albuquerque Oliveira Maciel (109) e Pereira da Costa (110) são concordes.

(51a) – Eugênio de Mendonça Pais Barreto (111), de saudosa memória, ilustre membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHGP e genealogista de mérito, em notas que nos forneceu, diz que entre os capítulos omissos na transcrição da "Nobiliarchia Pernambucana" nos Anais da Biblioteca Nacional, devido a extravio dos originais certamente estaria um dedicado ao Morgado dos Pais ou do Cabo, instituído por João Pais Velho Barreto.

As notícias genealógicas mais antigas obtidas por Borges da Fonseca sobre as famílias Sá de Albuquerque e Pais Barreto o foram, certamente, através das cartas escritas por José de Sá de Albuquerque (112) e por seu filho Antônio de Sá de Albuquerque (113), pois declara (114) que " pela mercê de Afonso de Albuquerque de Mello, filho primogênito do dito Antônio de Sá, me fez de fiar de mim estes papéis, os li ainda que com trabalho grande por estarem muito antiquados e devo confessar que deles tirei grande instrução, e o conceito de que a sua casa nesta parte se especializa entre todas as de Pernambuco".

Talvez haja procedência na suspeita de Eugênio de Albuquerque Pais Barreto. Em numerosos passos de sua "Nobiliarchia", o autor convida o leitor a buscar informações no "Título dos Pais" ou "Título dos Pais, morgados do Cabo"; esse Título de exíguo número –de páginas (119), expõe sumariamente um precioso núcleo de dados genealógicos sobre a origem dos Pais Barreto, inclusive os ligados ao Morgado do Cabo e (120) ao Morgado de Jurissaca.

Outras vezes envia-o às "Memória da Casa dos Morgados de Nossa Senhora Mãe de Deus do Cabo de Santo Agostinho": (121) ou dos Pais da Casa do Morgado de Nossa Senhora Mãe de Deus do Cabo de Santo Agostinho (I, 224) (2).

Outras, ainda, às "Memórias genealógicas da Casa do dito Morgado": II, 377 (122).

Muitas vezes, os dados prometidos não são encontrados nas páginas dedicadas ao Título dos Pais (123), ou dos Pais Morgado do Cabo (124).

José Antônio Gonçalves de Mello Neto (125) alerta-nos sobre a possibilidade de aproveitamento e inclusão no texto da "Nobiliarchia" pelo ilustre genealogista de contribuição de outros estudiosos, colaboradores ou curiosos contemporâneos, não tão bem-

informados e íntegros quanto ele, sem excluir também, a de enxertos ou acréscimos às suas notas por vezes errados.

Efetivamente, em várias oportunidades verificam-se acréscimos de informações escritas com letra diferente da do autor (126): I, 121(4); I, 160 (8); II, 28; II, 29.

Ocorreram, também, por vezes, citações no texto de personagens sem o registro de sua filiação: I, 121, 4-5 (127).

José Antônio Gonçalves de Mello (115), após argumentação segura, considera "admissível a suposição de que o texto de páginas 17-57 do volume II da Nobiliarchia não seja da autoria de Borges da Fonseca, podendo ser da de Antônio de Sá e Albuquerque" (116). Acredito que o que consta deste trecho, contenha a transcrição das próprias "Memórias de Antônio de Sá"... que conforme Borges da Fonseca, "tratavam não só da descendência de Jerônimo de Albuquerque, como também da origem de várias outras famílias": tal descrição coincide com o texto já citado do volume II, p. 17-57, onde se relacionam, após aquela descendência, as origens dos Pais (p 26), dos Sá (p 32) e dos Pessoa (pp 34 e 38)".

Posteriormente, Borges da Fonseca recolheu informações de múltiplas fontes, porém parece-nos evidente que, ao final da execução de sua preciosa Nobiliarchia, ainda pairavam em seu espírito numerosas dúvidas sobre vários personagens das sucessivas gerações dos Pais Barreto, mormente dos administradores do Morgado de Nossa Senhora Madre de Deus, dos Pais ou do Cabo; quanto a estes suspeitamos terem sido geradas, principalmente, pela escritura de contrato de casamento de João Paes de Castro passada em 1636 (117) e pelas consultas para justificação de nobreza solicitados por José (Joseph) Carlos Pais Barreto (118) e José Félix da Rocha Falcão e promovidas em 1762 (118).

(80a) – Duarte de Sá ou Duarte de Sá de Lima (128), conforme Borges da Fonseca, era natural de Ponte de Lima, Portugal (para Filgueiras Gayo seria de Barcelos)(129); Filho de Antônio Mahia de Lima (130) e de sua mulher D. Isabel Dias de Sá; neto por via paterna de Duarte Fernandes do Rego e de D. Branca Mahia de Lima (irmã de D. Rodrigo de Mello e Lima) e neto por materna de João Rodrigues de Sá, o velho, que foi Fidalgo da Cota d'Armas.

Dele Borges da Fonseca (130) fornece os seguintes dados biográficos:

1563 – Viajando para a Índia com seu tio Francisco de Sá Meneses, na nau Santa Clara, naufragou na altura da Torre de Garcia d`Ávila, escapando em uma tábua;

1576 – No combate aos índios na Bahia, em uma das entradas ocupou o posto de alferes do Governador Geral Luiz de Brito de Almeida;

1577 – Serviu de Secretário e Escrivão da Câmara do mesmo governador;

1580 – Neste ano, em que veio por Capitão-mor de Pernambuco Simão Rodrigues Cardoso, se achava nesta Capitania, servindo os ofícios de Juiz de Órfãos e Escrivão da Câmara de Olinda.

1584 – Eleito Capitão de uma Companhia, posto que exercitou por quinze anos.

1598 – Tendo sido alçado, por ordem régia, o Capitão-mor Manoel Mascarenhas Homem à Capitania do Rio Grande ficou, dada a sua condição de vereador mais velho de Olinda, governando a Capitania de Pernambuco, junto com o Bispo do Brasil, D. Antônio Barreiros, que nessa ocasião estava em visita destas partes do Norte, por ordem do Governador Geral D. Francisco de Sousa.

Para D. Domingos de Loreto Couto (131) teria instituído o morgado de Santo André.

Casou-se (132) com D. Joana de Tavares, filha de João Pires Camboeiro e de D. Filipa de Tavares, neta de Rui Tavares de Cabeia (Cabeya), que fora Governador do Castelo da Ilha Terceira.

D. Domingos de Loreto Couto (133) conta que sendo Ruy Tavares de Cabeya partidário do senhor D. Antônio, Prior do Crato, com a vitória de Castela se retirou para Pernambuco com sua mulher e filha. Borges da Fonseca (134) considera que faleceu na travessia marítima, chegando aqui sua mulher e três filhas.

F1 – Filipa de Tavares, que se casou com João Pires Camboeiro.

F2 - Casada com Vicente Jorge Arão Pires Camboeiro

F3 – Casada com Francisco do Amaral

F1 – De Filipa e João Pires Camboeiro, surgiram (134):

N1 – Simão Pires Tavares, que foi sacerdote do hábito de São Pedro

N2 – D. Joana de Tavares, que se casou com Duarte Sá ou Duarte Sá de Lima (II, 309; II, 370) (132)

N3 – D. Isabel de Tavares que se casou com Afonso de Albuquerque de Mello (134), primogênito de Jerônimo de Albuquerque e de D. Filipa de Mello. D. Domingos de Loreto Couto (224-160) (135) confirma este casamento do Governador e Capitão-general do Rio de Janeiro. Filgueiras Gayo (180, n 15) (136) o dá casado com uma irmã de

Duarte de Sá com geração (tratava-se na realidade de uma cunhada deste, Isabel de Tavares).

N4 – D. N. seria uma filha de nome e estado ignorados, admitida por Borges da Fonseca (II, 22) (134).

E de Duarte Sá de Lima e de D. Joana de Tavares constam os seguintes filhos:

F1 – Antônio de Sá Mahia que, conforme Borges da Fonseca (II, 25) (137), casou duas vezes. A primeira com D. Maria de Albuquerque, irmã de Cristóvão de Albuquerque de Mello e filha de Jerônimo de Albuquerque e de D. Filipa de Mello de que resultou uma filha... D. Lourença d Albuquerque que casou com Gaspar de Barros, homem nobre de Viana, de quem não teve filhos. Filgueiras Gayo (138, p. 180) confirma este casamento, dizendo-o com geração.

A segunda vez casou Antônio de Sá Mahia (139) com D. Catarina de Mello de Albuquerque, sobrinha da primeira mulher e filha de Cristóvão de Albuquerque de Mello e de D. Inês Falcão, por ser filha de Simão Falcão de Sousa (ou Simão Falcão do Sardoal, segundo Filgueiras Gayo (1 de nº 15, p 180) (140) e de D. Catarina Pais.

Para Borges da Fonseca (II, 370) (141), do segundo casamento "dizem as memórias de seu filho José de Sá que nasceram de vinte e três partos, vinte e cinco filhos, porém a de Antônio de Sá só refere os de dezenove, por ser talvez os que chegaram ao uso da razão..." Fornece Borges da Fonseca a descendência deste matrimônio.

F2 – Filipa Sá ou Filipa de Sá de Lima, que conforme Borges da Fonseca (II, 22) (142) e D. Domingos de Loreto de Couto (p. 224, 161) (143) foi casada com João Albuquerque de Mello, filho de Jerônimo de Albuquerque e de D. Filipa de Mello. Filgueira Gayo (144) nomeia-a Maria de Sá, filha de Duarte de Sá de Barcelos, casada com João de Albuquerque, alcaide-mor de Pernambuco, filho de Jerônimo de Albuquerque e de D. Filipa de Mello. Teriam tido uma filha (Gayo, 180 nº 16) (145), D. Maria de Albuquerque, mulher de Francisco de Moura, filho de Alexandre de Moura, Capitão de Pernambuco, com geração.

F3 Antônio de Sá Madeira, relacionado por Borges da Fonseca (146) (II, 23).[1]

Duarte Sá de Lima (147) (II, 370) faleceu a 25 de maio de 1612 e foi sepultado na capela-mor do Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Vila de Olinda, a qual era do padroado de sua casa.

(83a) – Ampliando o âmbito da observação de Carlos Xavier Paes Barreto e extrapolando o que ele constatou na Casa do Morgado da Madre de Deus, dos Pais ou do Cabo, assinalamos que o primogênito de D. Catarina Barreto e de D. Luis de Sousa (Henriques) (148) tomou o nome de João de Sousa; o de Cristóvão Paes Barreto (149) chamava-se João Paes de Mello (João Paes Barreto, ou João Paes Barreto de Mello) e o de Julião Paes dÀltro (150), o de João Pais ou João Pais Cabral.

(18a) Em época incerta, possivelmente entre 1623 e 1635 fundara [Nota de Fábio Arruda: o Engenho já existia em 1623 e pertencia ao Ouvidor Gaspar de Figueiredo Homem] ou comprara no distrito de Goiana, então incluso na Capitania de Itamaracá, o engenho Jacaré (50), com invocação de Santa Cruz, o qual não consta da relação acima referida e na qual, talvez, João Paes Barreto não estivesse exclusivamente interessado na plantação de canaviais e na produção de açúcar, porém possivelmente também no comércio do pau-brasil, de vez que o engenho demorava próximo do Jacaré entreposto comercial dos referidos produtos, perto à área próxima de Capivaribe (Capibaribe), atual Goiana (como veremos noutro passo).

[1] Parece-me que em Borges da Fonseca o nome Antônio de Sá Madeira, mencionado em II, 23, é leitura incerta de Antônio de Sá Mahia, corretamente descrito em II, 24 (nota de Yony Sampaio).

ANEXO AO CAPÍTULO II

Christovão Pais Barreto, conforme Borges da Fonseca (151), filho de João Paes Velho Barreto e de D. Inês Guardes, casou com D. Maria de Mello, filha de Cristovão Gomes de Mello e de uma filha de Arnáo de Olanda e de Beatriz Mendes de Vasconcellos, de quem teve os filhos abaixo expressos:

João Paes de Mello
Gonçalo Paes Barreto
D. Maria de Mello.

Em outros passos corrige o engano declarando Christovão Paes Barreto casado com D. Margarida de Mello (152), filha de João Gomes de Mello e de D. Ana de Holanda, filha de Arnáo de Holanda e de D. Brites ou Beatriz Mendes de Vasconcellos.

Conforme Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (153) Cristóvão Paz Barreto, Fidalgo da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Cristo, era casado com D. Margarida de Mello, tendo falecido a 28 de agosto de 1645. Tiveram os seguintes filhos:

João Paz de Mello
D. Margarida de Mello
D. Michaela
D. Maria de Mello
Miguel Paz
D. Maria de Mello
D. Ana
D. Francisca
Luiz Paz
Gonçalo Paz
D. Catarina

Cristóvão Paes Barreto, de acordo com notícia dada por Borges da Fonseca (154), teria sido 3º. Senhor do Morgado do Cabo e teria como filho primogênito João Paes de Castro, 4º. Morgado.[2]

[2] No texto o autor esclarece este erro de Borges da Fonseca (nota de Yony Sampaio)

REFERÊNCIAS – Capítulo II

(1) Lourenço da Veiga, 5º Governador Geral, nomeado por carta de 12/4/1577. Varnhagem T. I, 431; chegou à Bahia em princípio de 1578 e governou até falecer, em 17/6/1581. Frei Vicente do Salvador História do Brasil (1500-1627), 4ª ed. Melhoramentos; Prolegômenos ao livro III, p 46.

(2) Duarte Coelho Pereira faleceu em Lisboa a 7/8/1554 – Varnhagem T. I, 349. Braan-camp Freire transfere o passamento, erroneamente, por Olinda. Duarte Coelho de Albuquerque, 2º donatário obteve a carta de sucessão a 8/11/1560, exerceu o cargo até o ano de 1572, em que regressou ao reino – Varnhagem T. I, 349.

(2a) ou ver também nota 6 do Capítulo I.

(3) Anais Pernambucanos. 7,235.

(4) João Paes, do Cabo, p 23.

(5) Nob. II, 218.

(6) Nob. II, 27.

(7) R. I. H. G. P. (ou RIAHGP). Biogr. Marq. Recife, Pe. Lino do Monte Carmelo Lima, 240.

(8) Obras históricas. Pereira da Costa, 50 - Anais Pern. I, 488-9; II, 316 (3).

(9) Anais Pern. T. II, 376.

(9a)

(10) Diogo de Botelho nomeado por carta de 20/2/1601. Varnhagem T. II, 61; chegou a Pernambuco a 1/4/1602, tornando posse em Olinda, idem T. II, 105 e Frei Vicente de Salvador, História do Brasil, 4ª ed., Melhoramentos. L IV, p. 222 ; embarcou para a Bahia em setembro de 1603, ibidem, 251; governou até 7/1/1605. Rev. Inst. Hist. 73, parte 1ª, 23. Frei Vicente de Salvador, idem, 224 fornece a data de 7/1/1608.

(11) D. Alexandre de Moura, nomeado Capitão de Pernambuco, durante a minoridade de Duarte de Albuquerque Coelho, em Valladolid, a 9/10/1602, exerceu o cargo durante 12 anos. Melo, Biografias 3,144 ; voltou a Lisboa em 1617, Varnhagen T. II, 195.

(12) Frei Vicente Salvador. História do Brasil, 4ª ed. Melhoramentos p. 187; João Paes, do Cabo; Anais Pern. 7, 325.

(13) Anais Pern. I, 488; João Paes, do Cabo.

(14) Barlaeus, G. – História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. Fundação de Cultura da Cidade do Recife-Recife 1950 (mapas entre as págs. 20 e 21).

(15) Revista do IAHGP.

(16) Relatório de Diogo Soares Moreno.

(17) Fontes, 29

(18) Anais Pern. 7,326.

(18a)

(19) Nob. I p 224.

(20) Lista de Diogo Soares Moreno.

(21) Fontes, 29

(22) Fontes, 53

(23) Fontes, 85

(24) Fontes, 145

(25) Arquivo do IAHGP

(26) Barleus, mesmo mapa antes citado.

(26a)

(27) Uma relação de engenhos: Fernando de Cruz Gouveia, Brasil Açucareiro, Lo 2-Agosto 1971-70, nº 2 p.186

(28) Nob II, 218 e Nob II, 27.

(29) Anais Pern., II, 376

(30) Os primitivos colonizadores nordestinos e seus descendentes, CXPB, Ed Helso 1960, 303;320.

(31) Nob II, 27

(32) Nobil II, 27

(33) Nobil II, 27

(34) Nobil II, 27

(35) Nobil II, 218

(36) Nobil II, 27

(37) Nobil II, 217

(38) Nobil II, 27

(39) Nobil II, 372 (5)

(40) Nobil II, 28

(41) Nobil I, 178 (4)

(42) A.N.T.T.- Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

(43) Desagravos D Domingos de Loreto Couto, 351, nº 219; 435; nº 60; 445; nº 82.

(44) Desagravos D Domingos de Loreto Couto, 435 nº 60

(45) Desagravos D Domingos de Loreto Couto, 445, nº 82

(46) Nobil II, 28

(47) Nobil I, 160 (7-8) com letra diferente da do autor. Orlando Marques de Albuquerque Cavalcanti. Retrospecto, 52

(48) Nobil I, 178 (4)

(49) Obras históricas Pereira da Costa.

(50) Nobil II, 27; II, 218; II, 27

(51) Anais Pern., I, 490

(51a)

(52) Notas redigidas por Eugênio de Mendonça Paes Barreto e fornecidas por seu filho Eraldo Paes Barreto.

(53) Notas redigidas por Carlos Xavier Paes Barreto fornecidas por sua filha Noemia Paes Barreto Brandão.

(54) Os primitivos colonizadores nordestinos e seus descendentes.

(55) Nobil II, 27

(56) Desagravos D Domingos Loreto Couto 351 nº 219; 435 nº 60; 445 nº 82

(57) ver p 59 – 3º cap. Conforme Pereira Costa e Gilberto Osório de Andrade e Raquel Caldas entre 1653 e 1651, julgamos mais possível entre 1654 e 1655.

(58) Nob II, 217

(59) Catálogo Genealógico das Principais Famílias, Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão. Rev. Trimestral do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro, T III fonte 1ª, p. 41.

(60) Nobil II, 27

(61) Nobil II, 30

(62) Catálogo Genealógico das Principais Famílias, p. 41

(63) Nobil II, 218

(64) Os primitivos colonizadores nordestinos e seus descendentes, 296

(65) Nobil II, 27

(66) Nobil II, 27

(67) Nobil II, 27

(68) Nobil II, 27

(69) Nobil II, 31;32

(70) Nobil II, 25

(71) Nobil II, 25

(72) Nobil II, 29

(73) Nobil II, 27

(74) R. I. H. G. P. (ou RIAHGP), Biografia do Marquês do Recife.

(75) Nobil II, 28

(76) Nobil II, 27

(77) Nobil II, 32

(78) "Tida e reputada por cristã nova".

(79) Nobil II, 25

(80) Denunciações.

(80a)

(81) Notas redigidas por Carlos Xavier Paes Barreto e fornecidas por sua filha Noemia Paes Barreto Brandão

(82) João Paes, do Cabo

(83) Notas redigidas por Carlos Xavier Paes Barreto e cedidas por sua filha Noemia Paes Barreto Brandão.

(83a)

NOTAS à nota (2a)

(84) Varnhagem, T1, 331

(85) Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda, 482, em 1572

(86) Idem, 488, em 17 de março de 1575

(87) Anais Pern., V III, Gaspar Anes em 15 de julho de 1576

(88) Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda, 481, em 26/3/ 1577

(89) Nobil II, 354

(90) Varnhagem, T1, 349

(91) Desagravos D Domingos Loreto Couto, 141 nº 99

(92) Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda, 491, em 2 de abril de 1577

(93) Memórias Históricas da Província de Pernambuco v. 1, 1ª ed., 85-90

(94) Nobil II, 354-355

(95) Nobil II, 360

(96) Nobil II, 369

(97) RIHB, 36, 1ª parte, Rio, 1873, 18

(98) Anais Pern. 7, 98

NOTAS à nota (9a)

(99) Nobil II, 218

(100) Obras Históricas Pereira da Costa; Anais Pern. 1, 488

(101) Notas redigidas por Eugênio de Mendonça Paes Barreto e fornecidas por seu filho Evaldo.

(102) A. N. T. T.- Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

(103) Os primitivos colonizadores nordestinos e seus descendentes CXPB, 303

(104) Nobil II, 218

(105) Notas redigidas por Eugênio de Mendonça Pais Barreto

(106) Anais Pern. 1, 488

(107) Os primitivos colonizadores nordestinos e seus descendentes, 303

(108) Biografia do Marques do Recife, Pe L. M. C. Lima, 262

(109) História da Santa Casa de Misericórdia do Recife – Relatório apresentado à décima Junta Administrativa da Santa Casa de Misericórdia do Recife em Pernambuco – Procurador Desembargador Francisco de Assis Oliveira Maciel, 1º de julho de 1878 – Typographia Mercantil, Recife, 1878 – p. 79.

(110) Obras Históricas Pereira de Couto L. – Anais Pern. 1, 490

NOTA à nota (51a)

(111) Notas redigidas por Eugênio de Mendonça Pais Barreto

(112) Nobil II, 6

(113) Nobil II, 7

(114) Nobil II, 7

(115) Estudos Pernambucanos, Univ. do Recife, Imprensa Universitária, Recife 1960, (117)

(116) Idem, 116

(117) Nobil II, 218

(118) ANTT (Torre do Tombo) Cartório do Ministério do Reino, Consulta do Conselho Ultramarino, maço 316, 1763-64, consultas ambas datadas de 26/10/1765; José Antônio Gonçalves de Mello, Estudos Pernambucanos, p. 132, se refere a tais assentos de justificação de nobreza em que "Borges da Fonseca foi, nos respectivos processos, ouvido como testemunha capaz de prestar informes seguros, acerca da ascendência de ambos, p. 132.

(119) Nob. II, 26-33

(120) Nob. II, 33-34

(121) Nob. II, 374 (7)

(122) Nob. II, 377

(123) Nob. II, 26-33

(124) Nob. I, 178 (4-4)

(125) Estudos Pernambucanos, JAGM, Recife 1960: 99-101; 121-122; 127

(126) Nob. I, 121 (4); I, 160 (8); II, 28; II, 29

(127) Nob. I, 121 (4-5)

NOTAS à nota (80a)

(128) Nob. II, 25

(129) Nobiliário de Famílias de Portugal, – Filgueira Gayo, XVIII Título dos Mello; 97, nº 15, p 180.

(130) Nob. II, 369 (3)

(131) Desagravos de D. Domingos de Loreto Couto nº 43, p. 379

(132) Nob. II, 370

(133) Desagravos de D. Domingos de Loreto Couto nº 161, p. 224

(134) Nob. II, 22

(135) Desagravos de Domingos de Loreto Couto nº 161, p. 224

(136) Nobiliário de Famílias de Portugal – Filgueira Gayo, XVIII Título dos Mello, 97, nº 15, 180.

(137) Nob. II, 25

(138) Nobiliário de Famílias de Portugal – Filgueira Gayo, XVIII Título dos Mello, 97, nº 15, 180.

(139) Nob. II, 25

(140) Nobiliarchia de Famílias de Portugal – Filgueira Gayo, XVIII Título dos Mello, 97, nº 15, 180

(141) Nob. II, 370

(142) Nob. II, 2

(143) Desagravos de Domingos de Loreto Couto nº 161, p. 224

(144) Nobiliário de Famílias de Portugal – Filgueira Gayo, XVIII Título dos Mello, 97, nº 15, 180.

(145) Nobiliário de Famílias de Portugal – Filgueira Gayo, XVIII Título dos Mello, 97, nº 16, 180.

(146) Nob. II, 23

(147) Nob. II, 370

NOTAS à nota (83a)

(148) Nob. II, 34

(149) Nob. II, 30

(150) Fontes 84 e 143

NOTAS ao Anexo

(151) B.F., II, 30.

(152) B.F. I, 224 (1 e 2); I, 495(3); II, 239.

(154) Jaboatão, 41-42.

CAPÍTULO III

ESTEVÃO PAIS BARRETO, SEGUNDO MORGADO DO CABO [F2]

CAPÍTULO III

Titulares Administradores do Morgado
2º Morgado – Estevão Pais Barreto [F2]

Estevão Pais ou Estevão Pais Barreto I, filho segundo de João Pais Barreto, João Pais Velho Barreto ou João Pais do Cabo, e de D. Inês Guardez de Andrade. (1) Irmão do Capitão João Pais Barreto, 1º Morgado do Cabo, substituiu este como segundo morgado[3].

Eugênio de Mendonça Pais Barreto (1a) considerava-o capitão-mor da freguesia de Santo Antônio do Cabo de Santo Agostinho e Carlos Xavez Pais Barreto (1b), capitão-mor da freguesia de Ipojuca; ambos, porém, não citaram documentos ou registros que legitimassem quaisquer desses títulos.

Antônio José Victoriano Borges da Fonseca em um passo de sua obra (Nob. II, 27) (1c) considera-o segundo morgado e seu filho primogênito, João Pais de Castro como terceiro. Porém estabelece dúvida, declarando em outro passo (Nob. II, 218) este último como filho primogênito de seu irmão Cristóvão Pais Barreto, que teria sido terceiro morgado.

Por outro lado Afonso de Albuquerque Mello, contemporâneo de Borges da Fonseca, que escreveu sobre a genealogia dos Sá e Albuquerque considera João Paes de Castro como segundo morgado do Cabo, não admitindo que o pai deste, Estevão Pais ou Estevão Pais Barreto I haja ocupado a direção do vínculo.

Em 1608, cinco anos após a confirmação da instituição do Morgado da Madre de Deus do Cabo de Santo Agostinho, conforme Diogo Campos Moreno, estava Estevão Pais ou Estevão Pais Barreto I à frente do engenho Pirapama I, na freguesia do Cabo de Santo Agostinho, como proprietário ou como administrador autorizado pelo pai, João Pais Barreto ou João Pais do Cabo. (3)

Em 1617, conforme consta do codicilo do testamento de seu pai, João Pais do Cabo (4), Estevão herdou terras que lhes foram destinadas e que se repartiram por áreas

[3] Nota de Yony Sampaio: Em versão anterior havia acrescentado: "em virtude do seu falecimento sem deixar sucessão, entre 1653 e 1658." (2)

diversas, por vezes distantes: ora na freguesia de Santo Antônio do Cabo; ora na de Ipojuca, no vale do rio Tabatinga; ora no distrito de Una, que fora parte da primitiva freguesia de Serinhaém.

Em 1623 (5) figurava, como resultado de sua atividade agrícola, possivelmente naquele mesmo engenho Pirapama com a produção de 5.860 arrobas de açúcar macho e 600 arrobas de retame.

Entre 1623 e 1635 provavelmente implantara em área escolhida da gleba herdada no distrito de Una, o engenho dos Ilhetos ou Ilhetas e teria provavelmente adquirido o engenho S. Gonçalo de Una, levantado por seu falecido irmão Diogo Pais ou Diogo Pais Barreto.

Após a última referida data, a única referência que se encontrou sobre o possível segundo morgado[4] do Cabo se cinge à sua participação na retirada para as Lagunas ou as Alagoas, organizada por Matias de Albuquerque e iniciada a 3/7/1635, como assinalam o Marquês de Basto (6), Francisco de Brito Freire (7), Willen Schott (8), o Breve Discurso e Van der Düssen.

Seguramente nessa ocasião foi acompanhada pelo seu primogênito João Pais de Castro (8), pelo sogro deste André do Couto[5]; todos abandonaram seus engenhos, seus rebanhos e seus demais pertences.

O engenho S. Gonçalo de Una, localizado na freguesia de Una, em 1636 (9) era pertencente provavelmente a Estevão Pais I (geralmente a 1ª geração Pais Barreto mantinha apenas o 1º apelido) "fugido com Albuquerque". Ficava a uma milha e três quartos de milha a oeste da Aldeia de Una, na freguesia de Una. Tinha cerca de uma milha de terra com uma várzea e, além disto, ao leste e ao norte de Una (aldeia de Una), ainda mais três milhas de pastos e muitos montes. O engenho moía com bois e podia anualmente produzir 3.000 a 4.000 arrobas de açúcar e pagava por recognição duas arrobas por mil. Ao redor do engenho vagavam umas vinte vacas pertencentes ao dito senhor, mas eram bravas demais para serem capturadas.

No mapa de Johannes Vingboons (10) estão assinalados de leste a oeste sucessivamente a povoação de Una, Nossa senhora da Purificação de S. Gonçalo de Una, o engenho S. Gonçalo e a Aldeia indígena de Una, os dois primeiros na vertente norte e a última na vertente sul do rio. No mapa de Marcgrave (11), o engenho não está consignado, porém está demonstrada a extensa área geográfica denominada S. Gonçalo, limitada

[4] Em versão anterior escreve: "sobre o presumível futuro segundo morgado".
[5] Em versão anterior havia acrescentado: "e seu segundo gênito Estevão Pais ou Estevão Pais Barreto I".

pelos cursos médios dos trechos dos rios Una e dos Ilhetos então conhecidos. Na borda Sudeste desta área estão situados vários montes e, além destes, uma aldeia "das índias"; todos estes acidentes geográficos são próximos à margem esquerda norte do rio Una. A sumária descrição da área do engenho feita por Willen Schött se superpõe perfeitamente ao que demonstra esse mapa.

O engenho dos Ilhetos ou Ilhetas, sob a invocação de Nossa Senhora de Guadalupe; situado na freguesia de Una pertencia a Estevão Pais Barreto em 1638, conforme o Breve Discurso (12). Fora confiscado porém não vendido, pois não tinha condições de moer. Em 1639 (13) o engenho pertencia a Jacob Stachouver e Nicolais de Ridder, estava plantado, mas só poderia moer no ano seguinte. José Antônio Gonsalves de Mello (14) informa que o engenho fora vendido aos citados senhores em 6/5/1638 (ou 3 de novembro do mesmo ano) com vencimentos em janeiro de 1640, por 27000 florins, o débito tendo sido assumido no mesmo ano por João Fernandes Vieira, que ficou com o engenho, depois de ter permanecido com a incumbência de geri-lo como procurador após o regresso dos compradores à Holanda, em maio de 1638. Vieira teria em 30/6/1642 comparecido perante o conde de Nassau e o Alto Conselho a fim de pleitear um remanejamento da dívida e solicitou sessenta negros, pois o engenho Ilhetas estava ainda por preparar". (15)

O mapa de Marcgrave (16) mostra o rio Itaguaçutiba ou dos Ilhetos se lançando no mar entre as fozes do rio Mamucaba, ao norte, e do rio Yuna (ou Una), ao sul. O engenho Ilhetos ou de Nossa Senhora de Guadalupe está assinalado no extremo oeste da área então já desbravada (1643), denominada de S. Gonçalo, à margem direita, portanto sul do rio, como engenho d'água com igreja, confrontando com uma morada existente na margem oposta, norte, do rio.

O engenho Pirapama I foi em 1636 dado por Willen Schött (17) como pertencente a João Pais de Castro, "fugido com Albuquerque"; foi confiscado e vendido pelos holandeses.

O engenho S. João, pertencente a João Pais de Castro, "fugido com Albuquerque" e que fora possuído, desde 1623 por seu sogro, André do Couto, situado na freguesia do Cabo, foi confiscado e vendido pelos flamengos. [Nota de Fábio Arruda: o Engenho São João Evangelista, durante o período holandês, parece-me que pertencia a Pedro Lopes de Vera – há que se verificar na Relação dos Holandeses].

Motivo de perplexidade e de estranheza é a ausência de notícias sobre Estevão Pais Barreto I e seus filhos, não só imediatamente após a retirada para o sul da Capitania

de Pernambuco em busca da Bahia; como também durante todo o transcurso da guerra contra os flamengos. Não são citados feitos militares realizados por Estevão Pais Barreto I, nem por seu filho João Pais de Castro; há, entretanto referências à ação de Estevão Pais Barreto II. Instalou-se como que um vazio histórico a respeito da vida da família.

Suspeitamos que os dados fornecidos por Borges da Fonseca contidos no contrato de casamento de João Pais de Castro, realizado a 25/5/1634, porém mais de um ano antes da retirada de Matias de Albuquerque, e considerando-o filho de Cristóvão Pais Barreto que teria sido provavelmente o 3º Morgado do Cabo, teria provavelmente sido planejado para garantir a posse de João Pais de Castro, no morgado, caso o pai, Estevão Pais Barreto I viesse a falecer.

O documento serve apenas para garantir que Cristóvão Pais Barreto foi o 3º filho de João Pais do Cabo, e ver o quanto o não o considerava [morgado] Afonso de Albuquerque Mello, pois Cristóvão, conforme o Frei Antônio Maria de Jaboatão informa que falecera a 1649.

Comentando a referência de Borges da Fonseca à possibilidade de Cristóvão Paes Barreto ter sido o 3º morgado do Cabo, Gilberto Osório de Andrade e Raquel Caldas Lins (18) sugeriram que "tudo quanto se pode supor se se aceitar como incontestável a informação de Borges da Fonseca é que talvez Cristóvão se tivesse passageiramente investido no morgado depois da morte do irmão (Estevão) e antes que o sobrinho (João Paes de Castro) se fizesse reconhecer como sucessor do pai". Isso não vem a acontecer porque segundo Frei Antônio Maria Jaboatão informa Cristóvão Paes Barreto falecera em 1649; enquanto Estevão Paes Barreto falecera em início de 1658.

Consideramos improvável esta suposição pelos seguintes motivos:

1º João Pais de Castro foi considerado por Borges da Fonseca (19) e por Afonso de Albuquerque Mello (20), únicos genealogistas conhecedores da família, o primogênito de Estevão Pais ou Estevão Pais Barreto I, 2º morgado do Cabo.

2º Cristóvão Paes Barreto foi considerado por Borges da Fonseca (21) e por Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (22) como pai do primogênito João Pais de Mello, também chamado João Pais Barreto, ou João Pais Barreto de Mello. Não consta da lista dos filhos varões (João e Gonçalo) atribuídos a Cristóvão pelo primeiro, nem do rol de 4 filhos varões (João, Gonçalo, Luiz e Miguel) fornecido pelo segundo, nenhum homônimo de João Pais de Castro.

3º Os engenhos que pertenceram a Estevão Pais ou Estevão Pais Barreto I nos relatórios holandeses de 1636 a 1639 estão vinculados aos nomes de Estevão Pais ou Pais Barreto I, João Pais de Castro e Estevão Pais ou Estevão Pais Barreto II.

Consideramos que somente poderia ser admissível o exercício da administração do vínculo por Cristóvão Pais Barreto se os dois irmãos, João Pais de Castro e Estevão Pais ou Estevão Pais Barreto II, tivessem ambos renunciado aos seus direitos em favor de terceiros, o que não aconteceu porque conforme Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, Cristóvão Pais Barreto falecera em 1649 e Estevão Pais Barreto II, provavelmente no início de 1558.

Temos a suposição que o documento citado por Borges da Fonseca se refere diretamente ao Estevão Pais ou Estevão Pais Barreto I. Teria sido Estevão Pais Barreto I quem "nunca governou posto que nele sucedeu, por se achar desassisado, moléstia que padeceu muitos anos, como se vê da Escritura do Contracto do casamento de seu filho primogênito João Pais de Castro que foi feita na Nota do Tabelião Simão Varella a 13/ 5/1634, mas é certo que padecia esse achaque depois do dia 25/2/1625, data em que fez seu testamento". (23).

Com o agravamento do estado de saúde do pai, João Pais de Castro passou a administrar os bens que compunham o patrimônio privado do pai. Este fato justifica a prematuridade da ocupação pelo filho, do principal engenho do pai, o Pirapama I, já em 1636. A reclamação "por si ou por outro" (possivelmente pelo pai) à posse do engenho Pirapama, confiscado e vendido pelos holandeses, em 23/6/1637 a Diogo Dias Brandão (24), comprova o interesse do filho em garantir o patrimônio.

O período administrativo do vínculo do Morgado do Cabo por Estevão Pais ou Estevão Pais Barreto I foi muito curto; durou de 1655 a 1658, provável data, isto é, época do falecimento de João Pais Barreto, primeiro morgado do Cabo até o início de 1858 (quando falece).

Entre os bens do morgado geriu os engenhos vinculados Velho e da Guerra. O engenho Jacaré, sito na freguesia de Goiana, Capitania de Itamaracá fora reclamado por D. João de Souza I, seu primo (25).

As duas casas de Olinda primitivamente vinculados ao Morgado, que pagavam foro a Olinda, apesar de situadas no Arrecife, na rua direita, próxima a rua dos Judeus foram devolvidas a D. Ana Corte Real, a 7 de abril de 1661, pelo governador Francisco de Brito Freire e pelo Provedor de Fazenda Real Dr. Simão Álvares de la Penha (26).

D. Ana Corte Real ainda vivia com o capitão João Pais de Castro, 3º morgado do Cabo, no engenho Velho em abril de 1665, ano em que colaborou com R$ 18$000 (dezoito mil reis) para o rol da finta que se fez na freguesia do Cabo de Santo Agostinho para o casamento da Sra. Rainha da Grã-Bretanha (rainha Catarina princesa portuguesa com Carlos II, da Inglaterra).

Estevão na realidade "nunca governou, o que corrobora, parece-nos, a informação contida na Escritura do Contrato de casamento de João Pais de Castro".

Este foi filho exemplar. Substituiu o pai como 2º morgado do Cabo, de fato e, após a morte do pai, no início de 1658, viria a ser o 3º morgado do Cabo, de fato e de direito. El-rei através da Rainha autorizou o Licenciado Simão Álvares de la Penha a proceder a medição e a demarcação tanto dos bens e benfeitorias que pertenciam ao morgado de João Pais de Castro em 25/5/1658 – 4/6/1658. Registrado na Chancelaria-mor do Reino a folha 65 verso.

Estevão Pais Barreto I, conforme Borges da Fonseca (27), casou com D. Catarina de Castro de Távora, filha de Miguel Fernandes de Távora, natural de Lisboa, "mais fidalgo do que escudeiro" e de D. Margarida Álvares de Castro, natural da freguesia de Ipojuca, onde era proprietária dos engenhos da Conceição e de São Paulo de Sibiró, na freguesia de Ipojuca, de quem teve os seguintes filhos:

N 2.1 João Pais de Castro;
N 2.2 Estevão Pais Barreto II;
N 2.3 Margarida Álvares de Castro;
N 2.4 Antônio de Castro e
N 2.5 Arnau de Castro, admitidos por Eugênio Mendonça Pais Barreto,
N 2.6 Jerônimo de Castro.

João Pais de Castro [N 2.1] e Estevão Pais Barreto II [N 2.2] serão abordados nos capítulos seguintes.

N 2.3 D. Margarida Álvares (ou Alves) de Castro casou com seu primo João Pais de Mello [N 3.1] (28), também chamado João Pais Barreto, filho de Cristóvão Pais Barreto e de D. Margarida de Mello (29), filha de João Gomes de Mello e de D. Ana de Holanda, por sua vez filha de Arnau de Holanda e de D. Brites Mendes de Vasconcellos. O governador e capitão-mor de Pernambuco Jerônimo de Mendonça Furtado na sua representação ao Rei contra aqueles que o deportaram, em 1666, diz que D. Margarida morava com João Pais de Mello (João Pais Barreto) sem ser casada, o que foi contestado por D. Domingos de Loreto Couto.

Tiveram os seguintes filhos (30):

BN 2.3.1 Cristóvão Pais Barreto;

BN 2.3.2 D. Maria Madalena de Távora ou Maria Margarida de Mello;

BN 2.3.3 D. Isabel de Mello Barreto;

BN 2.3.4 D. Catarina de Mello Barreto. (31)

BN 2.3.1 O capitão Cristóvão Pais Barreto (32) foi casado com D. Rosa Maria Wanderley, filha de João Maurício Wanderley e de D. Maria da Rocha, de quem nasceram:

Tn 2.3.1.1 João Pais Barreto de Mello (ou Barreto e Mello);

Tn 2.3.1.2 Luis Pais Barreto que faleceu solteiro;

Tn 2.3.1.3 D. Maria da Rocha, que vivia solteira.

Tn 2.3.1.1 O capitão João Pais Barreto de Mello (ou Barreto e Mello) (33) casou com D. Inês Brites Senior, filha do Capitão-mor João Pais Barreto, [Bn 2.2.1[5º morgado do engenho Velho do Cabo e de D. Maria Maior de Albuquerque de quem teve os filhos seguintes:

Qr 2. 3.1.1.1 Cristóvão Pais Barreto, que vivia solteiro;

Qr 2.3.1.1.2 Francisco Xavier Pais de Mello, que vivia solteiro;

Qr 2.3.1.1.3 Joseph Luiz, também nomeado João Luiz que vivia solteiro;

Qr 2.3.1.1.4 D. Rosa Maria de Mello, casada com Antônio de Mello, filho de Manoel Miz de Mello, viúvo de Ana Francisca Xavier, de quem tem filhos menores.

Qr 2.3.1.1.5 D. Teresa que vivia solteira

E outros [filhos] menores.

Tn 2.3.1.2 Luis Paes Barreto, faleceu solteiro;

Tn 2.3.1.3 D. Maria da Rocha, vivia solteira;

BN 2.3.2 D. Maria Madalena de Távora (34) ou Maria Margarida de Mello (35). Casou com Pedro Tavares Correia, nomeado capitão-mor do Cabo em 1711 (1710). Nasceu em 1665, no engenho Jurissaca, filho de Pedro Correia da Costa e de sua mulher, D. Maria de Tavares. Do termo de irmão da Misericórdia de Olinda, que assinou a 24 de julho de 1693, consta que já então era casado com D. Maria Margarida de Mello. Não houve sucessão. D. Maria Margarida parece que residia em 1765 no engenho Jurissaca.

Do termo de irmão da Misericórdia assinado por seu pai em 10/4/1675, consta que já então era casado com D. Maria de Lyra, filha de Pedro Tavares de Lyra e de sua mulher Maria Gomes Pedrosa, filha de Luis Gomes Pedrosa. E o dito Pedro Tavares foi filho de Braz Afonso de Castro e de sua mulher Maria Tavares (36). Não há notícia de sucessão.

Pedro Tavares de Lyra provavelmente residia no engenho Jurissaca, em 1665 e era, então, casado com D. Maria de Souza; ambos concorreram para o rol da finta para o casamento da Rainha da Grã-Bretanha com 8$000.

BN 2.3.3 D. Isabel de Mello Barreto (37) casou com Manoel Pereira Barreto, natural e da melhor nobreza de Viana, para onde passou com sua mulher, de quem teve entre outros filhos:

Tn 2.3.3.1 João Pais Barreto ou João de Mello Barreto;

Tn 2.3.3.2 Gonçalo Pais Barreto;

Tn 2.3.2.3 DN, irmã de quem não há notícias.

Tn 2.3.3.1 João Pais Barreto ou João Pais de Mello Barreto mandou matar o pai por ter se casado em segundas núpcias com pessoa de condição inferior a sua e faleceu preso na cadeia da cidade do Porto.

Tn 2.3.3.2 Gonçalo Pais Barreto, após ter assassinado um cunhado que lhe raptou uma irmã, passou a Pernambuco sob o nome de Antônio de Mello Barreto. Casou duas vezes. A primeira com D. Ana Francisca Xavier, filha de Antônio da Silva Ramos e de Ana da Silveira, que lhe deu os filhos:

Qr 2.3.3.2.1 Manuel Pereira Barreto e

Qr 2.3.3.2.2 João Pais de Mello.

A segunda vez casou com sua prima D. Rosa Maria de Mello, filha do capitão-mor João Pais Barreto e Mello (e de D. Inês Brites Senior Barreto ?). Tiveram filhos, “uns e outros menores”.

BN 2.3.4 D. Catarina de Mello Barreto contraiu matrimônio com Francisco Accioli Vasconcellos (38) ou Francisco Falcão de Vasconcellos (39), filho de João Batista Accioli e de D. Maria de Mello, de quem não teve sucessão.

N 2.4 Arnau de Castro, contemporâneo dos filhos. Aventado por Eugênio Mendonça Pais Barreto, como talvez filho bastardo.

N 2.5 Antônio de Castro, contemporâneo dos filhos, talvez filho bastardo.

ANEXO – Descendência de Miguel Fernandes Távora.

Borges da Fonseca (40) ensina que "Miguel Fernandes Távora, natural da cidade de Lisboa, pessoa nobilíssima, casou em Pernambuco, na freguesia de Ipojuca, com Margarida Alves de Castro, senhora de dois engenhos que inda seus descendentes possuem, e de quem teve os filhos seguintes:

1. Fernão Rodrigues de Castro
2. Catarina de Castro Távora
3. Ana de Castro Távora
4. Joana de Castro Távora

F 1 – Fernão Rodrigues de Castro (41) que "nunca quis casar ...faleceu sem estado". Conforme Frei Willeke (42) foi um dos quatro homens que no domingo, 6 de janeiro de 1608, transportaram em procissão até o local onde a plantaram, com a imagem de Santo Antônio sobre ela, a primeira pedra do alicerce do Convento de Santo Antônio da povoação de S. Miguel do Pojuca; as demais foram Antônio Ribeiro de Lacerda, seu irmão Cosme Dias da Fonseca e seu cunhado, D. Jerônimo de Moura (p. 1713). Borges da Fonseca (43) informa que Fernão Rodrigues de Castro "levou" as irmãs Ana e Joana e "meteu freiras em Viana".

F 2 – Catarina de Castro Távora (44) casa com Estevão Paes Barreto, segundo morgado do Cabo.

F 3 – Ana (45) "desgostosa, não quis entrar em religião".. "antes, sem consentimento, retirou-se da pátria, o que o irmão não consentiu, casando-a com D. João de Castro, fidalgo da Galiza. Desse matrimônio teria havido uma filha que casou com Fernão Pereira do Rego, senhor de três morgados em Viana, de cujo matrimônio nasceram:

João Salgado de Castro
Fernão Pereira Rego
Antônio Pereira Rego
Alexandre Salgado de Castro
Paulo de Amorim Salgado".

A informação de Borges da Fonseca não concorda com a de Filgueiras Gayo (46). Este ensina que D. Ana casara duas vezes: do primeiro casamento com o galego D. João de Castro, não teria havido geração. A segunda vez casou com o português Paulo de Morim Salgado, filho de Fernão de Morim Calheiros e de Brites Salgado de Brivera, esta

filha de Lourenço ou Nuno de Távora, escudeiro fidalgo, e de sua mulher Leonor Salgado Corduniga. Tiveram os seguintes filhos:

N 3.1 – Fernão de Morim, casado com sua prima Joana Salgado, sem geração.

N 3.2 – Margarida Salgado de Castro

N 3.3 – Brites Salgado, casada por amores com Giraldo de Abreu, sem geração.

N 3.4 – Isabel de Morna, casada com Antônio da Silva Gayo. [RCL: Morna ou Morim?]

N 3.2 – Margarida Salgado, acima listada, de acordo com Filgueiras Gayo (47) teria casado com Fernão Pereira Rego, filho de Antônio do Rego e sua mulher Ignez Ferraz, por sua vez filha de Fernão Pereira Soares e sua mulher Guiomar Ferraz. Tiveram os seguintes filhos:

BN 3.2.1 – Antônio Pereira Rego, cavaleiro da Ordem de Cristo, "casado, tem filhos, sem geração".

BN 3.2.2 – Cristóvão Salgado, casado, no Porto, com D. Mariana Josefa, filha de Gaspar Migueis e Izabel Eyrão de Moura, sem geração.

BN 3.2.3 – João Salgado ou João Salgado de Castro, Capitão-mor de Ponte do Lima, em Portugal, e senhor de Belmonte por sua mulher D. Margarida Sotomayor, filha de D. Manoel Alz. Sotomayor, senhor de Belmonte e D. Antonia Teresa de Lira. Tiveram uma filha D. Luisa de Castro que casou, com geração, em Portugal.

BN 3.2.4 – Paulo de Amorim Salgado (48) casou, em Pernambuco, com D. Francisca de Accioli de Vasconcellos, filha de João Batista Accioli de Vasconcellos, senhor de engenhos, e de sua mulher, D. Maria de Mello, filha de Manoel Gomes de Mello. Tiveram vários filhos, tendo sido registrados:

Tr 3.2.4.1 – Antônio Pereira de Rego Accioli, casado com sua prima, D. Luiza de Castro, filha de João Salgado de Castro e de D. Margarida de Sotomayor, acima citados. Tiveram um filho.

Tr 3.2.4.2 – João Luís Salgado ou João Luís Salgado de Vasconcellos, casado com D. Mécia Pereira Ferraz, filha de Lourenço Pereira de Távora, Fidalgo da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Cristo, e de sua mulher, D. Mécia Pereira Ferraz. Tiveram um filho.

Tr 3.2.4.3 – João Luís Salgado de Araújo, que foi senhor donatário de Belmonte e da Vila de Solveiras, casado com D. Francisca Lourença de Amorim, filha de Sebastião de Amorim Barbosa.

Em 1608, conforme o Sangento-mor Diogo de Campos Moreno (49), Paulo Morim de Castro estava à frente de seu engenho, cujo nome não conseguimos descobrir. D. Ana de Castro, sob o nome de D. Ana de Crasto, em 1623 (50) certamente vivia, estava à frente do mesmo engenho, que produzira na safra do referido ano 2.220 arrobas de açúcar macho e 300 arrobas de retame.

F 4 – Joana, "faleceu solteira" (51).

Miguel Fernandes de Távora teve um filho extraconjugal, Gaspar Fernandes (52), que a 24 de outubro de 1594, perante a mesa inquisitorial reunida na Vila de Olinda, "disse ser cristão velho, mameluco natural desta vila, filho de Miguel Fernandes de Távora, homem branco, cristão velho, senhor de engenho de Pojuca, defunto, e de Ana, negra brasília, escrava de Pero Rodrigues de Abreu, defunto, em casa de cuja mulher Catarina Maciel é morador nos Cajuais, freguesia de São Pedro Mártir desta vila, solteiro que não tem oficio, de idade de vinte e três anos pouco mais ou menos. Frei Venâncio Willeke (53) di-lo senhor de engenho de Ipojuca.

Outro possível parente, cujos laços de família não conseguimos destrinçar, seria Frei Paulo Rodrigues de Távora, vigário de Ipojuca, em 1594 (54), que fizera parte da mesa inquisitorial instalada no vila de Olinda a 8 de fevereiro do mesmo ano (55) e que é considerado por Maria Odete de Mesquita (56) o segundo vigário da freguesia de Ipojuca.

D. Margarida Álvares ou Alves (Alz) de Castro, esposa de Miguel Fernandes Távora, que sobreviveu durante muitos anos ao marido, possuía dois engenhos: o Conceição ou Nossa Senhora da Conceição e o São Paulo de Sibiró (57). Em 1608 (58), estava na posse de um dos engenhos que, em 1623 (59), produzira 1.885 arrobas de açúcar macho e 480 arrobas de retame. Não conseguimos estabelecer de qual dos dois engenhos se tratava. No inventário do conselheiro Willem Schött, de 1636 (60) há referência a um engenho S. Paulo, situado a um quarto de milha e ao noroeste do engenho dos Salgados, o qual moía com bois e podia fornecer anualmente 2.000 a 3.000 arrobas de açúcar. O N. Sra. da Conceição, em 1636, conforme a mesma fonte (61), distava uma milha do engenho Bom Jesus ou Trapiche e moía com água, porém o mapa de Marcgrave (62) considera-o engenho de bois com igreja, a noroeste da povoação de S. Miguel. Outros engenhos citados (63), ainda em Ipojuca, são o Sibiró de Riba e o Sibiró de Baixo, pertencentes respectivamente a Manoel de Novalhas e

a Francisco Soares [da, RCL] Cunha. No "Breve Discurso", de 1638 (64), não há referência aos dois primeiros engenhos e o Sibiró de Baixo, engenho d'água e moente, localizado simultaneamente em Serinhaém e Ipojuca, surge com a invocação de S. Paulo. No relatório de Van Dussen (65) foram também citados, plantados, ambos na freguesia de Ipojuca, apenas os ditos engenho Sibiró de Baixo e Sibiró de Riba. No mapa de Johannes Vingboons (66) tais engenhos estão claramente assinalados. D. Margarida Álvares já viúva em 1594, tinha uma propriedade Sam Miguel de Una, freguesia de Ipojuca (?), conforme declarou Luís Gomes, vaqueiro de um curral em Una a mesa de inquisição a 26 de abril de 1594 (67).

Suspeitamos ter sido o Sibiró de Baixo, dada sua invocação, o antigo engenho S. Paulo de Sibiró, ou parte dele, que pertencia a D. Margarida Alves de Castro.

Miguel Fernandes Távora e D. Margarida, de acordo com Borges da Fonseca (68), "foram padroeiros, na igreja de S. Miguel de Pojuca, da capela do Senhor Crucificado, que ficava na parte da Epístola, onde jazem, e no alto do arco dela se vêm gravadas as suas armas". Filgueiras Gayo (69) confirma que tinham sido "instituidores da Capela de S. Miguel, onde estão sepultados".

O templo da igreja matriz de São Miguel, segundo Sebastião de Vasconcellos Galvão (70) foi devorado por um incêndio ocorrido a 29 de janeiro de 1814, passando então o vigário Miguel Nunes de Andrade a exercer os atos paroquiais na capela de N. Sra. do Livramento dos Homens Pardos, que ainda hoje serve de matriz sem jamais se cuidar da reconstrução do incendiado templo. Na igreja matriz havia uma capela dedicada ao Senhor Bom Jesus, à parte da Epístola, da qual foi padroeiro Fernando Pereira Rego, em cujo arco de entrada se viam esculpidas as suas armas, e em favor da qual, ele e sua mulher D. Maria Salgado, vincularam, com certos encargos, as terras do Vermelho e uma parte dos engenhos Conceição e S. Paulo de Sibiró, e daquelas terras de Vermelho.

Seria esta capela do Senhor Bom Jesus a mesma capela do Senhor Crucificado da qual foram padroeiros Miguel Fernandes Távora e D. Margarida? E seria o novo padroeiro, Fernando Pereira Rego, o filho de Antônio do Rego e de sua mulher Inês Ferraz, o qual casara, não com D. Maria Salgado porém com D. Margarida Salgado de Castro, filha de Paulo Morim Salgado e de D. Ana de Castro (ou Crasto), por sua vez filha de Miguel Fernandes Távora e D. Margarida Álvares?

Estevão Paes Barreto, 2º morgado do Cabo, faleceu provavelmente em 1658. O inventário dos bens que ficaram por seu falecimento foi feito pelo Juiz Ordinário Francisco de Souza Falcão e pelo escrivão Manoel Rodrigues de Castro, no engenho Pirapama do Cabo a 14 de março de 1661 (71).

NOTAS — Capítulo III

1a. E. M. P. B. Notas.
2b. C. X. P. B. Notas.
1c. Nob. II, 27.
2. Anaes; Osório e Caldas, João Paes de Cabo.
3. ANTT.
4. Doc. 1º doc., fls 13 e 14.
5. Fontes, p. 29.
6. Memórias, p. 203.
7. Francisco de Brito Freire.
8. Fontes, 56 e 57.
9. Fontes, 69.
10. IAGHP., Iconografia.
11. Barleus.
12. Fontes, 83.
13. Fontes, 160.
14. João Fernandes Vieira, 204.
15. Tempo dos Flamengos, 162-163.
16. Barleus.
17. Fontes, 57.
18. João Paes do Cabo, 28.
19. Nob. II, 27.
20. ANTT.
21. Nob. II.
22. Catálogo, 41-42.
23. Nob. II, 217/218.
24. Evaldo Cabral de Melo, 168.
25. Anais Pernambucanos.
26. Nob. II, 217.
27. Nob. II, 27.
28. Nob. II, 30.
29. Nob. I, 224 (1-2); I, 495 (3); II, 239.
30. Nob. II, 30.
31. Nob. II, 13 (3).
32. Nob. II, 30.
33. Nob. II, 30.

34. Nob. II, 30.
35. Nob. II, 166 (5).
36. Nob. II, 166 (4).
37. Nob. II, 31.
38. Nob. II, 13 (2 e 3).
39. Nob. II, 31.
40. Nob. II, 37.
41. Nob. II, 37; II, 38.
42. Convento de Ipojuca. Frei Willeke.
43. Nob. II, 37.
44. Nob. II, 37.
45. Nob. II, 37.
46. Filgueiras Gayo, Nobiliarchia de Famílias Portuguesas, Título dos Amorins, p. 169.
47. Filgueiras Gayo. Nobiliarchia de Famílias Portuguesa, Barretos Velhos, p. 87.
48. Filgueiras Gayo. Nobiliarchia de Famílias Portuguesa. Barretos Velhos, p. 87 e 108.
49. Diogo de Campos Moreno.
50. Fontes, 30.
51. Nob.II, 37.
52. Denunciações.
53. Convento de Ipojuca. Frei Willeke, p. 10.
54. idem, idem, p. 10, 13 e 14.
55. Denunciações.
56. Ensaios Pernambucanos. Ipojuca, Santuário de Senhor Santo Cristo. Maria Odete de Mesquita, p. 86.
57. Nob. II, 218.
58. ANTT. Sargento-mor Diogo de Campos Moreno.
59. Fontes, 30.
60. Fontes, 61.
61. Fontes, 62.
62. Barleus.
63. Fontes, 64.
64. Fontes, 81 e 83.
65. Fontes, 142.
66. IAHGP.
67. Denunciações, 263.
68. Nob.II, 218.
69. Filgueiras Gayo. Nobiliarchia de Famílias Portuguesas. Título de Amorins, p. 109.
70. Sebastião de Vasconcellos Galvão. Dicionário.
71. Nob. II, 217.

CAPÍTULO IV

JOÃO PAIS DE CASTRO, TERCEIRO MORGADO DO CABO [N 2.1]

CAPÍTULO IV

Titulares Administradores do Morgado

3º Morgado do Cabo – João Pais de Castro [N 2.1]

João Pais de Castro (1), primogênito de Estevão Pais Barreto I e de D. Catarina de Castro Távora, foi o terceiro morgado do Cabo, substituindo o pai no início de 1658, quatro anos após o término da guerra da restauração.

Era então governador e capitão general da Capitania de Pernambuco, André Vidal de Negreiros. Solicitou a El-Rei a medição, demarcação e tombo dos bens e propriedades que pertenciam ao morgado conseguindo por despacho do Desembargo do Paço de 25/5/1658 ordem ao licenciado Simão Álvares de la Penha para executar as medidas requeridas (Registrado na Chancelaria-Mor do Reino à pg. 65 verso). (2)

Consideramo-lo pelo trabalho realizado durante a administração do pai, o segundo morgado de fato e o terceiro de fato e de direito.

A referência mais antiga sobre João Pais de Castro diz respeito ao seu casamento que ter-se-ia realizado, conforme Borges da Fonseca (Nob. II, 218) (3) através de escritura de contrato, feita na Nota do Tabelião Simão Varella a 13/5/1634 (4), com D. Ana do Couto, filha de André do Couto, governador da Paraiba em 1625 e de sua mulher, D. Adriana de Mello, filha de João Gomes de Mello e de D. Ana de Holanda.

Esta escritura, como vimos, prestou-se a várias interpretações e confusões, de vez que nela se declarava que ele era filho de Cristóvão Pais Barreto, 3º morgado do Cabo "que nunca governou, posto que nele sucedeu, por se achar desassisado, moléstia que padeceu muitos anos" ... "mas é certo que padeceu este achaque depois do dia 25 de fevereiro de 1825, data em que fez seu testamento". (5) [YS: a data está incorreta, pois trata-se do século XVII – seria 1625].

Consideramos que João Pais de Castro era realmente filho de Estevão Pais Barreto I.

Já em 1636 estava à frente do engenho Pirapama I (6), que o pai, Estevão Pais Barreto I, ocupara desde 1608, por provável doação do seu avô João Pais de Castro e dirigia o engenho S. João que pertencera ao seu sogro André do Couto; ambos os engenhos estavam situados na freguesia do Cabo de Santo Agostinho.

Em 23/6/1637 durante a administração do morgado pelo pai, reclamou "por si ou por outro" (este outro tendo sido possivelmente o pai) a posse do engenho Pirapama I, confiscado e vendido pelos holandeses, a Diogo Dias Brandão. (7)

Em 1635, segundo Willen Schott (8) se incorpora a imigração organizada por Matias de Albuquerque, "fugido com Albuquerque", sendo acompanhado, pelo pai, irmão, tios, primos e outros parentes, inclusive seu sogro, André do Couto, a maioria deles relacionada pelo Marques de Bastos (9) e por Francisco de Brito Freire (10). Conforme Peterson (p.338) teria sido capitão na guerra contra os holandeses. Por seus serviços e pelos de seu irmão João Pais Barreto, recebeu à mercê do hábito de Cristo (11)[6].

Carlos Xavier Pais Barreto (12), sem citar fontes, assinalou a presença de João Pais de Castro em fatos passados no engenho Cunhaú, no Rio Grande (do Norte), no início da reação entre os flamengos e que o mesmo recebeu de Duarte de Albuquerque Coelho, Francisco de Brito Freire e D. Domingos de Loreto Couto "elogios à bravura de vários feitos marciais". Não conseguimos rastrear nas obras dos autores citados, nem em crônicas de outros, qualquer informação a respeito do referido primogênito do segundo morgado. Provavelmente Carlos Xavier Pais Barreto o confundiu com João Pais de Mello, engano cometido por vários autores.

O Marquês de Basto (13) cita um personagem João de Castro "morador que serviu a cavalo no troço comandado pelo capitão D. Fernando de la Riba Aguero, expedido em auxílio de D. Luiz Barbalho que, então, se encontrava em Santa Ana. Porém, o referido João de Castro faleceu no combate travado a 7/1/1635. Francisco de Brito Freire (14), confirmava a morte em ação deste Castro. Se outras dúvidas restassem quanto à identidade deste personagem, bastava a data de falecimento, 7/1/1635, para afastar a possibilidade de se tratar de João Pais de Castro, que se retirou para as Alagoas, depois da referida data, a 3/7/1635, ou mesmo depois.

Logo após a restauração da Capitania de Pernambuco, ocorrida em 27/1/1654, sob o governo de Francisco Barreto (1654-7), sendo donatário da Capitania de Pernambuco, foi publicado o "Traslado do Regimento das Pensões, Redízima, e Vintena e outras coisas das que esta Capitania de Pernambuco paga ao donatário D. Miguel Portugal" (15) o qual dá-nos notícia de quanto pagavam de recognição e de pensão os engenhos vinculados ao Morgado e os que constituíam o acervo patrimonial de Estevão Pais Barreto I, 2º morgado e de seu filho primogênito João Pais de Castro:

[6] Ver anexo I.

- o engenho Velho do Cabo: pagava 3,5% (p.164);

- o engenho da Guerra freguesia do Cabo: 30 arrobas de açúcar branco encaixado e posto no passo (p. 164);

- o engenho das Ilhetas ou dos Ilhetos, freguesia do Una: vinte mil reais em dinheiro de contado (p.168);

- o engenho S. Gonçalo do Una, freguesia do Una: pagava a mesma pensão (p.168);

- o engenho Pirapama, freguesia do Cabo: pagava 3,5% (p.164);

- o engenho S. João, freguesia do Cabo: pagava 4% (p.164)

Na época os engenhos Velho e Pirapama estavam incluídos entre aqueles cujas casas de moradia eram de pedra e o da Guerra tinha sua casa de barro (16). Este traslado (Tempo dos Flamengos, p. 78) dá-nos notícia da recuperação do engenho dos Ilhetos, na freguesia de Una, por João Pais de Castro, o qual estava em mãos de João Fernandes Vieira desde o regresso para a Holanda do Sr. Jacob Stachouver em maio de 1638. José Antônio Gonsalves de Mello (17) informa que "Vieira foi feitor dos engenhos do Sr. Stachouver. Como feitor continuou até 1638, ano em que este regressou para a Holanda, quando passou a seu procurador (e como tal se assinou em um documento de 1642), vindo depois a assumir os débitos contraídos pelos dois sócios (o outro era o Sr. Nicolaes de Ridder) pela compra das propriedades (o engenho Ilhetos, em Una; o engenho do Meio na Várzea e o engenho Sant'Ana em Jaboatão). Desde então, passou a ser ele o senhor dos engenhos".

Não conseguimos saber se João Pais de Castro conseguira reaver o engenho S. Gonçalo do Una.

O engenho Pirapama I, situado na freguesia do Cabo, já em 1636 foi considerado por Willen Schott (18) como pertencente a João Pais de Castro "fugido com Albuquerque". Tinha uma milha de terra, cujas várzeas eram plantadas de cana. Moía com água e tinha um bom açude. Podia fornecer anualmente 5.000 arrobas de açúcar e pagava como recognição 3,5%.

O "Breve Discurso" [de 1638] (19) diz que o engenho sob a invocação de Santa Apolônia fora confiscado e vendido a Diogo Dias Brandão, e continuava a moer.

O relatório dos engenhos confiscados e vendidos (20) informa que este engenho que João Pais de Castro "possuía ou reclamava por outro" (provavelmente seu pai), foi comprado aos holandeses a 23/6/1637 por Diogo Dias Brandão por 40.000 florins, com

vencimento a 1/1/1640. O relatório de Van der Düssen de 1639 (21) relata que passara a pertencer a Paulus Vermeulen.

O mapa de Johannes Vingboons de 1638-1639 (22) localiza o engenho na margem sul do rio Pirapama e a oeste da povoação de Santo Antônio do Cabo de Santo Agostinho. O mapa de Marcgrave (23) não revela a localização do engenho.

Em 1626, Willen Schött (24) atribuiu a posse do engenho Pirapama, localizado na freguesia do Cabo, a João Pais de Castro, "fugido com Albuquerque". Conforme a descrição de Willen "a casa de purgar e a casa das caldeiras eram muito velhas e em muitos lugares desmoronadas e arruinadas". Tinha uma milha de terra, cujas várzeas eram plantadas com canas, mas tudo muito abandonado. Podia anualmente fazer 4.000 a 5.000 arrobas de açúcar e pagava 3% de recognição".

No breve discurso de 1638 (25) consta que o engenho era movido à água, não estava em condições de moer e fora confiscado e vendido a Pero Lopes de Vera.

O relatório de van der Düssen (26) revela que em 1639 moía. Este engenho chegara às mãos de João Pais de Castro provavelmente através de herança da esposa por falecimento do pai desta, André do Couto. Este possuía também, na mesma freguesia, um Trapiche, cujo destino não conseguimos estabelecer.

No mapa de Marcgrave (27), o engenho S. João é assinalado como de bois, com igreja e localizado à margem esquerda, na vertente setentrional do vale do rio Gurjaú, a oeste do engenho Bom Jesus e a noroeste da povoação de Santo Antônio do Cabo de Santo Agostinho. Este engenho poderá ter sido o que pertencera a Estevão Alvo -o engenho de Estevão Alvo ou as terras de Estevão Alvo- na freguesia Santo Antônio (Denunciações, 234) e sua capela sob a invocação de S. João em torno de 1594, teria sido uma das duas anexas à matriz da freguesia de Santo Antônio do Cabo de Santo Agostinho como se lê nas denunciações (p. 137-138). (28)

Em 7/4/1661 no Governo de Francisco de Brito Freire, foram entregues pelo governador, general e almirante e pelo provedor da Real Fazenda, Doutor Simão Alves de la Penha a D. Ana Corte Real, viúva do João Pais Barreto I, 1º morgado do Cabo que tinha seus direitos reconhecidos sobre duas casas que constavam em nome do marido na povoação do Recife. Estas casas tinham "as traseiras para a banda do rio e a frenteira para a rua direita que vai correndo para o poente, rua na qual desemboca a rua dos Judeus". Elas constituíam os lotes 50 e 51, possivelmente representados pelo lote único de número 50 no mapa de C. B. Gollijath, de 1648. Julgam que possivelmente teriam sido as duas casas

situadas em Olinda que foram vinculadas ao morgado de Nossa Senhora da Madre de Deus pelos instituidores do mesmo.

As casas foram entregues mediante a condição de serem pagas as benfeitorias. D. Ana Corte Real ainda vivia em abril de 1665 em companhia de João Pais de Castro, 3º morgado do Cabo, no engenho Velho, quando contribuiu para o "Rol da finta que se fez na freguesia do Cabo para a Sra. Rainha da Grã-Bretanha governando o Sr. Jerônimo de Mendonça Furtado esta Capitania de Pernambuco com a quantia de 18$000 réis.

Em 1665 do "Rol da finta que se fez na freguesia do Cabo para a Sra. Rainha da Grã-Bretanha, no mês de abril de 1665, governando o Sr. Jerônimo de Mendonça Furtado esta Capitania de Pernambuco", (29) constam informações curiosas. (AHU – Papéis de Pernambuco Caixa 5, Sto. Antônio do Cabo – 1665).

No engenho Velho, o morgado e capitão João Pais de Castro concorreu com R$ 54$000; D. Ana Corte Real, viúva de João Pais Barreto, 1º morgado do Cabo, com R$ 18$000.

[Acréscimo de Yony: Segue-se a relação das contribuições.]

No engenho Velho:

O morgado e capitão João Pais Barreto concorreu com R$ 54$000 (mil réis);

D. Ana Corte Real, viúva de João Pais Barreto, 1º morgado do Cabo, com R$ 18$000;

O sargento-mor Antônio Vieira em R$ 18$000;

Bernardo Vieira (provavelmente o primogênito do velho Antônio Vieira), R$ 20$000;

O capitão Luis de Paiva Barbosa (provavelmente o que deu nome à rua do Paiva), R$ 6$000;

Felipe Pais Barreto II (duas patacas), R$ $640;

(possivelmente filho de Estevão Pais Barreto II, Estevão Pais Barreto possivelmente filho de Cristóvão Pais Barreto II).

No engenho Jurissaca:

O mestre de campo D. João de Souza II, R$ 55$000;

D. Margarida de Mello, (possivelmente viúva de Pedro Tavares Correia), R$ 2$000;

Pedro Tavares de Lira, R$ 8$000;

(Possivelmente viúvo de D. Maria Gomes Pedrosa e casado em segundas núpcias com D. Joana de Souza)[7].

No engenho Guerra:

O capitão Fernão Soares da Cunha, R$ 35$000
O capitão .....(sic) Correa da Costa, R$ 4$000
O capitão Antônio Rodrigues Pimentel, R$ 2$000

No engenho Trapiche:

O capitão João Gomes de Mello, R$ 26$500
Luiz Marreiros, R$ 12$000

No engenho Pirapama:

O capitão Estevão Pais Barreto, R$ 27$000
O capitão Antônio de Castro, R$ 10$000
(possivelmente irmão bastardo de João Pais de Castro, III morgado, e de Estevão Pais Barreto, IV morgado).

No engenho Garapú:

D. Brites de Albuquerque, R$ 38$000
O capitão José de Sá de Albuquerque (casado com D. Catarina de Mello de Albuquerque), R$ 5$000
O partido do capitão Antônio Pais Barreto, R$ 8$000
O capitão Fernão Velho de Araújo (sogro de D. Brites de Albuquerque) (B. F. II, 32), R$ 20$000
O capitão Luiz Pais Barreto (----------), R$ 4$000

No engenho Algodoais:

O capitão João Baptista Achiolle, R$ 21$500
O capitão André de Barros Rego, R$ 5$000
O capitão Zenóbio Achiolle de Vasconcellos, R$ 3$000
Francisco de Souza Falcão, R$ 2$000

[7] No capítulo dois, Pedro Tavares de Lyra é dado como casado com D. Maria de Souza e nesta relação com D. Joana de Souza.

No engenho Molinote de Cima:

Lourenço Pais Cabral, R$ 6$000
Fernão Gomes Barreto, R$ 1$000

No engenho Cajabussu

Domingos Gomes Barreto 1 (uma pataca), R$ 320

No engenho Novo:

Margarida Alves de Castro, R$ 2$000

No engenho S. André:

D. Clara das Neves, R$ 22$500
Álvaro Barbalho de Lira, R$ 8$000
O capitão Domingos Gomes Freire, R$ 7$500

No engenho Novo:

D. Clara Nunes, R$ 23$500
O capitão Simão Gomes Freire, R$ 7$500

No engenho Guararapes:

Alexandre de Moura (arrendador), R$ 15$000
Jacinto Barbosa de Almeida, R$ 9$500
Catarina Barreto, R$ 5$000

No engenho de S. Bartolomeu:

Valentim Cardoso de Moura, R$ 28$500
O capitão Domingos Soares Figuerôa, R$ 4$000

No engenho da Muribeca:

Capitão-mor João Soares d'Albuquerque, R$ 7$000

No engenho Pernanduba:

Mestre de Campo João Marinho, R$ 5$500

Anexo I – Notas Posteriores – anotadas em cartão solto

Cristóvão Pais Barreto recebeu à mercê da Ordem de Cristo de D. João IV de Portugal, em 1641, após a restauração de Portugal. (1) ver Petersen, p. 338-339.

Por serviço prestado, foi Filipe III que lhe concedeu 2 lugares para suas filhas em conventos portugueses.

1) ANTT Chancelaria da Ordem de Cristo Lº 36 fl 113. Também incluída em anexo a promessa de uma comenda de 100 mil réis. ANTT Chancelaria de D. João IV Doações Lº 27, fl 263.

2) A mercê de Filipe: ANTT Chancelaria de Felipe III, Doações L° 40 fl 20 – Borges da Fonseca Nob II, 30.

João Pais de Castro, um capitão na guerra contra os holandeses. Por seus serviços e pelos do seu tio (João Pais Barreto) e homônimo conquistou e recebeu o hábito da Ordem de Cristo.

Petersen L 338.

ANTT Chancelaria da Ordem de Cristo, Lº 14 fl 86.

ANTT Chancelaria da Ordem de Cristo, Lº 36 fl 14.

NOTAS — Capítulo IV

1. Nob. II, 27.
2. ANTT.
3. Nob. II, 218.
4. Nob. II, 218.
5. Nob. II, 218.
6. Fontes, 57.
7. Evaldo Cabral de Melo, 168.
8. Fontes, 56 e 57.
9. Memória.
10. Nova Lusitânia, 344-345.
11. O nome e o sangue. E. C. M. p. 36. ANTT Chancelaria da Ordem de Cristo Lº 14; fls 86; ANTT Chancelaria da Ordem de Cristo Lº 36, fls 14.
12. CXPB. Notas.
13. Memória, p. 187.
14. Nova Lusitânia, 323.
15. Uma relação de Engenhos de Pernambuco em 1655, 168.
16. Tempo dos Flamengos, 78. Nota ao pé da página, nº 140.
17. João Fernandes Vieira, 202-204.
18. Fontes, 57.
19. Fontes, 84.
20. Relatório dos engenhos comprados.
21. Fontes, 144.
22. IAHGP.
23. Barleus.
24. Fontes, 56-57.
25. Fontes, 85.
26. Fontes, 145.
27. Barleus.
28. Denunciações, 137-138.
29. AHU, Papéis de Pernambuco, caixa 5, 1665 – Santo Antônio do Cabo.

ANEXO 1

Descendência de D. Luis de Souza Henriques e de Dona Catarina Barreto [F9]
1ª a 3ª gerações

D. Luis de Sousa Henriques era segundogênito do segundo casamento de D. Francisco de Sousa com D. Violante Henriques, filha de sua irmã, D. Mécia Henriques e de Jorge Furtado de Mendonça, comendador das Entradas e Represas da Ordem de Cristo, em Portugal.

D. Francisco de Sousa servira à armada portuguesa na África quando da segunda jornada de D. Sebastião, rei de Portugal e quando fora portador das cartas com "as primeiras notícias exatas da morte e do enterro do aventuroso monarca português e, também, em outras ocasiões, ao exército, em Portugal. Foi nomeado sétimo governador geral do Brasil por Felipe II de Castela (I de Portugal), em 1 de dezembro de 1590, tendo governado de 9 de junho de 1591 até meados de 1602, quando foi substituído por D. Diogo de Botelho. Foi nomeado por Felipe III de Castela (II de Portugal), "capitão general e governador do distrito das três capitanias de São Vicente, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro e da conquista e da administração das minas descobertas e por descobrir nas ditas três capitanias, em 2 de janeiro de 1608, tendo exercido sua missão de 19 de fevereiro de 1609 até 11 de junho de 1611, quando veio a falecer, paupérrimo, na vila de S. Paulo de Piratininga.

D. Luís de Sousa Henriques abandonara os estudos na Universidade de Coimbra (segundo D. Domingos de Loreto Couto), e acompanhara o pai em sua segunda viagem ao Brasil, tendo aportado ainda adolescente em Pernambuco, a 19 de janeiro de 1609. Consoante Gilberto Osório de Andrade e Raquel Caldas Lins "ficaram durante um mês em Olinda, onde festivas homenagens foram promovidas em sua honra" ... "há de ter sido antes que Catarina e Luís se conheceram , e até se namoraram..."

D. Luís auxiliou o rei no governo da "divisão do sul" e, com o falecimento deste e na ausência de seu irmão mais velho, D. Antônio, que voltara para o reino, sucedeu-o, "ainda que de pouca idade", no governo das três capitanias, tendo tomado posse na vila de S. Paulo de Piratininga no dia 11 ou 12 de junho de 1611 e, em S. Sebastião do Rio de Janeiro, em 13 de dezembro do mesmo ano. Tendo sido Gaspar de Sousa nomeado décimo

governador geral do Brasil a 12 de março de 1612 e chegado a Pernambuco a 18 de dezembro do mesmo ano, D. Luís entregava o governo a Martim de Sá, seu procurador, provavelmente em abril de 1613.

Logo após, provavelmente ainda em 1613, "passou a Pernambuco por contrato e casou, em 1614, com D. Catarina Barreto, filha de João Pais Barreto, o velho, e de D. Inês Guardês de Andrade. Afonso de Albuquerque de Melo informa que esta união se processou mediante a fórmula de um contrato de "morgado de comissão" e explica que João Pais Barreto, o velho, lavrou uma escritura doando o engenho Juriçaca, da freguesia do Cabo de Santo Agostinho, a D. Catarina, e passando a D. Luís uma escritura de dotação de vinte mil cruzados, obrigando-se a dar-lhe, depois, a mesma quantia para instituir um morgado, quando do nascimento do primeiro filho que tivesse de sua filha dotada. Aliás no codicilo ao seu testamento, de 1617, o patriarca alerta e recomenda aos filhos que " se cumprirá a escritura de dote que fez Dona Luiza de Sousa (leia-se Catarina Barreto) que não entrara a colação e ficará com seu dote inteiramente, e pede aos ditos seus filhos todos que assim o farão por bem e não haver contra esta escritura, nem contra a escritura de Dona Luiza (leia-se D. Luís), nem contra o que tem dado isto com pena de minha Benção".

D. Luís teria sido governador de Pernambuco, talvez numa curta exterioridade, conforme Borges da Fonseca, Domingos de Loreto Couto e Pereira da Costa. Porém há dúvida sobre o período em que exerceu o cargo. Conjeturamos que haja possibilidade de ter sido entre 1617 e 1619, antes da nomeação neste ano de Martim de Sousa Sampaio, que não assumiu e da exterioridade de João Pais Barreto, primeiro morgado do Cabo, porém durante a primeira metade do governo geral de D. Luis de Sousa (1617-1621), quinto senhor de Beringel, alcaide-mor de Beja , mais tarde segundo senhor e conde do Prado (sobrinho de D. Francisco de Sousa que foi sétimo governador geral do Brasil) e primo legítimo de D. Luís de Sousa Henriques, em tela. A última notícia que deste obtivemos foi sua presença presumível à frente do engenho Juriçaca, em 1623, conforme o relatório de José Israel de Castro.

Do matrimônio com D. Catarina Barreto nasceram, conforme Borges da Fonseca [três filhos (YS)]:

N 9.1 D. Pedro de Sousa que Borges da Fonseca informa ter falecido sem sucessão, porém, em outro passo, que morrera solteiro, deixando, de uma mulher parda, um filho bastardo:

BN 9.1.1 Pedro de Sousa que casou no rio S. Francisco, com uma filha natural de Pedro de Abreu de Lima, de que teve sucessão.

N 9.2 D. Francisco de Sousa I que prestou serviço na primeira fase, ainda invasão, da guerra contra os flamengos, tomou parte na retirada de 1635 organizada pelo general Matias de Albuquerque, acompanhado a mãe, dois irmãos e duas irmãs, passam a Portugal e, em 1650, faleceu solteiro à frente da Nau Nossa Senhora da Natividade, sem sucessão, lutando contra a armada inglesa comandada pelo almirante Robert Blake.

N 9.3 D. João de Sousa, nascido provavelmente antes de 1617, teria sido, talvez, o personagem citado, neste ano, no codicilo ao testamento de seu avô, João Pais Barreto, o velho, sob o nome de João Luís (D. Catarina, sua mãe, fora citada no mesmo documento, sob o nome de Luiza de Sousa).

Acompanhara, conforme se deduz da informação de Francisco de Brito Freyre, a mãe viúva, juntamente com os dois irmãos restantes e duas irmãs, na retirada organizada pelo general Matias de Albuquerque para as Alagoas e, de lá, para a Bahia.

Consoante Domingos de Loreto Couto, da Bahia embarcou para Portugal e, logo que chegou a Lisboa passou a servir nas fronteiras do Alentejo onde por espaços de alguns anos lutou, participando, como capitão, da batalha de Montigo. Voltando à Bahia, colaborou nas conspirações das quais resultou a guerra da restauração e participou de missões realizadas na Bahia, em Sergipe d'el Rei e em Pernambuco, aqui participando inclusive da segunda batalha dos Guararapes, ainda como salientou D. Domingos Loreto Couto, com a patente de capitão, obtida em Portugal e com as comendas de S. Eurício e S. Fins, concedidas por mercê de El Rei D. João IV.

Após a evacuação holandesa, reivindicou e conseguiu, a posse do engenho Jacaré, situado na freguesia de Goiana, na Capitania de Itamaracá, que lhe coubera por herança de seu tio João Pais Barreto, primeiro morgado do Cabo.

Após o falecimento de sua mãe, provavelmente na mesma época, ou um pouco antes, tornou-se o primeiro morgado de Juriçaca, de vez que adquirira o direito de primogenitura pela morte de seus dois irmãos mais velhos.

Tendo conquistado já, em data ignorada, o foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, recebeu de D. João IV, à mercê da comenda de Santo Eurício e S. Fins, da Ordem de Cristo.

Em 16 de setembro de 1664, por mercê de D. Afonso VI, rei de Portugal, logrou a patente de mestre-de-campo do Terço de infantaria paga da praça do Recife, substituindo o mestre-de-campo André Vidal de Negreiros.

Em 31 de julho de 1666 fora nomeado membro do triunvirato (os outros participantes seriam o Comandante de regimento da praça Antônio Dias Cardoso e André de Barros Rego, juiz ordinário e presidente da Câmara de Olinda), que governaria a capitania de Pernambuco, após a prisão e a deposição do governador e capitão-general Jerônimo de Mendonça Furtado pela Câmara do senado de Olinda, porém a nomeação foi sustada.

Conjuntamente com sua mulher, conforme escritura lavrada no engenho Juriçaca, a 31 de outubro de 1684, foram fundadores do Hospital do Paraíso-Igreja de Nossa Senhora do Paraíso e do Hospital de São João de Deus ("no Recife da banda de Santo Antônio").

Conforme Domingos de Loreto Couto, D. João era falecido em 19 de agosto de 1689, quando foi lavrado o alvará régio de confirmação da instituição do Hospital do Paraíso.

Pereira da Costa esclarece que a viúva de D. João, D. Inês Barreto de Albuquerque requerera esta confirmação e que, de uma verba testamentária deixada pela mesma, "evidencia-se que faleceu ele em seu engenho Algodoais (na comarca do Cabo), que fora sepultado na capela de S. Francisco do mesmo engenho, e que depois foram os seus restos transladados para o túmulo subterrâneo da Igreja do Paraíso, em cuja pedra estão guardadas as suas armas".

Casou com sua prima legítima, Inês Barreto de Albuquerque, filha de Filipe Pais Barreto I e de Brites de Albuquerque, esta por sua vez filha de Antônio de Sá Mahia e de sua segunda mulher, Catarina de Melo de Albuquerque, do matrimônio tiveram um único filho:

BN 9.3.1 D. Luís de Sousa, ou D. Luís Antônio de Sousa, que não escapou à injeção de sangue cristão-luso, e que faleceu aos 12 anos de idade.

D. João de Sousa, além deste único filho legítimo teve mais dois filhos e duas filhas extraconjugais. Consoante Borges da Fonseca ele tivera de uma mulher branca e nobre um filho e duas filhas, admitindo noutro passo, um quarto filho varão. Aquela mulher conforme assinalou noutras passagens do texto de sua "Nobiliarchia Pernambucana" fora D. Leonor Cabral, viúva do holandês Abrahan Tafer ou Trafer e filha de Luís Braz

Bezerra e de sua mulher Branca ou Brasia Monteiro [RCL, Brasia], senhores do engenho S. Jerônimo, depois dos santos Cosme e Damião, na freguesia da Várzea do Capibaribe. Luís Braz Bezerra foi um dos conspiradores que fizeram eclodir a guerra da restauração e seu engenho S. Jerônimo foi o primeiro quartel dos conspiradores no início deste momento. Os filhos bastardos de D. João de Sousa foram:

BN 9.3.2 D. Francisco de Sousa II, que consoante Borges da Fonseca tivera por mãe, D. Leonor Cabral, teve a filiação contestada por D. Inês Barreto de Albuquerque, viúva legítima de seu pai que declara no codicilo ao seu testamento, onde o tratou como sobrinho, "era moço pardo e casado, morador nesta minha posse (engenho Algodoais), filho de uma escrava que foi deste meu casal, o qual é forro e livre por razões que havia para isto por esta razão não se fez menção dele nas partilhas que fiz dos bens de meu marido".

D. Francisco foi legitimado pelo pai e o sucedeu como segundo morgado de Juriçaca, entre 31 de outubro de 1684, data da instituição o Hospital do Paraíso e 19 de agosto de 1689, data da confirmação desta instituição; quando o pai já havia falecido.

Casou conforme Borges da Fonseca com D. Úrsula de Lacerda, filha de Filipe Cavalcanti de Albuquerque e de D. Maria de Lacerda , de quem teve um único filho legítimo: D. João de Sousa II.

Enviuvou e casou novamente, provavelmente quinze a vinte anos antes de 23 de junho de 1709, data da lavratura do codicilo ao testamento de D. Inês Barreto de Albuquerque, viúva de D. João de Sousa I no qual esta o declara casado e pai de uma filha candidata a casamento, Isabel, para a qual destinara uma data. Manuel dos Santos em duas oportunidades cita D. Brites como consorte de D. Francisco, em 1711.

Conforme Manuel dos Santos, quando dos preparativos para o primeiro levante da chamada guerra dos Mascates, ocorrida a 7 de novembro de 1710, apesar de pressionado pela facção da nobreza, D. Francisco não participou, como tampouco seu filho, D. João de Sousa I, da luta. Morava então em São Gonçalo do Paiva e teve conhecimento da rebelião através de recado enviado pelos levantados e transmitido pelo capitão Domingos de Sá Cavalcanti (genro de Gonsalo Pais Barreto, filho de Filipe Pais Barreto I e de D. Brites de Albuquerque), exigindo sua presença no Recife. Transportou-se, então, para esta praça, onde se "meteu no Hospital da povoação de Santo Antônio (Hospital do Paraíso) e aí esteve até voltar para São Gonsalo de Paiva".

No segundo levante, 18 de junho de 1711, recebeu também insinuações e propostas da facção da nobreza. Achava-se na sua morada em S. Gonsalo do Paiva, quando soube da sublevação e dirigiu-se logo para o Recife, onde chegou antes do filho.

Infere-se do estudo de Manuel dos Santos que D. Francisco se havia retirado da capitania para executar alguma missão, talvez no fim de agosto ou início de setembro de 1711, pois conjeturamos que estivera ausente quando sucederam os fatos que passaremos a relatar.

Os partidários da nobreza, antes e após o combate do engenho S. José, da freguesia do Cabo de Santo Agostinho, travado a 7 de setembro de 1711, por onde passaram, especialmente em Juriçaca, mataram o gado, apanharam bestas, perseguiam e molestavam os moradores e praticavam muitos absurdos . Em casa de D. Francisco de Sousa II, "depois de roubarem, lhe apanharam quantos escravos e escravas puderam haver à mão"; então João de Barros Correia levou para sua casa " a D. Brites, consorte do sobredito D. Francisco de Sousa, para lhe evitar a descompostura de palavras, com que a ludibriavam, chamando de traidor a seu esposo".

Provavelmente em fins de setembro ou começo de outubro de 1711, Filipe Pais Barreto, capitão-mor do Cabo, achava-se em Afogados. Declara Manuel dos Santos: "Enfim, vendo a gente (do Cabo) que o seu capitão-mor estava declarado contra o Recife, poucos e poucos se foram desertando dos Afogados, uns para o Camarão e outros para a sua própria freguesia, e nela metidos pelos matos andavam escondidos; porém foram tais os roubos e estragos que na dita Freguesia fizeram os parciais da sobredita nobreza , assim no engenho de Simão Ribeiro Ribas, Dom Francisco, D. João, e pelas casas da maior parte dos moradores, que, estimulados de tantas hostilidades, intentaram especialmente dois sujeitos, um por nome Luís Nunes da Silva e outro o capitão Francisco Vieira de Medeiros, ajuntar gente para defender a dita freguesia..." "Com efeito chegaram a agregar 80 ou 100 homens, que por fim não vieram a servir de nada, porque o dito Luís Nunes não persistiu no intento.

A 6 de outubro de 1711 com a frota que trouxe o novo Governador Félix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos, desembarcou D. Francisco de Sousa II com a patente de mestre-de-campo do terço de infantaria pago da praça do Recife por mercê de sua majestade D. João V.

A 24 de julho de 1712 chegou ao porto do Recife um navio provindo do Porto que locava em Lisboa, pelo qual veio ordem d'el Rei para que ao mestre-de-campo D. Francisco se desse o selo-dobrado, recebendo ele, também, "uma carta do marquês das Minas

elogiando-lhe a resolução que tomara de se vir meter na praça no tempo do cerco dela, com seu filho".

Por falecimento de Manuel de Sousa Tavares, governou Pernambuco de 11 de janeiro de 1721 até 11 de janeiro de 1722 (exatamente um ano), quando foi substituído por Manuel de Moura Rolim, vindo de Portugal.

Manuel dos Santos insiste em salientar que D. Francisco "experimentou por não querer seguir a parte da nobreza, além de danos e perdas de sua fazenda os ludíbrios de sua pessoa e de sua consorte, D. Brites, e veio com seu filho meter-se na praça, na qual com sua constância e conselho a ajudou a defender-se de seus êmulos e, que "permaneceu à frente do terço de infantaria da praça do Recife até a morte, com o soldo dobrado, o que não teve seu ilustre pai, no tempo que serviu o mesmo posto."

Teria sido comendador de Santo Eurício e recebera de D. Inês Barreto de Albuquerque, viúva de seu pai, apesar da mordacidade da discriminação com que o tratou, a lembrança de uma "deixa" em seu codicilo de 1709. Faleceu em data desconhecida e deixou, segundo R.L de M. Paes Leme, o engenho Algodoais para as obras do Hospital do Paraíso e a Antônio Paes Júnior por administrador.

TN 9.3.2.1 D. João de Sousa II, filho único de seu primeiro matrimônio, foi o terceiro e último morgado de Juriçaca. Dedicou-se à vida militar e à agricultura.

D. João de Sousa II casou consoante Borges da Fonseca, com Maria Bernarda de Vilhena, filha de Lourenço Souto Maior, senhor do morgado de Fonte Padrinha, em Portugal, e de sua mulher, D. Inês de Vilhena (II, 30).

Afonso de Albuquerque de Melo di-la filha legítima de D. Lourenço de Souto Maior, capitão-mor, e de sua mulher, Mariana Cavalcanti. O mesmo autor esclarece que ela viera de Portugal, em 1703 já com o casamento ajustado, casara, deixara-o, voltara para o pais de origem, em 1706, e falecera, sem sucessão, antes do marido.

O próprio D. João II em seu testamento declarou que o casamento foi feito por arras e "como a dita pediu separação dele, como assim foi determinado, se lhe deu quinze mil cruzados das suas arras, que lhe tocaram, de que está satisfeita, e não tem jus em coisa alguma mais de minha fazenda".

Participou como o pai da guerra dos Mascates ao lado destes. Quando do 1º levante deixou-se ficar no engenho Juriçaca, acometido de sarampo.

Quando do 2º levante, era coronel do regimento de auxiliares e na tarde de 21 de junho de 1711 estava com sua gente esperando a gente da freguesia do Cabo, de que era capitão-mor Filipe Pais Barreto, porém este não cumpriu o compromisso por se haver inclinado ao partido da nobreza; no dia 27 de junho, D. João de Sousa II chegou à praça do Recife numa jangada e mandou seu ajudante, José de Lemos, buscar numa barca 30 a 40 soldados seus que vieram por terra, e se haviam detido na Barreta?.

Quando o bispo governador D. Manuel Álvares da Costa resolveu autorizar a participação do Recife, foi construído um segundo baluarte próximo ao Hospital do Paraíso, com duas peças e artilharia e guarnecido com 36 homens da povoação do Cabo que vieram com o coronel D. João de Sousa II, que trouxe por cabo, o ajudante José de Lemos.

Em 19 de janeiro de 1712 o coronel, D. João de Sousa II recebera a incumbência de prender e meter no forte do Matos, João de Barros Correia, o mesmo que amparara D. Brites, segunda esposa de seu pai quando de um dos ataques dos partidários da nobreza ao engenho Juriçaca.

Posteriormente, chegou a conquistar, como o avô e o pai, a patente de mestre-de-campo. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo, com promessa da comenda de Santo Eurício que seu avô e seu pai ostentaram, porém, Borges da Fonseca não sabia se chegara a lográ-la.

O testamento do coronel D. João de Sousa II foi aprovado e entregue em 26 de agosto de 1748. Faleceu em 1749 e o testamento foi aberto a 30 de dezembro de 1749 na povoação de Santo Antônio do Cabo de Santo Agostinho.

Nele declarou que não teve filhos do seu matrimônio e que não teve herdeiros. Previne que apesar de sua ex-esposa ser falecida, ”quando queira algum herdeiro seu haver alguma coisa de sua fazenda, testamenteiros defenderão com os documentos que para isso tenho”.

Legou ao Hospital do Paraíso o engenho Trapiche da freguesia de Ipojuca, duas fazendas de criar gados, vacuns e cavalares, no sertão do Cariri, chamados Bonito e Siriema; uma morada de casas no Recife; uma sorte de terra de meia légua em Cajabussú, e um pesqueiro de rede na praia da Paiva, com quinhentas braças de terra para o sertão da Barra da Jangada até o Tapuama”, exatamente a mesma praia, curiosa coincidência, onde em sua capela de S. José, se encontra presentemente a pedra tumular armoriada de D. Catarina Barreto.

Em seu testamento, D. João de Sousa II contemplou com o engenho Juriçaca e mais quarenta escravos, os filhos de D. João de Sousa, governador que foi desta capitania,

morador em Lisboa. Tratava-se de D. João de Sousa, filho de D. Francisco de Sousa, 1° Marquês das Minas, veador da Casa Real, comendador da Ordem de Cristo, senhor das vilas de Prado e de Beringel, e de D. Filipa de Noronha, filha de D. Fernando de Mascarenhas, conde da Torre que fora governador geral do Brasil de 23 de janeiro a 21 de outubro de 1639. D. João de Sousa foi governador e capitão-general da capitania de Pernambuco, tendo tomado posse do governo a 21 de janeiro de 1682, dirigindo-o até 13 de maio de 1685.

O testamento de D. João de Sousa I, no que respeita à doação do engenho Juriçaca, foi contestado, originando-se uma demanda da qual resultou João Pais Barreto, capitão-mor e 6º morgado do Cabo, tomar posse do acervo do morgado de Juriçaca "por sentença do juiz de capelas, João Rodrigues Colaço, em 3 de dezembro de 1753."

Qr 9.3.2.1.2 Isabel de Sousa, filha de D. Francisco de Sousa II e provavelmente de sua segunda mulher D. Brites, foi aquinhoada no codicilo ao testamento de D. Inês Barreto de Albuquerque, de 1709, com a quantia de cinqüenta mil réis para ajuda de seu dote.

TN 9.3.2.2 D. Antônio de Sousa, filho de D. João de Sousa I e provavelmente de D. Leonor Cabral, que faleceu em viagem para a Índia, para onde fora nomeado inquisidor-mor.

TN 9.3.2.3 D. Margarida de Sousa, filha de D. João de Sousa I e provavelmente de D. Leonor Cabral. Conforme D. Domingues de Loreto Couto "com Heróica resolução deixou a pátria...e se embarcou para o reino...e deixou as grandezas do século e desprezou a prática de uma boda com esposo de relevantes prendas. Entrou pra o convento de Coimbra, onde já se encontravam as tias, madres Ângela do Sacramento e Margarida da Trindade (ou Margarida da Natividade), filhas de D. Luís de Sousa Henriques e de D. Catarina Barreto. Ainda conforme D. Domingues de Loreto Couto "pelos anos de 1729 foi abadessa do dito mosteiro, que governou " com insigne prudência e observância."

Tn 9.3.2.4 N, filha de D. João de Sousa I e provavelmente de D. Leonor Cabral, de quem não obtivemos notícia.

N 9.4 D. Diogo de Sousa, filho de D. Luís de Sousa Henriques e de D. Catarina Barreto, que consoante Borges da Fonseca, passou a Portugal e lá foi religioso da Ordem da Santíssima Trindade.

N 9.5 D. Helena de Sousa, filha de D. Luís de Sousa Henriques e de D. Catarina Barreto, de acordo com Borges da Fonseca, faleceu religiosa em Portugal. Para D. Domingos de Loreto Couto seu nome era Margarida e como madre-soror Margarida da Trindade ou Margarida da Natividade "floresceu em virtude" no convento de Santa Clara de Lisboa.

N 9.6 D. Ângela de Sousa, filha de D. Luís de Sousa Henriques e de D. Catarina Barreto, que teve o mesmo destino da irmã, consoante Borges da Fonseca. D. Domingos de Loreto Couto, conta que chegando a Lisboa, entrou no Mosteiro de Santa Marta e, depois, se transferiu para o convento de Santa Clara, em Coimbra, onde recebeu o hábito e professou. D. Domingos enaltece as virtudes de madre-soror Ângela do Sacramento e informe que "desta venerável religiosa faz ilustre memória Frei Fernando da Soledade na 5ª parte da crônica da Província de São Francisco da cidade" (de Coimbra).

ANEXO 2

Descendência de Filipe Pais Barreto I [F7] - 1ª a 5ª gerações (parcialmente)

[F7] Filipe Pais Barreto, sétimo filho de João Pais Barreto I, o velho, e de D. Inês Guardes de Andrade, casou com D. Brites de Albuquerque, filha de Antônio de Sá Mahia, que segundo Roque Lins de Macedo Paes Leme morava em Goiana e tinha fama de cristão novo, e de sua segunda mulher Catarina de Melo de Albuquerque, esta filha de Cristóvão de Albuquerque (ou Cristóvão de Albuquerque de Melo) e de D. Inês Falcão.

Através de Antônio de Sá Mahia houve o primeiro aporte de sangue cristão-novo ao sangue dos descendentes de Filipe Pais Barreto I, bem como, através de Cristóvão de Albuquerque de Melo, a primeira contribuição do sangue de Jerônimo de Albuquerque e de Filipa de Melo.

Filipe Pais Barreto faleceu entre 1651 e 1652. D. Brites de Albuquerque estava à frente do engenho Garapu, em abril de 1665 tendo como principais lavradores, seu irmão o então capitão (depois coronel) José de Sá e Albuquerque, alcunhado “olho de vidro”; o filho primogênito, (depois sargento-mor e depois cabo) Antônio Pais Barreto; o sogro deste, capitão Fernão Velho de Araújo e o terceiro filho, capitão Luis Pais Barreto.

Filhos legítimos:

N 7.1 Antônio Pais Barreto II
N 7.2 Filipe Pais Barreto II
N 7.3 Luis Pais Barreto
N 7.4 Inês Pais Barreto; Inês Barreto de Albuquerque
N 7.5 Brites de Albuquerque
N 7.6 Catarina de Melo de Albuquerque
N 7.7 Maria de Albuquerque
N 7.8 Gonçalo Pais Barreto
N 7.9 Joana Barreto de Albuquerque

N 7.1 Antônio Pais Barreto II, primogênito, em 1661 era lavrador do engenho Garapú e capitão, sendo, também, lavrador do mesmo engenho, o capitão, Fernão Velho de Araújo, pai de sua mulher legítima.

Antônio Pais Barreto II, provavelmente, em 1665 já estivesse casado com Margarida de Barros, filha do capitão João Barbosa Espineli e de Margarida de Barros (Roque Lins Macedo Pais Leme diz ser filha de um certo Maya ,de Goiana, com fama de cristão-novo).

Antônio Pais Barreto chegou a obter a patente de sargento-mor e foi senhor dos engenhos Garapu, na freguesia do Cabo, e Pitimbú, na freguesia de Muribeca [RCL, Cabo].

Tiveram uma filha:

BN 7.1.2 Margarida de Barros, a moça, ou Margarida Barreto de Albuquerque que casou com Filipe Pais Barreto III, segundo filho de Estevão Pais Barreto, 4º morgado do Cabo, e de Maria de Albuquerque, filha de Filipe Pais Barreto I e de Brites de Albuquerque. Por este matrimônio foi introduzida a segunda contribuição de sangue cristão-novo ao sangue da linhagem do Morgado do Cabo.

Filipe Pais Barreto III foi, posteriormente proprietário do engenho Garapú e talvez, também, do engenho Santo Antônio, e administrador do engenho Algodoais, provavelmente encapelado por D. Inês Barreto de Albuquerque no seu codicilio, todos situados na freguesia do Cabo de Santo Agostinho; sargento mor durante 15 anos e, depois, de 1711 a 1727, capitão-mor do Cabo, chegando a ser eleito vereador da Câmara da Vila do Recife, em 1727, não assumindo em 1728 por ter falecido.

Sua descendência será apreciada quando for escrita a biografia de Estevão Pais Barreto II, 4º morgado do Cabo.

[Antonio Pais Barreto II], assim, provavelmente bastante antes de abril de 1665, conviveu maritalmente com D. Leonor Figueira de Moura, filha de Fernando Figueira de Moura e de Josefa de Sá e Melo, neta paterna de João Vieira de Moraes, procurador da coroa em Lisboa e de sua mulher N? Moura e neta materna de Antônio de Sá Mahia e de Catarina de Melo de Albuquerque.

D. Leonor faleceu antes de ser "dispensada com seu primo Antônio", deixando um filho:

TN 7.1.1 Filipe de Moura de Albuquerque que casou com Joana Bezerra Peçanha (ou Pessoa) , filha do capitão João Bezerra Jacome, Capitão de infantaria na guerra contra os holandeses, serviu "depois, no Terço de mestre-de-campo D. João de Sousa por alvará de 14 de outubro de 1690 do conde de Obidos, Vice-rei do Brasil (Nob. I, 44 (2)), e de D. Maria Pessoa, filha de Antônio Correia Calheiros e de sua mulher Maria Pessoa.

Desse matrimônio nasceram:

Qr 7.1.1.1 José de Sá de Albuquerque e Moura, sargento-mor, casou com sua parente Teresa Josefa Catarina de Albuquerque, Qr 7.6.3.3, filha do capitão-mor Antônio de Sá e Albuquerque e de sua mulher, Margarida da Rosa (Rocha) Vasconcellos. Tinham, cerca de 1771, filhos menores (Borges da Fonseca, II, 376, informa quatro filhos. Vide em Teresa).

Qr 7.1.1.2 Fernão Figueira de Moura, casado com D. Lourença Correia de Vasconcelos, filha do capitão João Correia Bezerra e de sua mulher D. Maria Barreto (filha legítima de Lourenço Velho Barreto), de quem tem filhos menores.

Pais de:

Qn 7.1.1.2.1 Luís Figueira de Moura e Albuquerque

Qr 7.1.1.3 João Bezerra Pessoa, que casou com N.

Qr 7.1.1.4 D. Inês Falcão de Moura que casou com José de Lima e Oliveira, filho de Amador Mendes pais de vários filhos dos quais só há notícia de:

Qn 7.1.1.4.1 João de Lima Oliveira, que casou com Inês de Mello, filha de Gonçalo Marinho de Mello e de sua mulher D. Maria Lyra.

Qr 7.1.1.5 D. Francisca ..... que casou com o capitão Manuel Jácome, senhor do vínculo do engenho Catú, Goiana, filho de Pedro Bezerra Jácome e de sua mulher Maria Manoela, filha natural do vigário da vara de Goiana, Estevão Ribeiro da Silva,

instituidor do dito vínculo. Pedro foi filho de Manuel Jácome Bezerra, fidalgo cavaleiro, irmão do mestre-de-campo Antônio Jácome Bezerra e do capitão João Bezerra Jácome e de sua mulher Maria de Brito e neto de Manuel Jácome Bezerra e de D. Maria de Brito (Nob I, 44(3); I, 44 (2)). Não há notícia de sucessão.

N 7.2 Filipe Pais Barreto II, faleceu solteiro, provavelmente antes de 1665, porém deixou:

BN 7.2.1 (?) Filhos naturais.

N 7.3 Luis Pais Barreto, em 1665 era lavrador do engenho Garapú e galgara a patente de capitão. Era solteiro, porém deixou uma filha natural " havida de mulher nobilíssima.":

BN 7.3.1 N. casada com o capitão Matheus de Sá Cavalcanti e com descendência continuada no Rio de Janeiro e Minas (Minas Gerais)

N 7.4 Inês Barreto de Albuquerque (ou Inês Pais Barreto), que parece ter nascido antes de 1617, conjecturamos que se trate da mesma personagem, a quem o avô paterno, João Pais Barreto, o velho, deixou no codicilo ao seu testamento, 1/3 de légua quadrada de terras.

Casou com o seu primo, D. João de Sousa I, filho de D. Luís de Sousa Henriques e de D. Catarina Barreto. Tiveram um único filho, que também recebera sangue cristão-novo:

BN 7.4.1 Luís de Sousa (ou Luís Antônio de Sousa), falecido menino, aos 12 anos.

D. Inês depois de enviuvar, conforme D. Domingos de Loreto Couto, " totalmente se deu a Deus, se dedicando quase inteiramente ao Hospital do Paraíso ao qual para aumentar a sua renda lhe deixou o engenho Algodoais, o qual parece que encapelado, pois deixou a Filipe Pais Barreto III, sua administração, na qual seria sucedido pelos seus descendentes. Faleceu com todo sossego. As suas exéquias foram soleníssimas, com

assistência de todo clero do Recife e do Cabo, muita nobreza, e imenso povo, e foi sepultada em jazigo próprio na capela-mor da igreja do dito Hospital" (Couto, 509).[8]

N 7.5 Brites de Albuquerque casou com Cristóvão de Melo ou Cristóvão de Albuquerque de Melo, filho de Fernão Velho de Araújo e de Luiza de Melo de Albuquerque; era neto paterno de Payo de Araújo de Azevedo, capitão-mor no reino de Angola, descendente da Casa de Ponte da Barca e de ...; e neto materno de Antônio de Sá Mahia e de Catarina de Melo de Albuquerque.

N 7.6 Catarina de Melo de Albuquerque, casou com seu tio, o capitão José de Sá e Albuquerque (irmão de sua mãe D. Brites de Albuquerque), alcunhado " o olho de vidro", nascido em Olinda e batizado a 23 de agosto de 1620, na igreja de Nossa Senhora de Conceição e foram seus padrinhos seus tios Mathias d'Albuquerque, que depois foi Conde de Alegrete e D. Isabel de Mello (Nob.II, 371). Era filho de Antônio de Sá Mahia e de sua segunda mulher, Catarina de Melo de Albuquerque, neto paterno de Duarte Sá de Lima (responsável pela segunda contribuição de sangue cristão-novo ao sangue dos descendentes de Filipe Pais Barreto e instituidor do morgado de Santo André para o seu neto em tela) e de Joana Tavares e neto materno de Cristóvão de Albuquerque de Melo e de Inês Falcão.

José de Sá e Albuquerque conforme Afonso de Albuquerque de Melo, seu neto, que continuou os estudos genealógicos do avô e do pai Antônio de Sá de Albuquerque, deixou-nos seu currículo: 1° administrador do vínculo (capela) do engenho Santo André, na freguesia de Muribeca, foi coronel das tropas montadas, capitão-mor das freguesias de Santo Amaro (de Jaboatão) e de Muribeca, juiz ouvidor de Olinda, provedor da Santa Casa de Misericórdia de Olinda 1664. Foi à Roma para solicitar dispensa para casar com sua sobrinha legítima, tendo aproveitado a oportunidade para se submeter à adaptação de prótese ocular. Segue depois para Portugal onde obteve as mercês do hábito da Ordem de Cristo e do foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa de sua Majestade. Faleceu a 12/07/1711 com mais de 90 anos de idade quando viajou de Olinda ao Recife (afogados) para convencer o filho Antônio de Sá de Albuquerque, então capitão-mor de Muribeca, e o sobrinho afim Filipe Pais Barreto, então sargento-mor do Cabo a apoiarem o partido da nobreza

[8] YS. Loreto Couto inicia destacando que "exercitando no estado de casada muitas virtudes, depois que enviuvou totalmente se deu a Deus" (508).

quando dos fatos ocorridos em 1710-1711. Foi sepultado na capela mor do convento do Carmo de Olinda que era do padroado de sua casa.

José de Sá e Albuquerque "principiou a dar mostras de seu valor no sítio da Bahia. Levado pelos pais na emigração de 1635 principiou a dar mostras de seu valor quando do sítio da Bahia pelos holandeses fortificados em Itaparica. Após a restauração foi capitão, e depois coronel do Regimento das Ordenanças das freguesias de Muribeca, Cabo e Ipojuca. Foi Juiz Ordinário da vila de Olinda por diversas vezes. Foi provedor da Santa Cruz de Misericórdia da mesma cidade em 1683. D. Pedro, Príncipe regente, concedeu-lhe à mercê do hábito de Cristo , com R$ 80.000 reis de tença em 20/06/1681 e, quando Rei, o foro de Fidalgo Cavaleiro de sua casa, em 16/3/1694 com a moradia de R$ 1600 reis por mês e um alqueire de cevada por dia. Foi irmão da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Olinda. Foi o iniciador dos estudos genealógicos na Capitania de Pernambuco (Nob II, 371).

Transcrevemos a descendência desse matrimônio, baseada principalmente na "Série de Albuquerques" escrita por seu neto Afonso de Albuquerque de Melo e adotada por Evaldo Cabral de Melo, porém assinalaremos quando necessário os acréscimos e/ou as discordâncias oferecidas por Borges da Fonseca. Nasceram desse matrimônio:

BN 7.6.1 José Luís de Albuquerque, que faleceu na infância conforme Afonso de Albuquerque Mello.

BN 7.6.2 Afonso de Albuquerque de Melo, que sucedeu o pai na administração do vínculo do engenho Santo André. Fidalgo cavaleiro da Casa Real, como seu pai, e coronel de cavalaria. Casou três vezes, sem deixar sucessão: a primeira com Ana Maria Acióli, filha de Zenóbio Acióli de Vasconcelos e de Maria Pereira de Moura; a segunda com Mariana da Câmara, filha de Matias de Albuquerque Maranhão e Isabel da Câmara; e a terceira, com Inês Barreto de Albuquerque, filha de Antônio Pais Barreto (filho de Estevão Paes Barreto II, 4º morgado do Cabo e de D. Maria de Albuquerque), sargento-mor de Una e de D. Maria da Afonseca Barbosa (filha do tenente-coronel e posteriormente sacerdote, Afonso Broa). Faleceu na década de 70 do século XVIII [e foi sepultado] na sua capela da Igreja da Conceição de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Olinda.

BN 7.6.3 Antônio de Sá e (ou d') Albuquerque, 3º administrador da capela de Santo André, onde sucedeu seu irmão, falecido sem sucessão. Fidalgo Cavaleiro da Casa

Real. Capitão-mor da Freguesia de Muribeca, tomou parte na Guerra dos Mascates, inicialmente ao lado destes. Casou com Margarida da Rosa Vasconcelos, filha de Domingos Nobre (ou segundo Roque Lins de Macedo Paes Leme, de Antônio Nobre, oleiro) Pedrosa, filho de Diogo Nobre Pedrosa (Evaldo, O Nome e o Sangue, 265- Diogo Nobre Pedrosa) e de D. Mônica Rodrigues - o qual veio de Portugal e serviu na Capitania de Pernambuco na guerra contra os holandeses, tendo ocupado o posto de alferes do Terço do mestre-de-campo (André Vidal de Negreiros) e de D. Margarida da Rosa, filha do sargento-mor Antônio Moreira Daltro e de sua mulher Isabel Caldeira. Era também D. Margarida Rosa de Vasconcelos irmã do padre Marcos Ferreira, pároco e vigário de vara de Jaguaribe (Ceará) e sobrinha do padre Apolinário Moreira de Vasconcellos, vigário colado da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Melo, O Nome e o Sangue, 264).

Desse matrimônio nasceram:

TN 7.6.3.1 Afonso de Albuquerque de Melo, 4º administrador do vínculo de Santo André e proprietário do engenho Novo, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, coronel das tropas montadas e, segundo Borges da Fonseca serviu no Regimento de Infantaria paga da Praça do Recife e foi Sargento-mor, comandante da freguesia da Muribeca com a patente de sargento-mor de Ordenança (Nob.II, 373), escritor da "Série de Albuquerques". Casou com D. Leonor Pereira da Silva, filha do capitão-mor Aniceto Pereira da Silva, senhor do engenho dos Morenos, e de sua mulher, Maria Madalena Cavalcanti (ou Maria Cavalcanti de Albuquerque conforme Borges da Fonseca (Nob II, 26 e 373). [Deste casamento nasceram]:

Qr 7.6.3.1.1 André de Albuquerque e (ou de) Melo, 5º administrador do engenho Santo André, fidalgo cavaleiro da Casa Real por alvará de 17 de dezembro de 1759, capitão do Terço Auxiliar servia no Regimento da Praça do Recife. (Nob II, 373)

Casou em 15 de agosto de 1757 com D. Teresa de Jesus Maria da Rocha, filha do capitão Basílio Rodrigues Seixas, familiar do Santo Ofício, e capitão de Ordenança do Recife, que foi tesoureiro da dízima na Alfândega de Pernambuco e de sua mulher D. Maria da Rocha Mota, ambos naturais de Portugal, e segundo Roque Lins Macedo Paes Leme era filha de Basílio Rodrigues e neta de Miguel Correa Gomes. Cerca de 1770, conforme Afonso de Albuquerque de Melo, tinham filhos menores.

Pais de :

Qn 7.6.3.1.1.1 Afonso de Albuquerque de Melo (Nob II, 374), nascido em 1758, 6º administrador do vínculo do engenho Santo André, que casou com mulher ignorada. É ignorada também sua descendência, porém supomos que, deste matrimônio, foi primogênito:

Sx 7.6.3.1.1.1.1 Antônio de Sá e Albuquerque, proprietário dos engenhos Santo André e Recreio, da freguesia de Muribeca, entre 1854 e 1857, quando provavelmente faleceu. Conjecturamos que tenha sido o 7º e último morgado[9] de Santo André, e senhor do engenho Recreio, ambos na freguesia de Muribeca. Em 1857 era rendeiro do engenho Santo André, de Francisco Pita Soares A partir de 1858 este engenho aparece em nome dos herdeiros. Casou com ..... Pais de:

St 7.6.3.1.1.1.1.1 Antônio de Sá e Albuquerque Júnior, que troca o Recreio pelo S. André.

St 7.6.3.1.1.1.1.2 André de Sá e Albuquerque.

Qr 7.6.3.1.2 José Luis de Albuquerque. Fidalgo cavaleiro da Casa Real e comandante da freguesia da Muribeca. Casou com Francisca Xavier Pais de Melo, filha do capitão Francisco Xavier Pais de Melo e de sua mulher Ana Rita Mauricea Wanderlei. Não tinha filhos até cerca de 1770.

[Qr ??] José de Albuquerque Melo , que morreu menino (Nob.373).

Qr 7.6.3.1.3 Afonso de Albuquerque de Melo, que morreu menino.

Qr 7.6.3.1.4 José de Albuquerque de Melo ou José Luis de Albuquerque Melo ou José Antônio de Albuquerque Melo (Nob II, 373). Ver acima 2.7.6.3.1.2.

Qr 7.6.3.1.5 Maria Madalena Cavalcanti de Albuquerque, ainda solteira, cerca de 1770, ou Maria Madalena de Albuquerque (nob II,373)

[9] YS – Nas citações anteriores substituído "morgado" por "administrador do vínculo".

Qr 7.6.3.1.6 Ana Rita Luísa de Melo , ibidem (Evaldo, O Nome e o Sangue, 316). Ana Rita Luísa de Albuquerque (idem, 316). Ana que morreu com poucos anos (Nob II, 373).

Qr 7.6.3.1.7 Josefa Francisca Raimunda de Albuquerque , ibidem O Nome e o Sangue, ou Josefa de Albuquerque (Nob II,373).

Qr 7.6.3.1.8 Ana Maria Timótea de Albuquerque, ibidem ou Ana Maria Timóteo de Albuquerque (Evaldo, 316).

Qr 7.6.3.1.9 Antônia Maria da Conceição (nob II, 373).

TN 7.6.3.2 José de Sá de Albuquerque. Fidalgo cavaleiro da Casa Real e capitão do terço auxiliar. Vivia solteiro cerca de 1770 (Nob II ,373), a quem seu pai destinava para o estado eclesiástico e teve ordens menores, mas vive hoje secular sem ter tomado estado.

TN 7.6.3.3 Teresa Josefa Catarina de Albuquerque casou com o seu primo sargento-mor José de Sá e Albuquerque Moura, filho do capitão Filipe de Moura e Albuquerque e de sua mulher Joana Bezerra Faianha (Afonso de Albuquerque). Borges da Fonseca dá Joana Bezerra Pessanha, filha de João Bezerra Jácome, fidalgo cavaleiro da Casa Real e capitão da infantaria paga do terço do seu irmão, o mestre de campo Antônio Jacome Bezerra (Nob.II, 376). Têm filhos solteiros. Pais de:

Qr 7.6.3.3.1. Antônio de Sá D'Albuquerque, que casou com sua prima D. Ana de Moura Falcão, filha de José de Lima de Oliveira e de sua mulher, Ignês Falcão de Moura, irmã de seu pai.

Qr 7.6.3.3.2 Fernão Figueira de Moura, que faleceu solteiro.

Qr 7.6.3.3.3 D. Josefa Catarina de Albuquerque.

Qr 7.6.3.3.4 D. Ignês Brites Maria de Albuquerque

TN 7.6.3.4 Josefa Francisca Xavier ou Josefa Francisca Xavier de Melo e Albuquerque (Nob I, 182), casada com Manuel da Silva Ferreira, natural de Murça em

Portugal, professo Cavaleiro da Ordem de Cristo e capitão-mor da vila (povoação) do Recife (Nob I, 82, II, 374)).

Desse casamento viviam:

Qr 7.6.3.4.1 José da Silva e Albuquerque, capitão dos dragões, solteiro cerca de 1770.

Qr 7.6.3.4.2 Manuel Caetano e Albuquerque, que estudou Leis na Universidade de Coimbra. Casou em Vizeu com Ana Aniceta de Mesquita e Melo. Tinham filhos menores cerca de 1770.

Qr 7.6.3.4.3 Antônio de Sá e Albuquerque, sacerdote.

Qr 7.6.3.4.4 João Veríssimo e Albuquerque, solteiro cerca de 1770.

Qr 7.6.3.4.5 Francisco Inácio e Albuquerque, casado com Francisca das Chagas de Jesus, filha do tenente-coronel, governador da fortaleza do Brum, José de Sousa Couceiro, professo na Ordem de Cristo, e de sua mulher, Josefa de Sousa Marinho. Desse matrimônio existiam filhos menores cerca de 1770.

Qr 7.6.3.4.6 Maria de Albuquerque casada com Cristóvão Pais Barreto, fidalgo cavaleiro, filho do capitão-mor João Pais Barreto e Melo e de sua mulher, Inês Brites Xavier Barreto. Tiveram um único filho:

Qn 7.6.3.4.6.1 João Pais Barreto e Albuquerque.

Qr 7.6.3.4.7 Josefa Francisca Xavier de Melo e Albuquerque, ou Josefa Francisca de Mello e Albuquerque, casada com o capitão-mor Francisco Antônio de Almeida , filho do coronel Francisco de Almeida Catanho e de sua segunda esposa Isabel Gomes Correa, neto paterno do Tenente-Coronel Joaquim de Almeida, natural da Vila Nova do Porto, em Portugal, Cavaleiro da Ordem de Cristo e irmão da Santa Casa da Misericórdia do Recife, em 30/1/1695 com testamento aprovado a 1/2/1718, e de Luisa da Costa Catanho, neto materno do Coronel Manoel Correia Gomes [YS. Em Borges da Fonseca, Miguel Correia Gomes], Cavaleiro Fidalgo da Casa Real por alvará de 26/11/1708, professo da Ordem

de Cristo, natural do Porto, Coronel de Ordenanças e proprietário do ofício de escrivão da Fazenda Real de Pernambuco e de Catarina Gomes de Figueredo (Nob. II, 374). Familiar do Santo Ofício, proprietário dos ofícios de escrivão dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos das Comarcas de Pernambuco e Alagoas e Tenente Coronel de um dos Regimentos da Cavalaria Auxiliar de Ararobá (N I, 181-182, 397-399).

Desse matrimônio foram filhos:

Qn 7.6.5.4.7.1 Francisco, que morreu menino. (nob I, 182 e 399)

Qn 7.6.3.4.7.2 Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque, capitão do Terço de auxiliares dos Nobres do Recife. Casou, conforme Afonso de Albuquerque e Melo (e Borges da Fonseca), com Ana Francisca Eugênia do Rosário, na vila de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção da Capitania do Ceará, a 7/1/1780, nascida no Recife a 16/9/1761, filha de Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, autor da Nobiliarchia Pernambucana e sua mulher, Joana Inácia Francisca Xavier. (Nob, I 399)

Desse matrimônio tiveram (Afonso de Albuquerque Mello anota, "entre outros"):
Sx 7.6.3.4.7.2.1 Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque Júnior.

Sx 7.6.3.4.7.2.2 José Paulino de Almeida e Albuquerque.

Sx 7.6.3.4.7.2.3 Antônio José Vitoriano de Almeida e Albuquerque.

Sx 7.6.3.4.7.2.4 Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque.

Qn 7.6.3.4.7.3 José Joaquim de Almeida e Albuquerque, conforme Borges da Fonseca (Nob I, 182, 399), tenente da Companhia do coronel do Regimento de Cavalaria Auxiliar de Olinda e Recife.

Qn 7.6.3.4.7.4 Francisco Antônio de Almeida e Albuquerque.

Qn 7.6.3.4.7.5 D. Joaquina Filipa de Melo e Albuquerque (Nob I, 182 e 399), afilhada de Borges da Fonseca.

Qn 7.6.3.4.7.6 D. Josefa que faleceu menina (Nob I, 182 e 399).

TN 7.6.3.5 Brites Maria Margarida de Albuquerque, faleceu solteira (Nob I, 182 e 399).

TN 7.6.3.6 Catarina de Melo de Albuquerque, faleceu solteira.

BN 7.6.4 Pedro de Melo de Albuquerque, (N II, 51, 375) fidalgo cavaleiro da Casa Real e professo da Ordem de Cristo, seguiu a vida eclesiástica. Cônego presbítero da Sé de Olinda, onde faleceu já muito velho e cego no ano de 1749 e foi sepultado na capela-mor no convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Teve de uma mulher solteira um filho [abaixo anotado]. Afonso de Albuquerque de Mello informa que deixou filhos bastardos que deixaram sucessão. Teve de uma mulata escrava de seu irmão Afonso de Albuquerque de Mello um filho. Borges da Fonseca se refere a uma mulher solteira (Nob. II, 375).

TN 7.6.4.1 Francisco Xavier de Albuquerque que foi perfilhado pelo pai deixando-lhe encapelado o engenho Mangaré da freguesia de Muribeca. Casou com D. Maria de Mello, filha de José de Moraes e de sua mulher D. Clara de Mello, filha de Simão de Sousa e de sua mulher Inês de Mello, filha de Leão Pacheco Falcão e de sua mulher Mariana de Mello, e neta paterna de Vasco Marinho Falcão e de sua mulher D. Mariana de Mello, filha de Manuel Gomes de Mello, senhor do engenho Trapiche e de D. Adriana de Almeida Lins (N II, 375).

Pais de:

Qr 7.6.4.1.1 José Marinho d'Albuquerque
Qr 7.6.4.1.2 Simão Marinho d'Albuquerque
Qr 7.6.4.1.3 D. Ana
Qr 7.6.4.1.4 D. Maria

BN 7.6.5 Maria Maior de Albuquerque casada com João Pais Barreto, seu primo, 5º morgado e capitão-mor do Cabo [YS, com genealogia em outro capítulo].

N 7.7 Maria de Albuquerque, filha de Filipe Pais Barreto e de D. Brites de Albuquerque, casou-se com seu primo Estevão Pais Barreto II, 4º morgado do Cabo e capitão-mor da mesma freguesia, matrimônio que introduziu a primeira parcela de sangue cristão-novo nos descendentes desse morgado [YS, com genealogia em outro capítulo].

Borges da Fonseca cita mais dois filhos de Filipe Pais Barreto I e de Brites de Albuquerque:

N 7.8 Gonçalo Pais Barreto, que viveu solteiro e teve duas filhas bastardas (N II, 32):

BN 7.8.1 Joana Barreto de Albuquerque, havida de Luzia Alves, mulher branca e cristã velha, filha de Domingos Alves e de sua mulher Teresa de Amorim, naturais de Portugal [10].

Joana casou com o capitão que atuou na guerra dos Mascates e que alcançou posto de tenente-coronel, Domingos de Sá Cavalcanti, filho de Mateus de Sá, (que fora vereador na Câmara de Olinda no ano de 1676 e juiz ordinário no ano de 1688) e de Maria Cavalcanti; era neto paterno de Domingos de Sá, natural de Portugal, que vivia rico em Pernambuco, em 1630, e casou na freguesia de Ipojuca com Isabel Alves da Costa; e neto materno do capitão Bernardino de Araújo Pereira e de Úrsula Cavalcanti de Albuquerque.

Domingos de Sá Cavalcanti foi senhor do engenho Massangana na freguesia do Cabo, tenente-coronel de um dos regimentos de volantes. Ele, a mulher e os filhos foram alvo de amparo e atenções de D. Inês Barreto de Albuquerque, quando viúva de D. João de Sousa I, como consta do testamento e do codicilo ao mesmo, desta senhora, a qual tratava Joana Barreto de Albuquerque como sobrinha e foi quem articulou seu casamento. Domingos de Sá Cavalcanti passou a viver com sua família em Minas Gerais onde veio a falecer.

Tiveram os seguintes filhos legítimos:

TN 7.8.1.1 Mateus de Sá Cavalcanti, clérigo presbítero, que morreu no Serro Frio, em Minas Gerais.

TN 7.8.1.2 Pedro Cavalcanti de Albuquerque, que sucumbiu, solteiro, em Minas Gerais.

TN 7.8.1.3 Domingos de Sá Cavalcanti, que morreu, solteiro, no Mato Grosso.

[10] YS. Borges da Fonseca acrescenta que Luzia Alves depois casou com Thomé Pinto Ribeiro, do qual teve vários filhos (N II, 464).

TN 7.8.1.4 Amador de Araújo Pereira que faleceu, solteiro, em Minas Gerais.

TN 7.8.1.5 Maria Cavalcanti de Albuquerque que se finou, solteira, no Rio de Janeiro.

TN 7.8.1.6 Inês Barreto de Albuquerque que casou duas vezes. A primeira vez com marido que não podemos identificar e que veio a falecer. Viúva, casou em segundas núpcias com o capitão-mor Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, de quem foi a primeira mulher. Era este filho do sargento-mor Bernardino de Carvalho de Andrade e de sua mulher Laura Cavalcanti Bezerra, esta filha de Cosme Bezerra Monteiro e de sua mulher, Leonarda Cavalcanti de Albuquerque. Lourenço Cavalcanti de Albuquerque foi provedor da Santa Casa de Misericórdia de Olinda, em 1741, serviu de vereador e juiz ordinário de Olinda, em 1765, cargo que ocupou mais de uma vez; foi capitão-mor da freguesia da Várzea, onde era senhor do engenho S. Paulo, que havia sido de seus avós. Não houve sucessão deste 1º casamento [de Lourenço Cavalcanti de Albuquerque]. Lourenço Cavalcanti de Albuquerque enviuvou e casou em segundas núpcias com D. Luísa dos Prazeres Melo, filha do Alferes de Infantaria Bento Velho Ferreira e de D. Joana de Barros Castro, com sucessão (Nob I, 23 (5), 24 (6-7). Lourenço Cavalcanti de Albuquerque faleceu em 1788 ou 1789. [Inês, de nenhum dos dois matrimônios teve sucessão (N II, 464)].

TN 7.8.1.7 Brites de Albuquerque casou em Minas Gerais com o coronel Antônio de Meireles Machado, natural da freguesia de São Salvador de Ribas (ou do Pilar?) de Basto, Arcebispado de Braga. Desse matrimônio nasceu, único:

Qr 7.8.1.7.1 Frei Antônio de São João, religioso leigo da Ordem de São Francisco, da Província da Bahia.

TN 7.8.1.8 Catarina de Albuquerque casou em Minas Gerais, em Serro Frio, com Cristóvão Ribeiro de Moraes, com sucessão.

Diogo de Sá Cavalcanti também teve uma filha natural[11].

[11] YS. Esta informação parece deslocada. Ou o autor equivocadamente escreveu Diogo, sendo Domingos. Mas, neste caso, não pertence a esta descendência, que trata só dos filhos de Joana, BN 7.8.1.

TN 7.8.1.9 Joana, de quem não há notícia.

BN 7.8.2 N., a segunda filha natural de Gonçalo Pais Barreto, de uma mulher parda, casou com Álvaro Gonçalves Lima, de quem teve filhos. Infere-se do codicilo ao testamento de D. Inês Barreto de Albuquerque, viúva de D. João de Sousa que se tratava de Antônia Pais, sua sobrinha, casada com o alferes Manuel Gonçalves de Lima.

Foram pais de:

TN 7.8.2.1 Inês

TN 7.8.2.2 Rosa

TN 7.8.2.3 Damiana

TN 7.8.2.4 Joana

TN 7.8.2.5 João

TN 7.8.2.6 Maria

TN 7.8.2.7 Margarida

N 7.9 Joana Barreto de Albuquerque, filha de Filipe Pais Barreto I e de Brites de Albuquerque. Faleceu solteira.

ANEXO 3

Descendência de Julião Pais Daltro

[YS: Este anexo é mantido apesar de ter sido esclarecido, anteriormente, por Fábio Arruda, que Silvio equivocou-se, seguindo equívoco de Fernando Pio, em considerar Julião Pais Daltro como filho extraconjugal de João Pais Barreto – de fato, procede da família Pais Daltro, sendo Julião apenas confinante dos Paes Barreto. A manutenção do anexo visa divulgar parte do trabalho genealógico de Silvio Paes Barreto, referente a estes Pais Daltro e Pais Cabral, estabelecidos em Pernambuco ainda no século XVI e pouco estudados].

Julião Pais Daltro foi abastado agricultor.

Em 1609, conforme Diogo de Campos Moreno, possuía três engenhos: o Utinga, provavelmente o depois chamado Utinga de Cima, situado no ramo 12 do distrito e depois freguesia do Cabo de Santo Agostinho e, possivelmente, o comprado por seu pai a Filipe Cavalcanti; o Madanela (Madalena) e o Santo Antônio provavelmente o Apipucos localizados respectivamente nos ramos 4 e 5, no distrito e depois freguesia da Várzea do Capibaribe.

Em 1623, conforme consta da relação de José Israel e Castro, estava à frente de um de seus engenhos, provavelmente o Utinga, que produzira na última safra 2.750 arrobas de açúcar e 660 de retame.

Em 1635 incorporou-se à retirada para as Alagoas organizada pelo general Matias de Albuquerque e abandonou o mesmo engenho Utinga, e mais o São José e o Santa Lúcia (ou Santa Lusia) situados todos na freguesia do Cabo de Santo Agostinho. Não constou, porém das listas de descendentes imigrados de João Pais Barreto, o velho, fornecidas pelo marquês de Basto e por Francisco de Brito Freyre [YS. Claro, pois como esclarecido por Fábio Arruda, não era descendente dos Pais Barreto].

Faleceu certamente entre 6 de janeiro de 1636, data da partida para a Alagoa do Norte do mestre-de-campo general e governador da Capitania de Pernambuco, D. Luís Rojas y Borja, e 14 de janeiro de 1638, data da assinatura do " Breve Discurso" (apesar

de referente ao ano de 1637), documento em que foi anunciada sua morte: "morreu entre o inimigo".

Em 6 de janeiro de 1636 haviam sido engajados nas forças de Luís de Rojas y Borja," vários moradores de distinção": " João Pais Barreto, Rodrigo de Barros Pimentel , Cristóvão Botelho, seu cunhado, Julião Pais Daltro e outros." Morto D. Luís a 18 de janeiro na batalha de Mata Redonda, foi substituído no dia 19 no governo da Capitania e na chefia do exército pelo Conde de Bagnoli que se encontrava na Alagoa do Norte. Daqui partiu a 15 de março, chegando a 17 do mesmo mês a Porto Calvo. A 25 de abril, a tropa, já contando com a participação de Duarte de Albuquerque Coelho, deixou Bom Sucesso (nome de Porto Calvo, dado por este donatário desde 12 de abril), depois do conde de Bagnoli ter introduzido modificações na chefia de algumas companhias; porém, dos "vários moradores de distinção" que haviam partido em 6 de janeiro, apenas constaram da tropa João Pais Barreto, primeiro morgado do Cabo como comissário de cavalaria (sem havê-la), e Rodrigo de Barros Pimentel como capitão.

Cristóvão Botelho, ou Cristóvão Botelho de Almeida, filho de Baltazar de Almeida Botelho e de Brites Lins, era fidalgo da Casa Real e senhor de dois engenhos (um dos quais talvez o Buenos Ayres, conforme Manuel Diegues Lúmar) em Porto Calvo, que os holandeses haviam queimado em 1635. Conseguiu retirar-se para a Bahia, donde passou à Espanha, tendo falecido solteiro, sem deixar sucessão.

Quanto a Julião Pais Daltro não conseguimos mais notícias dele. Conjeturamos que haja sucumbido na batalha de Mata Redonda, ou em alguma emboscada ou escaramuça acontecida antes ou depois dela.

Não obtivemos informes sobre seu casamento, certamente efetivado com personagem da família Cabral, ou de uma das famílias Cabral.

Foram seguramente pais de João Pais Cabral e, provavelmente de Filipe e de Antônio Pais Cabral, os dois primeiros com descendência de linha varonil e o terceiro, de linha feminil ou femininas. Suspeitamos que houve uma filha, Catarina Pais Cabral, ou Catarina Cabral, sobre quem posteriormente discutiremos.

Tentaremos discutir apesar das dificuldades decorrentes do fato de se tratar de linhagem bastarda[12], que geralmente não consta dos estudos genealógicos, a provável descendência varonil dos dois primeiros, e, depois, exporemos o que encontramos sobre a descendência do terceiro, de linha feminil (ou feminina) e da provável filha.

[12] YS. Como esclarecido por Fabio trata-se de equívoco de Sylvio pois os Pais Daltro e Pais Cabral são família antiga com engenhos na várzea do Capibaribe.

Os representantes da 2ª geração (decorrente do avô João Pais Barreto, o velho e – [errado, FB]) filhos de Julião Pais Daltro seriam provavelmente aleatoriamente e, sem ordem cronológica, João, Filipe e Antônio Pais Cabral e, talvez, Leonardo Paes e Catarina Cabral.

[YS. Mantivemos a numeração dada por Sylvio, embora não faça sentido, por não pertencer a este genealogia dos Pais Barreto. Além disso, por ausência de documentos, Sylvio organiza esta descendência como hipótese.]

2.1.2.1 João Pais Cabral que consoante Evaldo Cabral de Melo teria migrado para as Alagoas e voltado prontamente a Pernambuco. Comprou à Companhia das Índias Ocidentais o engenho Santa Lúcia (ou Santa Luzia) e, provavelmente depois, o São José. Em abril de 1641 colaborou como componente da quadrilha de cavaleiros luso-brasileiros chefiada por Pedro Marinho Falcão, nas festividades com que Maurício de Nassau comemorou a aclamação de D. João IV, duque de Bragança, rei de Portugal. Em 1645 estava incluído na mesma lista de conspiradores em que figurava Felipe Pais Barreto I e foi um dos assinantes do edital lançado no engenho Garapú, a 14 de julho desse ano. Faleceu na batalha do Monte das Tabocas, travada a 3 de agosto de 1645.

2.1.2.2 Filipe Pais Cabral, contemporâneo de João Pais Cabral, citado por José Antônio Gonsalves de Melo, em fins de 1643, vendera ao Alto Comando Holandês pelo preço de 7500 florins, um grande lote de terras situadas entre Paratibe e Beberibe, chamadas terras da Mirueira, essas terras se destinavam ao cultivo de índigo, monopólio da Companhia das Índias Ocidentais, cultura que foi depois desativada.

2.1.2.3 Antônio Pais Cabral, também contemporâneo de João Pais Cabral, o único de cuja descendência de linha feminil (ou feminina) conseguimos informações.

2.1.2.4 Leonardo Paes entra neste rol como simples sugestão. Trata-se de personagem cujo pré-nome não consta do estoque utilizado pelas primeiras gerações do Pais Barreto e que não consta dos registros genealógicos dos mesmos nos assentos de Borges da Fonseca e de Afonso de Albuquerque de Melo, porém numa das verbas do testamento de D. Brites de Albuquerque, mulher do capitão Cristóvão de Albuquerque e Mello,

lavrado em 16 de dezembro de 1699 mereceu da mesma a distinção de lograr missas mandadas celebrar em intenção de sua alma.

D. Brites era filha de Filipe Pais Barreto I e de D. Brites de Albuquerque, tendo sido seu pai [meio-irmão – errado-FB, como seguidamente apontado] de Julião Pais Daltro; era, portanto, tia dos filhos deste, inclusive talvez, de Leonardo Pais.

Apresentaremos em primeiro lugar esta descendência indiscutível deste Antônio Pais Cabral e, depois, discutiremos a provável descendência varonil de um ou dos dois primeiros pois não obtivemos elementos para (comprovar). (Sabemos das dificuldades encontradas em pesquisar, pelo fato de se tratar de linhagem bastarda, que geralmente é postergada, ou não considerada nos estudos genealógicos – YS: observação incorreta, por se tratar de linhagem legitima, mas não da família Paes Barreto]).

2.1.2.3 Antônio Pais Cabral casou com Maria Muniz ou Maria Nunes. Constam dos assentos genealógicos de Borges da Fonseca, duas filhas, surgidas deste matrimônio, ambas consideradas casadas com o mesmo personagem. Consideramos a segunda, sem levar em conta a cronologia e, na ordem de apresentação no texto, como a casada, pois a primeira surge apenas uma vez nesta condição.

2.1.2.3.1 Joana Cabral.

2.1.2.3.2 Leonor Cabral, que já era casada com Domingos Bezerra Cavalcanti em 27 de janeiro de 1673. Este era filho de Cosme Bezerra Monteiro e de D. Leonor Cavalcanti de Albuquerque; neto paterno de Domingos Bezerra Felpa de Barbuda e de D. Antônia Rodrigues Delgado (filha de Cosme Rodrigues e de sua mulher, Simôa da Rosa) e neto materno de Antônio Cavalcanti de Albuquerque, o da guerra flamenga, e de sua mulher, D. Margarida de Sousa ou D. Maria de Sousa.

Foram pais de:

2.1.2.3.2.1 José Bezerra Cavalcanti, que casou com sua prima Zenóbia Luisa Cavalcanti, filha de seu tio Manuel Cavalcanti Bezerra e de D. Maria de Melo (filha de Miguel Ferreira de Melo e de sua mulher D. Vitória Barbosa.)

Pais de:

2.1.2.3.2.1.1 João Cavalcanti Bezerra.

2.1.2.3.2.1.2 D. Maria Sofia Cavalcanti d' Albuquerque que casou com Marcos Bezerra Cavalcanti, filho do capitão Antônio Alves Rico (Reis) e de sua mulher, Mariana Cavalcanti; neto paterno de Luís Alves da Costa e de Francisca de Barros (filha de Francisco Martins ou Francisco Alves Seixas e de sua mulher, Maria Alves, ou Margarida Pereira, naturais de Ipojuca).

Pais de:

2.1.2.3.2.1.2.1 José Bezerra Cavalcanti

2.1.2.3.2.1.2.2 Antônio Cavalcanti Bezerra.

2.1.2.3.2.1.2.3 João Cavalcanti de Araújo.

2.1.2.3.2.1.2.4 N.

2.1.2.3.2.1.2.5 N.

2.1.2.3.2.1.2.6 N.

2.1.2.3.2.1.2.7 N.

2.1.2.3.2.2 João Cavalcanti Bezerra, clérigo presbítero "que já o era em 17 de agosto de 1716".

2.1.2.3.2.3 Frei Manuel Cavalcanti, religioso franciscano, há pouco falecido no Convento de Igarassú (ano base do documento de Borges da Fonseca, 1771).

2.1.2.3.2.4 Maria Cavalcanti ou Maria Madalena Cavalcanti de Albuquerque, que casou com o capitão ou capitão-mor Aniceto da Silva, ou Aniceto Pereira da Silva, que fora preso pelos mascates, vereador à Câmara de Olinda, em 1774[13]. Era filho do capitão Simão Pereira Barbosa e de sua mulher, D. Maria Pessoa; neto paterno de Antônio Pereira Barbosa, natural de Viana, e de sua mulher, Brásia Monteiro de Castro (filha de

[13] YS. Parece estranho ter sido preso pelos mascates em 1710-1711 e ser vereador em 1774.

Domingos de Castro Figueirôa - filho de Luís Gonçalves Figueirôa - e de sua mulher, D. Maria de Lima e Castro, naturais do Porto) e de sua mulher, Brásia Monteiro Bezerra; e neto materno de Antônio Correia Calheiros, natural de Viana, e de sua mulher, Maria Pessoa (filha de Francisco Monteiro Bezerra e de sua mulher, Maria Pessoa (filha de Fernão Martins Pessoa, e de sua mulher Isabel Gonçalves Raposo, segundo Borges da Fonseca, troncos da família dos Pessoas de Pernambuco.)

Pais de:

2.1.2.3.2.4.1 João Pereira da Silva que casou com D. Quitéria de Sousa, filha do capitão Antônio de Sousa de Carvalho.

Pais de:

2.1.2.3.2.4.1.1 Maria do Espírito Santo, casada com Manuel de Araújo Cavalcanti, filho de Antônio Coêlho de Albuquerque, [n. da freguesia do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, morou na Fazenda Baía, freguesia de Sobral, CE – FA] capitão de granadeiros do Terço de Auxiliares, no sertão de Acaracu, da capitania do Ceará, casado em 6 de setembro de 1745 [1º casamento – FA] com D. Joana Pereira de Magalhães, filha do tenente-coronel Manuel Pereira Pinto [fundador do sítio Arraial, Uruburetama, CE, faleceu a 19.1.1785 – FA] e de sua mulher, Floriana Coelho de Moraes [faleceu a 9.9.1787 – FA] (filha de Bento Coelho de Moraes); [2º casamento a 30.3.1769, na igreja matriz de Amontada, Ceará, com Maria da Conceição do Bonfim, filha de Gabriel Leitão Pacheco e de Maria Messias de Menezes, ambos de PE. Do 2º casamento pais, entre outros, do José Mariano de Albuquerque Cavalcante, casado em 2as. Núpcias com uma filha do Leão Coroado – FA].

[Joana Teixeira de Moraes, n. sítio do Arraial, Uruburetama, pais de doze filhos; Antônio Coelho de Albuquerque, filho de Pedro Coelho Pinto, Montemor-o-Velho, Coimbra, PO, e de Romualda Cavalcante de Albuquerque, de Goiana, PE – FA].

2.1.2.3.2.4.1.2 João Pereira da Silva, alferes, que casou com D. Isabel Moreira dos Prazeres ou D. Isabel Maria dos Prazeres, natural de Muribeca.

Pais de:

2.1.2.3.2.4.1.2.1 Lourença Maria de Caldas que casou com Luís Álvares (ou Alves) Moreira, na freguesia de Muribeca, a 4 de maio de 1761, ambas naturais do mesmo lugar e senhores das terras de Carpina. Luís Álvares Moreira era filho do tenente Antônio da Silva Barreto e de sua mulher D. Maria Tavares do Ó, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz; neto paterno do coronel Francisco Álvares Pereira e de sua mulher, D. Leonarda da Costa; e neto materno de Jerônimo Leitão e de D. Catarina Moreira.

Pais de:

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1 Maria Teresa de Jesus, casada com Bazílio Álvares de Miranda Varejão I, ambos naturais de Muribeca.

Bazílio era filho de Manuel do Carmo Inojosa (que fora provido no posto de alferes da companhia de André de Albuquerque e Melo - uma das que compunham as Ordenanças da freguesia de Muribeca, então sob as Ordens de Antônio José Souto - pelo governador e capitão general Dom Thomas José de Melo, em 13 de setembro de 1793. Posteriormente foi capitão por patente régia da mesma Ordenança, sargento-mor graduado da Ordenança do Recife e a 21 de novembro de 1809 promovido a capitão-mor da vila do Recife. Escrivão e guarda-mor da alfândega do Recife), e de sua mulher D. Joana Felícia do Espírito Santo Álvares Miranda Varejão, irmã de João Álvares Miranda Varejão e do Padre Antônio Álvares de Miranda Varejão, neto paterno de José Gonçalves de Oliveira (filho do capitão-mor Agustinho Gonçalves de Oliveira e de sua mulher, D. Rosa Maria Ferreira, naturais de Muribeca) e de sua mulher Josefa de Inojosa (filha do capitão-mor Cristóvão Martins de Inojosa, cavaleiro da Ordem de Cristo, e de sua mulher, D. Catarina Menezes); e neto materno do capitão Bartolomeu Alves Martins e de sua mulher, D. Úrsula Maria da Conceição, naturais de Muribeca.

Bazílio Álvares de Miranda Varejão I foi oficial maior da Secretaria da Junta da Fazenda Real da cidade da Paraíba.

Tiveram sucessão, anunciada porém não revelada por Borges da Fonseca. Conjeturamos que tenha sido filho deste matrimônio.

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.1 Bazílio Álvares de Miranda Varejão II.

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2 Roberto Paulo de Miranda Varejão

outro filho teria sido:

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.3 Francisco Álvares de Miranda Varejão, vereador no Cabo em 1853 e [casado com] Maria da Conceição de Holanda Cavalcanti. Pais de: Sevula de Albuquerque Cavalcanti Varejão casada com José Ignácio da Costa, filho de André Claudio da Costa e Luzia Francisca de Lima.

2.1.2.3.2.4.1.2.1.2 Padre Manuel José da Silva.

2.1.2.3.2.4.1.2.1.3 João Pereira da Silva, casado, e com mulher e sucessão ignorados.

2.1.2.3.2.4.1.2.1.4 Mateus Álvares (ou Alves) Moreira, Tenente, casado com uma filha de José Germano de Lyra, senhor do engenho Una, da freguesia de Santo Antão, com sucessão ignorada.

2.1.2.3.2.4.1.2.1.5 Ana, casada, e com marido e sucessão ignorados.

2.1.2.3.2.4.1.2.1.6 Isabel, casada com João Pás e Melo, provavelmente o capitão de Entradas de Nazaré, referendado a 26 de maio de 1791 por D. Thomaz José de Melo. Com sucessão ignorada.

2.1.2.3.2.4.2 D. Leonor Pereira da Silva, que casou cm Afonso de Albuquerque de Melo, 4° administrador do vínculo do engenho Santo André, fidalgo cavaleiro da Casa Real.

2.1.2.3.2.5 Antônio Bezerra Cavalcanti, o mudo, casou e foi o primeiro marido de D. Maria José do Desterro, filha de D. Francisco Calheiros e de sua mulher, D. Teresa da Silva Vieira.

Pais de:

2.1.2.3.2.5.1 Antônio Bezerra Cavalcanti, clérigo presbítero, que morreu na Paraíba.

2.1.2.3.2.6 Teresa Cavalcanti Bezerra, casou com Geraldo Ferreira de Melo, que vivia em 1720, filho do tenente Rafael Ferreira de Melo e de sua mulher, Úrsula Feijó do Amaral.

Pais de:

2.1.2.3.2.6.1 João Cavalcanti Bezerra, que casou e viveu em Goiana.

2.1.2.3.2.6.2 Domingos Bezerra Cavalcanti.

2.1.2.3.2.6.3 Francisco Cavalcanti de Albuquerque.

2.1.2.3.2.6.4 D. Úrsula Cavalcanti Bezerra, que casou com José Ferreira de Melo, filho de Manuel Ferreira de Melo e de sua mulher, D. Catarina de Senna.

Pais de:

2.1.2.3.2.6.4.1 Francisco de Albuquerque Cavalcanti.

2.1.2.3.2.6.4.2 Domingos Pereira Cavalcanti.

2.1.2.3.2.6.4.3 N.

2.1.2.3.2.6.4.4 N.

2.1.2.3.2.7 Leonarda Cavalcanti ou Leonarda Cavalcanti d'Albuquerque. Casou com o capitão Pedro Pimentel de Luna, senhor do engenho Matapagipe.

Pais de:

2.1.2.3.2.7.1 Domingos Bezerra Cavalcanti casado com uma filha de Antônio de Almeida de Azevedo. Diogo Cabral de Melo chamou-a Adriana de Jesus Azevedo.

Pais de:

2.1.2.3.2.7.1.1 José Ignácio Cavalcanti citado pelo mesmo Diogo Cabral de Melo, que o considera casado em 3 de fevereiro de 1793, em Maranguape, com Teresa Maria da Conceição Cunha, filha de Manuel de Araújo Cavalcanti e de D. Isabel Teresa de Moraes Lins. Borges da Fonseca considera a única filha Teresa deste casal, solteira e a nomeia Teresa de Moraes Lins.

2.1.2.3.2.7.2 Antônio Cavalcanti, que casou com outra filha de Antônio de Almeida Azevedo.

2.1.2.3.2.7.3 Pedro Cavalcanti, clérigo.

2.1.2.3.2.7.4 Leonor Serafina Cavalcanti que casou com João Cavalcanti d'Albuquerque, filho de Matias Ferreira de Sousa, senhor dos engenhos Pantorra (na freguesia do Cabo) e do Anjo (na freguesia de Serinhaém) onde foi assassinado, e de D. Lusia Margarida Cavalcanti; neto paterno de Matias Ferreira de Sousa natural da cidade da Bahia, nas Canárias, e de sua mulher, Maria Soares de Faria; e neto materno do sargento-mor João Cavalcanti d'Albuquerque, fidalgo cavaleiro da Casa Real e professo da Ordem de Cristo, senhor do engenho Santa Ana, e de sua mulher, D. Maria Pessoa.

Os representantes da 3ª geração [decorrente de João Pais Barreto, o velho, e] netos de Julião Pais Daltro, descendentes de Antônio Pais Cabral foram, como vimos, as citadas filhas deste, Joana e Leonor Cabral.

Não logramos definir se representantes da mesma geração, cuja paternidade inconteste pudesse ser atribuída explicitamente a João Pais Cabral, Filipe Pais Cabral ou outros possíveis filhos varões de Julião Pais Daltro, que não Antônio Pais Cabral. Apenas conseguimos identificar dois prováveis descendentes de um dos dois primeiros filhos citados, cuja paternidade não conseguimos estabelecer:

Lourenço Pais I ou Lourenço Pais Cabral I, que era proprietário do engenho Molinote de Cima, localizado na freguesia do Cabo de Santo Agostinho, em abril de 1665. Este engenho era próximo dos engenhos Santa Luzia (ou Santa Lucia) e S. José, que juntamente com o Utinga I (Utinga de Cima) em 1636, pertenceram a Julião Pais Daltro, um dos dois primeiros, aliás, posteriormente, teve o nome trocado para engenho Cabral. Em 27 de junho de 1686, juntamente com o alferes João Pais de Carvalho Fialho, o ajudante Manuel Bernardo Cardoso e Antônio de Lourenço, foi contemplado pelo governador e capitão-general João da Cunha Santo Mayor com uma sesmaria de quinze léguas de terras, situadas " abaixo da tapera ..." (talvez que parte) da parte do sul, entre os rios Ipojuca e Serinhaém, lugar chamado campo do Macaco, correndo para a parte do poente e outros campos denominados Pororocas, que partem (confinam) da parte do norte, com as terras de Antônio Casado e Francisco Berenguer."

Supomos que, de mulher ignorada tenha tido filho ou filhos; teria procedido, provavelmente dele, o homônimo, Lourenço Pais Cabral II.

Lourenço Pais Cabral II que, conforme Borges da Fonseca e Afonso de Albuquerque Melo, teria casado com Luísa Lacerda ou, conforme Borges da Fonseca, Luísa Barreto de Albuquerque, filha de Filipe Pais Barreto sargento-mor da freguesia do Cabo de Santo Agostinho de 1696 a 1711 e capitão-mor da mesma freguesia de 1711 a 1727, quando veio a falecer - e de Margarida Barreto de Albuquerque ou Margarida de Barros; neta paterna de Estevão Pais Barreto, 4° morgado do Cabo, e de sua mulher, D. Maria de Albuquerque; e neta materna do sargento-mor, provavelmente do Cabo , Antônio Pais Barreto e de D. Margarida de Barros. Borges da Fonseca assinala que deste matrimônio não houve sucessão.

A quarta geração [de descendentes de João Pais Barreto, o velho,] em uma das duas possíveis linhagens varonis seria representada por este Lourenço Pais Cabral II.

A quinta geração [provinda de João Paes Barreto, o velho e] constante de uma das acima referidas linhagens em discussão seria representada por João Paes Cabral II e pelo padre João Lourenço Paes ou João Lourenço Paes Lelou.

João Paes Cabral II, viveu na segunda metade do século XVIII e, talvez nas duas primeiras décadas do século XIX nas freguesias de São José de Bezerros, Santo Antão e Bonito. Em 12 de agosto de 1784 foi provido pelo governador e capitão-general da Capitania de Pernambuco, José Cezar de Menezes, no posto de capitão de Entradas do lugar de Caratu (Caruru?) de São José de Bezerros. Este curato de São José dos Bezerros fora criado por ato do Tribunal da Mesa de Consciência e Ordem a 27 de agosto de 1768, e desmembrado da freguesia de Santo Antão, que teve o seu território reduzido em cerca de 50%, conforme Nelson Barbalho.

Teria sido este, João Paes Cabral eleito, de 26 a 31 de dezembro de 1814, quarto vereador para o exercício de 1815, da Câmara Municipal da freguesia de Santo Antão e que, em 18 ou 26 de julho de 1815, recebera uma sesmaria de "meia légua de terra em quadro, pegando do quarto de légua dado para o logradouro dos habitantes da povoação do Bonito, pela estrada acima, que vai para Inhumas e Pau d'Arco, até completar a meia légua, servindo-lhe de divisa a mesma estrada com os fundos para as partes do Sul. " Aliás, João Pais Cabral e sua mulher, de prenome e nome ignorados[14], não compareceram, apesar dos editais lançados, ao ato inicial de referendação de medição e de demarcação do quarto de légua dado aos habitantes da povoação do Bonito, que mandou fazer o juiz de sesmarias de Santo Antão capitão Francisco Prudente de Nazianzeno, a requerimento

[14] YS. Os livros de Bezerros mostram João Pais Cabral de Torres atuante na área de Bezerros de 1808 a 1840, simultaneamente ao Capitão Manoel Gomes Cabral e a Francisco Gomes Cabral.

do co-sesmeiro Antônio José de Figueiredo (lavrador de algodão no sítio Mulambo, no Bonito em (1814-815)) e sua mulher. Este ato foi realizado a 31 de janeiro de 1816 e nele foi feita a medida da área no rumo norte-sul. Também não compareceram ao ato referente ao rumo leste-oeste a 1 de fevereiro de 1816.

Contemporâneo, talvez parente de João Paes Cabral II foi, 1) Manuel Gomes Cabral. Provido pelo governador e capitão-general da Capitania de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro no posto de capitão da companhia de ordenanças criada no novo distrito do Riacho Seco, do termo da vila de Santo Antão e confirmada a 21 de janeiro de 1815 (23/05/1815). Casou com D. Manuela do Nascimento de Jesus. Suas terras constituíam a área denominada Riacho Seco e delimitavam ao Sul com as terras doadas para logradouro dos moradores da povoação do Bonito. Também eles não estiveram presentes aos referidos atos realizados a 31 de janeiro e 1 de fevereiro de 1816. Conforme Flávio José Gomes Cabral a propriedade de Riacho Seco foi ampliada e o capitão foi pioneiro na posse de terras do atual bairro da Boa Vista da cidade do Bonito e entre os principais habitantes do referido bairro salientavam-se os da família Gomes Cabral que na qualidade de descendentes dos povoadores, se fixaram em terras das cercanias da Serra da Boa Vista, cultivando-as e nelas produzindo e passando a exercer grande influência na localidade.

Constatamos que o capitão Manuel Gomes Cabral foi confirmado no referido posto na Companhia de Ordenanças do distrito de Riacho Seco por carta patente passada no Rio de Janeiro a 21 de janeiro de 1815.

Flávio José Gomes Cabral informa que casou com a parenta Manuela Nascimento de Jesus, natural da freguesia de Santo Antônio do Cabo de Santo Agostinho. Do casal nasceram onze filhos, dos quais três faleceram em tenra idade.

F1 - Alferes Antônio Gomes Cabral que verificamos ter sido provido no posto pelo governador e capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro e foi confirmado no referido posto que ocupava numa das Companhias de Ordenação de Santo Antão por carta patente passada no Rio de janeiro, em 21 de janeiro de 1815, justamente na Companhia que era comandada por seu pai.

F2 - José Gomes Cabral que casou com Ana Herculina Monteiro de Andrade, falecida em 1872.

José Gomes Cabral conforme Flávio José, foi vereador da Câmara do Bonito de 1837 a 1848. Verificamos que ocupou os cargos de 5° suplente de juiz municipal de 1851 a 1854 e de 6° suplente de delegado de polícia do termo do Bonito de 1854 a 1857.

Foram pais de:

N1 Quintino Gomes Cabral de Andrade, que casou com Ana Francisca Cecília de Oliveira (Cabral de Andrade), natural de Bezerros. Houve sucessão.

N2 José Gomes Cabral de Andrade. Com o nome de José Gomes Cabral Júnior consta que, em 1855-1856, foi 5° suplente de juiz municipal do termo do Bonito; em 1856 tenente da 1ª Companhia do batalhão do Bonito, da Guarda Nacional do Bonito e Caruaru em 1857, tenente da 1ª Companhia do 26° batalhão da tropa da mesma corporação. Graças à atuação do mesmo, junto ao Conselho Municipal do Bonito, em 1902, foi criada a vila de São Joaquim do Monte. Antiga povoação Aba da Serra, nela foi construída a primeira casa pelo português Manuel Quintino dos Santos, coproprietário de terras na antiga povoação por volta de 1890. O município de São Joaquim do Monte foi criado e emancipado do Bonito pela lei estadual n° 1931 de 11 de setembro de 1928. Casou com Antônia Sinfrônia Oliveira, tendo sucessão.

N3 João Gomes Cabral de Andrade. Casou com Maria Francisca da Conceição, natural do Brejo da Madre de Deus, com sucessão.

N4 Maria Gomes Cabral de Andrade, sem notícias.

N5 Augusto Cabral de Andrade que casou com Ana Cordeiro Barbosa, com sucessão.

N6 Manuel Gomes Cabral de Andrade, sem notícias.

N7 Francisco Gomes Cabral de Andrade, sem notícias.

N8 Virgílio Gomes Cabral de Andrade, sem informações.

N9 Joaquim Gomes Cabral de Andrade, sem informações.

N10 Tomás Gomes Cabral de Andrade, sem notícias.

N11 Mariana Herculina Cabral de Andrade, casou com Cândido de Sousa Viana, filho de Francisco de Sousa Viana e Francisca Maria da Conceição.

Pais de muitos filhos, entre os quais :

BN 11.1 José Cabral de Sousa Viana, pais de:

Tn Waldomiro, ex-prefeito do Bonito.

N12 Firmino Cabral de Andrade, casou com Olímpia de Brito Lins (Cabral).

Pais de muitos filhos entre os quais:

BN 12.1 Leonila Cabral, casada com Dr. Belmiro Cavalcanti de Carvalho (Miranda) Varejão, odontólogo.

Pais de:

Tn Odacy Sebastião Cabral Varejão, médico, ex-secretário de Saúde do governo Nilo Coelho. Casado, com sucessão.

BN? Oscar Cabral de Andrade 1934.

F3 Francisco de Borba Gomes Cabral, casado com sucessão.

F4 Lourenço Gomes Cabral, casado com Maria do Carmo (Gomes Cabral), falecido ele em 1845 e ela em 1849. Deixaram sucessão.

F5 Athanázia Maria do Espírito Santo, casada em 1793 com João Manuel de Sousa Viana, deixando herdeiros.

F6 Maria do Sacramento Gomes Cabral, falecida solteira.

F7 Maria da Conceição Gomes Cabral que casou com José Ferreira Portugal. Ignora-se se houve sucessão.

F8 Francisca de Paula Gomes Cabral que casou cm José Rodrigues, nascido em 1810. Ignora-se se houve sucessão.

[YS: o registro abaixo parece deslocado].

Padre João Firmino Cabral de Andrade (1916-1947?), 2° vigário da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré da Mata de abril de 1916 a junho de 1947.

O padre João Lourenço Pais surge como protagonista de uma única notícia. Casou em 3 de fevereiro de 1783 na Capela de Nossa Senhora do Ó da freguesia do Altinho, Francisco Xavier de Azevedo com Brites Rosário de Almeida, como veremos adiante.

Nelson Barbalho que, antes de nós, e desde longa data vem se dedicando ao estudo da genealogia das famílias que se fixaram no Agreste de Pernambuco, referindo-se à sesmaria concedida pelo governador e capitão-general da Capitania de Pernambuco João da Cunha Souto Maior, em 27 de junho de 1686, a Lourenço Paes Cabral I, ao Alferes João Paes de Carvalho Fialho, ao ajudante Manuel Bernardo Cardoso e a Antônio Loureiro, comenta: " Não há notícias de que as sesmarias respectivas tenham fundado sítios de cultura ou fazendas de criação em suas terras agrestinas, porém sabe-se que, entre os rios Ipojuca e Serinhaém desde longos anos vivem os Paes Cabral, família hoje tradicional no Bonito, em Camocim de São Félix, São Joaquim do Monte, Bezerros, e adjacências, sendo possível que suas raízes na região venham da época dessa sesmaria de 1686, através do co-sesmeiro Lourenço Pais Cabral (que consideramos I).

Flávio José Gomes Cabral, reforçando o ponto de vista de Nelson Barbalho chega a admitir que "do co-sesmeiro Lourenço Pais Cabral, que não se sabe se fundou algum núcleo populacional, originou-se a família Paes Cabral, ramificada em várias outras, como Cabral de Andrade, Gomes Cabral e outras, bastante conhecidas em Bonito, Camocim de São Félix, São Joaquim do Monte, Bezerros e outros municípios do Agreste".

Conjecturamos, de início, que houvesse parentesco entre os co-sesmeiros Lourenço Pais Cabral I e João Pais de Carvalho Fialho. Não conseguimos informações sobre este personagem, porém Borges da Fonseca assinalou a existência de Manuel de Carvalho Fialho, que fora capitão-mor da Capitania de Itamaracá e governador de Sergipe d'El Rei, e proprietário do ofício de Meirinho Geral de Pernambuco, considerado pelo citado genealogista em um passo, casado com D. Catarina de Senna, filha de Gaspar Vaz e de sua mulher, D. Maria de Sobral e, constante outro, escrito com letra diferente da do autor, com D. Bernardina Lins de Albuquerque. Não obtivemos informações suficientes para esclarecer parentesco, por acaso existente, entre os Paes Cabral e os Paes de Carvalho Fialho.

Nelson Barbalho afirma, também que os Paes de Lira (ou Lyra) seria uma das mais antigas famílias radicadas no primitivo curato dos Bezerros, a qual mais tarde se espalhou pelas freguesias de Caruaru, S. Caetano da Raposa, Bonito, Bebedor das Queimadas (depois chamada sucessivamente de Bebedor, Bebedouro e Agrestina) e Cimbres. Flávio José Gomes Cabral exclui do expansionismo da família apenas a última freguesia.

Desejamos, rememorar que a família Paes Cabral procedeu de Julião Paes Daltro e se originou na freguesia do Cabo de Santo Agostinho, possivelmente nos fins do século XVI e nas duas primeiras décadas do século XVII.

Levaram-nos a supor com fundadas razões, nossas perguntas, ulteriores às de Nelson Barbalho e de Flávio José Gomes Cabral, que as primeiras famílias instaladas no centro-agreste pernambucano que se enlaçaram com os Paes Cabral foram a Lyra a Gomes da Silva e a Gomes. Baseamo-nos nas seguintes referências, do meado e do fim do século XVIII.

1 De pais não identificados e de geração anterior a de João Paes de Lira I parece terem nascido os irmãos Carlos Azevedo Caldeira, José Paes de Lira e provavelmente Caetano de Azevedo Caldeira e Ana Paes, todos atuantes em 1760, os dois primeiros citados por Nelson Barbalho.

2 O Tenente José Gomes da Silva casou com D. Margarida Paes de Lira, provavelmente parenta próxima dos acima citados; o casamento foi realizado antes de 1753, pois neste ano o filho João Paes de Lira I teria nascido, pois ocupava o posto de capitão aos 58 anos, em 1812.

3 Francisco Gomes da Silva, casou com D. Ana Pais e teve um filho legítimo, Francisco Xavier de Azevedo, que casou a 3 de fevereiro de 1783 na capela de Nossa Senhora do Ó, com D. Brites do Rosário (de Almeida), filha legítima do coronel Cristóvão Pinto de Almeida, proprietário da fazenda da mesma invocação e de sua mulher, D. Maria do Rosário de Almeida. O oficiante foi o padre João Lourenço Paes e as testemunhas Manuel de Azevedo Silva e Manuel Ignácio da Silva. O assento foi assinado por Manuel da Ascenção, "cura de Garanhuns".

4 Manuel Gomes Cabral já citado, teria sido um dos primeiros resultantes da união das famílias Paes Cabral e Gomes, provavelmente realizada no meado do século XVIII.

Outros pioneiros que julgamos merecer atenção foram:

5 Cristóvão Paes Cavalcanti, capitão, que juntamente com o capitão João Cavalcanti de Albuquerque e outros, em 8 de janeiro de 1691, receberam uma carta de sesmaria com 16 léguas de terra em quadro, nas proximidades de Ipojuca e Serinhaém. Esta sesmaria, consoante Nelson Barbalho ficava encravada na antiga área do Bonito, principalmente entre os atuais municípios de Chã Grande, Bezerros, Sairé, Gravatá e Barra da Guabiraba.

6 Ignácio Paes de Sousa, o primeiro que encontramos com este nome, exerceu o posto de soldado da mesma Companhia de Ordenanças comandada pelo capitão-mor de Olinda, João de Rego Barros. Depois foi Alferes da Ordenança " novamente criada" na Ribeira do Una, freguesia de Santo Antônio de Garanhuns, da companhia do Capitão Antônio José Ferreira Calado, provido pelo governador e capitão-general, d. Tomás José de Mello, em 21 de julho de 1791 (AP-PE-PL-7, 28). Consideramos que seja pelo menos um dos troncos da família Paes de Sousa do agreste pernambucano.

1 Os dois jovens irmãos Carlos d'Azevedo Caldeira e José Paes de Lira I consoante Nelson Barbalho "sertanistas, agricultores, criadores de gado, moradores na freguesia de Santo Antão da Mata (atual município de Vitória de Santo Antão), saíram a desbravar as terras devolutas denominadas Impoeiras, nas proximidades do lugar chamado Bebedor das Queimadas. Trataram de requerê-las ao então governador e capitão-general da Capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva que despachou a petição a 16 de novembro de 1759, para o juramento de estilo de que não possuíam outra sesmaria e para procederem as diligências necessárias. A Câmara de Olinda se manifestou favoravelmente a 22 de janeiro de 1760. Processados todos os trâmites legais, o governador, após ouvir o provedor da Fazenda Real, João do Rego Barros, assinou a carta de sesmaria concedendo aos dois irmãos as duas léguas de terras solicitadas " sendo ordinárias e contíguas ", com uma légua de largura, no lugar Gado Bravo, no Riacho do Mondé, a 5 de março do mesmo ano.

O documento original da sesmaria informa que as terras descobertas distavam 20 léguas acima da dita freguesia de Santo Antão, no lugar do Gado Bravo, Riacho do Mondé. Os dois irmãos requereram duas léguas de terra no dito lugar, "pegando acima da Empoeiras, a saber, meia légua pelo Riacho acima e légua e meia pelo Riacho abaixo,

incluindo o poço da cachoeira, com a largura de uma légua, desde a serra de S. Domingos até o serrote da Pedra Redonda, com todas as águas que correm para o citado riacho."

Apurou Nelson Barbalho que o co-sesmeiro Carlos de Azevedo Caldeira na sua légua de terra, situada na jurisdição do Bebedor das Queimadas, fundou a fazenda Impoeiras (ou Empueiras) e que José Paes de Lira I, seu irmão, fundou na sua légua, a fazenda Gado Bravo, dando início ao povoamento branco da ribeira do Riacho do Mondé, próximo ao qual se localizaram o sítio do Altinho e a fazenda Nossa Senhora do Ó, pertencente ao coronel Cristóvão Pinto de Almeida. Os dois irmãos parece terem permanecido solteiros[15].

José Paes de Lira I faleceu antes de 28 de fevereiro de 1792 e deixou como herdeiros da primitiva sesmaria seu irmão Carlos de Azevedo Caldeira e seu sobrinho Manuel de Azevedo da Silva, provavelmente filho de Francisco Gomes da Silva e de D. Ana Paes (possível irmã de Carlos e José) e irmão de Francisco Xavier de Azevedo, acima citados[16].

Carlos de Azevedo Caldeira, provavelmente sem sucessão[17], por cessão e traspasso, beneficiou o sobrinho João Braz de Vasconcelos com uma légua de terra no lugar do Gado Bravo, termo da vila de Bezerros, área que delimitava com os sítios Rajada de José Antônio de Mello e Lagoa de Dentro, de Antônio Pereira de Sousa e no mesmo processo de revisão dos autos de demarcação e medição judicial requerido para sua légua de terra, pelo sobrinho João Braz de Vasconcelos, incluiu a transferência da outra área deixada pelo irmão José Paes de Lira ao sobrinho Manuel Azevedo da Silva.

Este processo conforme Manuel de Lima Freire, "Tabelião Público do Judicial e Notas e Escrivão do Crime e Civil, da Câmara e mais anexas foi iniciado a 17 de maio de 1813 e terminou a 9 de janeiro de 1818.

João Braz de Vasconcelos, em 1821 fez novo requerimento ao rei dizendo-se "senhor e possuidor de um sítio de terras de criar e plantar chamado Caldeirão, na Ribeira do Capibaribe, freguesia da Luz, Comarca de Olinda, que houve por título de compra e venda, que lhe fez José Rodrigues de Senna e sua mulher, e estes também pelo mesmo título de Francisco Gomes Lima, testamenteiro do padre José Gomes Lima, que foi senhor e possuidor das ditas terras por uma data e sesmaria obtida naquele lugar no ano de 1760";

[15] YS. José Pais de Lira I faleceu solteiro, mas Carlos de Azevedo Caldeira deixou descendência, residente entre Bezerros e Caruaru.
[16] YS. Equivoca-se Silvio: Manoel de Azevedo Silva é filho de José Gomes da Silva e Margarida Pais de Lira, sendo irmão de João Paes de Lira e primo legitimo de Francisco Xavier de Azevedo.
[17] YS. Deixou descendência. Ver notas anteriores.

recorreu que "se lhe fosse confirmada a dita sesmaria na parte que lhe foi vendida e de que se achava posse, pela sua escritura, afim de não recair sobre ele o Comisso de Lei". Foi reconhecido que a área pertencera à primitiva sesmaria passada em 1760 aos irmãos Paes de Lira, à mercê foi-lhe concedida e a carta de sesmaria assinada em 16 de abril de 1821.

Provável irmão de Carlos de Azevedo Caldeira, José Paes de Lira, além de D. Ana Paes, foi Caetano de Azevedo Caldeira, citado nos autos da transmissão de posse aos dois citados sobrinhos.

2 João Paes de Lira I, nascido em 1749 é filho, como constatamos, do Tenente José Gomes da Silva e de D. Margarida Paes de Lira, foi outro personagem da família considerado por Nelson Barbalho.

Conforme vários documentos, inclusive certidões, consta que, natural da vila de Santo Antão morava em 1788 em S. José dos Bezerros e, em 27 de dezembro de 1812 no Bonito, nesta última freguesia onde vivia casado. Capitão confirmado da Companhia de Ordenanças do distrito de São José dos Bezerros, do termo da vila de Santo Antão, que regeu durante muitos anos teve em 1800 patente régia de Comandante. Conforme atestado de capitão-mor da cidade de Olinda, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (posteriormente conhecido como Coronel Suassuna), sempre portou-se com toda a fidelidade, zelo e inteireza no Real serviço, desempenhando as suas obrigações, com atividade e desinteresse, tanto em tempo de recruta, como em qualquer outro em que foi necessário ao benefício público; fazer prender ladrões, desertores e outros criminosos, distinguindo-se igualmente nas ocasiões de prestar ao Estado o que as suas posses permitiam, como mostrava no oferecimento que fez de três cavalos ao Regimento de Artilharia de Olinda, em dezembro de 1807, e finalmente, pela nobreza de seu tratamento, dando em tudo provas de ser um oficial benemérito. Como Capitão-comandante, em 1804 concorreu com a quantia de trezentos mil reis (R$ 300:000) para o "donativo voluntário que se tirou na Capitania de Pernambuco por motivo da Carta Régia de 6 de abril daquele ano".

Nelson Barbalho assinalou que já em 1796, Dom Tómas José de Melo, governador e capitão-general da Capitania de Pernambuco "autorizara-o a sair em diligência acompanhado de patrulha fortemente armada, no sentido de prender malfeitores e encaminhá-los para a vila de Goiana, onde deveriam ser julgados. Reapareceu, depois no Caruru (atual Caruaru) a volante comandada pelo capitão Paes de Lira, vinda do lado do Sul, onde fora capturar os bandoleiros que haviam saqueado o sítio denominado Bonito.

Recebeu então, a denúncia de ter o bando marchado para o sítio do Bebedor, onde foram agarrados alguns dos salteadores. O capitão Paes de Lira julgou que o restante da quadrilha estivesse homiziado no Caruru, mas, avisados, os facínoras haviam fugido para Cimbres. O capitão Paes de Lira, consoante Flávio José Gomes Cabral, estava como auxiliar da força que, em 1810, sob o comando do capitão José Antônio de Barros Melo iniciara o policiamento no termo do Bonito, quando a povoação tornou-se sede de um dos distritos policiais.

Provido por Caetano Pinto de Miranda Montenegro, governador e capitão-general da Capitania de Pernambuco no posto de sargento-mor das Ordenanças da nova vila de Santo Antão na dita Capitania, foi confirmado no mesmo posto por D. João, Príncipe Regente a 19 de novembro de 1812. Substitui-o no posto de capitão da Companhia de Ordenanças do distrito de S. José dos Bezerros, depois de despacho do ..... em 2/5/1816 e decreto de D. João, rei do Reino Unido, José Bezerra de Vasconcelos.

Em 31 de janeiro de 1816 foi uma das três testemunhas informantes moradores na povoação do Bonito que compareceram à reunião convocada para o "termo do juramento", relativo às terras destinadas para logradouro dos moradores da dita povoação.

A 6 de março de 1817, declarada a Revolução desde o primeiro momento permaneceu ao lado da legalidade. Das respostas a dois requerimentos por ele feitos, em 22 de outubro de 1817 ao capitão-mor das Ordenanças da vila de Santo Antão e seu termo, João Luís da Rocha e à Câmara de Vereadores da mesma vila concluímos que os revolucionários se levantaram a 10 de abril no lugar do Bonito e a 16 do mesmo mês na vila de Santo Antão; que o capitão-mor das Ordenanças, João Luís da Rocha ordenou ao sargento-mor Paes de Lira que enviasse um reforço de tropas de Ordenanças da freguesia de São José de Bezerros para a vila de Santo Antão, as quais juntas enfrentaram o inimigo comum; que o sargento-mor pela grande necessidade de víveres que oprimia todo o povo, enviara mantimento ao capitão Manuel Bezerra de Mello um dos enviados de S. José dos Bezerros, e, finalmente, que o sargento-mor tinha sido sempre de exemplar conduta na execução das ordens de seus superiores, distinguindo-se muito no serviço de sua Majestade, "tanto no cargo de sargento-mor, como nos mais cargos militares que tem servido".

Entre os documentos atinentes à Revolução salientamos carta enviada a Paes de Lira, do quartel general de Macaco (possivelmente do engenho Macaco, de Una?) a 28 de abril de 1817 pelo "marechal comandante das forças que marcham a Pernambuco" Joaquim de Melo Leite Cogominho, da qual destacamos este trecho: "Recebo agora a notícia que as vilas de Porto Calvo, Serinhaém, Abreu, Una e Tamandaré estão restituídas

à Real Obediência, e prontas para marcharem conosco, a abaterem a audácia dos insurgentes, que já vêm diante de Pernambuco, uma esquadra com ordem a arrasá-los no caso de não se entregarem imediatamente."

Em outubro de 1819, o sargento-mor da vila de Santo Antão e comandante da freguesia de S. José dos Bezerros, com a avançada idade de setenta anos, onde se incluem, quarenta e três de serviço em diferentes postos, requer pelos serviços prestados ao lado da Majestade, inclusive contra os rebeldes, na Revolução, uma patente de reforma e solicita a mercê do hábito da Ordem de Cristo, pretensões que foram satisfeitas. Foi condecorado com esta mercê por decreto régio de 12 de outubro de 1819.

3 José Paes de Lira II, alferes, outro representante da família Paes de Lira assinalado por Nelson Barbalho, seria neto ou bisneto de um dos irmãos Paes de Lira, do curato de Bezerros, e teria sido no começo do século XIX o comandante da povoação de São José dos Bezerros, à qual estava subordinado o lugar de Caruru (atual Caruaru), então sob o domínio de descendentes dos Vieira de Melo, Aquino Duro e Rodrigues de Sá. Diante do fato dos dois irmãos Paes de Lira terem deixado sobrinhos por herdeiros, achamos mais plausível suspeitar que tenha sido filho do acima discutido sargento-mor e comandante ou originário de outra fonte.[18]

Casou com D. Luísa Maria de Jesus, resultando do matrimônio os seguintes filhos:

F 1 Pedro Paes de Lira que casou com Francisca Lucas Florêncio, cultivadores de algodão no lugar do Caruru.

F 2 João Francisco Paes de Lira (1852-1943) apelidado de capitão João Velho, que casou com D. Filadelfa Limeira Lira (1857-1938).

F 3 Antônia Maria Lira que casou com o agricultor e proprietário Manuel Emídio da Silva Limeira (Sinhô Limeira), da fazenda Barros Queimados.

4 João Paes de Lira III, alferes, segundo Nelson Barbalho, filho do antigo comandando Paes de Lira, do curato de S. José dos Bezerros, ainda nos tempos da fazenda do Caruru, talvez irmão do acima citado alferes José Paes de Lira II. Talvez tenha sido o

[18] YS. Não era filho do Sangento-mor João Paes de Lira. A ascendência deste José Paes de Lira II permanece desconhecida. A descendência informado, do mesmo, foi obtida por Nelson Barbalho, de fonte oral.

que, ainda conforme Nelson Barbalho, foi votado, em 1856, em 33° lugar para vereador da Câmara Municipal de Caruaru e em 2° lugar para Juiz de Paz, na eleição municipal realizada neste mesmo ano. Em 1860 foi ele 6° suplente de delegado de polícia do termo da mesma freguesia.

5 José Paes de Lira III foi citado por Nelson Barbalho como residente em Caruaru. Teria casado com D. ... e foram pais dos seguintes filhos:

F 1 José Florêncio de Sousa Pepeu (1854-1936) apelidado de José Condé, cultivador de algodão, casado com Constantina da Silva Limeira, filha de João José da Silva Florêncio .... da Limeira (sua fazenda no Cariri da Paraíba) e de Maria Paula Limeira (Dona Quinha).

Pais de:

N 1.1 João José da Silva Limeira Condé (João Condé), comerciante de algodão e dono de cinema em Caruaru, falecido em 1929, casado com Ana Ferreira Condé (Donaninha), filha de José Ferreira da Silva e de Donina da Anunciação Ferreira.

Pais de:

Bn 1.1.1 José Elísio Ferreira Condé, médico urologista, diretor do "Jornal de Letras", do Rio de Janeiro, onde vive e reside desde a morte do pai. Casado com?

Bn 1.1.2 João Condé Filho, jornalista, procurador aposentado no INPS, adido cultural da Embaixada do Brasil em Portugal (Governo José Sarney) casado com?

Bn 1.1.3 José Ferreira Condé (1917-1971), escritor, autor de uma dúzia de livros publicados.

N 1.2 Manuel Pedro Florêncio de Sousa Pepeu, agricultor-proprietário nos campos do Caruru, casado com Maria José de Jesus Vasconcelos (Zezé), filha dos agricultores caruaruenses Antônio Inocêncio Florêncio de Vasconcelos e Maria Francisca de Jesus. Com sucessão.

N 1.3 Maria Francelina Florêncio de Sousa Pepeu, casada com o primo José Florêncio, com sucessão.

N 1.4 Maria Nonata Florêncio de Sousa Pepeu (Dona Natinha), casada com o viúvo João da Silva Limeira, tenente da Guarda Nacional, cultivador de algodão na fazenda Barreiros Queimadas, interior do município de Caruaru, filho de Joaquim Florêncio de Sousa "da Limeira, que era irmão de João José da Silva Florêncio, já referido.

Pais de:

BN 1.4.1 José Limeira Pepeu, agricultor-proprietário, casado, com sucessão.

N 1.5 Maria Joana Florêncio de Sousa Pepeu, casada com o agricultor Pedro Fernando, com sucessão.

N 1.6 Maria Francisca de Sousa Pepeu, casada com Pedro de Assis, com sucessão.

N 1.7 Maria Madalena Florêncio de Sousa Pepeu, casada com João Florêncio de Vasconcelos, filho de João Florêncio de Vasconcelos e de Maria Alexandrina de Vasconcelos (gente do Azevém) .

Pais de:

BN 1.7.1 Pedro Florêncio de Vasconcelos (Pedro Madalena), casado com sucessão.

BN 1.7.2 João Florêncio de Vasconcelos (João Madalena), casado com sucessão.

BN 1.7.3 José Florêncio de Vasconcelos (Zé Madalena), casado com sucessão.

BN 1.7.4 Maria Alexandrina Florêncio de Vasconcelos, casada com José Claudino da Silva, sem sucessão.

BN 1.7.5 Nazinha Madalena, sem informações.

BN 1.7.6 Francisca Lucas Florêncio de Vasconcelos, casada com João Limeira Filho, filho do tenente João da Silva Limeira e de sua primeira esposa, Maria Pereira Tabosa (esta, filha de Pedro Antônio Tabosa, do Brejo Vertentes, e de Maria da Conceição de Albuquerque Tabosa), com sucessão.

BN 1.7.7 Severina Florêncio de Vasconcelos, sem informações.

BN 1.7.8 Maria José Florêncio de Vasconcelos (Zezé Madalena) sem informações.

F2 João Francisco Pais de Lira (1852-1943), apelidado de capitão João Velho, ricaço, agiota, político nos tempos imperiais, casado com Filadelfa Limeira Lira, Dona Delfa (1857-1938), filha de João José da Silva Florêncio, "da Limeira", e de Maria de Paula Limeira (Dona Quinha, 1823-1914)

Pais de:

N 2.1 Amélia de Lira Torres (Amelinha), casada com o garçom José Olímpio Torres (Zé Preguiça).

Pais de:

BN 2.1.1 Padre Carlos de Lira Torres, que foi vigário de São Caetano.

BN 2.1.2 Maria do Socorro Lira Torres, sem informações.

N 2.2 Donina Deolinda de Lira Florêncio (Dona), casada com o comerciante de estivas Antônio Avelino Florêncio (Totonho Avelino), filho de Francisco Avelino Florêncio e de Rosa da Silva Florêncio.

Pais de:

BN 2.2.1 Maria de Lourdes Florêncio Menezes, casada com o sertanejo alagoano Abel Soares de Menezes (Bé Menez), comerciário, político do antigo PSD, Tesoureiro da Prefeitura Municipal de Garanhuns (governo Celso Galvão), prefeito de Caruaru, filho de Alexandre André Gomes de Menezes e de Terciliana Soares de Menezes.

Pais de:

Tn 2.2.1.1 Mário Florêncio de Menezes (Dr. Mário Menezes), político, ex-vereador à Câmara Municipal de Caruaru, fiscal da Previdência, aposentado, advogado, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA), casado, com sucessão.

BN 2.2.2 José Carlos Florêncio, advogado, político, vereador à Câmara Municipal de Caruaru, fundador em 1° de maio de 1932 e diretor até morrer do semanário caruaruense "Vanguarda". Casado com sucessão.

N 2.3 Francisca Eulália Pais de Lira, casada com o agricultor João Martiano da Silva Florêncio, tenente da Guarda Nacional.

Pais de:

BN 2.3.1 João Elísio Florêncio, comerciante de couros e peles, advogado, jornalista, líder classista, contabilista, prefeito de Caruaru, secretário de educação da Prefeitura Municipal de Caruaru, deputado estadual, um dos fundadores, em 1932, do semanário católico "A Defesa". Casado com sucessão, falecido em 1978.

N1 2.4 Iará, solteira.

F3 Antônia Maria Lira, casada com o agricultor proprietário Manuel Emídio da Silva Limeira (Sinhô Limeira), da Fazenda Barreiras Queimadas, tenente-coronel da Guarda Nacional, cultivador de algodão, político rosista, prefeito de Caruaru algumas vezes, presidente da Câmara Municipal de Caruaru por mais de uma vez, filho de Joaquim Florêncio de Sousa " da Limeira"

Pais de:

N 3.1 Maria Emídea da Silva Limeira (Lilía), casada com o agricultor proprietário José Manuel de Sousa Filho.

Pais de:

BN 3.1.1 Manuel Emídeo da Silva Limeira (Nezinho Limeira), agricultor-proprietário, casado, com sucessão.

BN 3.1.2 Sinhazinha, sem informações.

BN 3.1.3 José Francisco da Silva Limeira (Zuza Hemetério), casado.

BN 3.1.4 Maria Nazinha Limeira, casada com o agricultor-proprietário Luís Alves da Silva, capitão da Guarda Nacional, político, comerciante em Santa Cruz do Capibaribe, cultivador de algodão, filho de João Alves da Silva, da fazenda Olho d'Água do Félix e de Maria Antônia da Silva Limeira Alves (Maria Moça), que era irmã de Sinhô Limeira.

Pais de:

Tn 3.1.4.1 Mário Limeira Alves, jornalista, poeta, servidor público aposentado, residente em Brasília D.F. Casado com a espanhola Aurora, com sucessão.

6 Manuel Monteiro Paes da Rocha Lira[19], citado por Nelson Barbalho, a quem D. João, Príncipe Regente, a 11 de novembro de 1814 confirmara no posto de capitão da Companhia de Ordenança recém-criada no distrito de Cruz das Almas no termo da nova vila de Santo Antão, provido que fora pelo governador e capitão-general da Capitania de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro por carta patente passada no Rio de Janeiro. Em 24 de setembro de 1816, o mesmo governador assinou carta de sesmaria em favor do referido capitão, concedendo-lhe "mais ou menos meia légua de terra em quadro", na freguesia de S. José dos Bezerros, termo da vila de Santo antão, no lugar denominado Baticaba, entre as sesmarias do Gado Bravo, Riachão e terras dos herdeiros de Francisco Xavier Correia de Sá, do Pé da Serra do Mendes. Conforme Nelson Barbalho: " As terras da fazenda Baticaba, dos Pais da Rocha Lira, mais tarde, desligando-se do termo municipal de Santo Antão, passariam a integrar sucessivamente a jurisdição do município de Caruaru, de Altinho e atualmente pertencem ao município de S. Joaquim do Monte. Lembra Nelson Barbalho que, por herança, de pais a filhos, a Baticaba ainda sobrexiste com o nome de fazenda Jaboticaba, patrimônio da família Azevedo.

7 José Paes de Lira III, filho do capitão Manuel Monteiro Paes da Rocha Lira morou no lugar Gado Bravo, então município de Altinho e segundo Flávio ou Nelson, mudou-se com suas irmãs Agustinha e Joana Paes, do Gado Bravo para Lagoa dos Gatos, onde se estabeleceu no sítio da Pedra do Fogo. Casou em Lagoa dos Gatos com Carolina Soares, filha dos agricultores e proprietários Florêncio José Soares e Maria Francisca da Conceição, e neta paterna de Francisco José Soares, português dono do engenho Penón, no município de Bezerros, e comprador, a 13 de setembro de 1902, a José Antônio Frazão e sua mulher, de um trecho do sítio do Gato.

Assinala, ainda, Nelson Barbalho, que, assim "entrosaram-se, através do casamento, as famílias Rocha Lira, do Altinho, e Soares, de Lagoa dos Gatos, daí surgindo os Soares de Lira, dos quais descendem grandes vultos do jornalismo e da política de Pernambuco, no século XX, como por exemplo, o jornalista Samuel Soares, do Diário de Pernambuco, e o deputado federal Fernando Soares de Lira, que chegou a ocupar o cargo de Ministro da Justiça no governo do presidente José Sarney.

8 Pedro Paes de Lira II, referido por Nelson Barbalho, casado com D. Maria Joaquina da Conceição e residentes em Caruaru.

[19] YS. Filho do citado sargento-mor João Paes de Lira.

Vicente Paes de Lira, um dos filhos, casou com Josefa Firmina de Lira, filha de Pedro Manuel Assunção e de D. Teresa Maria de Jesus, e neta paterna de Manuel Assunção de Oliveira e de D. Maria Virgínia Soares. Desse casamento houve sucessão.

9 Francisco Xavier Paes de Lira, citado por Nelson Barbalho, vivera em Caruaru entre 1855 e 1860 e que, em 1856 se candidatou à vereança pela Câmara Municipal de Caruaru, não conseguindo se eleger.

Flávio José Gomes Cabral, como vimos, salientou que a família Paes Cabral "ter-se-ia ramificado em várias outras"... "seriam Ramificações diretas a Cabral de Andrade, a Gomes Cabral, a Cabral e outras" e se radicara no Bonito, em Bezerros, São Joaquim do Monte, etc. Estudou, como vimos, além da descendência do capitão Manuel Gomes Cabral (contemporâneo de João Paes Cabral II) a de João Gomes da Silva (filho de Antônio Gomes da Silva e de D. Ana Jacinta de Lacerda) e de suas duas esposas, interessando-nos a descendência da segunda, D. Josefa Dativa do Espírito Santo, possivelmente derivada dos Paes Cabral.

João Gomes da Silva, filho de Antônio Gomes da Silva e de Ana Jacinta de Lacerda, nascido no Rio Formoso, em 1821, foi em 1840, foi um dos fundadores da Igreja de São Sebastião do Bonito. De 1846 a 1860 foi agente sujeito à Administração dos Correios no Bonito. Em 1856 foi alferes da 1ª Companhia do Batalhão único do Bonito na Guarda Nacional dos municípios de Bonito e Caruaru e, em 1857 ocupara o mesmo posto no 26° Batalhão, em que se transformou da mesma localidade.

Em 1860 foi 2° Tabelião de notas e escrivão do crime e do cível da freguesia do Bonito. Diz Flávio José que por influência paterna, fora nomeado para o cargo pelo Imperador D. Pedro II.

Naquela localidade conviveu em concubinato com Antônia Francisca de Jesus e Josefa Dativa do Espírito Santo, por cujos leitos se tornou pai de muitos filhos. Faleceu em 6 de outubro de 1906.

Da união com Josefa Dativa do Espírito Santo houve um filho:

N 7 Pedro Gomes Cabral (1872-1963), casou com Antônia Ferreira de Albuquerque, filha natural do senhor de engenho do município de Serinhaém, apelidado Sinhozinho com Maria Rita. Tiveram os seguintes descendentes:

Bn 14 Teresa Gomes Cabral, solteira.

Bn15 João Gomes Cabral, casado com Maria José (Cabral). Pais de oito filhos, entre os quais:

Tn Flávio José Gomes Cabral.

Bn16 Pedro Járzio Gomes Cabral, casado com sucessão.

Bn17 Jerson Gomes Cabral, casado, com sucessão.

Bn18 Jacira Gomes Cabral, com sucessão.

Bn19 Jeovanilda Gomes Cabral (Tavares), casada, com sucessão.

Bn20 Jadeílda Gomes Cabral, casada, com sucessão.

Bn21 Ivanilda Gomes Cabral, casada, com sucessão.

Bn22 Jercíno Gomes Cabral, casado, com sucessão.

Encetamos pesquisa com a finalidade de ampliar os estudos iniciados por Nelson Barbalho e Flávio José Gomes Cabral e rastrear personagens dos séculos XVIII e XIX fixados nos municípios do agreste pernambucano, possíveis descendentes, de João Paes Cabral I e/ou Filipe Paes Cabral, através de Lourenço Paes Cabral I, de João Paes Cabral II, ou de outros descendentes por acaso derivados do tronco comum Julião Pais Daltro, que apresentassem sobrenomes em cuja composição entrassem conjunta ou isoladamente os apelidos Paes e Cabral, servindo-nos principalmente dos personagens assinalados nos almanaques provinciais e nos livros sobre história municipal editados em Pernambuco.

Entre os Paes de Lira encontramos no município de Santo Antão:

1 José Theodoro Paes de Lira que de 1851 a 1854 foi 1° suplente de juiz municipal da freguesia de Santo Antão; de 1851 a 1855, 2° suplente de subdelegado de polícia do 1° distrito da mesma freguesia; de 1852 a 1854; 1° suplente de delegado de polícia do termo de Santo Antão. Esteve à frente de seu engenho Prazeres na mesma freguesia, em

1854, figurando o dito engenho entre 1855 e 1857 em nome dos herdeiros, sendo rendeiro José Esperidião Xavier de Lima.

Na freguesia de Garanhuns:

2 José Paes de Lira IV, provido por Luís do Rego Barreto, governador e capitão-general da Capitania de Pernambuco, no posto de capitão da 15ª Companhia de Ordenanças, "novamente criada" no termo na nova vila de Santo Antonio de Garanhuns e que recebeu carta patente de confirmação por mercê de D. João por decreto de 13 de agosto de 1819.

3 Antônio Paes de Lira, que suspeitamos ter sido filho do antecedente e que em 1855 foi segundo suplente de subdelegado de polícia do 1° distrito e, em 1860 4° suplente de delegado de polícia do termo da mesma freguesia.

Outros personagens que ostentam o apelido Paes que encontramos:

No município de Bezerros:

4 José Faustino Paes da Silva, subdelegado do 1° distrito da freguesia, em 1849.

No município de Santo Antão:

5 Félix Paes da Silva, senhor do engenho Redemoinho, em seu termo, de 1854 a 1857; e

Joaquim Paes Salgado, senhor do engenho Serra Grande, de 1854 a 1856;

No município de Bonito e Altinho:

6 Coronel Pedro Paes de Sousa, citado por Nelson Barbalho, coronel da 2ª legião da Guarda Nacional do Bonito, seguramente ainda em atividade nesta instituição de 1847 a 1849, comerciante e proprietário da fazenda Tacaité inicialmente em terras da jurisdição do Brejo da Madre de Deus e que, depois, passou a jurisdição de Caruaru, se integrando no 3° distrito desta freguesia. Concorreu, em 1856 à eleição para vereador da 3ª Câmara Municipal de Caruaru não logrando o título.

Nelson Barbalho assinala que foi grande chefe político, padrinho de Antônio Epaminondas de Barros Correia, Barão de Contendas e amigo de seus familiares. Fora Pedro Paes que levara o Barão para militar nas hostes do Partido Liberal de cuja organização em Pernambuco, ele, o Barão, haveria de tornar-se figura de primeira grandeza ao lado

de líderes do porte de José Mariano Carneiro da Cunha, Luís Filipe de Sousa Leão e do Barão de Lucena.

No Altinho, conforme Nelson Barbalho, o coronel Pedro Paes de Sousa, de Itacaité e os seus aliados altinenses, entre os quais se destacaram o professor Francisco Joaquim de Barros Correia e o capitão Joaquim Bazílio de Barros, sofriam oposição cerrada e sistemática de Dionísio Rodrigues Jacobina, comerciante e chefe de família exemplar que militava na política dos Assunção de Azevedo e Silva e de Guilherme de Azevedo Lira.

Em Caruaru, logo após a instalação da 3ª Câmara Municipal em 1867, o Barão de contendas, formado pela Faculdade de Direito do Recife, em 1864, foi promotor público (1867). O Barão, Juvêncio Taciano Mariz, Antônio Florêncio de Carvalho, (Grioquinho) eram mais ou menos ligados à política do coronel Pedro Paes de Sousa, protetor dos Barros Correia do Altinho e do Belo Jardim e adversário político dos Vieira de Melo, de Caruaru, dos Guilherme de Azevedo Lira, de Bebedouro "Agrestina", de Altinho e de São Caetano da Raposa, onde Pedro Paes de Sousa chegou a ser chefe político.

Não obtivemos notícia sobre seu casamento e sua descendência. Suspeitamos, todavia, que nesta estejam incluídos [YS. Esta descendência encontra-se descrita em meu trabalho, "Os Paes de Sousa e Pontes no Agreste"]:

Pedro Paes de Sousa, capitão que em 1848, em Pesqueira, filiou-se à Revolução Praieira[20].

7 Caetano Paes de Sousa, vereador da 1ª Câmara Municipal de Canhotinho.

No município de Garanhuns:

8 José Correia Paes que foi em 1856-1857, 2° suplente de telégrafo do termo de Garanhuns em 1856-1857, 1° suplente de juiz municipal do termo da mesma freguesia em 1856.

No município de Caruaru:

9 João Evangelista Pereira Paes, alferes da 7ª Companhia do Batalhão de Caruaru, componente da Guarda Nacional de Bonito e de Caruaru em 1856 e que no mesmo ano concorreu a eleição para a 3ª Câmara Municipal de Caruaru alcançando o 23° lugar,

[20] YS. Trata-se do próprio. O Coronel Pedro Paes de Sousa não deixou descendência legitima. Era primo legitimo da mãe do Barão de Contendas.

não conseguindo, porém, se eleger. Em 1860 ainda em atividade militar na 7ª Companhia do 27° Batalhão da Infantaria da mesma freguesia, ocupava o cargo de escrivão do crime, cível e era Tabelião de notas do mesmo lugar.

Entre os que apresentaram o apelido Cabral compondo o sobrenome verificamos, da freguesia do Bonito:

10 Francisco de Medeiros Cabral, tenente coronel do 4° Batalhão da segunda Legião da Guarda Nacional do Bonito de 1847 a 1849 e coronel de 1850 a 1852. 1° suplente de subdelegado de polícia do 1° distrito da freguesia do Altinho em 1851-1852. Conforme Nelson Barbalho, se candidatou à eleição para vereador à 3ª Câmara Municipal de Caruaru, em 1856, não conseguindo se eleger.

11 Francisco Cabral de Barros e Silva, da Cavalaria, alistado pelo Conselho de Qualificação na revisão de 19/05/1872, efetivada para fazer alistamento e classificação da Guarda Nacional de Bonito.

12 Benedito Cabral, 2° sargento da Cavalaria, alistado na mesma data.

13 Manuel Veríssimo Cabral, cabo alistado na mesma data.

14 Gaudêncio do Monte Cabral, vereador à Câmara Municipal do Bonito de 1873 a 1876.

15 José Gaudêncio do Monte Cabral, que, em 20 de maio de 1888 estava presente à reunião extraordinária no Paço Municipal da vila do Bonito para homenagear a decretação da Lei Áurea.

16 Padre José Cabral, coadjutor da Paróquia do Bonito, em 1906.

17 Major Antônio de Sousa Cabral, possível descendente do coronel Pedro de Sousa Cabral, que estava à frente da comissão de construção da ermida de S. Sebastião iniciada em 1923, na povoação de Currais Velhos, depois denominada Alto Bonito pelo padre Chicó, nome que, por lei municipal de 8 de fevereiro de 1926 passou a se chamar Iuitaporã.

18 Manuel de Barros Cabral, que no início do século XX foi um dos principais moradores do bairro Veloso do Bonito.

19 Lupercinio de Sousa Cabral, provável parente próximo do major Antônio de Sousa Cabral, e morador no bairro Boa Vista do Bonito.

20 Olegario Cabral, que, em 1925 era presidente da Sociedade Musical Santa Cecília do Bonito.

21 José Fernando Cabral de Andrade, possível descendente de ..... que foi sub-prefeito do Bonito de 15 de novembro de 1928 até 4 de outubro de 1930, quando foi deposto na Revolução pelos partidários da Aliança Liberal.

22 Antônio de Sousa Cabral possível parente próximo do major Antônio de Sousa Cabral, agricultor e fazendeiro no Bonito. Candidato à eleição que deveria se realizar em 1931 para o período de 1932-1936; a pretensão fracassou em consequência da dita Revolução.

23 Oscar Cabral de Andrade, possível descendente de ... , em 1934 fez parte da comissão nomeada para executar uma das maiores reformas empreendidas na Igreja de S. Sebastião. Foram também parte da mesma comissão Enedina Cabral, Ana Cabral, José Félix da Silva, Ariosto Guerra e Beatriz da Rocha.

24 e 25 Manuel Orlando Cabral e José Cabral (Duda).

Na freguesia de Altinho, encontramos:

26 Antônio Cabral que casou com uma das duas filhas do primeiro matrimônio de Maria Filipa de Sobral, filha de Leandro Pereira de Sobral.

Na freguesia de Camocim:

27 João Batista de Oliveira Cabral, que no último quartel do século XIX era capitão da Guarda Nacional, político municipal de muita evidência, proprietário de casa na "rua" e do engenho Estica, o qual ainda existia em 1894 em Terras da vila de Camocim, atualmente cidade e município de Camocim de S. Félix.

28 Alexandrino de Oliveira Cabral, irmão ou filho do antecedente, conforme Nelson Barbalho. Agricultor em Camocim entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Casou com D. Rita Jordão (Cabral). Foram pais de:

Adalgisa Cabral de Oliveira que casou com o primo José Abílio de Oliveira, abastado agricultor e proprietário em Camocim. Pais de:

Dalva Cabral de Oliveira que, em 1948 casou com o comendador Manuel Afonso Porto Filho, ex tabelião público e ex-prefeito de Caruaru.

Renato Cabral de Oliveira

Alexandrino Cabral de Oliveira

Mauro Gilberto Cabral de Oliveira

Evaldo Cabral de Oliveira

Na freguesia de Santo Antão:

29 José Ignácio Cabral, talvez descendente ou parente de Manoel Ignácio Cabral, que ainda vivia, proprietário do engenho Amparo, na mesma freguesia; o engenho figurava de 1856 a 1860 em nome dos herdeiros.

30 Caetano José Cabral, em 1856 capitão da 6ª Companhia do 1° Batalhão da Guarda Nacional do município, Batalhão que em 1857 passou a ser o 23° de Infantaria.

31 João Francisco de Arruda Cabral, que foi, em 1857, secretário geral do Comando Superior da Guarda Nacional do município.

32.33.34 Na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré viveram alguns personagens da família Oliveira Mello, que consoante Nelson Barbalho e Flávio José Gomes Cabral seria provenientes da freguesia do Brejo da Madre de Deus se expandindo por Caruaru, Bezerros e Bonito. Conforme José Aragão atingiu a freguesia de Santo Antão. Constatamos a sua presença não só nesta. Os mais antigos citados por Nelson Barbalho como de Nazaré foram Caetano de Oliveira Melo no Brejo da Madre de Deus e Silvério de Oliveira Melo, um dos trisavós do referido escritor. O mais antigo do Santo Antão que encontramos foi Manuel Libânio Oliveira Melo.

35 José Cabral de Oliveira Melo, que foi 3° suplente de delegado de polícia do termo de Nazaré de 1854 a 1857, 2° suplente de subdelegado de polícia do 2° distrito da mesma freguesia (Laranjeiras) e proprietário do engenho Vertente Grande de 1855 a 1857.

36 João Cabral de Oliveira Melo, que foi quartel-mestre do comando superior da Guarda Nacional do município de Nazaré em 1856-1857.

37 Manuel Cabral de Oliveira Melo, que foi capitão da 4ª Companhia do 2° Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional do município em 1856-1857.

38 Manuel Cabral de Oliveira Melo II, que foi Alferes da 5ª Companhia do 1° Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional do município em 1856-1857.

39 José Cabral de Oliveira Vasconcelos, que em 1856 foi tenente da 7ª Companhia do 1° Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional do município e, em 1860, era proprietário do engenho Vertente Grande na freguesia de Sant'Ana de Vicência, integrada no município de Nazaré.

40 João Antônio da Silva Cabral em 1857 capitão da 2ª Companhia da secção de Reserva n° 3 da Guarda Nacional do município. Ele ou um homônimo recebeu à mercê de cavaleiro da Ordem da Rosa por decreto de 14 de março de 1860.

41 J.(João, Joaquim ou José) Z.(Zacarias ou Zeferino) da Silva Cabral em 1856-1857 capitão da 3ª Companhia do 2° Batalhão de Infantaria da Guarda nacional do município.

42 Manuel José da Silva Cabral, em 1856, porta-estandarte do 2° Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional do município, que em 1857 tomou o nome de 19° Batalhão.

43 Padre João Firmino Cabral de Andrade, possível descendente que foi vigário da freguesia de Nazaré de 1916 a 1947.

No município do Limoeiro:

44 Francisco Antônio da Costa Cabral que Nelson Barbalho assinalou como subdelegado de polícia na freguesia de Limoeiro em 1850, mantinha conforme constatamos o mesmo cargo em 1854.

45 Antônio da Costa Cabral, em 1856-1857 era capitão da 1ª Companhia do 1° Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional do município, batalhão que em 1857 passou a ser conhecido como 21° e abrangia Nazaré.

46 José Antônio da Costa Cabral que foi 4° suplente de subdelegado da freguesia do Limoeiro de 1850 a 1852.

47 Paulino Cabral de Arruda que foi, em 1856-1857, alferes da 8ª Companhia do 1° Batalhão da Guarda Nacional do município de Limoeiro, unidade que em 1857 tomou a designação de 21° Batalhão, abrangendo, também, área de Nazaré.

Na freguesia de Bom Jardim:

48 Manuel Severo Cabral de Arruda que foi de 1850 a 1857, 3° suplente de subdelegado da freguesia.

49 José Severino Cabral de Arruda que foi, em 1856-1857, 4° suplente de subdelegado do 2° distrito da freguesia.

Na freguesia da Luz:

50 Antônio Cabral da Silva provido por D. Tomás José de Melo no posto de capitão da Companhia de Ordenanças recém-criada na Ribeira do Capibaribe, na mesma freguesia, por proposta dos oficiais da Câmara de Olinda, com assistência de seu capitão-mor João do Rego Barros.

Concluímos que o grupo de possíveis descendentes dos dois irmãos João Paes Cabral I e Filipe Paes Cabral, através de Lourenço Paes Cabral I, de João Paes Cabral II e de outros ignorados que se concentraram no agreste central pernambucano, os que adotaram o apelido Paes mostraram tendência para se infiltrar no agreste meridional, nas freguesias de Santo Antão, Bezerros, Bonito, Altinho, Bebedouro (Agrestina), Caruaru, Garanhuns, Canhotinho chegando mesmo a Pesqueira, já no Baixo Sertão.

Os da mesma origem que adotaram o apelido Cabral se instalaram nas freguesias do Bonito, Altinho, Camocim, Santo Antão, Nazaré, Vicência, Limoeiro, Bom Jardim, Nossa Senhora da Luz e, talvez, Goiana, invadindo o agreste setentrional e atingindo a mata norte.

Curiosamente a descendência de Antônio Paes Cabral chegara as freguesias de Santo Antão e Bonito. Sob este prisma desejamos salientar três achados genealógicos que interessam a este estudo. Os dois primeiros se referem a descendência do Alferes João Pereira da Silva (2.1.2.3.2.4.1.2 acima) casado com D. Isabel Moreira dos Prazeres (também chamada Isabel Moura dos Prazeres), ambos naturais da freguesia de Muribeca.

Foram pais de D. Lourença Maria de Caldas (2.1.2.3.2.4.1.2.1 acima) que casou com Luiz Álvares (ou Alves) Moreira, filho do Tenente Antônio da Silva Barreto e de D. Maria Tavares do Ó Moreira, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz. Luis Álvares Moreira e sua mulher , que se casaram a 4 de maio de 1761, eram muribequenses e senhores das terras do Carpina. Uma filha destes, D. Maria Teresa de Jesus (2.12.3.2.4.1.2.1.1 acima) casou com Bazílio Álvares de Miranda Varejão, ambos naturais da freguesia de Muribeca. Bazílio era filho de Manuel do Carmo Inojosa que foi sargento-mor e depois capitão-mor da vila do Recife e casou com D. Felícia do Espírito Santo de Miranda Varejão. O primeiro achado se conseguiu pela possibilidade de Bazílio Álvares de Miranda Varejão e D. Maria Teresa de Jesus terem sido pais de pelo menos dois filhos não citados nas genealogias: o primeiro por nós alistado, foi Bazílio Álvares de Miranda Varejão II e o segundo assim considerado por Paulo Roberto de Miranda Varejão, professor de História da Universidade de S. Paulo [Paulo Roberto de Miranda Varejão, professor da Universidade São Francisco, de São Paulo, e posteriormente Professor Titular de Universidade de S. João del Rei, Minas Gerais – RCL].

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.1 Bazílio Álvares de Miranda Varejão II, natural da cidade da Paraíba e, depois, morador no Recife. Parece-nos que se dedicou à Carreira militar e talvez se trate do tenente-coronel, que pelas páginas do Diário de Pernambuco, de 1 de abril de 1840 rogava a todas as autoridades policiais e aos capitães do campo que prendessem um seu escravo fugido.

Casou com D. Carolina Josefina Pórcia de Mendonça, filha única de João Nepomuceno Paes de Mendonça que foi escriturário do Arsenal de Guerra em Pernambuco durante 27 anos, e de D. Rita Maria do Carmo (Mendonça), naturais do Recife.

Bazílio a 8 de novembro de 1841 solicitou a S.M, através do governador de Pernambuco, Manuel de Sousa Ferreira, à mercê de concessão a sua mulher, metade do ordenado que era pago ao sogro para sobrevivência dela e dos filhos. Estes eram, então:

Pedro Álvares de Miranda Varejão

João Álvares de Miranda Varejão

Amélia Carolina de Miranda Varejão

Bazílio faleceu em viagem à cidade do Salvador, capital da Bahia, a 24 de junho de 1884 deixando os seguintes filhos:

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.1.1 Dr. Pedro Álvares de Miranda Varejão, falecido, representado no inventário pela filha e herdeira, D. Carolina Álvares de Miranda Varejão.

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.1.2 João Álvares de Miranda Varejão falecido e representado pelo filho e herdeiro Bazílio Álvares de Miranda Varejão III com dezessete anos de idade.

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.1.3 Amélia Carolina de Miranda Varejão, havia falecido sem sucessão.

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.1.4 Antônio Álvares de Miranda Varejão Castelo Branco, herdeiro, que casou com sua sobrinha Carolina Álvares de Miranda Varejão.

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.15 Ana Álvares de Miranda Varejão que casou com Manfredo ... de Miranda.

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2 Francisco Álvares de Miranda Varejão, segundo Paulo Roberto Azevedo Varejão, que nos cedeu quase todas as informações sobre sua descendência, teria sido morador no Cabo, onde exercera o cargo de vereador em 1853. Constatamos que recebera à mercê de Cavaleiro da Ordem da Rosa por decreto de 14 de junho de 1860.

Casou com Maria da Conceição de Holanda Cavalcanti. Tiveram uma filha:

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1 Leonila de Holanda Cavalcanti Varejão que casou com José Ignácio da Costa, possível senhor do engenho Salgadinho e filho de André Francisco da Costa e Luísa Francisca de Lima. Foram pais de:

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1 José Cavalcanti da Costa Varejão, nascido no engenho Salgadinho, na freguesia de Muribeca a 1 de agosto de 1865 e falecido na residência do filho Belmiro, na cidade de Gravatá a 28 de agosto de 1932. Foi major da Guarda Nacional e senhor do engenho José da Costa, depois sede da usina de açúcar (meio aparelho) do mesmo nome, na freguesia de Gameleira. Casou com D.Maria Olindina Cavalcanti de Carvalho Varejão. Foram pais de:

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.1 Beliza Cavalcanti de Carvalho Varejão, nascida no Cabo a 4 de junho de 1886 e falecida no engenho José da Costa a 19 de junho de 1926. Casou com Paulo Freitas, resultando do matrimônio os seguintes filhos:

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.1.1 Paulo

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.1.2 Durval

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.1.3 Alcídes

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.1.4 Ruth

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.1.5 Ruy

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.2 José Cavalcanti de Carvalho Varejão, nascido no Cabo, em 27 de novembro de 1888 e falecido no Recife, em 1975. Formado pela faculdade de Medicina de .... . Casou com D. Evangelina de Bastos Neto Varejão, filha do coronel Nozinho do engenho Barra do Carassuípe. Foram pais de:

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.2.1 Helena

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.2.2 Maria de Lourdes

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.3 Marieta Cavalcanti de Carvalho Varejão, nascida no engenho José da Costa, em 1892. Casou com Virgílio Arouche, de Gameleira, e foram pais de:

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.3.1 Luísa.

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.4 Oscar Cavalcanti de Carvalho Varejão, nascido no engenho José da Costa em 5 de fevereiro de 1895 e falecido no Rio de Janeiro a 26 de janeiro de 1972. Formou-se em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina (Rio de Janeiro-Praia Vermelha) em 1921. Casou com D. Georgina Fontié de Carvalho Varejão (ou Georgina de Carvalho Fontié Varejão). Foram pais de:

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.4.1 Amaury

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.4.2 Aly

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.4.3 Astery

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.4.4 Aruary Pedro de Carvalho Fontié Varejão, nascido no Rio de Janeiro em 6 de janeiro de 1931, médico pela Faculdade ... Casou com D. Lenita Azevedo. Pais de:

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.4.4.1 Paulo Roberto Azevedo Varejão, nascido no Rio de Janeiro a 26 de abril de 1958. Professor de História na Universidade de S. Francisco, S. Paulo.

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.5 Nestor Cavalcanti de Carvalho Mirada Varejão, nascido no engenho José da Costa a 18 de setembro de 1896. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, em 1919. Foi promotor público em Triunfo e no Bonito, juiz municipal no Altinho e juiz de direito em Caruaru. Faleceu assassinado, em Altinho, a 26 de fevereiro de 1957. Casou com D. Otávia Vilar de Carvalho Varejão, filha de Abdias Vilar, do Bonito, não deixando descendência; adotaram um filho, Antônio.

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.6 Belmiro Cavalcanti de Carvalho Miranda Varejão, nascido em Gameleira, Pernambuco em 20 de maio de 1898 e falecido no Recife, a 3 de dezembro de 1953. Formado pela Faculdade de Odontologia da ..., exerceu a profissão em Gravatá e Bonito, transferindo-se depois para o Recife. Foi membro da comissão que, em 1951, promoveu a limpeza, iluminação e outros melhoramentos no monumento denominado Coluna de S. Pedro.

Casou-se com D. Leonila Cabral de Andrade, filha de Firmino Cabral de Andrade e de D. Olindina de Brito Lins e neta paterna de José Gomes Cabral e de D. Ana Herenlina Monteiro de Andrade, falecida em 1872.

Foram pais de um único filho:

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.6.1 Odacy Sebastião Cabral Varejão, formado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, em... , e Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco no governo de Nilo Coelho.

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.7 Mario Cavalcanti de Carvalho Varejão, nascido no engenho José da Costa a 6 de agosto de 1899 e falecido no Recife em 18 de abril de 1943. Estudou no Seminário de Olinda e, depois casou.

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.8 Adalgisa Cavalcanti de Carvalho Varejão, nascida no engenho José da Costa em 11 de janeiro de 1902. Casou com José Cavalcanti Lopes, filho do coronel Francisco Lopes da Fonseca Lima, proprietário da Usina Regalia, no município do Barreiros, e de D. Josefa Neolides Cavalcanti da Fonseca Lima. Não houve sucessão.

2.1.2.3.2.4.1.2.1.1.2.1.1.9 Antônio Cavalcanti de Carvalho Varejão, nascido no engenho José da Costa, em 1903. Casou por duas vezes, sendo uma delas com D. Eunice.

Dentre os considerados nesta linhagem foi citado por:

Nestor Cavalcanti Carvalho Miranda Varejão, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, formado em 1929 que exerceu a promotoria pública no Bonito, onde em 1935 era orador do Grêmio Polimático local. Foi juiz municipal em Altinho e juiz de Direito em Caruaru, falecido assassinado no Altinho, a 2 de fevereiro de 1957.

Belmiro Cavalcanti de Carvalho Miranda Varejão, formado pela Faculdade de Odontologia do Recife em ... Exerceu a profissão em Gravatá e no Bonito, transferindo-se depois para o Recife. Faleceu nesta cidade a 3 de dezembro de 1953.

O segundo achado foi que o tenente Mateus Álvares Moreira (2.1.2.3.2.4.1.2.1.4) irmão de D. Maria Teresa de Jesus (2.1.2.3.2.4.1.2.1.1) e cunhado de Bazílio Álvares de Miranda Varejão I, casou com uma filha de nome ignorado de José Germano de Lyra, senhor do engenho Una, na freguesia de Santo Antão, sem sucessão ou com sucessão ignorada.

Com este último casamento um representante da linhagem decorrente de Antônio Paes Cabral se uniu a uma Lyra em pleno agreste pernambucano, repetindo o que aconteceu com pessoas descendentes dos dois outros irmãos do referido Antônio. Esta presença, bem como a dos Miranda Varejão parece terem atraído para a região outros parentes da linhagem, de vez que nela surgiram as famílias Álvares, Álvares dos Prazeres, Álvares Queiroz, Marinho Álvares, Prazeres Barros, Prazeres Brayner, Prazeres Costa, Prazeres Melo, Miranda Varejão.

O terceiro achado se refere a João Claudino Inojosa Varejão, que suspeitamos se tratar de outro filho de Manuel do Carmo Inojosa e de D. Felícia do Espírito Santo Álvares

de Miranda Varejão. Seria assim possivelmente irmão de Bazílio Álvares de Miranda Varejão I.

João Claudino, em 1854 era alferes da 3ª Companhia do 24° Batalhão de Infantaria constituindo a tropa da freguesia de Escada, integrada à Guarda Nacional da freguesia de Santo Antão. Em 1869-1870 era proprietário do engenho Catuama da freguesia de Altos Montes, que depois foi integrada na freguesia de Palmares.

A distribuição geográfica das famílias, descendentes de Antônio Paes Cabral, que admitimos ter sido um dos três filhos de Julião Paes Daltro se caracterizou pela dispersão de descendentes e parentes em ampla área da zona da mata a partir das freguesias do Cabo, de Muribeca e de Jaboatão, estendendo-se no rumo sul a Ipojuca, Serinhaém, Gameleira, Maragogipe e no rumo norte a Olinda, Maranguape, Carpina, Nossa Senhora da Luz, Iguarassú e Goiana, e chegando a oeste, também à áreas intermediárias : Escada, Santo Antão e Bonito.

Da mesma maneira que no agreste pernambucano os suspeitos descendentes de Julião Paes Daltro e de seus filhos, os possíveis descendentes da região da mata sul devem ter optado por um dos apelidos Cabral ou Paes na composição de seu sobrenome. Nesta suposição procedemos sumária busca nesta área abrangendo a possível ligação com os três filhos.

Como vimos Julião Paes Daltro foi nesta área proprietário dos engenhos Utinga (de Cima), Santa Luzia e S. José, o filho João Paes Cabral I foi seguramente senhor do engenho Sta. Luzia e, talvez do engenho S. José, um dos quais teve, posteriormente o nome trocado por engenho Cabral, e o provável neto Lourenço Paes Cabral I, co-proprietário da sesmaria implantada no agreste pernambucano , foi senhor do engenho Molinete de Cruz.

Todos os citados engenhos eram situados na freguesia do Cabo de Santo Agostinho e próximos à freguesia da Muribeca, fato que talvez explique a aproximação da família Paes Cabral com famílias moradoras nesta última freguesia.

Pontificaram na freguesia de Santo Antão pessoas descendentes ou parentes desta referida linhagem.

1° Alferes João Pereira da Silva [YS. Já referido acima, em nota reformulada pelo autor].

2° Antônio José Álvares que foi vereador da Câmara municipal de Santo Antão e que a 16 de novembro de 1835 dirigiu ao Presidente da Província representação contra o primeiro juiz de Direito da comarca de Santo Antão, Dr. José Teles de Menezes. Em 1860 era proprietário do engenho Caúla [Canha ?] na mesma freguesia e recebeu à mercê de Cavaleiro da Ordem da Rosa por decreto de 14 de março de 1860. O mesmo ou um possível filho era tenente coronel em 1883.

3° Francisco Jose Álvares, em 1857, Capitão da 5° Companhia do 23° Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional do município de Santo Antão.

Em 1865 era vereador à Câmara Municipal de Santo Antão. Em 1867 recebeu à mercê de Oficial da Ordem da Rosa por decreto de 23 de novembro de 1867. De 1880 a 1886 era Tenente – Coronel e proprietário do engenho Caúla.

4° Joaquim José Álvares, em 1857, alferes da 6° Companhia do 23° Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional do Município de Santo Antão. Proprietário do engenho Barra, e militando no partido liberal do mesmo município.

5° Miguel dos Anjos Álvares dos Prazeres, em 1857, tenente da 1ª Companhia do 23° Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional do município de Santo Antão.

6° Manuel Lídio Álvares dos Prazeres de 1887 a 1889 vereador à Câmara Municipal de Santo Antão, cuja última reunião se realizou a 23 de dezembro de 1889, tendo sido substituída pelo 1° Conselho de Intendência Municipal, sendo transmitido o exercício em reunião ocorrida a 5 de fevereiro de 1890. Era abastado agricultor e pertencia ao Partido Liberal.

7° Cristóvão Álvares dos Prazeres, que foi da Guarda Nacional do município terminando o serviço como coronel. Em 21 de fevereiro de 1892 foi eleito para o Conselho de Intendência municipal. Abastado agricultor, era proprietário do engenho Caúla e atuava no Partido Liberal.

X Manuel dos Prazeres Costa que, em 1761, “se achava” no engenho Nossa Senhora da Estrela da Serra na freguesia de Santo Antão.

XX Manuel José dos Prazeres, que em 26 de novembro de 1814 recebeu carta patente reformando-o no posto de ajudante do número do Regimento da vila de Serinhaém.

8ºJoaquim Álvares dos Prazeres, que em 1902 era proprietário do engenho Prazeres no município de ....

XXX Luis Saturnino Álvares dos Prazeres que foi membro do Conselho de Intendência Municipal de 1901 a 1904.

9ºJosé Álvares dos Prazeres, que também "ocupou função no dito Conselho de 1913 a 1916 e de 1916 a 1919".

IV Luis Álvares dos Prazeres que exerceu a mesma função de 1947 a 1951.

10º Honório Álvares dos Prazeres eleito vice-prefeito a 27 de outubro de 1926 tomou posse a 15 de novembro do mesmo ano, e, renunciando o prefeito, assumiu este cargo até o termo do prazo. Em 10 de outubro de 1935 foi eleito Conselheiro Municipal, exercendo o cargo até 1937.

11º Dédímo Álvares dos Prazeres foi membro do Conselho de Intendência Municipal de 1951 a 1954, candidatou-se a prefeito do município para o período 1959-1963, não logrou se eleger.

14° 2ª Dª Maria do Socorro Álvares Queiroz, que foi prefeita do município de 1976 a 1980, tomando posse a 31 de janeiro de 1977.

15ºPadre Joaquim dos Prazeres Brayner entre 1846 e 1848 era coadjutor da freguesia de Santo Antão. Padre Joaquim Evangelista em seu relatório de 1851 sobre os sacerdotes residentes na mesma freguesia, conforme José Aragão informou que ocupara o cargo por 50 anos.

16º Manuel dos Prazeres Barros, que em 1857 era proprietário do engenho Água Comprida na freguesia de ....

17º Manuel dos Prazeres Melo que em 1852 foi assassinado numa emboscada. Fora juiz de Paz do 2° distrito da freguesia e talvez proprietário do engenho Furnas na mesma freguesia, o qual, em 1857 era dirigida por um homônimo, provavelmente seu filho.

18º Nestor Cavalcanti de Carvalho Miranda Varejão, bacharel pela Faculdade de Direito do Recife em 1919, que como vimos, foi promotor público no Bonito, onde, em 1935 foi orador do Grêmio Polimático do Bonito. Foi juiz municipal em Altinho e juiz de Direito em Caruaru, falecendo assassinado no Altinho, a 2 de fevereiro de 1957.

19º Belmiro Cavalcanti de Carvalho Miranda Varejão, formado pela Faculdade de Odontologia do Recife, em .... , exerceu a profissão em Gravatá e no Bonito, transferindo-se depois para o Recife. Faleceu nesta cidade a 3 de dezembro de 1953.

20º José Marinho Álvares, que foi do Conselho de Intendência Municipal de 1977 a 1983. Por lei federal o mandato foi prorrogado por mais dois anos, e encerrado no último ano referido. Foi reeleito em 15 de novembro de 1982, tendo exercido a função de 1983 a 1986.

21º João Claudino Inojosa Varejão que em 1857 era alferes da 3ª Companhia do 24º Batalhão de Infantaria, constituindo por tropa de Escada integrada à Guarda Nacional da freguesia de Santo Antão.

Em 1869-1870 era proprietário do engenho Catuama da freguesia de Altos Montes, que depois foi integrada na de Palmares.

Entre os Paes, encontramos, na freguesia de Serinhaém:

1 Raimundo Paes, morador no engenho Anjo, sepultado aos 70 anos, em 2 de novembro de 1815.

Na freguesia de Água Preta:

2 Filipe Paes de Luna , de 1856 a 1858, juntamente com outros, rendeiro do engenho Santo Antônio, pertencente à viúva de Domingos Fernandes e seus herdeiros.

3 Manuel Filipe Paes de Lima, subdelegado do 1° distrito da freguesia da Água Preta em 1856-1857, capitão da 2ª Companhia do 46º Batalhão de Infantaria em 1857 e em 1858 proprietário do engenho Venturoso, situado na mesma freguesia.

4 Filipe Paes de Oliveira, proprietário do engenho Catende, inicialmente sediado nesta freguesia, em 1869-1870, passando depois a de Palmares.

5 Francisco Paes de Luna, proprietário de 1879 a 1882 do engenho Vila Nova na mesma freguesia.

6. Francisco Paes Lima (ou de Luna?) proprietário de 1883 a 1895 do engenho Boa Sorte na mesma freguesia.

Na freguesia de Pirapora, vila de Porto Feliz, na Comarca do São Francisco , Antônio de Arruda Paes, confirmado por Dom João no posto de alferes da Companhia de Ordenanças desta freguesia, distrito da vila de Porto Feliz, recentemente criada.

Entre os de apelido Cabral consideramos na freguesia de Serinhaém:

1 Martinho Teixeira Cabral, senhor do engenho Goicana, atuando na mesma freguesia. Casou-se com D. Petronila de Brito, tendo os filhos Gonçalo e Tomé Teixeira Cabral, no penúltimo quartel do século XVIII (em torno de 1771).

2 Francisco Teixeira Cabral que casou com D. Margarida Alves Pereira e foram pais de:

F1 Maria Margarida casada com o primo Paulo de Figueiredo de Albuquerque (filho do capitão Antônio da Silveira Aranha e de D. Marta da Fonseca Albuquerque), capitão de Igarassu que serviu à Câmara da vila e que foi proprietário do Passo dos Marcos.

Pais de:

Bn 1 José, falecido menino.

Bn2 Frutuoso Teixeira Albuquerque, casado com Tomásia Pessoa Cavalcanti (filha do capitão-mor Francisco de Sá Cavalcanti e de D. Catarina Pessoa).

Pais de:

Tn 1 Maria de Sá Cavalcanti.

Tn2 Francisca de Sá Cavalcanti.

Tn 1 Maria de Sá Cavalcanti casou com Manuel Teixeira Cabral, filho do capitão Ignácio Teixeira Cabral e de D. Anacleta de Almeida.

Pais de:

Francisco de Sá Cavalcanti
Antônio José Teixeira Cavalcanti
Joana Maria de Deus
Maria Teixeira Cavalcanti

Na freguesia do Bonito:

3 José Fernando Cabral de Andrade que foi subprefeito do Bonito de 15/11/1928 a 4/10/1930 quando foi deposto da Revolução de 1930 pelos partidários da Aliança Liberal

Na Comarca das Alagoas, então ainda integrante da Capitania de Pernambuco:

4 João Nepomuceno Dias Cabral, pároco da freguesia do Senhor Bom Jesus de Camaragibe, recebeu à mercê do Hábito da Ordem de Cristo a 5 de julho de 1808 e teve a côngrua anual aumentada de R$ 50$000 para R$ 100$000 reis por decreto de 11 de agosto de 1814.

5 Francisco Xavier Dias Cabral recebeu de D. João, carta patente confirmando-o no posto de Alferes do termo da vila das Alagoas, na Capitania de Pernambuco em 7 de maio de 1815; havia sido provido no mesmo posto, na Companhia do capitão Manuel de Araújo Castro de uma das Ordenanças no mesmo termo pelo governador e capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro.

6 José Maria da Cunha Cabral, 1º tenente da Armada Real, foi nomeado professor da cadeira de geometria na Capitania de Pernambuco, por decreto de 16 de março de 1818, já após a emancipação da comarca das Alagoas. Foi casado com D. Maria Isabel

da Silva Braga. Como capitão-tenente recebeu à mercê do Hábito da Ordem de São Bento de Aviz, com R$ 12$000 de tença efetiva por decreto de 15 de novembro de 1818. Capitão-tenente reformado da Armada Nacional e Imperial recebeu tença correspondente aos seus serviços prestados desde a 1ª praça e nos diferentes postos que ocupou até ao em que se acha. Foi-lhe feita [mercê] por decreto de 19 de maio de 1827 da tença anual de R$ 80$000 reis para se verificar na pessoa de sua mulher.

7 Francisco Raimundo da Cunha Cabral, que recebeu carta-patente, promovendo-o ao posto de alferes da 1ª Companhia de Infantaria do Corpo de Tropa de Linha da Capitania das Alagoas a 27 de julho de 1818.

Além dessa infiltração de descendentes de Lourenço Paes Cabral, que consideramos oriundo de um dos dois irmãos João Paes Cabral ou Filipe Paes Cabral, houve um fato curioso: um pentaneto do provável terceiro irmão, Antônio Paes Cabral, o tenente Mateus Álvares Moreira, filho de Bazílio Álvares de Miranda Varejão e de Maria Teresa de Jesus; neto paterno do sargento-mor Manuel do Carmo Inojosa e de D. Joana Felícia do Espírito Santo; e neto de Luís Álvares Moreira e Lourença Maria de Caldas (casados a 4 de maio de 1761 na freguesia de Muribeca), casou com uma filha (de nome ignorado) de José Germano de Lira, senhor do engenho Una, na freguesia de Santo Antão.

YS. Folha solta traz uma última anotação de Sylvio, com vários nomes sobre os quais discorreu nas notas acima:

Recife. Antônio d'Assunção.
I Bonito:

1. José Gomes Cabral e seu filho
2. José Gomes Cabral Júnior
3. Francisco Cabral
4. Pedro Paes de Sousa

II Altinho, Francisco de Medeiros Cabral

III Santo Antão, 1. José Ignácio Cabral, falecido em 1859.
2. José Theodoro Paes de Lyra , falecido em 1854.
3. Félix Pais da Silva.

IV Caruaru, João Pais de Lyra
João Evangelista Pereira Paes (ou Paz)
Pedro Paes de Sousa

V Gravatá, Joaquim Paes Salgado

VI Bezerros, José Faustino Pais da Silva

VII S. Caetano da Raposa, Pedro Paes de Sousa

VIII Garanhuns, Antônio Pais de Lyra
José Corrêa Pais

IX Nazaré, José Cabral de Oliveira Melo

X Limoeiro, José Antônio da Costa Cabral
Francisco Antônio da Costa Cabral

XI Goiana, Alferes Francisco de Paula Cabral

XII Serinhaém, Martinho Teixeira Cabral e seus filhos
Gonçalo Teixeira Cabral
Thomas Teixeira Cabral

YS. Tenho estudado as famílias Paes de Lira, Azevedo Caldeira e Gomes da Silva, do Agreste, alguns descendentes de Manoel de Azevedo Caldeira que foi procurador de João Fernandes Vieira. Permite esclarecer algumas questões levantadas por Sylvio. Outras não, pelo que foi resolvido deixar suas especulações que podem orientar novos esclarecimentos.

CAPÍTULO V

TITULARES ADMINISTRADORES DO MORGADO — 4º MORGADO DO CABO — ESTEVÃO PAIS BARRETO II [N 2.2]

CAPÍTULO V

Titulares Administradores do Morgado — 4º Morgado do Cabo — Estevão Pais Barreto II [N 2.2]

Estevão Pais II ou Estevão Pais Barreto II, o moço (1) [segundo capitão-mor do Cabo de Sto. Agostinho], era filho do capitão-mor Estevão Pais Barreto I, segundo morgado, e irmão segundo de João Pais de Castro, terceiro morgado dos Pais ou do Cabo. Provavelmente nascera em 1635, pois em 1661 tinha 25 anos.

Substituiu este [João Pais de Castro], como quarto morgado, após seu falecimento, sem deixar sucessão, a 18 de fevereiro de 1672 (2), sendo D. Pedro, Príncipe Regente de Portugal (3), e D. Fernão de Souza Coutinho, capitão-general e governador da Capitania de Pernambuco (4).

Conforme Borges da Fonseca nascera "antes da invasão holandesa" (5). Teria sido, certamente, o Estevão Pais citado por Willen Schott (6) como proprietário do engenho São Gonçalo de Una que havia "fugido com Albuquerque", em junho de 1635, para as Alagoas.

De uma carta patente (7) que lhe fora concedida "consta que servira na guerra, achando-se nas duas ocasiões de peleja que houveram (sic), quando o inimigo estava fortificado na povoação de Una e foi desalojar o Tenente-general Manoel Dias de Andrade, na que ganhou aos holandeses o forte do Rio São Francisco e, em outras, em que procedeu sempre com honra e valor".

Não se tem notícia de sua atuação na campanha da Restauração.

A 14 de março de 1661 (8) o juiz ordinário Francisco de Souza Falcão e o escrivão Manoel Rodrigues do Crato abriram inventário dos bens, de seus pais, no engenho Pirapama, na freguesia do Cabo de Santo Agostinho, do qual consta que já então era maior de 25 anos na época. Nesse ano deve ter assumido o morgado seu irmão João Paes de Castro

Em 1664 serviu como juiz ordinário de Olinda (9) e em 1665 residia no engenho Pirapama tendo colaborado com R 37$000 para a finta para o dote da rainha da Grã-Bretanha, tendo sido um dos encarregados de procede-la. Esteve envolvido nos acontecimentos que culminaram com a deposição do governador Jerônimo de Mendonça Furtado, a 13 de agosto de 1666 (10). Este, em sua representação ao rei Afonso III, em 1667, denunciava-o como um dos devedores a instituições públicas e privadas e dera ajuda para que se cobrassem dívidas de seu irmão João Pais de Castro e dele próprio, Estevão, a várias pessoas da praça (11).

Por carta patente de 23 de maio de 1667 ( ) do governador André Vidal de Negreiros (24.1.1667-13.6.1667) foi nomeado capitão da Ordenança da freguesia do Cabo, da qual constavam os serviços prestados na guerra contra os holandeses, já referidos.

Por carta patente de 23 de março de 1671 ( ) do governador Fernão de Souza Coutinho foi nomeado capitão-mor da mesma freguesia.

Em 1672, ano em que se investiu na condição de quarto morgado do Cabo, foi eleito pela primeira vez provedor da Santa Casa da Misericórdia de Olinda ( ).

Em 29 de novembro de 1672 pede a S. Alteza para passar alvará de medição e demarcação e tombo dos bens do morgado (14.12.1672).

A 20 de julho de 1678 ( ) o governador Ayres de Souza Castro assinou carta de sesmaria "concedendo ao capitão-mor Estevão Pais Barreto uma data de terras situadas junto à barra do rio Pirangi que deságua no rio Una, constantes ditas terras de cinco léguas a contar da barra daquele rio para cima, com outras tantas léguas de largura".

Em 1684, ainda em recompensa pelos serviços prestados na guerra holandesa e, também, na dos Palmares, D. João de Sousa, - português - filho de D. Francisco de Sousa, 3º Conde do Prado e 1º Marquês de Minas, capitão general e governador da Capitania de Pernambuco (21.1.1682-13.5.1685), - confirmou-o no posto de capitão-mor do Cabo de Santo Agostinho e de seus distritos ( ).

Entre 1681 e 1684 foram revelados débitos que confirmaram a denúncia de Jerônimo de Mendonça Furtado contra João Pais de Castro, que foi terceiro morgado do Cabo e seu irmão Estevão. Provável cobrança ao Morgado da quantia de 51.000$000 (cinqüenta e um contos de reis) por conta de duas casas, no Recife, entregues em 1661, a D. Ana Corte Real, viúva de João Pais Barreto, primeiro morgado, conforme consta de Traslado

e Registro de uma carta do governador Ayres de Sousa Castro, de 15 de outubro de 1681 ( ) e débito de 75.000$000 (setenta e cinco contos de reis) de que "passou crédito Cristóvão Rodrigues, seu caixeiro" ao Hospital do Paraíso, conforme consta da escritura de doação e de edificação do Hospital, passada a 8 de outubro de 1684, no engenho Jurissaca, invocação de S. João Batista, na freguesia do Cabo de Santo Agostinho ( ).

Em 1688, voltou à provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Olinda.

Afonso de Albuquerque Mello, fidalgo Cavaleiro da Casa Real, coronel do Regimento das Tropas Montadas, 3º morgado do engenho Santo André, na freguesia da Muribeca, em seu memorial Série dos Albuquerque e outras ilustres famílias de Pernambuco considera que "em Estevão Pais Barreto, 4º morgado, "se exaltou a nobreza herdada com a fazenda adquirente, fazendo-o Deus entre seus parentes ricos, o mais rico, por senhor de sete engenhos de fabricar açúcar, de toda freguesia de Una, muito ouro, prata, gados e escravos; destes, por sua morte se achavam mais de trezentos (referida Série e O Nome e o Sangue, E.C.M., p.). Além do engenho Velho e da Guerra, na freguesia do Cabo, engenhos que fazem parte do vínculo; ... também os engenhos de sua fazenda, o Pirapama na mesma freguesia e os Ilhetas e São Gonçalo do Una (ou simplesmente Una), situados na freguesia de Una. Carlos Xavier Pais Barreto e Eugênio de Mendonça Pais Barreto consideravam que ele aumentara o seu acervo, levantando os engenhos Benfica (Benfica do Morgado), Carassú e Buenos Ayres este nas barreiras do vale do rio Jacuipe, todos situados na freguesia de Una – termo do atual município de Barreiros. Provavelmente foram levantados em terras que couberam ao pai, Estevão Pais Barreto I, na doação estipulada no codicilo ao testamento lavrado pelo avô João Paes do Cabo, em 1617, ou adquiridos em consequência de acertos posteriores entre os descendentes deste, como sugere Gilberto Osório de Andrade e Raquel Caldas Lins.

Sob sua administração o acervo do Morgadio compreendia provavelmente os engenhos Velho e da Guerra, na freguesia do Cabo. Dirigia ainda, de sua fazenda, os engenhos Pirapama, na mesma freguesia e os de Ilhetas e São Gonçalo, situados na freguesia de Una. Eugênio de Mendonça Pais Barreto ( ) e Carlos Xavier Pais Barreto ( ) suspeitam que fundara, também, os engenhos Benfica (Benfica do Morgado) e Carassú, nesta última freguesia, e Buenos Ayres, nas barreiras e vale do rio Jacuípe, todos situados no termo do atual município de Barreiros. Provavelmente foram levantados em terras que couberam ao pai, Estevão Pais Barreto I, na divisão estipulada no codicilo lavrado pelo avô João

Pais do Cabo, em 1617, ou adquiridos em consequência de acertos posteriores entre os irmãos ( ).

Estevão Pais Barreto II, 4º Morgado do Cabo provavelmente faleceu entre 2 de fevereiro de 1697 e 16 de dezembro de 1699 ( ). Na primeira data foi lavrada a escritura de testamento de sua prima D. Inês Barreto de Albuquerque – viúva do mestre-de-campo D. João de Sousa, e filha de Felipe Pais Barreto I e de D. Brites de Albuquerque – da qual foi um dos cinco testamenteiros e no qual lhe havia sido destinado "um cordão de ouro", "meia dúzia de pratos de prata pequenos, dois copos e um pires"( ). Na segunda data foi lavrado o testamento de D. Brites de Albuquerque, mulher do capitão Cristovão de Albuquerque de Mello – filho de Fernão Velho de Araújo e de sua mulher D. e irmã da citada D. Inês Barreto de Albuquerque. Neste testamento nenhuma vez é referido o capitão-mor Estevão Pais Barreto, enquanto por duas vezes é citado o capitão-mor João Pais Barreto; evidentemente o seu filho primogênito, o qual provavelmente ter-se-ia já investido, antes de 16 de dezembro de 1699 como 5º titular do Morgado do Cabo.

No codicilo ao seu testamento ( ), passado a 23 de junho de 1709, D. Inês Barreto de Albuquerque, viúva de D. João de Sousa, declarou que no seu testamento deixara "ao meu primo Estevão Pais a deixa de um cordão de ouro, e pelo dito ter falecido, se dará o dito cordão a José, seu neto, filho de meu sobrinho Fernando Rodrigues de Castro, que Deus o haja ( ). Depreende-se, portanto que na data acima, tanto Estevão e seu filho Fernando, eram falecidos.

Estevão Pais Barreto, 4º morgado, foi casado com D. Maria de Albuquerque ou Maria de Albuquerque Mello (Nob. II, 217), filha de seu tio Felipe Pais Barreto e de D. Brites de Albuquerque e houve do consórcio os seguintes filhos, de conformidade com Borges da Fonseca ( ) e com Afonso de Albuquerque Mello ( ):

1. João Pais Barreto – 5º morgado.
2. Felipe Pais Barreto – capitão-mor do Cabo.
3. Diogo Pais Barreto
4. Antonio Pais Barreto – capitão-mor de Una.
5. Fernão Rodrigues de Castro
6. Miguel Pais Barreto
7. Francisco Barreto Corte Real

Bn 2.2.1 Filho 1: João Pais Barreto. 5º Morgado. Será tratado em capítulo próprio.

Bn 2.2.2 Filho 2: Felipe Paes Barreto

Segundo gênito de Estevão José Paes Barreto, 4º Morgado do Cabo, nascera nos primeiros anos da década de 1660, conforme Evaldo Cabral de Mello.

Ainda de acordo com este historiador "iniciara como soldado raso nas tropas de primeira linha" sua carreira militar.

Em 1/7/1689 foi admitido como irmão da Santa Casa da Misericórdia de Olinda e do Recife (9 .Cod. de O – Liv. de admissão de irmãos – 1682-1859).

Em 1691 foi-lhe concedida carta patente de Capitão do "Regimento de Moços Solteiros" da freguesia do Cabo de Santo Agostinho. Ocupou durante 25 anos cargos militares e da administração municipal, tendo por diversas vezes sido membro da Câmara de Olinda. Teria sido nomeado Sargento-mor do Cabo em 1693.

Em 2/2/1697, sua tia D. Ignez Barreto de Albuquerque, viúva de D. João de Souza, em seu testamento nomeia-o administrador de seu engenho Algodoais, de invocação São Francisco, na freguesia do Cabo, com um legado de Rs 200$000 (duzentos mil réis) anuais, tirados do rendimento do engenho que doou à Santa Casa da Misericórdia de Olinda. Acrescentou que "por sua morte (de Felipe), irá continuando aos seus herdeiros e na falta lhe sucederá o parente mais chegado, aos quais se darão os ditos duzentos mil réis".

Fora promovido a Sargento-mor antes de 16/12/1699, pois foi citado como tal no testamento de D. Brites de Albuquerque, esposa do Capitão Cristóvão de Albuquerque e Mello – irmã de D. Inês Barreto de Albuquerque, a qual neste documento reclamou sobre a venda de um dos dois partidos de cana que possuía no engenho Garapu na freguesia do Cabo, feita por seu marido ao seu sobrinho, o Felipe em tela "por preço muito abaixo do seu valor", "a qual venda não permitia, nem assinaria escritura e quero que torne a ficar na mesma forma em que sempre o possui".

Provavelmente Felipe Paes Barreto deve ter herdado cota ou cotas do engenho que pertencera aos seus avós Felipe Paes Barreto e D. Brites de Albuquerque e aos seus

sogros, Antônio Paes Barreto e Maria de Albuquerque e possivelmente adquirindo outras dos demais herdeiros, pelo que o engenho Garapu terminou em suas mãos.

Em 1700 S.M. D. Pedro II (1668-1706), fê-lo Cavaleiro da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, com Rs 12$000 (doze mil réis) de pensão efetiva. As provanças de Felipe Paes Barreto se fizeram 4 anos após. No Recife ela se realizou a 15/4/1704, em Olinda de 24 a 26 de novembro do mesmo ano, e na povoação de Ipojuca de 13 a 17 de janeiro de 1705. A investigação foi realizada por Miguel Correia Gomes como comissário e pelo secretário seu concunhado Domingos de Araújo, ambos pertencentes à chamada "família dos quatro cunhados". Seis foram as testemunhas: Rafael Fernandes, alferes reformado, recifense morador na freguesia do Cabo; testemunhas olindenses Francisco Berenguer de Andrade, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, o padre Paulo de Terra e Souza, natural de Muribeca e o Sargento-mor Gonçalo Coelho Negromonte; ipojucanos Simão Roiz Pinto e Sargento-mor Domingos Vaz Gondim.

A inquirição foi dada por terminada pelo comissário Miguel Correa Gomes, ainda em Ipojuca. De volta ao Recife, enviou os papéis para Lisboa, porém somente em 30 de março de 1707 a Mesa da Consciência e Ordens comunicara a D. João V ser Felipe "infamado de cristão-novo por parte de sua avó materna tida e reportada por cristã-nova" (Evaldo, p.25).

[YS: Por pertinente, completei a citação de Evaldo].

[Conforme Evaldo Cabral de Mello, Felipe Paes Barreto recorreu da decisão que lhe negou o título de Cavaleiro, apresentando memorial não datado, mas que deve ser de 1708 ou 1709 (O nome, 38). Em 1709, D. João V enviou a representação ao exame da Mesa de Consciência e Ordens" (idem, 39).

Em fevereiro de 1710 chegou ao Recife D. Manoel Álvares da Costa nomeado bispo de Olinda e a ordem régia que erigiu a povoação do Recife em vila, ordem que o governador Sebastião de Castro Caldas cumpriu imediatamente.

Durante meses foi discutida a fixação dos limites da nova vila do Recife tendo ele sido ...a jurisdição sobre a freguesia de Muribeca, Cabo e Ipojuca ficando a Câmara de Olinda com as freguesias de Jaboatão, da ribeira do Capibaribe].

A sedição ou levante da nobreza de Olinda que se seguiu à tentativa de assassinato do Sebastião de Castro Caldas, a 17/10/1710, alcançou seu irmão João Paes Barreto, Morgado e Capitão-mor do Cabo, que o trata como Sargento-mor há 17 anos (desde 1693).

A atitude do morgado João Paes Barreto "foi de dissimulada simpatia pela causa do Recife" conforme apurou Evaldo Cabral de Mello. Segundo este autor nas (cartas) que o Governador Sebastião de Castro Caldas enviou da Bahia a El-rei, os dois irmãos encontram-se entre os fiéis: "o Sargento-mor do Cabo Felipe Paes Barreto, que lhe chegaram a tirar por não querer concorrer (para a rebelião) e o capitão-mor da mesma freguesia, seu irmão João Paes Barreto que o levaram preso e por força". E, ainda, "as tropas do Cabo haviam aderido "mais por força que por vontade, porque se houveram com toda a mansidão e boa inclinação, por defendiam (impediam) muitos estragos que os mais intentaram fazer".

Felipe Paes Barreto ficou do lado da nobreza, seguiu a orientação do irmão morgado, orientação que era também a dos seus primos Cristóvão Paes Barreto (de Mello), capitão-mor da freguesia do Una, e do seu irmão Antônio Paes Barreto, sargento-mor de Una, e dos primos Francisco de Sousa (filho de D. João de Sousa I) e D. João de Sousa II.

No período posterior ao levante dos nobres Felipe, conforme Evaldo Cabral de Mello, "pautou seu comportamento pela solidariedade clânica, recém cimentada pelo assassinato de seu irmão, o capitão-mor do Cabo" (p.49). Para Evaldo Cabral de Mello o levante dos mascates do Recife, em 18/4/1711 "veio empurrá-lo para o centro dos acontecimentos em consequência deste assassinato acontecido a 24/5/1711 (Calamidades, p. 62), na estrada entre seus engenhos, o Velho e o da Guerra às mãos de mercenários paulistas do Terço dos Palmares comandados por Bernardo Vieira de Mello, um dos caudilhos do partido da nobreza".

O filho deste, André Vieira de Mello, compadre do Morgado assassinado mandara chamá-lo para vingar a honra ultrajada pelo adultério que João Paes Barreto teria cometido com sua mulher Ana de Faria e Souza, filha do Sargento-mor do Estado, Nicolau Coelho dos Reis.

O Morgado ficou acéfalo, pois o filho mais velho do 5º Morgado, homônimo do pai João Paes Barreto ainda menino, não poderia assumir o vínculo.

O bispo e governador interino D. Manoel Alves da Costa nomeou Pedro Tavares Correia (a quem de acordo com Evaldo Cabral de Mello "a devassa sobre a morte de João Paes Barreto viria mais gravemente inculpá-lo do que ao próprio marido ofendido").

Pedro Tavares Correia, (alferes), era filho de Pedro Correia da Costa e de sua mulher D. Maria de Tavares e casado com D. Maria Madalena de Tavares, filha do Capitão João Paes de Mello (ou João Paes de Mello Barreto) e de D. Margarida Alves de Castro, e neto paterno de Cristovão Paes Barreto e de D. Margarida de Mello e neto materno de Estevão Paes Barreto, 2º Morgado do Cabo e de D. Catarina de Castro Távora. Era D. Maria Madalena, irmã de Cristóvão Paes Barreto de Mello, Capitão-mor da freguesia do Una e um dos baluartes dos mascates (Nob. II, p.30 e Calamidades, Manoel dos Santos, p. 83).

O povo da freguesia do Cabo recusou-se a receber a solução proferida pelo bispo, que terminou por nomear Felipe Paes Barreto, Capitão-mor do Cabo empossado em 1711, já ao fim do levante da nobreza.

Conforme Evaldo Cabral de Mello "o segundo levante, o dos mascates do Recife – contra o governo do Recife e da nobreza (junho de 1711) faria soar a hora da verdade. Tendo em vista o seu comportamento quando da rebelião anterior, esperava-se que ele negasse a cooperação de suas tropas para o assédio do Recife (O Nome.., p. 50).

Felipe Paes Barreto, depois de muita hesitação e quase de sua defecção, permanecera ao lado da nobreza (idem, p. 50). Conta o D. Manoel dos Santos (Calam., p.) que tendo reunido cerca de novecentos homens "não se determinara ao que havia de fazer". Diz Evaldo Cabral de Mello (p.50): "Com efeito, sua posição era delicada, pois caso se definisse pelos mascates, como os outros Pais Barreto, poderia ser alvo das retaliações da nobreza, a qual controlando as freguesias do interior, mandaria depredar seu engenho, como estavam fazendo às propriedades rurais dos comerciantes do Recife, ou até, quem sabe, assassiná-lo [como haviam feito ao irmão morgado]". Felipe "deixou-se convencer por um dos seus capitães no sentido de manter uma neutralidade armada: as tropas do Cabo permaneceriam de prontidão, no propósito exclusivo de proteger o distrito" (idem, p. 50).

Felipe "não contava a esta altura com mais de trinta soldados do contingente do Cabo. Com eles, provavelmente os lavradores e assalariados do seu engenho, e outros mais, é que participaria da batalha de Ipojuca, a 8/9/1711, ganha pelos nobres. Mas às

vésperas do recontro, Felipe participara de maneira desastrada de uma conspiração contra o comandante das forças de Olinda, João de Barros Rego", que foi frustrada. Felipe "pelejou com bravura" recuperando seu crédito junto à gente de Olinda (O nome e o Sangue, p.57). A batalha teve lugar nas vizinhanças do engenho de D. Maria Madalena, onde se haviam entrincheirado as tropas de Camarão e de Cristovão Paes Barreto (O Nome e o Sangue, p. 57). Conforme Evaldo Cabral de Mello, Felipe "colocara-se mais uma vez numa posição delicada, ao mudar de lado no momento errado, incompatibilizando-se com ambas as facções"; é, porém, 'injusto acusá-lo de haver faltado à solidariedade clânica no momento em que esta já não existia. Terminado, porém, o conflito, a unidade voltou a soldar-se em benefício de Felipe e de Antônio de Sá e Albuquerque " (O Nome e o Sangue, p. 60).

Felipe Paes Barreto em 1712 foi reabilitado; o governador Felix Machado manteve-o no cargo de Capitão-mor do Cabo. Em dezembro de 1712 "o Conselho Ultramarino em Lisboa despachava a indicação, e a 28 de março seguinte el-rei confirmara a designação, tendo em vista ser Felipe "um dos homens nobres daquela Capitania" e de se haver desincumbido "com bom procedimento (...), com interesse e limpeza de mãos " nos cargos da milícia e nas funções camerárias que exercera" (O Nome e o Sangue, p. 61).

Terminado o conflito Felipe retomou o recurso que interpusera em 1708, solicitando novas provanças, desta vez em Lisboa. Em maio de 1713 já confirmado Capitão-mor, a Mesa da Consciência e Ordens reexaminou a questão e opinou majoritariamente a favor da solicitação: D. João V ficou com a minoria da Mesa e, em fevereiro de 1714, vetou a reabertura da inquirição (O Nome e o Sangue, p. 63).

Fez-se eleger para a provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Olinda e conforme Evaldo Cabral de Mello (O Nome e o Sangue, p. 71) tentou uma judicial com a conveniência do ouvidor geral de Olinda, D. João Marques formado em Direito Canônico em Coimbra e ex Juiz de Paz de Ponte de Lima, Minho. Obteve do ouvidor uma sentença de justificação relativa à sua ascendência e parentela, o que corresponde a uma inquirição civil que, embora não produzisse efeitos jurídicos para a Ordem de Cristo, poderia revelar-se bastante útil para persuadir a Mesa a atender seu pleito de nova investigação por um comissário imparcial" (O Nome e o Sangue, p. 64). A investigação judicial interrogou sete testemunhas (p. 65).

"A segunda inquirição judicial, alusiva a parentela de Felipe Paes Barreto, apresentava menores dificuldades, na medida em que buscava apenas provar que vários membros da família haviam pertencido ou à Ordem de Cristo, ou a clerezia, tendo assim sido já objeto de investigação genealógica supostamente idônea" (idem, p.69-70). Esta "segunda investigação teve lugar na ermida no sítio de São Gonçalo da Praia ou do Paiva, atual praia do Paiva (Cabo) a qual pertencia a D. Francisco de Souza, como herdeiro dos antigos senhores, do engenho Jurissaca". As testemunhas foram em número de cinco. Em 1715 o ouvidor geral de Olinda, D. João Marques Bacalhau passa a "sentença de justificação, declarando que o capitão-mor do Cabo não só tinha tios e primos cavaleiros, como primos, irmãos e até um dos filhos na igreja".

Ainda em 1715, Felipe Paes Barreto recorreu novamente a el-rei, solicitando a abertura de segunda inquirição; aos primeiros argumentos, juntava a documentação que conseguira reunir através das duas inquirições judiciais.

Em dezembro de 1715 D. João manda a Mesa reexaminar o assunto. A Mesa pronunciou-se favoravelmente e D. João V, em maio de 1716 autorizou nova inquirição; correspondente ordem foi expedida em abril de 1717 e as segundas provanças só seriam terminadas quatro anos depois.

D. Francisco de Souza empossou-se interinamente no governo de Pernambuco em 11 de fevereiro de 1721 e só em abril o cavaleiro Francisco Alemão de Mendonça iniciava a inquirição por que se batia o Capitão-mor do Cabo desde 1705 (Evaldo, 71).

[YS: em folha mais antiga, aparece o trecho abaixo transcrito:

.... chegaram aos Afogados lhe puseram sentinelas às suas armas e no caminho, quando vieram com a notícia da retirada do dito governador, querendo voltar-se para sua freguesia de Ipojuca (do Cabo) vem (sic?) matando ao seu sargento-mor, Felipe Paes, por essa causa; e assim ele não degenerara de ter refutações, como veremos no segundo levante (Calamidades, p. 52).

Aconteceu que a 24.5.1711, o Capitão-mor e (5º) morgado do Cabo, João Paes Barreto, irmão de Felipe Paes Barreto, foi assassinado por uns paulistas, a mandado de André Vieira (alferes) e seu pai Bernardo Vieira (sargento-mor dos paulistas), com três tiros que lhe deram, vindo do engenho da Guerra para o seu (engenho Velho). Além do

mais proveram no mesmo dia ao dito posto de capitão-mor a Pedro Tavares (Calam. p. 62).

Foi promovido a Capitão-mor da freguesia do Cabo em data desconhecida e consta da justificação de nobreza do seu bisneto Felipe Pais Barreto Junior que fora também Capitão-mor da vila do Recife (?).

Pleiteou o Hábito da Ordem de Cristo, porém [não] lhe foi concedida à mercê por carregar sangue de cristão-novo, de vez que sua mãe, D. Maria de Albuquerque, era filha de D. Brites de Albuquerque, casada com Felipe Paes Barreto I, filha de Antônio de Sá Mahia e de D. Catarina de Mello de Albuquerque, era considerada cristã-nova.

Sorteado vereador à Câmara do Recife (....) para o ano de 1728 não chegou a assumir o mandato; faleceu antes de 21 de dezembro de 1727, data em que foi aberto o pelouro.

Felipe Paes Barreto casou-se com a prima D. Margarida Barreto de Albuquerque (...) ou Margarida de Barros, a moça (AAM), filha única de seu tio, sargento-mor Antônio Pais Barreto, senhor dos engenhos Garapu e Pitimbu, e de D. Margarida de Barros; neta paterna de Felipe Pais Barreto I e de D. Brites de Albuquerque e neta materna de João Barbosa de Mesquita e de D. Ursula Manelli, esta por sua vez filha de Francisco de Barros Manelli e de D. Ana de Holanda, filha de Cristóvão de Holanda de Vasconcellos e de sua segunda mulher D. Clara da Costa (...).

Tiveram os seguintes filhos (Nob. II, 28):

1. Antônio Pais Barreto
2. João Paes Crisostomo, sacerdote ordenado entre 1711 e maio de 1715 (O Nome e o Sangue, 54-56 e 70).
3. Luis Paes Barreto, faleceu solteiro.
4. Felipe Paes Barreto, solteiro para B.F. (Nob. II,) e falecido para AAM.
5. Francisco Barreto Corte Real ou Francisco Paes Barreto, sacerdote.
6. Fernando Rodrigues de Castro.
7. Maria Barreto de Albuquerque
8. Luisa Barreto de Albuquerque.
9. Lusia Barreto de Albuquerque.
10. Joana Barreto de Albuquerque.

[YS: Em folha solta, creio que resultante do famoso e desaparecido manuscrito conseguido por Evaldo (pela letra muito tremida, dos últimos anos de vida de Silvio), anota 11 filhos:

1. Antônio Paes Barreto, casado com Luisa de Mendonça
2. João Paes Crisostomo, sacerdote do hábito S. Pedro.
3. Luis Paes Barreto. Faleceu solteiro.
4. Felipe Paes Barreto, vive solteiro.
5. Fernando Rodrigues de Castro (BF), vive solteiro. Fernão Rodrigues de Castro Barreto (AAM) é (1770) casado com D. Inês Leitão, filha do Capitão Antônio Veloso e de sua mulher (em 1770 não tinham filhos) (meu tetravô).
6. Silvio salta este número.
7. Maria Barreto de Albuquerque (BF), casou duas vezes, a primeira com Afonso Maciel (BF). Maria Isabel Barreto de Albuquerque (AAM), sendo casada com o capitão-mor Afonso Maciel e sem prole. Casou com seu primo, mestre-de-campo José Rodrigues de Castro, do qual teve um único filho, João Paes Barreto, que vive solteiro.
8. Luzia de Lacerda (AAM), que casou com o Capitão Lourenço Paes Cabral, sem sucessão em 1770 (AAM). Luzia ou Luisa Paes de Albuquerque (BF).
9. Joana Francisca Xavier de Albuquerque, que casou com o mestre-de-campo Bento Correia de Sá (de filho natural, BF). Filhos:

1. Antônio Paes Barreto, solteiro em 1770.
2. José de Sá Pereira e Albuquerque, solteiro em 1770.
3. Francisco Antonio de Sá Barreto, solteiro em 1770.
4. João Paes Barreto de Sá, solteiro em 1770.
5. D. Maria Isabel Barreto e Albuquerque, que casou com um primo legitimo (AAM).
6. D. Isabel Maria de Sá, solteira em 1770.
7. D. Ana Francisca de Sá, solteira em 1770.

10. D. Luiza Barreto de Albuquerque casou com Pedro Marinho de Barros e Mello (AMM) e não teve filhos.
11. D. Margarida Barreto de Albuquerque, faleceu solteira.

TN 2.2.2.1 Antônio Paes Barreto, 1º filho de Felipe Paes Barreto, Capitão-mor da Vila de Serinhaém, casou-se com D. Luiza Mendonça Cabral, filha de João de Paços Crasto (ou João de Castro) (B.F.) e de sua mulher Maria Lourença de Mendonça Cabral (irmã do Capitão-mor Luis de Mendonça Cabral (BF)). Filhos menores (AMM):

1. Felipe Paes Barreto
2. Antônio Paes Barreto
3. João Paes Barreto de Crasto
4. D. Maria Lourença de Mendonça
5. D. Margarida de Barros e Albuquerque, falecida solteira (ou Margarida Barreto de Albuquerque ?).
6. D. Ignes Barreto de Albuquerque
7. D. Teresa de Jesus Maria
8. D. Josefa Ana de Jesus.
9. D. Joana Francisca Xavier Albuquerque

Qr 2.2.2.1.1. Felipe Paes Barreto fez carreira militar. D. Thomas José de Mello, capitão-general e Governador da Capitania de Pernambuco em 20/8/98 considera-o "pessoa nobre, descendente das principais famílias desta capitania, havendo servido a S.M. mais de 27 anos no posto de Capitão da 3ª Companhia do Regimento de Milícia, da freguesia do Cabo, de que é coronel José Felix da Rocha Falcão, conduzindo-se em todo o referido tempo com honra, prontidão e zelo do Real Serviço e atender seu pedido de reforma no referido corpo".

Suspeitamos que se tenha casado por observações, a primeira com D. Isabel Pereira de Távora (Nob. I, 59 e 125).

[YS: Registros de Francisco Augusto (Famílias Cearenses, 7, 219) dão um Felipe Paes Barreto, natural do Cabo, casado com Isabel Pereira da Fonseca, pais de:

Antônio Paes Barreto, que casou a 15.7.1740 em Sobral com Francisca Furtado de Mendonça, filha de Francisco Furtado de Mendonça, nascido em 1684, e de Isabel Nogueira, natural do Cabo. São listados 6 filhos deste casal].

A segunda com sua prima legitima Maria Isabel Barreto de Albuquerque ou Maria Isabel de Sá Barreto, filha do Mestre-de-Campo Bento Correa de Sá e de sua mulher Joana Francisca Xavier de Albuquerque, décima filha do Capitão-mor do Cabo Felipe Paes Barreto e de D. Margarida de Albuquerque.

Do 1º matrimonio provavelmente tiveram os seguintes filhos:

1. João Paes Barreto
2. Antônio Paes Barreto
3. Pe. Francisco Xavier Paes Barreto
4. Padre Dr. João Batista Barreto
5. Pe. Felipe Paes Barreto

[YS: Uma seta indica que Francisco Xavier Paes Barreto e Padre Dr. João Batista Barreto seriam filhos de João Paes Barreto, restando apenas três filhos: (1) João, (2) Antônio e o (3) Pe. Felipe Paes Barreto].

Do casamento com D. Maria Isabel Barreto de Albuquerque ou Maria Isabel de Sá Barreto, [filha do mestre-de-campo Bento Correia de Sá e de Joana Francisca Xavier de Albuquerque, tiveram provavelmente os seguintes filhos:

4. Francisco Antônio Paes Barreto
5. Antônio Francisco Paes Barreto
6. Maria Isabel Paes Barreto ou Maria Isabel de Sá Barreto
7. (salta para o 8, indicando que sabia de um sétimo).
8. Bento de Sá Barreto ou Bento Paes de Sá Barreto

Ambos [Felipe Paes Barreto e Maria Isabel] eram falecidos em 1839. Testamento lavrado em casa de Antônio José de Castro, no engenho Santo Estevão, freguesia de Muribeca, Comarca do Cabo.

Fabio Arruda encontrou os seguintes registros:

Livro de Assentos do Cabo - Óbitos – 1812/1817

*<< Aos doze dias do mês de agosto de **mil oitocentos e dezessete**, faleceu da vida presente, com todos os Sacramentos, o **Capitão Felipe Paes Barreto**, de **noventa anos de idade**, viúvo de **Dona Maria Isabel Barreto de Albuquerque**, morador em São*

José, foi sepultado na Capela do Engenho Velho, envolto em hábito de São Francisco, encomendado solenemente pelo Reverendo Coadjutor José Joaquim de Santa Ana e os mais reverendos sacerdotes de minha licença; e para constar se fez este assento em que assino. O Vigário Mnaoel Antônio do Espírito Santo – Vigário Interino >>

Livro de Assentos do Cabo - Óbitos – 1812/1817

*<< Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de **mil oitocentos e dezessete**, faleceu da vida presente, com os Sacramentos da Penitência e Extremaunção, Joaquim, de vinte e dois anos de idade, filho **Morgado Estevão Paes Barreto**, já defunto, e **Dona Maria Isabel Barreto**, moradores no Engenho Velho, foi sepultado na Capela do dito Engenho, envolto em hábito de São Francisco, encomendado solenemente por mim e os mais reverendos sacerdotes de minha licença; e para constar se fez este assento em que assinei. O Vigário Mnaoel Antônio do Espírito Santo – Vigário Interino >>*

Qn 2.2.2.1.1.1 João Paes Barreto, capitão em 23/10/1752 (História Territorial da Paraíba, vol. 1, reg. 40b, f. 225), juntamente com o irmão Tenente Antônio Paes possuíam terras no sertão de Curimataú da Capitania da Paraíba. Ficavam próximas ao rio Paratucá abaixo (ou seja, no Baixo Paratucá) até barra no Jacu. Estas terras delimitavam para oeste com outras que foram concedidas a Faustino Soares de Almeida e Joana Quitéria das Neves.

Teria sido provavelmente o João Paes que em 25/5/1776 (Hist. Terr. Da Paraíba, vol. 1, no. 1339 e vol. 1, 363-364) como)(sic) –era possuidor de terras no riacho de Cravata abaixo (baixo Cravata) contestadas com terras nas ilhargas da ribeira do Piancó, nas fraldas da serra da Borborema.

Talvez tenham sido seus filhos o Pe. Francisco Paes (ou Francisco Xavier Paes Barreto) e Pe. Dr. João Batista Barreto.

1 (filho ? de J.P.B)

Sx 2.2.2.1.1.1.1 Pe. Francisco Paes ou Francisco Xavier Paes Barreto (Hist. Territorial da Paraíba, vol. I, p. 909, no. 1009, Ref. 1794) – Era proprietário de terras que foram dos jesuítas, na Paraíba. Para o poente estas terras se limitavam com o sítio Capela, termo da vila de S. Miguel, pertencente ao Alferes Damásio Nunes de Mello, João Fernandes Linhares e Manoel Pereira Soares.

2 (filho de J. P.B. ?)

Sx 2.2.2.1.1.1.2 Pe. Dr. João Batista Barreto (Hist. Terr. da Paraíba, vol. I, p. 706, ref. 1775) (29/2/1775) em 29/12/17775, juntamente com o Tenente Manoel Lobo Barreto era possuidor de terras na Ribeira do Curimataú.

Qn 2.2.2.1.1.2 Antônio Paes Barreto (neto de Felipe Paes Barreto, Capitão-mor do Cabo (Nob. II, 376), que casou com Leonor Figueira de Moura, filha de Fernão Figueira de Moura, lisboeta, cujo pai teria sido procurador da coroa (Nob.) e de D. Joana de Sá, viúva de José de Sá e Albuquerque, o olho de vidro. D. Joana faleceu antes que chegasse a dispensa do casamento, deixando uma filha (Evaldo Cabral de Mello, O Nome e o Sangue, p. 231-233).

[YS – nota de Silvio, com interrogação]:

Felipe de Moura e Albuquerque (título de Bezerril Jácome, Nob. I, 44) casou com D. Joana Bezerra Peçanha, filha de Manoel Jacome Bezerra casado com Maria Peçanha do Amaral, e irmã de Manoel Jacome Bezerra Filho que em 1666 era Juiz de Órfãos na vila de Igarassu e que foi casado com D. Maria de Brito, filha de Diogo de Miranda Brito Borges e de sua mulher Custódia Gomes de Abreu.

Qn 2.2.2.1.1.3 Pe. Felipe Paes Barreto que a 3/9/1706 (?) (Zadoch, vol. 3, p. 60-61), juntamente com o Capitão Pedro de Mendonça conquistou sesmaria no rio Acaraú. Foi a primeira sesmaria concedida no dito rio, afluente do Acaracú, do qual os peticionários se dizem descobridores (Hist. Terr. da Paraíba, vol. ou 3, p.49). O Pe. Felipe não ocupou sua parte, sendo cedida a 2/7/1718 ao Tenente Brás Coelho.

Qn 2.2.2.1.1.4 Francisco Antônio Paes Barreto. Administrador do engenho Algodoais vinculado à igreja do Paraíso e do Hospital de São João de Deus (biografia do Exmo. Marquês do Recife. Pe. Luiz do Monte Carmelo Luna, 1865-p. 257) .

Em 8.8.1838 teve resolvida a seu favor pleito contra Francisco Paes Barreto, 8º morgado do Cabo, casado com sua sobrinha. O primeiro administrador do engenho foi seu avô o capitão-mor do Cabo Felipe Paes Barreto mediante contrato com o Hospital do Paraíso. Provavelmente conforme o estabelecido com D. Ignes Barreto de Albuquerque, o contrato passou para o filho e terminou com o neto.

Em 1837 era legitimo administrador do engenho Algodoais doado ao Hospital do Paraíso pela vocação da testadora D. Ignez Barreto de Albuquerque, viúva de D. João de Sousa I, e que pela mesma foi deixado sob as vistas de Felipe Paes Barreto, com direitos transmissíveis aos seus descendentes, mediante um legado de R$ 200$000 pago em cada ano com os rendimentos do mesmo engenho.

Casou com D. Mariana de Santa Ana Araújo. Testamento de 9.2.1839, em Igarassu. (Sem sucessão ?).

Qn 2.2.2.1.1.5 Antônio Francisco Paes Barreto, major da legião, reformado no governo de Chichorro da Gama (11.7.1845-19.4.1848).

Qn 2.2.2.1.1.6 Maria Isabel Paes Barreto ou Maria Isabel de Sá Barreto. Segunda esposa de Estevão José Paes Barreto, 7º morgado do Cabo, pais de Francisco Paes Barreto, Marquês do Recife, 8º morgado do Cabo. Ver descendência no 7º morgado.

Qn 2.2.2.1.1.7 Bento de Sá Barreto ou Bento Paes de Sá Barreto, que casou com Teresa Cavalcanti de Albuquerque Mello ou Joaquina Paes Barreto ?

Pais de:

1. Joaquina Francisca Barreto de Albuquerque, que faleceu solteira, depois de 1883.
2. José Luis Paes Barreto, falecido solteiro depois de 1883.
3. João Paes Barreto
4. Antônio de Albuquerque Paes Barreto

Sx 2.2.2.1.1.7.3 João Paes Barreto, em 1883, era capitão e morador no engenho Tabocas. Casado com Maria Bernadete Barreto Lamenha Lins (Maria Bernadete Barreto Lins, após o casamento), irmã do Coronel Bento José Lamenha Lins, e filha do Capitão Joaquim Lamenha Lins, proprietário do engenho Ilha das Salinas, freguesia de Serinhaém, e sobrinha do Capitão Manoel Francisco Lamenha Lins, senhor do engenho Serrinha, na freguesia de Serinhaém, e do engenho Quilebra, na freguesia de Ipojuca (DP, 20.9.1839) e falecido a 20.9.1839 (DP). Pais de:

1. Adolfo Augusto Paes Barreto

2. João Baltazar Paes Barreto

3. Francisco Torquato Paes Barreto

4. Afonso Henrique Paes Barreto, falecido em 15.9.1883, sem sucessão.

5. Maria Benedicta Barreto Lins, sem notícias.

6. Firmina Augusta Paes Barreto Lins, falecida solteira.

7. Maria do Carmo Paes Barreto Lamenha Lins. Teve 26 filhos e faleceu em 24.3.1887.

8. Teresa Amélia Barreto Lins, falecida solteira.

9. Olympia Amélia Barreto Lins, que casou com Sebastião Augusto Lamenha Lins.

10. Maria da Conceição Barreto Lins.

11. Catarina Augusta Paes Barreto Lins.

12. Ana Amélia Barreto Lins, falecida solteira.

St 2.2.2.1.1.7.3.1 – João Baltazar Paes Barreto, nascido a 6.1.1854 (1859) e falecido em 1929. Casou-se com D. Ana Augusta Achola (Acioli ?) Fraga, viúva de Manoel de Sousa Rocha, em 4.2.1896 na matriz de S. José no Recife (L 7, 86v), tendo sido testemunhas Francisco Torquato Paes Barreto, seu irmão, e José Ferreira de Pinto de Magalhães. A viúva trouxe dois filhos:

Gilberto Fraga Rocha, médico oftalmo-oto-rino-laringologista que foi professor de Tisiologia da Faculdade de Medicina do Recife.

Antônio Fraga Rocha, bacharel em Direito e odontologista.

Não houve filhos do segundo matrimônio de D. Ana.

St 2.2.2.1.1.7.3.2 – Adolfo Augusto Paes Barreto, nascido em 1861 e falecido em 1930.

Casou-se com D. Ana Gomes, viúva de Felix de Albuquerque Melo, que trouxe os seguintes filhos:

Maria Luiza de Albuquerque Melo

Maria Amélia de Albuquerque Melo

Jovina de Albuquerque Melo

Miguel de Albuquerque Melo

Amélia de Albuquerque Melo

Felix de Albuquerque Melo Filho

Do segundo matrimônio houve os seguintes filhos:

Adolfo Augusto Paes Barreto, filho

Alice Paes Barreto

Hercília Paes Barreto

Ot 2.2.2.1.1.7.3.2.1 – Adolfo Paes Barreto, filho, casou-se com D. Nair Holanda Cavalcanti. Pais de:

Valdira de Holanda Paes Barreto

Valdemar de Holanda Paes Barreto

Valdecir de Holanda Paes Barreto

Vilma de Holanda Paes Barreto

Vanda de Holanda Paes Barreto

Ot 2.2.2.1.1.7.3.2.2 – Alice Paes Barreto, casada com Natanael Maranhão. Pais de:

Maria do Carmo Maranhão Barreto

Jaime Maranhão Barreto

Nelson Maranhão Barreto

Ot 2.2.2.1.1.7.3.2.3 – Hercília Paes Barreto, casou com Enéas Brandão. Pais de:

Maria de Lourdes Barreto Brandão

Orlando Barreto Brandão

José Barreto Brandão

Edson Barreto Brandão

Dulce Barreto Brandão

Enéas Barreto Brandão Filho

Noel Barreto Brandão

St 2.2.2.1.1.7.3.3 Francisco Torquato Paes Barreto, nascido a 27.2.1866 e falecido a 6.10.1934. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, em 1890. Casou com D. Jovina de Albuquerque Melo, sua enteada, filha de Felix de Albuquerque Melo e de D. Ana Gomes de Albuquerque Mello (que casou [Ana Gomes] em segundas núpcias com seu irmão Adolfo Augusto Paes Barreto). Pais de:

Odorico de Albuquerque Barreto

Francisco Torquato Paes Barreto Filho

Maria Pais Barreto

Noêmia Pais Barreto

Isaura Pais Barreto

Milton Pais Barreto

Zuleide Pais Barreto

Ot 2.2.2.1.1.7.3.3.1 - Odorico de Albuquerque Barreto, nascido em 3.2.1897, capitão do Exército. Casou com D. Luisa Lins Wanderley, filha de Manoel José Lins Wanderley e de D. Adalgisa Lins Wanderley. Pais:

Miriam Wanderley Barreto

Nely Wanderley Barreto

Odorico Antonio Wanderley Barreto

Ot 2.2.2.1.1.7.3.3.2 - Francisco Torquato Pais Barreto Filho, nascido em 16.3.1899. Capitão do Exército Nacional. Casou-se com Maria Clara Coelho Barreto. Pais de:

Lúcia Maria Coelho Barreto

Ot 2.2.2.1.1.7.3.3.3 - Maria Pais Barreto, nascida a 24.10.1900. Casou com Arlindo de Oliveira. Pais de:

Isa Barreto de Oliveira

Ivo Barreto de Oliveira

Ot 2.2.2.1.1.7.3.3.4 - Noêmia Pais Barreto, nascida a 30.6.1902. Casou-se com Pedro Farias. Pais de:

Fernando Barreto Farias

Maria do Carmo Barreto Farias

Thomaz Barreto Farias

Francisco Barreto Farias

Pedro Barreto Farias

Ot 2.2.2.1.1.7.3.3.5 - Isaura Pais Barreto, nascida a 24.5.1912. Casou-se com Otaviano Araújo Junqueira. Pais de:

Rejane Barreto Junqueira

Cilene Barreto Junqueira

Ot 2.2.2.1.1.7.3.3.6 - Milton Pais Barreto ou Milton de Albuquerque Barreto, nascido a 19.12.1913. Odontólogo. Solteiro.

Ot 2.2.2.1.1.7.3.3.7 - Zuleide Paes Barreto, nascida a 1.1.1918, solteira.

St 2.2.2.1.1.7.3.4 – Afonso Henrique Paes Barreto, falecido em 15.9.1883, sem sucessão. Dele consta convite de sétimo dia: " O capitão João Paes Barreto, Adolfo Augusto Paes Barreto, João Balthasar Paes Barreto, Francisco Torquato Paes Barreto, Maria Benedicta Barreto Lins, Sebastião Augusto Lamenha Lins, Antonio Joaquim Lamenha Lins, Theresa Amélia Barreto Lins, Olympia Amélia Barreto Lins, Maria da Conceição Barreto Lins, Catarina Augusta Barreto Lins, Anna Amélia Barreto Lins, José Luiz Paes Barreto, Joaquina F. Barreto de Albuquerque, feridos da mais acerba dor pela nefasta morte de seu caro filho, irmão, sobrinho, cunhado e primo, Affonso Henrique Paes Barreto, convidam aos seus parentes e amigos para assistirem às missas que mandam rezar no dia 15 do corrente, sétimo dia do seu passamento, nas igrejas do Carmo do Recife, na

capela de João de Barros e na capela do engenho Tabocas, pelas 7 1/2 horas da manhã, pela alma daquele finado e desde já se confessam eternamente gratos".

St 2.2.2.1.1.7.3.7 Maria do Carmo Barreto Lins. Teve 26 filhos e faleceu em 24.3.1887 (DP).

St 2.2.2.1.1.7.3.9 Olímpia Amélia Barreto Lins, casada com seu provável primo Antônio Joaquim Lamenha Lins. O primeiro proclama do casamento foi editado em 25.5.1875 (DP). Ambos viviam em 1883.

Provavelmente filho do Capitão Manoel Francisco Lamenha Lins, senhor do engenho Quileba, em Ipojuca e falecido a 20.9.1839 (irmão de Bento José Lamenha Lins que foi depois proprietário do dito engenho).

St 2.2.2.1.1.7.3.11 Catarina Augusta Barreto Lins, casou com Benjamin da Silva. Sem sucessão e sem notícias.

St 2.2.2.1.1.7.3.12 Ana Amélia Barreto Lins. Faleceu solteira.

Sx 2.2.2.1.1.7.4 Antônio de Albuquerque Pais Barreto. [4º fiho de Bento de Sá Barreto ou Bento Paes de Sá Barreto]. Nascido em 1817 e falecido antes de 4.2.1873.

Casou-se com a prima Maria Alexandrina de Sá Barreto, filha de José Joaquim de Sá Barreto, major de Milícias, e de sua mulher D. Maria da Assunção (ou da Purificação) Pereira Caldas. D. Maria Alexandrina, que nascera em 1817, faleceu viúva a 2 de julho de 1891, com 74 anos de idade, no Recife (J.R.). Pais de:

1. Juvenal Pais Barreto, falecido sem sucessão. Um Juvenal Francisco Barreto teve uma filha legitima que falecera e foi sepultada na capela de Serinhaém a 25.8.1881 (L 3, óbitos de Serinhaém, 1867-1888, 133v).
2. Maria Carlota Pais Barreto, nascida em 1842 e falecida em abril de 1938, aos 96 anos, solteira.
3. Antônio de Albuquerque Pais Barreto Filho.

4. José (ou João) Francisco Pais Barreto, tenente-coronel.
5. Frederico Augusto Pais Barreto, alferes.
6. Ana Pais Barreto, falecida criança.
7. Francisco Augusto Pais Barreto.

St 2.2.2.1.1.7.4.3 Antônio de Albuquerque Pais Barreto Filho casou-se no Recife, em fevereiro de 1874 (1.º-21.1.1874, J.R.) com D. Elisa Rita Moreira Costa. Pais de:

I – Melquiades de Albuquerque Pais Barreto

II – Artur de Albuquerque Pais Barreto

III – Emilio de Albuquerque Pais Barreto

IV – Elísio de Albuquerque Pais Barreto

St 2.2.2.1.1.7.4.4 José (ou João) Francisco Pais Barreto, nascido a 25 de maio de 1848. Cavaleiro da Ordem da Rosa por decreto de 17.8.1866 (AHN,Cx 789). Em 1888 foi um dos munícipes que estavam a frente das comemorações da abolição dos escravos em Pau d'Alho ou Nazaré (DP, 14.5.1888). Tenente honorário do Exército por serviços prestados na guerra do Paraguay concedido pelo decreto de 21.3.1870 (AHN, Cx 789).

Casou-se, quando tenente, na matriz de S. José, a 4.2.1873, com D. Ana Maria Ferreira Magalhães, filha do major Antônio Francisco de Sousa Magalhães e de D. Ana Luisa Ferreira (Magalhães), na freguesia de São José, sendo testemunhas o Tenente-coronel Alexandre de Farias Vitor e o Capitão Antônio Francisco da Costa ((S. José, L 3, 78), (2ª JR, 13.1.1873). Faleceu reformado no posto de coronel, em sua residência à Rua 6 de março, em Jaboatão, a 30 de outubro de 1913. Pais de:

I – Virginia Paes Barreto, nascida a 31 de agosto de 1877 e falecida a 22 de outubro de 1879.

II – Alice Augusta Pais Barreto, faleceu solteira, em Olinda.

III – Alberto Carlos Pais Barreto, nascido a 8 de janeiro de 1883 e falecido a 22 de outubro de 1919 em Jaboatão. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Foi prefeito de Jaboatão e Deputado Estadual em Pernambuco.

IV – José Aurélio Pais Barreto, casou-se duas vezes. A primeira com D. Clarice Machado Dias. Pais de:

Dirceu Pais Barreto, casado com D. Ivane de Albuquerque Pais Barreto.

José Carlos Pais Barreto, casado com D. Maria do Carmo Rocha Barreto. Pais de:

Laura Rocha Pais Barreto

A segunda vez com D. Maria Luisa de Albuquerque. Pais de:

Aurélio Pais Barreto Filho

Arlindo Pais Barreto

Hilda Paes Barreto

Victor José Pais Barreto

Nilza Pais Barreto, falecida criança.

Maria do Carmo Pais Barreto

V – Ulysses Oscar Pais Barreto, casou-se com D. Capitulina Eulália do Rego Cavalcanti. Pais de:

Ana Elisa Pais Barreto

VI – Albertina Pais Barreto

VII – Alcina Pais Barreto

VIII – Octavio Pais Barreto

St 2.2.2.1.1.7.4.5 Frederico Augusto Pais Barreto, que se transferiu para a Bahia, onde constituiu família. Por decreto de 21 de março de 1870 recebeu o posto de Alferes do Exército por serviços prestados na guerra do Paraguai (AHN, Doc. Hist., Cx 788). Teve filhos, dos quais há registro de um:

I – Adalberto ou Alberto Ramos Pais Barreto, que residia e era comerciante no bairro dos Aflitos, no Recife.

St 2.2.2.1.1.7.4.6 Francisco Augusto Pais Barreto, casado com D. Maria Isabel Rufina Ferreira de Mendonça (1º. Proclama, 19.10.1874, J.R.) em 6.8.1885 em oratório privado na freguesia de São José (S. José, L 4, 95), sendo testemunhas Francisco de Lemos Duarte e Ceciliano Augusto de Gusmão. Pais de:

I – Nicanor Pais Barreto, casado com sucessão.

[YS: como não foi localizada a folha seguinte, no manuscrito, não se pode excluir haver outros filhos].

Os demais filhos do capitão-mor Antônio Pais Barreto e de D. Luisa Mendonça Cabral, informados por AMM, ainda menores, são listados, mas nada é informado sobre os mesmos:

Qr 2.2.2.1.2 - Antônio Paes Barreto

Qr 2.2.2.1.3 - João Paes Barreto de Crasto

Qr 2.2.2.1.4 - D. Maria Lourença de Mendonça

Qr 2.2.2.1.5 - D. Margarida de Barros e Albuquerque, falecida solteira (ou Margarida Barreto de Albuquerque ?).

Qr 2.2.2.1.6 - D. Ignes Barreto de Albuquerque

Qr 2.2.2.1.7 - D. Teresa de Jesus Maria

Qr 2.2.2.1.8 - D. Josefa Ana de Jesus.

Qr 2.2.2.1 9 - D. Joana Francisca Xavier Albuquerque

TN 2.2.2.2 João Paes Crisostomo. Sacerdote de S. Pedro.

TN 2.2.2.3 Luis Paes Barreto. Faleceu solteiro.

TN 2.2.2.4 Felipe Paes Barreto. Vive solteiro.

TN 2.2.2.5 Fernão Rodrigues de Castro ou Fernão Rodrigues de Castro Barreto. Casou com D. Inês Leitão, filha do Capitão Antonio Veloso e de sua mulher. Tetravô de Silvio.

Borges da Fonseca o declara solteiro em torno de 1760. Natural da freguesia do Cabo, nela viveu inicialmente. Transferiu-se depois para a freguesia de Serinhaém.

Afonso Albuquerque e Mello di-lo casado com D. Inês Leitão, filha do Capitão Antonio Veloso e de sua mulher D. N.... Pais de:

Qr 2.2.2.5.1 Felipe Pais Barreto Senior

Qr 2.2.2.5.2 Alexandre de Castro Sá Barreto

Qr 2.2.2.5.1 – Felipe Pais Barreto Senior

Felipe Pais Barreto Senior, fora filho de Fernando Rodrigues de Castro ou Fernão Rodrigues de Castro, conforme o processo de justificação de descendência e nobreza de seu neto Felipe Pais Barreto Júnior.

Deste documento consta que "era tratado e se tratava pela lei da nobreza, era abastado de bens, ocupara por várias vezes os cargos de vereador e juiz ordinário no Senado da Câmara e fora capitão de Ordenança da vila de Serinhaém, posto em que se reformara". Viveu durante a segunda metade do século XVIII e o primeiro quartel do século XIX na freguesia da Vila Formosa de Nossa Senhora da Conceição de Serinhaém, principalmente no engenho Camaragibe, situado no terreno desta vila e na direção do qual se "acharam", sucessivamente, João Cavalcanti de Melo, em 1750 (...); João Rodrigues Pereira, em 1761 (...); Manoel Lopes Viana, em 1788 (...) e Antônio Jerônimo Lopes Viana, em 1816 (...).

Carlos Xavier Pais Barreto e Eugenio de Mendonça Pais Barreto consideram-no proprietário do engenho, porém o documento citado esclarece que ele era, apenas, "lavrador de canas de fazer açúcar do referido engenho". Justifica-se, plenamente, sua presença no engenho pelo fato de Manoel Lopes Viana ter sido provavelmente pai e Antônio Jerônimo Lopes Viana, irmão, de seu genro Francisco de Paula Lopes Viana, alferes reformado, em companhia de quem vivera os últimos anos de sua vida, de 1824 a 1828.

Faleceu às 11 horas do dia 5 de setembro de 1828 no engenho Camaragibe, sendo sepultado no Convento de São Francisco da vila de Serinhaém, no dia seguinte (JCPB).

Casou-se duas vezes. A primeira com senhora da família Pinto ou Pinto Casado, resultando um único filho:

1. Antônio Pinto Pais Barreto.

A segunda com D. Francisca Teresa de Mello, Francisca Teresa Cavalcanti ou Francisca Teresa de Melo Cavalcanti, filha de Manoel Freire de Sousa e de D. Maria de Barros (ou Barros Cavalcante), neta materna de Manoel de Barros Franco e de D. Ana Cavalcanti de Mello.

D. Francisca Teresa finou-se a 28 de março de 1830 (...) no engenho Camaragibe, tendo sido sepultada na capela do mesmo engenho.

Manoel Freire de Sousa, já viúvo de D. Maria de Barros e morador no engenho Boca da Mata, faleceu a 8 de abril de 1812, aos 80 anos de idade, no dito engenho, sendo sepultado na capela-mor do engenho Palma, na mesma freguesia.

Manoel de Barros Franco, proprietário do engenho Cucau, em 1761 (...) e dos engenhos Palma e Boca da Mata em 1788 e 1802 (...) (...), ambos situados na freguesia de Serinhaém, fora nomeado capitão-mor agregado das Ordenanças da vila a 5.11.1782, referendado no posto a 14.5.1788 (...) e posteriormente reformado. D. Ana Cavalcanti de Mello, sua mulher, possivelmente seria a mesma Ana Maria de Jesus, filha de João Cavalcanti de Mello, que foi Tenente-general das Ordenanças e senhor do engenho Camaragibe, falecido a 7 de setembro de 1750, e de sua mulher D. Izabel Pereira (...).

Do segundo matrimônio resultaram os seguintes filhos:

2. Inês de Castro Sá Barreto ou Inês Cavalcanti Pais Barreto, ou ainda, após o casamento, Inês Barreto Viana.
3. Antônio Paes Barreto (de Sá)
4. Francisco Pais Barreto
5. Felipe Pais Barreto Júnior

Qn 2.2.2.5.1.1 Antônio Pinto Pais Barreto

Antônio Pinto Pais Barreto, morador no lugar Pedra do Ribeiro, na freguesia de Rio Formoso (...).

Em 22.3.1839 (CSF-Se, CAD. f. 190) estava casado com D. Maria Engracia de Albuquerque e o casal tinha uma filha (...):

Ana Feliciana Pais Barreto.

Em 12 de setembro de 1840 (idem, 97), já moradores no engenho Palma, na freguesia de Serinhaém, pai e filha foram padrinhos de batismo na matriz desta freguesia.

Em 28 de dezembro de 1843, Maria Engracia de Albuquerque e Francisco Pais Barreto (provavelmente o meio-irmão do marido), moradores no engenho Palma, foram padrinhos de batismo na mesma matriz.

Em 1844 (14.4; 9.6), juntamente com sua mulher, foram padrinhos de batismo na mesma matriz (L. Bat. 1836-1848 do CSF-Se, f. 39) (idem, 1844, 9.6, f. 48v).

Antônio Pinto Pais Barreto faleceu a 10 de outubro de 1847 (...).

Qn 2.2.2.5.1.2 - Inês de Castro Sá Barreto, Inês de Castro Pais Barreto, Inês Cavalcanti Pais Barreto ou, ainda, Inês Barreto Viana,

Casou-se com Francisco Paula Lopes Vianna, provavelmente filho de Manoel Lopes Viana, que se achava à frente do engenho Camaragibe, na freguesia de Sernhaém, em 1788 (...).

Francisco de Paula Lopes Vianna, soldado do Regimento dos Nobres de Milícias do Recife, foi nomeado furriel da 5ª Companhia do mesmo Regimento, de que era capitão Antonio de Figueredo Gouvêa, a 29 de agosto de 1788 (...).

Promovido a alferes da 6ª Companhia do mesmo Regimento, da qual era Coronel Manoel Correa de Araújo, vago por baixa conferida a Manoel José Serpa, em 2 de setembro de 1803, foi este comandante comunicado, a 17 de janeiro de 1806, pelo capitão-general e governador da Capitania de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ter sido dada baixa ao mesmo Francisco de Paula do posto que ocupara em cumprimento da Real Ordem expedida pelo Tribunal do Conselho Ultramarino na data de 5 de novembro de 1805.

O alferes e sua mulher eram moradores no engenho Camaragibe, a frente do qual se achava em 1816, seu provável irmão Antônio Jerônimo Lopes Vianna, então Tenente da Cavalaria Miliciana e juiz ordinário da vila de Serinhaém.

De acordo com assento de óbito de Manoel Freire de Sousa, falecido a 8 de abril de 1812, sogro de Felipe Pais Barreto Júnior, que por sua vez era sogro do personagem em tela, este foi nomeado 2º testamenteiro de Manoel Freire de Sousa.

Em 11 de fevereiro de 1824 ele e a mulher foram padrinhos de batismo de João Batista Pais Barreto, primogênito de Felipe Pais Barreto Júnior, na capela do engenho Ribeirão, situado na mesma freguesia,

Francisco de Paula faleceu a 1 de junho de 1859 no Recife e D. Ines a 21 de outubro de 1848.

Consta que tiveram um filho:

Francisco de Paula Barreto Vianna, falecido a 7 de março de 1856.

Obtivemos informações sobre vários Lopes Vianna porém não conseguimos estabelecer se se tratavam de filho, netos, irmão ou sobrinho do dito Francisco de Paula.

José Lopes Vianna, nomeado a 4 de março de 1795 (...) alferes da Companhia dos Familiares do Santo Ofício da vila do Recife, da qual era capitão Manoel Francisco Maciel Monteiro e removido no posto de alferes para a recém criada Companhia de que era capitão Joaquim Gomes da Silva Azevedo, em 2 de setembro de 1803 (...).

Manoel Lopes Vianna, que era casado com Ignacia Maria, pardo, em 1812 (...).

Joaquim Lopes Vianna, morador no sítio Araquara, onde posteriormente foi erigido o engenho do mesmo nome, na freguesia de Serinhaém, em atividade em 1810 (...), do qual fora procurador Antônio Pais Barreto de Sá, filho de Felipe Pais Barreto Júnior, e irmão de D. Inês Barreto Vianna.

Antônio Jerônimo Lopes Vianna em 24 de maio de 1816, com 39 anos de idade, era casado e morador no seu engenho Camaragibe, na freguesia de Serinhaém. Fora tenente da Cavalaria Miliciana e .... juiz ordinário da mesma vila (BN, SMss, C. 229-7). Teve baixa de tenente da 4ª Companhia do Regimento das Cavalarias de Serinhaém, sob comando do coronel Antônio de Holanda Cavalcante, em execução da Real Ordem de 25 de maio de 1795, passada em 5 de fevereiro de 1805 e feita cumprir pelo capitão general e governador de Pernambuco em 8 de agosto de 1806 (BN, Mss, C 13, 2,17, fls. 168-169).

Luis Lopes Vianna, casado com Senhorinha Rogéria do Amor Divino que em 3 de dezembro de 1865 sepultaram o filho José na capela de Santo Antonio do engenho Antas.

Qn 2.2.2.5.1.3 Antônio Pais Barreto (de Sá)

Antônio Pais Barreto (de Sá), senhor do engenho Contra-açude, da freguesia de Santo Amaro de Jaboatão.

Casou-se com D. Ana Isabel Vieira. Era filha de José Vieira Suajo e de D. Inocência Luiza de Barros, moradores no engenho Contra-açude, na freguesia de Santo Amaro de Jaboatão (inventário iniciado em 20 de fevereiro de 1793 no Cabo (2, povoação do Cabo) e terminado em 21.12.1801). Sua cunhada, D. Ana Joaquina Cândida Cavalcante, casada com Felipe Pais Barreto Júnior, filha de João Antônio da Silva Jr. e de D. Gertrudes Margarida Vieira (2º matrimônio desta).

D. Ana Isabel faleceu a 2 de agosto de 1836 (...) e Antônio em 7 de março de 1842 (Cartório de órfãos, XVIII, 1843).

Do inventário do marido, constata-se que foram pais de:

1. Maria Vitória Pais Barreto
2. Joaquina Angélica Pais Barreto
3. Inocência Luiza Pais Barreto
4. Joana Francisca Xavier de Albuquerque

1. Maria Vitória era maior e solteira, em 1843.
2. Joaquina Angélica ou Ana Joaquina de Paula Barreto casou-se com Antônio Francisco de Paula Barreto. Tinham os seguintes fihos, em 1843:

Ana Isabel, com 18 anos.

Maria, com 17 anos.

Joana, com 8 anos. Veio a se casar com o bacharel José Antonio Correia da Silva, e faleceu a 3 de junho de 1880, com sucessão.

3. Innocência Luiza, em 1843 se assinava Innocência Luiza de Barros. No inventário do pai é, apenas, declarada falecida.
4. Joana Francisca Xavier de Albuquerque, casada com José Thomaz de Sá Barreto, irmão de seu cunhado Antônio Francisco de Paula Barreto. D. Joana faleceu antes de 1843. Pais de:

Ana Isabel de Sá Barreto, em 1843 já era casada (adotando o nome de Ana Isabel Barreto de Sabóia) com o bacharel João Antonio Sabóia, advogado com escritório, em 2 de outubro de 1839 na rua das Queimadas, no Recife (DP).

Rita Herculana Pais de Sá.

Antônio Pais de Sá Barreto. Cavaleiro da Ordem da Rosa por decreto de 17 de agosto de 1866; alferes do 5º Corpo de Voluntários da Pátria por serviços prestados na guerra do Paraguai, por decreto de 15 de junho de 1867. Casamento em 5 de agosto de 1874, na matriz de S. José (L. 3 fls. 94v) com Cândida Pereira Lins, sendo testemunhas Dr. Manoel de Barros Barreto e Dr. José Antonio Correia da Silva.

Joana Celestina (Joana Celestina Barreto da Silva) casada com Dr. (bacharel ?) José Antonio Correia da Silva, falecida em 3.6.1880.[21]

Qn 2.2.2.5.1.4 Francisco Pais Barreto.

Francisco Pais Barreto. Natural da freguesia de Serinhaém, durante a juventude e a primeira adulticia foi morador e desenvolveu atividades agrícolas nos engenhos Palma, Ribeirão e Camaragibe, todos situados na referida freguesia.

Casou-se a 29.5.1841, no engenho Ribeirão, com D. Maria das Dores de Jesus, nascida em 1799 (Serinhaém, cãs. 2-19.5.1828).

Em 1843 viviam no engenho Palma.

Entre 1840 e 1860 suas atividades se concentravam nos engenhos Ribeirão e Cocula, nos quais possuía escravos e em cujas capelas costumava casa-los e batizar os filhos destes.

Em torno de 1860 viviam no engenho Lobo (desdobrado do Antas, ambos na mesma freguesia), no qual D. Maria das Dores faleceu a 24 de abril de 1861, com 62 anos de idade, tendo sido sepultada na capela de Santo Antônio, do mesmo engenho.

Francisco, viúvo, continuou morador no mesmo engenho Lobo e as últimas notícias sobre ele datam de 2 de setembro de 1862 [Nota lateral- DP 9.12.1871- faleceu no Recife e foi sepultado no Cabo; DP 13.12.1871 missa mandada celebrar por Gaspar de Drummond, a 16.12.1871].

Do matrimônio consta ter resultado duas filhas:

Francisca Teresa de Barros Cavalcanti, que, juntamente com o pai, a 9.3.1847, foram padrinhos de batismo na capela do engenho Ribeirão (L. 3º de CSF-Se. 1831-1848, fl. 207).

[21] Silvio anota a contradição de duas Joanas, uma filha de Joana Francisca e outra da irmã desta Joaquina Angélica, que de fato são a mesma pessoa, mas qual é de fato a mãe?

Maria das Dores de Jesus, que com o pai foi madrinha de batismo na capela do engenho Ribeirão em 20.9.1845 (L. 4º de Bat. Serinhaém 1831-1848, fl. 93v) e 13.1.1848 (L. 3º ou 4º. De Bat. De Serinhaém, 1831-1848, fls. 178 e 193).

Qn 2.2.2.5.1.5 Felipe Pais Barreto Júnior (Felipe de Limão Doce).

Felipe Pais Barreto Júnior nasceu a 24 de março de 1798, no engenho Palma da freguesia de Serinhaém (...), então pertencente aos seus bisavós maternos, capitão-mor agregado da freguesia Manoel de Barros Franco e de D. Ana Cavalcanti Mello. Foi batizado a 20 de dezembro de 1798 na capela do dito engenho, sendo seus padrinhos seu tio Roberto da Silveira Franco e sua consorte D. Ana Cavalcanti de Mello. Seu padrinho de crisma foi seu tio Antônio Franco da Silveira (...).

Soldado voluntário da 3ª Companhia do 2º Batalhão da Divisão dos Voluntários Leais d'El Rey, a 15 de outubro de 1817 requereu justificação de descendência e nobreza para alçar ao posto de cadete, na conformidade dos decretos de 16 de março de 1757 e de 19 de maio de 1797, tendo sido julgado "se achar nas circunstâncias de ser declarado cadete", em 19 de outubro de 1817, pelo Conselho da Divisão de Voluntários, constituído pelo Tenente-coronel Comandante, Luiz Pessoa Palhano, pelo Sargento-mor, D. Francisco da Costa de Sousa e pelo Capitão-mor José Bernardino Cardoso. Atingiu, posteriormente, o posto de Capitão.

Residiu, sucessivamente, nos engenhos Ribeirão e Camaragibe, na freguesia de Serinhaém, Limão Doce e Burarema, dos quais foi proprietário, na freguesia de Rio Formoso, e finalmente Boa Sorte e Lobo, na freguesia de Serinhaém, tendo falecido neste último a 9 de maio de 1862, sendo sepultado na capela de Santo Antônio, deste dito engenho.

Casou-se a primeira vez com D. Ana Joaquina Cândida Cavalcanti (Barreto ou Pais Barreto) a 6 de fevereiro de 1822, na capela do engenho Ribeirão da freguesia de Serinhaém. Foi oficiante o Padre Francisco de Paula Carneiro Leão, meio irmão da nubente. Serviram de paraninfos seus cunhados Francisco de Paula Lopes Vianna e Manoel do Carmo Carneiro Leão (este irmão do Padre Francisco de Paula) e suas consortes (...).

D. Ana Joaquina Cândida (Barreto ou Pais Barreto) nasceu a 3 de janeiro de 1802 no engenho Ribeirão e foi batizada no dia 10 de janeiro do mesmo ano na capela do

mesmo engenho, sendo seus padrinhos Vicente Elias Cavalcanti de Albuquerque e sua mulher D. Inocencia de Mello Cavalcanti, tendo sido apresentada pelo seu irmão mais velho Manoel do Carmo Carneiro Leão (Filho).

D. Ana Joaquina Cândida (depois Ana Cândida Pais Barreto) era filha de João Antônio da Silva Júnior, proprietário em 1788 (...) e em 1802 (...) dos engenhos Ribeirão e Cocula, falecido em 23.8.1814 (L. Óbito 1812-1815, f...), e de D. Gertrudes Margarida Vieira (da Silva) ou Gertrudes Carneiro Leão, viúva de Manoel do Carmo Carneiro Leão I e filha do Capitão-mor José Vieira Soajo e de D. Innocência Luisa de Barros, neta materna do Capitão-mor Manoel Carneiro Leão e de D. Inocência de Barros, senhor do engenho Carnijó e senhora do engenho Macujé.

Nossa interpretação sobre a presença de dois irmãos Carneiro Leão na descendência de D. Gertrudes Margarida Vieira é a seguinte:

D. Gertrudes Margarida casara-se em primeiro matrimônio com Manoel do Carmo Carneiro Leão I, de quem tivera dois filhos:

Manoel do Carmo Carneiro Leão II (meio irmão de D. Ana Joaquina Cândida), que casou com D. Maria do Carmo (?).

Padre Francisco de Paula Carneiro Leão, meio-irmão de D. Ana Joaquina Cândida.

D. Gertrudes Margarida casou-se, em segundas núpcias com João Antônio da Silva, passando a usar o nome de Gertrudes Margarida Vieira da Silva, de quem teve os seguintes filhos:

João Antônio da Silva, neto, falecido a 18 de junho de 1843 (...)

Ana Joaquina Cândida Vieira da Silva (Ana Cândida Pais Barreto), falecida a 25 de abril de 1836 (...) e que casa com Felipe Pais Barreto Júnior.

Esta interpretação está concorde com o assento de batismo de João Batista Pais Barreto e com as notas deixadas por José de Castro Pais Barreto, seu irmão.

Felipe Pais Barreto Júnior e D. Ana Joaquina Cândida Cavalcanti (Ana Cândida Pais Barreto) tiveram 12 filhos dos quais apenas de 3 conseguimos notícias:

1. João Baptista Pais Barreto
2. José de Castro Pais Barreto
3. Maria do Carmo (Senhorinha) Pais Barreto

4. Ana Eufrasina Pais Barreto
5. Joaquim Geminiano Pais Barreto
6. Arcelina de Castro Pais Barreto
7. Joviniano Irineu Pais Barreto
8. Gertrudes Margarida Pais Barreto
9. Serviliano de Castro Pais Barreto

Os dois últimos gêmeos, que viveram pouco tempo e, em consequência de cujo parto a mãe foi levada à morte.

Felipe Pais Barreto Júnior casou-se a segunda vez com D. Rufina Lins Vanderley, do ramo Vanderley da freguesia de Porto Calvo, na Província de Alagoas, a 8 de janeiro de 1838, na capela do engenho Genipapo, da mesma freguesia. Fora celebrado o casamento pelo vigário José Gabriel. Serviram de padrinhos os irmãos de D. Rufina, o coronel José Mauricio Vanderley e Manoel Accioli Vanderley e suas consortes (...).

José Mauricio Vanderley, coronel, foi proprietário do dito engenho Genipapo de 1838 a 1873, e do engenho Eixo, ambos da referida freguesia. Manoel Acccioli Vanderley, casado com D. Maria Bernardina Accioli, em 1846 era tenente-coronel do 1º Batalhão da 1ª Legião da Guarda Nacional de Serinhaém e Rio Formoso, proprietário de um dos engenhos denominados Cachoeira, da freguesia de Porto Calvo, e em 1860, do engenho S. José (de Aldeia ?), da freguesia de Serinhaém, na Província de Pernambuco.

Deste matrimônio surgiram 18 filhos, dos quais sobreviveram os sete seguintes:

1. Francelino Lins Pais Barreto
2. João Lins Pais Barreto
3. Manoel Lins Pais Barreto
4. Miguel Lins Pais Barreto
5. Herculano Lins Pais Barreto
6. Gertrudes (ou Maria Gertrudes) Lins Pais Barreto
7. Pedro Lins Pais Barreto

Felipe Pais Barreto Júnior casou-se pela terceira vez, em outubro de 1858 com D. Rosa (ou Rosa Maria) de Barros Vanderley, viúva de Francisco Marinho de Barros, da família Barros Vanderley. Deste consórcio não houve filhos.

Felipe Pais Barreto Júnior, viúvo pela terceira vez, faleceu a 9 de maio de 1862, com sessenta e quatro anos de idade, tendo sido sepultado na capela de Santo Antônio do engenho Lobo, na freguesia de Serinhaém.

Sx 2.2.2.5.1.5.1 João Baptista Pais Barreto (Major).

João Batista Pais Barreto nasceu a 3 de janeiro de 1824 e foi batizado a 11 de fevereiro do mesmo ano, na capela do engenho Ribeirão, na freguesia de Serinhaém, pelo Reverendo Antônio Joaquim Ferrão, tendo sido seus padrinhos Francisco de Paula Lopes Vianna e sua mulher D. Inês Cavalcanti Pais Barreto, moradores no engenho Camaragibe, da mesma freguesia. O tio Francisco Pais Barreto, representou, por procuração, o avô paterno Felipe Pais Barreto Senior, que morava no engenho Camaragibe, e a avó materna D. Gerttrudes Margarida da Silva (...), então proprietária do engenho Ribeirão.

Casou-se com D. Maria Genoveva de Gouveia, nascida a 3 de janeiro de 1828 e batizada no engenho Mato-Grosso (em Santa Ana do Mato Grosso), da freguesia de Rio Formoso, pelo Padre Antônio das Neves, sendo padrinhos o tio materno Antônio José Diniz Machado e a avó materna D. Ignez (ou Ignacia) Maria de Jesus (JBPB). O casamento foi realizado em 24 de novembro de 1847 na capela do engenho Mato-Grosso, sendo oficiante o vigário Antônio Marques de Castilho e testemunhas o irmão José de Castro Pais Barreto, o cunhado José Bezerra de Barros Cavalcantii e as senhoras D. Ana Joaquina de Gouveia Moura e D. Brites Maria de Gouveia Moura.

D. Maria Genoveva de Gouveia era filha de João Bento de Gouveia, falecido a 18 de fevereiro de 1872 no engenho Mato-Grosso e sepultado na capela do dito engenho, e de D. Rita Angélica de Jesus ou Rita Machado, neta paterna do Coronel mestre-de-campo Francisco Gouveia Sousa e de sua mulher, D. Margarida Cavalcanti da Silveira e neta materna do português José Francisco Diniz Machado e de D. Ignez (ou Ignacia) Maria de Jesus (...).

João Batista e D. Maria Genoveva permaneceram no engenho Mato-Grosso até 3 de junho de 1848 quando se transferiram para o engenho Limão, arrendado ao proprietário, respectivamente pai e sogro João Bento de Gouveia por 1.100$000 (um conto e cem mil reis) anuais.

Durante o governo de seu amigo Dr. Joaquim Pires Machado Portela (...) e por Decreto de 11 de novembro de 1855 foi nomeado Major-ajudante de Ordens do Comando Superior do Recife.

Provavelmente após a morte do pai, acontecida em 1862 o engenho Bararu ou Burarema, que pertencia a este foi partilhado. A 13 de julho de 1872 comprava ao irmão

José de Castro Pais Barreto a parte que este e os filhos Maria, Fernando e José possuíam no dito engenho e no sítio Boa Vista, inclusive as benfeitorias e a safra. A compra foi realizada por 11.000$000 (onze contos de réis), parte paga à vista e parte em duas letras das quais a última venceria a 25 de maio de 1874. Arrendou o engenho ao Sr. Joaquim Alves de Castro "pela quantia de 2.000$000 (dois contos de réis) cada ano, o qual aceitou três letras de dois contos de réis cada uma, sacadas no dia 18 de junho de 1872, a vencer-se a primeira a vinte e dois meses, a segunda a trinta e quatro e a terceira a quarenta e quatro".

D. Maria Gouveia faleceu a 7 de agosto de 1862, tendo sido feito inventário e celebrada missa de 1º aniversário de seu falecimento a 7 de agosto de 1872 (Missa, DP. 5.8.1872). A morte surpreendeu João Batista a 25 de agosto de 1872, no engenho Limão Doce, da freguesia do Rio Formoso, tendo sido sepultado no dia seguinte na capela do engenho Mato-Grosso da mesma freguesia. A morte de João Baptista fora antecedida pela de seu sogro João Bento de Gouveia que falecera a 18 de fevereiro de 1872, no mesmo engenho Mato-Grosso, onde fora, também, sepultado (DP, 18.2.1872). Foram mandadas celebrar missas de 7º dia (DP, 29.8.1872; José de Castro Pais Barreto, Francisco Pais Barreto, Barcimos Pais Barreto, Ana Pais Barreto, Maria Pais Barreto; DP, 29.8.1872, Joaquim Geminiano Pais Barreto).

Foram, segundo notas do pai, pais de:

Lidia

Francisca

Barcémio

Maria

Rita

Lidia

Ana

José

St 2.2.2.5.1.5.1.1 Lidia, nascida no dia 3 de agosto de 1849, batizada em 2 de janeiro de 1850 pelo vigário Castilho, sendo padrinhos os avós maternos João Bento de Gouveia e D. Rita Angélica de Jesus. No dia 13 de fevereiro de 1857 foi enviada para o Recife, afim de aprender as primeiras letras, porém faleceu de febre amarela a 25 do mesmo mês e ano, tendo sido sepultada no mesmo dia no cemitério público.

St 2.2.2.5.1.5.1.2 Francisca, nascida a 4 de abril de 1850 e batizada em novembro do mesmo ano pelo Padre Nicolau, no oratório do engenho Burarema. Foram padrinhos o avó paterno Felipe Pais Barreto Júnior e sua quarta esposa, D. Rufina Lins Vanderley.

Viajou para o Recife a 13 de fevereiro de 1857, juntamente com a irmã Lidia para estudar primeiras letras.

Casou-se com Benigno Marinho Lins Sucupira em 1872, após a morte do pai João Baptista (1ª anunciação em 9.9.1872, EMPB – 1º proclama: 9.9.1872, DP).

Benigno Marinho nasceu a 2 de junho de 1851 e fora batizado a 8 de setembro do mesmo ano, pelo Padre Manoel Fortunato no oratório privado do engenho Livramento, então na freguesia de Porto de Pedras. Foram padrinhos o Capitão João Nepomuceno dos Santos Colaço (?) ou Calheiros (?) e sua mulher D. Maria de Morais. Era filho do coronel João Marinho Falcão Sucupira e de D. Ana Joaquina dos Anjos (Lins).

João Marinho Falcão Sucupira, provavelmente filho de João Marinho Falcão, proprietário do engenho Riachão dos Marinhos, sito na freguesia do Porto de Pedras em 1849, em nome dos herdeiros deste.

João Marinho Falcão Sucupira residia na povoação de São Miguel dos Milagres, em Passo de Camaragibe. Foi proprietário do engenho Livramento pelo menos até 1852. Em 1852, pela lei municipal no. 197, de 28 de junho deste ano, foi desmembrado do município de Porto de Pedras de que fazia parte a aldeia de Passo de Camaragibe que passou a ser vila, instalada a 4 de setembro do mesmo ano. João Marinho foi um dos sete vereadores eleitos e a primeira sessão da 1ª. Câmara foi realizada a 15 de setembro do referido ano.

Foi proprietário dos engenhos Boa Vista e Pontes pelo menos a partir de 1859 e do Boa Sorte a partir de 1873, todos situados em Passo do Camaragibe. Deve ter falecido

em 1891 pois nesse ano os engenhos estavam registrados como pertencentes aos herdeiros.

Recebeu à mercê de Oficial da Ordem da Rosa por Decreto de 14 de março de 1860.

Constam como filhos do casal João Marinho e D. Ana Joaquina dos Anjos (Lins):

D. Generosa Lins que casou a 13 de fevereiro de 1858 com o coronel Augusto Accioly de Barros Pimentel, nascido no engenho Várzea do Sousa a 2 de maio de 1834, filho de José de Barros Pimentel, capitão de Milícias e de D. Barbara Accioly de Barros Vanderley (..., 51-111). Era proprietário do [engenho] Água Comprida em Passo do Camaragibe (1873-1876).

Benigno Lins Marinho Sucupira, já citado.

Ana Lins Marinho Sucupira, que será citada adiante.

Teria provavelmente sido irmão de João Marinho, Joaquim Marinho Falcão, proprietário do engenho Guadalupe em 1849, sito então no município de Porto de Pedras, e dos engenhos Bosque Alegre e Ilha Bela, localizados no município de Passo de Camaragibe. O primeiro estava em seu nome em 1859 e o segundo estava em 1873/1874 em nome dos herdeiros.

Outros parentes seriam: Gonçalo Marinho Falcão, Tenente-coronel na Paraíba, que foi condecorado com o hábito da Ordem de Cristo, mercê passada na Bahia a 10.2.1808 (CX 787, Pacote 1, Doc. 3) e que recebeu carta patente, confirmando-o no posto de alferes da 10ª Companhia do Regimento de Cavalaria de Milícias da capital da Capitania da Paraíba do Norte, passada no Rio de Janeiro a 11.10.1810 (Códice 137, L. 17, fs. 18). Fora provido pelo governador da Capitania Amaro Joaquim Raposo de Albuquerque. Gonçalo Marinho Falcão, juntamente com irmãos se achavam à frente do

engenho Floresta, em 1859, em Porto de Pedras; Francisco Manuel Marinho Falcão em 1873/1874 a frente do engenho Conceição Nova, em Passo de Camaragibe.

Vasco Marinho Falcão, proprietário do engenho Piabas em 1849, situado no município de Maceió. João Marinho Falcão, proprietário do mesmo engenho (então Piabinhas), em 1859 e do engenho S. Cypriano de Cunhaú de 1849 a 1859 no mesmo município; e mais do Cantinho, em 1874 e com outros do Poço Grande, no município de (Proca), de 1873 a 1876.

Gonçalo Rodrigues Marinho, proprietário do engenho Riachão e proprietário do engenho Passo Alegre, em 1859, no município de Passo de Camaragibe e do engenho Velho, no mesmo município, que, em 1873-1874 estava na posse de seus herdeiros.

Manoel Rodrigues Falcão, ao qual foi concedida sesmaria de três léguas de terra no termo de Campo Maior da Capitania do Piauí, por alvará passado no Rio de Janeiro em 5.12.1829 (Cod. 137, L. 75, fls. 72v).

João Rodrigues Falcão ao qual foi concedida carta patente, confirmando-o no posto de capitão-mor das Ordenanças da vila de Parnaíba, no Rio de Janeiro, a 20.5.1819 (Cod. 137, L. 51, fl. 176).

Ot 2.2.2.5.1.5.1.2.1 Benigno Marinho Lins Sucupira foi co-proprietário do engenho Burarema no município de Serinhaém, proprietário do engenho S. Pedro, no município de Gameleira além de haver herdado partes dos engenhos possuídos pelos pais.

Foram pais de:

João Baptista

Maria da Piedade

José Vicente

Benigno

Nt 2.2.2.5.1.5.1.2.1.1 João Baptista, negociante, casado com Maria Peixoto, filha de Júlio Peixoto, funcionário da Repartição dos Correios, no Recife. Tiveram os seguintes filhos:

Baránio, militar, casado, residente em Curitiba, estado do Paraná. Casou com Ana, com sucessão.

Júlio, comerciante, solteiro, residente no Rio de Janeiro.

Nt 2.2.2.5.1.5.1.2.1.2 Maria da Piedade, casada com o primo João José Bezerra Cavalcanti, filho de José Bezerra Cavalcanti e de D. Ana Eufrasina Pais Barreto (Bezerra Cavalcanti), e proprietário do engenho Cabras Velhas, situado no município de Jaboatão, no início do século XX; D. Eufrasina era sua tia-avó. Pais de:

Luiza, casada com Gastão Duarte de Barros, comerciante no Recife, filho de Theodomiro Duarte de Barros, também comerciante, filho de José Abilio de Barros e de D. Belmira Duarte.

Helena, casada com o primo Francisco Gouveia, filho de Vicente Gouveia e de Francisca Hermina Bezerra Cavalcanti; neto paterno de ... e neto materno de José Bezerra de Barros Cavalcanti e de D. Ana Eufrasina Paes Barreto (Bezerra Cavalcanti). Pais de:

Alcione, falecida

Alceu Gouveia

Alcione Marco de Gouveia, casou com Marlene Simões Ribeiro (de Gouveia), nascida a 25.10.1935, filha de Antonio Ribeiro e Augusta Simões Ribeiro, Casaram a 25.1.1956. Pais de:

Francisco Mario de Gouveia, nascido a 11.12.1958. Casou com Elizabeth Barbosa Colares (de Gouveia), nascida a 27.1.1954. Pais de:

Tatiane Glória Colares de Gouveia, nascida a 15.8.1982.

Caroline Colares de Gouveia, nascida a 10.6.1986.

Alceu Gouveia, nascido a 4.10.1925, casou com Odete de Castro (Gouveia), nascida a 25.10.1923, a 22.11.1952. Sem sucessão.

Nt 2.2.2.5.1.5.1.2.1.3 José Vicente [Sucupira], residente no Recife, funcionário da Companhia Nacional de Navegação Costeira e, depois, gerente da Companhia de

Seguros Lloyd Nacional. Casou-se duas vezes. A primeira com D. Elvira Pereira, filha de Álvaro José Pereira e de D. Maria da Conceição Pereira. Sem sucessão. A segunda com D. Celina Cavalcanti, filha de José Pinto Cavalcanti e D. Januária Vieira Cavalcanti. Pais de:

Mariza. Casou com N ... Carneiro Leão.

Ricardo

Sérgio, comerciante e industrial

Cintia, médica

Leila

André

Nt 2.2.2.5.1.5.1.2.1.4 Benigno [Sucupira], residente no Rio de Janeiro, médico-radiologista, chefe dos Serviços de Radiologia da Assistência Municipal (Pronto Socorro)[22]. Nasceu a 13.8.1894 e faleceu a 22.2.1979. Casou-se a 20.1.1917 com D. Débora Couto, filha do comerciante Domingos Lopes Couto e de D. Angelina Couto. Houve do casamento dois filhos:

Gilda Couto Sucupira

Aluizio Couto Sucupira

Dt 2.2.2.5.1.5.1.2.1.4.1 Gilda Couto Sucupira. Nasceu a 7.11.1918. Casou a 20.12.1947 com o bacharel Archibal (Estelita) Cavalcanti Pessoa, do Ceará [deve ter nascido em Canindé, CE, onde seus irmãos Caetano Filho, Romero e Guilherme, também advogado e magistrados, nasceram – FA], filho de Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa [n. Igarassu, PE – FA] e de Teheonilla [de Jesus Barreira, filha do ex-deputado provincial Francisco Alves Barreira Cravo e de Maria de Jesus Marinho – FA]. Pais de:

[22] YS: Acaso o Dr. Benigno, médico do Lloyd Brasieiro, muito amigo do meu avó Dr. Antônio de Sá Barreto Sampaio Júnior, o qual quando vinha do Rio de Janeiro nos trazia caixas de caqui.

1. Hylma Sucupira Estelita. Nasceu a 5.10.1948. Casou a 27.6.1977 com Eduardo de Oliveira Santos, nascido a 22.8.1946. Pais de:

Mariana Estelita de Oliveira Santos, nascida a 3.10.1978.

Eduarrdo Estelita de Oliveira Santos.

2. Heloisa Sucupira Estelita, nasceu a 26.12.1949, arquiteta, solteira.

3. Gustavo Estelita Cavalcanti Pessoa, nascido a 6.6.1951, casou com Maria Carmen Lobo (Estelita), nascida a 13.7.1952. Pais de:

Patrick Lobo Estelita, nascido a 7.7.1970.

4. Elizabeth Sucupira Estelita, nascida a 9.7.1952, casou com Paulo Marque de Sousa, falecido de tumor endocraniano, a 28.9.1987. Uniu-se a Fábio Garcia. Pais de:

Maria Estelita Garcia, nascida a 21.4.1980.

Joana Estelita Garcia, nascida a 11.3.1984.

5. Gilda Sucupira Estelita (Filha), nascida a 24.3.1954, casou a 10.8.1976 com Marcus Vinicius Pessoa Coelho

Dt 2.2.2.5.1.5.1.2.1.4.2 Aluizio Couto Sucupira, nasceu a 31.3.1920 e faleceu a 28.9.1987. Casou com Heloisa da Veiga, nascida a 26.7.1928, filha do Dr. Octavio da Veiga e de D. Maria Helena, falecida. Pais de:

Carlos Alberto da Veiga Sucupira, nascido a 1.5.1948, casado com Maria Cecília Paula Machado. Pais de:

Maria Cecília

Maria Helena

Heloisa

Maria Anita da Veiga Sucupira, nascida a 1.12.1949. Casou com ...., sem sucessão.

Teresa Anita da Veiga Sucupira. Nasceu a 12.10.1950. Casou com ....., sem sucessão.

St 2.2.2.5.1.5.1.3 Barcémio, com três meses de idade foi batizado a 30 de março de 1853, no oratório privado do engenho Limão (Limão Doce), na freguesia de S. José da Comarca do Rio Formoso, sendo oficiante o vigário de Escada, Simão d'Azevedo Campos, tendo sido seus padrinhos José de Castro Pais Barreto e sua mulher D. Maria Gentil (Bebiana) de Gouvêa (...). Foi bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, em 1874.

Casou-se a 17 de abril de 1882 ou a 14 de junho de 1882 com D. Ana Marinho Sucupira (Pais Barreto), nascida a 12 de outubro de 1860, filha do coronel João Marinho Falcão Sucupira e de D. Ana Joaquina dos Anjos (Lins), na residência destes na povoação de S. Miguel dos Milagres, na Província de Alagoas. Tudo faz crer que Barcémio e Benigno se conheceram nos corredores da Faculdade frequentados pelo primeiro de 1870 a 1874 e pelo segundo de 1868 a 1872. Então, deve ter-se processado a aproximação e consolidação da amizade entre ambos e se estabelecido condições para a futura troca de irmãos.

Por decreto de 28 de novembro de 1884, Barcémio foi nomeado Juiz Municipal de Órfãos do termo de Lages, da Província de Santa Catarina sendo, depois, considerado sem efeito este decreto. Nomeado em 28 de fevereiro de 1885 para o termo de S. José, da mesma Província. Partiu de Pernambuco no dia 13 de fevereiro e desembarcou em Desterro no dia 22 do mesmo mês, assumindo o exercício do cargo a 11 de março de 1885. Fez carreira na Magistratura da Província de Santa Catarina, tendo se aposentado como desembargador. Barcémio faleceu em 1915 e D. Ana a 13 de fevereiro de 1933, ambos no Rio de Janeiro. Foram pais de:

Mario, nascido a 17 de maio de 1883 e falecido a 3 de fevereiro de 1884.

Alfredo

Ot 2.2.2.5.1.5.1.3.1 Alfredo Marinho Pais Barreto, nascido em Palmares, no estado de Pernambuco a 19 de junho de 1884. Formou-se em Medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e exerceu-a no Rio de Janeiro.

Casou-se com D. Angelina Couto, nascida no Rio de Janeiro, a 2 de janeiro de 1889, irmã de D. Débora Couto, casada com seu primo Benigno Sucupira.

Alfredo faleceu a 22 de agosto de 1942 e D. Angelina a 5 de outubro de 1956, ambos no Rio de Janeiro. Foram pais de:

Elisa

Eunice

Marina

Carlos Eduardo

Nt 2.2.2.5.1.5.1.3.1.1 Elisa [Paes Barreto], nascida a 11 de janeiro de 1911. Casou-se a 6 de setembro de 1930 com Fernando Carlos de Mattos, nascido na Bahia a 16 de janeiro de 1906, oficial da Marinha, sendo atualmente Almirante reformado. Pais de:

Luis Fernando Pais Barreto de Mattos

Luis Fernando Pais Barreto de Mattos, nascido no Rio de Janeiro a 20 de julho de 1931. Formou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Casou-se com Heloisa Mathias Costa, a 23 de dezembro de 1954, de quem se desquitou em 1972 e, posteriormente, se divorciou. Tiveram duas filhas:

Vera Lucia de Mattos, nascida a 25 de abril de 1957.

Lucia Helena de Mattos, nascida a 30 de janeiro de 1972 e casada em maio de ... com Eduardo Henrique de Moraes.

Casou Luis Fernando, pela segunda vez, a 7.6.1977 com Odete Pinto Costa, nascida a 26 de março de 1945. Pais de:

Fernando Costa Mattos, nascido a 6 de agosto de 1974 (?), em S. Paulo.

Nt 2.2.2.5.1.5.1.3.1.2 Eunice [Paes Barreto Rabelo], nascida no Rio de Janeiro a 25 de março de 1913. Casou-se a 17 de setembro de 1931 com Francisco Eduardo Accioly Rabelo, médico dermatologista, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Professor aposentado de Dermatologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, renomado clínico, nascido no Rio de Janeiro a 31 de dezembro de 1905. O Professor Eduardo faleceu a 25.1.1989, sem sucessão.

Nt 2.2.2.5.1.5.1.3.1.3 Marina [Paes Barreto de Faria], nascida no Rio de Janeiro a 11 de março de 1918. Casou-se a 5 de fevereiro de 1936 com Afrânio de Faria, nascido no Rio de Janeiro a 28 de abril de 1912, oficial de Marinha, e falecido a 26 de junho de 1971, como Vice-Amirante da Reserva Remunerada. Pais de:

Paulo Pais Barreto de Faria

Paulo Pais Barreto de Faria, nascido no Rio de Janeiro a 25 de março de 1937. Casou-se a 1.7.1960 com Liliana Raja Gabaglia de Toledo, de quem se desquitou. Pais de 4 filhos:

Eduardo Toledo de Faria, nascido a 6 de abril de 1961.

Marcelo Toledo de Faria, nascido a 5 de abril de 1962.

Andrea Toledo de Faria, nascida a 24 de fevereiro de 1965.

Adriana Toledo de Faria, nascida a 20 de dezembro de (1966). Casou a 5.11.1991 com Sérgio de Sousa, filho de Lélio de Sousa e de Elisa Wenschendelson.

Nt 2.2.2.5.1.5.1.3.1.4 Carlos Eduardo Pais Barreto, nascido no Rio de Janeiro a 16 de abril de 1920. Formado em Engenharia Química. Químico industrial e empresário. Casou-se a 16 de dezembro de 1944 com Clotilde Fonseca, nascida em S. Paulo, a 4 de agosto de 1920. Pais de:

Alfredo Carlos Paes Barreto

Carlos Alberto Paes Barreto

Renata Fonseca Paes Barreto

Alfredo Carlos Paes Barreto, nascido a 25 de setembro de 1945. Casou-se com Vera Cecília Meira de Castro, nascida a 5 de outubro de 1951. Pais de:

Carlos Eduardo Pais Barreto Neto, nascido a 28 de fevereiro de 1973.

Maria Paula Paes Barreto, nascida a 15 de outubro de 1975.

Carlos Alberto Paes Barreto, nascido a 7 de fevereiro de 1950. Casou-se com Cristina Pierotti, nascida a 30 de julho de 1948. Pais de:

Cristina, nascida a 3 de julho de 1975.

Carlos Mariano, nascido a 20 de fevereiro de 1981.

Renata Fonseca, nascida a 27 de março de 1954. Casou a 28.5.1989 com Jorge Astolfo Dole Wczyski de Araújo. Pais de:

Maria Paes Barreto de Araújo, nascida a 16.12.1990.

St 2.2.2.5.1.5.1.4 Maria (Paes Barreto), nascida a 21 de dezembro de 1854 e batizada na capela do engenho Mato-Grosso na freguesia de São José da Comarca de Rio Formoso, pelo Padre Miguel Pires d'Azevedo, no dia 5 de fevereiro de 1855, tendo sido padrinhos José Bezerra de Barros Cavalcanti e D. Ana Joaquina de Gouveia Calado, senhora de Manoel Machado de Gouveia, irmão de João Bento de Gouveia – por procuração de D. Ana Eufrasina (Paes Barreto) Bezerra Cavalcanti ou de Barros Cavalcanti. Viúva a 24 de agosto de 1872.

Casou-se com o primo Flávio José Bezerra Cavalcanti, filho de José Bezerra Cavalcanti e de D. Ana Eufrosina Bezerra Cavalcanti. Pais de:

Maria Emilia, que se casou com um comerciante, no Recife.

Flávio José Bezerra Cavalcanti Filho, Coronel de Engenharia do Exército, casado com N.... Cantinho.

St 2.2.2.5.1.5.1.5 Rita, nascida a 3 de junho de 1956 e batizada pelo Padre Manoel Joaquim Ferreira Sepúlveda no dia 18 de julho do mesmo ano, sendo padrinhos Manoel Maçado [Machado] de Gouveia e sua irmã Enedina de Gouveia, ambos tios maternos.

Casou com o bacharel Damaso, ficando logo viúva, não tendo tido apurada sucessão.

St 2.2.2.5.1.5.1.6 Lydia, nascida a 16 de abril de 1857. Foi batizada no dia 17 de dezembro do mesmo ano pelo vigário Castilho, tendo sido padrinhos o Dr. Joaquim Pires Machado Portela e sua irmã D. Rita Pires Portela, representada por José de Castro Paes Barreto. Faleceu no Recife, no dia 27 de junho de 1866, tendo sido sepultada no cemitério público dessa cidade, no mesmo dia.

St 2.2.2.5.1.5.1.7 Ana, nascida no dia 20 de agosto de 1857. Foi batizada no dia 1 de novembro do mesmo ano, sendo oficiante o Padre Antônio Ignacio Lobo e padrinhos Sebastião Alves da Silva I e D. Rosa Maria de Barros Vanderley (Paes Barreto) terceira esposa de seu avó Felipe Pais Barreto Júnior, por procuração de Pedro Francisco de Paula Azevedo e de sua mulher D. Antonia de Paula Azevedo.

Casou-se no dia 18 de maio de 1882 com Antônio Lins Ribeiro Guimarães, filho de José Ribeiro Guimarães e de D. Olympia Lins Ribeiro, tendo sido casamento celebrado no engenho Limão Doce, da Comarca do Rio Formoso.

St 2.2.2.5.1.5.1.8 José, nascido no dia 22 de janeiro de 1861. Batizado no dia 3 de maio do mesmo ano pelo Padre Ignácio Antonio Lobo, tendo sido padrinhos seu avô João Bento de Gouveia e a prima de seu pai D. Ana da Cunha Accioly Lins, representando-a, por procuração, seu marido Sebastião Alves da Silva I. Faleceu no dia 4 de julho de 1861 e foi sepultado no mesmo dia na capela do engenho Mato-Grosso.

Sx 2.2.2.5.1.5.2 José de Castro Pais Barreto. José de Castro Pais Barreto, nasceu em um dos primeiros dias de janeiro de 1825. Não é conhecida a data de seu batismo, porém declarou em caderno de anotações pessoais que foram seus padrinhos de batismo Francisco de Paula Lopes Vianna e D. Inês de Castro Barreto Vianna, sua tia paterna, e é padrinho de apresentação seu tio materno João Antonio da Silva.

Vivera provavelmente, sua infância e sua mocidade entre os engenhos Limão (ou Limão Doce) e Bururu (ou Burarema) que pertenceram ao seu pai. Após o casamento instala-se como lavrador no engenho Mato-Grosso, então pertencente ao seu sogro. Esteve à frente do engenho Limão Doce em 1870. Vendeu a 13 de julho de 1872 ao irmão João Baptista as partes no engenho Burarema que ele e os filhos possuíam e permaneceu, após a morte do sogro, em 18.., como co-proprietário a frente do engenho Mato-Grosso.

Era capitão da 1ª Companha do 2º Batalhão de Artilharia da Guarda Nacional de Rio Formoso e parece ter sido reformado no posto de Coronel, pois assim é titulado quando por Decreto de 13 de fevereiro de 1875 foi-lhe concedida à mercê de Cavaleiro da Ordem da Rosa (...). Esta distinção honorifica foi coletiva, como se verifica da redação do Decreto (...)" "Atendendo os relevantes serviços que prestaram à instrução,

construindo um edifício para escolas públicas na cidade de Rio Formoso, Província de Pernambuco, nomeio Oficiais da Ordem da Rosa:

Tenente-coronel Thomaz Lins Caldas

Major Thomaz Lins de Barros Wanderley

E cavaleiros:

João Manoel de Barros Accioli

Sebastião Antonio Accioly Lins Vanderley

Antônio da Rocha Vanderley

Coronel José de Castro Paes Barreto

Manoel Bernardino das Virgens

Francisco Luiz Wanderley Lins

Pedro Alexandrino da Costa Lins"

José de Castro Pais Barreto, do engenho Burarema, Joviniano Irineu Pais Barreto, do Oriental, Joaquim Felício Sá Barreto, do Contraçude, Joaquim de Sá Cavalcanti de Albuquerque, do mesmo engenho e João Augusto do Rego Barros, estavam presentes em 15 de abril de 1878 à reunião da Sociedade Auxiliadora da Agricultura (DP, 15.4.1878).

Casou-se aos 29 anos e 1 mês com Maria Bertina Gentil (Maria Bebiana) de Gouveia, com 18 anos e 5 meses, a 2 de fevereiro de 1854 na capela do engenho Mato Grosso, no município de Rio Formoso, então pertencente ao seu sogro e foi celebrado pelo Padre Jerônimo Barreiros Rangel, sendo paraninfos seu irmão João Baptista Pais Barreto e a esposa deste D, Maria Genoveva de Gouveia Barros e o cunhado Manoel Machado de Gouveia e sua consorte, D. Ana Gouveia Calado.

D. Maria Bertina Gentil de Gouveia era filha de João Bento de Gouveia, falecido a 18 de fevereiro de 1872 no engenho Mato Grosso e sepultado na capela do dito engenho e de D. Rita Angélica de Jesus; neta paterna do Coronel mestre-de-campo Francisco Gouveia Sousa e de sua mulher D. Margarida Cavalcanti da Silveira e neta materna do português José Francisco Diniz Machado e de D. Ignez (ou Ignacia) Maria de Jesus (...). Nascida a 5 de setembro de 1835 no engenho Mato Grosso e batizada na capela do mesmo engenho a 10 de fevereiro de 1836 pelo Padre Francisco Antônio ... da Silva, tendo sido

seus padrinhos Francisco Machado Teixeira Cavalcanti e sua avó materna D. Inês Maria de Jesus, e sendo apresentada por José Luiz Salgado de Castro Accioly.

D. Maria Bertina Gentil (Maria Bebiana) faleceu a 22 de outubro de 1869, aos 34 anos, na praia de Boa Viagem, onde fora, a conselho médico, se submeter a tratamento com banhos salgados, tendo sido sepultada no Cemitério Público do Recife, Seus restos mortais foram inhumados a 25 de outubro de 1871 e, postos em urna adequada, trasladados para a capela do engenho Mato Grosso, e José de Castro faleceu com mais de 53 anos, viúvo, a 13 de outubro de 1878 (DP) na residência de Flávio José Bezerra Cavalcanti, pai, à R. Nova de Santa Rita, no. 31, 1º andar (DP) deixando seu irmão Manoel Lins Pais Barreto como tutor de seus filhos. Foram seus filhos:

Maria (Bertina) Pais Barreto

Fernando de Castro Pais Barreto

José de Castro Paes Barreto

St 2.2.2.5.1.5.2.1 Maria Bertina, nascida a 21 de maio de 1861 e batizada no dia seguinte (22) no oratório do engenho Burarema pelo Padre Ignácio Antonio Lobo, sendo padrinhos seu avô materno, João Bento de Gouveia e sua tia materna, D. Ana Genoveva de Gouveia Barreto, por procuração de seu tio materno, Francisco Cavalcanti de Gouveia, e sendo madrinha de apresentação sua tia paterna Ana Eufrasina Pais Barreto. Faleceu solteira a 30 de dezembro de 1884, sendo celebrada missa encomendada pelo seu tio e tutor Manoel Lins Pais Barreto e seus irmãos Fernando de Castro e José de Castro (DP, 30.12.1884).

St 2.2.2.5.1.5.2.2 Fernando de Castro Pais Barreto, nasceu a 30 de maio de 1864 e foi batizado a 6 de julho do mesmo ano no oratório do engenho Burarema pelo Padre Ignácio Antonio Lobo, sendo padrinhos seu tio paterno João Baptista Paes Barreto e Nossa Senhora e apresentador o avô materno João Bento de Gouveia.

Fernando de Castro bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife, em 1866 e foi advogado, homem de letras, jornalista, escritor e abolicionista, tendo usado nesta

atividade, os cognomes de Gladstone e Maranhão, este como membro do Clube do Cupim, do Recife.

Seu sobrinho-neto Perseu de Castro Lemos escreveu sobre ele (...): "Transferindo-se para a cidade de Belém do Pará, desempenhou suas funções no Foro daquela cidade, notabilizando-se como jurista e abolicionista, tendo escrito dois livros"..."Era possuidor de u'a magnífica pinacoteca e coleção de livros raros, tendo no terreno das artes se tornado célebre, graças a um achado emocionante"... Certa ocasião, vasculhando um antiquário na cidade de Belém, adquiriu uma velha e escura tela na qual sobresaia u'a mão. Comprou-a e convencido de que se tratava de uma repintura, começou ele próprio a remover camadas sucessivas de tintas, até que, sentindo ser a tarefa superior à sua capacidade, entregou-a a um famoso restaurador da época, o português de origem espanhola, D. Francisco de Salsa y Estrada (...)". "Após várias remoções de camadas de óleo, começadas em Belém, e terminadas em Paris, o quadro foi declarado por inúmeros "experts" da época, como sendo a "Leda" de Ticiano, numa festiva apresentação em Paris, à qual compareceu o seu feliz possuidor. Tal quadro jamais voltou ao Brasil".

"Tendo morrido sem descendentes, e casado às pressas, com uma antiga governanta (segundo murmúrios familiares), sua preciosa coleção foi desfeita, nada se sabendo em Pernambuco de seu destino".

"José de Castro (seu irmão e avô de Perseu – grifo nosso) que viajou ao encontro do irmão moribundo, ao chegar ao Pará, encontrando-o morto e casado com uma ex-empregada, orgulhosamente voltou ao Recife, tendo-se apagado todas as luzes sobre meu tio-avô Fernando".

Um dos livros escritos por Fernando de Castro foi intitulado "A Abolição e a Federação", e nele o autor defendia as ideias do Partido Liberal e, especialmente, as de Joaquim Nabuco.

Fernando de Castro não deixou sucessão.

St 2.2.2.5.1.5.2.3 José de Castro Paes Barreto, nasceu a 10 de setembro de 1865 e foi batizado no oratório do engenho Burarema a 1 de janeiro de 1866 pelo Padre Ignácio Antonio Lobo, sendo padrinhos José Bezerra de Barros Cavalcanti e sua mulher Ana

Eufrasina (Pais Barreto) Bezerra Cavalcanti, esta irmã de seu pai. Foi apresentado pela prima Francisca Bezerra Cavalcanti Barreto, filha dos padrinhos.

Sobre sua vida escreveu o neto Perseu de Castro Lemos: "Da infância, tudo, e da juventude, tudo, quase tudo, se ignora da vida do jovem José de Castro. No livro "Feições Artísticas" de Bianor de Medeiros, existe a única referência sobre sua juventude, quando ele diz que José de Castro terminou com brilhantismo o curso de humanidades, tendo cursado até o 2º ano o curso da Faculdade de Direito do Recife, não o concluindo, porém".

Bianor de Medeiros opinara que ele sempre "sentia as maiores atrações pela vida industrial" e que sua "habilidade para as artes era portentosa".

Prossegue, Perseu de Castro Lemos, seu biógrafo: "José de Castro, sem as mesmas inclinações do irmão para o Direito, dedicou-se à Indústria e ao Comércio, tendo sido gerente da Companhia Telefônica, em 1907.

Consta – através de notas que pertenceram a Felipe Luis Paes Barreto, seu primo legitimo e meu pai, que fora, também, gerente da Fábrica de Pólvora, de (Ieba), e da Fábrica de Tecidos, de Camaragibe.

Perseu de Castro Lemos refere que "como comerciante foi estabelecido à Rua Duque de Caxias, no. 75, em torno de 1920, "gozando de excelente conceito na praça" com a Sociedade Anônima Luz e Força pelo Álcool", firma especializada "no uso do álcool como fonte energética e de iluminação que, inclusive, importava lâmpadas alemães à álcool"... e "se estabeleceu pela última vez no comércio com uma loja de louças e objetos de adôrno, chamada "A Capital", situada à Rua Nova, junto à confeitaria "Grande Ponte", loja que após sua morte continuava vários anos aberta, sob administração de seu sócio Eugênio Afonso Ferreira e de sua viúva".

No campo das Artes dedicou-se à pintura. Perseu de Castro Lemos, cirurgião plástico e, também, pintor, no livro que escreveu sobre o avô – José de Castro (1865-1921) Um Pintor de Pernambuco no Virar dos séculos XIX e XX – além de fornecer dados biográficos e abordar, principalmente, sua atividade artística, faz um levantamento e um consciencioso estudo crítico de sua obra. Foram catalogados entre óleos, aquarelas e guaches 45 obras, 9 listadas por Bianor de Medeiros e 36 que ele próprio, Perseu, conseguira localizar em mãos de amigos e parentes de José de Castro, no Recife, no Rio de Janeiro e em Vitória do Espírito Santo. Para Perseu, seu avô foi principalmente um aquarelista.

José de Castro viajou várias vezes ao Rio de Janeiro, sendo a permanência mais demorada entre 1918 e 1919. Faleceu a 26 de junho de 1921 na Rua Nunes Machado, no Recife, aos 56 anos de idade, tendo vivido um pouco mais de três anos que seu pai.

Casou-se duas vezes. A primeira em meados de 1880, no Recife, com a professora Joana Augusta de Albuquerque Jacome de Araújo, filha de Tristão Jacome de Araújo e Adriana Jacome de Araújo e irmã do Coronel Eliseu Jacome de Araújo e de Enéas Jacome de Araújo, funcionário da Caixa Econômica Federal.

Deste matrimónio houve sete filhos:

Adolfo de Castro Paes Barreto

Maria Bertina de Castro Paes Barreto

Fernando de Castro Paes Barreto

Oliva de Castro Paes Barreto

Ruth de Castro Paes Barreto

Paulo de Castro Paes Barreto

Rachel de Castro Paes Barreto

Ot 2.2.2.5.1.5.2.3.1 Adolfo de Castro Paes Barreto (Barreto ou Barretinho), nasceu a 19 de setembro de 1889. Médico pela Faculdade de Medicina da Bahia. Além de clínico no Rio de Janeiro, torna-se sociólogo, tendo publicado vários trabalhos sendo um dos mais conhecidos "Povoamento e população"

Casa-se com Branca Veiga da Silva (de Paes Barreto), filha de Antonio Veiga da Silva, português, e de D. Adelaide Veiga da Silva, francesa, residentes no Rio de Janeiro. Pais de:

Déa Alba de Castro Paes Barreto, casada com o Dr. Eugênio Paixão, a 29 de junho de 1939.

Mauricio de Castro Pais Barreto, engenheiro agrônomo, solteiro.

Noêmia, ou Norma, solteira.

Ot 2.2.2.5.1.5.2.3.2 Maria Bertina de Castro Pais Barreto (Lili), nascida a 9 de novembro de 1892. Casou-se no Recife a 5 de junho de 1915 com o Dr. Augusto Cordeiro de Melo, irmão da segunda esposa do pai, sua madrasta, D. Possidônia Cordeiro de Mello. Residiram no Rio de Janeiro. Pais de:

Ana Augusta Cordeiro de Mello, casada com Paulo de Oliveira Rodrigues. Pais de:

Maria Augusta

Túlio Romano, universitário no Rio de Janeiro.

Heleno (ou Hilário)

Augusto Alexis

Ot 2.2.2.5.1.5.2.3.3 Fernando de Castro Paes Barreto, nascido a 3 de julho de 1894. Casou-se no Rio Grande do Sul com Laura (ou Maria) Germana de Medeiros, filha do general Germano de Medeiros e de D. Décia (ou Lúcia) de Medeiros. Faleceu em Porto Alegre, durante a epidemia de febre tifóide, a 18 de outubro de 1938. [YS: no original constava 1928]. Pais de:

Zuleika, nascida no Rio Grande do Sul a 27 de fevereiro de 1932 e falecida a 25 de outubro de 1938.

Ruth Maria, residente no Rio Grande do Sul.

Julieta, residente no Rio Grande do Sul.

Ot 2.2.2.5.1.5.2.3.4 Oliva de Castro Pais Barreto, nascida a 13 de dezembro de 1896. Casou-se no Recife a 20 de fevereiro de 1918 com Pedro Cordeiro de Mello (irmão de D. Possidônia Cordeiro de Mello, segunda esposa de seu pai). Residiram, sucessivamente, no Recife, em Manaus e no Rio de Janeiro. Pais de:

Helena Augusta Cordeiro de Mello, nascida em Manaus a 9 de maio de 1919. Cursou a Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. Casou-se com N.... Bandeira. Pais de:

Maria Helena Bandeira.

Carlos Cordeiro de Mello, nascido no Rio de Janeiro a 14 de outubro de 1925 (?). Casou-se com Edite Madeira de Freitas.

Regina Flora Cordeiro de Mello, nascida no Rio de Janeiro (Jacarepaguá) a 28 de junho de 1923.

Pedro Cordeiro de Mello Filho, nascido no Rio de Janeiro, a 19 de abril de 1927. Militar.

Ot 2.2.2.5.1.5.2.3.5 Ruth de Castro Paes Barreto, nascida a 21 de agosto de 1898. Casou-se no Rio de Janeiro a 21 de maio de 1923 com Cezar Veiga da Silva (irmão de sua cunhada D. Branca Veiga da Silva, esposa de seu irmão Adolfo). Residiram no Rio de Janeiro. Pais de:

Glauce Veiga da Silva, médica.

Joana Sônia Veiga da Silva, médica.

Ot 2.2.2.5.1.5.2.3.6 Paulo de Castro Pais Barreto, nascido a 22 de dezembro de 1903. Casou-se com Justina. Residiram no Rio de Janeiro. Pais de:

Ruth

Ot 2.2.2.5.1.5.2.3.7 Rachel de Castro Paes Barreto, nascida a 30 de janeiro de 1905. Casou-se a 23 de junho de 1921 com o bacharel Prudenciano Agostinho Pereira de Lemos, nascido a 8 de agosto de 1898, filho de João Braz Pereira de Lemos e de D. Senhorinha da Silveira Barros. Pais de:

Perseu de Castro Lemos, nascido a 13 de agosto de 1925. Formado em Medicina pela Faculdade de Medicina do Recife. Professor assistente do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco. Cirurgião plástico e pintor. Casou-se no Recife, com Luiza. Pais de:

Alexandre ... de Lemos, casado com Ana Luiza [Bezerra de Mello, filha de Renato Lynch Bezerra de Mello e de Maria .... – Ninosa Ribeiro Coutinho, RCL]. Pais de:

Leticia

Cecilia

Rosana .... de Lemos, casada com Luiz Fernando. Pais de:

Cristina

[RCL: há outra filha, que casou com o cantor Alceu Valença].

José de Castro Paes Barreto casou-se em segundas núpcias a 9 de maio de 1910 com D. Possidônia Cordeiro de Mello (Nazinha), filha de Manoel Cordeiro de Mello e D...

Residiram inicialmente à Rua Direita, no. 120, 3º andar, no Recife. Foram pais de:

Dirceu de Castro Paes Barreto

Marília de Castro Paes Barreto

José de Castro Paes Barreto Filho

Ot 2.2.2.5.1.5.2.3.8 Dirceu de Castro Paes Barreto, nascido a 20 de maio de 1911. Comerciante. Casou-se duas vezes. A primeira com ... Pais de:

Maria Bertina

A segunda com Conceição. Pais de: ...

Ot 2.2.2.5.1.5.2.3.9 Marília de Castro Paes Barreto, nascida a 28 de junho de 1917. Casou-se a 10 de dezembro de 1937 (ou 28 de junho de 19 .) com Gentil de Azevedo Mello, nascido a 30 de novembro de 1911, filho de Francisco Gentil de Azevedo Mello e de D. Custódia [da Gama] Lobo. Gentil foi bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife e exerceu as funções de Agente Fiscal do Imposto de Consumo, no Recife. Pais de:

Maria Gerusa Castro de Azevedo Mello, nascida a 15 de março de 1942, no Recife.

Fernando de Castro de Azevedo Mello

Ot 2.2.2.5.1.5.2.3.10 José de Castro Paes Barreto Filho (na realidade, Neto), nascido a 9 de maio de 1919, no Recife. Formado em medicina pela Faculdade de Medicina, tornou-se cirurgião plástico, clinicando sucessivamente no Recife e em Vitória do Espírito Santo. Falecido a 6 de março de 1987, no Recife. Foi mandada rezar missa de 7º dia, a 13.3.1987, na Igreja do Espinheiro, por Ceres, Barreto Neto, Francisco, Fernanda, Elizabeth, Thereza, genros, noras, netos, irmãos, tios, sobrinhos e primos. Casou com D. Ceres. Pais de:

José de Castro Paes Barreto Neto.

Francisco

Fernanda

Elizabeth

Thereza

José Manoel Paes, exposto e criado em casa do Coronel José de Castro Paes Barreto I, e que se casou em 8 de novembro de 1847, com D. Felipa Maria da Conceição, na capela do engenho Camaragibe, no município de Serinhaém (...).

Sx 2.2.2.5.1.5.3 – Maria da Conceição Pais Barreto.

[YS: quando Silvio apresenta a relação de filhos, a chama de Maria do Carmo].

Maria da Conceição (alcunhada Senhorinha) Paes Barreto, nascida provavelmente em 1826 no engenho Burarema, na freguesia de Serinhaém.

Casou-se duas vezes.

A primeira com Manoel Cavalcanti Accioly Lins, passando a usar o nome de Maria de Barros Cavalcanti Lins. Eram moradores no engenho Boa Sorte, na freguesia de Serinhaém, cujos proprietários eram então, o Capitão Thomaz Cavalcanti Silveira Lins e sua mulher D. Clara Lins (L.4, Bat. CSF-Se, 1836-1848, fl. 111).

A segunda vez, a 10 de junho de 1850, no oratório privado do engenho Burarema com seu primo legitimo Austriclinio de Castro Sá Barreto, passando a utilizar o nome de Senhorinha de Castro Sá Barreto. Austriclinio de Castro ao casar com D. Senhorinha era

também viúvo, de D. Francisca Joaquina de Jesus e era filho de Alexandre de Castro Sá Barreto e de D. Senhorinha Eufrásia.

Será tratada no capítulo dedicado a Austriclinio de Castro Sá Barreto.

Do primeiro matrimônio teve certamente uma filha, ou talvez duas:

1. Maria (Cavalcanti), nascida a 8.11.1844 e batizada a 25.3.1845 no oratório do engenho Gurjaú, na freguesia de Rio Formoso, sendo padrinhos Thomaz Cavalcanti da Silveira Lins e sua mulher D. Clara Lins, proprietários do dito engenho (L.4. Bat do CST-SE, 1836-1848, fl. 111). Maria Cavalcanti Barreto (do Amaral), casada com um Amaral, a qual faleceu a 29.6.1880 (DP).
2. Felismina (Cavalcanti Barreto), batizada após 2 meses de nascida, a 7.12.1846 no oratório do engenho Bastião, na freguesia de Serinhaém, sendo padrinhos João Baptista Paes Barreto e D. Rufina Wanderley Lins (L.4 Bat. 1838-1848, CSF-Se, fl. 210).

Sx 2.2.2.5.1.5.4 – Ana Eufrasina Paes Barreto

Ana Eufrasina Pais Barreto provavelmente nasceu em 1825 no engenho Limão, sito na freguesia do Rio Formoso ([pelas listas de] D. Ridete nasceu em 1828 no engenho Burarema, em Rio Formoso).

Casou-se a 30 de janeiro de 1843 no oratório do engenho Boa Sorte, na freguesia de Serinhaém (onde, então, moravam seu pai Felipe Pais Barreto Júnior e a segunda esposa deste, D. Rufina Lins Wanderley) com José Bezerra Cavalcanti, nascido em 1821, filho de Manoel de Albuquerque Barros e de D. Ines Genoveva da Conceição [YS: em outra nota, Ignez Gouveia de Barros]. Tomou o nome de Ana Eufrasina de Barros Cavalcanti.

[YS: nota ao lado: D. Ridete casou em 1844 no engenho Limão – D. Ridete-Ignez Gouveia de Barros].

José Bezerra fora lavrador de canas, tendo sido rendeiro do engenho Lobo, situado na mesma freguesia, em ...., engenho então pertencente a José Columbino Lima, presumível irmão de Pedro de Araújo Lima, posteriormente Marquês de Olinda. Foi também

morador no engenho Santa Cruz, no município de Escada. Posteriormente dedicou-se ao comércio no Recife.

Ele faleceu no dia 30 de novembro de 1907, com 86 anos, no engenho Cabras Velhas, em Jaboatão, então pertencente ao seu filho João José Bezerra Cavalcanti. Ela faleceu a 14 de abril de 1910, na casa no. 17 da Rua Barão de S. Borja (então Rua do Sebo), no Recife, residência do seu filho Sebastião José Bezerra Cavalcanti, com 85 anos.

Pais de:

1. José Bezerra Cavalcanti. Faleceu solteiro. (1844-1845).
2. Maria I. Faleceu solteira. (1846).
3. Emilia
4. Sebastião José Bezerra Cavalcanti. 1850.
5. Júlia. 1852.
6. Xxxx
7. Xxxx
8. Flávio José Bezerra Cavalcanti. 1857.
9. João José Bezerra Cavalcanti (Janjão do engenho Cabras Velhas), casado com Maria da Piedade Pais Barreto Sicupira.
10. Luiza, casada com Gastão Duarte de Barros.

Em folha anexa dá a seguinte relação de filhos:

1. 1844 (1845) José, faleceu solteiro.
2. 1846 Maria Paes Barreto Bezerra Cavalcanti, faleceu solteira.
3. 1847 Emilia Bezerra Cavalcanti, de outra lista [YS]
4. 1848 Francisca Hermínia Bezerra Cavalcanti (de Gouveia), que casou com Vicente Ferrer de Gouveia.
5. 1850 Sebastião Bezerra Cavalcanti casado com Ana Campelo.
6. 1852 Júlia Bezerra Cavalcanti, casada com João Gualberto Gomes de Sá.
7. 1854 Maria Bezerra Cavalcanti casada com Frederico Neiva de Figueredo.
8. 1855 Ana Bezerra Cavalcanti casada com Manoel (Acccioli) Lins Paes Barreto.
9. 1857 Flávio Bezerra Cavalcanti casou com Maria Paes Barreto e depois com Adelaide Bezerra de Gouveia.

10. 1859 João José (Paes Barreto de) Bezerra Cavalcanti casado com Maria Paes Barreto Sucupira.
11. 1860 Abilio Bezerra Cavalcanti casado com Filenila de Aragão Holanda.
12. 1862 Antonio (Paes Barreto) Bezerra Cavalcanti casado com Maria do Carmo Melo e Silva.
13. 1864 Guilhermina (P.B.) Bezerra Cavalcanti (Barbosa Lima) casada com João Buarque Barbosa Lima.
14. 1867 Eugênia Bezerra Cavalcanti (de Lucena) casada com N..... Lucena.
15. 1870 José Bezerra Cavalcanti, nascido a 20.6.1870, segundo do nome, faleceu solteiro.
16. 1872 Maria Bezerra Cavalcanti (3ª do nome), faleceu solteira.

[YS: Seguem-se informações sobre estes filhos, anotadas em folhas avulsas:

St 2.2.2.5.1.5.4.1

1. José Bezerra Cavalcanti, batizado com 8 meses de nascido a 10.12.1845 na capela do engenho Ribeirão, na freguesia de Serinhaém. Foi padrinho o avô Manoel d'Albuquerque Barros. Faleceu solteiro, aos 19 anos.

St 2.2.2.5.1.5.4.2

2. Maria P.B. Bezerra Cavalcanti. Faleceu solteira.

St 2.2.2.5.1.5.4.3

3. Emilia Bezerra Cavalcanti, nascida a 24 de julho de 1847 e falecida a 10 de abril de 1902. Casada com Emilio José do Amaral. Pais de:

1. Getúlio Amaral.
2. Emilio do Amaral Júnior.
3. José Amaral
4. Custódia Amaral

Getúlio Amaral, casou-se com a prima Maria do Carmo, filha de João Buarque Barbosa Lima e de sua tia Guilhermina Bezerra Cavalcanti, e foram residir no Rio de Janeiro, sem sucessão. Getúlio teria casado com Beatriz Amaral (segundas núpcias ?). Pais de:

1. Heloisa, casada com Artur de Abreu e Lima Botelho. Pais de:

1. Ângela Maria
2. Heloisa Maria

Emilio do Amaral Júnior

José Amaral

Custódia Amaral, casada com o primo João Ferrer de Gouveia, filho de Vicente Neto de Gouveia e de D. Ana Cavalcanti de Gouveia. Pais de:

1. Adélia, casada com Cipriano, residentes no Recife.

St 2.2.2.5.1.5.4.4

4. Francisca Hermínia Bezerra Cavalcanti, em casada Francisca Hermínia Bezerra de Gouveia, nascida a 29 de novembro de 1848, no engenho Burarema, freguesia de Rio Formoso, e faleceu a 29 de junho de 1934, no bairro da Torre, no Recife. Casou-se em 28 de fevereiro de 1868 no engenho Mato Grosso, com Vicente Ferrer de Gouveia, filho de José Bento de Gouveia e Rita Machado de Gouveia, e nascido a 5.4.1832, no engenho Mato Grosso. Vicente era proprietário do engenho Água Fria, na Água Preta, distrito dos Montes, freguesia de Palmares, pelo menos de 1881 a 1895. Pais de:

1. João Bezerra de Gouveia.
2. Ana Bezerra Gouveia.
3. José Bezerra Cavalcanti de Gouveia. Padre salesiano.
4. Manoel Bezerra de Gouveia.
5. Vicente Ferrer de Gouveia (Tio Neto).
6. Amélia Bezerra de Gouveia.
7. Eutália Bezerra Gouveia.
8. Maria Isabel Gouveia da Cunha.
9. Francisco Mário de Gouveia.
10. Adelaide Bezerra Cavalcanti
11. Adélia Bezerra Cavalcanti.
12. Guilhermina Bezerra Cavalcanti.

Ot 2.2.2.5.1.5.4.4.1 João Bezerra de Gouveia, casado com a prima Custódia do Amaral Gouveia (Custodia Gomes de Sá Amaral), filha de José do Amaral e de Emilia Gomes de Sá, neta materna do bacharel João Gualberto Gomes de Sá e de D. Julia (Bezerra Cavalcanti) Gomes de Sá. O marido era mecânico. Pais de:

1. João Bezerra ?
2. Vicente
3. Marialine
4. Gino
5. ?

Em outra nota dá, pais de:

1. Adélia, casada com Cipriano, residentes no Recife.

Ot 2.2.2.5.1.5.4.4.2 Ana Bezerra Gouveia, Ana Bezerra Cavalcanti, após casada. Casou com Antonio Cavalcanti.

Ot 2.2.2.5.1.5.4.4.3 José Bezerra de Gouveia ou Cavalcanti de Gouveia, Tio Padre. Padre salesiano.

Ot 2.2.2.5.1.5.4.4.4 Manoel Bezerra de Gouveia, nascido a 10.9.1872 e batizado na matriz do Poço a 3.11.1872 (L.5 Bat.Poço, fl. 29). Major. Professor de Descritiva do Realengo. Casou com Irene Telles de Menezes (Gouveia). Pais de:

1. Ciro, falecido em 1922, militar, solteiro.
2. Helio, falecido em 1926, acadêmico de medicina, solteiro.
3. Márcio, casado com Lucilia Vilaverde. Pais de:

1. Cléa Vilaverde
2. Suely, casou com Renée, com 2 filhos.

Ot 2.2.2.5.1.5.4.4.5 Vicente Ferrer (Neto) de Gouveia (Tio Neto), casado com Ana Cavalcante de Gouveia. Ele era comerciante e proprietário da Casa Odeon, no Recife. Senhor do engenho Águas Finas, que foi adquirido pela Usina Una. Pais de:

1. Mário Gouveia. Engenheiro e proprietário no Recife. Casou com D. Maria de Lourdes Bandeira de Mello, filho do bacharel Herculano Bandeira de Mello e de D..... Pais de:

   1. Mário Gouveia Filho, casado com Vânia Cavalcanti, filha de Vicente Gouveia Cavalcanti, irmão de Ana Cavalcanti, sua avó.

2. Corintha Gouveia. Casou com Clóvis Piauhilino de Mello, co-proprietário da Usina Cerro Azul. Pais de:
   1. Vicente Gouveia de Mello, casado com Vera.
   2. Gabriel Gouveia de Mello. Engenheiro da Petrobras, sendo superintendente dos transportes petrolíferos de Aracaju. Casou com Noélia Caldas (de Mello).
   3. Iris Gouveia de Mello, casada com João Ribeiro, médico no Recife.
   4. Maria ?
   5. Cristina Gouveia de Mello, solteira.
   6. Ana Alice Gouveia de Mello, casada com João Castelo Branco.
   7. Fátima Gouveia de Mello, casada com Mariano César.
3. Maria, solteira.

Ot 2.2.2.5.1.5.4.4.6 Amélia Bezerra de Gouveia (Wanderley), casada com Lycurgo Wanderley, médico no Rio de Janeiro, irmão do Dr. Eduardo Wanderley, filhos do Dr. Eduardo Wanderley. Pais de:

1. Thetônio Wanderley ?
2. Sebastião, casado com Maria de Lourdes Colaço.
3. José Wanderley, falecido solteiro.
4. Lucila Wanderley, casada com José Gouveia (ou Gomes) Cavalcanti, filha de Antonio Cavalcanti, do engenho Mutuns.
5. Maria Luiza, irmã Dorotéia.

Ot 2.2.2.5.1.5.4.4.7 Euthalia Bezerra de Gouveia. Faleceu solteira em 3.1930.

Ot 2.2.2.5.1.5.4.4.8 Maria Gouveia (da Cunha), nascida Maria Izabel Bezerra de Gouveia, em 5 de abril de 1879, no engenho Águas Finas, freguesia de Palmares, em

Pernambuco. Casou com Francisco Thomas da Cunha Filho, de origem inglesa, nascido em Areia, Paraíba, filho de Francisco Thomas da Cunha e de Maria Theresa da Cunha. Proprietário da "Casa Fortuna", no Recife. (Com 2 meses de idade, batizado na Igreja de N. Sra. do Rosário da freguesia de Sto. Antonio do Recife a 5.4.1874b (L.5 Bat. Poço, fl. 55). Pais de:

1. Ovídio Gouveia da Cunha
2. René Gouveia da Cunha
3. Ridete Gouveia da Cunha
4. Caio Gouveia da Cunha

1. Ovídio Gouveia da Cunha, nascido a 3 de junho de 1912. Bacharel em Direito, com Doutorado em Direito Público, e em Filosofia pela Universidade de Brasília. Professor catedrático da Universidade Federal Fluminense. Membro de 17 academias, entre as quais a Sociedade Brasileira de Geografia, a Academia de Ciências Sociais e Políticas de São Paulo e o Instituto Histórico de Niterói. Autor dos livros "Fundamentos da Luso-Brasilidade" e "Ementa da Cultura Luso-Brasileira". Casou em 6 de janeiro de 1940 com Maria Ângela (Fernandes) do Valle (da Cunha), nascida a 11 de maio de 1918. Pais de 2 filhos:

1. Ovídeo Gouveia da Cunha Filho, nascido a 16.11.1941, solteiro.

2. Ângela Maria Cunha (da Motta Telles), nascida a 13.9.1951 e casada em 16.5.1974 com Luiz Felipe Bonna da Motta Telles, nascido a 8.5.1950. Pais de:

1. Maria Letícia da Motta Telles, nascida a 3.10.1975.

2. Maria Eduarda da Motta Telles, nascida a 23.8.1977.

2. René Gouveia da Cunha, nascido a 5 de agosto de 1914, casado em 2 de outubro de 1943 com Maria Virginia Medeiros (da Cunha), filha de Dr. Amaury de Medeiros e de D..., e nascida em 18.12.1917.

3. Ridete Gouveia da Cunha (após casada, Ridete Cunha Moitinho Dória), nascida a 18 de dezembro de 1917, casada a 2 de outubro de 1943 com Raul Moitinho Dória Filho, nascido a 8.9.1906 e falecido a 25.5.1972. Sem sucessão.

4. Caio Gouveia da Cunha, nascido a 13 de outubro de 1919, casado a 14 de abril de 1945 com Enid Peyon da Cunha, nascida a 6 de maio de 1924. Pais de:

1. Maria Elisa Peyou da Cunha, nascida a 25.5.1947, casada em 12.9.1975 com Renato Gaudioso, nascido a 29.3.1951. Pais de:

1. Marcelo Gaudioso, nascido em 14.1.1970.

2. Luiz Francisco Peyon da Cunha, nascido em 28.6.1948, casada em 27.8.1981 com Fátima Goulart Barbosa Lima, nascida em 25.5.1947. Luiz é superintendente do Aeroporto Guararapes. Pais de:

1. Camila, nascida a 22.3.1987.

2. Luiza, nascida a 13.10.1988.

Ot 2.2.2.5.1.5.4.4.9 Francisco Mário de Gouveia, gêmeo de Maria Isabel, nascida a 5.4.1979 e ele 2 dias após. Casou com Helena Sicupira Bezerra Cavalcanti (de Gouveia). Pais de:

1. Alcione
2. Alceu

1. Alcione Mario de Gouveia, nascido a 15.3.1921, casou em 22.1.1956 com Marlene Simões Ribeiro (de Gouveia), filha de Antonio Ribeiro e Augusta Simões Ribeiro, nascida a 25.10.1935. Pais de:

1. Francisco Mário de Gouveia Neto, nascido a 11.12.1958. Casou com Elizabeth Barbosa Colares (de Gouveia), nascida a 27.1.1954, filha de José Isabelino (Colares) e de D. Maria Barbosa Colares. Pais de:

1. Tatiane Glória Collares de Gouveia, nascida a 15.8.1982.

2. Caroline Collares de Gouveia, nascida a 10.6.1985 (ou 1986).

2. Alceu Gouveia, nascido a 4.10.1925, casou em 22.11.1952 com D. Odete de Castro (Gouveia), nascida a 25.10.1923, filha de José de Castro e de D. Elvira da Rocha Castro. Sem sucessão.

Ot 2.2.2.5.1.5.4.4.10 Adelaide Gouveia (de Matos), casada com Sinfronio Mattos, odontologista, e em segundas núpcias com seu tio Flávio José Bezerra Cavalcanti, irmão de sua mãe. Flávio era dirigente do Cortume do Conde d'Eu. Sem sucessão.

Ot 2.2.2.5.1.5.4.4.11 Adélia Bezerra Cavalcanti ou Adélia Gouveia, nascida em 17 de agosto de 1889 e falecida em 1919. Casou com Abelardo Wanderley, irmão de Lycurgo e de Eduardo Wanderley. Pais de:

1. Maria de Lourdes, casada com José Antonio Cavalcanti, filho de Antonio Cavalcanti e de Ana Bezerra Cavalcanti.
2. Maria José, casada com um sobrinho de Othon Bezerra de Mello.
3. José Wanderley.

Ot 2.2.2.5.1.5.4.4.12 Guilhermina Bezerra Cavalcanti

St 2.2.2.5.1.5.4.5

5. Sebastião José Bezerra Cavalcanti. Militar, tesoureiro do Tesouro do Estado. Casou-se com D. Ana Anunciada Teixeira Campelo e residia à Rua Barão de S, Borja (então Rua do Sebo), no. 17, onde faleceu sua mãe. Pais de:

1. José ou Vicente ou José Vicente (neste caso não existia José).
2. Albino, médico.
3. Paulo
4. Isabel
5. Laura
6. Ana

St 2..2.2.5.1.5.4.6

6. Júlia Bezerra Cavalcanti, nascida a 18 de março de 1852 (27 de maio de 1852) e foi batizada em oratório particular do engenho Santa Cruz no município de Escada, pelo Padre Simião de Azevedo Campos, sendo padrinhos Joaquim Geminiano Paes Barreto e a prima de seu pai Maria das Dores de Jesus. Casou-se no Recife, a 19 de dezembro de 1873, em casa com o bacharel João Gualberto Gomes de Sá, filho de João Gualberto Gomes de Sá (Barreto) e de D. Custodia Gomes de Sá, celebrado pelo reverendo Vigário Geral Padre Joaquim Graciliano de Araújo, sendo testemunhas Luiz José Correia de Sá e Manoel de Albuquerque Barros Cavalcanti. D. Custodia faleceu a 10.11.1876 em Sousa, na Paraíba ((DP). Dele, João Gualberto Gomes de Sá, Deusdedit

de Vasconcelos Leitão oferece os seguintes dados: "Nascido em S. José da Lagoa Tapada, município de Sousa (Província da Paraíba) a 14 de janeiro de 1856. Bacharelou-se em Ciências Políticas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife a 12 de novembro de 1877, quando já integrava a representação do Partido Conservador à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba, eleito que fora para o biênio 1876-1877. Em 1880, ano em que a esposa faleceu exerceu a ..... na cidade .... Em 1891 voltou ao legislativo regional como deputado à Primeira Assembleia Constituinte, dissolvida por decreto de 13 de janeiro de 1892, da Junta Governativa do Estado. Faleceu em Sousa como juiz de Direito em disponibilidade". A mesma fonte informou que D. Júlia falecera a 16 de fevereiro de 1880 (DP, 17.2.1880), no Recife. O Dr. Gualberto Gomes de Sá casou-se em segundas núpcias a 8 de novembro de 1881 com sua parenta Maria Emilia de Sá e Benevides, em Maria Pereira, atual Mombaça, na Província do Ceará [Maria Emilia de Sá e Benevides, filha de Antônio Pedro de Benevides, intendente de Mombaça, e de Joana Francisca de Sá e Benevides, neta paterna de José Joaquim de Sá e Benevides, natural de Souza, PB, e de Francisca Gomes de Araújo, neta materna de Francisco Tavares de Sá e Benevides – Doutor e de Joana Francisca de Sá e Albuquerque, - FA, Cf. Augusto Tavares de Sá e Benevides, MOMBAÇA. Biografia de um Sertão, S.E. Fortaleza, 1980, p. 67,70]. Falecera Dr. João Gualberto, como juiz de Direito em disponibilidade, a 19 de agosto de 1898. [Maria Emilia de Sá e Benevides, filha de Antônio Pedro de Benevides, intendente de Mombaça e de Joana Francisca de Sá e Benevides, neta paterna de José Joaquim de Sá e Benevides, natural de Souza, PB, e de Francisca Gomes de Araújo, neta materna de Francisco Tavares de Sá e Benevides – Doutor e de Joana Francisca de Sá e Albuquerque – FA, Cf. Augusto Tavares de Sá e Benevides, MOMBAÇA. Biografia de um Sertão, S.E. Fortaleza, 1980, p. 67, 70]. Foram filhos do primeiro matrimônio, não os havendo do segundo:

1. João Gualberto Gomes de Sá Filho
2. Custodia Gomes de Sá, nasceu a 19.6.1876 e faleceu em março de 1879.
3. José Gomes de Sá, nascido em 1878 e falecido em março de 1879.
4. Francisco Gomes de Sá. YS. Cortado.
5. Aprígio Gomes de Sá Barreto (DP, 10.11.1876).
6. Emilia Gomes de Sá. Cortado.

7. Aprormiano Gomes de Sá e Albuquerque (DP, 10.11.1876).
8. Abílio Gomes de Sá.

João Gualberto Gomes de Sá Filho, único filho listado por Deusdedit de Vasconcelos Leitão (...) "nasceu no Recife a 11 de outubro de 1874. Capitão do Exército e Coronel Comandante da Polícia do Estado da Paraná, Em 1912, quando no desempenho dessa função, procurava dominar os insurretos do Contestado foi assaltado por cerca de 300 fanáticos armados de rifles, terçados e facões que só conseguiram abate-lo depois que o heroico comandante da milícia paranaense prostou a tiros de revolver o monge José Maria Agostinho – Chefe dos amotinados. Foi casado com Leonor Gomes de Sá. Pais de diversos filhos, dentre os quais:

1. João Gualberto Gomes de Sá Neto, nascido no Estado do Paraná a 10 de junho de 1904, tenente- coronel do Exército. Instrutor da Escola do Estado Maior do Exército em 1955 (...).

St 2.2.2.5.1.5.4.7

7. Maria Bezerra Cavalcanti, casou com Frederico Neiva de Figueredo.

St 2.2.2.5.1.5.4.8

8. Ana Eufrasina Bezerra Cavalcanti (filha), nascida em 26 de fevereiro de 1858. Casou-se com o tio materno Manoel (Accioli) Lins Paes Barreto. Falecida a 16 de agosto de 1877, com 19 anos, sem sucessão (DP, 16.8.1877). O viúvo casou-se, em segundas núpcias com a prima D. Cândida Cezar de Vasconcelos Campos.

St 2.2.2.5.1.5.4.9

9. Flávio José Bezerra Cavalcanti. Nascido a 7 de maio de 1857. Proprietário do engenho Entre Rios. Casou em primeiras núpcias com a prima Maria Pais Barreto, nascida a 21 de dezembro de 1854, filha de seu tio materno João Baptista Paes Barreto e de sua mulher D. Maria Genoveva de Gouveia. Pais de:

1. Maria Emilia, nascida a 1 de fevereiro de 1872, que se casou com Frederico Neiva de Figueredo, funcionário federal e comerciante, no Recife, e faleceu viúva e sem sucessão.
2. Flávio José Bezerra Cavalcanti Filho, Coronel de Engenharia do Exército, que casou com .... Cantinho.

Flávio José Bezerra Cavalcanti, pai, casou-se em segundas núpcias com sua sobrinha Adelaide Bezerra Cavalcanti, filha de Vicente Ferrer de Gouveia e de Francisca Hermínia Bezerra de Gouveia. Sem sucessão.

St 2.2.2.5.1.5.4.10

10. João José Bezerra Cavalcanti (Janjão, do engenho Cabras Velhas), nascido a 12 de abril de 1859. Foi proprietário do engenho Cabras Velhas, depois Sapucaia, em Jaboatão, no início do século XX. Casou-se com a prima Maria da Piedade (Pais Barreto) Sicupira, filha do bacharel Benigno Marinho Lins Sicupira e de D. Francisca Pais Barreto, neta paterna do coronel João Marinho Falcão Sucupira e de D. Ana Joaquina dos Anjos (Lins), neta materna de João Baptista Paes Barreto e de D. Maria Genoveva de Gouveia. Pais de:

1. Luiza, casada com Gastão Duarte de Barros, comerciante no Recife, filho de Theodomiro Duarte de Barros, também comerciante, filho de José Abílio de Barros e de D. Belmira Duarte, bisneto de Manoel Albuquerque de Barros. Pais de:
    1. Ivan, casou com filha do prefeito de Garanhuns, Celso Galvão.
    2. Humberto, nascido em 1927. Solteiro.
    3. Gileno
    4. Eugênio ?
    5. Julieta ?
2. Helena, casada com o primo Francisco Gouveia, filho de Vicente Ferrer Gouveia e de Francisca Hermínia Bezerra Cavalcanti, neto paterno de ... e neto materno de José Bezerra de Barros Cavalcanti e de D. Ana Eufrasina (Paes Barreto) Bezerra Cavalcanti. Pais de
    1. Alcione. Oficial de marinha.
    2. Alceu. Bancário.

St 2.2.2.5.1.5.4.11

11. Abílio José Bezerra Cavalcanti, nascido em 3 de setembro de 1860. Comerciante na cidade de Vitória. Casou-se com Philonila Cavalcanti de Aragão Rabelo ou Philonila de Aragão Rabelo, na cidade de Vitória, em 26 de julho de 1903, tendo ele então 42 anos de idade e ela, 24 anos. Era filha de Francisco Américo de Aragão Rabelo e Maria Alexandrina de Holanda Cavalcanti. Pais de:

1. Abílio Aragão Bezerra Cavalcanti, falecido em 1 de abril de 1962.
2. Pedro, falecido aos 2 anos de idade, em 1905.
3. Francisco Araújo Bezerra Cavalcanti, falecido em 1979.
4. José Aragão Bezerra Cavalcanti.

Ot 2.2.2.5.1.5.4.11.4 José Aragão Bezerra Cavalcanti, nascido em outubro de 1907. Professor secundário. Fundador e presidente efetivo do Instituto Histórico de Vitória, membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Casou-se com D. Juliana de Mello. [Faleceu com 97 anos, no Recife – RCL]. Pais de:

1. José Maria Mello Aragão.
2. Aluizio José Mello Aragão.
3. Maria Célia Mello Aragão (Maria Célia Aragão Ferreira), casada com Pedro da Silveira Ferreira.
4. Silvio José de Melo Aragão.
5. Maria Bernadete de Melo Aragão (Maria Bernardete Aragão Wright), casada com Eduardo Wright.

St 2.2.2.5.1.5.4.12

12. Antônio José Bezerra Cavalcanti (Tio Tota), nascido em 20 de agosto de 1862. Proprietário do engenho Ana Vaz, em Vitória. Casou com D. Maria do Carmo Braga (irmã de D. Loló). Pais de:

Ot 2.2.2.5.1.5.4.12.1

1. Maria Antonieta Bezerra Cavalcanti, que casou com Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães, bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, deputado à Assembleia Estadual de Pernambuco, deputado à Câmara Federal por

Pernambuco, governador do Estado de Pernambuco, Ministro de Justiça e Professor da Faculdade de Direito do Recife. Pais de:

1. Paulo Germano
2. Teresa
3. Maria Letícia
4. Maria do Carmo

Paulo Germano, nascido a 14 de abril de 1920, casou com Ruth Cavalcanti. Pais de:

1. Antônio Sérgio
2. Agamennon
3. Ruth

Teresa, nascida a 20 de abril de 1922, casou com o Coronel de Marinha Francisco de Souza Maia, nascido a 2 de junho de 1913 e falecido a 14 de agosto de 1986. Pais de:

1. Luiz Fernando, nascido a 28 de setembro de 1945, casou com Maria Silveira. Sem sucessão.
2. Maria Antonieta, nascida a 28 de novembro de 1946, casou com Marcos Sá. Pais de:
    1. Marcelo, nascido a 24.7.1970, solteiro.
    2. Rafael, nascido a 26.7.1972, solteiro.

Maria Letícia, nascida a 15 de agosto de 1954, casou com Antônio Carlos de Menezes. Pais de:

1. Maria Celina, nascida a 19 de agosto de 1955, casada com Ricardo Batista da Silva. Pais de:
    1. Renata, nascida em 1976.
    2. Eduardo, nascido em 1977.
    3. Ricardo, nascido em 1978.
    4. Maria Letícia, nascida em 1983.

Maria do Carmo, nascida a 7 de abril de 1926, casou com Armando de Queiroz Monteiro Filho, nascido a 11 de setembro de 1926. Pais de:

1. Maria Letícia, nascida a 15 de agosto de 1954, casou com José Paulo Cavalcanti Filho, filho de José Paulo Cavalcanti e de ... Pais de:
    1. José Paulo Cavalcanti, nascido em 1975.

2. Sérgio, nascido em 1977.
3. Luciana, nascida em 1980.

2. Armando Queiroz Monteiro Neto. Casou com Maria Digna Pessoa de Melo, filha de Luiz Ignácio Pessoa de Melo e de D. Blanca. Pais de:
   1. Cecília
   2. Sofia
   3. Armando, bisneto.
   4. Eduardo
3. Sérgio Eduardo. Falecido aos 15 anos.
4. Horácio [de Queiroz Monteiro].
5. Eduardo [de Queiroz Monteiro]. Casou com Maria Helena Brenand, filha de Francisco e Debora Brennand.

Ot 2.2.2.2.5.1.5.4.12.2

[YS: segunda filha de Antônio José Bezerra Cavalcanti]:

2. Maria Cristina Bezerra Cavalcanti. Casou com Vitor Moura. Médico. Com filhos.

Ot 2.2.2.5.1.5.4.12.3

3. Maria Carolina, nascida a 17 de outubro de 1879 e falecida a 17 de abril de 1972. Casou com Dr. Durval Rabelo, nascido a 5 de junho de 1896 e falecido em 24 de agosto de 1937. Médico, secretário da Faculdade de Medicina do Recife (1929-1935). Pais de:
   1. Maria Ângela Rabelo.
   2. Maria Célia Rabelo (da Mata Ribeiro).
   3. José Durval.

Maria Ângela Rabelo, nascida a 16 de março de 1927. Solteira.

Maria Célia Rabelo (da Mata Ribeiro, após casada), nascida a 27 de dezembro de 1928, casada com Cândido da Mata Ribeiro. Em 13.11.1976, sem sucessão.

José Durval [Rabelo], nascido em 2 de maio de 1924 e falecido em 7 de maio de 1982. Casou com Ivete Arcoverde. Pais de:

1. José Sebastião Arcoverde Rabelo, nascido em 2 de junho de 1946. Casado com Cristina Maria Andrade, filha de Aristófanes de Andrade e de D. Maria José de Moraes Coutinho.

St 2.2.2.5.1.5.4.13

13. Guilhermina Bezerra Cavalcanti (Barbosa Lima), nascida a 26 de abril de 1864. Casou com o viúvo João Buarque Barbosa Lima. Tinha sido noiva de Joaquim Nabuco. João Buarque Barbosa Lima teve um filho do primeiro matrimônio, João Buarque Barbosa Lima Filho, major do Exército, da Arma de Artilharia, que foi comandante da Fortaleza do Brum. Pais de:

1. Apolônio Barbosa Lima.
2. Júlia Barbosa Lima
3. Maria do Carmo Barbosa Lima
4. Alice Barbosa Lima, casada com Afonso Duarte.

Ot 2.2.2.5.1.5.4.13.1 Apolônio Buarque de Lima. Oficial de Marinha da Arma da Aviação, tendo chegado ao posto de Brigadeiro. Casou com Olea Leite Pinto. Pais de um filho e uma filha.

Ot 2.2.2.5.1.5.4.13.2 Júlia Barbosa Lima, casou com Afonso de Quental e foram residir no Rio de Janeiro. Pais de:

1. Afonso de Quental Filho.
2. João de Quental, casou com Dulce Santiago Ramos, irmã de Santiago Ramos. Pais de uma filha.
3. Oscar Quental.
4. Margarida Quental.
5. Jesus Quental.

Ot 2.2.2.5.1.5.4.13.3 Maria do Carmo Barbosa Lima, casou com Getúlio Amaral, funcionário do Ministério da Fazenda, filho de D, Emilia Pais Barreto Bezerra Cavalcanti. Residiram no Rio de Janeiro.

[YS: Anotado ao lado]:

João Buarque de Lima, médico no Rio de Janeiro, formado pela Faculdade ..... Casou com Afonsina. Pais de 4 filhos. Pai de João Buarque de Lima e de Apolônio Buarque de Lima.

St 2.2.2.5.1.5.4.14

14. Eugênia Bezerra Cavalcanti (de Lucena), nascida em 26 de abril de 1867, casou com Henrique Pereira de Lucena Sobrinho, proprietário do engenho Paciência, em Bom Jardim. Sem sucessão.

St 2.2.2.5.1.5.4.15

15. José Bezerra Cavalcanti. Nasceu a 20 de junho de 1870. Faleceu solteiro.

St 2.2.2.5.1.5.4.16

16. Maria Bezerra Cavalcanti (3ª do nome). Faleceu solteira.

Sx 2.2.2.5.1.5.5 – Joaquim Geminiano Pais Barreto ou Joaquim Paes Barreto (Quincas).

Joaquim Geminiano Paes Barreto ou Joaquim Paes Barreto (Quincas), foi batizado a 19 de maio de 1828 na capela do engenho Ribeirão pelo Reverendo Francisco de Paula Carneiro Leão, seu meio tio materno, sendo padrinhos seu tio paterno Francisco Paes Barreto e sua mulher D. Maria das Dores de Jesus (Serinhaém, Caderno 2, p. 9).

Foi comerciante e senhor do engenho Retiro, em Altos Montes (2º distrito) da freguesia de Palmares, onde viveu e faleceu solteiro. Em 1872 (DP) mandou celebrar missa a 29 de agosto na Igreja dos Guararapes, pela alma de seu irmão João Baptista Paes Barreto. Estava ainda, à frente de seu engenho em 1894-1895. Deixou o que possuía para uma filha adotiva, apelidada de Caipira, que casou e teve sucessão.

?Em 4.8.1991 faleceu Joaquim Paes Barreto, casado que foi com Epifânia Maria da Conceição, tendo sido sepultado no cemitério de Serinhaém (L. 3, Óbitos de Serinhaém, 1867-1888, fl. 133).

Sx 2.2.2.5.1.5.6 – Arcelina de Castro Sá Barreto

Batizada na capela do engenho Ribeirão, na freguesia de Serinhaém pelo Reverendo Francisco de Paula Carneiro Leão, seu tio materno, a 20.11.1829. Foram padrinhos, seu tio avô pelo lado paterno Alexandre de Castro de Sá Barreto e D. Inocência Luiza de Barros, senhora de Vicente Elias Cavalcanti de Albuquerque, sogros do irmão Joviniano.

[YS: Sobre Vicente Elias Cavalcanti de Albuquerque Silvio deixou a seguinte nota]:

"Vicente Elias Cavalcanti de Albuquerque, capitão, con-senhor juntamente com seu filho, Dr. Antonio Venâncio, dos engenhos Minas Novas e Barra Nova, em Escada, Pernambuco. Nascido pelos anos 1800 casou-se com D. Innocencia Luisa de Barros Cavalcanti (também irmã de Manoel do Carmo Carneiro Leão, parece que o 2º deste nome, casado com D. Maria do Carmo) [teve] 3 filhos:

F1 – Antonio Venâncio Cavalcanti de Albuquerque, bacharel pela Faculdade de Direito do Recife. Fora batizado a 19.7.1839 na capela de Sant'Anna do engenho Ribeirão, freguesia de Serinhaém, com 14 dias de nascido. Afilhado dos acima referidos Manoel do Carmo e Maria do Carmo. Casado com D. Joaquina de Figueredo Cavalcanti de Albuquerque, filha única do Conselheiro Alexandre Bernardino dos Reis e Silva (irmão do Barão de Tacaruna) (1804-1892) e de D. Isabel de Figueredo (filha esta de Joaquim Benigno de Figueredo, Brigadeiro, e de D. Isabel Barbosa".

YS: não informa os F2 e F3.

Sx 2.2.2.5.1.5.7 – Joviniano Irineu Pais Barreto

Joviniano Irineu Pais Barreto (Tio Jovem), nascido em data ignorada, provavelmente no engenho Burarema. Foi rendeiro do engenho Barra Nova, situado na freguesia de Serinhaém, e depois em Escada, pertencente ao sogro Vicente Elias Cavalcanti de Albuquerque. Posteriormente foi proprietário do engenho Oriental na freguesia de

Gameleira, pelo menos de 1870 a 1885. Em 1860 era tenente da 2ª Companhia do 43º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional de Serinhaém. A 15 de abril de 1878, juntamente com o irmão José de Castro Paes Barreto, estavam presentes à uma reunião da Sociedade Auxiliadora da Agricultura (...).

Casou-se com D. Luisa Porfiria Cavalcanti de Albuquerque, filha do Capitão Vicente Elias Cavalcanti de Albuquerque e de D. Inocência Luiza de Barros Cavalcanti, falecida a 18 de janeiro de 1877 (DP). Uma vez viúva, D. Luiza, a filha, foi professora de Colégio de Jesus, ... de .... do Recife. Pais de:

1. Ignácio Cavalcanti Paes Barreto
2. José Cavalcanti Paes Barreto
3. Lidia Cavalcanti Paes Barreto
4. Isabel Cavalcanti Paes Barreto
5. Maria da Piedade Paes Barreto
6. Vicente Cavalcanti Paes Barreto
7. Joviniano Irineu Paes Barreto Filho

St 2.2.2.5.1.5.7.1 – Ignácio Cavalcanti Paes Barreto casou-se com D. Henriqueta de Barros. Pais de:

1. Alice de Barros, que casou com João Martins de Oliveira.
2. Lidia de Barros Paes Barreto, de quem não obtivemos notícias.
3. Artur de Barros Paes Barreto, que faleceu solteiro.
4. Inocência de Barros Paes Barreto, que faleceu criança.
5. Ignácio (a) de Barros Paes Barreto, que faleceu solteiro (a).

St 2.2.2.5.1.5.7.2 – José Cavalcanti Paes Barreto, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife e Escrivão do Crime da Comarca do Recife. Casou-se com D. Honorina Leopoldina Barreto de Gusmão, filha de Leopoldo Augusto Cezar de Gusmão e de D. Ana Adelaide de Mendonça Paes Barreto. Pais de:

1. Maria Madalena Paes Barreto, que faleceu solteira.
2. Luiza Adelaide Pais Barreto [continua]
3. Leopoldina Paes Barreto, que faleceu criança.
4. Esmeraldina Paes Barreto, que faleceu solteira.

5. Beatriz Paes Barreto, gêmea da antecedente, que faleceu solteira.
6. Adalgisa Paes Barreto. [continua]
7. Honorina Paes Barreto. [continua]
8. José Cavalcanti Paes Barreto, que faleceu criança.
9. Maria do Carmo Paes Barreto [continua]
10. Mário Cavancanti Paes Barreto, faleceu solteiro.
11. Ana Paes Barreto. [continua]
12. Maria de Lourdes Paes Barreto [continua]
13. Maria José Paes Barreto [continua]

Ot 2.2.2.5.1.5.7.2.2 – Luiza Adelaide Pais Barreto, casou-se com José Monteiro de Almeida (ou Oliveira). Pais de:

1. Raimundo Nonato Barreto Monteiro
2. José Alfredo Barreto Monteiro, que faleceu criança.
3. Luiz Gonzaga Barreto Monteiro, solteiro.
4. Jorge Gonzaga Barreto Monteiro, solteiro.
5. Roberto Barreto Monteiro, solteiro.

Ot 2.2.2.5.1.5.7.2.6 – Adalgisa Paes Barreto, casada com Helmut Hantke, natural da Alemanha, residente e comerciante no Recife. Pais de:

1. Fritz Barreto Hantke.
2. Helsa (ou Hilda) Barreto Hantke.
3. Franz Barreto Hantke.

Ot 2.2.2.5.1.5.7.2.7 – Honorina Paes Barreto, casada com José Joaquim de Almeida, Bacharel em Direito, Professor da Faculdade de Direito do Recife. Secretário de Justiça do governo de Agamêmnon de Godoy Magalhães. Pais de:

1. Heraldo José de Almeida, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife e Professor da mesma Faculdade. Falecido em 25 de dezembro de 2009. Casou-se com Celina [Carneiro] Campelo, filha de Joaquim Heraclito C. Campelo e de ..... Pais de:
   Eulália [Campelo de Almeida], casada com Nelson Brito.
   Leonor [Campelo de Almeida], casada com Luis Ricardo Lacerda Beltrão.

José Joaquim de Almeida Neto. Bacharel em Direito. Advogado. Casado com Isis.

2. Cléa Yolanda de Almeida, que faleceu criança, e outros. [Cléa e Luiz Carlos Aliandro Júnior convidam para a missa de 7º dia de Heraldo a 28.12.2009.

Ot 2.2.2.5.1.5.7.2.9 – Maria do Carmo Paes Barreto, nascida a 10.1.1904. Professora diplomada pela Escola Normal de Pernambuco, falecida a 27.10.1988, no Recife. A nota de falecimento é assinada por Jonathas Silveira, Ricardo Barreto Silveira, esposa e filhos, João Batista Barreto Silveira, esposa e filhos, Marcelo Barreto Silveira, Lourdinha Paes Barreto e Anita Paes Barreto, comunicando o velório no Cemitério de Santo Amaro (DP, 28.10.1988). Casou-se em 1939 com Jonathas Quinteiro da Silveira, nascido a 26.12.1912, tesoureiro aposentado do INAMPS. Pais de:

1. Ricardo Barreto Silveira, nascido a 1.9.1942, engenheiro eletricista, casado com Ilka de Melo Barbosa, nascida a 3.1.1941, filha de Raimundo Pereira Barbosa e de D. Arminda Felisbina Pinheiro de Melo. Pais de:

Alexandre, nascido a 30.6.1968.

Luciana, nascida a 16.10.1969.

2. João Batista Barreto Silveira, nascido a 24.6.1945, engenheiro eletricista, casado com Marta Gerusa de Arruda, nascida a 21.11.1945, filha de João de Arruda e de D. Iracy de Arruda Cabral. Pais de:

André Arruda Silveira, nascido a 30.5.1971.

Eduardo Arruda Silveira, nascido a 25.4.1974.

Gustavo Arruda Silveira, nascido a 1.11.1977.

3. Marcelo Barreto Silveira, nascido a 8.4.1947, engenheiro mecânico.

Ot 2.2.2.5.1.5.7.2.11 – Ana (Anita) Paes Barreto. Professora diplomada pela Escola Normal do Estado de Pernambuco. Ex-pesquisadora do Instituto de Assistência Mental. Ex-Diretora do Grupo Escolar Ulysses Pernambucano. Ex-secretaria da Educação no primeiro governo de Miguel Arraes de Alencar. Solteira.

Ot 2.2.2.5.1.5.7.2.12 – Maria de Lourdes (Lourdinha) Paes Barreto. Professora diplomada pela Escola Normal do Estado de Pernambuco. Ex-diretora de grupo escolar. Solteira.

Ot 2.2.2.5.1.5.7.2.13 – Maria José Paes Barreto. Professora diplomada pela Escola Normal do Estado de Pernambuco. Casou-se em 1931 com Gregório Pereira de Alencar. Pais de:

1. Ana Maria, nascida a 26.8.1935.
2. Lúcia Maria, gêmea da antecedente.
3. Claúdio Roberto, que faleceu criança.
4. Marta Maria, nascida a 8.8.1938.
5. Fátima [RCL]

St 2.2.2.5.1.5.7.3 – Lidia Cavalcanti Paes Barreto. Casou-se com Salustio (José ?) de Lamenha Lins de Sousa, filho de Carlos Augusto Lins de Sousa e de D. Hermila Barreto Lamenha Lins, ambos netos de Francisco Paes Barreto e D..., marqueses do Recife.

Dr. Salustio (Tio Salustio) nasceu em 14.9.1863 e foi batizado em 5.3.1864 na freguesia do Santíssimo Sacramento da Boa Vista do Recife. Foi bacharel formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1887 (AFDR, CB, f.197). Fez carreira na Magistratura de Pernambuco e do Paraná, tendo sido aposentado como Desembargador. Residiram em Curitiba e faleceram sem sucessão.

St 2.2.2.5.1.5.7.4 – Isabel Cavalcanti Paes Barreto casou-se com José (Henrique) de Oliveira. Falecidos, sem sucessão.

St 2.2.2.5.1.5.7.5 – Maria da Piedade Paes Barreto que viveu solteira, inteiramente dedicada à vida religiosa no Colégio do Sagrado Coração Eucarístico do Recife, do qual foi um dos principais esteios. Devemos-lhe a maior parte destas notas.

St 2.2.2.5.1.5.7.6 – Vicente Cavaltanti Paes Barreto casou-se com D....., no Paraná, tendo o casal residido em Curitiba onde faleceram sem filhos.

St 2.2.2.5.1.5.7.7 – Joviniano Irineu Pais Barreto Filho, que faleceu solteiro e que foi o último dirigente do engenho Limão Doce que pertencera ao avô, Felipe Paes Barreto Júnior (Felipe de Limão Doce) e figura como vendedor do engenho.

Sx 2.2.2.5.1.5.10 – José Francelino (Lins) Pais Barreto

José Francelino Lins Paes Barreto (Tio Francelino), nascido a 4 de março de 1839 no engenho Boa Sorte, onde, então, moravam seus pais Felipe Paes Barreto Júnior e D. Rufina Lins Vanderley que se haviam casado a 8 de janeiro de 1838. Foi o primogênito do segundo matrimônio de seu pai e foi batizado na capela do engenho Antas, na freguesia de Serinhaém, a 10 de setembro de 1839, sob o nome de Francelino. Sendo oficiante o Rvdo. José Ribeiro d'Andrade, e padrinhos o Dr. Pedro de Araújo Lima (depois Marquês de Olinda) representado pelo capitão Antonio Feijó de Mello e D. Maria dos Anjos Porciúncula (Cavalcanti), irmã do Dr. Pedro, moradores no dito engenho (L. 3 de Bat. CSF-Se, 1836-1841. Fl. 159).

Foi proprietário do engenho Massaranduba, situado no 2º distrito (Preguiças) da freguesia de Palmares (ou Água Preta ?), de 1869 a 1871. Tinha a patente de Tenente, conforme seu meio irmão José de Castro Paes Barreto.

Casou-se com D. Leonila de Barros, filha de Manoel d'Albuquerque Barros Cavalcanti e de D. Ursulina Eufrasina de Castro. YS: Em nota avulsa Silvio destaca: Manoel de Albuquerque Barros Cavalcanti casado com Ursulina Eufrosina de Castro Sá Barreto pais, entre outros, de: (1) Leonardo de Barros, pai de Manoel Gouveia de Barros, casado com D. Antonieta Duarte de Barros, de quem era primo legitimo; (2) José Abílio de Barros, casado com Belmira Duarte, pais de entre outros: Antonieta Duarte de Barros, casada com Manoel Gouveia de Barros, e de Theodomiro Duarte de Barros, pai de Gastão Duarte de Barros casado com Luiza, filha de João José de Barros Cavalcanti e de Maria da Piedade Paes Barreto Sicupira.

Faleceu no dia 16.4.1871, às 3 horas da manhã no povoado de Altos Montes (3º distrito) da freguesia de Palmares (Água Preta ?), tendo sido sepultado na capela do

mesmo povoado às 17 horas do mesmo dia. A data, fornecida pelo meio-irmão José de Castro é posta em dúvida; deveria ser 16 de novembro de 1871, pois outro meio-irmão, João Baptista Paes Barreto encomendou missa pela sua alma a 21 de novembro do mesmo ano (DP, 21.11.1871). Seu inventário, de 1872, sob o no. 263, consta em Palmares, sendo inventariante Leonila de Barros Barreto.

Foram pais de uma única filha:

Joana de Barros

St 2.2.2.5.1.5.10.1 – Joana de Barros, nascida a 1 de julho de 1870, casou com o bacharel Manoel Henrique Wanderley, filho de Bernardino de Senna Vanderley e de D. Rita Maria Vanderley, neto paterno de Francisco da Rocha Vanderley e neto materno de Manoel Rodrigues Vanderley.

Manoel Henrique Valderley nasceu a 25 de dezembro de 1860 e foi batizado a 17 de fevereiro de 1861 no oratório privado do engenho Cachoeira Alta, freguesia de São Miguel dos Barreiros, tendo sido padrinhos Francisco Alves Cavalcanti Camboim (depois Barão de Buique) e D. Ana Olympia de Siqueira Cavalcanti (...).

Foram pais de:

1. José de Barros Vanderley.
2. Clóvis de Barros Vanderley.
3. José Henrique Vanderley.
4. Manoel Henrique Vanderley.
5. Raymundo de Barros Vanderley

Ot 2.2.2.5.1.5.10.1.1 – José de Barros Vanderley, bacharel, casado com D. Alice Monteiro (Vanderley). Pais de:

1. Gilson Monteiro Vanderley, bacharel.
2. Diná Monteiro Vanderley.
3. Elsa Monteiro Vanderley.
4. José Roberto Monteiro Vanderley, cadete da Escola Militar do Realengo.
5. Heitor Monteiro Vanderley.
6. Manoel Henrique Vanderley.

Ot 2.2.2.5.1.5.10.1.2 – Clóvis de Barros Vanderley, bacharel, casado com D. Luisa Lucena Vanderley. Pais de:

1. Maria José Lucena Vanderley.
2. Clóvis de Barros Vanderley Filho, cadete da Escola Militar do Ceará.
3. Milton Vanderley.

Ot 2.2.2.5.1.5.10.1.3 – José Henrique Vanderley, bacharel, casado com D. Clotilde de Oliveira Vanderley. Pais de:

1. Maria Cecília Crisóstomo Vanderley.
2. Luis Henrique Crisóstomo Vanderley.

Ot 2.2.2.5.1.5.10.1.4 – Manoel Henrique Vanderley Filho que casou duas vezes. A primeira com D. Ana de A. Vanderley. A segunda com D. Maria José da Fonseca Vanderley.

Ot 2.2.2.5.1.5.10.1.5 – Raymundo de Barros Vanderley, casado com D. Elisa Valdemarim Vanderley. Pais de:

1. Luis Eduardo Valdemarim Vanderley.
2. Armando Valdemarim Vanderley.
3. Maria Elisa Valdemarim Vanderley.

Sx 2.2.2.5.1.5.11 – João Lins Paes Barreto

João Lins Paes Barreto. Era Tenente e faleceu moço e solteiro (JCPB, provavelmente antes de 1879).

[YS: creio que esta nota posterior refira-se ao mesmo]:

Foi batizado, com 2 meses de nascido, no oratório do engenho Bastião, na freguesia de Serinhaém, a 13 de julho de 1855. Foram padrinhos João Lopes dos Santos e D. Francisca Joaquina dos Santos (L 4, CSF-Se 1836-1848, fl. 196).

Parece que teve um filho natural, Antônio, que faleceu e foi sepultado no cemitério de Serinhaém a 28.2.1887 (L. 3 óbitos Ser. 1867-1888, fl, 188).

Sx 2.2.2.5.1.5.12 – Manoel Lins Paes Barreto.

Manoel Lins Paes Barreto nasceu na freguesia de Serinhaém, provavelmente no engenho Boa Sorte, em torno de 1845.

Foi lavrador de canas em engenhos dos irmãos, transferindo-se para o Recife, onde foi comissário de açúcar. Na última fase de sua vida foi almoxarife da Santa Casa de Misericórdia do Recife, de 1 de junho de 1902 a 14 de maio de 1924. Em sessão de 14.5.1924 a junta licenciou-o por motivo de moléstia, da qual faleceu a 4 de julho do mesmo ano. Para substitui-lo foi nomeado em sessão de 8 do dito mês e ano o auxiliar Sr. Felipe Lopes da Paz que, interinamente se acha exercendo o cargo (Relatório da Santa Casa de Misericórdia do Recife, apensado a Junta Administrativa no dia 1.7.1926, f.6).

Casou-se em primeiras núpcias a 9 de janeiro de 1877 (L.3, matriz de S. José, fl. 127, a 10.2.1877) com D. Ana Eugênia Bezerra Cavalcanti, sua sobrinha, filha de José Bezerra de Barros Cavalcanti e de sua meia-irmã Ana Eufrasila (Pais Barreto) Bezerra Cavalcanti. "Aos dez de fevereiro de 1887 na Capela do Ginásio Provincial de licença minha e em presença do Reverendo Antonio Arcoverde d'Albuquerque Cavalcanti e das testemunhas Dr. Adrião Lins Pereira da Silva e Luiz José da Silva Guimaraes se recebe-ram em matrimônio e receberam as bênçãos nupciais, Manoel Lins Paes Barreto, filho legitimo dos falecidos Filippe Paes Barretto e Rufina Lins Paes Barreto, com Ana Eugenia Bizerra Cavalcanti, filha legitima de José Bezerra Cavalcanti e de Anna Eufrosina Bizerra Cavalcanti, o nubente natural de Serinhaém e a nubente de Escada e ambos moradores na de São José " (Matriz de S. José, Lv. 3, fls. 127). Ana Eufrasina nascida em 1858 na freguesia de Escada, adotara após o casamento o nome de Ana Eugênia Bezerra Barreto, falecendo a 16 de agosto de 1877, aos 19 anos, sete meses após o casamento.

No testamento de seu meio-irmão José de Castro Paes Barreto, falecido a 13 de outubro de 1878, foi escolhido tutor da filha deste, Maria Bertina (DP, 30.12.1884).

Casou-se em segundas núpcias, antes de 20 de abril de 1879, pois no convite para a missa de sétimo dia do irmão inteiro Miguel, celebrada nesta data constava ser casado. Sua segunda mulher D. Cândida Cezar de Vasconcellos Campos era filha de Antonio

Francisco Cezar de Vasconcellos Campos e de D. Celina Eufrasina de Castro Sá Barreto, co-proprietários do engenho Gravatá, na freguesia de Água Preta, sendo esta filha de Alexandre de Castro Sá Barreto e de D. Senhorinha Eufrasina, antecessores na posse do referido engenho.

Manoel Lins faleceu no Recife, à Rua da Concórdia no. 315 a 4 de julho de 1924.

Foram pais de:

1. Júlia Lins Paes Barreto, falecida com um ano de idade em torno de 1881.
2. Felipe Lins Paes Barreto.
3. Antônio Lins Paes Barreto.
4. Maria Cândida Lins Paes Barreto.
5. Álvaro Lins Paes Barreto, falecido com um ano de idade.

Sx 2.2.2.5.1.5.12.2 – Felipe Lins Paes Barreto, nascido a 31 de dezembro de 1882.

Inicialmente comerciante na praça do Recife, tornou-se comerciante e proprietário em Caruaru, onde desenvolveu suas atividades de 1905 a 1943. Foi vereador à Câmara Municipal em 1907, porém não mais desenvolveu atividade política.

Casou-se com D. Aurélia Dulce Maciel Campos, nascida a 27 de julho de 1889 na freguesia de S. José do Brejo da Madre de Deus, filha de Vicente Alves Campos, nascido a 6 de setembro de 1861 e de D. Ana Cândida Maciel (Campos), nascida a 11 de junho de 1863. Eram naturais e moradores no Brejo da Madre de Deus e faleceram em Caruaru, ele a ..... e ela a 10 de fevereiro de 1919. O casamento civil e religioso realiza-se em Caruaru a 20 de abril de 1912. Felipe Lins faleceu a .... e D. Aurélia Dulce a ...., ambos os desenlaces ocorrendo no Recife. Foram pais de:

St 2.2.2.5.1.5.12.2.1

1. Sylvio Campos Pais Barreto, nascido em Caruaru a 1 hora da manhã de 21 de março de 1913. Formado pela Faculdade de Medicina do Recife, em 1935. Livre docente e auxiliar de Oftalmologia da Universidade Federal de Pernambuco em 1951. Regente da mesma disciplina na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Norte de 1968 a 1970. Chefe da Clínica Oftalmológica do Hospital Santo Amaro da Santa Casa da Misericórdia do Recife.

Casou-se no Rio de Janeiro a 1 de agosto de 1945 com D. Maria Cristina Lemos Leão Dubeux, nascida a 10 de dezembro de 1916, no Recife, filha de Claúdio Leão Dubeux, nascido em 20 de novembro de 1885 e falecido a 14 de junho de 1952, industrial do Estado de Alagoas e de sua senhora D. Maria Carmen Lemos (Leão Dubeux), nascida a 27 de maio de 1898 e falecida a 5 de dezembro de 1962, neta paterna de Claúdio Burle Dubeux, nascido a 14 de junho de 1845 e falecido em 1920, e de D. Amélia de Amorim (Dubeux Leão) e neta materna de Artur de Sousa Lemos, comerciante, e de D. Carolina Burle Dubeux. Pais de:

Ot 2.2.2.5.1.5.12.2.1.1 Gilberto Dubeux Paes Barreto, nascido a 11 de maio de 1946, no Recife. Arquiteto formado a 30 de janeiro de 1971 pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco.

Casou-se a 30 de março de 1973 com Maria Edeltrudes Gonçalves da Silva, nascida a 30 de maio de 1947, no Recife, arquiteta e sua colega de turma, filha do engenheiro João Geraldo Braule Gonçalves da Silva, nascido a 23 de agosto de 1916 e falecido a 11 de dezembro de 1981 e de D. Maria de Lourdes Correia de Araújo (Maria de Lourdes Gonçalves da Silva), nascida a 19 de outubro de 1921, neta paterna de Francisco José Gonçalves da Silva, nascido a 8 de novembro de 1878 e falecido a 11 de janeiro de 1959 e de D. Florisbela Braule Freire da Silva, nascida em 1882 e falecida em 1922 e neta materna de Miguel de Araújo Filho, nascido em 1881 e falecido a 10 de maio de 1923 e de D. Edeltrudes Correia de Vasconcelos, nascida a 12 de janeiro de 1901. Pais de:

Silvia Gonçalves Paes Barreto, nascida a 21 de janeiro de 1974.

Claúdia Gonçalves Paes Barreto, nascida a 28 de novembro de 1975.

St 2.2.2.5.1.5.12.2.2

2. Vicente Campos Paes Barreto, nascido às 9 horas da manhã de 23 de janeiro de 1914. Engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Engenheiro do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários e depois do Instituto Nacional de Previdência Social, sucessivamente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Casou-se em 19 de dezembro de 1942 na Igreja de S. José no Rio de Janeiro com D. Dirce Moreira de Carvalho, filha de Antônio Moreira de Carvalho, comerciante em Campos, no Rio de Janeiro, e de D. Eulina Vieira, neta paterna de Baltazar Moreira de Carvalho e Olivia (Pereira) da Silva, neta materna de Francisco Sérgio Vieira e D. Frau de Sousa Coelho Vieira. Padrinhos: Benigno e D. Débora .....; Joaquim Moreira de Carvalho e D. Eurídice Vieira de Carvalho. Pais de:

Silvia Moreira Paes Barreto

Sérgio Moreira Paes Barreto

Ana Maria

Felipe Moreira Paes Barreto

Angela

Ot 2.2.2.5.1.5.12.2.2.1 Silvia Moreira Paes Barreto, nascida a 29.10.1943, em São Paulo. Bióloga pela Faculdade de Biologia da Universidade Federal de São Paulo. Professora da mesma Faculdade de Biologia.

Casou-se com Geraldo Marlus Smith, odontólogo pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de São Paulo. Odontólogo em São Paulo. Pais de:

1. Patrícia, nascida a 3.7.1968.
2. Alexandre, nascido a 31.12.1969.
3. Priscilla, nascida a 26.12.1972.
4. Vivian, nascida a 12.1.1973.
5. Melissa, nascida a 18.12.1970.

Ot 2.2.2.5.1.5.12.2.2.2 Sérgio Moreira Paes Barreto, nascido a 20.1.1945. Engenheiro Naval formado pela Escola de Engenharia da USP. Técnico da Lisnave, em Portugal. Solteiro.

Ot 2.2.2.5.1.5.12.2.2.3 Ana Maria, nascida a 5.5.1948, casou com Olympio Saynovischy, descendente de russo, nascido a 9.8.1933. Pais de:

1. Estevão, nascido a 28.12.1976.
2. Tiago, nascido a 9.4.1980.

Ot 2.2.2.5.1.5.12.2.2.4 Felipe Moreira Paes Barreto, nascido em 8.10.1951. Bacharel pela Faculdade de Direito da USP. Empresário. Casou-se com Eliane Martins, nascida em 27.10.1954. Pais de:

1. Felipe, nascido a 18.11.
2. Fromck

Ot 2.2.2.5.1.5.12.2.2.5 Ângela, nascida em 12.1.1954. Casada com Guillermo Anton Pardo, descendente de espanhol. Pais de:

1. Laura, nascida a 25.3.1981.

St 2.2.2.5.1.5.12.2.3

3. Cândida Campos Paes Barreto, nascida às 17 horas de 28 de abril de 1915. Professora pela Escola Normal do Estado de Pernambuco.

Casou-se no Recife com Adolfo Mafra Filho, filho de Adolfo.... Foi sucessivamente, comerciário, gerente de Companhia de Seguros e comerciante. Pais de:

Mauricio Paes Barreto Mafra

Heloisa

Lúcia

Marcelo Paes Barreto Mafra

Romero Paes Barreto Mafra

Ricardo Paes Barreto Mafra

Ot 2.2.2.5.1.5.12.2.3.1 Mauricio Paes Barreto Mafra, engenheiro civil e economista pelas Faculdades de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco e pela Escola Politécnica. Casou-se com Teresa... Pais de:

1. Fabiana
2. Gabriela

3. Bruno

Ot 2.2.2.5.1.5.12.2.3.2 Heloisa, médica hematologista. Formada pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco. Casada com Patrick Querette, francês, filho de Paulo Querette e D. Ginette Querette. Pais de:

1. Thierry
2. Catherine
3. Genevieve

Ot 2.2.2.5.1.5.12.2.3.3 Lúcia, geóloga, formada pela Faculdade de Geologia da Universidade Federal de Pernambuco. Professora da mesma Faculdade. Casou-se com Silvio Valença, médico neuro-cirurgião formado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, filho de Rômulo .... Valença, médico, e de D. Maria do Carmo Cintra do Amaral.

Ot 2.2.2.5.1.5.12.2.3.4 Marcelo Paes Barreto Mafra, comerciante, casado com Ana. Pais de:

1. Gustavo
2. Cândida
3. Dolores

Ot 2.2.2.5.1.5.12.2.3.5 Romero Paes Barreto Mafra

Ot 2.2.2.5.1.5.12.2.3.6 Ricardo Paes Barreto Mafra, comerciante. Casado com ...

St 2.2.2.5.1.5.12.2.4

4. Iris Campos Paes Barreto, nascida às 14 horas do dia 26 de agosto de 1916, em Caruaru. Professora pela Escola Normal do Estado de Pernambuco. Falecida solteira em 19.5.1988.

St 2.2.2.5.1.5.12.2.5

5. José Campos Paes Barreto, nascido às 3 horas de 4 de fevereiro de 1913. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Funcionário do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro. Casou-se.

St 2.2.2.5.1.5.12.2.6

6. Roque Campos Paes Barreto, nascido às 19 horas de 2 de março de 1919 em Caruaru, Pernambuco e falecido, no Recife, a 18 de junho de 1985. Agrônomo pela Escola de Agronomia de Lavras, Minas Gerais.

Fez carreira no Ministério da Agricultura, trabalhando no Brasil Central. Foi Diretor do Serviço Florestal de Pernambuco em 1956 e Diretor de Ensino do Ministério da Agricultura em 1963-1964, quando ministro Barros Carvalho.

Casou-se a 30 de abril de 1960, no Recife, com Margarida Maria Alves Wanderley, nascida a 22 de novembro de 1928, filha do engenheiro Francisco da Rocha Vanderley Lins Filho e de D. Maria José Jorge Alves da Silva, neta paterna de Francisco da Rocha Walderley Lins e de D. Francisca de ..... Alves da Silva, neta materna de Sebastião Alves da Silva Filho e de sua segunda esposa D. Francisca Jorge Alves da Silva. Pais de:

Francisco Felipe Vanderley Paes Barreto

Henrique Vanderley Paes Barreto

Ot 2.2.2.5.1.5.12.2.6.1 Francisco Felipe Vanderley Paes Barreto, nascido a 12 de fevereiro de 1961, no Rio de Janeiro. Agronomando. Casou-se em 30.6.1990 com Ana Paula Nascimento, filha de José Manoel ..... Nascimento e Maria Almeida Nascimento. Pais de:

1. Lorena Nascimento Pais Barreto, nascida a 11.10.1991.

Ot 2.2.2.5.1.5.12.2.6.2 Henrique Vanderley Paes Barreto, nascido a 12 de março de 1962, no Recife. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife em 18 de janeiro de 1985.

Sx 2.2.2.5.1.5.12.3

Antônio Lins Paes Barreto.

Antônio Lins Paes Barreto, nascido em 1884. Foi sucessivamente funcionário da Santa Casa de Misericórdia do Recife, comerciário e funcionário do Estado de Pernambuco.

Casou-se em 1915 com D. Maria Melo (Paes Barreto). Pais de:

Nelson Melo Paes Barreto.

João Paes Barreto.

Nair Paes Barreto

Nelson Paes Barreto – Olinda

St 2.2.2.5.1.5.12.3.3 João Paes Barreto, nascido a 24 de junho de 1916. Educado no Colégio São Joaquim de Maraial, da Santa Casa da Misericórdia do Recife, tendo terminado o curso aos 18 anos. Foi funcionário de fabricas de tecidos em S. Paulo e terminou dedicando-se à alfaiataria e reside em Caruaru. Casou-se com esposa de nome ignorado, restando seus dois filhos:

1. Paulo Paes Barreto, motorista
2. Clotilde Paes Barreto

Sx 2.2.2.5.1.5.12.2.4

Maria Cândida Lins Paes Barreto

Maria Cândida Lins Paes Barreto, nascida a ...

Casou-se com Adolfo de Sousa Leão Faro, filho de Gonçalo Paes de Azevedo Faro, falecido a 10 de março de 1900 e de D. Idalina de Sousa Leão, nascida no engenho Caiará na freguesia de S. Lourenço da Mata, a 28 de novembro de 1856 e falecida em Olinda a ..., neto paterno de Felipe de Azevedo Faro e de D. Luisa da Mota, neto materno do bacharel Augusto de Sousa Leão e de D. Idalina Carlota de Barros Rego, barão e baronesa de Caiará.

Augusto de Sousa Leão Faro[23] foi Coletor Estadual de Olinda, Diretor da Recebedoria do Estado e Secretário da Fazenda. Pais de:

Maria, falecida criança.

Idalina, falecida criança.

Laura, falecida criança.

Adolfo

St 2.2.2.5.1.5.12.2.4.1 Adolfo ...., nascido a ...., foi bacharel pela Faculdade de Direito do Recife e Procurador do Instituto Nacional de Previdência Social no Recife.

Casou-se com Isa Paula Baptista. Pais de: ???

Sx 2.2.2.5.1.5.13 – Miguel Lins Paes Barreto

Miguel Lins Paes Barreto, nascido em 1851, residia na freguesia de Serinhaém e faleceu a 20 de abril de 1879, aos 28 anos, solteiro. Todavia, um Miguel Paes Barreto, casado, teve uma filha legitima, Ana, falecida e sepultada a 12 de outubro de 1872 na igreja do Livramento da mesma vila. Foi celebrada missa de 7º dia a mando dos irmãos Manoel e sua mulher, Joviniano e Sra., Maria de Castro Sá Barreto e seu marido, Ana Eufrosina e seu marido, Joaquim Geminiano, Gertrudes, Herculano (DP, 21.4.1879).

[YS: Sylvio deixa nota ao lado]:

Seria também seu filho: Miguel Ferreira Paes Barreto, casado com Maria Madalena dos Santos Pinheiro (1ª 15.10.1875). Miguel (M^{l}) Paes Barreto casou em (1º proclama 7.6.1875) com Ana Ferreira de Barros (...).

Sx 2.2.2.5.1.5.14 – Herculano Lins Paes Barreto

[23] YS: Acima refere-se a Adolfo e aqui a Augusto, como sendo a mesma pessoa; pode ter trocado o nome de Adolfo pelo do avô, Augusto.

Herculano Lins Paes Barreto exercia, em 1883, na vila de Garanhuns, as funções de escrivão da Coletoria da Fazenda Geral.

Casado?

Teria tido um filho?

Coriolano Herculano Paes Barreto casado com Maria do Sacramento Paes de Moura. Coriolano, sentenciado, casou-se em 18.2.1888 na casa de detenção pelo Cônego Ananias Correia de Amaral. Foram testemunhas Dr. Antonio de Lacerda Chermont e Manoel de Oliveira Mello (Matriz de São José, L. 5, fl. 55).

Sx 2.2.2.5.1.5.15 – Gertrudes (ou Gertrudes Margarida) Lins Paes Barreto

Gertrudes (ou Gertrudes Margarida) Lins Paes Barreto, nascida em ....., provavelmente no engenho Boa Sorte, na freguesia de Serinhaém.

Casou-se com ..... Rodrigues, ficando cedo viúva. Foi proprietária de três oitavas partes do engenho Burarema, na freguesia de Serinhaém, quota que vendeu a 21 de agosto de 1885 a ...

Tiveram um único filho:

1. Lafayete Paes Barreto Rodrigues

St 2.2.2.5.1.5.15.1 – Lafayete, que posteriormente optou pelo sobrenome Rodrigues Paes Barreto, nasceu a .... Dedicou-se ao comércio.

Casou-se com D. Flora Arruda Marinho, nascida a ...., irmã do desembargador Arruda Marinho, filhos de ..., netos paternos de .... e netos maternos de ....

Pais de:

1. Antonio Marinho Paes Barreto, faleceu jovem e solteiro.
2. Maria do Socorro Marinho Paes Barreto
3. Maria de Lourdes Marinho Paes Barreto
4. Guilherme Marinho Paes Barreto, nascido em 1936, com 41 anos em 1977.
5. Fernando Marinho Paes Barreto
6. Lafayete Paes Barreto Filho ou Júnior, solteiro.

7. Maria Ignez Marinho Paes Barreto, solteira.

Ot 2.2.2.5.1.5.15.1.2 – Maria do Socorro Marinho Paes Barreto. Casou-se com Hudson Moraes Magalhães. Proprietário dos engenhos Goiabeira e Duas Unas, no município de Jaboatão [dos Guararapes – RCL]. Pais de: ??

Ot 2.2.2.5.1.5.15.1.3 – Maria de Lourdes Marinho Paes Barreto. Casou-se com Hildebrando Costa Lima, filho de José da Costa Lima, proprietário da empresa de transportes urbanos União de Jaboatão e de sua senhora D.... Do matrimônio não houve sucessão.

Ot 2.2.2.5.1.5.15.1.4 – Guilherme Marinho Paes Barreto, nascido em 1936. Com 41 anos em 1977, residente em Jaboatão. Casou-se com Nely Moraes. Pais de: ?

Ot 2.2.2.5.1.5.15.1.5 – Fernando Marinho Paes Barreto, nascido a 9 de abril de 1939. Casou-se com Nioeilândia Ferreira, nascida a 8 de outubro de 1943, filha de Severino Antonio Ferreira, falecido em Goiana, e de D. Severina Pascoal, natural de Gravatá. Pais de:

1. Fred, nascido a 31 de março de 1964.
2. Fábio, nascido a 16 de maio de 1965.
3. Fernando, nascido a 7 de novembro de 1973.

Sx 2.2.2.5.1.5.16 – Pedro Lins Paes Barreto

Pedro Lins Paes Barreto faleceu moço e solteiro, a 7 de abril de 1875 na vila de Palmares e foi sepultado na capela da mesma vila.

Qr 2.2.2.5.2 – Alexandre de Castro Sá Barreto

Alexandre de Castro Sá Barreto, natural da freguesia de Serinhaém. Transferiu-se para a freguesia de Água Preta onde foi proprietário do engenho Gravatá e se dedicou inteiramente à agricultura.

Casou com D. Senhorinha Eufrosina.

Faleceu assassinado em seu engenho (Gravatá) a 8 de outubro de 1839, e a mulher, antes de 25 de dezembro de 1846.

Foram pais de:

1. Austriclinio de Castro Sá Barreto
2. Ursulina Eufrosina de Castro Sá Barreto
3. Celina Eufrosina de Castro Sá Barreto
4. Marcionila Cordolina de Castro Sá Barreto
5. Rosa Cordolina de Castro Sá Barreto.

(inventário em Palmares, 1856, No. 46, inventariante Sebastião da Cunha).

Qn 2.2.2.5.2.1 – Austriclinio de Castro Sá Barreto

Austriclinio de Castro Sá Barreto, nascido em 1799. Dedicou-se à agricultura devendo ter iniciado suas atividades neste setor auxiliando o pai no engenho Gravatá e substituindo-o, após sua morte, em 1839, pois se tornara um dos co-proprietários. De 1854 a 1856 o engenho estava sob a direção de seu cunhado Sebastião da Cunha Accioly Lins. Austriclinio de Castro arrendara, em 1855, o engenho Pau Sangue, situado na mesma freguesia de Água Preta, pertencente ao Dr. Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti, pelo prazo de três anos e pela quantia de 800$000 (oitocentos mil reis) (...).

Em 1860 era proprietário do engenho Cantorinzinho, situado na mesma freguesia, no qual tinha por rendeiro, seu cunhado Manoel de Albuquerque Barros Cavalcanti. Era, então tenente da 6ª Companhia do 46° Batalhão de Infantaria da freguesia de Água Preta.

Em 1873 estava ocupando os postos de capitão comandante da 7ª Companhia do mesmo Batalhão e de delegado de polícia da freguesia e vereador à Câmara de Palmares.

Em 1879 havia atingido o posto de tenente-coronel da mesma Companhia e do mesmo Batalhão e fora escolhido 1º vereador da Câmara Municipal de Palmares (...). A

28 de outubro deste mesmo ano na qualidade de presidente da Câmara, restaurou os antigos foros de vila da freguesia de Água Preta e deu posse aos seus vereadores (...).

Em 1881 e 1882 foi terceiro Juiz de Paz do 1º distrito (freguesia dos Montes) do município de Palmares.

Em 1884, já coronel reformado, foi mais uma vez vereador à Câmara Municipal de Palmares.

Faleceu a 24 de abril de 1887 com 88 anos de idade (DP, 29.4.1887).

Casou-se em primeiras núpcias com D. Francisca Joaquina de Jesus, sem sucessão.

Matrimoniou-se em segundas núpcias com D. Maria de Barros Cavalcanti Lins (ou Cavalcanti Barreto, após casada), viúva de Manoel Cavalcanti de Accioly Lins, nascida Maria da Conceição (ou Senhorinha) Pais Barreto, filha de Felipe Pais Barreto Júnior e de sua primeira mulher D. Ana Joaquina Cândida Cavalcanti; o casamento realizou-se no oratório do engenho Burarema, na freguesia de Rio Formoso, a 10 de junho de 1850, sendo padrinhos José de Castro Paes Barreto, irmão da nubente, e João Bento de Gouveia, sogro deste. Passou a usar o nome de Maria de Castro Sá Barreto ou Senhorinha Sá Barreto.

Maria de Castro parece ter trazido uma filha do primeiro matrimônio (...):

- Maria Cavalcanti Barreto (do Amaral), casada com um Amaral, a qual faleceu a 29 de junho de 1880 (DP, missa mandada celebrar pelo casal pelos doutores José e Francisco.

Austriclinio de Castro e D. Maria de Castro Sá Barreto foram pais de:

1. José de Castro Sá Barreto
2. Jerônimo de Castro Sá Barreto
3. Francisco de Castro Sá Barreto
4. Paurilio de Castro Sá Barreto
5. Francisca de Castro Sá Barreto
6. Maria de Castro Sá Barreto
7. Felismina de Castro Sá Barreto

Sx 2.2.2.5.2.1.1

1. José de Castro Sá Barreto, nascido a 8 de junho de 1851 e batizado na capela de Rio Formoso a 16 de novembro de 1851 no engenho Antas, na freguesia de Serinhaém. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, em 1878.

Casou-se com D. Belmira Genuína Rosa, a 23 de junho de 1877, na capela do Ginásio Provincial [YS:atual Colégio Estadual de Pernambuco], na presença do Reverendo Vigário Lourenço d'Albuquerque Loyola e das testemunhas Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, Presidente da Província, e do Comendador Luiz José da Silva Guimarães, filha de Genuíno José da Rosa e de D. Elvira Augusta Loyola da Rosa, falecidos, o nubente natural de Rio Formoso e a nubente da freguesia de São José (S.José, L3). Pais de:

I – Maria Nazaré (Nina) Sá Barreto, casada com Oscar Duarte de Barros, com sucessão.

II – Alcira Sá Barreto, casada com Virães, com 9 filhos.

III – Elvira Sá Barreto, casada, sem sucessão.

IV – Austriclinio de Castro Sá Barreto, casado, com 4 filhos.

V – José de Castro Sá Barreto, casado, com 4 filhos.

VI – Genuína Sá Barreto, casada, sem filhos.

VII – Alberto de Castro Sá Barreto, casado, com 22 filhos.

St 2.2.2.5.2.1.1.4 Austriclinio de Castro Sá Barreto Filho. Comerciante em Palmares. Casou com D. Herundina Cavalcanti (Bernardina Cavalcanti), filha de Manoel Bezerra Cavalcanti e de D. Teresa de Siqueira Barbosa Arcoverde (Sinhara), filha esta de Joaquim Siqueira Barbosa e de D. Carlota de Albuquerque Cavalcanti (tia paterna do Cardeal D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, 1º da América Latina pela ordem cronológica). Pais de:

1. José Cavalcanti Sá Barreto, Doutor em Filosofia pela Universidade Gregoriana de Roma, um dos redatores da revista "Tradição", editada no Recife. YS: professor da Universidade Federal de Pernambuco. Falecido com 73 anos a 25.5.1985.

Casou com D. Dorothy Goulart Montenegro, filha de Mario Accioli Montenegro e de D. Palmira Goulart Bittencourt.

2. Belmira Cavalcanti Sá Barreto (Nina), que casou com José [Graciliano Alves] Pimentel, químico industrial. [Belmira Sá Barreto Pimentel faleceu em março de 2013, no Recife -YS]. Pais de:
   Antônio Augusto . Casado, com um filho.

   Ângela Maria Pimentel. Casou com Ramiro Cotias Teixeira [membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP].

   Teresa, Teresinha

   José Pimentel. Médico, cirurgião plástico.

   Maria Júlia

   Maria de Lourdes

   Regina. Faleceu solteira aos 20 anos.

3. Maria José Cavalcanti Sá Barreto, casada com seu primo Antônio Cavalcanti, filho de Alfredo Bezerra Cavalcanti (Major Alfredo, 1858-1931) e de D. Ana de Araújo Cavalcanti Iaiasinha [1864-1944]). Antônio nasceu a 18.6.1903. Ele era fiscal do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários. [Maria José faleceu em 1968]. Sem sucessão.
4. Raimundo Cavalcanti Sá Barreto, falecido em tenra idade.
5. Maria do Carmo Cavalcanti Sá Barreto, falecida em tenra idade.
6. Carlos Alberto Cavalcanti, falecido em tenra idade.

Sx 2.2.2.5.2.1.2. Jerônimo de Castro Sá Barreto. Casou com D. Maria Cavalcanti de Sá Barreto. Sem filhos. Seu inventário, de 1911, consta do cartório de Palmares.

Sx 2.2.2.5.2.1.1.3. Francisco de Castro Sá Barreto. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, casado, com uma filha, falecido a 23 (ou 22) de maio de 1873 (DP).

Sx 2.2.2.5.2.1.1.4. Paurilio de Castro Sá Barreto, falecido a 18 de janeiro de 1874 (DP).

Sx 2.2.2.5.2.1.1.5. Francisca de Castro Sá Barreto, nascida a 21 de fevereiro de 1855 e batizada a 6 de setembro de 1855 no engenho Pau Sangue, na freguesia de Água Preta.

Casou-se com Augusto de Farias Loureiro, português, proprietário do engenho Babilônia, na freguesia de Palmares, e falecido em 24 de dezembro de 1881, no Rio de Janeiro. Pais de:

I – Austriclinio Sá Barreto Loureiro (Austriclinio de Castro Paes Barreto)

St 2.2.2.5.2.1.1.5.1 – Austriclinio Sá Barreto Loureiro, nascido no engenho Babilônia, na freguesia de Palmares em 1865 [YS; data acrescentada posteriormente, há incoerência com a data de nascimento de Francisca, pois não podia a sua mãe Francisca, ter 9 anos quando engravidou !].

Quando jovem, envolveu-se, como cadete, em uma revolta. Fugido, para evitar consequências desagradáveis trocou seu nome de batismo pelo de Austriclinio Pais Barreto. Foi conselheiro municipal de Vitória de 1895 a 1898.

Casou-se em primeiras núpcias com D. Maria da Conceição Pimentel (irmã de D. Alaíde Pimentel, casada com o bacharel Renato Fonseca), falecida a 14 de abril de 1892. Pais de:

1. Padre Félix Pimentel Barreto, nascido em 14 de abril de 1892, na cidade de Palmares, e batizado a 21 do mesmo mês e ano na matriz da cidade.

Austriclinio Pais Barreto casou-se em segundas núpcias com Isabel Bezerra de Mello, falecida em fevereiro de 1952.

2. Carmen Barreto
3. Dalila Barreto
4. Isabel Barreto
5. Cesarina Barreto
6. Leonor Pais Barreto

7. Eulina Barreto
8. Augusto Pais Barreto
9. Dinorah Pais Barreto
10. Lucíola Barreto
11. Eurilio Pais Barreto
12. Cenyra Barreto
13. Janyra Barreto
14. Mário Pais Barreto
15. Mauro Pais Barreto

Ot 2.2.2.5.2.1.1.5.1.2. Carmen, casou-se com Otávio de Barros. Pais de:

Maria

Branca

Lúcia, casa com José Otávio Amaral Porto

Ot 2.2.2.5.2.1.1.5.1.3. Dalila, nascida a 21 de maio de 1893 ou 1895 e falecida a 9 de junho de 1980. Casou-se com Elpidio Rodrigues dos Santos Porto, falecido a 16 de janeiro de 1967. Pais de:

Alcedo Barreto Porto, falecido a 6 de novembro de 1951, casado com Dalva. Pais de:

José Alcedo

Sandra Maria

Eraldo Barreto Porto, casado com Antonina. Pais de:

César Barreto Porto

Ridete Barreto Porto, casada com Elizaldo Pozzetti (ou Poggetti). Pais de:

Elizaldo

Leonor

Ot 2.2.2.5.2.1.1.5.1.3.4. Isabel, falecida a 21 de agosto de 1973, casada com Álvaro da Costa Lins, falecido a 20 de julho de 1955. Pais de:

Álvaro da Costa Lins Júnior, casado com Maria Nasser e falecido a 20 de julho de 1968. Pais de:

Álvaro

Isabela

Aida da Costa Lins, casada com Bernardino Navarrete, falecido a 1 de junho de 1965. Pais de:

Fernando Antonio

Amaury da Costa Lins, casada com Nelson L'amour. Pais de:

Luisiana

João

Austriclinio da Costa Lins, casado com Sonia Pedroso, e falecido a 21 de julho de 1976. Pais de:

Nadja

Nise

Austriclinio Costa Lins Júnior

Maria do Carmo Lins, solteira.

Ot 2.2.2.5.2.1.1.5.1.3.5. Cesarina, casada com Aristides Brito. Pais de:

Martim Barreto de Brito

Diva Barreto de Brito, falecida solteira.

Cesarina Barreto de Brito, casada com Evaldo Pais Barreto, falecido, sem sucessão.

Mabel Barreto de Brito, casada com .... Pais de:

Patrícia

Betina

Leonor Barreto de Brito, casada com Benjamin Vargas, falecido, sem sucessão.

Ot 2.2.2.5.2.1.1.5.1.3.6. Leonor Pais Barreto, religiosa Dorotéia.

Ot 2.2.2.5.2.1.1.5.1.3.7. Eulina Barreto, casada com Francisco Jerônimo de Albuquerque Maranhão, sem sucessão.

Ot 2.2.2.5.2.1.1.5.1.3.8. Augusto Pais Barreto, casado com Dulce Rocha, ambos falecidos. Pais de:

Augusto Pais Barreto Júnior

Isabel Pais Barreto

Ot 2.2.2.5.2.1.1.5.1.3.9. Dinorah Pais Barreto, bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, casado com Irene Gonçalves. Pais de:

Roberto Cesar Pais Barreto, médico radiologista.

Ot 2.2.2.5.2.1.1.5.1.3.10. Lucíola Barreto, casada com Severino Motta Cavalcanti, falecido. Pais de:

Félix Pais Barreto, casado com Henriqueta Hacedo Pereda, sem sucessão.

Ot 2.2.2.5.2.1.1.5.1.3.11. Eurilio Pais Barreto, estudante de medicina, faleceu solteiro, na Revolução Paulista, em julho de 1932.

Ot 2.2.2.5.2.1.1.5.1.3.12. Cenyra Barreto, casada com Misael Hora. Pais de:

Rildo Hora, casado com Luzinete.

Lucila Hora, casada com .... Pais de:

Kátia

Simone

Valdo Alexandre, falecido solteiro

Ot 2.2.2.5.2.1.1.5.1.3.13. Janyra Barreto, casada com Severino Queiroz Pedroso. Pais de:

Sonia Barreto Pedroso, casada com Austriclinio da Costa Lins, seu primo legitimo, falecido e com sucessão já referida.

Severino Queiroz Pedroso Filho, solteiro.

Giovani Barreto Pedroso, casado com Ângela Lins. Pais de:

Niseana

Ot 2.2.2.5.2.1.1.5.1.3.14. Mario Pais Barreto, casado com Maria, falecida em agosto de 1962. Pais de:

Ione Pais Barreto

Kátia Pais Barreto

Liége Pais Barreto

Kilma Pais Barreto

Ot 2.2.2.5.2.1.1.5.1.3.15. Mauro Pais Barreto, falecido em outubro de 1962, casado com Nilza. Pais de:

Frida Pais Barreto

Sarita Pais Barreto

Zaíra Pais Barreto

Sx 2.2.2.5.2.1.1.6 Maria de Castro Sá Barreto, casada com .... Cavalcanti do Amaral, pais de 7 filhos.

Sx 2.2.2.5.2.1.1.7. Felismina de Castro Sá Barreto, casada com .... Cavalcanti de Carvalho, pais de 8 filhos.

Qn 2.2.2.5.2.2 – Ursulina Eufrasina de Castro Sá Barreto

Ursulina Eufrasina de Castro Sá Barreto, Ursulina Eufrasina de Castro, Ursulina Castro Sá Barreto, Ursulina de Sá Barreto ou Ursulina de Castro Cavalcanti.

Casou-se com Manoel d'Albuquerque Barros Cavalcanti, Manoel d'Albuquerque Barros, Manoel de Barros Cavalcanti ou Manoel Albuquerque Cavalcanti, filho de Manoel de Albuquerque Barros e de D. Inês Genoveva da Conceição. O casal parece ter sido morador no engenho Ribeirão em 1844-1846. Manoel de Albuquerque Barros Cavalcanti fora rendeiro do engenho Camoranizinho, pertencente a Austriclinio de Castro Sá Barreto, em 1860. D. Ursulina após casada era conhecida como Ursulina de Castro Barros. Com este nome mandou celebrar missa por seu marido falecido com 67 anos, em 15 de setembro de 1888 (DP, 16.9.1888).

Pais de 8 filhos, dos quais conseguimos notícia de 7 deles:

1. Leonilia de Barros
2. Leonardo de Barros
3. José Rogoberto de Barros
4. José Abílio de Barros
5. Miguel de Barros
6. Natália de Barros
7. Virginia de Barros

Sx 2.2.2.5.2.2.1

1. Leonilia de Barros, batizada com 5 meses de nascida, a 10 de fevereiro de 1845, na capela do engenho Ribeirão, sendo padrinhos Manoel de Albuquerque Barros e D. Ana

da Conceição Campelo, moradores na freguesia do Una (L Bat. 4, CSF-SE, 1836-1848, fl. 188). Casou com José Francelino Lins Pais Barreto. Pais de:

I – Joana, casada com Dr. Manoel Henrique Vanderley, filho de Bernardino de Sena Vanderley e de D. Rita Maria Vanderley.

Sx 2.2.2.5.2.2.2. Leonardo de Barros, nascido em maio e batizado com 8 meses de nascido a 25 de dezembro de 1846 na capela do engenho Gravatá pelo Reverendo João [Baptista] David Madeira, tendo como padrinhos o capitão Sebastião da Cunha Accioly Lins e sua mulher D. Rosa Cordolina de Castro, moradores no dito engenho, na freguesia de Água Preta (L 5 Bat. – CSFSe – 1837-1842, fl. 77).

Casou-se com senhora da família Gouvêa. Foram pais de:

I – Maria, casada com Fernando Griz. Pais de:

Maria Estela, casada com Ascenso Ferreira, poeta.

II - Adélia, casada com ...

III – José Orlando de Barros, casado com ...., filha de José Abílio de Barros e de D. Belmira Duarte.

IV – Manoel Gouvêa de Barros, médico, casado com Júlia, filha de seu tio José Abílio de Barros e de D. Belmira Duarte. Pais de:

Lúcia, casada com Dr. Arch.... Cardoso, ex-prefeito do Recife [Arquimedes de Oliveira, prefeito do Recife de 1908 a 1911 ?].

V – Francisca de Barros, casada com .... Carvalho.

VI – Isabel Gouvêa de Barros

VII – Maria Senhorinha de Barros.

Sx 2.2.2.5.2.2.3. José Rogoberto de Barros. Comendador. Casou duas vezes.

A primeira vez com senhora da família Lins. Pais de:

I – Abel Lins de Barros, casado com Lívia, sem sucessão.

II – Manoel Lins de Barros.

III – Otávio Lins de Barros

IV – Austriclinio Lins de Barros

V – Joana Lins de Barros, casada com ..... Dias.

VI – Regina Lins de Barros, casada com .... Oliva.

A segunda vez com ..... Pais de:

VII – Gumercindo

VIII – Joel

IX – Humberto

X – Diva

XI – Olga (Gouvêa) de Barros, casada com Antero Laury. Pais de:

Esmeralda Laury, casada com Francisco Romão Paes Barreto. Pais de:

Isolina Laury Barreto

Sx 2.2.2.5.2.2.2.4. José Abílio de Barros, casado com D. Belmira Duarte. Pais de:

I – Thedomiro Duarte de Barros. Pai de:

Gastão Duarte de Barros

II – Afonso Duarte de Barros

III - Antonieta

IV – Júlia (YS; cortado, será a acima, Antonieta ?) Duarte de Barros, casada com Manoel Gouvêa de Barros, médico, filho de seu tio Leonardo de Barros e de D. ... Gouvêa.

V – Cândida de Barros, casada com .... Chalmers.

VI – Armando Duarte de Barros

VII – Oscar Duarte de Barros, casado com Maria Nazaré (Nina) Sá Barreto, filha de José de Castro Sá Barreto e de D. Belmira Genuína Rosa. Pais de:

Mario de Barros

Derval de Barros

Outra fonte: 17.6.1881

VIII -Manoel Duarte de Barros, que foi casado com D. Filadelfa Hermira Correa de Barros, falecido em Serinhaém, sepultado no cemitério (L. Óbitos 3, 1869-1888, fl. 130v). IX – Marion de Barros, casada com ... Tell

X – Belmira Duarte de Barros

XI – Adalgisa de Barros, casada com ..... Veras.

XII – Alice de Barros, casada com .... Veras.

XIII – Cora de Barros, casada com ... Barnard. Pais de:

Maria Amélia

Cornélio

XIV – Clarice de Barros, casada com ... Lopes.

XV – Josete de Barros

XVI – Eugênio de Barros

Sx 2.2.2.5.2.2.2.5. Miguel de Barros, casado com Feliciana Freire, filha do Dr. Alfredo Freire (tio de Gilberto Freire) e irmão do Prof, Alfredo Freire II. Sem sucessão.

Sx 2.2.2.5.2.2.2.6. Natália de Barros, casada com.... Sem sucessão.

Sx 2.2.2.5.2.2.2.7 . Virgina de Barros, casada com ..... Sá Barreto. Sem sucessão.

Qn 2.2.2.5.2.3 – Celina Eufrasina de Castro Sá Barreto

Celina Eufrasina de Castro Sá Barreto, Celina Cezar Eufrasina de Castro ou Celina Cesar de Castro Campos.

Casou com Antônio Francisco (Cezar) de Vasconcelos Campos, moradores no engenho Gravatá, na freguesia de Água Preta.

Em 14 de maio de 1859 venderam uma parte de terra que possuíam no engenho a Pedro Miliano da Silveira Lessa e a sua mulher D. Maria Tranquilina da Silveira, futuros Barão e Baronesa de Gravatá em nome dos quais o engenho estava registrado (...) de 1879 a 1893, ano este em que faleceu o Barão [A baronesa faleceu em 1914, RCL].

Parece que terminou como lavrador no engenho Jundahy em cuja capela sepultada um escravo a 19.10.1881 (L. Óbitos III, 1867-1888, fl. 152).

Antônio Francisco faleceu em Serinhaém e foi sepultado no cemitério de Rio Formoso a 5 de novembro de 1881 (L. Óbitos III Ser, f. 137). Antônio Cezar de Vasconcelos Campos faleceu na vila de Sernhaém, tendo sido sepultado numa catacumba do convento de S. Francisco a 3.3.1886 ((L. Óbitos III, CSF-Se, p. 181). D. Celina, após casada, Celina Cezar de Castro Campos, faleceu em Caruaru, em 1918.

Pais de:

1. Maria
2. André Cesar de Vasconcelos Campos ou Cesar de Mello.
3. Antonina, falecida solteira.
4. Rosa, falecida solteira.
5. Cândida
6. Ana, falecida solteira.
7. Francisca
8. Celina, gêmea da anterior, faleceu solteira.
9. Francisco, faleceu solteiro.
10. José, faleceu solteiro.
11. João, faleceu solteiro.
12. Antônio, faleceu solteiro.
13. Sebastião, casado, sem sucessão.
14. Júlia

Sx 2.2.2.5.2.3.1

1. Maria, casada com ... Campos (Estevão Pinto, A Associação Comercial de Pernambuco, p. 251-257). Pais de:

I – Oscar de Vasconcelos Campos

II – Rosália, falecida solteira

I – Oscar de Vasconcellos Campos, comerciante na praça do Recife. Casou-se com .... Pessoa. Pais de:

(1) Lourival Pessoa de Campos, médico urologista. Casou-se com Lenira da Costa Carvalho, filha de ... [Sem secessão]. [Lenira é irmã do industrial e deputado Adelmar da Costa Carvalho, RCL].
(2) Irene Pessoa de Campos, casada com ...

Sx 2.2.2.5.2.3.2. André Cezar Vasconcellos Campos (Melo). Casou duas vezes.

A primeira com esposa de nome ignorado. Pais de:

(1) Cícero de Vasconcellos Cezar. Foi tabelião do 4º Cartório Cível do Recife. Vereador de Olinda (Conselheiro Municipal em 1893). Dirigiu o engenho Caiará após a morte do Dr. Augusto de Souza Leão, Barão de Caiará.

Casou-se com D. Maria Augusta de Sousa Leão, nascida a 10 de junho de 1869 e falecida a 5 de setembro de ...., filha do Dr. Augusto de Sousa Leão e de D. Idalina Carlota de Barros Rego, barão e baronesa de Caiará. Foram pais de:

I – Augusto Sousa Leão Cezar de Vasconcellos

II – Luis de Sousa Leão Cezar

III – Semirames de Sousa Leão Cezar

IV – Lucionéa de Sousa Leão Cezar

V – Zilda de Sousa Leão Cezar

VI – Augusta (Augustita) de Sousa Leão Cezar

VII – Aníbal de Sousa Leão Cezar

VIII – Carlota de Sousa Leão Cezar

St 2.2.2.5.2.3.2.1 – Augusto de Sousa Leão Cezar, substituiu o pai no 4º. Cartório Cível do Recife. Casou-se com D. Hilda Freire, filha de ... Pais de:

Arlete Cezar

Aleide Cezar, casada com José de Albuquerque Xavier, sem sucessão.

Arlete Cezar, nascida a 18 de dezembro de 1918, casada a 25.2 com Dr. Luis Francisco de Oliveira Azevedo, nascido a 21.1.1913, médico, formado pela Faculdade de Medicina do Recife em 1937, neto paterno de Eurico de Oliveira Azevedo e de D. Angelina de Oliveira Azevedo. Pais de:

Antônio Luiz

Rosa

Lúcia

Solange

Ana Luiza

Ot 2.2.2.5.2.3.2.1.1 – Antônio Luiz Cezar de Azevedo, médico, casado com Ângela Drummond de Andrade. Pais de:

Daniela

André

Ot 2.2.2.5.2.3.2.1.2 – Rosa, casada com Silvio Cortes de Alencar. Pais de:

Tatiana

Silvia

Ot 2.2.2.5.2.3.2.1.3 – Lúcia, casada com Otávio José Delgado de Borba Carvalho. Pais de:

Ana Lúcia

João Luiz

Ot 2.2.2.5.2.3.2.1.4 – Solange, nascida a 10.1.1953, casada a 19.12.1973 com o Dr. Teófilo de Freitas Neto, nascido a 29.12.1952, filho do bacharel Clóvis Arcoverde de Freitas, ex-subprocurador do Estado de Pernambuco e de sua primeira esposa, D. Odete de Arruda Falcão de Lacerda, neto paterno do Dr. Teófilo de Freitas, engenheiro e de D. Carlota Arcoverde de Freitas e neto materno de Luiz Lacerda. Pais de:

Luiz Guilherme, nascido a 25.2.1977.

Maria Odete, nascida a 17.9.1980.

Clóvis, nascido a 20.10.1981.

Ot 2.2.2.5.2.3.2.1.5 – Ana Luiza, casada com Leonardo Andrade Lima da Fonte. Pais de:

Leonardo

Pedro Luiz

Paula

Patrícia

St 2.2.2.5.2.3.2.2 – – Luiz de Sousa Leão Cezar, casado com D. Angelita.

St 2.2.2.5.2.3.2.3 – – Semirames de Sousa Leão Cezar, casada com Lupércio Moura. Pais de:

Augusto

Paulo

St 2.2.2.5.2.3.2.4 – – Lucionéa de Sousa Leão Cezar, casada com Manoel Marques de Freitas Guimarães (ou Motta ?), falecidos, sem sucessão. Ela falecida em asilo de Olinda da família Faro (de suas primas).

St 2.2.2.5.2.3.2.5 – – Zélia de Sousa Leão Cezar, casada com o bacharel Gerson Barreto Loreto, filho de Benvindo Teixeira Lins de Barros Loreto e de D. Maria do Carmo de Mendonça Pais Barreto, nascido a 20 de junho de 1898. Pais de:

Maria Lúcia de Sousa Leão Cezar Loreto, casada com Valdir Pedrosa. Pais de:

Vânia, casada com ...

Suzana, casada com ...

St 2.2.2.5.2.3.2.6 – – Augusto de Sousa Leão Cezar, faleceu solteiro.

St 2.2.2.5.2.3.2.7 – – Aníbal de Sousa Leão Cezar, casado com ... Pais de:

St 2.2.2.5.2.3.2.8 – - Carlota de Sousa Leão Cezar, casada com Luis Maia Galvão, sem filhos.

André Cezar de Mello casou pela segunda vez com Rita Amália de Cezar. Pais de:

(2) Maria, falecida solteira.
(3) Júlia Vasconcelos Cezar, casou com Artur Paes Barreto, sem sucessão.
(4) Fernando Vasconcelos Cezar (Yoyô), casou com Guilhermina Miranda, sem descendência, adotaram uma menina.
(5) Ana Angélica Vasconcelos Cezar, Naninha. Casou com José de Góes Cavalcanti. Pais de:
I – Noemi, faleceu solteira.

II – José Goes Cavalcanti Filho

III – Valdemar

IV - Pedro

V – André

VI – Maria Judite

VII – Eurico

VIII – Rafael

IX – Maria do Carmo, Carminha

X – Lourival

II – José Goes Cavalcanti Filho (Juquinha), casou com Maria de Lourdes Mascarenhas Leite Pais de:

Luiz

José

Sérgio Claúdio

Carlos Mauricio

Roberto Ney

Maria das Graças

Eliane

III – Valdemar de Goes Cavalcanti, falecido, casou com Corinta Pinto Pessoa, sem filhos.

IV – Pedro de Goes Cavalcanti, casou com Alcina Palmira da Costa. Pais de:

Ana Maria

Amaury

Solange

André

Ricardo

Josane

V – André [Goes Cavalcanti], casou com Alice da Silva Santos. Pais de:

Myriam

Paulo André

José Henrique

Rejane

Janine

Frederico Jorge

VI – Maria Judite Goes Cavalcanti, casou com Mário de Oliveira Lobo. Pais de:

Teresinha

Otávio

Ana Maria

Maria Carmen

VI – Eurico Goes Cavalcanti, casou com Maria do Carmo Virães. Viúva. Pais de:

Paulo Fernando

Leda Maria

Luciano

Marcelo

Carlos Alberto

Marco Antonio

VII – Rafael Goes Cavalcanti. Casou com Leocrécia Costa. Pais de:

Antonio Carlos

Orminio Costa Neto.

Marianita

VIII – Maria do Carmo, Carminha. Casou com Fernando Castro Lobo. Pais de:

Eduardo

IX – Lourival Goes Cavalcanti. Casou com Araci. Pais de:

Ana Cristina

Noemi

José

Cezar Horacio

Carlos Alberto

Lais Helena

Sx 2.2.2.5.2.3.5

5. Cândida Cezar de Vasconcelos Campos, segunda esposa de Manoel Lins Paes Barreto. Pais de 5 filhos (YS: esta descendência, consta, com detalhes, em Manoel Lins Paes Barreto):

(1) Júlia Lins Pais Barreto. Faleceu criança.

(2) Felipe Lins Pais Barreto, casou com Amélia Dulce Campos (Paes Barreto). Pais de:

Sylvio Campos Paes Barreto, casado com Maria Cristina Leão Dubeaux, com sucessão.

Vicente Campos Paes Barreto, casado com Dirce Moreira, com sucessão.

Cândida, casada com Adolfo Mafra Filho.

Iris Campos Paes Barreto, faleceu solteira.

José Campos Paes Barreto, falecido, casou com Maria José de Oliveira.

Roque Campos Paes Barreto, casado com Margarida Alves Wanderley Lins, com sucessão.

(3) Antonio Lins Pais Barreto. Casou com Maria Melo. Pais de:

Nelson Melo Paes Barreto

João Paes Barreto

(4) Maria Cândida Pais Barreto. Casou com Adolfo Sousa Leão Faro, sobrinho de D. Augusta Sousa Leão, senhora de Cícero Cezae Vasconcelos Melo, sendo filho de Gonçalo Paes de Azevedo Faro, falecido a 10.3.1900, e de D. IIdalina Sousa Leão (irmã de

Augusta), filhos do Dr. Augusto de Sousa Leão e de D. Idalina Carlota do Rego Barros, barão e baronesa de Caiará. Pais de:

Adolfo Paes Barreto Faro

(5) Álvaro Lins Pais Barreto, faleceu solteiro.

Qn 2.2.2.5.2.4 – Marcolina Cordolina de Castro Sá Barreto

Marcionila Cordolina de Castro ou Marcionila de Castro Sá Barreto, nascida a 12 de agosto de 1831.

Casou-se a 24 de maio de 1847 com Ernesto Arcelino de Barros Franco (Ernesto Gago), irmão de Sebastião da Cunha Accioli Lins e de José Marcelino de Barros [Franco], filhos de Antônio Franco da Silveira Sobrinho e de D. Maria de Barros Wanderley, e concunhados, pois casados com duas irmãs. Ele nasceu na freguesia de Serinhaém e ela na de Água Preta.

Ernesto Arcelino esteve à frente dos engenhos Alegria do Una (1881-1883) e Cumar (1881-1885) no distrito de Altos Montes (1º. Distrito da frguesia de Água Preta), e dos engenhos Pirangi-assú (1884-1885), Esperança (1885) e Palmares (1895), todos na freguesia de Palmares. Possuía, também, imóveis no Recife. Foi vereador à Câmara Municipal de Palmares, em 1873.

Ele e sua mulher testaram em Beberibe em outubro de 1895 (Registro de testamentos de Olinda, L. 1897, fl. 27 e 28v).

D. Marcionila faleceu a 14 de agosto de 1897; o seu tumulo se encontra junto à porta atual no corredor direito da igreja do Espírito Santo na Praça 17, no Recife.

Foram pais de:

1. José de Barros Franco, bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, o qual estava à frente do engenho Alegria do Una em 1889. Retirou-se para São Paulo onde casou com uma (filha) do Barão de Guaratinguetá, sobrinha do Presidente da República, Rodrigues Alves. Pais de:

Maria, casou-se com .... Castro e residiram em Guaratinguetá, na casa que fora dos pais.

José, casou-se com uma fiha de ..., gerente de Banco, em São Paulo, falecidos com sucessão.

2. Clodoaldo de Barros Franco
3. Marcionila de Barros Franco, que faleceu solteira.

Certo Francisco Ancelmo de Barros Franco estava à frente do engenho Cumarú, em 1882.

Qn 2.2.2.5.2.5 – Rosa Cordolina de Castro Sá Barreto

Rosa Cordolina de Castro ou Rosa Cordolina de Castro Sá Barreto, que foi terceira esposa do capitão Sebastião da Cunha Accioli Lins, filho de Antônio Franco da Silveira e de D. Maria de Barros Vanderley, neto paterno de Manoel Freire de Sousa e de Maria de Barros Cavalcanti, esta filha do capitão-mor agregado da freguesia de Serinhaém Manoel de Barros Franco e de D. Ana Cavalcanti de Mello.

Sebastião da Cunha Accioli Lins foi proprietário do engenho Rebingudo e co-proprietário do engenho Gravatá, ambos situados na freguesia de Água Preta. Em 1846, já casado com D. Rosa, achava-se no último engenho, tendo permanecido à frente do mesmo, ao menos, de 1854 a 1856 (...),

Conforme Urbano Sabino Pessoa de Mello, apesar de "proprietário e pertencente a uma das mais ricas e distintas famílias de Pernambuco, foi recrutado pelo governo, em 1848" . No plano militar atingiu o posto de capitão (...).

Foi suplente de juiz municipal da freguesia de Água Preta de 1854 a 1856.

Antes de casar com D. Rosa Cordolina foi casado por duas vezes.

A primeira com D. Maria José do Nascimento, falecida em 1837, da qual teve três filhos:

- Victorio Nascimento Accioli Lins [avô de Zilda Fonseca, genealogista – RCL].
- Jerônimo Alves da Cunha Lins
- Ana da Cunha Accioli Lins

Victorio Nascimento Accioli Lins, nascido a 16 de novembro de 1833 e falecido a 12 de dezembro de 1887, casou-se quatro vezes, sucessivamente com D. Othilia Cleofas de Almeida, D. Ana Joaquina da Silveira Lessa, D. Maria Armia de

Azevedo e D. Maria Nympha da Rocha Vanderley, das quais teve vinte filhos, além de mais cinco naturais.

Ana da Cunha Accioli Lins casou-se com Sebastião Alves da Silva, cujo filho Sebastião Alves da Silva Filho casou-se em primas núpcias com D. Rosa Accioli Lins, filha do primeiro casamento de Victorio Nascimento Accioli Lins.

A segunda vez, casou-se Sebastião da Cunha com D. Ana Cleophas de Almeida (Fragoso), viúva de Joaquim Paulino de Almeida Fragoso. D. Ana Cleophas trouxera de seu primeiro matrimônio a filha Othilia Cleophas de Almeida, que foi a primeira esposa de seu filho, Victorio Nascimento Accioli Lins, tendo-se realizado o casamento a 3 de outubro de 1851. Do casamento com D. Ana Cleophas não houve sucessão.

Do terceiro casamento com D. Rosa Cordolina, resultou u'a única filha, Prescili-ana.

Após o falecimento de D. Rosa Cordolina, Sebastião da Cunha casou-se, pela quarta vez, com D. Maria Pinheiro, que convivera com Antônio Pereira Bastos, proprietário do engenho Altinho, na mesma freguesia de Água Preta e que falecera em torno de 1870. D. Maria trouxera um filho e uma filha desta união:

- Sebastião Pereira Bastos
- Maria Pereira Bastos

Sebastião Pereira Bastos casou-se com Irineia Accioli Lins, nascida a 23 de julho de 1865 e batizada a 19 de julho de 1866, filha do segundo casamento de seu filho (YS: de Sebastião da Cunha) Victorio Nascimento de Accioli Lins. Foram pais de:

Letícia

Quitéria

Ana

Sebastião

Maria Pereira Bastos (Sinhazinha do engenho Mangueira) casou-se com Pedro Victório do Nascimento Lins (Amado Doca), irmão de Irinéia, nascido a 14 de julho de 1862 e batizado a 13 de outubro de 1862 no engenho Solidão, na freguesia de Água Preta. Foram pais de:

Pedro Victório

Victório

Sebastião da Cunha Acccioli Lins e D. Maria Zulmira Marques da Silva tiveram um filho:

- Francisco Accioli da Cunha Lins

Francisco Accioli da Cunha Lins, nascido a 27 de janeiro de 1853 e batizado, em 1858, na freguesia de Água Preta, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, tendo-a frequentado, tornando-se bacharel em Direito. Ter-se-ia casado com Presciliana Accioli Pereira Bastos, filha de José Pereira Bastos e (Rosa Clara) Accioli Lins (Palmares, L 4, fl. 14 e 14v, 30.11.1886).

TN 2.2.2.7 Maria Izabel Barreto de Albuquerque

TN 2.2.2.7 Maria Izabel Barreto de Albuquerque. Casou com o Capitão Afonso Maciel, sem prole. Casou com seu primo, mestre-de-campo José Rodrigues de Castro, do qual teve um único filho, João Paes Barreto, solteiro em 1770.

Maria Barreto ou Maria Isabel Barreto de Albuquerque que casou duas vezes.

A primeira vez com Afonso Maciel (...), natural de Vianna, em Portugal, Escrivão da Administração da Junta do Comércio Geral de Pernambuco, no Recife, de 1700 a 1717 ou mais (...). Capitão-mor da freguesia de Santo Antão da Mata (...). Arrematador de várias obras na rua do Mar do Recife, foreiros à Câmara de Olinda, onde tinha muitas moradas de casas (...). Irmão da Ordem Terceira de São Francisco do Recife, em 12 de novembro de 1719 (...). Vereador à Câmara do Recife em 1720 (...).

Conforme Borges da Fonseca (...) desse casamento não houve filhos (...).

A segunda vez casou (...) com seu primo José (Joseph) Rodrigues de Castro, filho de Fernão de Castro II e de D. Brites Maria da Rocha, o qual (José) estava à frente do engenho Garapú, em 1761 (...).

Deste matrimônio Borges da Fonseca (...) não registra sucessão, porém em letra diferente está assinalada no texto da Nobiliarchia, a existência de um menino, João Paes Barreto (...).

Foram filhos do casal, ao menos:

João Paes Barreto

José Rodrigues de Castro Júnior ?

Inácio Rodrigues de Castro ?

Qr 2.2.2.7.1 – João Paes Barreto, natural da freguesia do Cabo, foi realmente filho do casal, e admitido como irmão da Santa Casa da Misericórdia de Olinda a 29 de julho de 1762 (...).

[YS: em folha solta Silvio deixa as seguintes notas]:

Suspeitamos que sejam outros filhos de João Paes Barreto e netos de José Rodrigues de Castro, o Padre André Rodrigues, o Padre Custódio Rodrigues de Crasto e o tenente-coronel Gonçalo Rodrigues de Crastro.

Padre Custódio Rodrigues de Crasto (Hist. Territorial da Paraíba, vol. 1, 77, no. 96 – ref. 174) que em 22.5.1711 possuía casas na Paraíba.

Padre André Rodrigues (de Crastro) (História Territorial da Paraíba, vol. 1, 77, no. 96, ref. 1711, em 1711),

Tenente-coronel Gonçalo Rodrigues de Crasto (Hist. Terr. Da Paraíba, vol. 1, no. 68, p. 64, req. 1707) que em 11.7.1707 requer concessão de terras no rio Seridó, o qual passa pela serra da Borborema e faz barra no rio Acauã.

Em 22.5.1711 (vol 1, L 96, req. 1711, f. 77) conseguiu .... na Rua da Hora da cidade da Paraíba.

Em 10.11.1721 (vol. 1 no. 181, ref. 1721, p. 119) há referência a terras pertencentes ao tenente-coronel Gonçalo Rodrigues de Crasto, no Riacho do Caraéasinho.

Em 30.10.1741 (vol. 1, no. 289, ref. 1741, p. 165) há referência à venda do sítio Caturarém na ribeira do Seridó, pelo proprietário coronel Gonçalo Rodrigues, morador na Capitania da Paraíba.

Qr 2.2.2.7.2 – José Rodrigues de Castro Júnior, que se achava à frente do engenho Molinete, sito na freguesia do Cabo, em 1761 (...) será um segundo filho.

José Rodrigues de Castro Júnior. Alferes.

Foi este alferes-mor José Rodrigues de Castro que solicitou ao Padre Antônio Pinheiro, notário apostólico da diocese de Pernambuco – a referência a João Velho Paes Barreto – a patente de Aq... Lusitano, tomo 3, p. 248, o qual lhe passou a informação, dada a 19.8.1735 (Série dos Albuquerque, p. 17).

Acha-se o alferes à frente do engenho Molinete, na freguesia de Santo Agostinho do Cabo, em 1761 (FCG).

Qr 2.2.2.7.3 – Ignácio Rodrigues de Castro. Ignácio Rodrigues de Castro (Ph 2 (atual 6), fls, 81), Patente de Cabo de Esquadra do Corpo de Artilharia do Recife, do qual era comandante Bernardo Rabelo da Silva Pereira, em 12.8.1788.

Tn 2.2.2.8 Luzia de Lacerda, que casou com o Capitão Lourenço Paes Cabral, sem sucessão em 1770 (AAM).

Luzia Barreto de Albuquerque que, conforme Norges da Fonseca (Nob.II, 28) teria casado com o Capitão Lourenço Paes Cabral, de quem não tinha filhos.

Evidentemente o linhagista confundiu Luzia com Luisa. Em outros passos (Nob. II, 409 ς 2(7), Nob. I, 137 (34); 138 (4-5) manteve o engano quanto aos nomes, porém retificando e informando que D. Luisa Barreto casara com Pedro Marinho de Barros, não havendo sucessão.

Ainda desta vez Afonso de Albuquerque Mello foi mais preciso, pois informa que D. Luzia Barreto de Albuquerque casara com Pedro Marinho de Barros e Melo e até então, não tivera fihos.

Pedro Marinho de Barros ou de Barros e Mello (Nob. I, 137 (3-4); 138 (4-5)), fora filho de Luiz Marreiros que em 1701 já era casado com D. Brites de Mello, neto paterno de Luis Marreiros, nascida na Bahia, senhor do engenho Megaípe de Baixo, com capela de invocação de São Felipe e São Tiago, que fora Capitão da Ordenança da freguesia do Cabo, por patente do governador João da Cunha Souto Maior de 6 de novembro de 1685, e de D. Juliana de Oliveira, como consta do inventário de seu casal, neto materno do mestre-de-campo Marcos de Barros Correia e de sua mulher D. Margarida de Mello (Nob. I, 407, parag. 1º (4); 408 (5-6); 409, parag. 2º (6-7).

Marcos de Barros Correia, que nasceu em 1641 fora capitão do Terço de Infantaria do mestre-de-campo D. João de Sousa por patente de 12 de novembro de 1665 e depois mestre-de-campo do Terço de Auxiliares das freguesias do Cabo, Ipojuca e Serinhaém por patente de 21 de dezembro de 1661 (ou 1672 ?) e vereador em 1681, fora filho de João de Barros Correia e de D. Luisa de Albuquerque, filha de Jorge Leitão de Albuquerque e de sua mulher D. Magdalena Barbosa.

Margarida de Mello era filha do mestre-de-campo Pedro Marinho Falcão e de sua mulher D. Brites de Melo (Nob. II, 408 (5-6)).

[YS: adiante Sylvio dá nota semelhante mas com mudança de nome para Luiza].

Luisa Barreto de Albuquerque.

Luiza Barreto de Albuquerque conforme Borges da Fonseca (Nob.II) vivia solteira. Em letra diferente consta que casou com Lourenço Paes. Noutro passo (NI, 138 (5)), Borges da Fonseca di-la casada com Pedro Marinho de Barros, filho de Luis Marreiros de Sá e de sua mulher Brites ou Beatriz de Mello (Nob. I, 138 (5); II, 400 (6-7), parg. 2)), neto paterno de Luis Marreiros, nascido na Bahia, antes da guerra da Restauração, senhor do engenho Megaipe ou Megaipe de Baixo, em 1638 (...), na freguesia de Muribeca, e capitão de Ordenança da freguesia do Cabo (por patente de novembro de 1685 do governador João da Cunha Souto Mayor) e de sua mulher D. Juliana de Oliveira (...), e neto materno do mestre-de-campo Marcos de Barros Correia e de D. Margarida de Mello (Nob. I, 37 (4)). Do matrimónio não houve sucessão.

TN 2.2.2.9 Joana Francisca Xavier de Albuquerque

Joana Francisca Xavier de Albuquerque, que casou com o mestre-de-campo Bento Correia de Sá.

Joana Barreto de Albuquerque, conforme Borges da Fonseca (Nob.II, 28), Joana Francisca Xavier de Albuquerque, de acordo com Afonso de Albuquerque Mello, também tratada como Joana Francisca Xavier Barreto de Albuquerque ou Joana Francisca Xavier de Albuquerque Barreto casou com o mestre-de-campo Bento Correia (Nob. II, 28) ou Bento Correia de Sá.

Bento Correia de Sá teria nascido na Vila Nova de Famalicão, no Arcebispado de Braga, em Portugal e, provavelmente, era morador no engenho Garapu, na freguesia do Cabo de Santo Agostinho, do qual seu sogro seria pelo menos co-proprietário.

[YS: Por longos anos Sylvio e outros pesquisadores tentaram descobrir a ascendência do mestre de campo Bento Correia de Sá. Thiago Aécio de Sousa, no livro "A Família Sá do Nordeste Brasileiro, de 2022, finalmente esclareceu a sua origem. Dele diz no livro (p 25): "Bento Correia de Sá, filho de Isabel de Sá (1675-1706), casada em 20 de agosto de 1696 com Gabriel Correia de Figueredo (1665-1731), batizado em Cabeçudos, que chegou a residir um tempo no Brasil, e era mercador. Isabel de Sá é irma, entre outros, de Margarida Gomes de Sá (1667-9.10.1722), natural da Vila Nova de Famalicão, casada a 5 de outubro de 1695, na freguesia de Santiago de Antas, Vila Nova de Famalicão, com o bacharel Domingos Gomes da Cunha (1670-30.8.1746), com pelo menos seis filhos, entre os quais o capitão-mor José Gomes de Sá, que vindo ao Brasil se estabeleceu em Sousa". "Bento Correia de Sá foi Mestre de Campo regente do Distrito de São Francisco da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rodelas, desde meados de 1727. Em 1720 já se encontava no Brasil, posto que aparece como procurador do seu tio Antônio Gomes de Sá, nesse sentido, acredita-se que ele tenha viajado juntamente com o seu primo o capitão-mor José Gomes de Sá. Casou-se em Pernambuco com Joana Francisca Xavier de Albuquerque Barreto, filha de Felipe Paes Barreto e Margarida Barreto de Albuquerque. Em 24 de fevereiro de 1713, ele ainda se encontrava na Vila Nova, quanso foi padrinho do seu irmão Mathias". Isabel de Sá também é irmã do capitão-mor Antônio Gomes de Sá, com terras no sertão de Pernambuco e Paraíba, do capitão-mor Francisco Gomes de Sá, batizado aos 26 de outubro de 1664 na Vila Nova de Famalicão, ligado à Casa da

Torre, e do coronel David Gomes de Sá, radicado no Cabrobó, com terras no sertão da Paraíba, administradas pelo sobrinho capitão-mor José Gomes de Sá"].

[YS: Em processo de 1736, de Cabrobó (Arquivo Orlando Cavalcanti), consta termo do livro de casamentos da igreja de N.Sra. da Conceição de Rodelas (fl. 59) no qual, em 10.11.1723 o Coronel Bento Correia de Sá e o Alferes Antônio de Sá de Araújo (YS: primo dos irmãos Antônio Gomes de Sá e Francisco Gomes de Sá e primo segundo de José Gomes de Sá I) figuram como testemunhas do casamento de João Luiz da Silva, filho legitimo de João Luiz da Silva e de sua mulher Catherina Gonçalves, já defunta, natural da freguesia de S. Tiago (San Tiago Dantas), arcebispado de Braga, com Mariana Ferreira Barbosa, filha legitima do Coronel Francisco Pinto Ferreira e de sua mulher Luiza Barbosa de Mattos, já defunta, moradores e assistentes nesta freguesia, de que fiz este termo e assinei, Padre Jacinto Barbosa Soares, Cabrobó, 29.11.1736. João Luiz da Silva assassinara a mulher (???) (....) e residia na freguesia de Piancó.

O Capitão Bento Correia (Sesmarias da Paraíba, no. 224, Ref. 1732) era possuidor de terra, em 1723, confrontando com sítio de Paulo Amerino Aranha, situada no lugar situado a dez léguas das Piranhas – sítio Olho d'Água do Bom Jesus e este sítio confronta também com a serra do Patú e serra das Duas Cabeças. O dito Olho d'Água nasce de uma costa de serra que confronta pelo poente e corre para o sul desaguando nas Piranhas.

Provavelmente fora o mesmo Capitão Bento Correia, de Goiana, ou que se achava em Goiana, e que consta da "lista ou catálogo das pessoas que por ocasião dos levantes do povo e cerco do Recife, se prenderam nas freguesias de Pernambuco, desde 17 de fevereiro de 1712 até 2 de abril de 1714 (Col. De , 256-257, Manuel dos Santos). Borges da Fonseca (...) assinala sua condição de mestre-de-campo. Conforme notas de família foram pais de diversos fihos, entre os quais Francisco Antônio Sá Barreto.

[YS: Manuscrito escrito por padre no início do século XIX, obtido por Evaldo Cabral de Melo e ofertado por este a Silvio, veio definitivamente esclarecer diversas dúvidas sobre a genealogia dos Paes Barreto. No caso específico, arrola 10 filhos do casal Bento Correia de Sá e Joana Francisca Xavier de Albuquerque. Infelizmente o manuscrito chegou em momento em que Sylvio apresentava problemas de catarata e não tomou notas

especificas; mas comentou com vários amigos, entre outros Reinaldo Carneiro Leão. Após seu falecimento o manuscrito não foi encontrado pois, provavelmente, o mesmo havia sido emprestado a José Antônio Gonsalves de Melo, em cujo acervo ainda deve se encontrar, seja no Instituto Ricardo Brennand ou em mãos dos herdeiros].

Bento Correia de Sá teria doado um sítio em cuja casa foram instalados os leprosos esbulhados de seu ...., quando o bispo diocesano desejando fundar um convento de freiras (ursulinas), desalojou os enfermos do "Hospital dos Lázaros incuráveis da capela de N.S. da Soledade", sita nas Salinas, feguesia da Sé (bairro da Boa Vista atual) cuja pedra fundamental fora lançada a 28 de setembro de 1716, porém que "ainda em 1721 não estavam terminados os trabalhos (Anais Pernambucanos, 5, 256-284-285).

Conforme a tradição oral e escrita trasmitidas por alguns séculos aos familiares foram pais de diversos filhos e filhas, porém o único que se mantém conhecido foi Francisco Antônio Sá Barreto, aliás citado apenas em um único passo por Borges da Fonseca (Nob. ...), embora vários genealogistas tenham procurado desvendar a incógnita.

Só ultimamente com a descoberta em Lisboa de uma cópia do códice "Série dos Albuquerques e outras ilustres famílias de Pernambuco", escrita por Afonso de Albuquerque e Mello, aumentada pelo Reverendo Padre Marcelino Pereira, da Congregação do Oratório da cidade de Braga, a primeira geração foi revelada.

Foram pais de:

Antônio Paes Barreto

José de Sá Pereira e Albuquerque

Francisco Antônio de Sá Barreto

João Paes Barreto de Sá

D. Maria Izabel Barreto e Albuquerque

D. Izabel Maria de Sá

D. Ana Francisca de Sá

Ao termo do referido códice o quarto membro desta irmandade era casado. Atualmente dispomos de informações de três deles:

Francisco Antônio de Sá Barreto

D. Maria Isabel Barreto e Albuquerque, casada com Felipe Paes Barreto

D. Isabel Maria de Sá, casada com José Gomes de Sá

Qr 2.2.2.9.1 Antonio Paes Barreto. [Sem informações].

Qr 2.2.2.9.2 José de Sá Pereira e Albuquerque [Sem informações].

Qr 2.2.2.9.3 Francisco Antônio de Sá Barreto

Francisco Antônio de Sá Barreto I

Francisco Antônio de Sá Barreto. Nasceu no Cabo em 1746 e faleceu em Santo Antônio de Jaboatão a 30 de maio de 1833 com 87 anos (L. 6, fls. 205).

Sentou praça como soldado voluntário a 28 de março de 1768 no Regimento de Cavalaria Miliciana do Recife; cadete a 13 de agosto de 1768; alferes a 29 de abril de 1770.

Fez a campanha do sul do pais, saindo do Recife a 8 de setembro de 1774 e regressando a 16 de abril de 1779.

Destacado para Fernando de Noronha de 22 de outubro de 1783 a 25 de novembro de 1784.

Em 14 de dezembro de 1788, D. Thomaz José de Melo, capitão general e governador da Capitania de Pernambuco o nomeou ajudante do Regimento de Cavalaria Auxiliar da vila de Serinhaém, da dita Capitania da qual era coronel Francisco Xavier Correa ( ) nomeação que foi confirmada por D. Maria, rainha de Portugal, por carta-patente dada em Lisboa, a 11 de abril de 1792 (Pr 2 221v).

A 13 de maio de 1797 foi nomeado por D. Thomaz José de Melo, interinamente, por comissão, sargento-mo do Regimento da Cavalaria Auxiliar da vila do Cabo, de que era coronel, por comissão, José Mendes da Silva [casado com Paula Maria de S. Pedro, filha de Fellipe Roiz Campello, RCL], que vagou por passar a Capitão-mor das Ordenanças desta vila, Francisco do Rego Barros (Pr 4, fls. 256-256v). A 27 de agosto de 1798,

D. Maria, rainha de Portugal, promoveu-o oficialmente de ajudante do Regimento de Cavalaria Auxiliar de Serinhaém para o posto de Sargento-mor do Regimento de Cavalaria Auxiliar do Cabo por carta-patente, passada em Lisboa naquela data e registrada a 17 de março de 1800. Borges da Fonseca di-lo Tenente-coronel.

Em 1815 solicita a Ordem de São Bento de Aviz (...).

Em 1 de dezembro de 1817, ainda como Sargento-mor da Cavalaria Miliciana da vila do Cabo, constava da lista dos oficiais que cobraram os meses de março e abril de 1817 do mesmo ano, conforme documentação entregue por Isidoro Martins Soriano, escrivão da Receita e Despesa da Tesouraria Geral (BN SNss I, 6,3, 28 no. 35- MES Rev 1817, fl. 222-225 verbete 91).

Foi proprietário do engenho Jardim, na freguesia de Santo Amaro de Jaboatão. Depois de reformado no posto de Coronel passou a viver no referido engenho onde faleceu a 30 de maio de 1833, com 87 anos, tendo sido sepultado na igreja de Nossa Senhora do Paraíso, em Santo Antônio do Recife. Teria sido também senhor do engenho Garapu.

Em 9 de janeiro de 1839 foi dirigido ofício ao inspetor da Tesouraria Geral comunicando-lhe que o Regente, em nome do Imperador, atendendo súplica de D. Josefa Thomasia Telles de Menezes, viúva do Tenente-coronel reformado da extinta 2ª linha, Francisco Antônio de Sá Barrerto houve por bem ... (..).

Francisco Antônio casou-se duas vezes. A primeira com D. Maria Theodora de Barros (...) nascida no Cabo, segunda filha do Sargento-mor José Vieira Soajo (...), [seu neto homônimo mudou o nome para José Vieira Brasil – RCL], natural de Serinhaém, [senhor do engenho Cntraçude de Gurjau de Baixo, RCL] e de D. Inocência Laura de Barros, natural de Santo Antonio do Recife, filha, como Ignácio de Barros II, do capitão Manoel Carneiro Leão, senhor do engenho Contraçude, da freguesia de Santo Amaro de Jaboatão, e de D. Rosa Maria de Barros, filha de Ignácio de Barros I. Para Orlando Cavalcanti ter-se-ia casado com D. Maria Teodora de Barros, 12ª filha do próprio Manoel Carneiro Leão, de Contraçude [estando correta a afirmação acima e não esta, atribuída a Orlando Cavalcanti, RCL].

Foram pais de:

I – Francisco Antônio de Sá Barreto

II – José Joaquim de Sá Barreto

III – Bento Correia de Sá Barreto

IV – Maria Teodora de Sá Barreto (?)

V – Ana Joaquina de Sá Barreto (?)

Qn 2.2.2.9.3.1 Francisco Antônio de Sá Barreto I, Sargento-mor, casou-se a segunda vez com D. Josefa Thomazia Telles de Menezes (Mendonça) , filha do Capitão Ignácio de Barros II e de D. Laura Teresa de Ornellas (ou de Barros Ornellas) casamento que, segundo Adalberto Brito Cabral de Mello (...) ter-se-ia verificado em 22 de dezembro de 1788. Vale ressaltar que [há uma] única referência de Borges da Fonseca a Francisco Antônio na Nobiliarchia. Foram testemunhas José Carneiro Bessa e Inácio Bernardino de Barros [irmão da nubente, RCL], sendo celebrante o vigário Antônio Jacome Bezerra.

Os sogros eram senhores do engenho Macugé, situado na freguesia de Santo Amaro de Jaboatão [engenho desmembrado por Manoel Carneiro Leão, do Carnijó, RCL]. Ele, filho do capitão Manoel Carneiro Leão, natural do Porto, Portugal, senhor do engenho Carnijó da mesma freguesia, e de D. Rosa Maria de Barros; ela, filha de Luis da Veiga Pessoa e de D, Maria de Ornellas (...).

Tiveram os seguintes filhos:

I – Ignácio de Barros Barreto [Inácio Bernardino de Barros ?, RCL]

II – Antônio Pedro de Barros Barreto

III – Maria dos Anjos de Sá Barreto

IV – Joana Francisca de Sá Barreto

- filho de nome ignorado, que faleceu na expedição militar à serra do Rodeador, em Bonito, no ano de 1820, onde seu irmão Antônio Pedro também lutou.

Do expediente do dia do governo da Província, em 9.1.1839, consta o oficio: “Ao Inspetor da Tesouraria comunicando-lhe que o Regente, em nome do Imperador e atendendo à suplica de D.Josefa Thomasia Telles de Menezes, viúva do Tenente-coronel Reformado de Segunda Linha, Francisco Antônio de Sá Barreto, houve por bem por aviso de primeiro de dezembro do ano passado expedido pela Secretaria da Guerra, determinar que a suplicante seja indenizada em cada um mês da quantia de quinze mil reis a contar

da data da reforma de seu marido, até o dia do óbito deste, e que do referido óbito em diante seja seu meio soldo de 30 mil reis como por lei lhe compete (DP. 12.1.1839, no. 10). Assina também como Comandante dos ...., Antônio Pedro de Sá Barreto. Há outro ofício do Contador da Tesouraria sobre o mesmo assunto em 14.1.1839 (DP. 21.1.1839).

Sx 2.2.2.9.3.1.1 – Francisco Antônio de Sá Barreto II

Francisco Antônio de Sá Barreto II Júnior, nasceu em Pernambuco em torno de 1785.

D. João, Príncipe Regente autorizou Caetano Pinto de Miranda Montenegro, capitão- general e governador da Capitania de Pernambuco a prove-lo no posto de alferes da 7ª Companhia do Regimento de Infantaria de Linha da dita Capitania, por carta-patente dada no Rio de Janeiro a 8 de julho de 1808 (...).

O mesmo governador promoveu-o a 12 de outubro de 1815 ao posto de Tenente da Companhia do mesmo Regimento da Infantaria de Linha da Capitania de Pernambuco (Cod. 137, L 35, fl. 100v).

Por carta-patente dada no Rio de Janeiro a 3 de janeiro de 1816, D. João confirmou a promoção de alferes da 7ª Companhia do Regimento de Infantaria de Linha para Tenente da 5ª. Companhia do referido Regimento .

Tomou parte da conspiração da Revolução de 1817. Antes do dia 6 de março, data do início da revolução, promoveu a soltura de presos e comandou uma patrulha que, na Boa Vista, matou o miliciano Madeira (...). Foi um dos insurgentes da Tropa de Infantaria e fugiu para as Alagoas, funcionando como segundo Comandante desta expedição (MES Doc Hist Per 1817, CVI, p. 233).

Foi pronunciado a 13 de setembro de 1818 (Hist. Da Rev. , fls. 344-45), tomando o número 273 (MES Doc. Hist. Per. 1817, CVI, p. 233), porém não foi preso. Fugiu, permanecendo ausente durante quase 10 anos (...).

Assistiu à rendição da Colônia do Sacramento [RCL: equívoco, quem assistiu foi o pai, em 1777].

Encontrava-se a 27 de março de 1827 (BN S MSss C 513, 19, 5 Documentos) no Rio de Janeiro, onde e quando solicitou a S.M.I. mandar passar o seu passaporte, por se

achar habilitado pela Polícia, para seguir viagem para sua casa em Pernambuco. A autoridade competente respondeu lhe que poderia requerer seu passaporte na Secretaria de Estado competente no termo de oito dias, sob pena de ficar sem efeito (...). Do referido passaporte, de número 65, fornecido pela Intendência Geral da Polícia do Rio de Janeiro, datado do mesmo dia acima, "era natural de Pernambuco, tinha 42 anos de idade, estatura média, rosto comprido, pouca barba e cabelos pintados" (...).

Em 10 de abril de 1839 foi noticiado pelo Diário de Pernambuco sua reforma como Tenente da 1ª linha (DP).

Em 28 de agosto de 1840, por escritura passado no livro de notas do tabelião Bezerra, a fls, 35-36v, comprou a Saturnino Joaquim Câmara e sua mulher Maria da Paz Teresa de Jesus, moradores na freguesia de Ipojuca, parte do engenho Secupema de Cima, depois Conceição de Muribeca.

Foi prefeito da Comarca do Recife, em 2 de janeiro de 1839; em 1841 o era e morava na Rua do Rangel.

Foi reformado no posto de Capitão (no. 126 da lista de ....) no governo de Antonio Pinto Chichorro da Gama (11 de julho de 1845 – 19 de abril de 1848).

Recebeu à mercê do Hábito da Ordem de Cristo por decreto de 14 de maio de 1849, passado no Rio de Janeiro.

Casou-se com D. Maria José da Felicidade Paes Barreto, filha de Estevão José Paes Barreto, 7º morgado do Cabo e de sua segunda esposa D. Maria Isabel de Sá Barreto, irmã de Francisco Paes Barreto, 8º morgado do Cabo e Marquês do Recife.

D, Maria José faleceu a 12 de abril de 1871, com a avançada idade de 93 anos (DP, 13.4.1871. Foram pais de:

I – Major Francisco Antônio de Sá Barreto

II – Cândida Rosa de Sá Barreto

III – Ana Benigna de Sá Barreto

St 2.2.2.9.3.1.1.1 – Major Francisco Antônio de Sá Barreto

Francisco Antônio de Sá Barreto Neto (Major), nascido em torno de 1809.

Em 1850 era major do 3º Batalhão da 2ª Legião da Guarda Nacional do Cabo.

Em 1851 e 1852 era 3º suplente de sub-delegado da freguesia do Cabo.

Reformado no posto de Major. Cavaleiro da Ordem de Cristo e da Rosa. Recebeu à mercê do Hábito da Ordem de Cristo por decreto de 14 de março de 1849.

Casou-se com D. Francisca Catarina de Melo Barreto, natural da freguesia do Cabo.

Ele faleceu a 15 de junho de 1881, com 72 anos (DP) e ela a 29 de julho de 1881 (DP). [YS: nota de Silvio para indicar que assinam o anúncio fúnebre a viúva Francisca Catarina de Melo Barreto, os filhos Capitão Francisco Antonio de Sá Barreto e Pedro Velho de Sá Barreto e as irmãs, ambas viúvas, Cândida Rosa de Sá Barreto e Ana Benigna de Sá Barreto].

Pais de:

Francisco Antônio de Sá Barreto, capitão.

Pedro Velho de Sá Barreto

Ot 2.2.2.9.3.1.1.1.1. Francisco Antônio de Sá Barreto. Capitão. Nascido em 6 de agosto de 1833, e casado em 25 de maio de 1859 com D. Ermelinda Augusta Correa B. (ou P.) da Silva.

?? Tiveram um filho, Francisco Antônio de Sá Barreto, casado com Francisca Teresa Carneiro de Sá Barreto, falecido aos 27 anos, em 23.10.1871 no Recife (Santo Antonio, L 20, fl. 50). ?? [YS; nota avulsa]

Ot 2.2.2.9.3.1.1.1.2. Pedro Velho de Sá Barreto. Recebeu à mercê de cavaleiro da Ordem do Cruzeiro por decreto de 3 de janeiro de 1866; de cavaleiro da Ordem da Rosa por decreto de 25 de novembro de 1867 e de cavaleiro da Ordem Militar de S. Bento de Aviz por decreto de 26 de junho de 1872. Foi-lhe concedida também a medalha de guerra (da guerra do Paraguay).

Em 1857 era eleito por Jaboatão (...). Em 1860 era suplente de sub-delegado do 1º distrito da freguesia de Santo Amaro de Jaboatão e capitão da 2ª Companhia do Corpo de Polícia (Estado Maior) do Recife. Foi reformado com a patente de Major.

Casou-se o Capitão Pedro Velho de Sá Barreto com D. Eulália do Carmo Pamplona Feijó (Barreto) (BV L 4, fl. 73v), em 14 de maio de 1873 em oratório particular da freguesia da Boa Vista, pelas 7 horas da noite, dispensados os banhos e o impedimento de cognação espiritual, sendo oficiante o Padre Graciano Villar Barreto Coutinho, sendo testemunhas Vicente Ferreira Raposo e Francisco Antônio de Sá Barreto, o nubente filho do Major Francisco Antônio de Sá Barreto e de Francisca Catharina de Mello Barreto, natural da freguesia do Cabo, a nubente viúva de Manoel Marcolino Paes Barreto, natural da freguesia da Escada (Boa Vista, L4, fl. 73v).

Manoel Marcolino Paes Barreto foi coletor da Comarca do Rio Formoso, em 1855 e Tenente da 1ª Companhia do 44º Batalhão de Infantaria de Rio Formoso em 1860.

Faleceu antes de 1873, casado com D. Eulália do Carmo Feijó (Barreto). Pais de 5 filhos:

1. Presciliano Prisco Paes Barreto
2. Manuel Marcelino Paes Barreto
3. Vicente Ferreira Paes Barreto
4. Francisco Demétrio Paes Barreto
5. Martiniano Elísio Paes Barreto

Nt 2.2.2.9.3.1.1.1.2.1 Presciliano Prisco Paes Barreto, nascido em 1862. Casou a 29.12.1887 na capela do Palácio Episcopal com D. Ângela Batista Gonçalves Lima, natural da freguesia de Rio Formoso, viúva de Flávio Gonçalves Lima, sendo testemunhas Adolfo Alves Simões Barbosa e João Ferreira (Lourena) (Santo Antonio L, fl. 149v). Tendo enviuvado e falecido em 19.3.1910, sem pais e sem deixar filhos, aos 48 anos de idade (inventário e testamento da 2ª vara da cidade do Recife – sem pais e sem herdeiros necessários deixou 4 casas no bairro de Santo Antonio e uma no bairro de S.José para amigos).

Nt 2.2.2.9.3.1.1.1.2.2 Manuel Marcelino Paes Barreto. YS: Em outra nota o dá como José Marcolino Paes Barreto, casado com Feliciana Paes Barreto.

Nt 2.2.2.9.3.1.1.1.2.3 Vicente Ferreira Paes Barreto, casado com Josefa Amália da Costa Raposo, filha de Marcolino da Costa Raposo, falecido, e de D. Adélia Joventina de Paula Raposo. O casamento foi na matriz de S. José, na presença das testemunhas Vicente .... e João Antonio Monteiro a 24.1.1880. Vicente era 2º cadete do 2º Batalhão de Infantaria de Linha.

Nt 2.2.2.9.3.1.1.1.2.4 Francisco Demétrio Paes Barreto

Nt 2.2.2.9.3.1.1.1.2.5 Martiniano Elísio Paes Barreto, natural da freguesia da Boa Vista, casou em 18.7.1885 com Rosa Amélia dos Santos Cabral, filha de José Luciano Cabral e de D. Francelina Maria dos Santos, natural da freguesia de Santo Antônio do Recife, sendo testemunhas Manuel Vieira Morais e Enelino Rodrigues Nogueira Lima (Matriz Santo Antonio, L 8, fl. 122).

Adelaide Pamplona Feijó, irmã de D. Eulália do Carmo Feijó Barreto, faleceu a 15.7.1884, sendo mandada celebrar missa por alma da mesma por D. Eulália do Carmo Feijó Barreto, Pedro Velho, D. Eulália e 6 filhos. D. Adelaide era mãe de D. Maria Feijó, casada com José Carlos da Costa Ribeiro (DP, 18.7.1884). “Pedro Velho de Sá Barreto, Eulália do Carmo Feijó Barreto, Prisciliano Prisco Paes Barreto, Manoel Marcelino Paes Barreto, Vicente Ferreira Paes Barreto, Francisco Demétrio Paes Barreto e Martiniano Eliseu Paes Barreto por alma de sua cunhada e tia Adelaide Pamplona Feijó, falecida a 15.7.1884 (DP, 18.7.1884).

[YS: Depreende-se destas notas que Pedro Velho de Sá Barreto, casado em 1873, não tinha filhos em 1884].

Sx 2.2.2.9.3.1.2 – Cândida Rosa de Sá Barreto

Cândida Rosa de Sá Barreto, após o casamento Cândida Paes Barreto.

Casou-se a 16 de julho de 1836, no Recife (Orlando Cavalcanti) com João Francisco Paes Barreto, filho de Francisco Paes Barreto, 8º morgado do Cabo e Marquês do Recife, falecido em 1855, já viúvo (?).

[YS: Essa descendência encontra-se no capítulo referente ao 8º morgado].

Sx 2.2.2.9.3.1.3 – Ana Benigna de Sá Barreto

Ana Benigna de Sá Barreto, nascida no Recife a 14 de outubro de 1787 [YS; data errada, pois sua mãe nasceu por volta de 1779] e batizada a 24 do mesmo mês e ano na igreja do Sacramento (Santo Antonio, L 12, fls. 113v); foram padrinhos Antônio Carneiro Leão, casado, e D. Anna Isabel Vieira de Albuquerque, casada. O celebrante foi o vigário Antonio Jacome Bezerra. A 18 de abril de 1837 se apresentou como Irmã da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos do Recife.

Casou-se a 7 de março de 1840 com José Thomaz Nabuco de Araújo, filho de José Thomaz Nabuco de Araújo e de D. Maria Barbara da Costa Ferreira (ou Maria Esméria ou Joana Paula de Castro da Gama).

José Thomaz nasceu em 29 de novembro de 1813 em Salvador, na Bahia. Matriculou-se em Direito na escola de Olinda, em 1831 e se formou em dezembro de 1835. Nomeado Promotor Público no Recife em 1836. Eleito para a Assembleia Legislativa Provincial, exercendo o mandato na legislatura de 1835 a 1839. Durante ela foi, em 1836, interinamente Prefeito do Recife e, efetivamente, promotor público de abril desse ano a setembro de 1840. Nomeado prefeito interino do Recife em 1837 por decreto do Presidente da Província de Pernambuco, Vicente Thomaz de Figueredo Camargo (Cod.IHGB, 42 – 1993). Nomeado interinamente para prefeito do Recife em 1840 pelo prefeito efetivo Francisco Antônio de Sá Barreto. Em 1840 foi nomeado Juiz de Direiro em Pau d'Alho. Em 1841 foi destinguido com a Comenda da Ordem de Cristo. Em 18 de julho de 1841 Cavaleiro da Ordem da Rosa (C 14, vol II, f. 57). Em 1842 foi eleito deputado geral pela Província. Em 1843 voltou ao Recife e foi eleito novamente deputado à Assembleia Provincial para o biênio 1844-1845. Em março de 1844 voltou ao Rio, eleito deputado geral, onde só ficou poucos dias, com a dissolução da Câmara em maio ou junho desse ano. De volta ao Recife, dedicou-se à advogacia em 1847 e 1848. Em 1848 foi nomeado Juiz de Direito do Recife e reeleito para a Assembleia Provincial de 1848 e 1849. Em 17 de novembro de 1848, Oficial da Ordem da Rosa. Em 1851 mudou-se para São Paulo, nomeado Presidente da Província, onde ficou até 1852. Finalmente foi nomeado Senador pela Baha em 1858. Em 17 de agosto de 1866 Cavaleiro da Ordem da Rosa (c 14, vol. II, 108). Em 24 de outubro de 1866, Oficial da Ordem da Rosa (idem, p. 169). Em 1872 recebeu a

Comenda de Grande Oficial da Ordem de Cristo, ordem a que já pertencia como cavaleiro. Faleceu no Rio de Janeiro a 19 de março ou de agosto de 1878 (79?).

O casamento realizou-se em oratório privado no Recife (Sto. Antonio, L 6, fls. 3v), sendo a cerimônia oficiada pelo Padre Joaquim Antônio Gonçalves Lessa, tendo sido testemunhas o governador da Província, Francisco do Rego Barros e o Senador Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

D. Ana Benigna ..... em 15 de junho de 1881. Foram seus filhos:

1. Sizenando

2. Maria

3. Nestor

4. Rita de Cássia

5. Vitor

6. Joaquim Aurélio

7. Maria Carolina

St 2.2.2.9.3.1.3.1

1. Sizenando Barreto Nabuco de Araújo, nasceu em 16 de julho de 1841, em Pau d'Alho, Província de Pernambuco, sendo batizado a 10 ou 11 de março de 1842 na matriz da Boa Vista, sendo padrinhos João Baptista Pereira Lobo e D. Maria José Felicidade Barreto, sua avó materna. Matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, em 27 de março de 1860, formando-se em Direito em 20 de novembro de 1864, pela mesma Faculdade.

Foi Deputado Provincial pelo 3º Distrito da Província do Rio de Janeiro, em 1865. Foi Deputado Geral pela mesma Província, em 1867. Foi promotor público no Rio de Janeiro, e dedicou-se à advocacia, principalmente criminal, destinguindo-se como orador. Faleceu no Rio de Janeiro, no Hotel das Paineiras, no dia 11 de março de 1892 e foi sepultado no cemitério de São João Batista.

Casou-se em 14 de julho de 1865 com [sua parenta] D. Maria Januária de Barros, filha dos Barões de Icaraí e neta do Marquês do Paraná [Honório Hermeto Carneiro Leão]. Foram pais de:

1. José Thomaz, nascido em Niterói, no Fonseca, em 26 de fevereiro de 1866. Formou-se em Engenharia em Paris, em 1892. Casou-se em Taubaté, em 22 de agosto de 1893, com Sebastiana Cardoso Moreira Chaves, falecendo a 11 de março de 1923.
2. Heloisa, nascida no Caminho Novo, em Botafogo, em 30 de janeiro de 1867.

St 2.2.2.9.3.1.3.2 Maria Barreto Nabuco de Araújo, nascida e falecida em 1843, no Recife.

St 2.2.2.9.3.1.3.3 Nestor Barreto Nabuco de Araújo, nasceu no Recife em 8 de setembro de 1844, falecendo em 6 de março de 1845.

St 2.2.2.9.3.1.3.1.4 Rita de Cássia Barreto Nabuco de Araújo (Yayá). Nasceu no Recife, em 23 de maio de 1846 e foi batizada em 28 de outubro de 1846, pelo Padre Campos na matriz da Boa Vista. Foram padrinhos Ignácio de Barros Barreto e sua mulher.

Casou-se com Hilário Soares de Gouveia em 3 de setembro de 1870, sendo oficiante Frei João de Nossa Senhora do Carmo. Foi testemunha Silveira Lobo, Visconde de Guaratinguetá. O noivo nasceu em 20 de setembro de 1846, em Caethé, Minas Gerais, sendo filho de Lucas Soares de Gouveia e de Ignacia Carolina Soares de Gouveia. Faleceu a 15 de setembro de 1924, um ano depois de seu marido, sendo sepultada no cemitério de S. João Batista, no Rio de Janeiro.

Tiveram os seguintes filhos:

1. José Thomaz
2. Ignacia
3. Ana (Neném)
4. Maria José
5. Laura Francisca (Lalá)
6. Alice, que morreu na infância
7. Lucila, mãe de (a) João Pedro Gouvêa Vieira e (b) José Maria Pedro Gouvêa Vieira.

St 2.2.2.9.3.1.3.1.5 Vitor Barreto Nabuco de Araújo. Nasceu no Recife, em 19 de junho de 1848, sendo batizado em 18 de novembro de 1849 pelo Padre Campos, na capela do engenho Camaragibe, sendo padrinhos o Visconde e a Viscondessa de Camaragibe. Faleceu, solteiro, em 6 de junho de 1918, no Rio de Janeiro, sendo sepultado no cemitério de São João Batista.

St 2.2.2.9.3.1.3.1.6 Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo. Nascido no Recife, na Rua da Imperatriz a 16 de agosto de 1849, foi batizado na capela de São Matheus, no engenho Massangana, freguesia de Santo Antônio do Cabo, sendo seus padrinhos Joaquim Aurélio Pereira de Carvalho e sua mulher Ana Rosa Falcão de Carvalho.

Quando a madrinha faleceu, em 1857, viajou para o Rio de Janeiro, indo morar com os pais. Fez o curso secundário no Colégio Pedro II. Matriculou-se no curso de Direito da Faculdade de S. Paulo e terminou-o em Olinda, em 1870. Terminado o curso vendeu o engenho Serraria, sito na freguesia do Cabo, que herdara de sua madrinha e foi passar dois anos na Europa e nos Estados Unidos.

Segundo Carlos G. Rhengantz casou no Rio de Janeiro (Lagoa, L 6, 39) a 23 de abril de 1889 com D. Evelina Torres Soares Ribeiro, nascida em Paris, França, a 1.12.1865, batizada no Rio de Janeiro (Lagoa, L 7, 34) a 20.5.1866, falecida no Rio de Janeiro a 11.1.1948, filha de José Antônio Soares Ribeiro, Barão de Inoã por mercê de 23.1.1886, e de D. Carolina Soares Torres.

Casou-se com D. Evelina Torres Soares Ribeiro, nascida a 19 de agosto de 1849, filha de José Antônio Soares Ribeiro, Barão de Inohan, dono da fazenda Pilar, em Maricá, Província do Rio de Janeiro, e de D. Carolina Torres, filha dos Barões de Itambé, Cândido José Rodrigues Torres e Restituta Soares Torres. O casamento realizou-se na capela privada do Visconde de Silva no dia 24 ..., sendo celebrante Monsenhor Monte. Foi testemunha por parte da noiva o Sr. Comendador Soares Ribeiro, avô da noiva e Sra. Torres Guimarães, e por parte do noivo o Dr. Hilário de Gouveia.

Logo em seguida ao casamento, em novembro do mesmo ano, veio a República e a perda do mandato por Pernambuco. Nabuco retirou-se da vida pública. Viveu onze anos longe do pais, com uma única e rápida interrupção, em 1906.

Morreu em Washington, District of Columbia, nos Estados Unidos, onde era embaixador do Brasil, em 17 de janeiro de 1910. Os Estados Unidos mandaram um cruzador,

o "North Carolina" conduzir o seu corpo ao Rio de Janeiro e o Brasil um encouraçado, o "Minas Gerais" para acompanha-lo. Do Rio foi o corpo transportado para o Recife, tendo sido sepultado no Cemitério Púbico de Santo Amaro.

Detalhes de sua vida encontram-se nos livros de sua filha Carolina, de Luiz Viana Filho e em seu próprio "Minha Formação".

Tiveram os seguintes filhos:

1. Maria Carolina
2. Mauricio Hilário
3. Joaquim (monsenhor)
4. Maria Anna
5. José Thomaz

Ot 2.2.2.9.3.1.3.1.6.1 Maria Carolina. Segundo Carlos G. Rhengantz nasceu no Rio de Janeiro (Lagoa, L 10, 214v) a 9.2.1890 (batizada a 23.4.1890). Solteira.

Ot 2.2.2.9.3.1.3.1.6.2 Mauricio Nabuco. Dr., advogado, diplomata, nascido em Londres, Inglaterra, a 10.5.1891, solteiro.

Ot 2.2.2.9.3.1.3.1.6.3 Monsenhor Joaquim Nabuco Filho, sacerdote, nascido no Rio de Janeiro a 16.1.1894, falecido no Rio a 17.10.1968.

Ot 2.2.2.9.3.1.3.1.6.4 Maria Ana Nabuco, nascida no Rio (Lagoa, L 12, 112v) a 20.6.1895 (batizada a 19.8.1895). Solteira.

Ot 2.2.2.9.3.1.3.1.6.5 José Thomaz Nabuco de Araújo, dr., advogado, nascido em South Kensington, Inglaterra, a 27.4.1902. Autor do livro "Um Médico do Brasil Colonial", de onde extraímos abusivamente a maioria dessas notas. Casou-se no Rio de Janeiro (Copacabana, L 3, 38) em 4.6.1931 com Maria do Carmo Cesário Alvim de Melo

Franco, nascida em Belo Horizonte a 17.9.1907, filha do Dr. Afrânio de Melo Franco, advogado, estadista ilustre, e de Silvia Cesário Alvim. Pais de:

1. Silvia Maria da Glória de Melo Franco Nabuco (Vivi), nascida no Rio de Janeiro a 14.8.1932, casada no Rio de Janeiro, a 5.1.1953, com o Dr. Antonio Carlos de Almeida Braga, filho de Antonio de Almeida Braga e de Lúcia Pereira Bueno. Pais de:

1. Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga, nascida no Rio de Janeiro a 23.10.1953.

2. Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga, nascido no Rio de Janeiro a 1.12.1956.

3. Lúcia Nabuco de Almeida Braga, nascida no Rio de Janeiro a 8.11.1957.

4. Silvia Nabuco de Almeida Braga, nascida no Rio de Janeiro a 20.5.1960.

2. Joaquim Aurélio de Melo Franco Nabuco de Araújo, nascido no Rio de Janeiro a 26.10.1933, casado no Rio de Janeiro a 18.6.1960, com Maria Lúcia Maurity de Sousa, nascida no Rio de Janeiro a 7.1.1937, filha de Jefferson Maurity de Sousa e de Maria Flora Villemar do Amaral Pais de:

1. Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, nascido no Rio de Janeiro a 12.10.1962.

2. Mauricio Hilário Nabuco, nascido no Rio de Janeiro a 20.1.1964.

3. Manuel Antonio Nabuco, nascido no Rio de Janeiro a 27.6.1966.

4. Bernardo Nabuco, nascido no Rio de Janeiro a 2.11.1967.

5. Francisco Lourenço Nabuco, nascido no Rio de Janeiro a 18.12.1969.

3. José Tomaz Nabuco de Araújo Filho, nascido no Rio de Janeiro a 16.11.1937, casado na mesma cidade a 17.9.1961, com Luisa Carolina Proença, sua prima em 4º grau, nascida em Petrópolis , Rio de Janeiro, a 8.2.1942, filha do Dr. João Proença e de Maria da Glória Torres de Oliveira. Pais de:

1. José Tomaz Nabuco de Araújo, nascido no Rio de Janeiro a 26.6.1962.

2. João Marcos Proença Nabuco, nascido no Rio de Janeiro a 11.6.1964.

3. Claúdio Manuel Proença Nabuco, nascido no Rio de Janeiro a 17.6.1967.

4. José Luis Nabuco de Magalhães Lins, nasceu no Rio de Janeiro.

4. Maria do Carmo de Melo Franco Nabuco (Nininha), nascida no Rio de Janeiro a 26.3.1939, casada no Rio de Janeiro a 22.4.1961, com o Dr. José Luis Magalhães Lins, banqueiro, nascido em Arcos, Minas Gerais, a 12.4.1929, filho de Edmundo Pereira Lins Júnior e de Alice de Magalhães Pinto. Pais de:

1. Ana Cecília Nabuco de Magalhães Lins, nascida no Rio de Janeiro a 1.3.1962.

2. Maria Cristina Nabuco de Magalhães Lins, nascida no Rio de Janeiro a 12.2.1963.

3. José Antonio Nabuco de Magalhães Lins, nascido no Rio de Janeiro a 17.5.1966.

4. José Luis Nabuco de Magalhães Lins, nascido no Rio.

5. Afrânio de Melo Franco Nabuco, nascido no Rio de Janeiro a 7.1.1940, casado no Rio de Janeiro a 4.12.1970 com Maria Rita de Oliveira Sampaio, nascida no Rio de Janeiro a 6.7.1946, filha de Luis Rafael de Oliveira Sampaio e de Antonia dês Essarts Carvalho.

6. João Mauricio Nabuco de Araújo, nascido no Rio de Janeiro a 9.2.1942, casado no Rio de Janeiro em 2.1965 com Regina Castelo Branco. Pais de:

1. João Mauricio Nabuco de Araújo, nascido gêmeo, no Rio de Janeiro, em 22.7.1966.

2. Evelina Castelo Branco Nabuco, nascida gêmea, no Rio de Janeiro, a 22.7.1966.

3. Pedro Alberto Castelo Branco Nabuco, nascido no Rio de Janeiro a 3.12.1967.

4. Isabel Castelo Branco Nabuco, nascida no Rio de Janeiro a 16.6.1971.

St 2.2.2.9.3.1.3.7. Maria Carolina Barreto Nabuco de Araújo. Nasceu no Rio de Janeiro em 9 de agosto de 1854. Foi batizada pelo Padre Campos em 1 de outubro de 1854, na capela do Riachuelo, sendo padrinhos Nossa Senhora da Conceição e o Marquês do Paraná. Faleceu solteira, no Rio de Janeiro, em 23 de maio de 1928, com 75 anos de idade.

Qn 2.2.2.9.3.2 – José Joaquim de Sá Barreto

José Joaquim de Sá Barreto nasceu provavelmente entre 1785 e 1790. Tinha a patente de Capitão e depois de Major de Milícias.

Casou-se com D. Maria da Assunção Pereira Caldas (ou Maria da Purificação Pereira Caldas, como informa Orlando Cavalcanti), filha do Dr. Manoel José Perreira Caldas, que foi ouvidor na Paraiba. Pais de:

1. Maria Alexandrina de Sá Barreto.
2. José Joaquim de Sá Barreto Filho.
3. Manoel Caldas Barreto.

Sx 2.2.2.9.3.2.1. Maria Alexandrina de Sá Barreto casou-se com Antônio de Albuquerque Paes Barreto, filho de Bento Paes Barreto e de D. Thereza Cavalcanti de Albuquerque Mello. Nascida em 1817 e falecida a 2 de julho de 1891, com 74 anos, viúva (JR). Foram pais de:

Juvenal Paes Barreto

Maria Carlota Paes Barreto

Antônio de Albuquerque Paes Barreto Filho

José Francisco Paes Barreto

Frederico Augusto Paes Barreto

Ana Paes Barreto, que faleceu criança.

Francisco Augusto Paes Barreto

St 2.2.2.9.3.2.1.4 José Francisco Paes Barreto, coronel, casou-se com D. Elisa Ferreira Magalhães, filha do major Antônio Francisco de Sousa Magalhães e de D. Ana Luisa Ferreira Magalhães[24]. Tiveram os seguintes filhos:

1. Virginia Paes Barreto, que faleceu na infância.
2. Alice Augusta Paes Barreto (autora das notas ?)
3. Dr. Alberto Carlos Paes Barreto
4. José Aurélio Paes Barreto
5. Ullysses Oscar Paes Barreto

[24] Um José Francisco Paes Barreto convida para missa de sua esposa, Sofia Jerônima do Rego Paes Barreto, falecida com 30 anos, em 12.4.1875 (DP, 15.4.1875).

6. Albertina Paes Barreto (autora das notas ?)
7. Alcina Paes Barreto (autora das notas ?)
8. Octavio Paes Barreto

José Aurélio Paes Barreto casou-se duas vezes. A primeira com D. Clarissa Machado Dias. Pais de:

Dirceu Paes Barreto casou-se com D.Ivone de Albuquerque Paes Barreto.

José Carlos Paes Barreto casou-se com D. Maria do Carmo Rocha Barreto que faleceu antes do marido. Pais de:

Laura Rocha Paes Barreto

A segunda vez casou-se José Aurélio com D. Maria Luisa de Albuquerque e foram pais de:

Aurélio Paes Barreto

Arlindo Paes Barreto

Hilda Paes Barreto

Vitor José Paes Barreto

Nilza Paes Barreto, que faleceu na infIancia.

Maria do Carmo Paes Barreto.

Ullysses Oscar Paes Barreto casou-se com D. Capitulina Eulália do Rego Cavalcanti. Pais de:

Ana Elisa Paes Barreto

Sx 2.2.2.9.3.2.2. José Joaquim de Sá Barreto Filho, nascido em 1818, capitão. Casou-se com a prima Leopoldina Marcolina de Sá Barreto, nascida em 1828, filha de Bento Correia de Sá Barreto e de Mariana Joaquina Pereira Vianna. Em 18.9.1857 eram moradores no engenho Jardim, em Jaboatão; ele com 40 anos e ela com 29 anos. Pais de:

Maria Leopoldina de Sá Barreto, nascida em 1843. Em 1857 com 14 anos.

Ana Leopoldina de Sá Barreto, nascida em 1846. Em 1857 com 11 anos.

Joana Euponina de Sá Barreto, nascida em 1848. Em 1857 com 9 anos.

Augusto Carlos de Sá Barreto, nascida em 1848. Em 1857 com 6 anos.

Leopoldina Maria de Sá Barreto, nascida em 1854. Em 1857 com 3 anos.

Luis de Sá Barreto, nascido em 1855. Em 1857 com 2 anos.

Sx 2.2.2.9.3.2.3. Manoel Caldas Barreto, nascido na freguesia de Santo Amaro de Jaboatão. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Casado com D. Josefa (Felismina) Cavalcanti de Albuquerque, após o casamento Josefa Felismina Caldas de Albuquerque Barreto, irmã de Francisco do Rego Barros, Conde da Boa Vista (?), nascida em 1817, filha de José de Castro Barbosa Cordeiro de Albuquerque e de sua mulher D. Maria Luisa Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque em 30.7.1839 (Sto. Antonio, L 5, fl. 378 – Orlando Cavalcanti). Manoel esteve à frente do engenho Sapucaia, freguesia de Maranguape, Comarca de Olinda, de 1875 a 1881 e em 1882-1883, freguesia da Sé. Ela faleceu a 17 de junho de 1885, com 68 anos (DP, 21.6.1885) e ele a 5 de junho de 1886 (DP). Pais de:

Manoel Caldas Barreto

Maria Cavalcanti Caldas Barreto

Olympia Cavalcanti Caldas Barreto

Ana Cavalcanti Caldas Barreto

St 2.2.2.9.3.2.3.1 Manoel Caldas Barreto Filho, batizado com 1 ano e 3 meses de idade, no dia 17 de dezembro de 1842 na capela do engenho Restauração, na freguesia do Cabo, tendo como oficiante o Padre José Lins Pereira de Queiroz, vigário colado do Cabo e sendo padrinhos Ignácio de Barros Barreto e sua mulher D. Ana Maria Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque, representados por Ignácio Barros Barreto Filho e D. Maria Alexandrina de Sá Barreto.

Foi bacharel pela Faculdade de Direito do Recife em 24 de novembro de 1862. Conforme José Ferraz Ribeiro do Valle, no mesmo ano foi juiz municipal de Manaus , no Amazonas. Instalou como seu primeiro juiz de Direito a comarca de Ouricuri, em

Pernambuco, criada pela Lei Provincial de 7 de junho de 1872, ocupando as comarcas de Brejo da Madre de Deus (1875), de Barreiros (1888) e de Palmares (1888) (José Ferraz Ribeiro do Valle, Uma Corte de Justiça do Império – o Tribunal da Relação de Pernambuco, edição do Tribunal de Justiça, Recife, 1993, p. 487). Foi chefe de polícia no Pará, em 1875, voltando à magistratura em Pernambuco. Por decreto de 27 de dezembro de 1890 do chefe do Governo Privisório da República foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, prestando compromisso e entrando em exercício a 17 de janeiro de 1891. Extinta a Relação em 1892 não foi aproveitado na composição do Superior Tribunal de Justiça. No governo do general Barbosa Lima voltou ao Tribunal para ser aposentado a 31 de dezembro de 1895.

Casou-se duas vezes. A primeira com D. Mariana Garcez (Caldas Barreto), nascida em 1852 e falecida de parto no Recife a 10 de junho de 1878, aos 26 anos (DP, 10.6.1878). A segunda com D. Adelaide Garcez, irmães do jurista Martinho Garcez. Pais de:

1. Manoel Garcez Caldas Barreto
2. Martinho Garcez Caldas Barreto. Bacharel, ... (em 4.5.1910).
3. Ernesto Garcez Caldas Barreto

St 2.2.2.9.3.2.3.2 Maria Cavalcanti (Caldas) Barreto (Barreto Fonseca), casou-se com o Dr. Ernesto de Aquino Fonseca, filho de Tomaz de Aquino Fonseca e da primeira mulher deste D. Joaquina Bernardina de Gusmão, falecida a 31 de julho de 1836. [inventário letra M, cart. Da 2ª vara cível do Recife, 1897].

St 2.2.2.9.3.2.3.3 Olympia Cavalcanti Caldas Barreto, recifense da Boa Vista, casada no Recife a 8 de setembro de 1867 (B.V., L 4, fl. 2v) com Elias Frederico de Almeida e Albuquerque, filho de Frederico de Almeida e Albuquerque, Senador, e de D. Ana Alexandrina de Almeida e Albuquerque. Passou a se chamar Olímpia Cavalcanti Barreto de Almeida e Albuquerque (Índice Onomástico, Orlando Cavancanti). Pais de:

1. Ana Cavalcanti ou Caldas de Albuquerque Barreto (DP, 6.6.1886).
2. Edmunda Caldas ou Cavalcanti de Albuquer Barreto, sem notícias (DP, 6.6.1886).

Qn 2.2.2.9.3.3 – Bento Correia de Sá Barreto

Bento Correia de Sá Barreto, nascido provavelmente antes de 1794. Casou-se com Mariana Joaquina Pereira Viana. Ele faleceu em 21 de março de 1834 com 40 anos "Aos 21 de março de 1834, nesta freguesia, faleceu com todos os sacramentos abintestado Bento Corrêa de Sá Barreto, branco, com 40 anos, casado com D. Mariana Joaquina Perreira Viana, envolto em hábito branco e sepultado no paraíso" (Sto. Antônio, L. Óbitos 9, 500v). Natural de Una e morador em Jaboatão. Pais de:

1. Leopoldina Marcolina de Sá Barreto, que casou com José Joaquim de Sá Barreto Filho.
2. Maria Olympia de Sá Barreto, que casou com Cleto Campelo, português.
3. Joviniana Carolina de Sá Barreto, solteira.
4. Alexandrina Marcolina de Sá Barreto ?
5. Joaquina Carolina de Sá Barreto ?

Sx 2.2.2.9.3.3.1. Leopoldina Marcolina de Sá Barreto, nascida em 1828, casou-se com o primo José Joaquim de Sá Barreto Filho, nascido em 1818, filho de José Joaquim de Sá Barreto e de Maria da Assunção Pereira Caldas. Com sucessão. Vide.

Sx 2.2.2.9.3.3.2. Maria Olympia de Sá Barreto, nascida em 1830, casou-se com Cleto da Costa Campelo, falecido a 18 de setembro de 1878 (DP.), filho de Cleto da Costa Campelo e de D. Senhorinha Campelo, portugueses. Pais de:

Maria Cândida Cleto Campelo

Cleto da Costa Campelo

Maria Cândida da Costa Campelo, casou-se com João Francisco de Albuquerque Mello em outubro de 1878. Ela faleceu em 1897. Pais de:

1. Rita Campelo de Albuquerque
2. Isabel Campelo de Albuquerque

Cleto da Costa Campelo, casou-se no Recife a 24 de outubro de 1895 com D. Emilia Olympia de Sousa, que faleceu.

Consta que casou pela segunda vez com D. Maria Virginia de Sousa, irmã de sua falecida esposa, ambas filhas do Dr. Antonio Justino de Sousa, que foi catedrático de português do antigo Gumnasio Pernambucano. Falecido em 18 de setembro de 1879 (DP).

Do primeiro matrimónio houve os seguintes filhos:

1. Cleto da Costa Campelo
2. Emilia da Costa Campelo
3. Cyro da Costa Campelo
4. Clóvis da Costa Campelo

Qn 2.2.2.9.3.4 – Maria Teodora de Sá Barreto

Maria (Theodora) de Sá Barreto, casada com um Paes Barreto, sem sucessão.

Qn 2.2.2.9.3.5 – Ana Joaquina de Sá Barreto

Ana (Joaquina) de Sá Barreto, solteira.

Do segundo matrimônio do Sargento-mor Francisco Antônio de Sá Barreto I com Josefa Thómasia Telles de Menezes, filha do Capitão Ignácio de Barros e de D. Laura Teresa de Ornellas nasceram 5 filhos, um cujo nome é ignorado, falecido na expedição militar à serra do Rodeador, em Bonito, em 1820, onde seu irmão Antonio Pedro também lutou, sendo apresentada a descendência dos outros quatro.

Qn 2.2.2.9.3.6 – Ignacio de Barros Barreto

Ignácio de Barros Barreto, provavelmente nascido em torno de 1799-1800. Estava à frente do engenho Macugé em 1827. Proprietário, agricultor e senhor do engenho Macugé.

Foi delegado do 2º distrito do Recife (...), tendo sido demitido de suas funções por Manoel de Sousa Teixeira em julho de 1845 (...). Recebeu à mercê de Comendador da Ordem de Cristo por decreto de 2 de dezembro de 1854. Faleceu antes de 1857, pois neste ano o engenho estava sob a direção da viúva que tinha, então, 55 anos de idade.

Casou-se a 14 de fevereiro de 1825 com D. Ana Maria Francisca de Paula Cavalcanti (Albuquerque), após casada conhecida simplesmente como Ana do Rego Barros, filha do coronel Francisco do Rego Barros e de D. Maria Ana Francisca de Paula Cavalcanti (de Albuquerque ?) (irmã do Conde da Boa Vista ?), filha do coronel Francisco

Xavier Cavalcanti de Albuquerque, Coronel Suassuna, e de sua mulher D. Felipa Cavalcanti de Albuquerque, senhores do engenho Suassuna. Falecida em 3 de setembro de 1876. Foram pais de, conforme o convite da missa mandada celebrar por Antonio Pedro de Sá Barreto:

1. Dr. Francisco do Rego Barros Barreto
2. Ignácio de Barros Barreto Júnior
3. Manoel do Rego Barros Barreto
4. Felipe do Rego Barros
5. Maria da Conceição do Rego Barros
6. Luiza do Rego Barros
7. D. Maria Ana Cavalcanti Barreto de Sousa Leão
8. D. Luiza Josefa Cavalcanti Barreto

Sx 2.2.2.9.3.6.1. Francisco do Rego Barros Barreto, nascido em 1826, bacharel (não consta das listas da Faculdade de Direito do Recife). Em 1857, com 31 anos de idade, era solteiro e vivia com a mãe viúva e as duas irmãs no engenho Macugé, do qual era, então, rendeiro. Em 14 de março de 1855, por decreto imperial recebeu à mercê de Oficial da Ordem da Rosa (...). Em 31 de outubro recebeu à mercê de Grau de Dignatario da Ordem da Rosa. Foi Senador do Império ?

Sx 2.2.2.9.3.6.2. Ignácio de Barros Barreto Júnior, nasceu em 23 de julho de 1827 e batizou-se em 4 de outubro do mesmo ano (...).

Recebeu à mercê de Oficial da Ordem da Rosa, por decreto de 14 de março de 1860 e, ainda em 10 de maio de 1871 solicitou adiamento da sua presença para receber o título. Em 2 de outubro de 1872, em sua residência, realizou uma reunião destinada à fundação da Sociedade Auxiliadora da Agricultura. Substituiu o pai na direção do engenho Macugé.

Falecido a 3 de novembro de 1887 (DP..) com 60 anos. Ter-se-ia formado em 1849 nos Cursos Jurídicos de Olinda (EMPB); tornou-se engenheiro?

Casou com D. Maria Ana Cavalcanti Rego Barros de Lacerda (Barreto, após o casamento), filha do Barão e Baronesa de Ipojuca. Pais de:

Maria Ana de Barros Barreto (6ª), maior

Ignácio de Barros Barreto, Dr., maior

Francisco de Barros Barreto, maior.

Josefa do Rego Barros, casada com o Dr. Francisco do Rego Barros

De genealogia dos Lacerda consta Dr. Ignacio em tela casado com Maria Ana do Rego Barros de Lacerda (fl. 5), com os seguintes filhos:

Ignácio de Barros Barreto

Maria Ana, freira

Francisco de Paula de Barros Barreto

Josefa de Barros Barrero

João de Barros Barreto

Francisca de Barros Barreto

Ana de Barros Barreto

Felipe de Barros Barreto

Luisa de Barros Barreto

Ignácio de Barros Barreto, filho primogênito do Dr. Ignacio de Barros Barreto e de D. Maria Ana do Rego Barros de Lacerda, casou com Theresa Cavalcanti de Albuquerque (fl.5 da genealogia Lacerda), sendo pais de:

Maur de Barros Barreto, oficial de Marinha

Ana Maria

Francisco Xavier, que estuda em Londres

Maria Ana

Maria da Conceição

Ignacio de Barros

Ignes de Barros

Antônio Luis

Luis Antonio

Franklin

Theresa Maria

Maria das Dores

Maria Theresa

Sx 2.2.2.9.3.6.3. Manoel de Barros Barreto, bacharel. Casou com D. Carlota de Barros Barreto, nascida em 1835, falecida aos 42 anos, em 3 de janeiro de 1877 (DP.,..). Ele faleceu aos 50 anos, a 28 de novembro de 1881.

Sx 2.2.2.9.3.6.4. Ana Cavalcanti Barreto ou Ana Maria Cavalcanti de Barros Barreto [D. Aninha, RCL]. Em 1857 tinha 21 anos, era solteira e residia com a mãe viúva, no engenho Macugé. Era também, então, co-proprietária do engenho Carnijó, sito na mesma freguesia de Santo Amaro de Jaboatão, do qual era rendeiro Antônio Francisco Paes de Melo Barreto (...).

Co-fundadora do Colégio Eucarístico do Recife, junto com a prima, Maria do Monte (Dondon) Carneiro Campello [RCL.

Sx 2.2.2.9.3.6.5. Maria Ana de Barros Barreto, casada com um Souza Leão ?

Sx 2.2.2.9.3.6.6. Luisa Josefa Cavalcanti Barreto ou Luisa do Rego Barros ou Luiza Barros Barreto, em 1857 com 15 anos, solteira, e sócia da irmã na posse do engenho Carnijó, acima referido.

Sx 2.2.2.9.3.6.7. Maria da Conceição do Rego Barros ?

Nota [YS: de Silvio] – Apesar de não constar da lista de filhos vivos e moradores no engenho Macugé, em 1857, da viúva D. Ana do Rego Barros (Ana Maria Francisca de Paula Cavalcanti Barreto), constam como sendo seus filhos:

3. Manoel de Barros Barreto, engenheiro (3 da lista)
4. Maria Ana de Barros Barreto, casada com um Souza Leão
5. Ana Maria de Barros Barreto, solteira e uma das fundadoras do Colégio do Sagrado Coração de Jesus ou Colégio Eucarístico, do Recife [que subsistiu por 94 anos, RCL].

Qn 2.2.2.9.3.7 – Antônio Pedro de Barros Barreto

Antônio Pedro de Sá Barreto nasceu em 31 de janeiro de 1801 e faleceu a 3 de abril de 1881 (DP. Revista Diária, 5.4.1881).

Aos 16 anos de idade assentou praça voluntariamente no 2º Batalhão de Fuzileiros do Regimento dos Voluntários Leais d'El Rei, que fazia parte da Divisão dos Voluntários Leais d' El Rei, de pomposo título, como assinala F.A. Pereira da Costa e que tinha vindo do Rio de Janeiro para a Província em 1817 (BN.SMss C 190, 13 (7 documentos) e F.A. Pereira da Costa, Anais, v. 8,p.).

Comprometido na revolução de 1817, quando desfrutou, temporariamente, o posto de "capitão", foi preso a 16 de setembro de 1817 (BN,MES, Doc. Hist. Rev 1817, CII, 87) e tornou-se um dos "salvos" pelo Condes dos Arcos, na Bahia (BN, SMes Doc.Rev 1817 v CII, 87).

Em 1820 teria tomado parte no cerco e ataque ao sítio da Pedra ou Serra do Rodeador, no Bonito, onde acampara uma comunidade de fanáticos sebastianistas chefiada por Sebastião José dos Santos, antigo soldado de Milícias, fugido da Lages de Canhoto nas Alagoas; e teria também nesta campanha falecido um seu irmão de nome desconhecido (...).

[YS: parágrafo constante de nota mais antiga]: "Foi provido no posto de alferes por decreto de 16 de novembro de 1820 e ao de Tenente por proposta dos oficiais preteridos, feita pelo governo da mesma Província, em 11 de novembro de 1822, em cumprimento a Régia Portaria de 9 de agosto de 1822".

"Foi promovido ao posto de Capitão da 4ª Companhia em 20 de abril de 1823 por Proposta Geral do mesmo governo. Foi transferido neste mesmo posto para a 1ª Companhia do 1º Batalhão de Caçadores em 13 de setembro de 1824, por decreto de 12 de outubro de 1823. Foi confirmado no referido posto de capitão com retroatividade até 27 de abril de 1823, conforme publicado em Ordem do Dia de 27 de março de 1826".

Em 1824 elevado ao posto de capitão, desta vez legalmente, prestou serviços aos regalistas e marchou para Barra Grande na Província de Alagoas, caindo prisioneiro. Com a chegada do Brigadeiro Lima e Silva, como participante do Exército Cooperativo, comandou duas companhias do seu batalhão (...).

Em 1827 tomou parte na campanha Cisplatina e foi um dos heróis da jornada de Ituzaingo. Passou à Caçapava e, depois, à vila do Rio Pardo, onde acampou em quartéis de inverno (...). Reconhecida a independência da Província Cisplatina, sob o nome de Estado Oriental do Uruguay, foi chamado à corte e incumbido de organizar, em Pernambuco, um corpo militar especial (Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra de 8 de abril de 1831, publicada em Ordem do Dia de 16 de maio seguinte, e em outra Ordem do dia 19 seguinte que se apresentasse).

Fez a Campanha do Sul (Cisplatina) desde 11 de outubro de 1826 até 15 de outubro de 1828.

"Foi promovido ao posto de major para a 12º Batalhão de Caçadores da 1ª Linha por decreto de 5 de fevereiro de 1827, publicado na Ordem do Dia de 2 de abril de 1827".

Resolveu solicitar sucessivas licenças para goza-las na própria Província. "A primeira, por Aviso Imperial de 3 de outubro de 1831, por dois anos; uma segunda de um ano, a meio soldo, iniciada em 24 de setembro de 1833; uma terceira, por dois anos sucessivos com vencimento de tempo e meio soldo, na conformidade da lei à respeito, a terminar em 8 de janeiro de 1835. Por despacho do Exmo. Presidente da Província publicado na Ordem do Dia do dia 3 de janeiro de 1835 e por Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra de 13 de julho de 1838 foi determinado que deveria ser considerado com vencimento de tempo, e meio soldo, e desde 22 de agosto de 1834; finalmente uma quarta licença, na forma da lei, foi-lhe concedida por despacho do Exmo. Sr. Presidente, de 28 de janeiro de 1836".

"Pela Ordem do Dia de 6 de agosto de 1836 foi nomeado Instrutor Geral de Guardas Nacionais da vila do Cabo, em cujo exercício foi removido para a vila de Santo Antão por troca que fez com o desta. Em todo o tempo que esteve no exercício de instrutor gozou três meses de licença. Foi dispensado da função de Instrutor por ofício do Exmo. Sr. Presidente, de 9 de dezembro de 1837, por ter que ocupar outro cargo".

Como major ocupou a Infantaria da Guarda Nacional, recentemente criada. Major, era Comandante das Armas, a 13 de dezembro de 1837 (...). Nomeado depois Tenente-coronel Comandante das Armas da Província (decreto de promoção de 2 de dezembro de 1839), demorou-se sete anos no exercício desse cargo. "Por decreto de 1841 foi promovido ao posto de Tenente-general efetivo, continuando no exercício de Comandante das Armas".

Juiz de fato (jurado), fora excluído da lista do 2º governo de Francisco do Rego Barros, então Barão da Boa Vista (7 de dezembro de 1841 a 13 de abril de 1844).

Foi reformado no posto de coronel e não no de capitão, como informa José Thomaz Nabuco de Araújo, no governo de Antonio Pinto Chichorro da Gama (11 de julho de 1845 a 19 de abril de 1848 (...).

Em 1849, por ocasião da revolução Praieira, o governo confia-lhe o Comando do Corpo de Voluntários da freguesia de Jaboatão.

Em 1862 ocupou a presidência do Conselho de Fornecimento Militar da Província, onde se manteve até a dissolução do mesmo.

Proprietário do engenho Jardim, na freguesia de Santo Amaro de Jaboatão, entregou-se após a abdicação de D. Pedro I, à vida agrícola e consta que esteve à frente do mesmo deste ano até , pelo menos, o de 1860.

Publicou em jornais a história da batalha de Ituzaingo.

Foram-lhe atribuídos os seguintes títulos honoríficos: Hábito da Ordem Militar de São Bento de Aviz por decreto de 2 de outubro de 1840 (AN Cx 785, Doc. 153); Comendador da Ordem Militar de São Bento de Aviz por decreto de 18 de julho de 1841 (AN, Cx 785, Doc. 21); Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo. Citado em menção honrosa e distinguido com a Medalha da Guerra (do Paraguay) por S.M.I, Pedro II, não quiz nunca fazer uso dela.

Casou-se na Província de S. Pedro do Rio Grande (Rio Grande do Sul), em 1831, com Cezaria Firmina Ribeiro de Faria (Cezaria Firmina Ribeiro Barreto, depois do casamento), descendente de ilustres famílias gaúchas, inclusive da família do Visconde de Piratininga.

D. Cezaria, nascida em 1817, em 1857 morava com quase todos os filhos no engenho Jardim e tinha 40 anos de idade (DP, engenho Jardim de Jaboatão, 18.9.1857 – O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste, V2, fls. 500 e 612).

O coronel Antônio Pedro faleceu a 3 de abril de 1881, com 80 anos; por especial permissão da municipalidade do Recife foi sepultado na capela do antigo engenho da Torre, hoje matriz do bairro do mesmo nome; D. Cezaria Firmina faleceu a 17 de dezembro de 1885, no Recife.

Tiveram os seguintes filhos:

I-1 – Emerenciana Argemira Ribeiro Barreto, em 1857 com 24 anos.

I-2 – Maria do Carmo Ribeiro Barreto, em 1857 com 23 anos.

I-3 – Francisco (Antonio) de Sá Barreto, em 1857 com 22 anos.

I-4 – Celestina Eugênia Ribeiro Barreto, com 18 anos.

I-5 – Joaquim Felício de Sá Barreto, 17 anos.

I-6 – Antonio Pedro de Sá Barreto Júnior, 12 anos.

I-7 – Ana Margarida Ribeiro Barreto, 9 anos.

I-8 – Daria Theodora Ribeiro Barreto, 8 anos.

I-9 – Laura Edelburque (Edelbruges) Ribeiro Barreto, 4 anos.

[YS: Anota também uma Cesaria Ribeiro de Sá Barreto, da qual apresenta a descendência, situando-a entre Francisco e Celestina. Muito possivelmente já era casada em 1857 e por isso não figurava entre os filhos residentes no engenho Jardim].

[YS: Em nota rabiscada ao lado e cartões apensos]:

"Antônio Victor de Sá Barreto (ver adiante), falecido antes de 27.9.1894. Casou com Francisca Catarina Wanderley Barreto. Pais de:

1. Bacharel Antônio Victor de Sá Barreto casado a 27.9.1894 em oratório particular, com Constança Perpetia do Rego Motta, em presença do vigário Augusto Franklin Moreira da Silva e das testemunhas D. Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Coronel Cussy Juvenal do Rego, o nubente filho de Antônio Victor de Sá Barreto, já falecido, e de Francisca Carolina Wanderley Barreto, natural de Jaboatão, e a nubente filha de Manoel José da Mota e de Florinda Perpetua do Rego, natural da freguesia de Santo Antonio (Boa Vista, L 7, fl. 47v).
2. Josefa Cavalcanti de Sá Barreto. Casa a 29.3.1898, na matriz de S. José (L 7, fl. 137) com João Adriano de Mello Dutra Filho, sendo testemunhas o Dr. Antônio Victor de Sá Barreto e o Alferes José Luis, o nubente filho de João Adriano de Mello Dutra e de Isabel dos Santos Pinheiro Dutra, natural desta freguesia, e a nubente filha do Dr. Antonio Victor de Sá Barreto e de Francisca Natália Wanderley Cavalcanti Barreto, natural da freguesia de Afogados.

Em inventário de 1868, de Ignacia Bernarda Lins e Pedro Cavalcanti Wanderley, é herdeira, entre outros, Francisca Natalícia Cavalcanti de Sá Barreto, casada com Antônio Victor de Sá Barreto, e filha de Pedro Cavalcanti Wanderley e Ana Joaquina Cavalcanti Uchoa (segunda mulher).

Francisca Carolina é chamada por Orlando Cavalcanti Francisca Natalícia e seria filha do Tenente-coronel Pedro Cavalcanti Wanderley e de sua segunda esposa D. Ana Joaquina Cavalcanti Uchoa. Residiram no engenho Japaranduba e, em 30.11.1866 no engenho Catende, sitos na Comarca de Palmares".

Sx 2.2.2.9.3.7.1

I-1 – Emerenciana Argemira Ribeiro Barreto, nascida em 1833, pois, em 1857, moradora no engenho Jardim, tinha 24 anos. Faleceu solteira.

Sx 2.2.2.9.3.7.2 Maria do Carmo Ribeiro Barreto, nascida em 1834 pois, em 1857, moradora no engenho Jardim, tinha 23 anos. Faleceu solteira.

Sx 2.2.2.9.3.7.3 – Francisco (Antônio) de Sá Barreto, nascido a 15 de dezembro de 1835. Em 1857, morador no engenho Jardim, tinha 22 anos e era solteiro.

Em 1860 era Tenente da 6ª Companhia do 3º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da freguesia de Jaboatão (...). Ascendeu sucessivamente aos postos de capitão e major.

Já major, casou-se a 19 de dezembro de 1862 com D. Francisca Tereza Carneiro Leão, passando a Carneiro de Sá Barreto, filha de Manoel Neto Carneiro Leão (Filho), proprietário dos engenhos Coimbra e do Monte, que fundou e de D. Maria Theodora de Barros Campello, filha do Coronel José Mendes da Silva e de sua segunda mulher D. Paula Maria de São Pedro (...); esta era a 16ª filha de Virginio Rodrigues Campelo, o Mato Grosso, capitão de Auxiliares da Praça do Recife, e de Francisca Theresa de Jesus de Barros (...). Para Orlando Cavalcanti há dúvida na paternidade de D. Francisca Teresa, que talvez possa ser filha de Antonio Carneiro Leão, do Cabo (...).

D. Francisca Teresa faleceu a 14 de outubro de 1871 (Sto. Antonio, L 20, fl. 50), deixando os seguintes filhos:

1. Francisca Carneiro de Sá Barreto, nascida a 23 de janeiro de 1864. Casada, faleceu de parto aos 27 ou 21 anos (DP, 22.10.1871).

2. Cezaria Carneiro de Sá Barreto, nascida a 12 de março de 1865, solteira.

3. Manoel Carneiro de Sá Barreto.

4. Ana Carneiro de Sá Barreto, nascida a 14 de maio de 1868.

5. Adélia Carneiro de Sá Barreto, nascida em 1869 (?)

6. Maria do Carmo Carneiro de Sá Barreto.

7. José Carneiro de Sá Barreto, nascido a 4 de outubro de 1871, solteiro.

St 2.2.2.9.3.7.3.3. Manoel Carneiro de Sá Barreto, nascido a 11 de janeiro de 1867. Casou-se com D. Maria Ortance (Hortência ?) de Vasconcellos, filha do Capitão José Francisco de Moraes Vasconcellos e de sua mulher D. Digna de Moraes Vasconcellos. Sem sucessão.

St 2.2.2.9.3.7.3.6. Maria do Carmo Carneiro de Sá Barreto, nascida a 8 de fevereiro de 1870. Casou-se com o Capitão Antônio Martins Pereira, filho do Capitão Alfredo de Albuquerque Martins Pereira e de sua mulher D. Joaquina Franca Martins Pereira, com sucessão.

Sx 2.2.2.9.3.7.4 – Celestina Eugênia Ribeiro Barreto

[YS: Em outro passo, seguindo Nazareno, a chama de Cezaria Ribeiro de Sá Barreto. Ao constatar a diversidade de nome, adota o nome constante em 1857 mas ao fornecer a genealogia muda para Cezaria].

Cezaria Ribeiro de Sá Barreto, nascida a 26 de maio de 1837 (fl. 57, Nazareno) (Diogo L3, p. 637 no.6 e 649).

Casou-se a 12 de setembro de 1855, constituindo-se na terceira esposa de Virginio Carneiro Leão, irmão do coronel Braz Carneiro Leão (Barão de S. Braz), ambos filhos do primeiro matrimônio de Manoel Carneiro Leão, nascido em 1779 e falecido em 1847 e de D. Maria do Carmo Diniz Bandeira, netos paternos de Virginio Rodrigues Campelo (II) e de D. Rita Josefa de Jesus e netos maternos de Antonio de Sousa Bandeira e de D. Ana Isabel Brígida Carneiro (...). Virginio Carneiro Leão viveu no seu engenho Contraçude, na freguesia de Jaboatão, tendo falecido no Recife.

Tiveram os seguintes filhos:

1. Braz Barreto Carneiro Leão
2. Cesaria Barreto Carneiro Leão
3. Maria do Carmo Barreto Carneiro Leão
4. Virginio Barreto Carneiro Leão

Diogo Soares refere apenas 3 filhos. Nazareno informa os 4 (pg. 65 e 66).

St 2.2.2.9.3.7.4.1. Braz Barreto Carneiro Leão. Casou-se a 7 de setembro de 1893 com D. Augusta Siqueira ou Agnela de Faria (Diogo, L 3, fl. 652). Pais de:

Maria Amélia de Siqueira Carneiro Leão, nascida a 26 de novembro de 1896.

José Arnaldo de Siqueira Carneiro Leão, nascido a 23 de maio de 1898.

St 2.2.2.9.3.7.4.2. Cesaria Barreto Carneiro Leão, pernambucana de Jaboatão, nascida em 1835 (YS: data claramente errada ! – deve ser 1857, pouco mais pouco menos; a data acima está confundida com a da mãe). Casou-se duas vezes.

A primeira a 28 de julho de 1877 (1ª aclamação a 2.7.1877) com seu primo Demócrito Carneiro Rodrigues Campelo, nascido a 19 de maio de 1856, filho de Manoel Thomaz Rodrigues Campello e de sua mulher D. Maria do Carmo Carneiro Leão, filha de José Mendes Carneiro Leão e de sua mulher Maria de Santana Diniz Bandeira (??). Passou a chamar-se Cesaria Barreto Carneiro Campello. Não teve filhos deste primeiro matrimônio.

D. Cesaria Barreto Carneiro Leão casou-se em segundas núpcias com seu cunhado Leopoldo Rodrigues Campello, irmão de seu primeiro marido, nascido Leopoldo a 16 de março de 1850. O casamento realizou-se a 15 de abril de 1893. Leopoldo faleceu a 3 de junho de 1893 (DP, 4.6.1886) [YS: outras datas erradas, uma vez que não pode ter casado em 1893, mas antes de 1878; e caso a citação do jornal esteja correta, faleceu em 1886, o que é compatível com o nascimento do último filho, em 1885]. Tiveram os seguintes filhos:

I – Virginio Barreto Carneiro Campello, nascido a 12 de junho de 1878. Casou-se com D. Iracema de Barros Pimentel a 8 de dezembro de 1917, sendo filha de Antonio de Barros Pimentel e de D. Elena Luisa e Lima Pimentel. Virginio e Iracema tiveram:

Maria Luiza Carneiro Campello, nascida a 19.6.1918.

João Baptista Carneiro Campello, nascido a 24.6.1928.

II – Manoel Barreto Carneiro Campello, nascido a 26 de agosto de 1879. Casou-se a 9.1.1912 com D. Ana Isabel Carneiro da Cunha, filha de José Mendes Carneiro da Cunha e de D. Ana Isabel Carneiro da Cunha.

III – Antônio Barreto Carneiro Campello, nascida a 18 de setembro de 1880 e falecido solteiro, a 24 de abril de 1900.

IV- Maria do Carmo Barreto Carneiro Campello, nascida a 18 de outubro de 1881. Casou com Júlio César de Moraes Pimentel. Pais de:

Djalma Pimentel Campelo, casou com Milton Ferreira Dantas, filho de Manoel Ferreira Dantas e D. Catarina Dantas. Pais de:

Gilberto Pimentel Dantas, casado com Corina Leitão, filha de Joaquim Moreira Leitão e D. Flora Mendes. Pais de:

Fernando Leitão Pimentel

Hilton Leitão Pimentel

Ângela Pimentel Dantas

Gilberto Campelo Pimentel (YS: pela numeração, há uma confusão entre este e seu sobrinho Gilberto Pimentel Dantas – o casamento do último pode se referir a este)

Adelaide Campelo Pimentel, casou com Luiz Leitão, filho de Joaquim Moreira Leitão e D. Flora Mendes.

Edson Campelo Pimentel

Aida Campelo Pimentel

V – José Barreto Carneiro Campello, nascido a 21 de abril de 1883. Casou com D. Maria Isabel Leal Cavalcanti, filha de José Francisco do Rego Cavalcanti e de D. Isabel Maria Leal. Pais de:

D. Carmen Cavalcanti Carneiro Campelo, nascida a 5.12.1912, casou com Arlindo Cordeiro Pires, filho de Manoel Cordeiro Pires e de D. Maria Luiza. Pais de:

Carmen Cordeiro Pires, nascida a 5.11.1929.

Maria Lúcia Cordeiro Pires, nascida a 13.11.1930.

José Otavio Cordeiro Pires, nascido a 23.11.1931.

Lúcia Maria Cordeiro Pires, nascida a 12.7.1933.

Evaldo Luiz Cordeiro Pires, nascido a 29.12.1934.

Maria Ângela Cordeiro Pires, nascida a 19.7.1935.

Dulce Maria Cavalcanti Campelo

Maria de Lourdes Cavalcanti Campelo, nascida a 23.4.1914.

Manoel Cavalcanti Campelo, nascido a 10.4.1919.

VI – Adalberto Barreto Carneiro Campello, nascido a 3 de abril de 1885. Casou com D. Maria Amélia Rodrigues Barreto Campelo [Melinha, falecida em 1969, RCL], filha de João Carneiro Rodrigues Campello e de sua prima D. Laura de Sá Barreto.

Temos a impressão que o certo é (...) Manoel Thomaz Rodrigues Campello, senhor do engenho da Torre, no Recife. Consorciado com D. Francisca Margarida Diniz Bandeira, filha de Domingos Fernandes de Sousa Bandeira e de D. Mária Diniz Bandeira, com ampla sucessão.

St 2.2.2.9.3.7.4.3. Maria do Carmo Barreto Carneiro Leão, nascida a 4 de janeiro de 1860 (fl. 55 e 65, Nazareno). Casou-se a 7 de fevereiro de 1880 com o Dr. Antero de Medeiros Furtado, pernambucano de Rio Formoso, filho de Antero Manoel (ou Manoel Antero) de Medeiros Furtado e de sua mulher D. Joana Alexandrina de Medeiros Furtado. Pais de:

I – Virginio Medeiros Furtado, faleceu solteiro.

II – Américo Carneiro de Medeiros Furtado

III – D. Maria Stela Carneiro Medeiros Furtado, casada com Cassiano Felix de (Araújo)

IV – Artur Carneiro de Medeiros Furtado

V – Oscar Carneiro de Medeiros Furtado

St 2.2.2.9.3.7.4.4. Virginio Barreto Carneiro Leão.

Casou-se duas vezes. A primeira, a 14 de agosto de 1889, com D. Clotilde de Lassere, filha de Raymundo Bernardo Lassere e de sua mulher D. Clementina de Carvalho Lassere, a qual (Clotilde) faleceu a 25 de setembro de 1892, sem descendência.

A segunda, a 1 de março de 1894 com sua prima D. Rita Bandeira Carneiro Leão, filha única de Antônio Bandeira Carneiro Leão e de sua mulher D. Maria Theodora Carneiro Leão, casados a 13.6.1867, filho ele de Antônio Bandeira Carneiro Leão e de sua mulher D. Maria do Carmo Carneiro Leão, e filha (ela) de José Mendes Carneiro Leão e de sua segunda mulher D. Rita Josefa Carneiro Leão.

Deste matrimônio nasceram os seguintes filhos:

I – Maria da Conceição Carneiro Leão, nascida a 21.11.1895 (ou 21.1).

II – Antônio Luis Carneiro Leão, nascido a 6 de junho de 1896.

III – Maria Luisa Carneiro Leão, nascida a 17 de setembro de 1897.

IV – Maria Augusta Carneiro Leão, nascida a 30 de março de 1899.

Sx 2.2.2.9.3.7.5 – Celestina Ribeiro de Sá Barreto ou Celestina Eugênia Ribeiro de Sá Barreto

Celestina Ribeiro de Sá Barreto ou Celestina Eugênia Ribeiro de Sá Barreto, nascida em 1839 (em 1857 tinha 18 anos).

Casou-se com José Marques Carneiro Leão, nascido a 18 de maio de 1836, primogênito do primeiro casamento de seu cunhado Virginio Carneiro Leão com D. Maria Claudina do Espírito Santo, filha do português José Marques. D. Celestina faleceu em 1898.

Foram pais de:

1. Maria do Carmo Carneiro Leão, faleceu solteira.
2. Cesaria Barreto Carneiro Leão.
3. Virginio Marques Carneiro Leão
4. Ignacia (Barreto) Carneiro Leão, faleceu solteira.
5. Maria da Conceição Carneiro Leão.
6. Emerenciana Carneiro Leão, solteira.
7. Antônio Pedro Carneiro Leão,
8. Manoel Marques Carneiro Leão
9. Adelaide Carneiro Leão
10. Dr. Pedro Augusto Carneiro Leão

St 2.2.2.9.3.7.5.2. Cesaria Barreto Carneiro Leão. Casa-se a 12 de julho de 1979 com Antônio Augusto de Vasconcelos, cearense, Dr., filho do major Justino Augusto de Vasconcellos e de sua mulher D. Francisca Cândida de Vasconcellos (ou Francisca da Costa, DS.Ch 638). Faleceu em 29 de abril de 1941. Foram pais de:

I – Julia Carneiro de Vasconcellos

II – Carlos Carneiro Leão de Vasconcellos, engenheiro.

III – Arthur Carneiro de Vasconcellos.

IV – Abner Carneiro de Vasconcellos.

V – Nilo Carneiro de Vasconcellos.

VI – Jayme Carneiro de Vasconcellos.

VII – Maria Augusta Carneiro de Vasconcellos.

VIII – Edgar Carneiro de Vasconcellos.

IX – Ester Carneiro de Vasconcellos.

X – Hilda Carneiro de Vasconcellos.

XI – Carmen Carneiro de Vasconcellos.

XII – César Carneiro de Vasconcellos.

XIII – Waldo Carneiro de Vasconcellos.

XIV – Carmen Carneiro de Vasconcellos.

XV – Thales Carneiro de Vasconcellos.

Ot 2.2.2.9.3.7.5.2.1 – Júlia Carneiro Leão Vasconcellos. Solteira.

Ot 2.2.2.9.3.7.5.2.2 – Carlos Carneiro Leão Vasconcellos, engenheiro, casado com D. Dulani dos Santos. Pais de:

Augusto Carlos Santos Vasconcellos, engenheiro.

Ot 2.2.2.9.3.7.5.2.3 – Dr. Arthur Carneiro Leão Vasconcelos. Falecido em 13.5.1889. Casou com Dolores da Silveira. Pais de:

Cecília Dolores de Vasconcelos, casada com o Dr. João Carlos de Noronha. Pais de:

João Luiz

Maria Célia

Maria Dolores

Ot 2.2.2.9.3.7.5.2.4 – Desembargador Abner Carneiro Leão Vasconcelos, casado com Marieta Furtado. Pais de:

(1) Dr. Amilcar Furtado de Vasconcelos, advogado.

(2) Dr. Abner Furtado de Vasconcelos, médico, casado com Maria Ester Machado. Pais de:

Abner

(3) Maria Alice de Vasconcelos, casada com Dr. Luiz Canale, médico. Pais de:

Maria Josefina

Luiz Januario

Sérgio

Eduardo

(4) Dr. Antônio Augusto de Vasconcelos

(5) Dr. Abner de Vasconcelos

(6) Maria Alice de Vasconcelos

(7) Alter, faleceu menino

Ot 2.2.2.9.3.7.5.2.5 – Dr. Nilo Carneiro de Vasconcelos. Advogado, casado com Zoé Calvet. Pais de:

Dr. Jaime Augusto Carvet de Vasconcelos

Tereza Calvet de Vasconcelos

Nilo Carvet de Vasconcelos

Ot 2.2.2.9.3.7.5.2.6 - Dr. Jaime Carneiro Leão Vasconcelos, advogado, casado com Odila Gonçalves. Pais de:

(1) Carlos de Vasconcelos

(2) Dr. Jorge Augusto de Vasconcelos, advogado.

(3) Nilza de Vasconcelos, casada com Dr. Fernando Haddock Lobo. Pais de:

Fernando

(4) Leilah de Vasconcelos

(5) Guilhermo Augusto de Vasconcelos

(6) Guilherme Augusto de Vasconcelos

Ot 2.2.2.9.3.7.5.2.7 – Maria Augusta de Vasconcelos, casada com Luiz da Silva Braga, falecida em 1921, sem descendência.

Ot 2.2.2.9.3.7.5.2.8 – Dr. Edgard Carneiro Leão Vasconcelos, advogado, casado com Maria Fiúza. Falecido a 26.4.1926. Sem descendência.

Ot 2.2.2.9.3.7.5.2.9 – Hilda Carneiro Leão Vasconcelos, solteira.

Ot 2.2.2.9.3.7.5.2.10 – Ester Carneiro Leão Vasconcelos, solteira.

Ot 2.2.2.9.3.7.5.2.11 – Carmen Carneiro Leão Vasconcelos.

Ot 2.2.2.9.3.7.5.2.12 – Dr. César Carneiro Leão Vasconcelos, advogado.

Ot 2.2.2.9.3.7.5.2.13 – Dr. Waldo Carneiro Leão Vasconcelos.

Ot 2.2.2.9.3.7.5.2.14 – Carmen Carneiro Leão Vasconcelos (2ª)

Ot 2.2.2.9.3.7.5.2.15 – Dr. Thales Carneiro Leão Vasconcelos.

St 2.2.2.9.3.7.5.3. Virginio Marques Carneiro Leão (Diogo, vol. 3, p. 641). Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Foi nomeado lente substituto. Ocupou, interinamente, o cargo de lente de filosofia do extinto curso anexo da mesma faculdade. Casou com D. Maria Olindina de Mello, nascida na freguesia do Poço da Panela no Recife e de D. Francisca Teixeira de Mello, neta paterna de José Antonio Gonçalves de Mello e de D. Teresa Cordulina Barrados de Mello e neta materna de Felix da Cunha Teixeira e de Maria Sebastiana Teixeira de Mello. Pais de:

I- Ester Carneiro Leão

II – Valdemar Carneiro Leão

III – Oscar Carneiro Leão

IV – Albertina Carneiro Leão

V – Nelson Carneiro Leão

VI – Carmen Carneiro Leão

VII – Gilberto Carneiro Leão, faleceu jovem.

VIII – Hilda Carneiro Leão, faleceu jovem

[YS: Ao relacionar a descendência, acrescenta mais]:

VIII – Humberto Carneiro Leão

X – Hilton Carneiro Leão.

XI – Eunice Carneiro Leão

Ot 2.2.2.9.3.7.5.3.1 – Ester Carneiro Leão, que casou a 3 de maio de 1912 com o Dr. João Cabral de Melo Filho (ou Júnior), nascido a 26 de junho de 1887, filho do Dr. João Cabral de Melo e de D. Maria Rita de Sousa Leão (vol. 3, f. 387, L. 1 e p. 392, onde segue a descendência). Pais de:

Maria Rita Cabral de Mello, nascida a 17.4.1914 e falecida em 1939 [atropelada por um automóvel em frente ao Colégio Eucaristico, onde estudava, RCL].

Ot 2.2.2.9.3.7.5.3.2 – Dr. Waldemar Carneiro Leão, advogado, que se casou com D. Jandira Pontual. Pais de:

Gilberto Pontual Carneiro Leão

Silvio Pontual Carneiro Leão

Dr. Manoel Pontual Carneiro Leão

Lucilio Pontual Carneiro Leão

Valério Pontual Carneiro Leão

Ot 2.2.2.9.3.7.5.3.3 – Oscar Carneiro Leão, que se casou com D. Helena Ramos da Costa, sem descendência.

Ot 2.2.2.9.3.7.5.3.4 – D. Albertina Carneiro Leão [nascida em 1892, RCL], que se casou com Dr. Ulisses Pernambucano de Mello, filho do Dr. José Antônio Gonçalves de Melo, médico. Pais de:

(1) Dr. José Antonio Gonsalves de Mello, nascido a 9.6.1900 [1916]. Bacharel, que se casou com D. Ivone Sara da Cunha Inácio, nascida na Paróquia da Ajuda, Lisboa, em 9.10.1915, filha de Veríssimo José Inácio e de Elisa da Conceição Cunha, neta paterna de José Inácio e de Luisa Rosa, neta materna de Alfredo Pereira da Cunha e de Maria da Conceição Cunha. Pais de:

I - Diva Maria Gonsalves de Mello, nascida a 1 de maio de 1941, que casou com João Alfredo dos Anjos [natural de Bom Conselho]. Pais de:

João Alfredo dos Anjos Júnior, nascido a 30.11.1968.

Pedro Eduardo Mello dos Anjos, nascido a 5.7.1972.

Maria Izabel Mello dos Anjos, nascida a 25.5.1978.

II - Maria Dulce Gonsalves de Mello, nascida em 30 de março de 1943, que casou com Antônio Aurélio de Oliveira Ventura. Pais de:

Aurélio José Gonsalves de Mello Ventura, nascido a 30.5.1972.

Antônio Guilherme Gonsalves de Mello Ventura, nascido a 1.6.1973.

Afonso Henrique Gonsalves de Mello Ventura, nascido a 7.3.1977.

Artur Eduardo Gonsalves de Mello Ventura, nascida a 10.10.1978.

III - Ulysses Pernambucano de Mello Neto, nascido no Recife a 6 de julho de 1946, que casou com Virginia Mendonça. Pais de:

Ana Pernambucano de Mello, nascida a 17.8.1978.

Daniel Pernambucano de Mello, nascido a 24.3.1986.

(2) Dr. Jarbas Pernambucano de Melo, médico, que se casou com D. Amy Seixas, filha de Manuel Seixas e de D. Laurinda. Pais de:

Frederico Pernambucano de Mello

Ulysses

Ot 2.2.2.9.3.7.5.3.5 – Nelson Carneiro Leão, nascido em 16 de janeiro de 1895. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, turma de 1917. Advogado. Fiscal do antigo Ginásio Pernambucano. Procurador Regional Eleitoral. Procurador Geral da Prefeitura Municipal do Recife. Presidente eleito da Ordem dos Advogados do Brasil, secção de Pernambuco. Faleceu em 7 de outubro de 1952, antes de tomar possa na OAB-PE. Casou com Maria Alves da Silva (Carneiro Leão), nascida em 9 de junho de 1900, filha do Dr. José Roberto da Silva e de D. Ana Menezes. Pais de:

(1) Nilson Carneiro Leão, nascido em 24.12.1921. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, turma de 1944. Juiz de Direito aposentado.

(2) Nildo Carneiro Leão, nascido em 25.12.1922. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, turma 1948. Procurador Geral, aposentado, da UFPE. Advogado.

(3) Nilza Carneiro Leão (Guimarães), nascida em 19.2.1924. Casada com Ruy de Azevedo Guimarães.

(4) Nilzardo Carneiro Leão, nascido em 27.9.1930. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, turma de 1944. Advogado de Ofício, por concurso, do Serviço de Assistência Judiciária do Estado. Ex-juiz do Tribunal Regional Eleitoral. Ex-membro do Conselho Penitenciário de Pernambuco. Membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciaria, do Ministério da Justiça. Membro do Conselho Diretor da FUNDAj. Professor Titular da Faculdade de Direito do Recife, da UFPE. Pró-Reitor Adjunto da Pró-Reitoria de Assuntos Culturais e Intercâmbio Científico – PROACIC. Advogado.

Ot 2.2.2.9.3.7.5.3.6 – Carmen Carneiro Leão, que se casou a 26.12.1917, com o Dr. Luis Antônio Cabral de Mello, nascido em 9.12.1894, filho do Dr. João Cabral de Melo e de D. Maria Rita de Sousa Leão (Diogo, vol. 3, fl. 387, no. 7). Pais de:

(1) Virginio Marques Cabral de Melo

(2) João Cabral de Melo Neto, nascido a 9.1.1920.

(3) Leda Cabral de Melo.

(4) Mauricio Cabral de Melo.

(5) Claúdio Cabral de Melo.

(6) Maria de Lourdes Cabral de Melo.

(7) Evaldo Cabral de Melo, nascido a 20.1.1936.

Nt 2.2.2.9.3.7.5.3.6.1 Virginio Marques Cabral de Melo, nascido a 11.10.1918, que se casou a 22.5.1944, com D. Carmelia Moscoso, filha de Salvador Moscoso e de D. Inácia de Sá Carneiro e tem:

Rosa Maria, nascida a 11.1.1945.

Carmen Maria, nascida a 13.12.1946.

Teresa Cristina, nascida a 21.3.1948.

Oscar Cabral de Melo, nascido a 19.5.1956.

Nt 2.2.2.9.3.7.5.3.6.2 João Cabral de Melo Neto, diplomata e poeta, nascido a 9.1.1920, que se casou a 22.2.1946 com D. Stela Maria Barbosa de Oliveira, filha do Dr. Antônio (Armênio) Barbosa de Oliveira e de D. Agnes Nastisge, e tem:

Rodrigo, nascido a 5.11.1947.

Inês, nascida a 24.4.1948.

Luiz, nascido a 31.1.1955.

Nt 2.2.2.9.3.7.5.3.6.3 Leda Cabral de Melo, nascida a 2.7.1922, faleceu menina.

Nt 2.2.2.9.3.7.5.3.6.4 Mauricio Cabral de Melo, nascido a 26.4.1925, que se casou com Aida Barros, e tem:

Maria Clara, nascida a 8.2.1950.

Nt 2.2.2.9.3.7.5.3.6.5 Claudio Cabral de Melo, nascido a 25.2.1928, que casou com Carmen Mello, filha de Ulysses Freire e de D. Maria de Menezes.

Nt 2.2.2.9.3.7.5.3.6.6 Maria de Lourdes Cabral de Melo, nascida a 6.3.1929.

Nt 2.2.2.9.3.7.5.3.6.7 Evaldo Cabral de Melo, nascido a 20.1.1936. [YS: diplomata e historiador. Grande amigo de Sylvio Campos Paes Barreto.

Ot 2.2.2.9.3.7.5.3.7 – Dr. Abelardo Carneiro Leão, que se casou com D. Luiza. Pais de:

(1) Haroldo Carneiro Leão.

(2) Telmo Carneiro Leão.
(3) Emanuel Carneiro Leão.
(4) Tarcilio Carneiro Leão.
(5) Maria Elizabeth Carneiro Leão.
(6) Carlos Virginio Carneiro Leão.
(7) José Geraldo Carneiro Leão.
(8) João Carneiro Leão.

Ot 2.2.2.9.3.7.5.3.8 – Humberto Carneiro Leão, que se casou com D. Dulce Gonçalves de Mello, filha do Dr. José Antônio Gonçalves de Melo e de D. Maria da Conceição. Pais de:

(1) Ilka Letícia Carneiro Leão.
(2) Fernando Carneiro Leão.
(3) Antonio José Carneiro Leão.

Ot 2.2.2.9.3.7.5.3.9 – YS: Deixa a numeração, mas sem nome.

Ot 2.2.2.9.3.7.5.3.10 – Hilton Carneiro Leão, que se casou com D. Laura Monteiro. Pais de:

(1) José Virginio Carneiro Leão (Caseca)

Ot 2.2.2.9.3.7.5.3.11 – Eunice Carneiro Leão, que se casou com o Dr. Esmeraldo de Albuquerque Henriques. Pais de:

(1) Maria Luiza.

St 2.2.2.9.3.7.5.4 Ignacia (Barreto) Carneiro Leão, faleceu solteira. Para Diogo (p. 637) seria a primeira, falecida solteira.

St 2.2.2.9.3.7.5.5. Maria da Conceição Carneiro Leão, que se casou com seu cunhado Dr. Ezequiel Lopes de Barros, viúvo de sua irmã D. Adelaide. Pais de:

I – Antônio Augusto, falecido menino.

II – Manuel Marques Carneiro Leão, que se casou com D. Maria de Sant'Ana Carneiro Leão, filha de Pedro Augusto Carneiro Leão e de D. Ana Isabel Bandeira Carneiro Leão (p. 636, L 1, c p. 644, onde segue a descendência). [YS: há confusão entre este e o tio abaixo, St 2.2.2.9.3.7.5.8].

St 2.2.2.9.3.7.5.6. Emerenciana Carneiro Leão, que se casou com o primo Virginio Carneiro de Sá Barreto, filho de Joaquim Felício de Sá Barreto e de D. Maria do Carmo Carneiro Leão (p. 648, no. 5, Diogo).

St 2.2.2.9.3.7.5.7. Antônio Pedro Carneiro Leão. Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife (Diogo, p. 658).

Casou-se com D. Maria Pereira de Rezende (DSCM, p. 638, no. 4). Foram pais de (Nazareno informa 2 filhos e Diogo 9 filhos):

I - Domingos Carneiro Leão, falecido (Diogo, p. 643).

II – Maria Augusta Carneiro Leão, faleceu solteira.

III – Domitila Carneiro Leão, freira.

IV – Joaquim Carneiro Leão, que se casou com D. Maria do Rosário Domont. Pais de:

Antonio Pedro Carneiro Leão

Carlos Alberto Carneiro Leão

V – Pedro José Carneiro Leão

VI – Teresa Carneiro Leão

VII – Maria do Rozario Carneiro Leão

VIII – Adolfo Carneiro Leão

IX – Augusto Carneiro Leão

St 2.2.2.9.3.7.5.8. Manoel Marques Carneiro Leão. Foi funcionário da Recebedoria do Estado de Pernambuco.

Casou-se com sua prima D. Maria de Sant'Ana Carneiro Leão, filha de seu tio paterno Pedro Augusto Carneiro Leão e de sua mulher D. Ana Isabel Carneiro Leão. Deste matrimônio nasceram os seguintes filhos:

I – Pedro Augusto Carneiro Leão.

II – José Marques Carneiro Leão.

III – Edgard Carneiro Leão

IV – Izausa Carneiro Leão

V – Djalma Marques Carneiro Leão

VI – Nair Carneiro Leão

VII – Eudes Carneiro Leão

VIII – Mario Marques Carneiro Leão

IX – Rui Marques Carneiro Leão

X – Adalgisa Carneiro Leão

Ot 2.2.2.9.3.7.5.8.1 – Pedro Augusto Carneiro Leão, médico, que casou com D. Maria Ana Monteiro da Cruz. Pais de:

(1) Helena carneiro Leão

(2) Jaime Carneiro Leão

(3) Ruth Carneiro Leão

(4) Maria Aparecida Carneiro Leão

(5) Maria Carneiro Leão

(6) Mozar Carneiro Leão

(7) Neide Carneiro Leão

(8) Hermelinda Carneiro Leão

(9) Maria Carneiro Leão

(10) José Marques Carneiro Leão

(11) Eda Carneiro Leão

Ot 2.2.2.9.3.7.5.8.2 – José Marques Carneiro Leão, que casou com Judite Duarte Ribeiro, filha de Teodomiro Ribeiro Duarte e de D. Maria Amélia. Pais de:

(1) Etelvina Carneiro Leão

Casou em segundas núpcias com D. Maria Celma Uchoa Cavalcanti, filha do Dr. Pedro Celso Uchoa Cavalcanti. Pais de:

(2) Maria Ivanise Carneiro Leão

(3) Ivaldo Carneiro Leão

(4) Ilza Carneiro Leão

(5) Yone Carneiro Leão

Ot 2.2.2.9.3.7.5.8.3 – Edgard Carneiro Leão, casado com D. Adelaide Milet. Pais de:

(1) Nilza Carneiro Leão

Ot 2.2.2.9.3.7.5.8.4 – Izausa Carneiro Leão, que casou com seu primo Armando da Paixão Carneiro Campelo, filho de Manoel Silvio Carneiro Campelo e de D. Ana Isabel Carneiro Leão (Diogo, p. 586, no. 2; Diogo, L 3, 645). [Com dois filhos, Gilvan e Dolores – RCL].

Ot 2.2.2.9.3.7.5.8.5 – Djalma Marques Carneiro Leão, que casou com D. Finola Donegar.

Ot 2.2.2.9.3.7.5.8.6 – Nair Carneiro Leão, que casou com Antônio Falcão de Albuquerque Maranhão. Pais de:

(1) Waldir de Albuquerque Maranhão

(2) Dóris de Albuquerque Maranhão

(3) Dilza de Albuquerque Maranhão

Ot 2.2.2.9.3.7.5.8.7 – Eudes Carneiro Leão, que casou com Aurora Carneiro Barbosa, sem descendência (Diogo, L 3, p. 645).

Ot 2.2.2.9.3.7.5.8.8 – Mario Marques Carneiro Leão, que casou com D. Isaura Campos, sem descendência (Diogo, L 3, 646).

Ot 2.2.2.9.3.7.5.8.9 – Rui Marques Carneiro Leão, que casou com D. Maria Eurídice Vieira [Viana ?]. Pais de:

(1) Manoel Marques Carneiro Leão (Diogo, L 3, 646).

[E mais: Virginio, Rui, Moema, etc. – RCL]

Ot 2.2.2.9.3.7.5.8.10 – Adalgisa Carneiro Leão. Faleceu solteira.

St 2.2.2.9.3.7.5.9. Adelaide Carneiro Leão. Para Diogo, primeira mulher do Dr. Ezequiel Lopes de Barros, sem descendência. (Nazareno, p. 60, a dá como solteira).

St 2.2.2.9.3.7.5.10. Dr. Pedro Augusto Carneiro Leão, nascido a 13 de julho de 1877.

Casou-se a 25 de julho de 1896 com D. Maria Herculana Serrano Gouveia, filha de Francisco Maria Serrano Gouveia e de sua mulher D. Antonia Maria Serrano Gouveia. Foram pais de (Diogo, L 3, 646):

I – Adolfo Gouvea Carneiro Leão, nascido a 7 de fevereiro de 1898.

II – Dr. Arnaldo de Gouvea Carneiro Leão, nascido a 4 de junho de 1899.

III – D. Edith Gouvea Carneiro Leão

IV – D. Noêmia Gouvea Carneiro Leão

V – D. Maria Gouvea Carneiro Leão

VI – Hieroteu Gouvea Carneiro Leão

VII – Durval Gouvea Carneiro Leão

VIII – Ederlindo Gouvea Carneiro Leão

IX – Elizabeth Gouvêa Carneiro Leão

Ot 2.2.2.9.3.7.5.10.1 – Adolfo Gouvêa Careiro Leão, nascido a 7.2.1898, casou com D. Guiomar Vaz, filha de Felício José Vaz e de D. Irinéia de Holanda. Pais de:

(1) Iara Vaz Carneiro Leão
(2) Isaura Vaz Carneiro Leão
(3) Irapoan Vaz Carneiro Leão
(4) Irandi Vaz Carneiro Leão
(5) Ivanise Vaz Carneiro Leão
(6) Itané Vaz Carneiro Leão

Ot 2.2.2.9.3.7.5.10.2 – Dr. Arnaldo Gouvêa Carneiro Leão, médico, casou com D. Heloisa Lins de Almeida. Pais de:

(1) Elizabeth de Almeida Carneiro Leão
(2) Moacir de Almeida Carneiro Leão
(3) Orlando de Almeida Carneiro Leão
(4) Mirian de Almeida Carneiro Leão [c.c. José Carvalho Ferreira da Silva, Zea – RCL].

Ot 2.2.2.9.3.7.5.10.3 – Edith Gouvêa Carneiro Leão, casou com Pedro Guimarães Peixoto. Pais de:

(1) Ascencio Sinésio de Guimarães Peixoto, casado com D. Maria do Carmo dos Santos. Pais de:

Ivone Zilá dos Guimarães Peixoto

Ot 2.2.2.9.3.7.5.10.4 – Noêmia Gouvêa Carneiro Leão, casou com o Dr. Afonso de Sousa Paraíso. Pais de:

(1) Murilo Carneiro Leão Paraíso.
(2) Rostand Carneiro Leão Paraíso

Ot 2.2.2.9.3.7.5.10.5 – Maria Gouvêa Carneiro Leão, casou com o Dr. Pelopidas Galvão.

Ot 2.2.2.9.3.7.5.10.6 – Hieroteu Gouvêa Carneiro Leão, casou com Maria Peregrino. Pais de:

(1) Gilson Carneiro Leão
(2) Geraldo Carneiro Leão
(3) Gilberto Carneiro Leão

Ot 2.2.2.9.3.7.5.10.7 – Durval Gouvêa Carneiro Leão, casou com Lucia Loyo Duarte. Pais de:

(1) Roberto Carneiro Leão [faleceu rapaz, atropelado na Benfica, Recife – RCL]
Ot 2.2.2.9.3.7.5.10.8 – Ederlindo Carneiro Leão, casou com D. Dolores Peixoto. Pais de:

(1) Fernando Carneiro Leão
(2) Dorian Carneiro Leão
(3) Denise Carneiro Leão
(4) Eduardo Augusto Carneiro Leão

Ot 2.2.2.9.3.7.5.10.9 – Elizabeth Carneiro Leão

Sx 2.2.2.9.3.7.6 – Joaquim Felício de Sá Barreto

Joaquim Felício de Sá Barreto, nascido em 1840 (em 1857 tinha 17 anos).

Em 1875 estava no engenho Contraçude. Em 15 de abril de 1875 estava presente a uma reunião da Sociedade Auxiliadora da Agricultura, juntamente com José de Castro Paes Barreto, Joviniano Irineu Paes Barreto, Joaquim de Sá Cavalcanti de Albuquerque e Dr. João Augusto do Rego Barreto.

Casou-se a 18.10.1862, no oratório particular desta freguesia (São José) com Maria do Carmo Carneiro Leão, irmã de José Marques Carneiro Leão, ambos filhos do primeiro matrimônio de Virginio Carneiro Leão com D. Maria Claudina do Espírito Santo, filha do português José Marques, perante as testemunhas Coronel Antonio Pedro de Sá Barreto e Dr. Antonio Victor de Sá Barreto (S.José, L 2, fl. 113). Passou a chamar-se Maria do Carmo Carneiro de Sá Barreto. D. Maria do Carmo faleceu a 3 de outubro de 1883 (DP). Foram pais de:

1. Antônio Pedro Carneiro de Sá Barreto
2. Maria do Carmo Carneiro de Sá Barreo, falecida a 12 de fevereiro de 1882.
3. Cesaria Carneiro de Sá Barreto.
4. Ignacia Claudina Carneiro de Sá Barreto, faleceu solteira.
5. Virginio Carneiro de Sá Barreto.
6. Ana Carneiro de Sá Barreto.
7. Josefa Carneiro de Sá Barreto.
8. Francisco Carneiro de Sá Barreto.
9. Manoel Carneiro de Sá Barreto.
10. Joana Carneiro de Sá Barreto.
11. Maria Amélia Carneiro de Sá Barreto.
12. Maria do Carmo Carneiro de Sá Barreto 2ª (Nazareno)

St 2.2.2.9.3.7.6.1. Antônio Pedro Carneiro de Sá Barreto. Casou-se com Maria Leopoldina Cardoso Nogueira (Arq. Orlando Cavalcanti). Foram pais de:

I – Maria do Carmo (Carneiro) de Sá Barreto

II – Judith (Carneiro) de Sá Barreto

III – Noeme (Carneiro) de Sá Barreto

IV – Ester (Carneiro) de Sá Barreto

V – Maria Antonia (Carneiro) de Sá Barreto.

St 2.2.2.9.3.7.6.3. Cesaria (Carneiro) de Sá Barreto. Casou-se com Antônio Pedro de Sá Barreto Júnior, filho de Antônio Pedro de Sá Barreto e de sua mulher D. Ana de Sá Barreto (Diogo, L 3, 648).

St 2.2.2.9.3.7.6.4. Inácia Claudina. Faleceu solteira.

St 2.2.2.9.3.7.6.5. Virginio Carneiro de Sá Barreto. Casou com Emerenciana Carneiro Leão, filha de José Marques Carneiro Leão e de Celestina Eugênia (Ribeiro) de Sá Barreto (Diogo Soares Cabral de Melo no.5, p. 648).

St 2.2.2.9.3.7.6.8. Francisco Carneiro de Sá Barreto (Arq. Orlando Cavalcanti). Seguiu para Águas Belas na exploração da projetada via férrea. Casou com Floriana Augusta, filha de José Antônio dos Santos e de Carlota Maria de Matos. Pais de:

I – Carlos Carneiro de Sá Barreto.

Sx 2.2.2.9.3.7.7 – Antônio Pedro de Sá Barreto Júnior

Antônio Pedro de Sá Barreto Júnior, nascido em 1845 (em 1757 tinha 12 anos). Engenheiro. Em 1877-1878 foi administrador das obras que foram executadas no Asilo de Mendicidade da Santa Casa de Misericórdia do Recife, iniciadas em 1 de outubro de 1877. Era coronel reformado do Exército. Comendador da Ordem Militar de S. Bento de Aviz (DP). Faleceu a 3 de abril de 1881 com .... anos. [YS: Estas informações correspondem a seu pai e aparecem deslocadas aqui].

Casou-se com Cesaria Carneiro de Sá Barreto, filha de seu irmão Joaquim Felício de Sá Barreto e de Maria do Carmo Carneiro Leão.

Sx 2.2.2.9.3.7.8 – Ana Margarida Ribeiro Barreto

Ana Margarida Ribeiro Barreto, nascida em 1848 (em 1857 tinha 9 anos).

Sx 2.2.2.9.3.7.9 – Daria Theodora Ribeiro Barreto

Dária Theodora Ribeiro Barreto (de Sá Barreto), nascida em 1849 (em 1857 tinha 8 anos) no engenho Jardim, em Jaboatão.

Casou-se a 5 de agosto de 1872 (DP) com seu primo Bento Correia de Sá, não identificado, viúvo de Cândida Francisca de Sá Barreto, não identificada. Adotou o nome de Maria Theodora Ribeiro Correia de Sá.

Bento faleceu a 12 de junho de 1873 (EMPB). Sua segunda esposa, como D. Maria Theodora Ribeiro Correia de Sá, viúva, mandou celebrar missa pelo primeiro aniversário de falecimento do marido, a 9 de junho de 1874 (DP, 9.6.1874). Bento Correia de Sá faleceu sem sucessão.

Sx 2.2.2.9.3.7.10 – Laura Edelbruges Ribeiro Barreto

Laura Edelburges Ribeiro de Sá Barreto ou Laura de Sá Barreto, nascida em 1853 (em 1857 tinha 4 anos).

Casou-se com João Carneiro Rodrigues Campelo, passando a usar o nome de Laura Barreto Rodrigues Campelo. João Carneiro era filho único de João Carneiro Rodrigues Campelo (falecido a 1.6.1875, DP.) e de D. Maria do Carmo Carneiro Campello, esta filha de Manoel Carneiro Leão [do engenho Contraçude] e de D. Francisca Teresa de Jesus (Diogo,3, 556,1).

Francisca Teresa de Jesus Rodrigues Campello, filha de Joaquim José Rodrigues Campelo e de D. Maria do Carmo Bezerra (filha de D. Maria de Jesus Carneiro da Cunha e do cirurgião José Pedro dos Reis) (Diogo,3, 555) casou com Manuel Carneiro Leão, filho de José Vieira Soajo e de D. Inocência de Barros.

Foram pais de:

1. Antônio Barreto Rodrigues Campello. Faleceu solteiro.
2. D. Maria Barreto Rodrigues Campello ou Maria do Carmo Barreto Rodrigues Campello, casou com José Carneiro de Sá Barreto, filho de Francisco de Sá Barreto e de D. Francisca Carneiro Leão.

3. Francisco, faleceu menino (Diogo Soares, 3, 557).
4. Francisco Barreto Rodrigues Campello, o Prof. Barreto Campello da Faculdade de Direito do Recife. Casou com D. Lilia de Alencastro Araújo.
5. Maria Amélia Barreto (Rodrigues) Campello [Melinha], casou com seu primo Adalberto Barreto Carneiro Campello, filho de Leopoldo Rodrigues Campelo e de D. Cesaria Carneiro Leão.
6. Arnaldo, faleceu menino.
7. Maria do Carmo, faleceu menina.

St 2.2.2.9.3.7.10.2. Maria (do Carmo) Barreto Rodigues Campello, filho de João Carneiro Rodrigues Campelo e de D. Laura de Sá Barreto, casou com seu primo José Carneiro de Sá Barreto. Pais de:

I – Maria de Lourdes, faleceu menina.

II João Luiz.

St 2.2.2.9.3.7.10.4. Dr. Francisco Barreto Rodrigues Campelo, filho de João Carneiro Rodrigues Campelo e de D. Laura de Sá Barreto, casado com D. Lilia de Alencastro Araújo (Lilia de Araújo Barreto Campelo, após o casamento.

Filhos (Diogo Soares, 3, 558-559; Barreto Campello, Trajetória de Uma Vida, p. 201-205):

I – Maria de Jesus de Araújo Barreto Campelo

II – José de Araújo Barreto Campelo

III – Ângela de Araújo Barreto Campelo

IV – Maria José de Araújo Barreto Campelo.

V – Emmanuel do Carmo Barreto Campelo.

VI – João de Araújo Barreto Campelo

VII – Luiz de Araújo Barreto Campelo.

VIII – Antônio Pedro de Araújo Barreto Campelo.

IX – Maria do Carmo de Araújo Barreto Campelo.

X – Francisco de Assis de Araújo Barreto Campelo.

XI – Maria de Lourdes de Araújo Barreto Campelo.

XII – Sebastião de Araújo Barreto Campelo.

XIII – Paulo de Araújo Barreto Campelo.

XIV – Geraldo de Araújo Barreto Campelo.

XV – Tarcisio de Araújo Barreto Campelo.

Ot 2.2.2.9.3.7.10.4.1 – Maria de Jesus de Araújo Barreto Campelo, nascida a 16 de fevereiro de 1892 [1912]. Casou com o Dr. Jorge Rodrigues Pereira, de quem teve:

(1) Maria Adélia, nascida a 12.6.1943.

(2) Maria Lilia, nascida a 21.1.1945.

(3) Rui Jorge, nascido a 28.4.1946.

(4) José Jorge, nascido a 27.11.1947.

(5) André Jorge, nascido a 9.3.1949.

(6) Maria Cecília, nascida a 20.8.1950.

(7) Maria José, nascida a 17.3.1943.

Ot 2.2.2.9.3.7.10.4.2 – Dr. José de Araújo Barreto Campelo, advogado. [Juiz do Trabalho, RCL]. Casou com sua parenta D. Carmen Maria Auxiliadora Lacerda de Mello. Pais de:

(1) Maria Teresa, nascida a 2.4.1944.

(2) Maria Inês, nascida a 22.5.1945.

(3) Francisco José, nascido a 1.8.1946.

(4) Maria do Carmo, nascida a 9.4.1948.

(5) Ana Margarida, nascida a 29.7.1949.

(6) Maria Lilia, nascida a 16.2.1951

(7) Maria de Fátima, nascida por 16.10.1952.

(8) Urbano José, nascido a 3.12.1954.

Ot 2.2.2.9.3.7.10.4.3 – Ângela de Araújo Barreto Campelo, nascida a 23 de abril de 1915.

Ot 2.2.2.9.3.7.10.4.4 – Maria José de Araújo Barreto Campelo [Mizé]. Casou com André Alves de Mello.

Ot 2.2.2.9.3.7.10.4.5 – Emmanuel do Carmo Barreto Campelo. Professor da UFRPE.

Ot 2.2.2.9.3.7.10.4.6 – João de Araújo Barreto Campelo, faleceu menino.

Ot 2.2.2.9.3.7.10.4.7 – Luiz de Araújo Barreto Campelo, faleceu menino.

Ot 2.2.2.9.3.7.10.4.8 – Dr. Antônio Pedro de Araújo Barreto, advogado. Casou com D. Miriam de Vasconcelos Coelho.

Ot 2.2.2.9.3.7.10.4.9 – Maria do Carmo de Araújo Barreto Campelo. Casou com José Otavio de Mello.

Ot 2.2.2.9.3.7.10.4.10 – Francisco de Assis de Araújo Barreto Campelo.

Ot 2.2.2.9.3.7.10.4.11 – Maria de Lourdes de Araújo Barreto Campelo. Casou com Danuzio Pontes de Miranda Cardoso Ayres.

Ot 2.2.2.9.3.7.10.4.12 – Sebastião de Araújo Barreto Campelo. Nasceu a 23.1.1923.

Ot 2.2.2.9.3.7.10.4.13 – Paulo de Araújo Barreto Campelo.

Ot 2.2.2.9.3.7.10.4.14 – Geraldo de Araújo Barreto Campelo.

Ot 2.2.2.9.3.7.10.4.15 – Tarcisio de Araújo Barreto Campelo.

St 2.2.2.9.3.7.10.5 Maria Amélia Barreto (Rodrigues) Campelo, filha de João Carneiro Rodrigues Campelo e de D. Laura de Sá Barreto (Diogo, vol. 3, 557, no. 5). Casada com seu primo Adalberto Barros Carneiro Campelo. Pais de:

I – D. Ligia Barreto Carneiro Campelo que se casou com Álvaro Alves de Miranda e Silva. Pais de:

Paulo Barreto.

II – Lauro Barreto Carneiro Campelo. [c.c. N... Moreira, RCL].

III – Paulo Barreto Carneiro Campelo.

IV – Geraldo Barreto Carneiro Campelo. [Faleceu solteiro, RCL]

V – Eunice Barreto Carneiro Campelo.

VI – Maria Felícia Barreto Carneiro Campelo.

VII – Dulce Barreto Carneiro Campelo.

VIII – Teresa de Jesus Barreto Carneiro Campelo.

Qn 2.2.2.9.3.8 – Maria dos Anjos de Barros Barreto

Maria dos Anjos (Ribeiro ?) Sá Barreto (Tia Dondón), nascida a 2 de outubro de 1804 no engenho Macujé, em cuja capela foi batizada (Santo Amaro de Jaboatão, L. 7, fl. 208), sendo padrinhos o Capitão José Ignácio Machado Freire, casado e morador em Santo Antonio do Recife, e D. Luisa Cadena Bandeira de Mello, solteira, moradora neste freguesia; celebrante o vigário Ignácio Pinto de Almeida. Parece que faleceu solteira.

Qn 2.2.2.9.3.9 – Joana Francisca de Barros Barreto

Joana Francisco de Sá Barreto ou Joana Francisca Xavier Sá Barreto, nascida no engenho Macugé, em cuja capela foi batizada a 27 de janeiro de 1806, freguesia de Santo Amaro de Jaboatão, sendo padrinhos José Peres Campello, viúvo, morador em Santo Antônio do Recife, e D. Rosa Maria de Barros, solteira, desta freguesia, tendo por celebrante o Padre José Luis Carvalho de Albuquerque.

Casou-se com o Capitão João Luis Ribeiro de Faria.

Tiveram uma única filha:

Josefa Maria Barreto Ribeiro (Zefinha)

[YS: Notas de Silvio]:

1. Maria Olympia de Sá Barreto, citada entre as pessoas do engenho Jardim, julgamos ser enteada ou sobrinha, com 27 anos em 1857.
2. Francisca Teresa Carneiro de Sá Barreto, 21 anos, casada, faleceu de parto (DP, 22.10.1871).
3. Celestino Augusto de Sá Barreto casado com Maria Isabel de Sá Barreto (DP, 1ª 28.12.1874).
4. Crisinello (ou Crisnello) Antonio de Sá Barreto casado com Francelina Carolina da Conceição (DP, 1ª 25.1.1875).
5. José Francisco Buarque casa com Alvina Honorata de Sá Barreto (1º. Proclama, 30.7.1875, DP.).
6. João Francisco de Sá casa com Francisca Inocência Paes Barreto, J.R. 6.5.1872.
7. Teresa de Jesus Sá Barreto, solteira, 81 anos, DP, 10.7.1891.

Qr 2.2.2.9.4 João Paes Barreto de Sá [Sem informações]

Qr 2.2.2.9.5 D. Maria Isabel Barreto e Albuquerque, que casou com seu primo legitimo Felipe Paes Barreto.

Qr 2.2.2.9.6 D. Isabel Maria de Sá. Casou com seu parente Coronel de Ordenanças da Comarca de Pombal, na Capitania da Paraíba, José Gomes de Sá, nascido em 1731, filho do Capitão-mor José Gomes de Sá, de Sousa, proprietário das fazendas Riachão e Lagoa Tapada, e de Maria Mendes de Barros. [YS: Os pais, dela o mestre de campo Bento Correia de Sá, e dele o capitão-mor José Gomes de Sá, eram primos legítimos, como já esclarecido].

Conta-nos Deusdedit Vasconcelos Leitão que o Capitão-mor José Gomes de Sá I, natural de Pernambuco, "ao iniciar-se a terceira década do século XVIII chegou à região do Rio do Peixe, como foreiro da Casa da Torre".

[YS: De fato era português, das vilas de Famalicão ou S. Tiago Dantas, em Barcelos, filho de Margarida Gomes de Sá e Domingos Gomes da Cunha, sobrinho legitimo do Capitão-mor das Conquistas Antônio Gomes de Sá, do Capitão-mor Francisco Gomes de Sá, do Coronel David Gomes de Sá, ao qual foi muito ligado e cujos interesses

defendeu, indo fixar-se no Rio do Peixe, e do primeiro juiz de paz de Cimbres Manoel Gomes de Sá].

"Adquiriu por compra a esta Casa as terras por ele já exploradas que, com a incorporação das terras devolutas, posteriormente descobertas passaram a constituir um dos mais opulentos domínios do sertão paraibano".

O Capitão-mor era parente muito aproximado de João Pais Barreto, morgado do Cabo, provavelmente, conforme o genealogista citado. Afigura-se-nos impossível saber a qual dos dois morgados João Paes Barreto se refere o articulista: se ao 5º. Ou ao 6º. O quinto falecera em 1710. O sexto era contemporâneo do Capitão-mor José Gomes de Sá I, pois estava à frente do morgado ao tempo em que o Capitão-mor chegara ao Rio do Peixe. [YS: como esclarecido era primo de Bento Correia de Sá e não pelos Paes Barreto].

O Capitão-mor casou-se com D. Maria Mendes de Barros e tiveram um filho José Gomes de Sá, nascido e batizado em 1731.

José Gomes de Sá foi coronel de Ordenanças e por muitos anos Juiz Ordinário do termo de Pombal, "cuja circunscrição na época abrangia todo o sertão da Capitania da Paraíba".

Constam várias solicitações de sesmaria pelo Capitão José Gomes de Sá (1,2,3) e do seu filho homônimo (4-8,):

1. No. 415 Req. 1753, vol. 1, f. 230-231 (4.7.1753) – O Capitão José Gomes de Sá, morador no Sertão do Rio do Peixe da Capitania da Paraíba, diz que além do dito rio para a parte do norte descobriu o suplicante à custa da sua fazenda terra suficiente para situação de gados e plantações e lavouras da qual está de posse a mais de vinte anos, e porque não tem título dela carece de data de sesmaria em que se .... principiando nas nascenças do riacho chamado Chabocão com três léguas de comprido por ele abaixo e meia légua de largo, onde mais conta lhe fizer, confrontando pela parte do nascente com o sítio do Sabiá e será do comissário Theodozio Alves, pela parte do poente com o sítio de Santa Rosa, pela parte no norte com os providos da ribeira do Apody e pela do sul com a fazenda da Acauã do Rio do Peixe. As terras foram confrontadas conforme as ordens de S.M.". Foi feita a concessão no governo de Antônio Borges da Fonseca.

2. No. 433 Req. 1754 (19.8.1754) vol. 1. Fl. 239. – O Capitão José Gomes de Sá diz que descobriu no sertão das Piranhas terras suficientes para situar seus gados no riacho chamado Achabocão, vertente para a ribeira do Rio do Peixe, contestando para a parte do norte com o sitio do Genipapeiro e pala parte do sul com o sitio Acauã, pela parte do nascente com as serras do comissário Theodoro Alves e pala parte do poente com o sitio de Santa Rosa, onde pretende alcançar por sesmaria três léguas de terras pelo dito riacho abaixo com meia légua de terra para cada banda do mesmo riacho. Foi feita a concessão da sesmaria no governo de Luiz Antônio de Lemos Brito.
3. No. 450 Req. 1757 (6.7.1757 – vol. 1, p. 247) – O Capitão José Gomes de Sá, diz que tinha situado com fazendas e gado, os sítios Acauhane e Caes na ribeira das Piranhas e que para que possa possuir e ... por sesmaria todos os seus logradouros, com 3 leguas de comprido pelo rio das Piranhas acima pegando da parte de baixo do sertão, donde fizer extrema com o sitio de S. Clara até a extrema do sitio Conceição, com uma légua de largo para onde lhe fizesse melhor onde partindo para a parte do norte com terras do mesmo suplicado e para norte o riacho Seco e para a parte do sul na serra que divide as terras do sitio do Riacho e Logradouro, da mesma forma que o suplicante sempre logrou possuir. Feita a concessão no governo de José Henrique de Carvalho.
4. No. 485 Req. 1759 (vol. 1, p. 265) – O Capitão José Gomes de Sá, morador no sertão do Rio do Peixe, diz que entre o seu sitio chamado do Cães e entre seu sitio do Riacho, que fora do defunto seu pai, capitão-mor José Gomes de Sá, havia sobras de terras, pedia por sesmaria as sobras dos referidos sítios, três léguas de comprido e uma de largo, contestando pela parte do nascente com terras do sitio Sta. Clara e pelo do poente com terras do sitio da Conceição, pela parte do norte com terra do mesmo sitio do Cães, do suplicante, e pela do sul com terras também do suplicante do sitio do Riacho ficando dentro de compreensão da dita terra todos os olhos d'agua que houverem na serra que divide os ditos sítios e seus logradouros Angico e Cascavel, que se achavam feitos e erigidos em currais. Feita a concessão no governo de José Henrique de Carvalho.
5. No. 487 Req. 1759 (19.2.1759 – vol. 1, f. 266) – O capitão José Gomes de Sá, morador no Rio do Peixe, diz que é possuidor do sítio a que chamam Riacho

Seco, no mesmo Rio do Peixe o qual houve por compra à Casa da Torre. E como dele só lhe deram uma simples escritura, solicita título data das mesmas terras, três léguas de comprimento e uma de largura, que eram as que o suplicante havia comprado e estava possuindo, pelos dois riachos abaixo, partindo para a parte do nascente com terras do sitio S. Clara e pela parte do poente com terras do mesmo suplicante do seu sitio Vaca Morta e pela parte do sul com o sitio de Acahuam também do mesmo suplicante e pela parte norte com terras do comissário Thedoro Alves do seu sitio da Serra. Feita a concessão no governo de José Henrique de Carvalho.

6. No. 489 Req. 1759 (25.2.1759, vol. 1, fl. 267-268) – O Capitão José Gomes de Sá, morador no sertão do Rio do Peixe, diz que o defunto pai do suplicante, Capitão-mor José Gomes de Sá, de quem era herdeiro, em sua vida comprara à Casa da Torre por simples escritura, um sítio de terra a que chamam Poço dos (Carlos). Solicita sesmaria para conservação de sua posse e domínio de 3 leguas de terra de comprido e uma de largo, fazendo ... na situação da fazenda, com légua e meia pelo riacho abaixo partindo pelo lado do norte com o sítio de Santa Clara e légua e meia pelo mesmo riacho acima com terras do mesmo suplicante do sítio do Riacho para a parte do poente e para a parte do nascente com terras do sítio São Lourenço e pela parte do sul com terras também do suplicante do seu sítio das Alagoas. Feita a concessão no governo de José Henrique de Carvalho.
7. No 713 Req. 1776 (24.5.1776, vol. 1, f. 265) – Coronel José Gomes de Sá, herdeiro e testamenteiro de seu defunto pai, Capitão-mor José Gomes de Sá, diz que a esse foi passado o arrendamento junto pelo possuidor da fazenda da Casa da Torre da Bahia, das sobras de légua de terras que ocuparam os índios Curemas no sitio do Boqueirão dada pelo dito na forma das ordens de S.M. requerendo demarcação das ditas terras, pegando do Riacho do Aguras da parte do nascente onde faz extrema a terra dos índios, com uma légua pelo Riacho Seco acima a partir com o sitio do Riacho do suplicante para a parte do poente, e três léguas de comprido, pegando do pé da Serra que divide o sitio do Aguiar para a parte do sul, buscando a serra do Poço dos Cavalos, ficando neste compreensão as sobras dos referidos sítios e riacho, ambos do mesmo suplicante, partindo também com o sitio das Alagoas e Pau Ferrado. Feita concessão no governo de Jerônimo José de Melo Castro.

8. No. 896 Req. 1788 (6.2.1788, vol. 1 fl. 432-433) – Coronel José Gomes de Sá, morador da fazenda Riacho, termo de Pombal, diz que entre os bens que lhe ficaram por herança de seu defunto pai, Capitão-mor José Gomes de Sá, foi a fazenda do Riacho e Lagoa Tapada, cujas terras houve por compra à Casa da Torre, conforme escritura de 1731 e além dessa escritura tirou sesmaria para maior segurança sua. Com estes títulos se conserva a 56 anos com posse judicial. Requer por sesmaria três léguas de comprido e uma de largo, ficando na compreensão todos os olhos d'agua que houverem por um e outro lado, que dividem com os demais sítios na ribeira do Piancó e Piranhas, partindo para o poente com o sítio do Boqueirão, para o norte com o sítio S. Gonçalo e Conceição e Caa, para o sul com o sítio Santa Clara que é [de] Manoel Ferreira, pelo nascente com terras do suplicante. Feita concessão no governo de Jerônimo José de Melo e Castro.

O coronel de Ordenanças José Gomes de Sá casou-se com sua parente Isabel Maria de Sá, natural do Cabo, Capitania de Pernambuco, filha de Bento Correia de Sá e de D. Joana Francisca Xavier Barreto de Albuquerque, filha do Capitão-mor Felipe Paes Barreto. Eram moradores da fazenda Riachão, termo de Pombal e tiveram os seguintes filhos:

José Gomes de Sá, capitão de Ordenanças.

João Paes de Sá Barreto, pai de Maria Isabel de Sá Barreto, falecida aos 110 anos.

Major Bento Correia de Sá

Francisco Antônio Barreto de Sá, sem descendentes.

Joana Francisca Xavier de Albuquerque.

[As informações sobre este ramo foram tomadas quase integralmente do opúsculo A Família Sá no Município de Sousa, de Deusdedit de Vasconcelos Leitão, de 1955; sendo acrescentadas por YS, no que segue abaixo].

[YS] Thiago Aécio de Souza, no livro A Família Sá do Nordeste Brasileiro (2022), relaciona seis filhos:

capitão José Gomes de Sá

Joana Francisca Xavier de Albuquerque

Tenente coronel Bento Correia de Sá

Antônio Paes [não incluído por Deusdedith de Vasconcelos Galvão]

João Paes de Sá Barreto

Francisco Antônio de Sá Barreto

Qn 2.2.2.9.6.1 – Capitão José Gomes de Sá

José Gomes de Sá (Júnior) nasceu em Sousa no ano de 1770, onde foi capitão de Ordenanças. Faleceu na fazenda Lagoa Tapada a 20 de março de 1846 e foi sepultado na capela de Nossa Senhora da Conceição de Acauã do mesmo município. Era casado com sua parenta Maria Lourença de Sá (irmã do Padre Luís José Correia de Sá), falecida a 2 de março de 1859. Foram pais de:

Comandante superior José Gomes de Sá Júnior, maior.

Joaquina Maria de Sá

Sargento-mor João Gualberto Gomes de Sá

Tenente-coronel Luis José de Sá Barreto

Tenente-coronel Francisco Antônio Correia de Sá

Antônio José Gomes de Sá

Maria Lourença de Sá, casada com José Raimundo de Sá

Joana Francisca de Sá Albuquerque, casada com o Dr. Francisco Tavares de Sá e Benevides.

Sx 2.2.2.9.6.1.1 – Comandante Superior José Gomes de Sá, Júnior. [Casou com Joaquina Theodora de Sá (Souza, 2022)].

José Gomes de Sá, Júnior, por decreto de 14.2.1855 ou 14.3.1855, nomeado oficial da Ordem da Rosa (CAD. I, p...).

Sx 2.2.2.9.6.1.2 – Joaquina Maria de Sá

Sx 2.2.2.9.6.1.3 – Sargento-mor João Gualberto Gomes de Sá

João Gualberto Gomes de Sá, nascido no município de Sousa, em 1805. Dedicou-se às suas atividades agro-pastoris em seu município, do qual foi uma das figuras de maior expressão. Foi Sargento-mor e Major da Guarda Nacional.

Casou-se com sua parente Custódia Gertrudes de Sá, sobrinha do Padre Luiz José Correia de Sá, [sendo filha de Domingos Fernandes Carneiro e Francisca Geertrudes de Sá (Souza, 2022)].

Faleceu a 5 de dezembro de 1853, tendo sido sepultado na capela de Nossa Senhora da Conceição da Acauã e ela, em Sousa, a 10 de novembro de 1876, constando do anúncio de falecimento (...) e convite para a missa em intenção de sua alma, os nomes de seu filho João Gualberto Gomes de Sá, de sua nora, D. Júlia Francisca Bezerra de Sá e de seus netos Aprígio Gomes de Sá e Albuquerque Barreto e Aproniano Gomes de Sá e Albuquerque.

Tiveram os seguintes filhos:

Padre Isidro Gomes de Sá Barreto

Major Tiburtino Gomes de Sá e Albuquerque

Maria Gertrudes de Sá

Francisca Gertrudes de Sá

Joana Francisca Lins de Albuquerque

Custódia Gertrudes Gomes de Sá

João Gualberto Gomes de Sá

St 2.2.2.9.6.1.3.1 – Padre Isidro Gomes de Sá Barreto, nascido em Sousa a 31 de outubro de 1826 e batizado pelo Padre Luiz José Correia de Sá na capela de Acauã, tendo como padrinhos José Gomes de Sá e Leocádia Hermelinda Nobre. Ordenou-se presbítero secular na Bahia em 1854. Foi capelão de São José da Lagoa Tapada e deputado à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba no biênio 1874-1875. Faleceu a 16 de janeiro de 1876.

St 2.2.2.9.6.1.3.2 – Major Tiburtino Gomes de Sá e Albuquerque, nascido no município de Sousa em dezembro de 1828 e falecido a 7 de outubro de 1892. Casou com sua parente Joaquina Leocádia Barreto de Sá. Pais de:

1. Emerenciana Gomes de Sá. Nasceu em Sousa a 14.9.1854 e faleceu solteira.

2. Aproniano Gomes de Sá e Albuquerque. Nasceu em Sousa a 24.1.1856. Casou a 26.7.1881 com Amélia Garrido, nascida a 9.8.1863, filha de Francisco de Assis Garrido e de Joaquina Francisca de Assis Garrido. Pais de 5 filhos, cuja descendência consta no opúsculo de Deusdedit de Vasconcelos Leitão.

3. Dr. Aprígio Gomes de Sá e Albuquerque. Nasceu em Sousa a 31.12.1857. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife em 1884. Promotor de Justiça e depois Juiz de Direito na Paraíba. Faleceu com juiz de Direito a 31 de maio de 1909. Casou duas vezes. A primeira com Emilia Augusta de Almeida e Sá, natural do Recife. A segunda com a cearense Augusta Sabóia de Sá. Só houve filhos, sete, do primeiro matrimônio. Descendência arrolada por Deusdedit de Vasconcelos Leitão.

4. Custódia Gomes de Sá. Nasceu em Sousa em 1860. Casou com o primo Coronel José Gomes de Sá, nascido a 2.8.1858 e falecido a 21.10.1937. Foi Presidente da Câmara de Vereadores e Prefeito Municipal de Sousa, deputado estadual em várias legislaturas e Comandante do Batalhão da Guarda Nacional de Sousa. Pais de 11 filhos, com descendência anotada por Deusdedit de Vasconcelos Leitão.

5. Manoel Martins Gomes de Sá e Albuquerque. Nasceu em Sousa a 1.1.1862. Casou a primeira vez com sua parenta Cândida Benigna de Sá, nascendo 4 filhos. Em segundas núpcias casou com uma irmã da primeira mulher, Francisca Amélia de Sá e Oliveira, havendo 7 filhos. Descendência listada por Deusdedit de Vasconcelos Leitão.

6. Joaquina Leocádia de Sá. Casou com o Dr. João Gonçalves de Medeiros, nascida na capital paraibana a 3.2.1863. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife em 1884. Foi Juiz de Direito em Pombal e depois em Belém do Pará. Faleceu a 20.1.1912 em Santa Cruz, Estado do Espírito Santo, onde exercia as funções de Juiz de Direito. Tiveram um único filho.

7. Tiburtino Gomes de Sá e Albuquerque Filho. Nasceu em Sousa a 15.8.1868. Casou com Julita Miranda de Sá, natural de Mossoró, Rio Grande do Norte, filha de Ginipo Genuíno de Miranda e de Filina de Miranda. Sem sucessão.

8. João Gualberto Gomes de Sá. Faleceu solteiro.

9. Leocádia Joaquina de Sá. Nasceu em Sousa a 30.8.1878 e faleceu a 30.6.1917. Foi segunda esposa do Dr. João Gonçalves de Medeiros, viúvo de sua irmã Joaquina Leocádia de Sá. Pais de 2 filhos, com descendência anotada por Deusdedit de Vasconcelos Leitão.

10. Maria Isabel de Sá. Natural de Sousa onde casou-se a 29.11.1894 com o seu parente Aprígio Rabelo da Costa Carneiro [filho de Domingos Fernandes Carneiro e Maria Isabel de Sá Barreto]. Com 4 filhos, com descendência anotada por Deusdedit de Vasconcelos Leitão.

St 2.2.2.9.6.1.3.3 – Maria Gertrudes de Sá, nascida no município de Sousa em 1831 e falecida a 4 de outubro de 1890 (Silvio anotou 1894, mas consta 1890 no opúsculo). Casou-se a 28 de setembro de 1855 com seu parente José Pedro de Souza Raposo, nascido em 1830, filho do Major José Joaquim de Souza e de Maria Leocádia Josefa de Sá. Foi Coletor das Rendas Imperiais de Sousa, onde faleceu a 17 de dezembro de 1915. Pais de:

1. Belchior Fernandes de Souza Raposo. Natural de Sousa onde casou-se, em primeiro matrimônio, a 18.11.1879, com sua prima Luiza Maria Custódia de Sá, filha de Antônio José de Sá Barreto e Custodia Gertrudes Gomes de Sá. Casou em segundas núpcias com sua parenta Mariana Gomes de Sá. Desses casamentos nasceram 6 filhos do primeiro e 8 do segundo.
2. Beliza Maria Theonilia de Souza. Casou a 22.9.1890 com seu parente Ananias Sarmento de Sá Barreto. Com 3 filhos.

3. Laurinda Maria Theonilia de Souza. Casou-se a 23.11.1886 com seu parente Baldoino Gomes de Sá.
4. João Gualberto de Souza Raposo. Nasceu a 19.1.1860. Casou-se a 24.11.1891 com Maria Leonila de Souza.
5. Maria Theonilia de Souza.
6. Amélia Theonilia de Souza.
7. Custodia Theonilia de Souza.
8. Antonia Theonilia de Souza.
9. Joaquina Theonilia de Souza.

St 2.2.2.9.6.1.3.4 – Francisca Gertrudes de Sá, nascida no município de Sousa em 1835 e falecida a 27 de abril de 1892. Casou-se a 3.11.1854 com o seu primo Silvino Gomes de Sá e Albuquerque. Pais de:

1. Emilia Augusta de Sá. Nascida em Sousa a 15.5.1858 e falecida a 22.10.1918. Casou com seu parente Arsênio Sarmento de Sá Barreto. Pais de 7 filhos.

St 2.2.2.9.6.1.3.5 – Joana Francisca Lins de Albuquerque, nascida no município de Sousa a 25 de dezembro de 1836 e falecida em data ignorada. Casou-se em 1858 com Francisco Lins Carneiro de Albuquerque, natural de Nazaré da Mata, Pernambuco, e falecido em 1879. Sem sucessão.

St 2.2.2.9.6.1.3.6 – Custódia Gertrudes Gomes de Sá, nascida em Sousa em 24 de setembro de 1840 e falecida a 27 de abril de 1900. Casou com seu primo Antônio José de Sá Barreto. Pais de:

1. Luiza Maria Custodia de Sá. Nasceu a 20.5.1863 e faleceu a 10.5.1894. Casou-se a 18.11.1879 com seu primo Belchior Fernandes de Souza Raposo.
2. Izidro Gomes de Sá Barreto. Nascido a 20.1.1865 e falecido a 31.12.1917. Casou-se a 23.10.1894 com Umbelina Elvina Mendes. Pais de 10 filhos.
3. João Gualberto de Sá Barreto. Nascido a 5 de setembro de 1865. Casou com Maria Umbelina de Sá. Pais de 6 filhos, com descendência arrolada por Deusdedit de Vasconcelos Leitão.

4. Custodia Maria de Sá. Nasceu em 1869. Casou com seu parente Fenelon José Martins. Sem Sucessão.
5. Francisca Gomes de Sá Barreto. Nasceu em 1873. Casou-se com seu parente Celestino Gomes de Sá.
6. Maria Custodia de Sá. Nasceu em 1876. Casou-se com Francisco Mendes Gonçalves Braga.
7. Abdon Gomes de Sá Barreto. Nasceu em 1880 e faleceu a 30.8.1911. Casou com Joana Formiga de Sá. Deusdedit lista uma única filha.
8. Antônio de Sá Barreto. Nasceu a 14.10.1883. Faleceu solteiro.

St 2.2.2.9.6.1.3.7 – João Gualberto Gomes de Sá, nascido em São José da Lagoa Tapada, município de Sousa, Província da Paraíba a 14 de janeiro de 1856, bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, a 12 de novembro de 1877, deputado à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba no biênio 1876-1877, deputado à Primeira Assembleia Constituinte da Paraíba, em 1891, e juiz de direito em disponibilidade.

Casou-se em primeiras núpcias com Júlia Francisca Bezerra Cavalcanti, nascida a 18 de março de 1852 no engenho Santa Cruz, freguesia de Nossa Senhora da Escada, na Província de Pernambuco, que tomou com o matrimônio o nome de Júlia Francisca Bezerra de Sá.

Era filha de José Bezerra de Barros Cavalcanti e de D. Ana Eufrosina (Paes Barreto) Bezerra Cavalcanti, filha de Felipe Pais Barreto Júnior e de sua mulher, D. Ana Joaquina Cândida Cavalcanti (Barreto), neta paterna de Felipe Pais Barreto Senior e de D. Francisca Teresa de Mello Cavalcanti, bisneta paterna de Fernando Rodrigues de Castro e de, suspeita-se, uma Sá Barreto originada de Bento Correia de Sá e de D. Joana Francisca Xavier Barreto como ficou assinalado anteriormente, trineta de D. Felipe Paes Barreto, irmão de João Paes Barreto, quinto morgado do Cabo e tio de João Paes Barreto, sexto morgado do Cabo, um dos quais seria "parente muito aproximado" do capitão-mor José Gomes de Sá I (YS: creio que Deusdedit incorre em equivoco, adotado por Sylvio, pois o parentesco era com Bento Correia de Sá, ambos portugueses de Famalicão).

O casamento foi realizado no Recife a 19 de dezembro de 1873, tendo D. Júlia falecido a 16 de fevereiro de 1880.

Dr. João Gualberto, como vimos, casou-se em segundas núpcias, a 8 de novembro de 1881 com sua parenta Maria Emilia de Sá e Benevides, em Maria Pereira, atual Mombaça, na Província do Ceará. Faleceu Dr. João Gualberto como juiz de Direito em disponibilidade a 19 de agosto de 1898 (...).

Foram filhos do primeiro matrimônio (...), não os havendo do segundo (...):

João Gualberto Gomes de Sá Filho

Francisca Gomes de Sá

Emilia Gomes de Sá

Abílio Gomes de Sá

Vitor (ou Vitorino) Gomes de Sá

Ot 2.2.2.9.6.1.3.7.1 – João Gualberto Gomes de Sá (Filho), nasceu no Recife a 11 de outubro de 1874.

Foi capitão do Exército e Coronel Comandante da Polícia do Estado do Paraná, onde faleceu em 1912, quando dos acontecimentos do contestado.

Casou-se com D. Leonor Gomes de Sá. Pais de diversos filhos, entre os quais:

João Gualberto Gomes de Sá, nascido no Estado do Paraná a 10 de junho de 1904. Tenente-coronel do Exército. Instrutor da Escola de Estado Maior do Exército, em 1955 (...).

Ot 2.2.2.9.6.1.3.7.3 – Emilia Gomes de Sá, nascida em data ignorada, casada com Manoel Amaral e falecida a 10 de abril de 1902. Pais de vários filhos, entre os quais:

Getúlio Amaral

Custódia Amaral

Getúlio Amaral, casou-se com a prima Maria do Carmo, filha de Manoel Barbosa e de sua tia Guilhermina Bezerra Cavalcanti e foram residir no Rio de Janeiro.

Custódia Amaral, casou-se com o primo João Ferrer de Gouveia, filho de Vicente Neto de Gouveia e de Ana de Gouveia. Pais de:

Adélia, casada com Cipriano. Residiram no Recife.

Sx 2.2.2.9.6.1.4 Tenente-coronel Luiz José de Sá Barreto

Sx 2.2.2.9.6.1.5 Tenente-coronel Francisco Antônio Correia de Sá

Sx 2.2.2.9.6.1.6 Antônio Jose Gomes de Sá

Sx 2.2.2.9.6.1.7 Maria Lourença de Sá

Sx 2.2.2.9.6.1.8 – Joana Francisca de Sá e Albuquerque, casada com o Dr. Francisco Tavares de Sá e Benevides

[YS: Deste ramo há notícia em artigo de Augusto Tavares de Sá e Benevides, "Um Ramo da Família Sá, de Sousa, Paraíba, no Ceará", publicado na Revista do Instituto do Ceará. Do mesmo reproduzimos alguns trechos].

"Joana Francisca de Sá e Albuquerque faleceu no dia primeiro de janeiro de 1893, na cidade de Mombaça, com 78 anos, na residência de seu genro Antônio Pedro de Benevides. Foi casada com seu parente Dr. Francisco Tavares de Sá e Benevides, advogado e juiz em Sousa, deputado em quatro legislaturas à Assembleia Provincial da Paraíba, filho legitimo de Luis José Correia de Sá e Ana Maria de Sá e Benevides, neto paterno de João Rodrigues Sarmento e de Francisca Bernarda Correia de Sá, neto materno de Francisco Tavares de Sá Benevides e de Cipriana de Sá, esta irmã de Maria Lourença de Sá, casada com o Capitão José Gomes de Sá – o terceiro do nome – e do Padre Luis José Correia de Sá, conhecido por Padre Luis de Acauã".

Joana Francisca e o Dr. Francisco foram pais de:

1. Capitão José Gomes de Sá e Benevides, casado com Ana Quitéria de Sá e Benevides. Com sucessão.
2. Francisco Tavares de Sá e Benevides Filho.
3. Antônio José Sarmento Benevides Sobrinho, casado com Joaquina Teodosia de Sá e Benevides. Com sucessão.
4. Joana Francisca de Sá e Benevides, casada com Antônio Pedro de Benevides, nascido em Sousa a 29 de junho de 1840, filho de José Joaquim de Sá e Benevides e de Francisca Gomes de Araújo Benevides, neto paterno de Francisco Tavares de Sá e Benevides e de Cipriana Correia de Sá, e neto materno de Antônio Gomes de Araújo e de Rosa Gomes de Araújo. Joana Francisca

faleceu em Mombaça a 9 de abril de 1880 e Antônio Pedro em 1917, também em Mombaça. Pais de 5 filhos, cuja descendência é apresentada no citado artigo.

5. Luis José de Sá e Benevides.
6. Padre João Tavares de Sá e Benevides, nascido a 15 de junho de 1848, na freguesia de Sousa. Ordenado em Fortaleza a 30 de novembro de 1875 e falecido a 8 de março de 1878, no exercício de cadjutor de Maria Pereira, hoje Senador Pompeu.

Qn 2.2.2.9.6.2 – João Pais de Sá Barreto

João Pais de Sá Barreto, pai de Maria Izabel de Sá Barreto, Mãe Gorda, falecida aos 110 anos, deixando numerosa descendência.

Sx 2.2.2.9.6.2.1 – Maria Isabel de Sá Barreto, mãe gorda, casou com o tenente Manoel Martins Lopes, filho do capitão Antônio Ferreira da Nóbrega, e deixou filhos:

Antônio Martins da Nóbrega, falecido a 21 de setembro de 1878.

Cândida Umbelina da Nóbrega, que casou com João Rabelo da Costa Carneiro.

Joaquina Maria

Ana Gertrudes de Sá, que casou com Francisco Xavier de Azevedo

Qn 2.2.2.9.6.3 – Major Bento Correia de Sá

Major Bento Correia de Sá, com diversos filhos.

De petição dirigida, em 9 de dezembro de 1842, a S. M. O Imperador Pedro II, solicitando à mercê da Ordem de Cristo (BN, SMss, C 379, 26, l1) consta que "procede da família mais antiga e mais ramificada da vila de Sousa e Comarca de Pombal da Província da Paraíba. Ocupou os cargos de Juiz Ordinário e Juiz de Paz desde o ano de 1832; Vereador à Câmara Municipal em 1840 e presidente da mesma em 1842; Major do Batalhão da Guarda Nacional do município, comandante de 1838 a 1842 por impedimento do Tenente-coronel Comandante suplente de Delegado de Polícia, nomeado pelo governo da Província (...). Um documento datado de 12 de dezembro de 1842, expedido pelo Palácio do Governo da Paraíba (BN SMss Cc. 379, 26 (2)), declara-o o "decidido monarquista e

amigo da ordem, abastado, de caráter grave, de família distinta e de gozar muito boa reputação" (...).

Casou com D. Maria Teodora Barreto Correia de Sá.

Thiago Aécio Souza (2022, 80) o dá casado com Ana Felicia de Sá, com os filhos:

Ana Felicia de Sá, casada com seu primo o capitão-mor Francisco Antônio Correia de Sá.

Major Bento Correia de Sá Júnior

Filha casada com José Joaquim de Sá Barreto

Qn 2.2.2.9.6.4 – Francisco Antônio Barreto de Sá.

Francisco Antônio Barrero de Sá, sem descendentes. Thiago Aécio de Sousa (2022, 83), o dá casado com Maria Francisca de Albuquerque.

Qn 2.2.2.9.6.5 – Joana Francisca Xavier de Albuquerque

Joana Francisca Xavier de Albuquerque. Mãe do Capitão-mor Francisco Antônio Correia de Sá.

D. Joana Francisca Xavier de Albuquerque, de cujo relacionamento com o Padre Luiz José Correia de Sá, vigário de Piancó e seu parente próximo, resultou um filho:

1. Francisco Antônio Correia de Sá (BN, MSss. C 162, 24). Sargento-mor de Ordenança Montada da vila de Sousa (MES, Doc. Hist. Rv 1817 vol. CI, p.369).

O Padre Luiz José Correia de Sá, a 8.6.1786 requer sesmaria (no. 847, 1786, vol. 1. Fl. 414): "O Padre Luiz José, morador no sertão do Rio do Peixe pede concessão de sesmaria de terras por ele descobertas extremando no poente com a data das Cajazeiras e pelo nascente com as terras da Alagoa do Suma (?) e Pitambeiras, pelo sul com terras da Cachoeira e Tigre e pelo norte com os providos do Apody, compreendendo na mesma data a serra da Cachoeira com todas as suas fraldas e tanque de água; concedida no governo de Jerônimo José de Melo Castro.

O Padre Luiz José Correia de Sá foi um dos principais revolucionários de 1817 na vila de Sousa, comarca de Pombal (...). O filho que fora de 1812 a 1817 elevado de alferes a sargento-mor das Ordenanças da vila de Sousa, foi solidário com o pai, e durante a revolução ostentou os títulos de "inspetor" e "comandante" e "ordenança montada". O

Padre Luiz José, vigário de Piancó, o vigário de Pombal e Francisco Antônio organizaram e reuniram na vila de Sousa tropa para cercar e atacar a vila do Icó, na Capitania do Ceará (idem, p. 102). O comando das forças foi confiado a Manoel Joaquim Cezar, o qual deveria permanecer à frente das tropas de milicianos e de Ordenanças das vilas de Pombal e de Sousa, unindo-se, como se uniu, com o Padre Luiz José Correia de Sá, com o sargento-mor Francisco Antônio Correia de Sá, com o capitão-mor Patrício José de Almeida e com outros. Esses chefes (idem, arc. 50 e 60) juntaram um corpo de 700 a 800 homens.

Iniciaram a marcha, porém, atingida a vila de Campina, voltaram para Pombal.

O Padre Luiz José foi preso, o sargento-mor foi preso a 17 de julho de 1817, sendo considerado o no. 138 (MES Doc. Hist. Rev 1817 CVI, f. 186), réu incomunicável metido nos cárceres da cadeia da Bahia, por força da pronúncia da devassa da Comarca do Ceará. Solicitou ao rei soltura e restituição à sua numerosa família. Foi perdoado.

Sx 2.2.2.9.6.5.1 – Capitão-mor Francisco Antônio Correia de Sá. Foi trucidado em 1832 no ataque a Souza pelas tropas do coronel José Dantas Rothea, juntamente com outras autoridades de Souza. Casou com Ana Felicia de Sá, filha do tenente-coronel Bento Correia de Sá e Ana Felicia de Sá. Pais de:

Joaquina Leocádia de Sá Barreto. Casou com seu primo o major Francisco Antônio Correia de Sá, filho do capitão José Gomes de Sá e Maria Lourença de Sá.

Qr 2.2.2.9.7 – D. Ana Francisca de Sá

TN 2.2.2.10 Luisa Barreto de Albuquerque, casou com Pedro Marinho de Barros e Mello e não teve filhos (AAM).

Luisa Barreto de Albuquerque, conforme Afonso de Albuquerque e Mello casou-se com Pedro Marinho Barros e Mello e não tinha havido filhos até 1770. Borges da Fonseca (Nob. I, 137 (3-4); 138 (4-5); Nob. II, 409, parag.2, (7)) dá-la casada com Pedro Marinho de Barros, não havendo sucessão. Pedro Marinho de Barros (ou de Barros Melo) era filho de Luiz Marreiros de Sá, nascido na Bahia, senhor do engenho Megaipe de Baixo com sua capela sob invocação de São Felipe e S. Thiago, em 1638, na freguesia de Muribeca, antes da guerra da restauração. Capitão de Ordenanças do Cabo, por patente do governador João da Cunha Souto Mayor, de 6.11.1685. Em 1701 já era casado com D.

Brites de Mello (ou Beatriz). Pedro Marinho de Barros e Mello era neto paterno de Luis Marreiros e de sua mulher D. Juliana de Oliveira e neto materno do mestre-de-campo Marcos de Barros Correia e de sua mulher D. Margarida de Mello (Nob. I, 137 (4); Nob , 407, parag. 1º (4); parag. 10; 408 (5-6); 409, parag. 2º (6-7). Marcos de Barros Correa, que nasceu em 1641, fora capitão do Terço de Infantaria do mestre-de-campo D. João de Sousa, por patente de 12.11.1665 e, depois, mestre-de-campo do Terço de Auxiliares da freguesia do Cabo, Ipojuca e Serinháem, por patente de 21.12.1661 (...) e vereador em 1681. Fora filho de João de Barros Correa e de D. Luiza de Albuquerque, filha de Jorge Leitão de Albuquerque e de sua mulher D. Magdalena Barbosa. D. Margarida de Mello era filha do mestre-de-campo Pedro Marinho Falcão e de sua mulher D. Brites de Mello (Nob. II, 408 (5-6)).

TN 2.2.2.11 – D. Margarida Barreto de Albuquerque. Faleceu solteira.

BN 2.2.3 – Diogo Paes Barreto

Filho 3: [YS: cortado no caderno].

Diogo Paes Barreto, religioso de S. Felipe Nery, convento da Madre de Deus no Recife, onde faleceu (Nob. II, p. 28). Seu irmão Felipe Paes Barreto informou que morreu no contágio de 1686 (...). Diz Evaldo Cabral de Mello que a congregação era " .... da proteção e da devoção dos comerciante portugueses (O nome e o Sangue, p. 29).

[YS: Incluímos carta dada em Barbados, a 15 de junho de 1992:

<< Meu caro José Antônio, peço-lhe fazer chegar ao Dr. Sylvio Paes Barreto a seguinte informação que lhe prometi.

No processo de Felipe Pais Barreto à Ordem de Cristo (HOC,F,28,5), consta certidão da Madre de Deus, Recife 12 de junho de 1715, na qual os padres Agostinho Nunes, João da Costa e Silvestre Simões certificam que Diogo Pais Barreto " foi congregado nesta Congregação e estudou para sacerdote e foi aceito pelo nosso venerável padre João Duarte do Sacramento, 1º preposto desta Congregação, bispo eleito e confirmado de Pernambuco, precedendo as inquirições de genere que tirava a todos que admitia, conforme os nossos privilégios. Viveu o dito irmão nesta Congregação 4 anos com bom procedimento que edificava a todos. Faleceu nesta Casa da Madre de Deus da vila do Recife no

ano de 1686 no contágio da enfermidade geral que houve em Pernambuco". (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Habilitações à Ordem de Cristo, F. 28,5). Abraço afetuoso do primo e amigo, Evaldo >>.

BN 2.2.4 – Antônio Paes Barreto

Filho 4:

Antônio Paes Barreto, 4º filho de Estevão Paes Barreto, 4º Morgado do Cabo.

Antônio Paes Barreto. Capitão-mor do Cabo. Sargento-mor de Una quando da guerra dos Mascates – fazendo partido dos mascates sob as ordens de Cristóvão Paes Barreto (de Melo), Capitão-mor de Una, seu primo. Senhor do engenho Una, primitivamente situado no termo da mesma vila e, posteriormente, na freguesia de S. José do Rio Formoso. Teria sido também proprietário do engenho Anjo, na freguesia de Serinhaém.

O Sargento-mor Antônio Paes "saiu do engenho das Ilhetas em 29.6.1711 (Calamidades, 193) ... lhe roubaram bastante dinheiro, boas armas e muita roupa".

Antônio Paes Barreto casou com D. Maria da Fonseca (Barbosa), filha legitima do Padre Afonso Brás Vila Boas e de sua mulher D. Maria da Fonseca, com a qual havia casado antes de ser sacerdote (Afonso de Albuquerque Mello). D. Maria da Fonseca era filha legitima do Tenente-coronel Afonso Barbosa que, posteriormente, tomou o hábito de S. Pedro, tornando-se conhecido como Padre Afonso Broa (Nob. I, 26-28), (Nob. I, 29, 65. 458; II, p. 168, 461), (Nob. I, 26-28). Filhos (Afonso de Albuquerque Mello):

1. D. Ignes Barreto de Albuquerque
2. D. Maria de Albuquerque
3. D. Ursula de Albuquerque
4. D. Sebastiana de Albuquerque
5. D. Jeronima de Albuquerque

[Borges da Fonseca dá outra ordem] (Nob. II, 28-29):

1. D. Inês Barreto de Albuquerque
2. D. Maria de Albuquerque
3. D. Sebastiana de Albuquerque (faleceu solteira)
4. D. Jeronima Paes Barreto, vive ainda solteira.
5. D. Ursula José de Mello, que não foi listada por Borges da Fonseca no título, porém que consta do texto da Nobiliarchia (Nob. I, 29(5), 458 (5)) (1776).

I

TN 2.2.4.1 Inês de Albuquerque foi viúva do Coronel Afonso de Albuquerque (Mello), sem sucessão, casou com João de Crasto de Albuquerque (Al. fonim). Teve um único filho: João Paes Barreto, solteiro. [YS – em nota anexa, obtida de Afonso de Albuquerque Mello].

D. Inês Barreto de Albuquerque (Nob. II, 26-28), terceira esposa de Afonso de Albuquerque Mello, conforme Borges da Fonseca (Nob. II, 26-28), Coronel, Fidalgo da Casa de Sua Majestade e sucessor das capelas que eram da administração de seu pai José de Sá e Albuquerque (1620-1711), alcunhado de "olho de vidro", casado com D. Catarina de Mello e Albuquerque, sua sobrinha e filha de Felipe Paes Barreto e de D. Brites de Albuquerque (Nob. II, 26, 371-372).

Recebeu carta patente de confirmação do posto de capitão de Ordenança da vila de Serinhaém, de 24 de outubro de 1710 (Nobres e Mascates, p. 155, Chanc. D. João V, Lo. 24 fls. 356v). Vereador da Câmara do Recife em 1719 (Nobres e Mascates, 155). Faleceu em meados do século XVIII, já muito velho e foi sepultado na sua capela-mor na igreja do Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Olinda (Nob. II, 372). Do matrimônio não houve filhos [YS – ver informação acima].

Em 1761, 3º Morgado de Eng. Santo André estava à frente dos engenhos Santo André e Engenho Novo o Capitão Afonso de Albuquerque Mello.

[YS: Evaldo (Nome, 315) esclarece que Afonso de Albuquerque de Melo casou três vezes, sem deixar sucessão: a primeira com Ana Maria Accioli, filha de Zenobio Accioli de Vasconcelos e Maria Pereira de Moura; a segunda com Mariana da Câmara, filha de Matias de Albuquerque Maranhão e Isabel da Câmara; a terceira com Inês Barreto de Albuquerque, filha de Antônio Pais Barreto e Maria da Fonseca Barbosa].

II

TN 2.2.4.2

D. Maria de Albuquerque casou-se com Mathias de Albuquerque Maranhão, fidalgo Cavaleiro, com sucessão.

D. Maria de Albuquerque, casada com o Tenente-coronel Matias de Albuquerque Maranhão, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real (Nob. I, 18 (6); II, 29), filho do Capitão-mor Afonso de Albuquerque Maranhão, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, senhor do engenho Diamante, da freguesia de Goiana, na Capitania de Itamaracá e falecido em 1730 (Nob. I, 16) e de D. Adriana Vieira de Sá, filha de João Alves Vieira, Cavaleiro da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. Deste matrimônio houve os seguintes filhos (Nob. 16, parte 1ª, Cap. 5)

1. Matias de Albuquerque Maranhão, solteiro.

2. Antônio Paes Barreto de Albuquerque Maranhão (Nob. II, 63 (1); 84 (1)) casou-se com D. Lusia Joaquina de Albuquerque Maranhão, filha do Coronel José Francisco Régis de Albuquerque Maranhão e de sua mulher D. Adriana de Albuquerque Mello e neta paterna do Capitão-mor Gaspar de Albuquerque Maranhão, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, e de sua mulher D. Luísa Vieira de Sá.

3. D. Maria do Carmo de Albuquerque Maranhão. Solteira.

4. D. Felipa de Albuquerque Mello, solteira.

5. D. Lusía de Albuquerque de Mello. Casada. Casou com Manoel Cavalcanti de Albuquerque e Lacerda, filho legitimo de Manoel Carneiro de Lacerda, Fidalgo Cavaleiro da Casa de Sua Majestade, e de sua mulher Madalena Pacheco de São Lourenço, e senhor do engenho Tapirema (Itapirema). Foram pais de:

1. Filho de nome ignorado, "que serviu de Capitão dos Granadeiros dos Auxiliares de Goiana e de vereador .... de juiz ordinário dela ... sem sucessão.

2. Manoel Carneiro de Lacerda Cavalcanti de Albuquerque, solteiro.

3. Francisco Cavalcanti de Albuquerque de Lacerda, solteiro.

4. Ignácio Cavalcanti de Albuquerque de Lacerda, solteiro.

5. Gonçalo Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, solteiro.

6. Luis Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, solteiro.

7. D. Maria Cavalcanti de Albuquerque, solteira.

III

TN 2.2.4.3

D. Ursula de Albuquerque casou com o Capitão Sebastião Bezerra de Albuquerque, sem prole em 1776.

[YS: Ver abaixo].

IV

TN 2.2.4.4

D. Sebastiana de Albuquerque (Nob. II, 29), que faleceu solteira (em 1770 ?)

V

TN 2.2.4.5

D. Jeronima Paes Barreto (Nob. I, 29(5-5) que Borges da Fonseca diz que vive ainda solteira.

D. Jeronima de Albuquerque casou com o Capitão Antônio de Carvalho de Albuquerque, irmão do acima citado [Sebastião Bezerra de Albuquerque]. Sem filhos ?

Noutros passos o mesmo genealogista anota que casou com Antônio de Carvalho Cavalcanti, adotando os nomes de Jeronima Lusia Cavalcanti de Albuquerque (Nob, I, 234; II, 168-461 (5)) ou de Jeronima Lusia Barreto de Albuquerque (Nob. I, 28; 458 (5-5)).

Antônio era filho de Sebastião Bezerra ou Sebastião Bezerra Monteiro (Nob. I, 29, 234-235) ou ainda Sebastião Bezerra Cavalcanti (Nob. II, 461 (5)) e de D. Maria Madalena de Carvalho (..), filha do sargento-mor, depois capitão-mor Bernardino de Carvalho Andrada e de sua mulher, D. Laura Cavalcanti (Nob. I, 29, 234-235; II, 406 (4)).

Deste casamento havia nascido até 1757 (Nob. I, 30, 234 (9-9), 235, 458; II, 461(4-5-6)), os seguintes filhos:

V-1 Antônio de Albuquerque Barreto, estudante com 16 anos, em 1757 (Nob. I, 30 (6), 234 (10); II 168 (7), 458 (7), 461 (5-6)).

V-2 Lourenço Cavalcanti de Albuquerque (Nob. I, 30 (6), 234 (10); II, 168 (7), 458 (6), 461 (6)).

V-3 Estevão Paes Barreto (Nob. I, 146, 458 (6); II, 168 (7), 461 (6)).

V-4 D. Maria de Albuquerque (Nob.I, 235 (10), 458 (6); II, 168 (7), 461 (6)).

V-5 D. Laura Cavalcanti (Nob.I, 458 (6); II, 168 (7), 461 (6)) ou Laura Cavalcanti Bezerra (Nob.I, 234 (10)).

V-6 D. Jeronima Lusia Barreto (Nob. II, 168 (7), 462 (6)), ou Jeronima Lusia Barreto de Albuquerque (Nob.I, 458 (5-6)).

V-7 D. Ignacia Cavalcanti (Nob.I, 458 (6); II, 168 (7), 461 (6)).

V 8 D. Ana Cavalcanti (Nob.I, 458 (6); II, 168 (7), 461 (6)).

Orlando Cavalcanti ( ) opina que Antônio Carvalho Cavalcanti casado com D. Jeronima Lusia Barreto de Albuquerque, era também conhecido por Antônio de Carvalho Cavalcanti de Andrade e atribui ao casal os seguintes filhos:

1. Antônio Cavalcanti de Albuquerque Barreto
2. Lourenço Cavalcanti Paes Barreto (o pintadinho)
3. Estevão Paes Barreto
4. Maria Felipa Cavalcanti, em lugar de Maria de Albuquerque, listada por Borges da Fonseca, casada com Manoel Leite Cavalcanti
5. Maria Cavalcanti, em lugar de Laura Cavalcanti, listada por Borges da Fonseca.
6. Jeronima Lusia Barreto
7. Ignacia Cavalcanti
8. Ana José Cavalcanti, em lugar de Ana Cavalcanti, listada por Borges da Fonseca, que casou com Lourenço Bezerra Cavalcanti (o de Panelas).

Qr 2.2.4.5.1 – Antônio Cavalcanti de Albuquerque Barreto. Sem notícias.

Qr 2.2.4.5.2 – (V-2) Lourenço Cavalcanti de Albuquerque ou Lourenço Cavalcanti Paes Barreto, alcunhado o Pintadinho, capitão e antigo diretor que foi do aldeiamento da tribo indígena dos Carijós, nas Águas Belas.

Casou-se com D. Maria Francisca Clara de Albuquerque Maranhão, natural da freguesia do Cabo ou da Escada, levada para Águas Belas dentro de um panacum (cesto de palha) e que faleceu com 72 anos, a 7 de março de 1821. Tiveram os seguintes filhos:

1. Antônio Cavalcanti Paes Barreto
2. D. Josefa Florentina de Albuquerque Maranhão

Qn 2.2.4.5.2.1 – (V-2.1) Antônio Cavalcanti Paes Barreto, de quem não há notícias, mesmo em Águas Belas, por não ter-se casado, nem deixado filhos.

Qn 2.2.4.5.2.2 – (V-2.2) D. Josefa Florentina de Albuquerque Maranhão, casou-se com Lourenço Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, filho do Capitão Comandante Lourenço Bezerra Cavalcanti (Lourenço de Panelas), Fidalgo Cavaleiro, casado com D. Ana José Joaquina Cavalcanti, irmã do próprio Lourenço Cavalcanti Paes Barreto, o Pintadinho.

Deixaram numerosa e ilustre descendência. Do casal é filho o Barão de Atalaia e são netos o conselheiro Lourenço Cavalcanti de Albuquerque e o general Apolinário Maranhão.

Sx 2.2.4.5.2.2.1 – (VI-2.2.1) Adriana Isabel de Albuquerque Maranhão, casou com Antônio Paes Barreto Cavalcanti, filho de Sebastião Paes Barreto Cavalcanti e sua segunda esposa D. Catarina de Albuquerque Cavalcanti, filha do capitão Felix da Costa Monteiro e de Brazia Cavalcanti Bezerra. Pais de 6 filhos:

St 2.2.4.5.2.2.1.1 – (VII-1) – Antônio Paes Barreto Cavalcanti

St 2.2.4.5.2.2.1.2 – (VII-2) – João Paes Barreto Cavalcanti

St 2.2.4.5.2.2.1.3 – (VII-3) – José Paes Barreto Cavalcanti

St 2.2.4.5.2.2.1.4 – (VII-4) – Luiz Cavalcanti de Albuquerque

St 2.2.4.5.2.2.1.5 – (VII-5) -

St 2.2.4.5.2.2.1.6 – (VII-6) -

Qr 2.2.4.5.3 – (V-3) Estevão Paes Barreto, que Orlando Cavalcanti suspeita ser o que casou com D. Ana Maria, no Brejo da Madre de Deus. D. Ana Maria faleceu em 1853, deixando dois filhos:

1. D. Paula Maria do Carmo, casada com Joaquim Rodrigues de Freitas.

2. Francisco Ferreira dos Santos.

Qr 2.2.4.5.4 – (V-4) Maria Felipa Cavalcanti, casada com o Capitão Comandante Manoel Leite Cavalcanti, filho do Comandante Regente Manoel Leite da Silva (o patriarca do Ararobá) e de D. Maria Cavalcanti de Albuquerque. Ver Gente de Pernambuco, de Orlando Cavalcanti, p. 204-218.

Maria de Albuquerque, segundo Borges da Fonseca (Nob. I, 146, 458 (6); II, 168 (7), 461 (6)) ou Maria Felipa Cavalcanti casou com Manoel Leite Cavalcanti, nascido em 1731, Capitão Comandante, de 60 anos de idade, em 1791, falecido nas Águas Belas em 19/2/1817, proprietário da Fazenda Riacho do Cordeiro ou Santo Antônio do Tará, no atual município da Pedra (Orlando Cavalcanti). Era filho de Manoel Leite da Silva e de D. Maria Cavalcanti de Albuquerque, neto paterno de Bento Leite de Oliveira e de D. Ascença da Silva Cavalcanti, filha de Manoel da Silva, o "Carapuça de Onça", português, e de D. Ana Potência de Brito Cavalcanti; neto materno de Manoel de Araújo Cavalcanti, Capitão de Cavalos do Recife (Várzea) e de D. Brazida Cavalcanti Bezerra, quinta neta de Felipe Cavalcanti (Sesmaria Pernambuco, no. 18, Caderno II, 1823-1992, f. 115).

Orlando Cavalcanti fez pesquisas inéditas sobre o ramo e informa os seguintes filhos:

1. Vicente Leite Cavalcanti
2. Leonardo Bezerra Cavalcanti
3. Antônio de Carvalho Leite Cavalcanti
4. Sebastião Paes Barreto Cavalcanti
5. João Cavalcanti de Albuquerque Melo
6. Manoel de Araújo Cavalcanti
7. José de Carvalho Cavalcanti
8. Tomaz Cavalvanti Leite de Albuquerque
9. Luiz Cavalcanti de Albuquerque

10. Luiz Gonzaga (de Araújo de Albuquerque Cavalcanti)

11. Manoela Cavalcanti de Albuquerque

12. Maria Cavalcanti de Albuquerque

Qn 2.2.4.5.4.1 – (VI-1) – Vicente Leite Cavalcanti, casou com Maria da Conceição Cavalcanti, filha de Francisco Bento Monteiro e de D. Maria Joaquina de Araújo Cavalcanti, com sucessão [O.C., Gente de Pernambuco, filhos p. 205-206].

Qn 2.2.4.5.4.2 – (VI-2) – Leonardo Bezerra Cavalcanti, que casou duas vezes, sobre cuja prole nos estenderemos mais porque muitos descendentes usaram o sobrenome Paes Barreto. Casou duas vezes. A primeira vez com D. Catarina de Alexandria Cavalcanti, filha do Coronel Teotônio Monteira da Rocha e de Inocência da Silva Cavalcanti. Foram pais de 8 filhos, segundo Orlando Cavalcanti [Gente, 208-209]:

Sx 2.2.4.5.4.2.1 – (VII-1) – Tomaz Paes Barreto. Casou com Joaquina Cândida de Albuquerque. Com sucessão [O. Cavalcanti, Gente, p. 206].

Sx 2.2.4.5.4.2.2 – (VII-2) – Antônio Monteiro da Rocha

Sx 2.2.4.5.4.2.3 – (VII-3) – Rita Bezerra Cavalcanti. [YS: Casou com Manoel de Melo Cavalcanti, filho de Francisco Bezerra Cavalcanti e Cosma Francisca Cavalcanti].

Sx 2.2.4.5.4.2.4 – (VII-4) – Maria Bezerra Cavalcanti. [YS: Casou com João Evangelista de Deus Cavalcanti, filho de Vicente Leite Cavalcanti e Maria da Conceição Cavalcanti, Sem sucessão].

Sx 2.2.4.5.4.2.5 – (VII-5) – Laura Bezerra Cavalcanti. [YS: Faleceu a 14.1.1830. Casou com Francisco de Sá Cavalcanti, filho do capitão Comandante Leonardo Bezerra Cavalcanti e Catarina de Alexandria Pessoa. Com sucessão].

Sx 2.2.4.5.4.2.6 – (VII-6) – Vitória Bezerra Cavalcanti. [YS: Casou a 9.2.1835 em Águas Belas com Manoel Leitão de Albuquerque, filho de Estevão Soares Leitão de Albuquerque e Inês Carneiro de Albuquerque. Com sucessão].

Sx 2.2.4.5.4.2.7 – (VII-7) – Catarina de Alexandria Cavalcanti de Albuquerque. [YS: Casou a 9.2.1835 com Silvestre Carneiro Leitão de Albuquerque, filho de Estevão Soares Leitão de Albuquerque e Inês Carneiro de Albuquerque].

Sx 2.2.4.5.4.2.8 – (VII-8) – Inocência Cavalcanti. [YS: Casada, com filhos].

Leonardo Bezerra Cavalcanti casou em segundas núpcias com D. Rita Cavalcanti de Albuquerque, filha do Capitão Felix da Costa Monteiro e de Brazida Cavalcanti Bezerra, tendo os seguintes filhos descobertos por Orlando Cavalcanti [O.C., Gente de Pernambuco, p. 207]:

Sx 2.2.4.5.4.2.9 – (VII-9) – Miguel Paes Barreto, que também aparece com o nome de Miguel Bezerra Cavalcanti e alcunhado de Miguelão. Casou com Isabel Bezerra Cavalcanti, filha do Capitão Felix da Costa Monteiro e de D. Brazida Cavalcanti Bezerra [O.C., Gente de Pernambuco, p. 107].

Sx 2.2.4.5.4.2.10 – (VII-10) – Izabel Bezerra Cavalcanti. [YS: Casou com Manoel de Albuquerque Cavalcanti, filho de João Cavalcanti de Albuquerque e Joana Tereza Cavalcanti de Albuquerque. Com sucessão].

Sx 2.2.4.5.4.2.11 – (VII-11) – Leonarda Bezerra Cavalcanti, nascida em 1816, casada a 25/11/1833 com José Paes Barreto Cavalcanti, filho do Capitão Sebastião Paes Barreto Cavalcanti e de Catarina de Albuquerque Cavalcanti. Tiveram 5 filhos, descobertos por Orlando Cavalcanti:

St 2.2.4.5.4.2.11.1 – (VIII-1) – Lourenço Paes de Albuquerque, casado com Manoela de Barros Cavalcanti, filha do Capitão José de Melo Cavalcanti, e de Maria Rosa de Barros.

St 2.2.4.5.4.2.11.2 – (VIII-2) – Catarina Alexandrina Cavalcanti, casada com Antônio Leite de Carvalho Cavalcanti, filho de Francisco Leite de Albuquerque Cavalcanti e de Sebastiana Paes Barreto Cavalcanti.

St 2.2.4.5.4.2.11.3 – (VIII-3) – Luiza Bezerra Cavalcanti, casada com José Bento Teixeira de Carvalho, filho de Manoel Teixeira de Carvalho e de Ana Joaquina da Conceição. Pais de:

1. Leonardo

2. Manoel

3. Apolinário

4. Joana

5. Marta

6. Josefa

St 2.2.4.5.4.2.11.4 – (VIII-4)– José Paes Barreto, casado com Antonia Maria da Conceição, filha de Vicente Dias e de D. Maria da Conceição.

St 2.2.4.5.4.2.11.5 – (VIII-5) – Sabastião Paes Barreto, casado com ..... Pais de:

1. Rita

2. Amélia

3. Jerônimo

4. Lourença

Qn 2.2.4.5.4.3 – (VI-3) - Antônio de Carvalho Leite Cavalcanti. [YS: Inventário em 1836, em Buique. Casou duas vezes. A primeira a 6.2.1797 com Luiza de Jesus Lins da Rocha, filha do capitão Comandante Leonardo Bezerra Cavalcanti e Catarina de Alexandria Pessoa, com 8 filhos. A segunda com Maria das Dores, tendo 6 filhoa].

Qn 2.2.4.5.4.4 – (VI-4) – Sebastião Paes Barreto Cavalcanti, Capitão. Inventário em 1839 (1º Cartório de Buique). Teve por sesmaria légua e meia de terra de plantar e criar na serra de Santa Maria, do então termo de Águas Belas (atual município do mesmo nome), cuja demarcação se fez a requerimento seu, datado de 15/7/1825, pertencendo o processo respectivo à Seção Administrativa da Arquivo Paroquial.

Casou em primeiras núpcias com Luiza Bezerra Cavalcanti, falecida em 16.12.1800 cujo inventário se procedeu nas Águas Belas e era possivelmente sua prima. Foram pais de [O.C., Gente, 209]:

Sx 2.2.4.5.4.4.1 – (VII- 1) – Luiza Cavalcanti de Albuquerque que Orlando Cavalcanti suspeita ser o primeiro filho do primeiro matrimônio. Casou com Manoel Martins dos Santos, conhecido por Manoel Vigilante, proprietário das fazendas Cabo do Campo, Cora Triste e Saco da Cobra, nas Águas Belas. Consta ter sido português, datando seu inventário de 1849 (2º Cartório de Águas Belas). Faleceu a 13.12.1848. Pais de:

St 2.2.4.5.4.4.1.1 – (VIII – 1) Manoel Cavalcanti dos Santos Titinho ou Manoel Cavalcanti de Albuquerque. [YS. Em 1849 era casado].

St 2.2.4.5.4.4.1.2 – (VIII – 2) João Martins Cavalcanti. [YS. Em 1849 era casado].

St 2.2.4.5.4.4.1.3 – (VIII – 3) Tomás Antônio Maciel Monteiro (Tomás da Caraíba), que tomava seu nome do desembargador homônimo, depois 1º Barão de Itamaracá. Casou com D. Ângela Custódia do Sacramento, natural da propriedade Sapucaia, na Muchila (Garanhuns). Pais de:

(1) Boaventura Perpetua de Barros, de 20 anos em 1867.

(2) Francisco Antônio Paes Barreto, de 19 anos. Falecido em 1915. Inventário no 1º Cartório de Águas Belas. Casou com Antonia Maria de Barros. Tiveram 8 filhos.

(3) Petronila Antonia de Barros, de 18 anos. Casou com Elias Martins de Albuquerque, filho de João Martins Cavalcanti e de Francisca Rodrigues de Albuquerque, com sucessão.

(4) Justino Pinto Maciel Monteiro, de 17 anos.

(5) Severo de Barros Pinto, de 15 anos.

(6) Custódia Maria de Barros, de 14 anos.

(7) Lourenço, de 9 anos.

(8) Antônio, de 8 anos.

(9) Antonia, de 6 anos.

(10) Jerônimo Antonio de Barros, de 5 anos.

(11) Alexandra, de 3 anos.

(12) Manoela, de 1 ano.

St 2.2.4.5.4.4.1.4 – (VIII – 4) Francisco Antônio de Albuquerque. Inventário em 1908 (2º Cartório de Águas Belas). Casou com Rosa Maria da Conceição, falecida em 2.11.1903, na fazenda Cabo de Campo. Tiveram 8 filhos.

St 2.2.4.5.4.4.1.5 – (VIII -5) José Umbelino dos Santos Cavalcanti (Casusa Umbelino do Bom Sucesso), de 25 anos em 1849, solteiro. Casou com Joana Maria de Barros Brasileira, tendo uma filha:

Maria Umbelina dos Santos. Casada nas Águas Belas, em 4.6.1888, com Antônio Lins de Albuquerque, viúvo de Maria da Glória Ramos.

St 2.2.4.5.4.4.1.6 – (VIII – 6) Antonia Luiza de Andrade, de 23 anos de 1849, solteira. Casou com Adrião Rodrigues de Araújo, filho de Elias Cavalcanti de Albuquerque e de Teresa Maria de Jesus, tendo um filho:

João Luiz de Araújo, casado em Garanhuns aos 21.9.1895 com Francisca Accioli Cavalcanti de Albuquerque, filha de Leocádio Francisco Cavalcanti de Albuquerque e de Maria Ignacia Accioli Ramos.

St 2.2.4.5.4.4.1.7 – (VIII – 7) Sebastiana de Albuquerque Cavalcanti, casada com Francisco Rodrigues Lins Soares, filho de Francisco Soares Cardoso e de Joana Lins de Albuquerque, tendo três filhos.

St 2.2.4.5.4.4.1.8 – (VIII – 8) Maria de Jesus Cavalcanti de Albuquerque, casada com José Salvador Leitão. Pais de:

Maria Leite Cavalcanti

Luis Antônio de Melo

St 2.2.4.5.4.4.1.9 – (VIII –9) Carolina Maria do Carmo, casada com Manoel do Nascimento Chaves.

St 2.2.4.5.4.4.1.10 – (VIII – 10) Elias Cavalcanti de Albuquerque, falecido aos 30 anos de idade, em 23.2.1838 nas Águas Belas. Casou com Teresa Maria de Jesus, filha de Francisco Soares Cardoso e de Joana Lins de Albuquerque, tendo 7 filhos. Pais de:

Adrião Rodrigues de Araújo.

Vicente Ferreira de Araújo.

[YS: No inventário do avô, em 1849, são relacionados apenas 6 filhos:

Gaudêncio, 20 anos.

Josefa Maria Rodrigues, casada com Custodio José da Gama.

Sebastiana, 16 anos.

Adrião, 14 anos.

Vicente Gomes, 14 anos.

Luís, 11 anos.

St 2.2.4.5.4.4.1.11 – (VIII -11) Julião Cavalcanti de Albuquerque Melo. Falecido nas Águas Belas em 20.4.1847 com 30 anos. Casou com Ana Soares Lins de Albuquerque, filha de Francisco Soares Cardoso e de Joana Lins de Albuquerque. Tiveram três filhos. [YS: no inventário do avô Manoel Martins dos Santos, representando o pai: Cândido; Lusia, 3 anos; Julião, 2 anos].

(1) Cândido

(2) Julião

(3) Luzia Lins de Albuquerque, casada em Águas Belas, em 10.1.1865 com o professor Galdino Eleutério Teixeira de Barros, filho de Antonio Teixeira Vieira e de Rita Maria de Cássia tendo os filhos:

Dr. Galdino Lins de Barros Loreto [YS: 18.2.1866-11.4.1909].

Dr. Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto [Governador de Pernambuco]

Benvindo Teixeira Lins de Barros Loreto. [YS: 28.4.1868-..].

Sx 2.2.4.5.4.4.2 – (VII – 2) – Sebastião Bezerra Cavalcanti, que também aparece com o nome de Sebastião Paes Barreto Cavalcanti. [YS: Inventário em 1876, em Águas Belas. Casou a 25.8.1813 com Maria Santos, filha de José Vicente e Ana Bernarda. Com 3 filhos].

Sx 2.2.4.5.4.4.3 – (VII – 3) – Manoel Leite Cavalcanti. [YS: Casou com Maria do Espírito Santo. O.C. só identificou uma filha].

Sx 2.2.4.5.4.4.4 – (VII – 4) – Joaquina Leite Cavalcanti

Sx 2.2.4.5.4.4.5 – (VII – 5) – Antônio Paes Barreto de Albuquerque. [YS: Inventário em 1853, em Águas Belas. Casou com Barbara Leite de Araújo, com 5 filhos].

Casou a segunda vez com D. Catarina de Albuquerque Cavalcanti, filha do Capitão Felix da Costa Monteiro e de Rosa Cavalcanti Bezerra. Foram pais de:

Sx 2.2.4.5.4.4.6 – (VII – 6) – Antônio Paes Barreto Cavalcanti, Sinhozinho. {YS: Casou em Águas Belas em 12.11.1834 com Adriana Izabel de Albuquerque Maranhão, filha do coronel Lourenço Bezerra Cavalcanti de Albuquerque e Josefa Florentina de Albuquerque Maranhão. Sem sucessão].

Sx 2.2.4.5.4.4.7 – (VII – 7) – João Paes Barreto Cavalcanti. [YS: Inventário em 1884, em Águas Belas. Casou em Águas Belas a 29.11.1832 com Ana de Albuquerque Cavalcanti, filha de Bento Leite Cavalcanti e Tereza de Jesus Cavalcanti de Albuquerque. Com 2 filhos].

Sx 2.2.4.5.4.4.8 – (VII – 8) – José Paes Barreto Cavalcanti. [YS: Casou com Leonarda Bezerra Cavalcanti, filha de Leonardo Bezerra Cavalcanti e Rita Cavalcanti de Albuquerque. Com 5 filhos].

Sx 2.2.4.5.4.4.9 – (VII – 9) – Luiza Cavalcanti de Albuquerque. [YS: Faleceu a 23.2.1861, inventário em Águas Belas. Casou com João de Deus Cavalcanti. Com 10 filhos].

Sx 2.2.4.5.4.4.10 – (VII – 10) – Sebastiana Paes Barreto Cavalcanti. [YS: Casou com o capitão Francisco Leite de Albuquerque Cavalcanti, filho de Bento Leite Cavalcanti e Tereza de Jesus Cavalcanti de Albuquerque].

Qn 2.2.4.5.4.5 – (VI-5) – João Cavalcanti de Albuquerque Mello, falecido em 13/12/1822 na Fazenda das Caatingas (inventário no 2º Cartório de Garanhuns). Casou com Maria América de Albuquerque Cavalcanti, filha do Capitão Comandante Lourenço Bezerra Cavalcanti e de Ana José Joaquina Cavalcanti. Pais de 8 filhos, segundo Orlando Cavalcanti, [p. 214-218]:

Sx 2.2.4.5.4.5.1 – (VII-1) – Lourenço de Albuquerque Cavalcanti.[YS: Casou com Josefa de Albuquerque Maranhão, filha do capitão Bernardino de Carvalho de Albuquerque Maranhão e Barbara Edviges Cavalcanti de Albuquerque].

Sx 2.2.4.5.4.5.2 – (VII-2) – Manoel Aureliano de Albuquerque Cavalcanti. [YS: Inventário em 1898. Casou com Lourença de Albuquerque Pessoa Cavalcanti, filha do coronel Thomaz de Aquino Cavalcanti e Maria da Penha Cavalcanti. Com 7 filhos].

Sx 2.2.4.5.4.5.3 – (VII-3) – Justa Balbina Cavalcanti. [YS: Casou com o major Alexandre de Albuquerque Cavalcanti, filho do coronel Thomaz de Aquino Cavalcanti e Maria da Penha Cavalcanti. Com filhos.].

Sx 2.2.4.5.4.5.4 – (VII-4) - Bárbara Edwiges Cavalcanti de Albuquerque. [YS: Casou com o capitão Bernardino de Carvalho de Albuquerque Maranhão, filho do coronel Lourenço Bezerra Cavalcanti de Albuquerque e Josefa Florentina de Albuquerque Maranhão. Com filhos.].

Sx 2.2.4.5.4.5.5 – (VII-5) – Paulo Cavalcanti de Albuquerque. Casado.

Sx 2.2.4.5.4.5.6 – (VII-6) – João Paes Barreto de Melo Cavalcanti. Casou com Carlota Joaquina de Melo, filha de José Jerônimo de Albuquerque Melo e de Ana de Albuquerque Cavalcanti. Pais de 4 filhos:

St 2.2.4.5.4.5.6.1 – (VIII-1) – Maria Paes de Melo Cavalcanti. [3] [YS: Com 28 anos em 1868].

St 2.2.4.5.4.5.6.2 – (VIII-2) – Ana Paes de Melo Cavalcanti, casada com o Major Antônio Marques de Albuquerque Cavalcanti, Cavaleiro das Imperiais Ordens da Rosa e de Cristo, filho do Capitão Pedro Leite de Albuquerque Cavalcanti e de D. Catarina de Alexandria Pessoa. Tiveram seis filhos, segundo Orlando Cavalcanti. [2]

St 2.2.4.5.4.5.6.3 – (VIII-3) – Josefa Paes de Melo Cavalcanti, solteira, com 20 anos em 1868. [4]

St 2.2.4.5.4.5.6.4 – (VIII-4) José Paes de Melo Cavalcanti (Zumba), Capitão, de 22 anos de idade , em 1868. [1]

Sx 2.2.4.5.4.5.7 – (VII-7) – Bento Américo Leite Cavalcanti. [YS: Inventário em 1856, em Garanhuns. Casou com Venância de Alexandria Pessoa Cavalcanti, filha do coronel Thomaz Cavalcanti de Aquino e Maria da Penha Cavalcanti. Com 3 filhos].

Sx 2.2.4.5.4.5.8 – (VII-8) – Manoel de Jesus Cavalcanti. [YS: Casou com Bento Cavalcanti de Albuquerque Melo].

Sx 2.2.4.5.4.5.9 – Ana José Joaquina Cavalcanti. [YS: Esta nona filha está em O.C. Gente, vol 3, 25].

Qn 2.2.4.5.4.6 – (VI-6) – Manoel de Araújo Cavalcanti (O.C, 205). [YS: Casou com Ignacia Izabel Cavalcanti, filha do coronel Teotônio Monteiro da Rocha e Inocência da Silva Cavalcanti].

Qn 2.2.4.5.4.7 – (VI-7) – José de Carvalho Cavalcanti.

Qn 2.2.4.5.4.8– (VI-8) – Tomáz Cavalcanti Leite de Albuquerque.

Qn 2.2.4.5.4.9 – (VI-9) – Luiz Cavalcanti de Albuquerque.

Qn 2.2.4.5.4.10 – (VI-10) – Luiz Gonzaga (de Araújo de Albuquerque Cavalcanti).

Qn 2.2.4.5.4.11 – (VI-11) – Manoela Cavalcanti de Albuquerque, que casou com o Capitão Comandante Manoel Tenório de Albuquerque, filho do Capitão José Fernandes Tenório e de D. Maria das Montanhas Cavalcanti. D. Manoela faleceu no dia 1 de abril de 1845, deixando 11 filhos descobertos por Orlando Cavalcanti (205).

Qn 2.2.4.5.4.12 – (VI-12) – Maria Cavalcanti de Albuquerque (O.C., 205). [YS: Casou com Semeão Correia de Albuquerque, filho do capitão André Cavalcanti de Albuquerque Arcovere e Ursula Jeronima Cavalcanti].

Qr 2.2.4.5.5 – V-5 Maria Cavalcanti, casada com Antônio da Costa Leite de Drummond, filho de Salvador Coelho de Drommond e de D. Leonarda Bezerra Cavalcanti de Albuquerque. Com sucessão;

A versão de Borges da Fonseca é a seguinte (Nob.I, 408 (7)):

D. Laura Cavalcanti (considerada Maria Cavalcanti por Orlando Cavalcanti), casou com Antônio da Costa Leitão de Dormont, filho de Salvador Coelho de Dormont que foi Capitão de Cavalos e faleceu em 1773 e de D. Leonarda Bezerra Cavalcanti, filha do Capitão Antônio da Costa Leitão, senhor do engenho Caraú, e de sua mulher, D. Maria Cavalcanti.

Antônio da Costa Leitão de Dormont sucedeu o pai no senhorio do engenho Caraú e foi, como o pai, Capitão de Cavalos. Do casamento, havia nascido até o momento da listagem os seguintes filhos:

1. Antônio da Costa Leitão de Dormont.

2. Leonardo Bezerra Cavalcanti de Dormont

3. Jeronima Cavalcanti Paes Barreto

4. Salvador Coelho de Dormont

5. Maria Bezerra Cavalcanti de Albuquerque

Qr 2.2.4.5.6 – (V -6) Jeronima Luisa Barreto

Qr 2.2.4.5.7 – (V-7) Ignacia Cavalcanti

Qr 2.2.4.5.8 – (V-8) Ana José Joaquina Cavalcanti ou Ana Cavalcanti, casada com o Capitão Comandante Lourenço Bezerra Cavalcanti, (Lourenço de Panelas). Pais de (O.C., 44-53):

Qn 2.2.4.5.8.1 – (VI-1) – Lourenço Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, casado com D. Josefa Florentina de Albuquerque Maranhão, filha de seu tio Lourenço Cavalcanti Paes Barreto, (o Pintadinho) e de D. Maria Francisca Clara de Albuquerque Maranhão.

VI

TN 2.2.4.5 – a mesma TN 2.2.4.3, acima

D. Ursula José de Mello (Nob. I, 29 (5-5), 234, 458, 485 (5-5)), casou com Sebastião Bezerra Cavalcanti. Capitão do Regimento de Cavalaria (Nob. I, 458 (5). Juiz Vereador de Olinda, em 1766. Capitão de Cavalos da freguesia de Santo Amaro (Nob. I, 234 (Parag. 18,9). Deste casamento não houve sucessão.

Noutras oportunidades, considerado por Borges da Fonseca (Nob.II, 168 (5)), como tendo sido Capitão do Regimento de Cavalaria e Juiz Vereador em Olinda, em 1766. A irmã de D. Ursula, D. Jeronima, era casada com um irmão do marido da mesma, Antônio Carvalho Cavalcanti (Nob. I, 29 (4-5)), e ambos eram filhos de Sebastião Bezerra Monteiro e de D. Maria Madalena de Carvalho, filha do Sargento-mor e depois Capitão-mor Bernardino de Carvalho e de sua mulher D. Luiza (Nob. 231) ou Laura (Nob., 458) Cavalcanti.

BN 2.2.5 – Fernão Rodrigues de Castro (filho do - 4º Morgado – Estevão Paes Barreto II

[YS: como a descendência deste F5 ocupa quase 80 páginas, foi introduzida esta relação dos filhos e netos]:

1. João Marinho Falcão
2. Estevão Paes Barreto
3. Francisco Xavier Barreto
4. José Rodrigues de Castro

1. João Paes Barreto
2. José Rodrigues de Castro Júnior

5. Pedro Marinho Falcão

1. João Paes Barreto
2. José Marinho Falcão
3. Ignácia Bernarda Lins
4. Francisca Maria da Rocha

6. Diogo Paes Barreto
7. Manoela Luzia de Mello

Fernão Rodrigues de Castro (Nob. I, 127; II, 27 e 217) tomou o nome de seu tio avô homônimo, residente na freguesia de Ipojuca (Wileke), irmão de sua avó paterna, D. Catharina de Castro Távora (Nob. II, 27 e 37), ambos filhos de Miguel Fernandes Távora (Nob. II, 27 e 37), natural de Lisboa, "mais fidalgo que cavaleiro" e de D. Maria Álvares (Alves) de Castro, natural da freguesia de Ipojuca.

Nascera em 1636, pois teria 25 anos quando, em 1661, fora lavrador, no engenho Pirapama, na freguesia de Santo Antônio do Cabo de Santo Agostinho, o testamento de seu pai (Nob. II, 217).

Deve ter sido natural do Cabo e fora vereador à Câmara de Olinda, em 1702 (Nob II, 217).

Conforme Eugênio de Mendonça Paes Barreto teria sido mestre-de-campo do terço da freguesia de Muribeca, Cabo e Ipojuca.

Consta da "Genealogia da Família Souza Leão" que fora senhor do engenho Santo Estevão. Julgamos mais provável que haja substituído o pai na direção do engenho Pirapama, que permaneceu depois de sua morte, ocorrida provavelmente antes de 23 de junho de 1709 (codicilo do testamento de D. Inês Barreto de Albuquerque, DP vol II), na posse do filho primogênito.

Casou-se e foi o primeiro marido, conforme Borges da Fonseca (Nob I, 12; II 29), de D. Brites Maria da Rocha, filha de João Marinho Falcão e de D. Maria da Rocha (Lº da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Olinda – 1682-1859).

Seu sogro João Marinho Falcão foi capitão do terço de Auxiliares, [de que seu pai era mestre-de-campo], por carta-patente do governador Jerônimo de Mendonça Furtado ( ) de 29 de março de 1666. Deste posto passou ao de Sargento mor da Ordenança de Muribeca, Cabo e Ipojuca por patente do governador D. Pedro de Almeida ( ), em 6 de fevereiro de 1675, posto no qual foi reformado por Ordem Real de 20 de agosto de 1678. Vereador da Câmara de Olinda, em 1682 e juiz ordinário da mesma, em 1694. Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Olinda, em 1695 e juiz de fora da mesma cidade, em 1703 (...).

O visado João Marinho Falcão era filho de Pedro Marinho e de D. Ana Brites de Mello ( ), neto paterno de Vasco Marinho Falcão, natural do Minho, em Portugal, e de D. Inês Lins, filha de Cristóvão Lins, alcaide mor hereditário de Porto Calvo, e de sua mulher D. Adriana de Holanda ( ) e neto materno de Manoel Gomes de Mello, senhor do engenho Trapiche, da freguesia de Santo Antônio do Cabo, e de sua mulher, D. Adriana de Almeida ( )

D. Maria da Rocha era, conforme Borges da Fonseca ( ), filha de André da Rocha Dantas, que fora Cavaleiro da Ordem de Cristo, e "um dos valorosos capitães de nossa guerra" e de D. Maria de Souza; neta paterna de André da Rocha Dantas, natural de Viana, em Portugal, e de sua mulher, D. Mécia Barbosa, natural do rio São Francisco; neta materna dos mesmos Vasco Marinho Falcão e Inês Lins, acima citados.

Todavia, Borges da Fonseca, em outro trecho do texto da Nobiliarchia (Nob.), assevera que André da Rocha Dantas, português, e D. Mécia Barbosa, eram pais de André da Rocha Falcão "cavaleiro da Ordem de Cristo e um dos valorosos capitães da guerra contra os Flamengos" e de Mécia da Rocha, casada com Bartolomeu Lins. Esta versão é confirmada por Jose Felix da Rocha Falcão, neto de Fernão Rodrigues de Castro, que em petição de justificação de nobreza, declarou que D. Maria da Rocha era filha de André da Rocha Falcão e de D. Maria de Souza ( )

Borges da Fonseca informa ( ) que Fernão Rodrigues de Castro e D. Brites Maria da Rocha tiveram os seguintes filhos:

- João Marinho Falcão
- Estevão Paes Barreto
- Francisco Xavier Barreto
- Joseph Rodrigues de Castro
- Pedro Marinho Falcão
- Diogo Paes Barreto
- Manoela Luzia de Mello

Afonso de Albuquerque e Mello registram os mesmos na seguinte ordem:

- João Marinho Falcão
- Estevão Paes Barreto, sacerdote

- Francisco Xavier Paes Barreto, sacerdote
- Pedro Marinho Falcão
- Diogo Paes Barreto
- José Rodrigues de Castro
- Maria Luiza de Mello

Trabalho apenso a árvore de costado da família Barros Barreto, encerrado em 1815 e existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fornece os nomes da seguinte ordem ( ):

- João Marinho Falcão
- Pedro Marinho Falcão
- José Rodrigues de Castro
- Diogo Paes Barreto
- Estevão Paes Barreto, padre
- Francisco Xavier Paes Barreto, padre
- Maria Luiza de Mello

TN 2.2.5.1 João Marinho Falcão (Filho 1)

Provavelmente tomou o nome em homenagem onomástica ao avó materno, o sargento mor João Marinho Falcão (Nob. I, 127(3);II,29).

Referido como capitão na ata da Câmara de Vereadores do Recife, de 08 de dezembro de 1736, foi vereador à mesma, em 1737 ( ). Recebeu patente de confirmação do posto de coronel do Terço Volante dos Moços Solteiros das freguesias de Muribeca, Cabo

e Ipojuca, em 12 de setembro de 1738 ( ) (processo de just. de nobreza de Antônio de Paula Souza Leão). E carta-patente de mestre-de-campo do Terço da Infantaria Auxiliar da Capitania de Pernambuco, em 9 de dezembro de 1740 ( ) Borges da Fonseca se refere ao Terço de Auxiliares das freguesias do Cabo, Ipojuca e Muribeca.

D. Domingos Loreto Couto trata-o como capitão-mor, título que não conseguimos comprovar.

[YS: em versão anterior: Borges da Fonseca (...) e seu filho José Felix da Rocha Falcão (....) asseguram que era senhor do engenho Pirapama].

Casou com D. Maria José da Rocha, filha de Cristóvão de Barros Rego, neto, 1ª morgado do engenho São Bento do Caiará e 1º administrador da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista (ou dos Coqueiros) e de sua mulher D. Ana Maria Wanderley.

O irmão primogênito de D. Maria José da Rocha, [Cristovão de Barros Wanderley], foi o segundo administrador dos dois vínculos e passou à irmã a administração da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista, entre 1732 e 1733, conforme notas deixadas por Dr. Augusto de Sousa Leão, Barão de Caiará; de acordo com as mesmas, só após a morte do irmão em torno de 1750, ela tomou a direção do morgado de São Bento do Caiará. Havia assim, razão para Borges da Fonseca ( ) considera-la terceira senhora do morgado do engenho São Bento do Caiará e segunda administradora da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista.

Do matrimônio houve extensa sucessão, da qual pretendemos tratar em estudo isolado sobre os referidos vínculos. [YS. Silvio não desenvolveu este estudo isolado, apesar de ter separado estudos sobre o morgado do Caiará].

TN 2.2.5.2 Estevão Paes Barreto (Filho 2)

Sacerdote do hábito de São Pedro (Nob. I, 138;II, 29).

Padre Francisco Sadoc de Araújo (Cronologia Sobralense, vol. I, 1979, 139) informa que durante o ano de 1742 houve intensas atividades ..... e religiosas em toda a

ribeira do Acaraú, no Ceará. Conforme se lê nos livros de assentos batismais e matrimoniais feitas nesse ano, pelo menos treze sacerdotes se encontravam no Curato, entre os quais o Padre Estevam Paes Barreto.

[FA informa que consta recebendo sesmaria no Ceará, constante na respectiva documentação].

TN 2.2.5.3 Francisco Xavier Barreto ou F. X. Paes Barreto (Filho 3)

Sacerdote do hábito de S. Pedro (Nob. I, 138;II, 29).

[YS: Em uma versão anterior escreveu : "um padre Francisco Paes (Hist. Territorial da Paraíba, vol. I), era proprietário de terras que foram dos jesuítas na Paraíba que se limitam para o poente com o sítio Capela, termo da vila de São Miguel, sítio parte pertencente aos alferes Damásio Nunes de Mello, João Fernandes Linhares e Manoel Pereira Soares"]. [YS: depois identifica este Padre em outro ramo].

TN 2.2.5.4 José (Joseph) Rodrigues de Castro (J.R. de Castro) (Nob. I, 138;II, 29) (Filho 4)

Tenente-coronel estava à frente do engenho Garapú, na freguesia de Santo Antônio do Cabo, em 1761 (FCG) (Perfil do tempo 1990, f. 37).

Atingiu o posto de mestre-de-campo dos Auxiliares (provavelmente do terço Auxiliar das freguesias de Muribeca, Cabo e Ipojuca).

Eleito a 1 de novembro 1769 vereador à Câmara do Recife (arquivo 162), tomava posse a 1 de janeiro de 1770. Era, então, o mestre-de-campo, o vereador mais velho.

Casou com sua prima legitima Maria Isabel Barreto de Albuquerque, filha de Felipe Paes Barreto, capitão-mor da freguesia de Santo Antônio do Cabo e de D. Margarida Albuquerque (ou Margarida Barreto de Albuquerque). Era D. Maria Isabel viúva, sem sucessão, de Afonso Maciel (Nob. I, 29).

Foram pais de:

1 João Paes Barreto

e provavelmente,

2. José Rodrigues de Castro Junior

3 .....

Fábio Arruda encontrou requerimento de 17.9.1785, no qual Maria da Conceição solicita, à Rainha D. Maria I, carta de legitimação do seu sogro, o mestre-de-campo José Rodrigues de Castro, reconhecendo seus filhos José Francisco, Estevão, João e Antônio Paes Barreto, como legítimos herdeiros.

Anoto (YS) que com Maria Isabel é dado como pai apenas de João Paes Barreto. Possivelmente o José Francisco seria o José Rodrigues de Castro Júnior, havendo mais Estevão, João e Antônio Paes Barreto, sem estar declarada a mãe.

Qr 2.2.5.4.1 João Paes Barreto

1 João Paes Barreto assinalado na Nobiliarchia (Nob. I 29) com letra diferente, possivelmente o que "natural da freguesia do Cabo, foi admitido irmão da Santa Casa de Misericórdia de Olinda (Lº 1682 a 1859) em 29 de julho de 1762, o que recebeu à mercê de Fidalgo Cavaleiro da Real Casa, concedida pelo Príncipe Regente D. João (futuro D. João VI) (AN – M. do códice 137, Lo. 5, fls..5v). Não conseguimos outras informações sobre o mesmo.

Foi pai de:

João Paes Barreto Júnior

Qn 2.2.5.4.1.1 - João Paes Barreto Júnior, nascido em 1766, foi nomeado em 26 de março de 1795 por D. Thomas José de Melo – capitão general e governador da

província de Pernambuco – capitão de uma das Companhias de Infantaria da Ordenança da freguesia do Cabo, da qual era capitão-mor Francisco do Rego Barros, posto que se achava vago pela reforma concedida a João Cavalcante de Albuquerque (APE – PE Pr 4 fls. 53 v).

D. Maria I, rainha de Portugal, confirmou a nomeação por carta-patente passada em Lisboa, a 9 de março de 1797 (APE –Pe - Pr 1 fls. 138).

Provavelmente foi este capitão João Paes Barreto o que concorreu com Francisco Paes Barreto, 8º morgado do Cabo, na eleição para capitão-mor da mesma freguesia, em 1812 (F.A.P.C Anaes 7, 324) e que durante e após a revolução de 1817, enquanto permaneceu o impedimento do efetivo, que fora preso, ocupou inteiramente o mesmo posto (M.E.S.- B.N.- Doc. Hist. Revolução 1817 CIX, 159); todavia em sua "defesa" ( ) Francisco Paes Barreto declara "que nunca perdeu o posto".

Casou-se com D. Joaquina Lins Caldas resultando os seguintes filhos (Frei Caneca, obras completas):

- Manoel Paes Barreto
- Joana Paes Barreto

N provavelmente, Francisca Isidora Paes

Sx 2.2.5.4.1.1.1 Manoel Paes Barreto, sobre quem não obtivemos informações.

Sx 2.2.5.4.1.1.2 Joana Paes Barreto, casou com José Maria Paes Barreto, filho de 2 João Paes Barreto, conforme Eugênio Mendonça Paes Barreto; 1 João Paes Barreto e Albuquerque como quer Afonso de Albuquerque e Mello ou 3 João Paes Barreto de Mello como considera Carlos Xavier Paes Barreto e de D. Antônia Francisca das Chagas, filha de Sebastião Antônio de Barros e Mello e de D. Maria Rita de Albuquerque e Mello, conforme Orlando Cavalcanti (Genealogia a História, DP 23/11/1966)

Para este genealogista João Paes Barreto era capitão-mor e morava com sua mulher no engenho Maciape, na freguesia de São Lourenço da Mata.

Eugênio de Mendonça Paes Barreto relata que, em idade avançada foram ambos assaltados por ladrões que os surraram e amarraram, tendo ambos sobrevividos por poucos dias. Carlos Xavier Paes Barreto informa que, octagenários, foram mortos por assassinos no engenho em que moravam, tendo os assassinos sido enviados para a ilha de Fernando de Noronha, onde não chegaram por haver naufragado a embarcação.

José Maria Paes Barreto foi administrador ou proprietário do engenho Pindoba, na freguesia de Ipojuca, quando da Revolução Praieira, e foi perseguido pelos revolucionários. Ele e a mulher foram pais de:

- Maria Francisca Paes Barreto
- José Maria Barreto Júnior
- Maria Januaria Paes Barreto, sem notícias.
- Maria Rita Paes Barreto, sem notícias.
- Alice Paes Barreto, sem notícias.
- Maria Paes Barreto (Mariinha), sem notícias.

José Maria Paes Barreto durante a Revolução Praieira, foi proprietário do engenho Pindoba, da freguesia de Ipojuca.

José Maria era considerado pelos seus correlegionários como um dos maiores fomentadores da agricultura (O velho Félix e suas memórias de um Cavalcanti, XXX prefácio de Gilberto Freyre e O Sete de Setembro, 1845-1846, de Lopes Gama).

José Thomaz Nabuco de Araújo assinala que durante o tempo da Praieira fora visado por ser parente do Barão da Boa Vista e por ocupar os postos de Delegado (de Nazaré) e de coronel de Legião (Justa apreciação, 5 e 6).

José Thomaz Nabuco de Araújo (Justa, f. 44 - transcrito de artigo do ... Lº 81) conta sobre ele: " Todos sabem que a polícia praieira, por ser indiciado o Sr. José Maria Paes Barreto, de dar couto a ladrões de escravos e cavalos, e como cúmplice desses crimes, julgou-se autorizada e com o direito de matar-lhe dois escravos, de apreender todos

os escravos e animais que achou no engenho Pindoba, de tratar grosseiramente a sua família, de insultar sua senhora, ameaçá-la de morte e de sevicias, se não indicasse o lugar aonde seu marido guardava os seus títulos e papeis e, finalmente, de entregar os escravos e animais apreendidos a quem quer que dissesse que eram seus e somente por meio de uma justificação produzida sem ciência da parte". Fora "a infeliz senhora do Sr. José Maria arrastada e metida na patrulha; seus filhos, crianças de tenra idade, arrancados dos braços de suas amas, e estas também apreendidas." José Nabuco de Araújo se refere também (op. cit. L.61) ao episódio da apreensão de escravos africanos vindos no iate Bom Jesus, em Porto de Galinhas, contrabando que os escritores praieiros atribuíram a José Maria Paes Barreto e José do Rego, seu cunhado."

Carlos Xavier presume que haja casado com D. Joana Paes Barreto.

Pais de, conforme Eugênio de Mendonça Paes Barreto:

Maria Francisca Paes Barreto

St 2.2.5.4.1.1.2.1 Maria Francisca Paes Barreto, descoberta por Eugênio de Mendonça Paes Barreto, ter-se-ia casado duas vezes.

A primeira com João Baptista Bezerra Cavalcante, senhor do engenho Serra (antigo Nossa Senhora da Estrela da Serra em Santo Antão – José Aragão. Hist. de Vit de Santo Antão, vol. 2, f. 44).

Foram pais de uma única filha:

Joana Januária Paes Barreto Bezerra Cavalcante

Ot 2.2.5.4.1.1.2.1.1 Joana Januária Paes Barreto Bezerra Cavalcante casou com o major Joaquim de Sá Cavalcante de Albuquerque, falecidos, ele a 8 de outubro de 1890 e ela em 1913.

Pais de:

- Joaquim de Sá Cavalcante de Albuquerque
- Maria Adelaide (de Sá) Cavalcante de Albuquerque
- Emilia Adelaide Cavalcante de Albuquerque
- Estevão de Sá Cavalcante de Albuquerque
- Artur de Sá Cavalcante de Albuquerque
- Antônio de Sá Cavalcante de Albuquerque – batizado com 1 ano, 6 meses e 27 (29) dias, a 04/09/1844 na capela do engenho Bom Jardim, na freguesia de Maranguape, Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, em 1888.
- Minervina de Cavalcante de Albuquerque
- Maria da Conceição de Cavalcante de Albuquerque
- Adélia de Cavalcante de Albuquerque
- Olindina Cavalcante de Albuquerque

A segunda vez, D. Maria Francisca Paes Barreto casou com Luiz de Albuquerque Maranhão, que recebeu à mercê de Cavaleiro da Ordem da Rosa, por decreto de 02 de dezembro de 1824. Não houve sucessão deste matrimônio.

St 2.2.5.4.1.1.2.2 João Maria Barreto Júnior**,** agraciado com a mercê de Oficial da Ordem da Rosa, por decreto de 02 de dezembro de 1854 (Códice 14, vol. 2)

Sx 2.2.5.4.1.1.3 Francisca Isidora Paes que segundo Orlando Cavalcanti era casada com José do Rego Barros e residiam em 16/04/1841 no engenho Camorim, da freguesia de São Lourenço da Mata. José do Rego Barros, em 1822 era casado com D.

Antonia Florinda de Mello e residiam na freguesia de Santo Antonio do Recife, tendo enviuvado em 1836.

Do primeiro matrimônio com D. Antonia Florinda de Mello resultaram os seguintes filhos:

- Inês do Rego Barros
- Caetana do Rego Barros
- Luiz do Rego Barros
- Francisco do Rego Barros ?

Inês do Rego Barros nasceu a 19 de fevereiro de 1822 e foi batizada na capela do engenho São Pantaleão do Monteiro, Recife, em 19 de Março de 1822.

Caetana do Rego Barros, nasceu a 22 de setembro de 1824e foi batizada na capela do São Pantaleão do Monteiro, Recife, em 13 de novembro de 1824.

Luiz do Rego Barros, batizado em 22 de novembro de 1829 na capela do engenho São Pantaleão, do Monteiro, no Recife.

Em 30/08/1853 (...) era casado e morador no Poço da Panela e em 24/06/1860 era casado e morador na freguesia da Boa Vista.

Francisco do Rego Barros, sem notícias.

Do provável segundo casamento, conforme Orlando Cavalcanti, com D. Francisca Isidora Paes não foram registrados filhos.

José do Rego Barros no domínio praieiro "foi pronunciado por seus crimes, inclusive furto de escravos no episódio de Porto de Galinhas e por outros crimes cometidos no Arraial." (A insurreição praieira, f. 218 – O velho Felix e as Memórias de um Cavalcante, f. xxx (Prefácio de Gilberto Freire) – e Lopes Gama, O Sete de Setembro 1845-1846). Os autores da "genealogia da Família Lacerda opinam que sua vida assinalou-se por atos contrários à moral e à honrosa tradição de seus irmãos e antepassados " (sic.)

Suspeitamos que se trate de José do Rego Barros, filho de Francisco do Rego Barros e de D. Maria Ana Cavalcanti / Francisca de Paula Cavalcanti, neto paterno de Silvestre Antônio de Barros e Melo e de D. Maria Rita de Mello e Albuquerque, e neto materno do coronel Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque (coronel Suassuna) e de sua mulher D. Felipa dos ... de Albuquerque.

Qr 2.2.5.4.2 – José Rodrigues de Castro Júnior

2 - JOSÉ RODRIGUES DE CASTRO JÚNIOR, alferes, que se achava a frente do engenho Molinote, na freguesia do Santo Antonio do Cabo, em 1761 (F.C.G.) Perfil do Tempo 1990 f. l 38.

Teria sido este alferes quem solicita ao Padre Antônio Pinheiro, notário apostólico da Diocese de Pernambuco uma informação sobre João Paes Velho Barreto publicada no Agiológico Lusitano, de Cardoso de Souza, Tomo 3, f. 248, o qual lhe satisfez o pedido em 09/08/1735 (Serie dos Albuquerques, L. 17, de Afonso de Albuquerque e Mello) ?

Qr 2.2.5.4.3 - ??

3 - Ignácio Rodrigues de Castro, [a quem] (que) foi concedida pelo governador e Capitão-general da Capitania de Pernambuco D. Tomás José de Mello, a patente de cabo de esquadra do Corpo de Artilharia do Recife, e que tinha como comandante Bernardo Rabelo da Silva Pereira, a 12/08/1788.

TN 2.2.5.5 PEDRO MARINHO FALCÃO. (Filho 5)

Borges da Fonseca (Nob. II, 29), por lapso denominou-o Pedro Maranhão Falcão. Fora Sargento e/ou Capitão-mor da freguesia de Santo Antonio do Cabo.

Casou com D. Inês Barbalho Uchoa – filha legitima de Álvaro Barbalho Uchoa e de Maria Barbalho, e viúva (Nob. I, 144 (4); 387 (7)), sem descendência, de Antônio Freire de Andrade, natural de Ilha de São Thomé.

Álvaro Barbalho Uchoa seria filho de Antônio Borges Uchoa e de D. Inês Barbalho, neto paterno de Marcos André e de Maria de Mendonça Uchoa e neto materno de Álvaro Barbalho Feijó e de D. Adriana Barbosa (Nob. I, 142 (1-2-2); 385 parag. 7 (5)).

Álvaro Barbalho Uchoa teria servido na Câmara de Olinda em 1712 (Nob. I, 139 (4); 144 (3)).

(D. Maria Barbosa seria filha de Manoel Barbalho Feijó (Feyo) e de D. Inês da Rocha (Nob I, 139 (4); 144 (3-4); 386.)

Borges da Fonseca anuncia sucessão deste matrimônio, porém não a revela (Nob I, 144 (4); 387 (7); II, 29). Afonso de Albuquerque e Mello (Serie Albuquerque) fornece a seguinte lista de filhos (Serie Albuquerque f. 27 – 27v):

1. João Paes Barreto
2. José Marinho Falcão
3. D. Ignácia Bernarda Lins
4. D. Francisca Maria da Rocha, solteira

Qr 2.2.5.5.1 João Paes Barreto, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, casou conforme ainda Afonso de Albuquerque e Mello com D. Ana da Paz Cavalcanti, filha do capitão Gonçalo Francisco Xavier Cavalcanti e Albuquerque e de sua mulher D. Bernarda Vieira, tendo filhos solteiros.

Borges da Fonseca ( ) informa sobre os pais de D. Ana da Paz Cavalcante: o capitão Gonçalo Francisco Xavier Cavalcanti era filho de Mathias Ferreira de Sousa II; proprietário do engenho Anjo, na freguesia de Serinhaém e Pantorra (com capela sob invocação de Nossa Senhora da Paz) na freguesia de Santo Antonio do Cabo – e de D. Luisa Margarida Cavalcanti, filha do sargento-mor João Cavalcante de Albuquerque – Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, professo da Ordem de Cristo, que foi senhor do engenho Santa Anna na freguesia de Santo Amaro do Jaboatão – e de sua mulher D. Ana Pessoa (Nob. II, 178 (3)), filha de Arnau de Holanda Barreto – senhor do engenho S. João da freguesia de São Lourenço da Mata e de D. Luiza Pessoa (Nob. I, 423 (3)).

Gonçalo Francisco tornou-se proprietário do engenho Pantorra (Gonçalo de Pantorra); e lá se encontrava em 1761 (F.C.G.) e parece que permaneceu a frente do mesmo até 1783.

Casou com sua prima D. Luiza Bernarda de Mello, (Nob. I, 168 [4-5-3]) filha e herdeira de André Vieira de Mello, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real – filho de Bernardo Vieira de Mello e de sua mulher D. Ana Theresa dos Reis ou Ana Theresa de Jesus, esta filha do sargento-mor Nicolau Coelho dos Reis e de D. Maria de Faria, filha de Mathias Ferreira de Sousa I e de D. Maria Soares de Faria (Nob. II, 477 [2]). D. Luiza Bernarda de Mello sucedeu o pai no vínculo da capela do engenho Pindoba, na freguesia de Ipojuca (Nob. I, 168 [4-5-5]).

João Paes Barreto e Ana da Paz Cavalcante (talvez o sobrenome Paz tenha relação com a invocação do Pantorra) tiveram filhos não nomeados porém considerados solteiros por Afonso de Albuquerque e Mello, dos quais descobrimos o primogênito.

1. Francisco Paes Barreto

2. Ana da Paz Cavalcante

Qn 2.2.5.5.1.1 Francisco Paes Barreto, natural da vila de Santo Antonio do Cabo, onde foi batizado.

Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, como fora o pai, por alvará de 11/08/1809 (A.N – M. J. Códice 137, L º 5, fls 5v), recebeu à mercê do Hábito de Cristo a 03/10/1810, quando cadete do 1º Regimento da Cavalaria do Exército do Brasil, tendo, juntamente, galgado ao posto de capitão.

Casou a 29/09/1814, na vila do Cabo, com D. Maria de Frias de Vasconcelos, filha legitima do tenente-coronel Joaquim de Frias Vasconcelos e de D. Leocádia Theresa da Glória, natural da freguesia de S. José da cidade do Recife, onde foi batizada (Freguesia de S. José L º 4, fls 92 v) sendo testemunhas Luis José de Carvalho e Mello, desembargador do Paço, e sua mulher, D. Ana Vidal Carneiro da Costa [filha de Braz Carneiro Leão e da Baroneza de Campos, RCL].

Foram pais de:

João de Frias Paes Barreto

Sx 2.2.5.5.1.1.1 João de Frias Paes Barreto, natural da freguesia de São José, da cidade do Recife, nasceu em torno de 1818, pois em 21/04/1844 tinha 26 anos de idade. Solicitou o fôro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, que lhe foi concedido por alvará de 24/04/1857.

Suspeitamos que fora o que casou com D. Maria Joaquina da Paz e cuja filha Joana faleceu e foi sepultada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Serinhaém, em 03/12/1865 (L º 2º de óbitos de Serinhaém (1850-1868, fls 143 v).

Qn 2.2.5.5.1.2 Ana da Paz Cavalcante II, que casou com Ignácio Francisco Vieira Cavalcanti de Lacerda, proprietário do engenho Arariba de Cima, na freguesia de Santo Antônio do Cabo, onde se encontrava em 1860 (Folhinha de Almanack DEC, 1860, 367), engenho que em 1868, figurava em nome dos herdeiros, sendo rendeiro o bacharel Ignácio Barros Barreto.

Ignácio Francisco Vieira (Cavalcanti) de Lacerda (Genealogia da Família Lacerda, 4 (2-3)) era o 2º filho do coronel Nicolau Coelho de Lacerda e de Maria Francisca Maria da Conceição Vieira Cavalcante de Lacerda – (filha de Bento Gonçalves Vieira, senhor do engenho Gurjau de Cima e de Francisca Mariana Cavalcante de.Lacerda). Proprietário do engenho Mupam na freguesia do Cabo.

Foram pais de:

1. Maria, que morreu de pouca idade
2. Ana Vieira Cavalcante de Lacerda
3. Francisca Vieira Cavalcanti de Lacerda, que faleceu solteira
4. João Paes Barreto de Lacerda

5. Ignácia Militana Vieira Cavalcanti de Lacerda

6. Ignez Vieira Cavalcante de Lacerda

7.(??) Manoel Ignacio Vieira Cavalcanti de Lacerda

Sx 2.2.5.5.1.2.2 (2º) Ana Vieira Cavalcanti de Lacerda, casou com João Marinho Falcão, sem sucessão.

L 55 CXPB Ana Delfina Paes Barreto casou com 1º Antônio Januário Paes Barreto e 2º com João Marinho Falcão Paes Barreto

Sx 2.2.5.5.1.2.4 (4º) João Paes Barreto de Lacerda

Casou com sua prima, D. Maria do Carmo Barros Cavalcanti de Lacerda, filha de seu tio, coronel José de Barros Falcão de Lacerda e de D. Bernarda Francisca da Conceição Cavalcanti de Lacerda, esta filha do coronel Nicolau Coelho de Lacerda e de D. Maria Francisca Mariana da Conceição Vieira Cavalcante de Lacerda. Não houve sucessão. Estava à frente do engenho Mupam, juntamente com outros de 1868 a 1885.

Sx 2.2.5.5.1.2.5 (5º) Ignacia Militana Vieira Cavalcante Lacerda (genealogia da Família Lacerda, 4(2) e 5 (3-4-5)), casou com seu primo João do Rego Barros, filho de Francisco do Rego Barros, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, tenente-coronel reformado no posto de coronel e de D. Maria Ana Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque (após o casamento passou a se assinar Ignacia Militana Cavalcanti Rego de Lacerda (arquivo Nobiliarcho Brasileiro (Barros de Vasconcelos e Smith de Vasconcelos - Laussane (Suisse) Imprimérie La Concorde, 1913 f.195).

João do Rego Barros era proprietário dos engenhos Tapugy e Buranhem (genealogia Lacerda, L 4(2)), na freguesia de Santo Antônio do Cabo. Lutou ao lado da legalidade na Revolução Praieira e, por decreto de 14/03/1849, recebeu o título de Barão de Ipojuca (Arquivo Nobiliárquico Brasileiro, fls. 195 e 561).

Foi pais de:

- Francisco do Rego Barros de Lacerda (CXPB, f.55)
- Sebastião do Rego Barros de Lacerda
- Maria Ana do Rego Barros de Lacerda

Sx 2.2.5.5.1.2.6 (6.) Ignês (Maria) Vieira Cavalcante de Lacerda (genealogia da família Lacerda, p.). Casou com seu primo, Manoel Ignacio de Albuquerque Maranhão, por alcunha Quimbê, senhor do engenho do Brejo; após o casamento passou a se assinar Ignes Lacerda de Albuquerque Magalhães.

Sobre a descendência de ambos encontramos a seguinte relação, que consta da genealogia da Família Lacerda que os considera pais de:

- Manoel Ignacio de Albuquerque Maranhão
- Rosa de Albuquerque Maranhão

  (CXPB: Rosa Alexandrina C. de Lacerda, f. 55).
- José Francisco de Albuquerque Maranhão

  (CXPB:Francisco Maranhão, f.55).
- Maria Ana de Albuquerque Maranhão
- Ignez Militana de Albuquerque Maranhão

  (CXPB: Inês Militana C. de Lacerda, f. L55).
- Antônio Ribeiro de Albuquerque Maranhão
- Julio César de Albuquerque Maranhão
- Ana Fredolina [corretamente Fredovinda] de Albuquerque Maranhão

St 2.2.5.5.1.2.6.2 - Rosa de Albuquerque Maranhão que foi segunda esposa de seu primo Antônio Xavier Paes de Mello Barreto, conhecido por "Mariuna", (senhor do engenho Mariuna na freguesia de Goiana), o qual fora casado em primeiras núpcias com Firmina de Albuquerque Maranhão (filha de ...), ele filho do capitão-mor de Cimbres, Francisco Xavier Paes de Melo Barreto.

Pais de, única:

Maria Barreto

Ot 2.2.5.5.1.2.6.2.1 - Maria Barreto, conhecida em família por "Maria Mariuna", casada com o Dr. João Thomé da Silva, filho de outro de igual nome e sobrinho de D. Justino Thomé da Silva, arcebispo da Bahia, ambos filhos de Dr. Thomé da Silva e de D. Argentina de Alencar Araripe.

St 2.2.5.5.1.2.6.6 - Antônio Ribeiro de Albuquerque Maranhão casou em 8.4.1871 com D. Francisca Thereza Carneiro Rodrigues Campello, filha de João Carneiro Rodrigues Campelo e Anna Izabel de Souza Bandeira. Conferente da Fazenda Nacional. Dr. Antônio Ribeiro de Albuquerque Maranhão fundou a usina Muribeca. Faleceu no Recife a 2.10.1912.

[Reinaldo Carneiro e Rafael de Paula esclarecem que houve equívoco de Sylvio, pois esta segunda relação trata de netos e não de filhos descendentes do casal citado acima]: "A segunda é a do Bacharel João Nazareno Carneiro Campello, que em suas notas genealógicas sobre as famílias Campelo e correlatas" ã fls 173 a 187, informa que do matrimônio de Manoel Ignacio de Albuquerque Maranhão e de D. Inêz Lacerda de Albuquerque Maranhão resultou a seguinte descendência".

Filhos de Antônio Ribeiro de Albuquerque Maranhão e Francisca Thereza Carneiro Rodrigues Campelo são pais de:

1. D. Ignez Carneiro de Albuquerque Maranhão
2. João Carneiro de Albuquerque Maranhão
3. Bacharel Júlio Carneiro de Albuquerque Maranhão
4. Ana Carneiro de Albuquerque Maranhão
5. Maria Amélia Carneiro de Albuquerque Maranhão
6. Fábio Carneiro de Albuquerque Maranhão
7. Maria Benedita Carneiro de Albuquerque Maranhão
8. Alice Carneiro de Albuquerque Maranhão
9. Elisa Carneiro de Albuquerque Maranhão
10. Julieta Carneiro de Albuquerque Maranhão
11. Almerinda Carneiro de Albuquerque Maranhão
12. Walfrido Carneiro de Albuquerque Maranhão

13. Maria Magdalena Carneiro de Albuquerque Maranhão
14. Maria José Carneiro de Albuquerque Maranhão
15. Euclides Carneiro de Albuquerque Maranhão
16. Rodolfo Carneiro de Albuquerque Maranhão

Ot 2.2.5.5.1.2.6.6.1. D. Ignez Carneiro de Albuquerque Maranhão, que nasceu a 03/03/1872, casou a 03/12/1892 com o Dr. João Augusto Ferreira Lima, escrivão da Relação do Recife, filho de Antônio Augusto Ferreira Lima e de sua mulher, D. Lourença Ferreira Lima.

Pais de três filhos:

Mario Maranhão Ferreira Lima, nascido a 07/03/1896.

N?

N?

Ot 2.2.5.5.1.2.6.6.2. João Carneiro de Albuquerque Maranhão, que nasce a 03/02/1873 e faleceu criança.

Ot 2.2.5.5.1.2.6.6.3. Júlio Carneiro de Albuquerque Maranhão, que nasceu em 01/07/1874. Formou-se em Direito na Faculdade do Recife, em cujo fôro foi advogado.

Casou-se com D. Maria da Conceição (Ciçone) de Andrade de Lima, filha de Luiz Ignacio de Andrade Lima e de D. Maria das Mercês de Andrade Lima (Dulce).

Ot 2.2.5.5.1.2.6.6.4. D. Ana Carneiro de Albuquerque Maranhão que nasceu a 04/06/1875 e casou com [seu parente] Dr. João de Moraes Vieira da Cunha.

Ot 2.2.5.5.1.2.6.6.5. D. Maria Amélia Carneiro de Albuquerque Maranhão que nasceu a 12/06/1877, casou a 28/10/1893 com seu primo Dr. Antônio Heráclito Carneiro Campello, conhecido por Catonhé [informação de Reinaldo Carneiro Leão] (filho de seu tio materno Antônio Carneiro Rodrigues Campello e de sua primeira mulher, D. Ana Izabel Carneiro de Souza Bandeira). D. Maria Amélia faleceu a 01/07/1912 e o marido a 01/04/1939.

Foram pais de:

- José Durval Carneiro Campello
- D. Ana Elvira Carneiro Campello
- Genaro Carneiro Campello
- D. Maria de Lourdes Carneiro Campello e outros

Ot 2.2.5.5.1.2.6.6.6. Fábio Carneiro de Albuquerque Maranhão, que nasceu a 11 de maio de 1878 e que estudou odontologia na Faculdade do Rio de Janeiro.

Ot 2.2.5.5.1.2.6.6.7. Maria Benedita Carneiro de Albuquerque Maranhão que nasceu a 03/04/1880, casou-se com [seu primo] Antônio Carneiro Vieira da Cunha.

Tiveram uma filha:

Eunice Carneiro Vieira da Cunha [casou com ..... Leal, com geração.

Ot 2.2.5.5.1.2.6.6.8. D. Alice Carneiro de Albuquerque Maranhão que nasceu a 01/03/1882, casou-se com Augusto Arantes.

Ot 2.2.5.5.1.2.6.6.9. D. Elisa Carneiro de Albuquerque Maranhão que nasceu a 04/02/1884, casou-se com Dr. Pedro da Costa Cirne.

Ot 2.2.5.5.1.2.6.6.10. D. Julieta Carneiro de Albuquerque, que nasceu a 05/03/1886, estudante.

Ot 2.2.5.5.1.2.6.6.11. D. Almerinda Carneiro de Albuquerque Maranhão nascida a 01/01/1888.

Ot 2.2.5.5.1.2.6.6.12. Walfrido Carneiro de Albuquerque Maranhão, nascido a 18/02/1890.

Ot 2.2.5.5.1.2.6.6.13. D. Maria Magdalena Carneiro de Albuquerque Maranhão que nasceu gêmea com a sua irmã Maria José, a 22/07/1892.

Ot 2.2.5.5.1.2.6.6.14. D. Maria José Carneiro de Albuquerque Maranhão.

Ot 2.2.5.5.1.2.6.6.15. Euclides Carneiro de Albuquerque Maranhão, nasceu a 18/08/1894.

Ot 2.2.5.5.1.2.6.6.16. Rodolfo Carneiro de Albuquerque Maranhão nascido a 03/09/1897.

St 2.2.5.5.1.2.6.8

[acréscimo de Reinaldo Carneiro Leão, baseado nas Notas Genealógicas (1899-1900, de João Nazareno Carneiro Campelo].

Ana Fredolina [corretamente Fredovinda] de Albuquerque Maranhão casou em 23.10.1875 com Antônio Carneiro Rodrigues Campelo [de quem foi segunda esposa, RCL], filho de João Carneiro Rodrigues Campelo e D. Anna Izabel de Souza Bandeira. Ana faleceu no Rio de Janeiro de beribéri a 29.7.1880 e Antônio no Recife a 10.11.1905. Pais de:

1. Dr. Antonio José Carneiro Campelo. Bacharel em Direito.
2. Dr. Corbiniano Carneiro Campelo. Bacharel em Direito.
3. Felix Carneiro Campelo. Casou com neta do Barão de São Braz.

St 2.2.5.5.1.2.7 - ? Manoel Ignacio Vieira de Lacerda ou Manoel Inácio Cavalcante de Lacerda recebe à mercê de Oficial do Cruzeiro a 01/12/1822 (Códice 14, vol II). Manoel Ignacio Vieira de Lacerda (BF- fls. 183) nomeado capitão-mor agregado de Olinda por D. Thomas José de Mello em 14/01/1789.[YS: Creio que esse Manoel Ignácio deve ser o tio, filho de Bento Gonçalves Vieira, senhor do Engenho Gurjau de Cima – Sylvio colocou com interrogação e fato parece um equívoco].

Qr 2.2.5.5.2 - José Marinho Falcão. Casou com D. Lina Maria de Mello, filha do capitão de Granadeiros, Ignacio de Mello e de sua mulher D. Rosa Maria de Jesus, tendo prole de menores, conforme Afonso de Albuquerque e Mello (Serie Albuquerque vol. 27).

Conforme Borges da Fonseca (Nob. I, 99 (4)), que não se refere a D. Lina, os nomes corretos dos pais seriam Ignacio de Mello da Silva e D. Rosa Maria de Faria. Seria D. Lina neta paterna de Francisco de Mello da Silva, capitão e cabo da Fortaleza de São Thiago das Cinco Pontas, falecido cerca de 1722, e de sua mulher, D. Clara da Silva Vieira (Nob. I, 99 [2]), esta filha do Dr. Francisco Calheiros e de sua mulher, D. Theresa da Silva Vieira (Nob. I, 199 [2]) e neta materna de Pedro de Faria e Silva e de D. Maria José da Costa, natural de Olinda – filha de Manoel da Costa Gaio, natural de Porto, em Portugal, e de sua mulher, Luiza de Ribeiro de Queiroz, natural de Amarante, em Portugal (Nob. I 95 [4-5]). O nome Lina provavelmente foi tomado da sua tia, irmã de sua mãe, que casara com João José Maynard, natural de Lisboa (Nob. I, 95 (4)).

Filhos de Ignacio de Melo da Silva e de Rosa Maria de Faria:

Francisco de Melo da Silva

Pedro de Melo da Silva

Ignacio Melo da Silva

Não conseguimos notícias sobre a descendência. Apenas supomos que se trata de José Marinho Falcão, que fora confirmado no posto de Sargento-mor das Ordenanças da Capitania de Itamaracá, vago por falecimento de Manoel César Falcão, em 18/01/1815 (AP – Pe Pt.11, fls. 64-65 v).

Qr 2.2.5.5.3 - Ignacia Bernarda Lins casou com Pedro Cavalcanti de Albuquerque, filho do capitão Gonçalo Francisco Xavier Cavalcante (ou Cavalcanti de Albuquerque) e de sua mulher D. Bernarda Vieira, conforme Afonso de Albuquerque e Mello.

Borges da Fonseca confirma a informação corrigindo os nomes [Nob. I, 168 (4-5-5); 223 (após 8)] dos cônjuges: Gonçalo Francisco Xavier Cavalcante e D. Bernarda Bezerra de Mello.

Pedro Cavalcanti de Albuquerque foi tenente-general e proprietário do engenho Jundiá de Cima, então situado no município do Rio Formoso.(Nota de Adalberto Brito Cabral de Mello).

Conforme o último autor citado, pais de:

1. Inês Barbalho Lins
2. Antônio Francisco Cavalcanti de Albuquerque
3. Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcante

Qn 2.2.5.5.3.1 Inês Barbalho Lins casou com Antônio Pedro de Barros Cavalcante (de Albuquerque) (op. cit.)

Pais de:

Pedro Cavalcante de Albuquerque Lins

Antônio Pedro de Barros Cavalcante (Catonhé) (op. cit.)

Sx 2.2.5.5.3.1.1 - Pedro Cavalcante de Albuquerque Lins (op.cit.), casou com D. Luzia Lins Cavalcante de Albuquerque, filha de João Lins Cavalcante de Albuquerque, antigo proprietário do engenho Paulista, hoje fábrica do mesmo nome e nome do município em Pernambuco.

Pais de:

Manoel Cavalcante Lins Valcacer

St 2.2.5.5.3.1.1.1 - Manoel Cavalcante Lins Valcacer casou com D. Ana Francisca Cavalcante (Valcacer) sua prima legitima e filha de seu tio Antônio Pedro de Barros Cavalcante (Catonhé) e D. Maria Cecília de Barros Wanderley.

Pais de:

Eustáquio Valcacer

Pedro Valcacer

Ot 2.2.5.5.3.1.1.1.1 - Eustáquio Valcacer casou com D.?

Pais de:

D. Ana

D. Maria Luiza, casou com Dr. Augusto Lins e Silva [com geração]

D. Rita, casou com José Belarmino Pereira de Mello

Ot 2.2.5.5.3.1.1.1.2 - Pedro Valcacer. Casou com D. Inês, com sucessão.

Sx 2.2.5.5.3.1.2 - Antônio Pedro de Barros Cavalcante (Catonhé). Casou com D. Maria Cecília de Barros Wanderley, filha do sargento-mor Felipe Nery de Barros Wanderley e de D. Francisca Xavier Paes de Mello.

Pais de:

1. José Felipe de Barros Cavalcante

2. Ana Francisca Cavalcanti Valcacer

St 2.2.5.5.3.1.2.1 - José Felipe de Barros Cavalcante casou duas vezes. A primeira vez com D. Clara de Lima e Mello e a segunda com D. Neolides.

Do primeiro matrimônio nasceu:

D. Maria Cecília Cavalcante

Ot 2.2.5.5.3.1.2.1.1 - D. Maria Cecília Cavalcante casou em 08 de fevereiro de 1875 com Antônio Lopes da Fonseca Lima, filho de Francisco Jerônimo da Fonseca Lopes e de D. Ana Maria Lopes (da Fonseca Lima), proprietários do engenho Piabas de Cima, filha de Francisco Esteves de Mello e de D. Inês Clara de Lima e Mello.

Tiveram 20 filhos, 6 dos quais foram.

- José Felipe Lopes, que era casado em 1926.
- Francisco Jerônimo Lopes, idem.
- Marciano Lopes de Lima Cavalcanti, idem.
- Maria do Rosário Lopes Cavalcanti, ibidem.
- Severino Lopes Cavalcanti, solteiro em 1926.
- Josefa Cavalcanti Lopes, solteira em 1926.

Nt 2.2.5.5.3.1.2.1.1.2 - Francisco Jerônimo Lopes nascido em 04/07/1880. Casou em 27/03/1914 com D. Maria Josefa Bandeira, nascida a 30/03/1892. (1892).

Foram pais de:

- Miguel Severo Lopes, nascido em 1914.
- Luiz Felipe Lopes, gêmeo do anterior.
- Miguel Arqueláu Lopes, nascido a 20/12/1915, bacharel formado pela faculdade de Direito do Recife, em 1943.
- D. Ana Josefa Lopes, nascida a 06/01/1918.
- D. Adalgisa Graciana Lopes, nascida a 09/09/1919.
- D. Maria Gabriela Lopes, nascida em 08/03/1923.

St 2.2.5.5.3.1.2.2 - Ana Francisca Cavalcante Valcacer, casou com [seu primo] Manoel Cavalcante Lins Valcacer, com sucessão.

Qn 2.2.5.5.3.2 - Antônio Francisco Cavalcante de Albuquerque de cuja esposa não temos notícia.

Pais de:

Sx 2.2.5.5.3.2.1 - Antônio Peregrino Cavalcanti de Albuquerque ou Antônio Peregrino Cavalcanti, que se conservava solteiro em 26/05/1845 (Lº 3º Bat. Serinhaém -1831-1848- fls.90), casou com D. Adriana Francisca Accioli Lins. Foi rendeiro, em 1860, do engenho Timbó-Assú, na freguesia de Ipojuca, pertencente a D. Ana Maria Francisca de Paula Cavalcante de Albuquerque, engenho que estava em mão do Visconde de Suassuna, em 1868. D. Adriana Francisca foi sepultada no cemitério de Serinhaém a 26/08/1879 (Lº 3º de Óbitos Serinhaém (1867-1888), folhas 101v) e Antônio Peregrino foi enterrado no mesmo cemitério a 12/09/1879 (Lº 3º Óbitos Serinhaém (1867-1888) fls. 102v). Não consta que tenha havido descendência, porém suspeitamos que sejam pais de:

1. Rita Peregrina casou com Luiz Barbalho Mello Cavalcante (p. 109).
2. Francisca Peregrina. Casou com Manoel Barbalho Uchoa Cavalcante (p.105)
3. Felipa Peregrina Cavalcante casou com José Dinis Barreto.

Qn 2.2.5.5.3.3 - Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcante, nascido em 1761 (tinha 40 anos em 1801, quando foi a testemunha n. 43 da devassa ...), proprietário do engenho Quitinduba (de Baixo) da freguesia de Serinhaém.

Em 1801 era Capitão de Ordenanças de Serinhaém, onde se encontrava em 1802, e Capitão-mor da mesma freguesia.

Casou com D. Francisca de Paula Maria da Conceição Cavalcante, (conhecida como Paula Cavalcante), filha do capitão-mor Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque (capitão Suassuna) e de D. Felipa Cavalcante de Albuquerque, esta filha do capitão Gonçalo Francisco Xavier Cavalcante e de D. Luisa Bernarda de Mello (ou Bernarda

Vieira) – esta filha de André Vieira de Mello, Cavaleiro Fidalgo da Casa Real e de D. Ana Teresa dos Reis.

O capitão-mor faleceu antes de 05/12/1836 (Lº 3º Bat. Serinhaém (1836-1841) fls. 3); a viúva vivia, ainda, em 18/01/1846, quando foi madrinha de batismo no oratório do engenho Quitinduba (Lo.4 de Bat. Serinhaém, 1831-1848, fls. 150v).

Foram pais de:

1. José (Cavalvante de Albuquerque Uchoa)
2. Gaspar Cavalcante de Albuquerque Uchoa.
3. Gonçalo Francisco Xavier Cavalcante Uchoa
4. D. Francisca de Assis Cavalcante
5. Pedro Cavalcante de Albuquerque Uchoa
6. Francisco Xavier Cavalcante Uchoa
7. Antônio Francisco Xavier Cavalcante
8. José Cavalcante de Albuquerque Uchoa

Sx 2.2.5.5.3.3.1 - José (C.A.U.), falecido com trinta e cinco dias de ida-de, no engenho Quitinduba e sepultado a 05/09/1814 em Serinhaém (Lº 1º de Óbitos Serinhaém, 1812-1815).

Sx 2.2.5.5.3.3.2 - Gaspar Cavalcanti de Albuquerque Uchoa, casou antes de 1836, com sua sobrinha, D. Francisca de Assis Cavalcante, filha de José Cavalcante de Albuquerque e de D. Francisca de Assis Cavalcante (após o casamento adotou o nome de Francisca de Assis Cavalcante Uchoa).Com os referidos nomes foram padrinhos de batismo no oratório do engenho Quitinduba da freguesia de Serinhaém a 24/21/1847 (Lº 4 Bat. Serinhaém (1831-1848. fls. 163v)).

Foram pais de:

1. Gaspar Cavalcante de Albuquerque Uchoa Júnior.
2. Francisca Gabriela de Assis Cavalcante

St 2.2.5.5.3.3.2.1. Gaspar Cavalcante de Albuquerque Uchoa Júnior, nascido a 23/05/1836 e batizado a 21/12/1836 no oratório do engenho de Quitinduba, da freguesia de Serinhaém. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife.

Casou-se com D. Francisca de Assis Cavalcante Uchoa, como comprova o fato de ter o casal sido padrinhos de batismo, em 27/03/1867 no oratório do engenho Caxito (Lº 2º Bat. Serinhaém (1814-1867) fls. 78).

Dr. Gaspar vivia em 06/04/1867 (Lº 2º Bat. Serinhaém (1814-1867) fls. 78 v).

St 2.2.5.5.3.3.2.2. Francisca Gabriela de Assis Cavalcante ou Francisca Gabriela Rosa Cavalcante que casou no oratório de Quitinduba em 20/12/1854 com Manoel de Barros Wanderley Lins Junior.

Foram provavelmente pais de:

Manoel de Barros Wanderley Lins, neto.

Sx 2.2.5.5.3.3.3 - Gonçalo Francisco Xavier Cavalcante Uchoa tomou provavelmente o nome como homenagem onomástica ao avô materno. Foi major.

Casou com D. Ana de Paula Cavalcanti de Albuquerque Lacerda ou Ana Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, nascida provavelmente em 1816.

O casal Gonçalo e Ana Paula foram padrinhos de batismo de Pedro, filho de Francisco Xavier Cavalcanti Uchoa e de sua mulher Isabel Cavalcanti Lins, em 21/12/1836 (L º 2º Bat. Serinhaém (1814-1867) fls. 32)).

Ela faleceu com cinquenta anos, sendo sepultada no Convento de São Francisco de Serinhaém, a 02/12/1866 (Lº 2º Óbitos Serinhaém (1850-1868) fls. 171); ele, viúvo, faleceu e foi sepultado no mesmo convento, a 12/05/1885 (Lº 3º de Óbitos de Serinhaém) (1867-1888) fls. 173).

Foram pais de:

- Pedro Cavalcanti Uchoa
- Felipa Cavalcanti Uchoa

Pedro, nascido provavelmente em 1843, falecido aos seis anos incompletos e sepultado no Convento do Carmo do Recife a 02/03/1849 (Santo Antonio do Recife (L º 14 [1845-1849] fls. 184)).

Felipa, com cinco meses de nascida, batizada a 06/01/1846 no oratório do engenho Piabas, na freguesia de Serinhaém, sendo padrinhos, Dr. Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti e D. Francisca de Assis Cavalcanti (L º 4º Bat. Serinhaém (1831-1848) fls. 150 v).

Felipa Cavalcanti Uchoa casou com José de Barros Wanderley, que faleceu e foi sepultado no Convento de São Francisco de Serinhaém, a 27/02/1874 (L º 3º de Óbitos Serinhaém (1867-1888))...

Sx 2.2.5.5.3.3.4 - Francisca de Assis Cavalcanti ou Francisca de Assis Cavalcanti de Albuquerque filha do capitão-mor Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti e de D. Francisca de Paula Maria da Conceição Cavalcanti, casou duas vezes.

A primeira com José Cavalcanti de Albuquerque, filho de João Cavalcanti de Albuquerque e de D. Leonor Serafina Cavalcanti, proprietários do engenho Canto Escuro, da freguesia de Serinhaém.

Pais de:

1. Francisca Assis Cavalcanti

2. Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti

3. João Cavalcanti de Albuquerque Uchoa

A segunda vez com Manoel de Barros Wanderley Lins, sargento-mor da freguesia de Serinhaém, filho do capitão Miguel Accioli Lins e de D. Feliciana de Barros Wanderley, proprietários do engenho Carrapato, da freguesia de Serinhaém, aquele que fora quartel-general de tropas favoráveis à Confederação do Equador em março de 1824.

Manoel de Barros Wanderley Lins já exercia atividades agrícolas no engenho Carrapato em 1828 (L º 1ºBat. Serinhaém (1826-1831)). Esteve também à frente dos engenhos Canto Escuro e Coelhas até 1854.

Foi casado pela primeira vez com D. Rita Angélica Wanderley da qual teve uma filha:

Feliciana Gertrudes de Barros Wanderley.

Do casamento com D. Francisca de Assis Cavalcanti resultaram os filhos;

4. Manoel de Barros Wanderley Lins Júnior

5. João Manoel de Barros Wanderley Lins

Faleceu antes de 20/12/1854, data do casamento do primeiro filho do segundo matrimônio (L º 3º cãs Serinhaém (1842-1855) cãs nº. 76).

Filhos do 1º matrimônio de D. Francisca de Assis Cavalcanti de Albuquerque.

St 2.2.5.5.3.3.4.1 - D. Francisca de Assis Cavalcanti casou com seu tio Gaspar Cavalcanti de Albuquerque Uchoa, filho do capitão-mor de Quitinduba, Álvaro Barbalho de Uchoa Cavalcanti e de D. Francisca de Paula Maria da concceição Cavalcanti, com sucessão.

St 2.2.5.5.3.3.4.2 - Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti nascido a 30/11/1818 e batizado no oratório do engenho Canto Escuro, na freguesia de Serinhaém, tendo falecido no Recife, em dezembro de 1889.

Sobre ele informa F. Pereira da Costa (Anais 9, f. 222, 2ª Ed. Recife 1983): "Em 1838 recebeu o grau de bacharel em direito pelo Curso Jurídico de Olinda, e no ano seguinte foi nomeado prefeito do Rio Formoso, cargo que exerceu até 1840, quando foi despachado juiz de direito da mesma comarca, da qual passou sucessivamente a servir nas de Flores e do Limoeiro, e por último na do Recife, na qualidade de juiz dos feitos da fazenda, em cujo cargo se conservou até 1861, quando foi nomeado desembargador da Relação da mesma cidade ". "Foi escolhido para a segunda cadeira vaga por morte do Conde da Boa Vista em 04 de abril de 1870... tomando assento no Senado a 15 do mesmo mês..." "foi logo depois aposentado com as honras de ministro do Supremo Tribunal de Justiça."

Na ordem política, como na magistratura foi muito saliente o papel que representou, desempenhando os mandatos de deputado provincial e à Assembleia Geral Legislativa por várias vezes.

Como deputado provincial fez parte da comissão eleita pela Assembleia para representar no ato da convocação do imperador D. Pedro II, recebeu do então a conferência do Hábito da Ordem de Cristo, e depois do oficialato da Rosa e o título de Cavaleiro(Oficial da Ordem da Rosa por decreto de 02/12/1854 [Códice 14 vol.11 fls. 152]). Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e bem assim de outras associações cientificas e literárias do país".

"O senador Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti faleceu na cidade do Recife a 19 de dezembro de 1889, quando ocorrera a dissolução do Senado do Império com o advento da república, e foi sepultado no cemitério público da mesma cidade. O referido Instituto Histórico prestou-lhe a sua devida comemoração fúnebre."

Foi proprietário do engenho Ilha do Morgado, na freguesia do Cabo, de 1858-1860 (Fol. Alm. P.364- AAM, 392)) e do engenho Pau Sangue, na freguesia de Água Preta, de 1856 a 1871.

Casou com D. Ana Rosa Mauricea Wanderley (de Cavalcanti), filha do coronel João Manoel de Barros Wanderley e de D. Ana (?) Rita Mauricio Wanderley (L º 2º Bat. Serinhaém (1814-1867) fls. 30) antes de 1847.

Foram, segundo Adalberto Brito Cabral de Mello, pais de:

I - João Barbalho Uchoa Cavalcanti

II - Adolfo Barbalho Uchoa Cavalcanti

III - José Barbalho Uchoa Cavalcanti

4 - Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti

5 - Pedro Barbalho Uchoa Cavalcanti

6 - Manoel Barbalho Uchoa Cavalcanti

7 - Luiz Barbalho Uchoa Cavalcanti

8 - Serafina Barbalho Uchoa Cavalcanti

9 - Querubina Barbalho Uchoa Cavalcanti

10 - Maria Firmina (Yayá) Barbalho Uchoa Cavalcanti

11 - Leonor Barbalho Uchoa Cavalcanti

12 - Maria Umbelina Wanderley Cavalcanti

13 - Ana Rita Mauricea Wanderley

14 - Francisca de Assis Wanderley Cavalcanti

Ot 2.2.5.5.3.3.4.2.1 - João Barbalho Uchoa Cavalcanti nasceu em Serinhaém a 13/06/1846 e foi batizado em 06/01/1847 no oratório do engenho Coelhas (L º 2º Bat. Serinhaém (1814-1867) fls. 30), da freguesia de Serinhaém. Foram padrinhos: José Cavalcanti de Albuquerque Uchoa, casado, e D. Maria Joaquina de Nazareth (L º 2, Bat. Serinhaém (1814-1867), fls. 30).

Biografia colhida no Arquivo Orlando Cavalcanti cujo autor não conseguimos identificar informa: "Destacado aluno do Ginásio Pernambucano, mereceu a distinção escolar que consistia no título de "digníssimo," (1857, grifo nosso), havendo recebido no segundo ano do curso (1858, grifo nosso) o primeiro prêmio, entregue pessoalmente pelo então Presidente da Província, Benevenuto Augusto de Magalhães Taques e no ano seguinte (1859, grifo nosso) o segundo prêmio, entregue pelo Imperador Pedro II, por ocasião de sua visita a Pernambuco.

Formado em direito pela faculdade do Recife em 1867, tendo como colegas de escola, entre outros a Tobias Barreto, Castro Alves e Fagundes Varela. Advogado militante nos auditórios da capital pernambucana, de 1868 a 1872, ano em que foi nomeado Promotor Público do Recife, passando depois a Curador Geral.

Em 1873 foi pelo Presidente Dr. Henrique Pereira de Lucena (Barão de Lucena) nomeado Diretor Geral da Instrução Publica, cargo que exerceu durante 16 anos, com singular destaque. Seus notáveis trabalhos pedagógicos influíram poderosamente na instituição primária e secundária do país, trazendo-lhes sensíveis modificações e sendo premiados na Primeira Exposição Pedagógica realizada no Rio de Janeiro, em 1883. Foi presidente da Sociedade Propagadora da Instrução de Pernambuco e benemérito do Grêmio dos Professores primários do Recife e do Instituto dos Professores Públicos.

Deputado Provincial por Pernambuco na legislatura de 1874-1875. Na Assembleia Legislativa propôs e obteve a reforma da instrução pública da província. Deixando a Diretoria da Instrução, com os maiores elogios do governo e da imprensa, ingressou no jornalismo político e fundou a "Tribuna", em que defendeu com excepcional fulgor a causa da abolição, contra os ministérios que a ela se opunham. A 13 de maio de 1888 deu um

número especial da "Tribuna", celebrando o dia da redenção. Em agosto de 1889 fundou a "Época" em oposição aos conservadores.

Em janeiro de 1890 seguiu para o Rio de Janeiro, sendo no mesmo ano eleito deputado ao Congresso Constituinte. Ministro do Governo Provisório de 1891, com as pastas do Interior e da Instrução Pública e, mais tarde, a da Agricultura. Deixou o Ministério a 23 de novembro, por ocasião da renúncia do presidente Deodoro.

Senador Federal, na vaga do General Semeão, eleito a 01 de dezembro de 1892, tomou assento a 06 de março de 1893, com exercício das funções de 1º Secretário do Senado. Durante esse período foi diretor da "Gazeta da Tarde".

Ministro do Supremo Tribunal Federal, nomeado a 18 de janeiro de 1897, tomou posse no dia 20.

Entre os vários e importantes livros que deixou, constam-se:

- Constituição Federal Brasileira (Comentários), 1903
- Estudo sobre o sistema do ensino primário e organização pedagógica das escolas do Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco (obra premiada pela Exposição do Rio de Janeiro, em 1883)
- Coeducação dos sexos nas escolas primárias, 1882
- Meios de desenvolver a instrução primária nos municípios ru-rais, 1889
- Lições de cousas (metodologia), 1889
- Elementos de Agricultura, 1889
- Leituras Seletas, 1890
- Regimento interno do Ginásio Pernambucano, 1886
- Regimento interno da Escola Normal de Pernambuco, 1880

Francisco Antônio Pereira da Costa destaca sua nomeação como membro de uma comissão para organizar as bases da constituição do Estado de Pernambuco, pela Portaria de 17/05/1890, baixada pelo governador do Estado, constituição que foi promulgada por decreto de 21/11/1890. Realça também a autoria do projeto de lei apresentado na sessão do Senado Federal de 26/05/1896 sobre a devolução da Comarca do São Francisco a Pernambuco.

Faleceu no Rio de Janeiro em 31 de outubro de 1909 em consequência de congestão cerebral [YS: nota não incluída por Silvio, neste texto].

Casou com D. Idalina Regueira Costa, filha do desembargador José Nicolau Regueira Costa e de D. Josefa de Menezes Vasconcellos Drummond (Costa).

Foram pais, conforme Adalberto Brito Cabral de Mello e sem certeza na ordem dos nascimentos de:

1. Ida Cavalcanti de Albuquerque (ou Uchoa Cavalcanti)
2. Lina Cavalcanti de Albuquerque (ou Uchoa Cavalcanti)
3. Idalina Cavalcanti de Albuquerque (ou Uchoa Cavalcanti)
4. Mauricio Barbalho Uchoa Cavalcanti
5. Eduardo Barbalho Uchoa Cavalcanti
6. Frederico Barbalho Uchoa Cavalcanti

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.1.1. Ida Uchoa Cavalcanti (após o casamento Cavalcanti de Albuquerque), nascida em 1880 casou com Álvaro Ladislau Cavalcanti de Albuquerque, médico, não tendo havido sucessão.

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.1.2. Lina Uchoa Cavalcanti (Lina Barbalho da Motta e Albuquerque após casada) nasceu no Recife a 17/11/1883 e faleceu no Rio de Janeiro a 12/04/1945.

Casou com Manoel Feliciano da Motta e Albuquerque, nascido no Recife a 22/02/1880, filho de João Feliciano de Motta e Albuquerque e Thereza Cabral da Motta e Albuquerque, neto paterno de Manoel Francisco da Motta e Albuquerque e Miguelina da Motta e Albuquerque; neto materno de Francisco Antonio Cabral de Mello e Ângela Felícia Lins de Mello.

Pais de:

- Angelina da Motta e Albuquerque
- Maria Thereza da Motta e Albuquerque
- Maria Cristina da Motta e Albuquerque

- Lydia da Motta e Albuquerque
- Heleno Emanuel da Motta e Albuquerque
- Carlos Feliciano da Motta e Albuquerque
- Zaira da Motta e Albuquerque
- Gilberto Felício da Motta e Albuquerque
- Luiz Gonzaga da Motta e Albuquerque
- Zita Maria da Motta e Albuquerque
- Lino Manoel da Motta e Albuquerque

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.1.2.1 Angelina da Motta e Albuquerque, nascida no Rio de Janeiro a 13/09/1907 (após casada Angelina da Motta Fonseca).

Casou-se em 13/05/1947 com Moacyr Rodrigues Monteiro da Fonseca, nascido no Rio de Janeiro a 09/06/1903, de quem foi a segunda mulher; era filho de Antônio Eulálio Monteiro da Fonseca e de D. Almerinda Santos Rodrigues da Fonseca. Sem geração.

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.1.2.2 Maria Theresa da Motta e Albuquerque, nascida no Rio de Janeiro a 01/11/1909 (Maria Theresa da Motta Lacerda após o casamento).

Casou-se em 08/12/1938 com Edy Lacerda, nascido no Rio Grande do Sul a 30/10/1908, filho de Renato de Lacerda e Técia Machado de Lacerda. Sem descendência.

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.1.2.3 Maria Cristina da Motta e Albuquerque, nascida no Rio de Janeiro a 27/05/1911 (Maria Cristina da Motta Cabral de Mello, após casada).

Casou-se a 11/10/1941 com seu primo segundo Adalberto Brito Cabral de Mello, nascido em São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro a 29/10/1909, filho de seu tio-avô, desembargador Diogo Soares Cabral de Mello (nascido em Pernambuco a 23/12/1867) e de Evelina Brito e Mello.

Pais de:

- Ângela Maria Cabral de Mello, nascida no Rio de Janeiro, a 05/08/1942
- Lina Maria Cabral de Mello, nascida no Rio de Janeiro, a 04/09/1943
- Maria Cabral de Mello, nascida no Rio de Janeiro, a 27/12/1945

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.1.2.4 Lydia da Motta e Albuquerque, nascida no Rio de Janeiro, a 03/08/1912. Solteira.

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.1.2.5 Heleno Emanuel da Motta e Albuquerque nascido, no Rio de Janeiro, a 25/12/1913.

Casou-se em 19/03/1942 com a prima Lucila de Andrade, nascida, em São Paulo, a 16/07/1916, filha de Benedito Oscar Rodrigues de Andrade e Acácea Pereira de Souza Andrade.

Pais de:

- Mariana da Motta e Albuquerque, nascida, no Rio de Janeiro, a 30/12/1942
- Regina da Motta e Albuquerque, nascida, no Rio de Janeiro, a 11/06/1944
- Lúcia Helena da Motta e Albuquerque, nascida, no Rio de Janeiro, a 02/10/1946
- Heleno César da Motta e Albuquerque, nascido, no Rio de Janeiro, a 01/11/1948
- Eliana da Motta e Albuquerque, nascida, no Rio de Janeiro, a 16/08/1951

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.1.2.6 Carlos Feliciano da Motta e Albuquerque, nascido, no Rio de Janeiro, a 06/07/1916. Major, solteiro.

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.1.2.7 Zaira da Motta e Albuquerque, nascida, no Rio de Janeiro, a 12/03/1918. Solteira.

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.1.2.8 Gilberto Felício da Motta e Albuquerque, nascido, no Rio de Janeiro, a 29/09/1919. Solteiro.

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.1.2.9 Luiz Gonzaga da Motta e Albuquerque, nascido, no Rio de Janeiro, a 10/05/1921.

Casou-se em 11/01/1947 com Maria Ignacea Castro (da Motta e Albuquerque), nascida em Minas Gerais, a 09/12/1921, filha de Mário Pereira de Castro e Maria da Conceição Duarte de Castro.

Pais de:

- Tânia Maria da Motta e Albuquerque, nascida, no Rio de Janeiro, a 01/02/1948
- Miriam da Motta e Albuquerque, nascida, no Rio de Janeiro, a 03/02/1950

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.1.2.10 Zita Maria da Motta e Albuquerque, nascida, no Rio de Janeiro, a 27/10/1923 (Zita Maria da Motta Oliveira após casada).

Casou-se, em maio de 1946, com Arlindo de Oliveira, nascido, no Rio de Janeiro, a 27/01/1918, filho de Alexandre de Oliveira e Maria de Oliveira, portugueses.

Pais de:

- Alexandre Carlos da Motta Oliveira, nascido, no Rio de Janeiro, a 07/03/1947.
- Aloisio da Motta Oliveira, nascido, em Rio de Janeiro, a 12/04/1948.
- Lina da Motta Oliveira, nascida, no Rio de Janeiro, a 23/06/1949.
- Marilia da Motta Oliveira, nascida, no Rio de Janeiro, a 07/02/1951.

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.1.2.11 Lino Manoel da Motta e Albuquerque, nascido, no Rio de Janeiro, a 10/06/1926. Solteiro.

Também do Arquivo do Colégio Brasileiro de Genealogia.

1. Idalina Barbalho Uchoa Cavalcanti, casada com seu primo Antônio Oscar Uchoa Cavalcanti, advogado, filho do Dr. Álvaro Uchoa Cavalcanti e de D. Amélia Leopoldina Wanderlei Cavalcanti. Pais de:

1. Maria Amélia Uchoa Cavalcanti, casada com Adolfo Celso Uchoa Cavalcanti. Falecidos sem sucessão.
2. Ligia Uchoa Cavalcanti, casada com o Dr. Arnaldo Baltar de Medeiros.
3. Maria José Uchoa Cavalcanti, casada com o Dr. José Henrique de Abreu Wanderley.
4. Lenira Uchoa Cavalcanti, casada com Luiz Gonzaga Vieira Regueira, [médico, com geração, RCL].
5. Lucia Teresa Uchoa Cavalcanti.
6. Miécio Oscar Uchoa Cavalcanti, casou com Wanderley.
7. Suzana Uchoa Cavalcanti. Faleceu solteira em 1964 (?9).
8. Mucio Oscar Uchoa Cavalcanti. Solteiro em 1960.

2. Mauricio Barbalho Uchoa Cavalcanti. Médico. Nasceu em 1879 e faleceu em 1935. Casou com Carmen Xavier Rebelo (Arq. Do Cons. Bras. De Geneal.), em 1908, filha do Dr. Adolfo Xavier Rebelo e de D. Leonor Vaz Pinto Coelho da Cunha (família do Barão de Cocais).

Pais de:

1. Márcia. Nasceu em 1909. Falecida.

2. João Barbalho Uchoa Cavalcanti, neto. Nascido no Rio de Janeiro, em 1910. Solteiro.

3. Frederico Barbalho Uchoa Cavalcanti. Nasceu em 1912, no Rio de Janeiro. Casou-se com Gioconda.

Pais de:

Mauricio João Barbalho Uchoa Cavalcanti, n. Rio 1939.

4. Sylvia Barbalho Uchoa Cavalcanti, nascida no Rio de Janeiro, batizada em Sant' Ana em 1915.

Casou-se no Rio (E. Velho – 24º - 30) em 10/08/1935, com Dr. Santerre Batalha Dittz, nascido em Carangola, Minas Gerais, em 1907, filho de Jefferson Rodrigues Batalha e de Alice Dittz. Depois desquitados.

Pais de:

Yêda Barbalho Batalha Dittz, n 1937.

(Arq. do Colégio Brasileiro de Genealogia – Rio de Janeiro)

5. Eduardo Barbalho Uchoa Cavalcanti, faleceu solteiro.

6. Frederico Barbalho Uchoa Cavalcanti, engenheiro, faleceu solteiro.

Ot 2.2.5.5.3.3.4.2.2 - Adolfo Barbalho Uchoa Cavalcanti, casou-se com Branca Bulcão.

Pais de:

Lúcia Uchoa Cavalcanti, falecida solteira.

Ot 2.2.5.5.3.3.4.2.3 - José Barbalho Uchoa Cavalcanti

Casou com Zulmira Amélia Trindade (Uchoa Cavalcanti), filha de José Trindade e Anna Conceição Trindade.

Pais de:

1. Zulmira Uchoa Cavalcanti
2. Leonor Uchoa Cavalcanti
3. José Uchoa Cavalcanti, falecido criança
4. Ana Uchoa Cavalcanti
5. Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti
6. Lucélia Uchoa Cavalcanti
7. Henrique Barbalho Uchoa Cavalcanti
8. Elvira Uchoa Cavalcanti
9. Helena Uchoa Cavalcanti
10. Maria Uchoa Cavalcanti

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.1- Zulmira Uchoa Cavalcanti, nascida a 14/08/1873, e falecida em 07/07/1905.

Casou duas vezes. A primeira com Dr. Dâmaso Pereira, engenheiro, passando a usar o nome Zulmira Cavalcanti Pereira.

Pais de:

1. Ciro Cavalcanti Pereira
2. Laura Cavalcanti Pereira
3. Almir Cavalcanti Pereira

1. Ciro Cavalcanti Pereira

Casou-se com Carmem Pitanga, sem descendência.

2. Laura Cavalcanti Pereira

Casou com Itamar Corte Real Tavares.

Pais de:

Almir Pereira Tavares

Jorge Pereira Tavares

Haroldo Pereira Tavares

Almir Pereira Tavares, Dr. (bacharel?)

Casou-se com Ruth Lynch de Albuquerque Mello.

Pais de:

Anna Maria

Célia Maria

Paulo Sérgio

Itamar Roberto

Fernando

Jorge Pereira Tavares, oficial da Marinha.

Casou com Gasparina Mascarenhas

Pais de:

José Carlos

Jorge Eduardo

Haroldo Pereira Tavares, solteiro.

3. Almir Cavalcanti Pereira, falecido solteiro.

D. Zulmira Uchoa Cavalcanti (Zulmira Cavalcanti Pereira) enviuvou e casou em segundas núpcias com Miguel Fernandes Barros.

Pais de:

Miguel Fernandes Barros Júnior

José Fernandes Barros

4. Miguel Fernandes Barros Júnior

Casou com Maria de Abreu Lage

Pais de:

Vera Fernandes Barros

Luiz Mário Fernandes Barros

Ivan Fernandes Barros

Sônia Fernandes Barros

Vera Fernandes Barros casou com Aparicio Cambogí.

Pais de:

Daisy

5. José Fernandes Barros, casou com Odete Midosi.

Pais de:

José Carlos Fernandes Barros

Viviano Fernandes Barros

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.2 - Leonor Uchoa Cavalcanti, nascida em 09/03/1875 e falecida a 19/04/1950.

Casou em fevereiro de 1893 com José Antônio Pessoa Guedes de Mello, nascido a 21/03/1867 e falecido a 05/04/1933; após o casamento passou a se assinar Leonor Cavalcanti Pessoa.

Pais de:

1. Leonor Cavalcanti Pessoa
2. Paulo Cavalcanti Pessoa, I, falecido com um ano de idade
3. Maria Cavalcanti Pessoa I falecida com 4 mêses
4. Maria Cavalcanti Pessoa II falecida com dias de vida
5. Roberto Cavalcanti Pessoa
6. Paulo Cavalcanti Pessoa II
7. Maria de Lourdes Cavalcanti Pessoa
8. Lucy Cavalcanti Pessoa
9. Marina Cavalcanti Pessoa
10. Heloisa Cavalcanti Pessoa

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.2.1. Leonor Cavalcanti Pessoa, nasceu a 22/12/1893. Após o casamento passou a se chamar Leonor Cavalcanti Pessoa da Fonseca Costa.

Casou-se em 24/12/1912 com Caetano Taylor da Fonseca Costa, nascido a 01/05/1885 e falecido a 16/05/1938. Era oficial da Marinha e filho do Dr. Manoel Antônio da Fonseca Costa e de Adelaide Mathilde Taylor da Fonseca Costa.

Pais de:

Gustavo Alberto Taylor da Fonseca Costa

Maria Eduarda Taylor da Fonseca Costa, falecida com um ano de idade.

Gustavo Alberto Taylor da Fonseca Costa, nascido a 19/01/1914.

Casou com Cecília Lúcia Bandeira de Mello, filha de Afonso de Toledo Bandeira de Mello e de Theresa Monteiro de Barros Bandeira de Mello .

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.2.5. Roberto Cavalcanti Pessoa, Dr.

Nascido a 24/08/1901, solteiro.

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.2.6. Paulo Cavalcanti Pessoa II, nascido a 06/09/1903.

Casou duas vezes. A primeira com Alice Xavier Infante, sem geração.

A segunda vez com Dóra da Fonseca e Silva.

Pais de:

Marina

José Paulo

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.2.7. Maria de Lourdes Cavalcanti Pessoa, nascida a 12/03/1905.

Casou com Mario de Oliveira Bastos, filho de Heitor de Oliveira Bastos e de Theresa Maria Carvalho de Moraes (de Oliveira Bastos após o casamento).

Pais de;

Maria da Graça

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.2.8. Lucy Cavalcanti Pessoa, nascida a 13/04/1907 (após casada Lucy Pessoa Pederneiras).

Casou-se com Eraldo Pederneiras, Consul, filho de Manoel Pederneiras e de D. Ester Maria da Guía.

Pais de:

Carlos Henrique Pessoa Pederneiras

Sylvia Pessoa Pederneiras

Ana Rita Pessoa Pederneiras

Carlos Henrique Pessoa Pederneiras casou com Jacy Passos.

Sylvia Pessoa Pederneiras casou com o Dr. Jacques Houly.

Pais de:

Leonor

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.2.9.Marina Cavalcanti Pessoa (Maria Pessoa Pinto Lima após casada) nascida a 17/07/1909.

Casou com Jacinto Pinto Lima, filho do Dr. Pedro Pinto Lima e de D. Alice Andrade Leite. Sem descendência.

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.2.10. Heloisa Cavalcanti Pessoa, nascida a 19/10/1911.

Casou com Dr. Antenor (Antomar) de Noronha Pereira Rego, filho de ... e de D. Maria Sarah de Noronha Pereira Rego.

Pais de:

José Antônio Pereira Rego

Maria Cristina Pereira Rego

Heloisa Maria Pereira Rego

Padre Henrique Pereira Rego

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.4 - Ana Uchoa Cavalcanti, nascida a 21/07/1879.

Casou com João Bueno Bierrenbach, passando a usar o nome de Ana Cavalcanti Bierrenbach.

Pais de:

Ana Beatriz Cavalcanti Bierrenbach

Eduardo Bierrenbach

Laura Bierrenbach

Luiz Bierrenbach

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.4.1. Ana Beatriz Cavalcanti Bierrenbach casou com Hernani Senra de Oliveira.

Pais de:

Jorge Bierrenbach Senra de Oliveira, solteiro

Lilia Beatriz Bierrenbach Senra de Oliveira

Vera Beatriz Bierrenbach Senra de Oliveira

Lilia Beatriz Bierrenbach Senra de Oliveira, casou com Dr. Alair Faria de Barros, passando a adotar o nome de Lilia Beatriz Faria de Barros.

Pais de:

Guilherme Augusto Faria de Barros

Lilia Cristina Faria de Barros

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.4.2. Eduardo Bierrenbach, casou com Isabel de Souza Queiroz (Bierrenbach). Pais de:...

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.4.3. Laura Bierrenbach casou com Cid Bierrenbach de Castro Prado, passando a usar o nome de Laura Bierrenbach de Castro Prado.

Pais de:

Maria Ana Castro Prado

Maria Antonieta Castro Prado

Maria Theresa Castro Prado

Maria Ana Castro Prado casou com Dr. Gabriel da Silva Dias, passando a usar o nome de Maria Ana Castro Prado Dias da Silva.

Pais de:

Ana Maria

Laura

Gabriel

Maria Cristina

Maria Antonieta Castro Prado casou com Augusto da Rocha Azeve-do, usando o nome de Maria Antonieta Castro Prado da Rocha Azevedo.

Pais de:

Augusto

Eduardo

Maria

Maria Theresa de Castro Prado casou com Dr. José Bonifácio Nogueira, usando o nome de Maria Theresa Castro Prado Bonifácio Nogueira.

Pais de:

José Bonifácio

Sérgio Luiz

Luiz Roberto

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.4.1.4. Luiz Bierrenbach casado com Cenira Pe-reira Lima

Pais de:

Luiz Sérgio

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.5- Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti, nascido a 20/11/1885, bacharel.

Casou com Cristina Tolentino

Pais de:

Laura Uchoa Cavalcanti

Helena Uchoa Cavalcanti

Jorge Uchoa Cavalcanti

Roberto Uchoa Cavalcanti

Maria Cristina Uchoa Cavalcanti

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.5.1- Laura Uchoa Cavalcanti, passando após casada o nome de Laura Uchoa Cavalcanti Lobo Neto.

Casou com Eduardo Lobo Neto.

Pais de:

Eduardo Uchoa Neto

Roberto Uchoa Neto

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.5.2- Helena Uchoa Cavalcanti casou com Nereu Northon Esteves; passando a usar o nome de Helena Uchoa Cavalcanti Northon Esteves.

Pais de:

Maria Helena

Maria Cristina

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.5.3- Jorge Uchoa Cavalcanti, casou com Lígia Ramos (Uchoa Cavalcanti)

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.6- Lucélia Uchoa Cavalcanti, nascida a 03/10/1883.

Casou com Isaías Alves de Barros, passando a usar o nome Lucélia Cavalcanti Alves.

Pais de:

Sylvio Isaías Alves, nascido a 19/08/1918

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.7- Henrique Barbalho Uchoa Cavalcanti, nasci-do em 11/12/1889.

Casou com Edith Duque Estrada Lage, filha de Camilo Lage e Amanda Duque Estrada Lage.

Pais de:

Helio Uchoa Cavalcanti, Dr., solteiro

Haroldo Uchoa Cavalcanti

Hilton Uchoa Cavalcanti

Heliana Uchoa Cavalcanti

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.7.2- Haroldo Uchoa Cavalcanti casou com Dulce Sarmento

Pais de:

Heloisa

Helena

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.7.3- Hilton Uchoa Cavalcanti casou com Yolanda dos Santos Carvalho.

Pais de:

Hilton

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.7.4 - Heliana Uchoa Cavalcanti, casou com Paulo César Niemeyer, passando a usar o nome de Heliana Cavalcanti Niemeyer.

Pais de:

Suzana

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.8 - Elvira Uchoa Cavalcanti, após casada Elvira Cavalcanti Vieira de Mello.

Casou com Américo Vieira de Mello, almirante.

Pais de:

Dulce Vieira de Mello

Américo Vieira de Mello, falecido criança

Mário Cavalcanti Vieira de Mello

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.8.1 - Dulce Vieira de Mello casou com Peter Mathson, sem descendência.

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.8.3 - Mário Cavalcanti Vieira de Mello, cônsul, casou com Dorotéa Juliana.

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.9 - Helena Uchoa Cavalcanti, nascida a 03/02/1892, casou com Francisco da Cruz Camarão Sobrinho, passando a usar o nome de Helena Cavalcanti Camarão.

Pais de:

Paulo Cavalcanti da Cruz Camarão

Afrânio Uchoa Cavalcanti Camarão

Alfredo Uchoa Cavalcanti Camarão

João Uchoa Cavalcanti Camarão

Helena Uchoa Cavalcanti Camarão

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.10 - Maria Uchoa Cavalcanti, nascida em 20/03/1882.

Casou com Horacio da Silva Villela, nascido a 23/01/1880 e falecido a 08/06/1946. Passou a usar o nome de Maria Cavalcanti Villela.

Pais de;

Sarah Villela

Cenira Villela

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.10.1 Sarah Villela casou com Nestor Egydio Poggi de Figueiredo, nascido a 26/02/1893, doutor, sem descendência.

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.3.10.2 Cenira Villela casou com Celestino Severo San Juan, doutor, nascido a 05/08/1889, e falecido a 05/12/1945.

Pais de:

Flávio de San Juan

Ot 2.2.5.5.3.3.4.2.4 - Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti júnior

Casou com Felipa Brandão Cavalcanti, sem descendência. Serão os pais de Pedro Celso Uchoa Cavalcanti?, nascido em 1864 ou não houve sucessão?

Ot 2.2.5.5.3.3.4.2.5 - Pedro Barbalho Uchoa Cavalcanti, falecido solteiro.

Ot 2.2.5.5.3.3.4.2.6 - Manoel Barbalho Uchoa Cavalcanti, bacharel, conforme Adalberto Brito Cabral de Mello.

Casou com D. Francisca Peregrino Uchoa Cavalcanti. [YS: em outra nota – Francisca de Paula Uchoa Cavalcanti, nascida em 9.2.1828 (L.1 Bat. Serinhaem, 1827-1831].

Pais de:

Ana Mauricea Uchoa Cavalcanti

Manoel Barbalho Uchoa Cavalcanti Júnior

Júlio Barbalho Uchoa Cavalcanti

Fernando Barbalho Uchoa Cavalcanti

Samuel Barbalho Uchoa Cavalcanti

Dolores Barbalho Uchoa Cavalcanti

Francisco Barbalho Uchoa Cavalcanti

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.6.1 - Ana Mauricea Uchoa Cavalcanti

Casou com Samuel de Siqueira Cavalcanti, sem descendência.

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.6.2 - Manoel Barbalho de Uchoa Cavalcanti Júnior, bacharel, Juiz de Direito no Paraná.

Casou com Aída Carneiro, sem descendência.

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.6.3 - Júlio Barbalho Uchoa Cavalcanti

Casou com Maria Augusta Macedo, que adotou o nome de Maria Augusta Uchoa Cavalcanti.

Pais de:

Giovani Barbalho Uchoa Cavalcanti

Gelson Barbalho Uchoa Cavalcanti

Roberto Barbalho Uchoa Cavalcanti, vigário de Camocim de S. Felix, em Bezerros, de Pernambuco.

Gesilda Barbalho Uchoa Cavalcanti, solteira

Teresa Barbalho Uchoa Cavalcanti

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.6.4 - Fernando Barbalho Uchoa Cavalcanti

Casou com Liu Uchoa Cavalcanti

Pais de:

Rubem Barbalho Uchoa Cavalcanti

Joel Barbalho Uchoa Cavalcanti

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.6.5 - Samuel Barbalho Uchoa Cavalcanti

Casou com Maria Oliveira Olinda de Araújo (Uchoa Cavalcanti), sem descendência.

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.6.6 - Dolôres Barbalho Uchoa Cavalcanti (Dolôres Cavalcanti Fortuna de Moraes após casada).

Casou com Caetano Fortuna de Moraes

[YS: Em outra nota]: “Pais de:

Maria José Cavalcanti Fortuna de Moraes, casada com Laércio Santiago.

Pais de:

Márcio

Murilo

Ana Maria

Maria Clara

Marcelo

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.6.7 - Francisco Barbalho Uchoa Cavalcanti

Casou com Afra Rego Uchoa Cavalcanti, sem descendência.

Ot 2.2.5.5.3.3.4.2.7 - Luiz Barbalho Uchoa Cavalcanti, bacharel, Juiz de Direito, conforme Adalberto Brito Cabral de Mello.

Casou com Rita Peregrino Uchoa Cavalcanti.

Pais de:

Luiz Gonzaga Uchoa Cavalcanti

Padre João Barbalho Uchoa Cavalcanti

Leonor Barbalho Uchoa Cavalcanti

Maria Ana Barbalho Uchoa Cavalcanti

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.7.1 - Luiz Gonzaga Uchoa Cavalcanti, casou com Josefina Uchoa Cavalcanti.

Ot 2.2.5.5.3.3.4.2.8 - Serafina Barbalho Uchoa Cavalcanti, casou com Domingos da Silva, com geração.

Ot 2.2.5.5.3.3.4.2.9 - Querubina Barbalho Uchoa Cavalcanti, falecida solteira.

Ot 2.2.5.5.3.3.4.2.10 - Maria Firmina (Yayá) Barbalho Uchoa Cavalcanti ou Maria Firmina Barbalho Wanderley Cavalcanti, casou com Dr. Sá.

Ot 2.2.5.5.3.3.4.2.11 - Leonor Barbalho Uchoa Cavalcanti, falecida solteira.

Ot 2.2.5.5.3.3.4.2.12 - Maria Umbelina Wanderley (ou Uchoa?) Cavalcanti, conforme Adalberto Brito Cabral de Mello, casou com Dr. Antônio Luiz Cavalcanti de Albuquerque, formado em Direito e ex-deputado suplente à Assembleia Geral e senador do Império, filho de Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e de D. Tereza Cavalcanti Vaz Salgado, neto paterno de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, [Coronel Suassuna] – Senhor dos engenhos Suassuna, Pantorra e Carrapato e capitão-mor da cidade de Olinda - e de D. Maria Rita de Holanda Cavalcanti [RCL, Maria Rita de Albuquerque Mello] e neto materno do coronel Joaquim Vaz Salgado e de sua mulher, D. Ana Francisca de Paula Cavalcanti.

Dr. Antônio Luiz por decreto de 14/03/1860 recebeu à mercê de Oficial da Ordem da Rosa (BN – S Mss C 994-77 e C 28-22).

Foram proprietários do Engenho do Meio, na freguesia da Várzea, onde D. Maria Umbelina se achava de 1881 a 1883 (Almanack).

Foram pais, segundo nota de Orlando Cavalcanti, de:

1. Teresa Maria Cavalcanti de Albuquerque (Barros Barreto), com 16 anos em 1878, casou com o bacharel Dr. Ignácio de Barros Barreto, industrial, Deputado Provincial e Deputado à Assembleia.

2. Luiz Antônio Cavalcanti de Albuquerque, que tinha 15 anos, em 1878; engenheiro, falecido solteiro.

3. Ana (Maria Francisca de Paula) Cavalcanti de Albuquerque com 14 anos em 1878 (depois Accioly de Meneses). Casou com o Desembargador José Accioly de Meneses, [proprietários de Usina em Sergipe, RCL].

4. Álvaro (Antônio) Cavalcanti de Albuquerque, com 10 anos, em 1878; engenheiro, falecido solteiro.

5. Maria da Conceição Cavalcanti Albuquerque, com 8 anos em 1878 (depois Uchoa Cavalcanti); casou com Dr. Pedro Celso Uchoa Cavalcanti.

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.12.1 - Teresa Maria Cavalcanti de Albuquerque, nascida em 1862, casou com Ignácio de Barros Barreto, filho do bacharel Ignácio de Barros Barreto e de D. Maria Ana do Rego Barros de Lacerda.

Pais de:

1. Mario de Barros Barreto
2. Ana Maria Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto, falecida solteira.
3. Maria Ana Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto, falecida solteira.
4. Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto.
5. Teresa Maria Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto
6. Antônio Luiz Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto
7. Ignácio de Barros Barreto
8. Ignez de Barros Barreto
9. Teresa Maria Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto
10. Maria da Conceição Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto
11. Luiz Antônio Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto
12. Benjamim Franklin Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto
13. Maria das Dores Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto
14. Maria José Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.12.1.1. Mario de Barros Barreto, Capitão de mar e guerra, engenheiro naval. Casou com Laura Rimes de Barros Barreto.

Pais de:

Mario Rimes de Barros Barreto, falecido

Jorge Rimes de Barros Barreto

Jorge Rimes de Barros Barreto, bancário, casado com Nara de Barros Barreto.

Pais de:

Sheila

Sônia

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.12.1.4. Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto, estudou em Londres, Dr. (bacharel?), casado em primeiras núpcias com Mary Briggs (de Barros Barreto) e em segundas com Laura Austregésilo.

Filhos do primeiro matrimônio:

Dudley de Barros Barreto

Sydney de Barros Barreto

Mary Briggs de Barros Barreto

Elisabeth Briggs de Barros Barreto

Dudley de Barros Barreto, engenheiro e industrial, casado com Ruth Martins de Barros Barreto.

Pais de:

Frederico

Dudley

Ronaldo

Elizabeth

Sydney de Barros Barreto, industriário e construtor casado com Ma-dalena Ferreira de Barros Barreto

Pais de:

Mary

Ruth

Pedro

Ruy

Solange

Mary Briggs de Barros Barreto que casou com Thomas Othon Leonardos, bacharel e advogado.

Pais de:

Helena

Thomas Francisco

Luiz

Mauricio

Elizabeth Briggs de Barros Barreto casada com Georges Leonardos, comerciante.

Pais de:

Roberto

Georges

Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto casou em segundas núpcias com Laura Austregesilo.

Pais de:

Laura Teresa

Laura Teresa de Barros Barreto casou com Arnaldo Barreto, médico.

Pais de:

Regina

Francisco

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.12.1.5. Teresa Maria Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto (Guimarães Cravo), casado com o bacharel e advogado Sylvio Guimarães Cravo.

Pais de:

Maria Theresa Barreto Cravo

Sylvia de Barreto Cravo

Dulce de Barreto Cravo

Maria Theresa Barreto de Cravo (Barros), casada com Dr. Jorge Barros, médico.

Pais de:

Sonia

Solange

Vera [Maria de Cravo Barros, advogada e professora universitária, conhecida por Vera Della Santa, casada com Graziane Della Santa]

Jorge

Sylvia de Barreto Cravo casada com Heitor Guimarães, comerciante.

Pais de:

Geraldo, Tenente da Marinha.

Ana Lúcia

Fernando

Dulce de Barreto Cravo casada com Marius Clark Costa, comerciante.

Pais de:

Frederico

Theresa Cristina

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.12.1.6. Antônio Luiz Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto, médico, casado com Maria Constança de Góes Calmon de Barros Barreto.

Pais de:

Luis Augusto

Ignacio

Henrique Paulo

Roberto

Virginia

Luis Augusto Góes Calmon de Barros Barreto, engenheiro, casado com Alba Freitas Valle de Oliveira (de Barros Barreto)

Ignacio Calmon de Barros Barreto, bacharel.

Henrique Paulo Calmon de Barros Barreto, médico.

Roberto Calmon de Barros Barreto, engenheiro.

Virginia Calmon de Barros Barreto

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.12.1.7. Ignacio de Barros Barreto, Almirante, engenheiro naval, casado com Gena (ou Genia) de Barros Barreto.

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.12.1.8. Ignes de Barros Barreto casada com João Firmino Correia de Araújo, bacharel.

Pais de:

Francisco Altino Correia de Araújo, falecido solteiro

Maria Helena Correia de Araújo

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.12.1.9. Theresa Maria Cavalcanti de Albuquerque Barros Barreto, bacharel, casada com Américo Netto do Rego Cavalcanti.

Pais de:

Pedro Bento do Rego Cavalcanti, falecido em criança.

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.12.1.10. Maria da Conceição Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto, catedrática da Universidade do Brasil e do Instituto de Educação do Distrito Federal.

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.12.1.11. Luiz Antônio Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto, bacharel, advogado, casado com Luiza Benitez (de Barros Barreto).

Pais de:

Ignacio Benitez de Barros Barreto, Oficial do Exército.

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.12.1.12. Benjamin Franklin Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto, engenheiro, casado com Leonor Cordeiro (de Barros Barreto).

Pais de:

Vera

Carlos

Lúcia

Claudio

Vera de Barros Barreto casada com Plínio Valle de Oliveira, médico.

Pais de:

Eduardo

Carlos de Barros Barreto, engenheiro.

Lúcia de Barros Barreto, casada com João Albano, Oficial da Aeronáutica.

Pais de:

Maria Cecília

Cláudio de Barros Barreto, engenheiro.

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.12.1.13. Maria das Dores Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto casada com Temistocles Brandão Cavalcanti, advogado e procurador da República.

Pais de:

Henrique Brandão Cavalcanti, engenheiro.

Ana Maria Brandão Cavalcanti

Glória Maria Brandão Cavalcanti

Álvaro Augusto Brandão Cavalcanti, bacharel.

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.12.1.14. Maria José Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto, solteira, alta funcionária da Caixa Econômica.

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.12.2 - Luiz Antônio Cavalcanti de Albuquerque, nascido em 1863, engenheiro, falecido solteiro.

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.12.3 - Ana Cavalcanti de Albuquerque ou Ana Maria Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque, nascida em 1864.

Casou com o desembargador José Accioli de Menezes [neto, proprietários de usina em Sergipe, RCL].

Pais de:

Maria Cavalcanti de Albuquerque Accioli de Menezes, solteira.

Ana Cavalcanti de Albuquerque Accioli de Menezes.

Dt 2.2.5.5.3.3.4.2.12.3.1 - Ana Cavalcanti de Albuquerque Accioli de Menezes [Donana Rollemberg, faleceu aos 98 anos em Aracaju, SE – RCL], casou com Antônio de Faro Rollemberg, bacharel e advogado, [bisneto dos Barões de Japaratuba, SE – RCL].

Pais de:

Carlos Waldemar Accioli de Menezes Rollemberg, procurador.[Casou duas vezes, RCL]

Paulo Accioli de Menezes Rollemberg, fazendeiro e industrial.[Casou com Neide Peixoto, de família de Penedo, e faleceu sem filhos em 1980, RCL]

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.12.4 - Álvaro Antônio Cavalcanti de Albuquerque, nascido em 1868, engenheiro, falecido solteiro.

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.12.5 - Maria da Conceição Cavalcanti de Albuquerque, nascida em 1870. Casou com Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, filho do bacharel Álvaro Uchoa

Cavalcanti e de D. Francisca de Assis Wanderley Cavalcanti, conforme Adalberto Brito Cabral de Mello.

Ot 2.2.5.5.3.3.4.2.13 - Ana Rita Maurícea Wanderley, conforme Adalberto Brito Cabral de Mello, casou com Luiz Francisco Cavalcanti de Albuquerque [ou Francisco Luiz], irmão de seu cunhado, Dr. Antônio Luiz Cavalcanti de Albuquerque.

Pais de:

Antônio Luiz Cavalcanti de Albuquerque

Dr. Álvaro Ladisláu Cavalcanti de Albuquerque

Luiz Francisco de Paula Cavalcanti

Maria Luiza Cavalcanti de Albuquerque

Rita Cavalcanti de Albuquerque

Ana Cavalcanti de Albuquerque

Teresa de Jesus Cavalcanti de Albuquerque

Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque

Nt 2.2.5.5.3.3.4.2.13.2 - Dr. Álvaro Ladisláu Cavalcanti de Albuquerque casou com sua prima Ida Barbalho Uchoa Cavalcanti, filha do ministro João Barbalho Uchoa Cavalcanti, e de D. Idalina Regueira Costa. Sem descendência.

Ot 2.2.5.5.3.3.4.2.14 - Francisca de Assis Wanderley Cavalcanti, batizada com 3 meses de idade, a 12/11/1844, no oratório do engenho Canto Escuro, da freguesia de Serinhaém, filha do Dr. Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti e de D. Ana Rosa Wanderley (L º 4º Bat. Serinhaém (1831-1848)fls. 84v). Foram padrinhos o Coronel Isidro Francisco de Mesquita e D. Francisca Maria de Paula Cavalcanti.

Conforme Adalberto Cabral de Mello, casou e foi primeira mulher do bacharel Álvaro Uchoa Cavalcanti, filho de Pedro Cavalcanti de Albuquerque Uchoa ou Pedro Uchoa Cavalcanti e de D. Ana Xavier Cavalcanti.

Pais de:

Pedro Celso Uchoa Cavalcanti

Antônio Oscar Uchoa Cavalcanti

Ver adiante.

St 2.2.5.5.3.3.4.3 - João Cavalcanti de Albuquerque Uchoa, capitão, sobre quem não obtivemos informações (Anais Museu Imperial, 117).

St 2.2.5.5.3.3.4.4 [YS: numerada, apesar de ser apenas meia irmã]

4. Feliciana Gertrudes de Barros Wanderley filha do primeiro matrimônio de Manoel de Barros Wanderley Lins, capitão-mor de Serinhaém, com D. Rita Angélica Wanderley foi aqui inclusa porque fora meia irmã das demais filhas do segundo casamento do mesmo capitão-mor e de D. Francisca de Assis Cavalcanti, filha do capitão-mor de Quitinduba Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti e de sua mulher D. Francisca de Paula Maria da Conceição Cavalcanti.

Feliciana Gertrudes de Barros Wanderley casou com o capitão Francisco Xavier Paes de Mello Júnior, a 14/04/1764 no engenho Penanduba (ou Piranduba), da freguesia de Muribeca (notas de Carlos Xavier Paes Barreto), nomeado e confirmado no posto de capitão da Companhia dos Nobres do Terço de Infantaria Auxiliar da vila de Serinhaém, respectivamente a 02/12/1795 (AP – Pe Pp. 4 fls. 124 e 125) e a 11/08/1796 (AP – Pe Pr Fls. 121)

O capitão era filho de Francisco Xavier Paes de Mello, nomeado tenente-general das Ordenanças das freguesias de Muribeca, do Cabo (e Ipojuca) do termo da vila do Recife por carta patente de 07 de julho de 1769 (notas de Carlos Xavier Paes Barreto), fora mestre de Campo do Terço de Infantaria Auxiliar da vila de Serinhaém, segundo provisões de 1793 (AP – Pe Pp.3, fls. 155v), 1795 (AP – Pe Pp.4, fls. 124v e 125) e 1796 (AP – Pe Pp.1, fls. 121). Fora também proprietário do engenho Penanduba, na freguesia de Muribeca. Casado, segundo Afonso de Albuquerque Mello com Ana Rita Mauricio Wanderley, filha do capitão-mor Cristóvão de Barros (primeiro, grifo nosso) morgado do engenho São Bento do Caiará.

Francisco Xavier Paes de Mello Júnior. Em 01/06/1828, juntamente com D. Maria Rita Wanderley, foram padrinhos de batismo no oratório do engenho São Braz (L.1º Bat. Serinhaém, 1827-1831).

Vivia a 04/10/1840, data de batismo do seu neto Francisco, enquanto D. Feliciana Gertrudes já era falecida nesta data (L º 5 de Batizado de Serinhaém (1837-1842), fls. 77v e 78).

Foram pais de:

Manoel Paes de Mello (L º 2º Bat. Serinhaém (1814-1867)4/./1823, fls. 5).

"Nascido a 3/5/1823 e batizado a 14/7/1823, no oratório do engenho São Braz, da freguesia de Serinhaém, sendo padrinhos o tenente Manoel Accioly Wanderley e sua mulher D. Rita Angélica Wanderley". [Nota deslocada – YS].

Francisco Xavier Paes de Mello

D. Maria Feliciana Wanderley

St 2.2.5.5.3.3.4.5 - Manoel de Barros Wanderley Lins Junior, nascido a 28/10/1831 e batizado a 22/03/1832 no oratório no engenho Canto Escuro, de propriedade dos pais, sendo padrinhos Manoel Felipe de Barros Wanderley e de D. Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

Formado em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda.

Casou-se no oratório do engenho Quitinduba a 20/12/1854 com D. Francisca Gabriela de Assis Cavalcanti (ou Francisca Gabriela Rosa Cavalcanti), filha de Gaspar Cavalcanti de Albuquerque Uchoa e de D. Francisca de Assis Cavalcanti Uchoa. Foram testemunhas: João Manoel de Barros Wanderley, Dr. Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti e o tenente Antônio Peregrino Cavalcanti de Albuquerque (L º Cãs. no.3 de Serinhaém(1842-1853) cas. 76 – 20/12/1854).

Dr. Manoel de Barros Wanderley Lins Júnior faleceu a 30/04/1858, tendo sido sepultado no cemitério ao lado do convento de S. Francisco da vila de Serinhaém (L º de Óbito nº2 de Serinhaém (1850-1868) fls. 41). Encontrava-se à frente dos engenhos Canto Escuro em 1855, Carneiro em 1855 e 1856 e Coelhas em 1855 até a morte em 1860. (Em

outra nota: de 1855 até o falecimento, pois este figurava em nome dos herdeiros, no Almanack de Pernambuco, de 1860. Em 1860 o Coelhas estava em nome da viúva e filhos.

Foram pais provavelmente de:

Manoel de Barros Wanderley Lins, que fora 6º suplente de subdelegado do 1º distrito da freguesia de Água Preta, em 1868.

St 2.2.5.5.3.3.4.6 - João Manoel de Barros Wanderley, coronel, que casou com D. Ana Rita Mauricio Wanderley. João Manoel faleceu com trinta e um anos de idade e foi sepultado a 11/3/1863 na capela de Santo Antônio do engenho Lobo, na freguesia de Serinhaém (Lo. 2 de Óbitos Serinhaém (1850-1868), fls. 141). Em 1860 era rendeiro dos engenhos Paraíso (proprietário: Paulino Pires Falcão, falecido) e Serraria (Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo).

Pais de:

Ana Rosa Maurícea Wanderley

Rita Angélica Wanderley

Ot 2.2.5.5.3.3.4.6.1 - Ana Rosa Maurícea Wanderley, casou a 6/1/1843 com Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti, filho de João Cavalcanti de Albuquerque e de D. Francisca de Assis Cavalcanti.

Pais de:

João

João, nascido a 13/06/1846 e batizado a 06/01/1847 no oratório do engenho Coelhas, na freguesia de Serinhaém. Foram padrinhos José Cavalcanti de Albuquerque Uchoa, casado, e D. Maria Joaquina de Nazareth Gusmão (L º 2º Bat. Serinhaém (1814-1867) 6-1-1847, fls. 30).

[A descendência consta de páginas anteriores, sob Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti, Qn 5.5.3.4.2].

Ot 5.5.3.3.4.6.2 - (Ana) Rita Angélica Wanderley (Rita de Mesquita Wanderley, após o casamento), que casou com Manoel de Mesquita Barros Wanderley Júnior, filho de Manoel de Mesquita Barros Wanderley e de D. Maria Joaquina de Nazareth Gusmão. Proprietários do engenho Pará, na freguesia de Ipojuca, que permanece em nome dos herdeiros, conforme apelação comercial, iniciada em 1879 e encerrada em 1881, que correu no Tribunal da Relação.

Pais de:

Manoel de Mesquita Barros Wanderley

João (Manoel) Mesquita Barros Wanderley

José (Manoel) Mesquita Barros Wanderley

Clementino de Mesquita Wanderley (ou Barros Accioly). Bacharel.

Filha que casou com o capitão Adolfo Wanderley.

Filha que casou com Luis Francisco Paes Barreto, morador no engenho Sibirozinho. Pais de:

Maria do Carmo Wanderley Lins.

Filha 3ª - Maria da Conceição, casou com o Dr. José Manoel de Barros Wanderley.

Nt 5.5.3.3.4.6.2.1 - Manoel de Mesquita Barros Wanderley. Manoel, batizado com três meses de nascido na Igreja de Nossa Senhora da Conceição do engenho Jaguaré, na freguesia de Serinhaém, a 03/05/1844, sendo padrinhos a avó paterna, D. Maria Joaquina de Nazareth Gusmão e o avô materno João Manoel de Barros Wanderley (L º 2º de Bat. Serinhaém (1814-1867) – 03/05/1844, fls. 25). Era falecido em 1879. Manoel Mesquita de Barros Wanderley casou-se com Francsisca (Accioly ?) Lins Wanderley ?.

Pais de:

Manoel de Barros Accioli Lins ?

Nt 2.2.5.5.3.3.4.6.2.2 - João Mesquita Barros Wanderley. João, batizado com 6 meses de nascido, na igreja do engenho de Jaguaré, a 08/12/1846, sendo padrinhos o desembargador Francisco de Paula Mesquita e D. Francisca de Assis Cavalcanti (L º 2º de Bat. Serinhaém (1814-1867) – 08/12/1846 fls. 25v).

João Manoel de Mesquita Barros Wanderley. Bacharel. ?

Nt 2.2.5.5.3.3.4.6.2.3 - José Manoel de Barros Wanderley, bacharel.

Nt 2.2.5.5.3.3.4.6.2.4 - Clementino de Mesquita Barros Wanderley ou Clementino Mesquita Wanderley, bacharel. Fora rendeiro do engenho Pará de 1881 a 1884 quando sua mãe D. Rita de Mesquita Wanderley estava à frente do mesmo.

Nt 2.2.5.5.3.3.4.6.2.5 - 1ª Filha de nome ainda ignorado que casou com Adolfo Wanderley Lins em 1879 capitão quartel-mestre do Comando Superior da Guarda Nacional de Serinhaém.

Nt 2.2.5.5.3.3.4.6.2.6 - 2ª Filha, Maria Joaquina Wanderley, 2ª esposa de Luis Francisco Paes Barreto Lins, filho de Francisco Lins Paes Barreto e D. Maria Rita Mauricio Wanderley Lins, esta filha de José Manoel de Barros Wanderley Lins e sua mulher.

Pais de:

Maria do Carmo Wanderley Barros Lins, Maria do Carmo Barreto Lins ou Maria do Carmo Wanderley Lins.

Dt 2.2.5.5.3.3.4.6.2.6.1 - Maria do Carmo Wanderley Lins casou duas vezes: a primeira com João Adolfo Wanderley Lins e a segunda com Geminiano de Barros Wanderley primogênito dos barões de Granito, havendo sucessão desta união.

Nt 2.2.5.5.3.3.4.6.2.7 - Maria da Conceição Wanderley, nascida a 04/11/1857 e falecida a 13/10/1910 em Pernambuco.

Casou com o bacharel José Manoel de Barros Wanderley, nascido a 28/08/1842 e falecido a 22/09/1909, em Pernambuco, filho de José Manoel de Barros Wanderley, agricultor nos municípios de Rio Formoso e Serinhaém, em Pernambuco, e de D. Maria Francisca Accioli Lins (irmã do barão de Goicana), barão e baronesa de Granito.

Sx 2.2.5.5.3.3.5 - Pedro Cavalcanti de Albuquerque Uchoa, Pedro Cavalcanti de Albuquerque ou Pedro Cavalcanti Uchoa, tenente-coronel, casou com D. Ana Xavier Cavalcanti, filha de Francisco Xavier Cavalcanti e de sua mulher, D. Ana Joaquina Xavier Cavalcanti, moradores da cidade do Recife. (L º 4 Bat. Serinhaém (1831-1848) fls. 8v). Era proprietário do engenho Canoinha, freguesia de Una, em 1884.

Pais de:

1. Maria Celso

2. Álvaro Uchoa Cavalcanti

3. Antônio Oscar Uchoa Cavalcanti

St 2.2.5.5.3.3.5.1- Maria, nascida a 30/09/1841 e batizada a 16/01/1842 no oratório do engenho Pindobinha, freguesia de Serinhaém, sendo padrinhos Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque Júnior, solteiro, e de D. Francisca Emilia Xavier Cavalcanti, solteira, ambos moradores em Serinhaém (L º 4º Bat. Serinhaém (1831-1848) fls. 8v).

St 2.2.5.5.3.3.5.2 - Álvaro Uchoa Cavalcanti, bacharel, sobre quem não obtive notícias. O referido Adalberto Brito Cabral de Mello admite que seja filho do referido Álvaro Uchoa Cavalcanti: Pedro Cavalcanti de Albuquerque Uchoa.

(2.) Álvaro Uchoa Cavalcanti, bacharel, filho de Pedro Cavalcanti de Albuquerque Uchoa e Ana Xavier Cavalcanti, teria casado com D. Francisca de Assis Wanderley Cavalcanti, filha de Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti e de D. Ana Rita Mauricio Wanderley ou Ana Rosa Mauricio Wanderley (L º 4 Bat. Serinhaém (1831-1848) -13/11/1844 fls. 84 v).

Teriam sido pais de:

1. Pedro (Celso) Uchoa Cavalcanti

2. Antônio Oscar Uchoa Cavalcanti

Outra possibilidade seria a de serem filhos estes últimos de Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti Júnior, casado com Felipa Brandão Cavalcanti, considerados sem descendência à pág. 103 deste caderno

(ver pág. 154).

(2) Seria pai de: Pedro (Celso) Uchoa Cavalcanti

Antônio Oscar Uchoa Cavalcanti

Ot 2.2.5.5.3.3.5.2.1- Pedro (Celso) Uchoa Cavalcanti, nascido em 06/04/1864 no engenho Junqueira , na freguesia do Cabo. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife em 1884. (Clóvis Bev. 1 128). Professor de línguas especialmente a inglesa e de História

Casou a 26/05/1888 na freguesia da Boa Vista, no Recife, com sua prima-irmã, D. Maria da Conceição Cavalcanti de Albuquerque (depois de casada: Maria da Conceição Uchoa Cavalcanti), nascida e [casada no Rio (Engenho Velho 23º, 73) a 27/12/1933] a 07/12/1870, filha do Dr. Antônio Luiz Cavalcanti de Albuquerque e de D. Maria Umbelina Wanderley Cavalcanti.

Pais, segundo Adalberto Brito Cabral de Mello, de:

1. Maria Evangelina Uchoa Cavalcanti
2. Francisca Uchoa Cavalcanti
3. Maria do Carmo Uchoa Cavalcanti
4. Antonio Celso Uchoa Cavalcanti
5. José Celso Uchoa Cavalcanti
6. Álvaro Celso Uchoa Cavalcanti
7. General Luiz Celso Uchoa Cavalcanti
8. Dr. Carlos Celso Uchoa Cavalcanti
9. Dr. Adolfo Celso Uchoa Cavalcanti
10. Maria Celina Uchoa Cavalcanti
11. Dr. João Celso Uchoa Cavalcanti
12. Dr. Alcenôr Celso Uchoa Cavalcanti
13. Dr. Paulo Celso Uchoa Cavalcanti
14. Asta Uchoa Cavalcanti
15. ? Lenira Barbalho Uchoa Cavalcanti ?

Nt 2.2.5.5.3.3.5.2.1.1- Maria Evangelina Uchoa Cavalcanti, nascida a 24/05/1889, foi casada e desquitada.

Segundo outra fonte, solteira e falecida antes de 1976.

Nt 2.2.5.5.3.3.5.2.1.2 - Francisca Uchoa Cavalcanti, nascida a 22/08/1890. D. Francisquinha foi noelista e irmã das Damas de Passy (Colégio do Sagrado Coração Eucarístico)

Nt 2.2.5.5.3.3.5.2.1.3- Maria do Carmo Uchoa Cavalcanti (ou Maria do Carmo Cavalcanti Lins e Silva, após casada), nascida a 15/07/1891.

Conforme D. Célia Lins e Silva, casou com Raul Lins e Silva, pernambucano, nascido a 20/12/1883, filho de Augusto Paulino da Silva, juiz de Direito no Maranhão e funcionário do Banco do Brasil e de Leolina de Barros Lins. Ele faleceu em 07/10/1950 e ela, viúva, a 10/06/1951.

Pais de (todos vivos em 6/11/1951):

1. Hamleto Celso Lins e Silva
2. José Lins e Silva, solteiro em 1951.
3. Evandro Lins e Silva
4. Raul Lins e Silva Filho
5. Joel Lins e Silva, solteiro e jornalista.
6. Haroldo Lins e Silva
7. Álvaro Lins e Silva
8. Maria Lins e Silva, professora, solteira.
9. Célia Lins e Silva, professora, solteira.
10. Leolina Lins e Silva, professora,solteira
11. Geraldo Lins e Silva, solteiro.
12. Lório Lins e silva , solteiro.

1. Hamleto Celso Lins e Silva, advogado.

Casou com Maria de Lourdes Barros Lins e Silva.

Pais de:

Celina Maria de Barros Lins e Silva

3. Evandro Lins e Silva, advogado no Rio de Janeiro.

Casou com Maria Louzia Konder Lins e Silva

Pais de:

Ana Teresa Lins e Silva

Carlos Eduardo Lins e Silva

Patrícia Lins e Silva

Cristiano Lins e Silva

4. Raul Lins e Silva Filho, advogado.

Casou com Lavínia Lins e Silva.

Pais de:

Raul Celso Lins e Silva

Técio Lins e Silva

6. Haroldo Lins e Silva, advogado.

Casou com Maria Malta Lins e Silva.

Pais de:

Paulo Malta Lins e Silva

Sônia Malta Lins e Silva, [artista plástica, RCL]

7. Álvaro Lins e Silva, jornalista.

Casou com Margueritte Schuman, da qual se desquitou.

Pais de:

Tatiana Lins e Silva

Nt 2.2.5.5.3.3.5.2.1.4 - Antônio Celso Uchoa Cavalcanti, nascido em 07/01/1893, engenheiro.

Casou com Evangelina (Maria) Maranhão, sem descendência.

Nt 2.2.5.5.3.3.5.2.1.5 - José Celso Uchoa Cavalcanti, gêmeo do interior.

Segundo uma fonte, faleceu, solteiro, antes de 1976; segundo outra, casou com mais de 60 anos, deixando a viúva sem descendência.

Nt 2.2.5.5.3.3.5.2.1.6 - Álvaro Celso Uchoa Cavalcanti, nascido em 03/09/1895 e falecido antes de 1976. Engenheiro.

Casou com D. Ercilia Guedes Gondim, [filha do prof. Joaquim Guedes Correia Gondim, neto materno dos Barões de Mercês, RCL], que apesar de ter tido filhos, ficou viúva sem descendência.

Cláudio Uchoa Cavalcanti, falecido solteiro

Álvaro Celso Uchoa Cavalcanti, falecido solteiro

Nt 2.2.5.5.3.3.5.2.1.7 - Luiz Celso Uchoa Cavalcanti, nascido a 25/03/1897 (Recife, Boa Vista), general do exército, falecido antes de 1976.

Casou, em 27/12/1933, com D. Emirene Botafogo, no Rio (E Velho 23º,73 – 27/12/1933), nascida no Rio (E. Velho - 1909) da qual se desquitou; não houve descendência. Era filha de James Garfield Botafogo e de Carmem Coelho Duarte (irmã de Evangelina Duarte, que casou com o Dr. Pedro Ernesto Batista, médico, ex-prefeito do Rio de Janeiro).

Nt 2.2.5.5.3.3.5.2.1.8 - Carlos Celso Uchoa Cavalcanti, nascido em 28/05/1898. Médico. Falecido antes de 1976.

Casou com Nice Leite. Não houve descendência.

Nt 2.2.5.5.3.3.5.2.1.9 - Adolfo Celso Uchoa Cavalcanti, nascido em 18/10/1900. Político, advogado, foi deputado federal por e interventor federal em Pernambuco.

Casou com sua prima-irmã Maria Amélia Uchoa Cavalcanti, filha de (seu tio) Dr. Antônio (Oscar) Uchoa Cavalcanti e de Idalina Barbalho Uchoa Cavalcanti.

Faleceram, ele em 1948, e ela, em 02/10/1975, sem descendência.

Nt 2.2.5.5.3.3.5.2.1.10 - Maria Celina Uchoa Cavalcanti, nascida em 13/01/1902.

Foi segunda esposa de Dr. José Marques Carneiro Leão, viúvo de Judite Duarte Ribeiro.

Pais de:

Ivanise

Ivaldo

Isa

Ilson

Ione

Nt 2.2.5.5.3.3.5.2.1.11 - João Celso Uchoa Cavalcanti, nascido a 09/04/1904, médico oculista pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Casou com Nair Belo, sem descendência.

Nt 2.2.5.5.3.3.5.2.1.12 - Alcenor Celso Uchoa Cavalcanti, nascido em 31/01/1906. Bacharel da Faculdade de Direito do Recife. Advogado.

Casou com Gilda Coutinho Seixas.

Pais de:

Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto

Vera Lucia Uchoa Cavalcanti

Fernando Celso Uchoa Cavalcanti

Nt 2.2.5.5.3.3.5.2.1.13 - Paulo Celso Uchoa Cavalcanti, nascido a ?. Médico.

Casou com Lucia Tiradentes, sem descendência.

Nt 2.2.5.5.3.3.5.2.1.14 - Asta Uchoa Cavalcanti, nascida a 10/03/1913. Tornou-se Madre Teresa Margarida, carmelita descalça, falecida acidentada, no Rio de Janeiro, a 20/03/1967.

Nt 2.2.5.5.3.3.5.2.1.15 - Lenira Barbalho Uchoa Cavalcanti casou com Luiz Regueira Pinto de Souza, médico pneumologista, filho de Raimundo Honório Regueira Pinto de Souza e de D. Rita da Silva Vieira.

Pais de:

Ricardo

Lucio Flávio – [Faleceu solteiro]

Jorge [Falecido]

Marcos

Cláudio

Sávio

Eliane

Ot 2.2.5.5.3.3.5.2.2 - Antônio Oscar César Uchoa Cavalcanti, filho do Dr. Álvaro Uchoa Cavalcanti e D. Amélia Leopoldina Wanderley Cavalcanti.

Casou com D. Idalina Barbalho (Uchoa Cavalcanti), filha do Dr. João Barbalho Uchoa Cavalcanti e de D. Idalina Regueira Costa.

Pais de:

Maria Amélia Uchoa Cavalcanti

Nt 2.2.5.5.3.3.5.2.2.1 - Maria Amélia Uchoa Cavalcanti casou com Adolfo Celso Uchoa Cavalcanti, filho de Pedro Celso de Uchoa Cavalcanti e de D. Maria da Conceição Cavalcanti de Albuquerque. Falecidos sem sucessão.

[YS – Folha anexa].

"2. Ligia Uchoa Cavalcanti casou com Arnaldo Baltar de Medeiros

3. Maria José Uchoa Cavalcanti casou com Dr. José Henrique Wanderley

4. Lenira Uchoa Cavalcanti casou com Dr. Luiz Gonzaga Vieira Rigueira

5. Miécio Oscar Uchoa Cavalcanti casou com N... Wanderley

6. Lúcia Teresa Uchoa Cavalcanti

7. Suzana Uchoa Cavalcanti, falecida solteira, em 1964.

8. Múcio Oscar Uchoa Cavalcanti, falecido solteiro, em 1960.

Ou filho do Dr. Antonio Oscar Uchoa Cavalcanti e de D. Idalina Barbalho Uchoa Cavalcanti. ?? "

Sx 2.2.5.5.3.3.6 - Francisco Xavier Cavalcanti Uchoa que casou com Isabel Cavalcanti Lins (ou Isabel Cavalcanti de Albuquerque Lins), filha de João Lins Cavalcanti e de D. Maria Cavalcanti Lins ou Maria Cavalcanti de Albuquerque Lins.

Foram proprietários do engenho Recanto, na freguesia de Serinhaém.

Pais de:

Francisco (Xavier ?) Cavalcanti Uchoa (Filho)

Pedro Cavalcanti Uchoa

José Cavalcanti Uchoa

Ana Cavalcanti Uchoa

St 2.2.5.5.3.3.6.1. Francisco Xavier Cavalcanti Uchoa Filho. Francisco Xavier Cavalcanti Uchoa Filho, batizado com 16 meses de nascido, a 05/01/1836 no oratório do engenho Quitinduba na freguesia de Serinhaém. Foram padrinhos Gaspar Cavalcanti de Albuquerque Uchoa, casado e D. Luiza Francisca de Albuquerque Uchoa, casada, moradores no (suponho) mesmo lugar (L° Bat. Serinhaém (1814-1867) fls. 31 v (L° 3° Bat. Serinhaém (1835-1848) fls.2v).

St 2.2.5.5.3.3.6.2. Pedro, nascido a 19/09/1836 e batizado a 21/12/1836, no oratório do engenho Quitinduba, da freguesia de Serinhaém. Foram padrinhos Gonçalo Francisco Xavier (Uchoa) e D. Felipa Cavalcanti Uchoa (L ° 2° Bat Serinhaém, (1814-1867) fls. 32 e fls. 41v).

St 2.2.5.5.3.3.6.3. José Cavalcanti Uchoa, batizado com um ano e meio de nascido, em 04/09/1843 no oratório do engenho Quitinduba, sendo padrinhos Dr. Álvaro Barbalho de Uchoa Cavalcanti e D. Ana Francisca de Paula Cavalcanti de Lacerda (L° 3° ou L° 4° Bat. Serinhaém(1831-1848) fls. 202) Será possivelmente José Cavalcanti Uchoa o que casou com D. Felipa Albuquerque Maranhão, filha do senador Afonso de Albuquerque Maranhão e de D. Maria Ana do Rego Barros (Maria Ana de Albuquerque Maranhão após o casamento) [v 2-7 do caderno de João Paes Barreto (6° ...)

St 2.2.5.5.3.3.6.4. Ana, nascida em 20/11/1841 e batizada a 07/05/1843, no oratório do engenho Quitinduba (L° 5 Bat. Serinhaém (1837-1842) fls. 51v)

Sx 2.2.5.5.3.3.7 - Antônio Francisco Xavier Cavalcanti (Uchoa)

Em 09/02/1828, justamente com D. Francisca Cavalcanti Uchoa foram padrinhos de batismo no oratório do engenho Quitinduba (Lº 1º Bat. Serinhaém (1827- 1831)).

Sx 2.2.5.5.3.3.8 - José Cavalcanti de Albuquerque Uchoa, casado, de ..... que foi padrinho juntamente com D. Maria Joaquina de Nazareth Gusmão, a 13/6/1846, do batismo de João Barbalho Uchoa Cavalcanti (Lo. 2º Bat. Serinhaém (1814-1831(, fls.30).

Qr 2.2.5.5.4 – D. Francisca Maria da Rocha, solteira.

TN 2.2.5.6 – Diogo Paes Barreto (Filho 6)

DIOGO PAES BARRETO (Nob II, 29) declarado solteiro e em letra diferente, na mesma fonte, casado em Sergipe d'el Rei. A informação é confirmada por Afonso de Albuquerque e Mello (Serie dos Albuquerque).

Orlando Cavalcanti suspeitou que fora casado com uma Barbalho Uchoa Cavalcanti e tivera uma filha casada com Antônio de Lyra Veiga.

TN 2.2.5.7 - Manoela Luzia de Mello(Filho 7)

MANOELA LUZIA DE MELLO

Borges da Fonseca (Nob II,29) informa que casou com seu primo, o capitão-mor João Paes Barreto (6º morgado do Cabo), filho de João Paes Barreto (5º morgado do Cabo) e de sua mulher Maria Maior de Albuquerque Mello, cujas descendências serão estudadas nos próximos capítulos.

[YS: Retomando o TN 2.2.5.5 (F5), após apresentar a descendência dos seus 7 filhos]

Fernão Rodrigues de Castro faleceu e sua viúva D. Brites [Maria da Rocha, filha de João Marinho Falcão e D. Maria da Rocha] contraiu segundas núpcias com o capitão-mor João de Barros Corrêa (Nob. I, 127 (4)), filho do mestre-de-campo Marcos de Barros Corrêa e de sua mulher, D. Margarida de Mello, senhores do engenho Suassuna.

D. Brites desse segundo matrimonio teve um filho, Marcos de Barros Corrêa, que parece ter falecido solteiro (Nob II, 57, 408 (6-7).

[YS: Em outra versão diz que o filho "Marcos de Barros Corrêa foi vereador da Câmara de Olinda em 1731 e faleceu solteiro"].

Diz Borges da Fonseca (Nob. I, 370 (6)) que D. Brites faleceu há poucos anos, com mais de 90 anos de idade.

[YS: página solta]:

No Instituto Histórico Geográfico Brasileiro encontramos no Arquivo do Conselho Genealógico Brasileiro as seguintes fichas não esclarecidas:

1. Anibal Uchoa Cavalcanti, nascido em Olinda em 1807 (?) – filho de Artur Uchoa Cavalcanti e de Maria Bandeira da Cunha.

Casado com Eponina Marcondes de Toledo Lessa, nascida em Bom Jesus, S. Paulo (em 1897? ou 1807?). Casados no Rio de Janeiro (Lagoa 13; 74-23/10/1926) em casada ..... Lessa, R. S. Clemente 28, filha do Dr. Leonidas Marcondes de Toledo Lessa e de Ana Francisca Marcondes de Mello – Cad. Inst. Hist. Geog. Brás. 1993, p.34.

2. Francisco Uchoa Cavalcanti, casado no Rio de Janeiro (Glória, 92v – 07/10/1911) na capela do Asilo da Misericórdia com Zebina Nunes de Azevedo.

Idem p. 36.

BN 2.2.6 (F6) Miguel Paes Barreto

Miguel Paes Barreto (6o filho do 4o morgado Estevão Paes Barreto II).

Casou nas Alagoas com Maria de Amorim, filha de Manoel Rodrigues Calheiros, de quem não teve filhos (Nob. II, 29).

Este personagem, Manoel Rodrigues Calheiros, pode ter sido o mesmo que, em 1761 era proprietário do engenho Cachoeira na Alagoa do Norte (F.C.G).

Afonso de Albuquerque e Mello informa que se casou com D. Maria de Barros, filha legitima de João Gomes Calheiros, capitão-mor das Alagoas.

BN 2.2.7 (F7) Francisco Barreto Corte Real

Francisco Barreto Corte Real, 7o filho do 4o. Morgado, Estevão Paes Barreto II) (Nob. II, 29), que faleceu, sacerdote do hábito de São Pedro.